MACHADO SANTOS

O INTRANSIGENTE DA REPÚBLICA (1875-1921)

coleção PARLAMENTO

Machado_Santos.indb 1 22/05/2013 12:14

Machado_Santos.indb 2

coleção PARLAMENTO

22/05/2013 12:14

MACHADO SANTOS

O INTRANSIGENTE DA REPÚBLICA

(1875-1921)

Armando Malheiro da Silva
Carlos Cordeiro
Luís Filipe Torgal

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Centenário da República
·Assembleia da República·

Parlamentares da I República
Coordenação **Luís Farinha**

Machado_Santos.indb 3 22/05/2013 12:14

FICHA TÉCNICA

Título **Machado Santos – O intransigente da República (1875-1921)**
Autores **Armando Malheiro da Silva, Carlos Cordeiro, Luís Filipe Torgal**
Coordenação da série Parlamentares da I República **Luís Farinha**

Edição **Assembleia da República – Divisão de Edições**
Revisão **Conceição Garvão**
Capa e Design **Nuno Timóteo**

Paginação e pré-impressão **tvm designers**

Impressão **Rainho & Neves, Lda.**

Tiragem 600 exemplares
ISBN 978-972-556-602-2
Depósito Legal XXXX

Lisboa, maio 2013

© Assembleia da República
Direitos reservados, nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2008, de 30 de julho.

www.parlamento.pt

Agradecimentos: Alexandre Braz Mimoso; João Machado Santos; Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; Biblioteca Nacional de Portugal; Hemeroteca Municipal de Lisboa; Serviços de Documentação da Universidade dos Açores.

Imagem da capa: Retrato de Machado Santos, *Arquivo Democrático*, n.º 34, outubro de 1911, Arquivo Histórico Parlamentar

Machado Santos num jardim de Lisboa.
Acervo de João Machado Santos.

Machado_Santos.indb 5 22/05/2013 12:14

ÍNDICE

Apresentação da série Parlamentares da I República 9

Introdução 13

Capítulo 1 | Origens e formação pessoal (1875-1908) 23

No ano de 1875… 23
Nasceu em lar alfacinha 25
Vida de marinheiro: uma escolha inusitada 27
Perfil físico e psicológico 37

Capítulo 2 | O «herói-fundador» da República (1908-1910) 41

A Carbonária e a teia revolucionária 41
A batalha pela República e pelo Povo… 50
Um revolucionário obstinado 60

Capítulo 3 | Constituinte e jornalista intransigente (1910-1911) 63

A solidariedade condicional ao Governo Provisório 63
O deputado Machado Santos nas notas de *Braz Burity* 69
Na Assembleia Nacional Constituinte 77

Capítulo 4 | O contestatário (1911-1915) 85

O fim da unidade do Partido Republicano Português e o início da instabilidade 85
O governo de Augusto de Vasconcelos 87
A contestação ao governo de Duarte Leite 93
O combate intransigente ao governo de Afonso Costa 96
Os governos de Bernardino Machado: críticas inflamadas e reconciliação tardia 104
A oposição irascível ao governo de «Os Miseráveis» 112

Capítulo 5 | De herói a prisioneiro da República (1915) 115

O apoio incondicional ao governo de Pimenta de Castro 115
A resistência ao 14 de Maio de 1915 118
A prisão nos Açores 121
Pela República: rutura e redenção 137

Machado_Santos.indb 7 22/05/2013 12:14

Capítulo 6 | Política(s) de dezembro (1915-1917) 139

Um intervencionista condicionado 139
O 13 de Dezembro e o regresso à prisão 143
Do Fontelo ao Morro do Sidónio 155

Capítulo 7 | República Nova: cumplicidade governativa (1917-1918) 175

No «Interior» para a redenção da República 175
A luta pelas «Subsistências» 192

Capítulo 8 | No Congresso, pela «sua» República (1918-1919) 213

«Sempre só»… 213
Senador da República Nova 217

Capítulo 9 | Os anos do fim (1919-1921) 247

«À República dei mais do que a vida» 247
A Federação Nacional Republicana: «reformismo demoautoritário» 261
A Noite Sangrenta ou a «rua democrática» à solta 281

Conclusão – sentido(s) de uma vida 309

Apêndice documental 317

1. Poemas extraídos do livro *Atlânticas* 319
2. Quatro editoriais d'*O Intransigente*, dois discursos na Câmara dos Deputados, dois discursos no Senado e uma carta enviada a António José de Almeida 327
3. Quadros relativos à composição dos governos dezembrista e sidonista, ao elenco dos governos civis e à legislação distribuída pelas diversas pastas ministeriais 356
4. *Post mortem*... – Poesias em memória do fundador, discurso e ata da Comissão do Mausoléu 369

Apêndice iconográfico 381

Fontes e bibliografia 413

Índice remissivo 427

Machado_Santos.indb 8 22/05/2013 12:14

Apresentação da série Parlamentares da I República

A série Parlamentares da I República reúne um conjunto de estudos monográficos sobre a atividade política de doze individualidades republicanas que se distinguiram no Congresso, como deputados ou como senadores. Sendo este o principal enfoque, os estudos não deixarão, contudo, de valorizar a sua concomitante atividade como líderes partidários, a atuação como ministros ou como presidentes da República, ou ainda o seu empenhamento de homens com uma vida cívica relevante, quer como publicistas, quer como conferencistas ou pedagogos.

Na base dos critérios apontados, foram tidas em conta as seguintes individualidades: Álvaro de Castro, António Granjo, António José de Almeida, António Maria da Silva, Bernardino Machado, Manuel de Brito Camacho, Francisco Pinto da Cunha Leal, José Domingues dos Santos, João Pereira Bastos, Sebastião de Magalhães Lima, António Maria de Azevedo Machado Santos e Amílcar da Silva Ramada Curto. Algumas destas individualidades acompanharam o novo regime desde a implantação até à sua queda, constituindo, por isso mesmo, um bom barómetro do projeto republicano, tanto na sua conceção e constitucionalização, como na ação política propagandística ou nas realizações parlamentares e governativas. Quase todos eles se encontram, de um modo ou de outro, associados aos momentos mais marcantes da I República e alguns, como António Granjo ou Machado Santos, foram também seus mártires. Num regime que, de partido único se transfigurou, no pós-guerra, em multipartidário de partido dominante, a escolha destes deputados teve ainda em conta a necessidade de fazer representar as principais famílias e sensibilidades políticas, dos *democráticos* do centro aos *nacionalistas*, aos *esquerdistas* e aos *radicais* e *socialistas*.

As monografias reunirão, além de uma componente biográfica, um conjunto de campos de análise da atividade política destes republicanos, como deputados e ministros, mas também como altos funcionários, diplomatas e ativistas cívicos. Num anexo documental, os autores darão a conhecer peças documentais únicas, pelo seu estilo e singularidade – de discursos no Congresso a textos doutrinários ou panfletários, de artigos de imprensa a conferências ou estudos temáticos com incidência parlamentar, governamental ou diplomática.

Machado_Santos.indb 9 22/05/2013 12:14

A coleção acompanha o ciclo comemorativo do I Centenário da República, prevendo-se a publicação das obras no período que medeia de 2008 a 2013. Como autores, conta com um vasto leque de historiadores consagrados, oriundos das diferentes academias do país, mas também com um conjunto de jovens investigadores, cujos estudos de especialização – em teses de mestrado ou de doutoramento – versaram sobre o tema em causa.

Pela amplitude dos temas tratados e pela qualidade esperada dos trabalhos em curso, a série Parlamentares da I República virá a constituir, por certo, um importante contributo para o estudo dos homens e da ação política de um tempo apaixonante da História portuguesa recente, ainda envolto em nuvens de penumbra e controvérsia.

O coordenador da série
Luís Farinha

Machado_Santos.indb 10 22/05/2013 12:14

A República há de ser boa para as gerações vindouras;
para as que a implantaram, para as que por ela se têm
sacrificado, a República poucos ou nenhuns benefícios
trará; ao contrário, a conservação de um nome honrado,
ou de um nome ilustre, exige um contínuo labor
e sacrifício, um constante abdicar de si próprio,
para só pensar na causa pública, no levantar
de um novo edifício sobre as ruínas do passado.

Machado Santos, «A desorientação»,
O Intransigente, 30 de outubro de 1911.

A qualidade essencial de Machado Santos foi a bravura.
Ele teve-a combatendo com as armas, falando
ou escrevendo. E, por isso, uma só palavra o define;
ou fulgure na ponta da sua espada, ou salte de sua boca,
ou brilhe na sua pena. Essa palavra é esta: Rotunda!

António José de Almeida, «Machado Santos»,
O Intransigente, 2 de julho de 1922.

Machado_Santos.indb 11 22/05/2013 12:14

Machado_Santos.indb 12 22/05/2013 12:14

Introdução

1.

Estamos ainda sob a égide comemoracionista do Centenário da Implantação da I República Portuguesa. Daí a coleção de biografias editada pela Assembleia da República e coordenada pelo historiador Luís Farinha, que simpaticamente nos desafiou a contribuirmos com este estudo histórico-biográfico sobre o vice-almirante António Maria de Azevedo Machado Santos (1875-1921). Ele foi o militar amotinado que, de 4 para 5 de outubro de 1910, se manteve firme na Rotunda à frente de um punhado de homens armados, não obstante o suicídio repentino e desmoralizador do chefe militar do movimento, o vice-almirante Carlos Cândido dos Reis (1852--1910). Aquele ato destemido tornou-o, consensualmente, um dos principais líderes do movimento revolucionário que garantiu a vitória da almejada e ideal República sobre uma Monarquia multissecular.

Ao longo dos últimos anos, acumularam-se nas estantes e nos escaparates das livrarias vários romances originais, memórias reeditadas, obras com propósitos de divulgação didática e ensaios historiográficos de maior ou menor qualidade sobre a temática em foco e em celebração. Alguns dos ensaios publicados têm mesmo contribuído para reformular imagens e representações antigas e contraditórias sobre a I República. Essas representações de outrora obedeceram a intuitos panegíricos de um lado ou a desígnios diabolizadores de outro, porque ora associaram a revolução a uma aurora de esperança demoliberal redentora da pátria, ora descreveram o período sucedido de 1910 a 1926 como uma «balbúrdia sanguinolenta»[1] que legitimou o advento da Ditadura Militar e, depois, do Estado Novo salazarista.

Afinal, tal como toda a realidade histórica, essa época terá sido bem mais difícil de compreender e, por isso, não pode reduzir-se a *clichés* apriorísticos intangíveis que refletiam em demasia as vivências cívico-políticas e/ou convicções ideológicas dos sujeitos que os construíram. A I República foi, aliás, um assunto tabu nas licenciaturas de História e nas propostas de doutoramento durante o Estado Novo, só tendo entrado

[1] Eça de Queirós usou esta expressão irónica e caricatural, em 1878, para rotular o que ele considerava poder vir a tornar-se um Portugal convertido à República: «A República, em verdade, feita primeiro pelos partidos constitucionais dissidentes, e refeita depois pelos partidos jacobinos, que, tendo vivido fora do poder e do seu maquinismo, a tomam como uma carreira, seria em Portugal uma balbúrdia sanguinolenta». [«Ramalho Ortigão (Carta a Joaquim de Araújo, Newcastle, 25 de fevereiro de 1878)», *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, 2000, p. 33]. E foi com esta expressão queirosiana que o monárquico legitimista, intelectual orgânico e historiador-ideólogo do Estado Novo, João Ameal,

Machado_Santos.indb 13 22/05/2013 12:14

na agenda historiográfica após o 25 de Abril de 1974, sem que, em muitos casos, tenha perdido a carga ideológica inerente aos seus respetivos narradores-historiógrafos.

Desde a década de 60 do século XX, tornou-se evidente, entre jovens investigadores portugueses no exílio, a influência do materialismo histórico. Esta matriz inspirou o exponencial interesse pelo estudo da I República já em pleno Portugal democrático, originando interpretações diferentes. Umas mais próximas da linha revalorizadora do demoliberalismo (reforço da via democrática e respeito pelos princípios «liberais» do Estado Moderno), corporizada no vintismo e retomada no último quartel de oitocentos, na fase de propaganda do movimento republicano, no contexto da oposição a uma conjuntura de capitalismo titubeante e contraditório (destaque para Joel Serrão[2]). Outras mais ecléticas (António José Telo[3] ou Miriam Halpern Pereira[4]). Por fim, uma linha, surgida em contracorrente, desencadeada pelo livro de Vasco Pulido Valente *O Poder e o Povo*[5], que apresenta a I República não como um regime mas como uma espécie de guerra civil larvar, acionada pela força propulsora de um partido de vanguarda de matriz jacobina – o Partido Republicano Português/Partido Democrático (PRP/PD) – que se propôs, logo após o 5 de Outubro de 1910, governar em ditadura e impor uma modernização radical do país.

Apesar da pulverização político-partidária e dos sistemáticos afrontamentos políticos e sociais ocorridos logo a partir de 1911 – que determinaram, num curto período de 16 anos, a ascensão e queda de 46 governos (um não chega tão-pouco a tomar posse, devido a um movimento de rua), oito presidências da República e sucessivas revoluções, guerras civis, revoltas populares e atentados –, os líderes e mentores do republicanismo nunca deixaram de evocar e de sonhar uma unidade republicana capaz de regenerar o velho e atrasado Portugal. Uma unidade frágil e, com o passar do tempo, impossível…

Entre uma República excludente, feita só para republicanos e posta sob o estandarte do jacobinismo democrático de Afonso Costa (1871-1937) e dos seus sequazes, e uma República «conservadora», ou seja, aberta a católicos e a monárquicos, houve tensões e reviravoltas desgastantes que contaram com a participação de Machado

---

crismou o capítulo dedicado à I República na sua «apologética» – nacionalista, tradicionalista e contrarrevolucionária – *História de Portugal*. Porto, Livraria Tavares Martins, 1940, p. 759. Importa acrescentar que historiógrafos, ideólogos e políticos, movidos pelas suas militâncias republicana ou monárquica, ou convertidos aos valores e à propaganda do Estado Novo, produziram discursos tendenciosos sobre a I República: uns glorificaram as suas alegadas realizações triunfantes nos domínios da liberdade e da igualdade política, da democracia representativa, da laicidade do Estado, da legislação protetora da família, da reforma da educação e do combate à iliteracia, da autonomia do poder local e dos direitos sociais e laborais; outros preferiram vituperar a sua patológica desordem e violência política e social, a sua intolerância ideológica e deriva anticlerical.

[2] SERRÃO, Joel, *Liberalismo, socialismo, republicanismo: antologia de pensamento político português*. Lisboa, Livros Horizonte, 1979, 2.ª ed.; *idem – Da «Regeneração» à República*. Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 119-143.

[3] TELO, António José, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, 2 vol. Lisboa, A Regra do Jogo, Edições, 1980.

[4] PEREIRA, Miriam Halpern, *Das revoluções liberais ao Estado Novo*. Lisboa, Editorial Presença, 1993.

[5] VALENTE, Vasco Pulido, *O poder e o povo: a revolução de 1910*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1976.

Machado_Santos.indb 14 22/05/2013 12:14

Santos ou o «triunfador que com o povo e os seus brilhantes companheiros de armas, de mar e terra, tinham liquidado a Monarquia»[6]. Perante essas Repúblicas em confronto, o «herói republicano» parece ter abraçado as duas, considerando-se, nas páginas do seu jornal *O Intransigente*, zeloso guardião da República sonhada (e de contornos algo fluidos) no seio da gestação maçónica e carbonária da revolta. Ao mesmo tempo, posicionava-se contra a hegemonia dos afonsistas (partidários de Afonso Costa) e eventuais aliados, bem como contra todas e quaisquer medidas políticas e administrativas por eles promulgadas – do laicismo de combate vertido na Lei da Separação, a tudo o mais… Esta postura ambígua colocou-o, a si e ao punhado de indefetíveis que com ele se mantiveram firmes e apegados aos «épicos» momentos da Rotunda, à margem do poder do sistema político instaurado em 1910. E tal atitude terá constituído um fator de efetiva desestabilização, que poderá, aliás, ser demonstrada através da análise das convulsões político-militares ocorridas.

Podemos, inclusive, postular – e este ponto constitui a tese nuclear da nossa pesquisa sobre Machado Santos e a «sua» República – que a conduta do grupo intransigente, antiafonsista, reformista «demoautoritário», populista e federalista, formado em torno do «triunfador», deve ser trazida ao debate que, em estudo publicado em 2004, Rui Ramos estimulou, tecendo uma extensa resposta à pergunta: «Foi a I República um regime liberal?»[7] Nas respetivas «Conclusões» lança algumas ideias-teses às quais a trajetória e o discurso ideopolítico de Machado Santos parecem ajustar-se:

> O regime republicano era um regime revolucionário, entendendo-se por tal a dependência do poder em relação, não a um quadro legal, mas a um movimento revolucionário que se comportava como o fator de um golpe de estado permanente. […] A República era um regime revolucionário que, não negando alguns dos princípios fundadores da Monarquia Liberal (nomeadamente, a rejeição da tradição da Monarquia Absoluta Católica), negava o tipo de vida política desenvolvida neste estado e tendencialmente minava as garantias legais dos direitos e a pluralidade política.
>
> Dizer que a República não era uma democracia liberal não significa dizer que o objetivo dos republicanos não era o estabelecimento de uma democracia liberal. A maior parte deles nunca teve, de facto, outro projeto: não eram fascistas, nem comunistas, como alguns dos seus inimigos os classificaram em momentos azedos de polémica. Mas o revolucionarismo da República impediu a transição para uma forma daquele tipo de democracia liberal na Europa ocidental do pós-guerra. Impediu-a

---

[6] *As Constituintes de 1911 e os seus deputados. Obra compilada e dirigida por um antigo oficial da secretaria do parlamento,* Lisboa, Livraria Ferreira, 1911, p. 228. A autoria desta obra é atribuída pelos técnicos da Biblioteca Nacional a Eduardo Rodrigues Cardoso de Lemos.

[7] RAMOS, Rui, «Foi a Primeira República um regime liberal? Para uma caracterização política do regime republicano português entre 1910 e 1920», in BAIÔA, Manuel (ed.), *Elites e poder: a crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931); Elites y poder: la crisis del sistema liberal en Portugal y España (1918-1931),* Lisboa, Colibri, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2004, p. 185-246.

Machado_Santos.indb 15 22/05/2013 12:14

> também de oferecer, na continuação do *modus vivendi* político estabelecido dentro da Monarquia Constitucional, um quadro para o alinhamento dos líderes e grupos políticos dispostos a coabitar dentro de um estado constitucional-pluralista, empurrando uma parte deles – à esquerda e à direita – para a conspiração contra o dominante.[8]

Para o mesmo debate há, em torno da questão do reformismo autoritário que emerge, em especial, durante a primeira fase da I República, entre 1910 e 1919, uma leitura complementar que foi já formulada e é oportuno evocar aqui.

Os ingredientes doutrinários, os novos elementos ideológicos do final de oitocentos e os aspetos contraditórios da conjuntura datada entre 1890 e 1926, com destaque para uma grave crise financeira que coexistiu com índices demográficos e económicos comprovativos de um inegável crescimento no Portugal finissecular[9], propiciaram a génese e a evolução de um dilema crucial para os republicanos portugueses (demasiado influenciados, porém, pelo modelo republicano francês da III República para que se pudessem aperceber completamente dos sérios riscos que o mesmo comportava para o futuro). O dilema era este: o esquema representativo baseado no predomínio da Câmara dos Deputados estava em consonância com o princípio da representação da nação através dos seus eleitos, mas enfraquecia o executivo, debilitava a capacidade de manobra dos governos. Ora, quanto mais fracos fossem os governos menos concretizável seria a transformação enérgica e progressista do velho Portugal num país novo e revigorado. A República – acreditavam os republicanos «históricos» – não se fizera para ser apenas um prolongamento do modelo já vigente sob a Monarquia Constitucional, um regime decadente e anacrónico, contrário aos desafios do futuro. A República trazia, em si, uma esperança prometeica muito forte e diferente…

A missão republicana fundadora de um Portugal novo (mais do que renovado) exigia, desde logo, a unidade dos republicanos e a presença de um partido republicano frentista e mobilizador das energias nacionais, num quadro constitucional omisso quanto à consagração institucional dos partidos. Será, aliás, preciso esperar pela Constituição da República de Weimar, a partir de 1919, para que se institua um Estado democrático social que consagre, no plano constitucional, uma ampla representação proporcional, habilitada a franquear o acesso ao parlamento de uma grande multiplicidade de partidos políticos. A função do Partido Republicano Português (PRP) era revolucionária no sentido em que lhe cabia derrubar um regime e substituí-lo por outro substancialmente diverso, capaz de moralizar, de democratizar, de laicizar, de educar, de socializar e de fazer progredir economicamente todo o país. Além disso, o PRP assumiu-se também como uma espécie de «locomotiva» ou partido-vanguarda

---

[8] *Idem*, *ibidem*, p. 245.

[9] Ver MATOS, Sérgio Campos, «Da crise da Monarquia Constitucional à Primeira República em Portugal (1890-1910)», in *España – Portugal. Estúdios de Historiografia Contemporânea*, dir. Hipólito de LA TORRE Gómez e António Pedro VICENTE. Madrid, ed. Complutense, 1998, p. 51-64. Ver ainda *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX. Actas do Seminário organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa, 6 e 7 de dezembro de 2003*, coord. Sérgio Campos Matos. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

Machado_Santos.indb 16 22/05/2013 12:14

que se propunha republicanizar toda a sociedade contra a vontade de monárquicos, de católicos e da Igreja Católica, enquanto instituição acusada de contribuir, através do controle do setor educativo e da consciência religiosa dos cidadãos, para o atraso obscurantista de todo um povo, que tardava em libertar-se das grilhetas da opressão nobiliárquico-clerical.

No entanto, essa missão vanguardista e revolucionária começou a fracassar e a ser transfigurada, logo em finais de 1911, após a aprovação da Constituição, com a fragmentação do PRP em três grupos que até 1917 haveriam de disputar entre si o poder. Sobressaía um deles, por ser o único que deteve a rede sociopolítica e o aparelho organizativo criado antes do 5 de Outubro. Referimo-nos, obviamente, ao velho PRP, dominado por Afonso Costa e seus seguidores, conhecido também pela designação oficiosa de Partido Democrático, ao qual se opuseram António José de Almeida (1821-1929), e os seus amigos do Partido Republicano Evolucionista, e Brito Camacho (1862-1934), líder da União Republicana.[10] É depois forçoso realçar a dissidência machadista, depositária de um ideal republicano revolucionário e confuso, «intransigente» e frontalmente antiafonsista: o «herói da Rotunda», Machado Santos, e seus amigos – com destaque para o seu camarada de armas, também da Marinha, Carlos da Maia (assassinado com Machado Santos e António Granjo, na Noite Sangrenta de 19 para 20 de outubro de 1921) e para Francisco Cunha Leal (com acentuado protagonismo político-partidário após 1918) – haveriam de acusar Afonso Costa e até Brito Camacho e António José de Almeida de aviltarem ou «prostituírem» a República que militares e civis carbonários haviam conseguido concretizar, vencendo descrenças e poderosos receios. Os machadistas reclamavam-se herdeiros do genuíno e fecundo legado de um sonho ou da «aurora ideal» tão ardentemente desejada, conservando-se sempre em rebelião mais ou menos ativa e constante contra o que Marcelo Rebelo de Sousa classificou de «multipartidarismo imperfeito ou de partido dominante» (o PRP-PD), agravado, após 1919, por uma instável e confusa pulverização partidária.

A quebra de unidade republicana enfraqueceu e, em larga medida, interrompeu a obra «ditatorial» ou autoritária do Governo Provisório, caracterizada por um pacote legislativo reformista e confrontativo, como sucedeu com a famosa «intangível» Lei da Separação do Estado das Igrejas, promulgada pelo ministro da Justiça e dos Cultos, Afonso Costa, e defendida, até 1918, como uma das principais «pedras de toque» da ideologia e da ação política republicana.

Em síntese, sublinha-se uma proposta interpretativa que reconhece que o tronco doutrinário e ideológico, cultural e social, em que se filia o republicanismo português lhe conferiu, em crescendo, uma vocação autoritária e intransigente (intransigência moral e política) indispensável à obra de regeneração nacional que inflamou a «geração ativa de 90». Uma vocação não assumida consensualmente, mas patente na prática republicana de 1910 a 1926 sob duas formas ou modalidades, ambas reclamando-se de um reformismo político, social e económico tendo em vista o aprofundamento demo-

[10] Ver, sobre os programas destes e de outros partidos após a implantação da República, MARQUES, A. H. de Oliveira, *História da 1.ª República Portuguesa: as estruturas de base*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978, p. 534-589, e LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e Programas: o campo partidário republicano português 1910-1926*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

Machado_Santos.indb 17 22/05/2013 12:14

crático pelo reforço autoritário do poder executivo: um autoritarismo dissimulado e contraditório no plano político-institucional (submetido, aparentemente, ao figurino parlamentarista, tendo sido esta, de facto, a tática constante dos afonsistas, secundada no essencial por almeidistas e camachistas); e um presidencialismo autoritário declaradamente ordeiro.[11]

Sem uma interpretação global, expressa como hipótese que a análise monográfica e sistemática tende a confirmar, não teria sentido incidir especificamente sobre uma figura e o seu papel histórico. Pois a sua vida e a sua atividade política só poderão ser compreendidas se forem analisadas e entrelaçadas com a teia conjuntural complexa de um país periférico numa Europa e num mundo ocidental em transformação acelerada, no âmbito do que Eric Hobsbawm designou por «era dos impérios» (1875-1914) e «era dos extremos» (1914-1991)[12] ou René Rémond apelidou de «século das revoluções» (1814-1914)[13]. Estes e outros historiadores localizam o início do «breve século xx» (para evocar de novo uma expressão de Eric Hobsbawm) no ano de 1914, marcado pela eclosão da I Guerra Mundial (1914-1918), que fechou um ciclo estrutural da história do mundo e abriu outro.

2.

Fica, assim, enquadrada dentro, inevitavelmente, de uma complexa problemática historiográfica, a figura controversa e assaz esquecida do protagonista maior das horas incertas e dramáticas vividas na Rotunda, nas avenidas, nas ruas e nos becos esconsos dessa Lisboa erguida sobre sete colinas, que Fernando Pessoa (1888-1935), dando azo à sua criatividade heteronímica e genial, verteu em guia turístico[14], escrevendo logo no começo: «Para o viajante que chega por mar, Lisboa, vista assim de longe, ergue-se como uma bela visão de sonho, sobressaindo contra o azul-vivo do céu, que o sol anima»[15]. Nessa Lisboa de onde Machado Santos, seus pais e avós eram naturais e onde viveram e sentiram o impacto direto das transformações atrasadas, tímidas e contraditórias a que foi sendo sujeito um reino velho ao longo de oitocentos.

Ao enquadramento «teórico» segue-se a explanação da estrutura adotada para este trabalho. Mas antes disso, parece-nos oportuno referir que houve uma interessante coincidência na sua génese.

---

[11] SILVA, Armando Malheiro da, «A República e o reformismo democrático autoritário (1890-1926): uma proposta interpretativa», in *Portugal-Brasil: uma visão interdisciplinar do século XX: actas do Colóquio 2 a 5 de abril de 2003*, coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS 20, Quarteto Editora, 2003, p. 21-62.

[12] HOBSBAWM, Eric, *A era dos impérios: 1875-1914*. Lisboa, Editorial Presença, 1990; *A era dos extremos. O breve século xx: 1914-1991*. Lisboa, Editorial Presença, 2002. Nesta última obra, Hobsbawm denomina o período que decorre entre 1914 e 1945 de «Era da catástrofe».

[13] RÉMOND, René, *Introdução à história do nosso tempo. Do antigo regime aos nossos dias*, Lisboa, Gradiva, 1994, p.137.

[14] PESSOA, Fernando, *Lisboa: o que o turista deve ver; what the tourist should see*, 6.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2011.

[15] *Idem*, *ibidem*, p. 37.

Machado_Santos.indb 18 22/05/2013 12:14

Data de 19 de julho de 2000 um projeto, intitulado *O almirante Machado Santos e a História da República*, subscrito pelas mesmas pessoas que aqui estão como autores e elaborado no âmbito do grupo de pesquisa Arquivo da Memória e História do Século XX, subgrupo História da I República, do Estado Novo e da Oposição ao Estado Autoritário, do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS 20), de cuja justificação se extrata o seguinte:

> No entanto, verifica-se que sobre tão significativa quanto controversa figura escasseiam estudos histórico-biográficos que preencham os requisitos científicos hoje comummente aceites.
>
> A escassez apontada resulta, em nossa opinião, não tanto de um eventual *deficit* da historiografia portuguesa, mas sobretudo da dificuldade até hoje sentida no acesso a fontes arquivísticas (dispersas e resguardadas no seio privado e familiar) e ao cruzamento diversificado de informação.
>
> A superação, ainda que parcial, deste condicionalismo, mediante a descoberta de uma parte do Arquivo Pessoal de Machado Santos, na posse de seus herdeiros diretos, permitiu encarar a viabilização de um projeto centrado nessa relevante figura e no respetivo contexto histórico.

Do plano traçado extrai-se a intenção expressa de editar dois trabalhos de objetivos diferenciados. Um deveria intitular-se *Machado Santos e o seu exílio nos Açores, em 1915*. E o outro *Machado Santos, estudo histórico-biográfico*, em que os autores se propunham fazer, em formato de livro, «uma desenvolvida abordagem da vida e das circunstâncias conjunturais que envolveram toda a atividade de Machado Santos, com especial destaque para a preparação revolucionária do 5 de Outubro de 1910 e a agitada e controversa ação por ele assumida na fase subsequente». Do respetivo cronograma constava a previsão de um prazo de seis anos: um ano para elaborar o estudo monográfico sobre o exílio nos Açores; cinco anos para concluir o estudo histórico-biográfico.

Impedimentos profissionais dos respetivos autores congelaram o projeto, até que – e este é o momento coincidente –, em abril de 2007, o doutor Luís Farinha subscreveu um projeto aceite pela Assembleia da República, tendo em vista o centenário próximo da República (1910-2010), designado *Parlamentares da I República Portuguesa* e que tinha por fim a promoção de 12 estudos monográficos sobre deputados republicanos que se notabilizaram nesse período. O objetivo central era «dar a conhecer o pensamento e a ação política de deputados que se distinguiram nas sessões parlamentares, bem como outras dimensões políticas e intelectuais da sua atuação política». Selecionaram-se então 12 figuras, sendo uma delas o oficial de Marinha de Guerra em foco. As outras são: Álvaro de Castro (1878-1928), António Granjo (1881-1921), António José de Almeida, António Maria da Silva (1872-1950), Bernardino Machado (1851-1944), Manuel de Brito Camacho, Francisco Pinto da Cunha Leal (1888-1970), José Domingues dos Santos (1885-1958), João Pereira Bastos (1865-1851), Sebastião de Magalhães Lima (1850-1928) e Amílcar da Silva Ramada Curto (1886-1961).

As condições irrevogáveis e os prazos bem definidos deste segundo projeto tornaram a tarefa, finalmente, imperativa, ainda que o tempo fosse curto de mais para a meta sonhada…

Machado_Santos.indb 19 22/05/2013 12:14

Nos nove capítulos deste livro, evocamos o homem sem esquecermos, portanto, a conjuntura histórica (1890-1926) que conheceu, a partir dos 15 anos, e na qual consumiu as suas energias, sonhos, ideais e frustrações. O homem que morreu às mãos de marinheiros e soldados, que incorporavam esse povo revolucionário e intempestivo, tendencialmente afeto ao velho Partido Republicano Português/Partido Democrático, «vergado» à liderança controversa e carismática de Afonso Costa, de 1911 a 1918.

A estrutura da obra obedece a uma sequência cronológica, pois acompanha a trajetória pública de Machado Santos, enquadrando-a com o movimento republicano desde a sua fase da propaganda até à conquista revolucionária do poder.

O primeiro capítulo revela, naturalmente, a personagem central desta biografia histórica nas suas origens familiares próximas e na opção inusitada que marcaria a sua vida adulta – a escolha da vida de marinheiro, permeável ao espírito revolucionário antimonárquico e anticlerical que invadiu o Exército e a Marinha.

No segundo capítulo, acompanhamos o percurso do comissário naval, carbonário e maçon profundamente envolvido nos preparativos do 5 de Outubro de 1910, acabando por ser o protagonista inesperado de um golpe e de uma revolução triunfadores.

No terceiro capítulo, o nosso olhar volta-se para o jornalista, fundador, diretor e «alma» de *O Intransigente*, que prosseguiu, nas páginas deste periódico, o combate pela idealista «República da Rotunda», que foi sendo progressivamente corrompida e aviltada. E vai também para o parlamentar da Constituinte, onde apresentou o seu projeto constitucional e se demarcou dos novos partidos resultantes da fragmentação do histórico PRP.

No quarto capítulo, analisamos o parlamentar contestatário à governação e às políticas apresentadas pelos sucessivos governos e que esboçou, inclusive, o retorno à ação armada, num aviso claro aos seus inimigos de estimação – os democráticos de Afonso Costa e os políticos incompetentes e corruptos.

No quinto capítulo, pormenorizamos a complexa metamorfose do herói em prisioneiro da República, a sua rutura irreversível com o sistema político entretanto aplicado e o empenho em lutar, no sentido literal do verbo, pela redenção da «sua República ideal». Essas posições fizeram-no apoiar ativamente o governo do velho general Pimenta de Castro (1846-1918) e opor-se ao movimento revoltoso do 14 de Maio de 1915. Na ressaca destes acontecimentos foi detido e deportado para Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, Açores, um exílio que, não tendo certamente sido dourado, lhe proporcionaria, mesmo assim, a oportunidade de encetar uma tentativa, aliás frustrada, de retorno à vida ativa parlamentar.

No sexto capítulo, mostramos que Machado Santos, uma vez regressado ao continente, não deixará de aproveitar as oportunidades para, publicamente, manifestar o seu profundo desencanto pelos rumos que a política portuguesa seguia, acusando os principais responsáveis políticos – Afonso Costa em primeiro lugar – de terem lançado o país no «lamaçal». Embora se tenha declarado afastado da política, na verdade apenas se reposicionou quanto à intervenção de Portugal na guerra de 1914-1918, assumindo-se como cabeça ou líder de uma revolta militar – o 13 de Dezembro de 1916 –, o que deu azo a ser apodado de antiguerrista e germanófilo por afonsistas e outros intervencionistas. Enfatiza-se, ainda, o papel relevante que teve na preparação do 5 de Dezem-

Machado_Santos.indb 20 22/05/2013 12:14

bro de 1917, réplica – desta vez bem-sucedida – do 13 de Dezembro. Veio por isso a integrar, em 8 de Dezembro, a Junta Revolucionária vitoriosa.

No capítulo sétimo, abordamos a estreita cumplicidade de Machado Santos com a governação dezembrista e sidonista. Foi ministro do Interior por um período atribulado e curto e, depois, secretário de Estado das Subsistências, já dentro da República Nova legitimada nas urnas, a 28 de abril de 1918. No interior do governo, as suas ordenações frontais, autoritárias, pouco formalistas e moralizadoras conduziram-no, porém, à demissão e a uma consequente posição crítica titubeante perante Sidónio Pais (1872-1918) e a *praxis* política do sidonismo.

No oitavo capítulo, deparamos com o «sempre só», irrequieto e indefetível guerreiro republicano que, após ter-se demitido das funções de secretário de Estado, aproveitou as intervenções no Senado para confirmar o seu afastamento crítico relativamente ao governo sidonista. E, ainda no Senado, dirigiu críticas cáusticas e contundentes aos governos presididos pelo sidonista indefetível, Tamagnini Barbosa (1883--1948), que tomou posse num clima de enorme tensão, na sequência do assassinato do presidente da República Sidónio Pais e da eleição de Canto e Castro (1862-1934) pelo Congresso, à maneira de 1911, para novo presidente da República.

No nono capítulo, vemos como Machado Santos se opôs à tentativa restauracionista monárquica em Monsanto, «armando cavaleiro» o seu próprio filho, Augusto de Oliveira Santos. Como, após o triunfo sobre a Monarquia do Norte, no Senado que veio a presidir, emitiu um discurso bem mais ponderado, apaziguador e unificador sobre a ação do governo republicano «nacional» chefiado por José Relvas (1858--1929). Mas também como regressará, em 1920, à luta político-partidária, em nome de um paradoxal reformismo radical, através do seu ressuscitado Partido Reformista, acrescido do rótulo de Federação Nacional Republicana, até acabar fuzilado, presumivelmente pela «rua democrática», na madrugada sangrenta de 20 de outubro de 1921.

Para a conclusão reservamos a síntese possível do(s) sentido(s) que Machado Santos conseguiu dar à sua vida política, a qual condicionou todas as outras dimensões: profissional, familiar, etc.

Um apêndice documental concentra, num primeiro ponto, poesias escritas pelo punho do próprio Machado Santos, num segundo ponto, quatro editoriais d'*O Intransigente,* dois discursos na Câmara dos Deputados, dois discursos no Senado e uma carta enviada a António José de Almeida. O terceiro ponto apresenta quadros relativos à composição dos governos dezembrista e sidonista, ao elenco dos governos civis e legislação distribuída pelas diversas pastas ministeriais. E num quarto e último ponto, são revelados aspetos da homenagem escrita, falada e construída (o Mausoléu) que os amigos e admiradores de Machado Santos lhe prestaram *post mortem*.

Num apêndice iconográfico, publicamos um conjunto restrito de fotografias e de caricaturas alusivas à vida pública e privada de Machado Santos.

Machado_Santos.indb 21 22/05/2013 12:14

3.

O que apresentamos, aqui, sobre a vida e a morte deste prócere e paladino da I República resulta, sobretudo, da recolha, análise e do cruzamento de informação proveniente dos seguintes documentos: os dois únicos livros que assinou – *A Revolução Portuguesa* (1910) e *A ordem pública e o 14 de Maio* (1916); o seu *Relatório de Recompensas,* escrito em 1910 e dirigido aos membros do Governo Provisório*;* as centenas de artigos da sua lavra publicados, entre 1910 e 1915, no seu jornal diário *O Intransigente;* os *Diários das Sessões* da Assembleia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados, do Senado da República, do Congresso da República e da Assembleia Nacional compulsados entre 1911 e 1963; o seu processo depositado no Arquivo Central e Histórico de Marinha; o vasto e diversificado arquivo pessoal e familiar de Machado Santos, parte dele confiado, a título provisório, à guarda do CEIS 20; as dezenas de relatórios sobre a revolução de outubro e os vários livros de memórias alusivas a este acontecimento bem como ao período histórico aqui analisado e que foram assinados por republicanos mais ou menos ilustres; as múltiplas notícias e depoimentos relativos ao processo da Noite Sangrenta publicados em diversos jornais coevos; o relatório da autópsia e a certidão de óbito; e jornais dispersos, de diferentes tendências partidárias e político-ideológicas, contemporâneos da época aqui retratada.

Pelo que fica dito impõe-se, naturalmente, agradecimentos sinceros e sentidos. À família, descendentes diretos, em particular d. Maria Júlia Machado Santos Braz Mimoso e dr. Rui Braz Mimoso, entretanto falecido, que facultaram o acesso e consulta ao Arquivo Pessoal Machado Santos, e ao filho destes, arquiteto Alexandre Braz Mimoso, pela confiança, informações e seleção de fotografias. À dr.ª Isabel Machado Santos Cisneiros, pelo empenho e disponibilidade para nos ceder informação relevante. À família de Augusto Zeferino Machado Santos, irmão do nosso biografado, com destaque para o dr. João Machado Santos, que gentilmente pôs nas nossas mãos documentos importantes e fotografias inéditas que aceitou partilhar com um público vasto e indeterminado – bem-haja; e à dr.ª Helena Machado Santos Goulart de Medeiros, arquivista, colega e amiga, inexcedível na eficiência e no empenho com que atendeu ao nosso pedido de ajuda, tirando tempo precioso à sua vida pessoal – um eterno agradecimento. E agradecemos, por fim, ao dr. Emílio Peres Rincon, a cedência de documentos, ao dr. Alexandre Ramires (investigador do CEIS 20), pela identificação, digitalização e cedência de várias caricaturas alusivas a Machado Santos que são também aqui publicadas, e ainda ao dr. Francisco Moita Flores, pelo fundamental esclarecimento forense que nos prestou sobre as circunstâncias em que o nosso biografado terá sido assassinado.

Os três autores não poderiam terminar este texto introdutório sem confidenciar aos leitores que, depois de várias reuniões preparatórias, este livro foi sobretudo construído através de um fraterno e estimulante diálogo científico triangular, operado via internet, quase quotidianamente, ao longo de alguns meses, a partir das cidades onde vivem: Braga, Oliveira do Hospital e Ponta Delgada. A sociedade da informação e da comunicação também possibilita estes benefícios «milagrosos».

Machado_Santos.indb 22 22/05/2013 12:14

Capítulo 1

Origens e formação pessoal (1875-1908)

No ano de 1875…

O modelo monárquico constitucional da Regeneração, implantado em 1851, que procurou «desideologizar» e «despartidarizar» o regime e imprimir-lhe um caráter mais desenvolvimentista ou de «progresso» material à escala nacional, parecia começar a esgotar-se. Em 1886, Oliveira Martins (1845-1894) haveria de dizer sobre este período que confluiu no Fontismo: «Deu-se demasiado à circulação, contrariando sistematicamente a produção», […] «a causa da nossa ruína financeira está na ideia de que a um país sem capitais, nem indústria de exportação, convinha um regime de livre-câmbio e bastavam os progressos da viação. A causa da nossa ruína financeira é o espelho da nossa ruína económica.»[16]

Governava, a partir do Terreiro do Paço, António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), à cabeça do seu primeiro de três ministérios ou governos, o qual teria, aliás, uma impressionante longevidade: 13 de setembro de 1871 a 8 de março de 1877. Tão substancial foi a marca individual da sua governação, que ela passaria à história com a designação de Fontismo.

Pela mesma altura, emergiu uma novel e ativa geração de intelectuais, a «geração de 70» – doutrinada nas correntes socialistas e republicanas –, que denunciou em público, nas Conferências Democráticas do Casino Lisbonense (1871), as fraquezas e as contradições em que o país vivia atolado e propôs um novo rumo político, económico-social e cultural.

O ano de 1875 ficou a meio de uma década em que vale a pena enfatizar dois acontecimentos políticos – um de dimensão nacional, o outro de repercussão mundial – que, de certo modo, ilustram uma nova conjuntura geral: a fundação do Partido Socialista Português (Partido Operário Socialista), que preconizava, no seu programa, aprovado em 1877, a concretização de uma «República social»; e a proclamação de uma República parlamentar em França – a longa e pacífica III República (1870-1940).

---

[16] *A Província*, 2 de março de 1886. Oliveira Martins havia já apresentado esta leitura crítica sobre a evolução do país no seu *Portugal Contemporâneo*, 1881: «Uma granja e um banco: eis o Portugal português. Onde está a oficina? E sem esta função eminente do organismo económico não há nações. Pode haver populações provinciais; pode haver Mónacos; mas falta um órgão à circulação, um membro ao corpo humano.»

Machado_Santos.indb 23 22/05/2013 12:14

Mas se nos ativermos apenas ao ano, no dealbar do qual nasceu o nosso biografado, vale a pena recordar outros acontecimentos. A criação, pelo caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), no periódico *A Lanterna Mágica,* da famosa e imortal personagem satírica *Zé Povinho*. O Congresso dos Estados Unidos da América do Norte adotou, a 1 de março, o Civil Rights Act, que garantia a igualdade de direitos nos transportes públicos, nos teatros, nas estalagens, na constituição de júris, etc. A 9 de maio, era assinado um tratado entre a Rússia e o Japão para resolver a questão da posse das ilhas Sacalina e Curilas, sendo a primeira integrada em território russo e a segunda em território japonês. A 13 de maio, o czar Alexandre II da Rússia manifestou-se favorável à paz, numa altura em que se agudizava a tensão entre a França e a Alemanha. A 27 de maio, na Alemanha, durante o Congresso de Gotha, ocorre a fusão da associação de operários alemães de Lassalle com o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores, de orientação marxista, resultando deste ato a União Socialista dos Trabalhadores, fundada por Babel e Liebknecht. A 31 de maio, Pio IX, através da encíclica *Quod Numquam*, condenou o movimento anticlerical alemão Kulturkampf, o qual levou à expulsão da Companhia de Jesus, à confiscação dos bens das congregações religiosas, à submissão dos seminários ao controlo do Estado, à fiscalização do governo sobre as nomeações de padres e bispos e à prisão de bispos católicos. A 1 de julho, entrou em vigor o acordo que tornou possível a União Postal Universal, subscrito por 22 países no Congresso Postal, realizado a 9 de outubro de 1874, em Berna, e que constituiu um marco na organização de um correio internacional. A 25 de novembro, morreu o rei Afonso XII de Espanha, que tornara possível a restauração da Monarquia Constitucional, em 1874 – a sua morte implicaria um período de regência da rainha Maria Cristina de Habsburgo-Lorena por 16 anos até à maioridade de Afonso XIII (1886-1931). No Japão foi constituída uma assembleia de conselheiros, o *Genro-in*, que pode ser visto como um esboço para a criação de um efetivo poder legislativo, sendo, ao mesmo tempo, fundada, em Osaca, a Sociedade dos Patriotas, embrião do movimento democrático constitucionalista. O americano Graham Bell inventou, nos EUA, um sistema de transformação do som por via eletromagnética e a primeira linha telefónica seria aberta em 1877. Zola escrevia *O Crime do Padre Mouret* e, no mesmo ano, o tema serviu de mote para a primeira versão de *O Crime do Padre Amaro* de Eça de Queirós (1845-1900), considerada a primeira grande obra importante na história do realismo em Portugal. A ópera *Carmen* de Bizet, novela de Mérimée, cuja adaptação operática causou escândalo, triunfou na Ópera de Viena, mas seria um fracasso na Ópera-Cómica, em França. A Ópera de Paris era inaugurada, tendo sido construída segundo o risco do arquiteto Charles Garnier. E Rodin deixou a sua oficina belga de Ixelles e partiu para Itália, onde pôde apreciar as obras de Miguel Ângelo.[17]

[17] RODRIGUES, António Augusto Simões (dir.), *História comparada: Portugal, Europa e o Mundo: uma visão cronológica*, Vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 168-170.

Machado_Santos.indb 24 22/05/2013 12:14

Nasceu em lar alfacinha

Foi precisamente no dia 10 de janeiro de 1875, à uma da manhã, que nasceu António de Azevedo Machado Santos (o Maria ser-lhe-á aposto depois, possivelmente no crisma e, certamente, em homenagem ao avô materno), no concelho e distrito de Lisboa. Seria batizado a 9 de maio desse mesmo ano, tendo como padrinho de batismo um colega de profissão do pai – o empregado de comércio António Manuel Teixeira – e como madrinha, por invocação, Nossa Senhora da Conceição.

Veio ao mundo na antiga rua da Inveja, entre a Mouraria e o campo de Sant'Ana – estranha ironia do destino!... Ao longo da sua vida político-republicana queixar-se-ia de ser vítima desse terrível «vício nacional», entre outros, («inveja» foi, curiosamente, a última palavra escolhida por Luís de Camões para encerrar *Os Lusíadas*). Nasceu, portanto, «no centro, no talo mesmo, da grande alface de mármore e de granito que é esta nossa Lisboa»[18], mais exatamente na freguesia de Nossa Senhora da Pena, designada originariamente Sant'Ana, nome da colina sita entre os vales da avenida da Liberdade e da avenida Almirante Reis, estendendo-se desde o largo de S. Domingos, no Rossio, até à rua Gomes Freire, junto à Polícia Judiciária.

Era o segundo de três filhos: a primogénita nascera Maria (depois nomeada Isabel), a 3 de julho de 1871, na freguesia da Pena, mas só seria batizada a 20 de abril de 1872, facto incomum que contrariava a tendência nos lares católicos para batismos apressados diante do risco de vida da criança; e o delfim chamou-se Augusto Zeferino e não nasceu na Pena, mas sim em Santa Justa, em 1882.

Parece inferir-se que foi nado e criado no seio de uma família pequeno-burguesa urbana, com a particularidade de a mãe, Maria da Assunção Azevedo Machado Santos, ter nascido em São Sebastião da Pedreira, filha de António Maria Machado e de Constância Rufina Azevedo Machado, tratada por dona no registo. Haveria de falecer com o sacramento da extrema-unção, na idade de 46 anos, aos 22 dias do mês de abril de 1886, pelas duas horas e meia da tarde, no 2.º andar do prédio 222 da rua dos Douradores, na freguesia de Santa Justa. O seu cadáver foi enterrado no cemitério do Alto de São João[19]. Deixou os três filhos menores entregues ao cuidado do marido, Maurício Paulo Victória dos Santos, empregado do comércio[20], filho de Maurício Victória dos Santos e de Maria de São José Victória dos Santos, e que viria, no estado de viúvo, a contrair segundo matrimónio com Ernestina de Saavedra Prado e Themes,

---

[18] MADUREIRA, Joaquim, *Caras Lavadas. Machado Santos (depoimento de um cúmplice)*. Lisboa, Lamas e Franklin Editores, 1911, p. 7.

[19] No registo de óbito, a mãe de d. Maria da Assunção aparece nomeada como d. Constância Justa Rufina e não apenas como Constância Rufina constante do batismo.

[20] MARQUES, A. H. de Oliveira [*et al.*] (coord.), *Parlamentares e ministros da 1.ª República, (1910-1926)*, Coleção Parlamento, n.º 5, Lisboa/Porto, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2000, p. 388. No opúsculo *Caras lavadas. Machado Santos*, é atribuído ao seu pai Maurício uma frase profética que proferira quando lhe foram dizer, no dia 4 de outubro, quem comandava os revoltosos da Rotunda: «Então temo-la tramada, porque quando ele se mete numa coisa leva-a ao fim... Mas é maluco, o meu António, porque ou deixa lá a pele, ou vai servir de degrau aos outros, pensando em todos e esquecendo-se de si» (MADUREIRA, Joaquim, 1911, *op. cit.*, p. 7-8).

Machado_Santos.indb 25 22/05/2013 12:14

irmã do general de brigada Belisário de Saavedra Prado Themes.[21] Em 1899, aparecem ambos como testemunhas no casamento do enteado dela, António Maria. Estes dois casamentos de Maurício Paulo, mas especialmente o segundo tendo em conta os dados obtidos, indiciam uma efetiva ascensão social de que ele e os filhos podem ter sido beneficiários diretos, embora não saibamos como isso se processou no quotidiano de suas vidas.

A falta de informação estende-se, infelizmente, à vida quotidiana do menino e moço, António Maria, com os pais, irmãos e demais familiares. Sabe-se, apenas, que ficou órfão de mãe aos 11 anos de idade, tinha o seu irmão Augusto cerca de quatro e a irmã Isabel 15. E esta, por ser a primogénita e já adolescente, passou a cuidar dos irmãos após a morte da mãe, segundo reza a memória familiar.[22]

António Maria assentou praça na Marinha aos 16 anos, mais precisamente a 29 de outubro de 1891[23] – ano da frustrada revolta republicana de 31 de janeiro, no Porto. Por essa altura, e apesar de ser ainda adolescente, começou a fumar, querendo, assim, passar por mais velho, segundo confessou em carta para seu filho. Através do testemunho do cúmplice carbonário e amigo Artur Luz de Almeida (1867-1939), impresso em número único d'*O Intransigente*, em homenagem por sua morte, sabemos que frequentou o Liceu em Lisboa:

> Conheci-o no Liceu, na Rua das Portas de Santo Antão, no edifício onde se encontra atualmente o Monumental Club. Parece-me estar a vê-lo no pátio do Liceu, sobraçando uma enorme rima de compêndios. Era um tipo franzino, de tez muito branca, extraordinariamente branca […]. A prender-lhe a luneta, que ele constantemente usava, (uma luneta de miopia, com grandes aros negros) uma larga fita de seda.[24]

Mais nada se sabe sobre a educação formal recebida antes e depois de ter ficado órfão, assim como não é conhecido nenhum registo que ajude a vislumbrar, ainda que ao de leve, o impacto emocional que a perda da mãe pode ter causado. Será que esta trágica ocorrência foi especialmente relevante para a sua formação psicossocial?

---

[21] Ernestina nasceu a 24 de maio de 1848 e foi batizada a 2 de junho, na freguesia de S. Martinho de Cedofeita, Porto, filha de Bernardino de Saavedra Prado e Themes, oficial do Exército e empregado no Contrato do Tabaco, natural de S. Martinho de Valdigem, concelho de Lamego, e de d. Carolina Carmina de Freitas, natural de S. Martinho de Cedofeita, tendo casado na Sé do Porto. Avós paternos: Fortunato Felisberto Themes Prado e d. Rita Cândida de Saavedra de Carvalho e Souto; e avós maternos: Joaquim Vieira dos Santos e d. Tomásia Doroteia Rosa de Freitas. Foi padrinho seu irmão Belisário de Saavedra Prado e Themes «filho-família, morador na rua de Cedofeita»; a madrinha foi d. Maria Carminda de Araújo, solteira, «filha-família, moradora na rua do Príncipe» (Paróquia de Cedofeita – Batismos, 1841--1852; Arquivo Distrital do Porto-ADP). O general Belisário Saavedra faleceu em 27 de abril de 1913, na condição de general de brigada reformado, como consta do *Diário do Governo*, n.º 128, 3 de julho de 1913.

[22] Depoimento oral prestado recentemente por familiares.

[23] Para a composição deste item, seguimos os elementos contidos no *Processo de Santos, António Maria de Azevedo Machado Santos. Oficial da Armada. Classe – Administração Naval*, in Arquivo Central e Arquivo Histórico de Marinha (ACAHM).

[24] ALMEIDA, A. Luz, «O amigo Machado Santos», *O Intransigente*, número único em sua homenagem, 2 de julho de 1922.

Machado_Santos.indb 26 22/05/2013 12:14

E, num outro registo, a excitação nacionalista associada aos feitos militares realizados em África (sobretudo Angola e Moçambique) e levada ao rubro pelo *Ultimatum* inglês ao governo de Lisboa, a 11 de janeiro de 1890, terá deixado traços indeléveis nesse adolescente associado à «geração de 90» ou «geração ativa»? Não temos resposta para estas interrogações pertinentes, como também não se conhecem os motivos do ingresso, ainda bem moço, numa corporação militar bastante exigente e de fortíssimas tradições – a Armada.

Vida de marinheiro: uma escolha inusitada

Aparentemente não havia um apelo familiar claro para que o secundogénito do casal Maria da Assunção Azevedo Machado e Maurício Santos fosse induzido ou até obrigado a escolher a vida de marinheiro. A escolha, feita pelo próprio ou sugerida por alguém, causa natural estranheza…

É sabido que no Portugal da Regeneração e, em especial, no último quartel de oitocentos, as políticas fomentistas dos governos de Fontes Pereira de Melo e do rotativismo monárquico, entre regeneradores e progressistas, propiciaram o arranque para um desenvolvimento capitalista e industrial assimétrico e demasiado incipiente, mas que deu esperanças de efetiva mobilidade social a uma pequena burguesia de funcionários públicos, de pequenos e médios comerciantes, de empregados de comércio (e de serviços vários), de agricultores e proprietários remediados, entre outros. E é também conhecido que as carreiras eclesiástica, militar e do funcionalismo público abriram-se a estratos humildes e assaz modestos, possibilitando a aspiração a um significativo reconhecimento socioeconómico e simbólico numa sociedade vertical e estratificada. O que não sabemos, efetivamente, no caso em apreço, é se a escolha pela vida de marinheiro de guerra obedeceu à perspetiva pragmática de uma carreira de riscos com boas vantagens sociais e económicas, ou antes a um arrebatamento patriótico, ou ainda a ambos…

Certo é que, a 29 de outubro de 1891, deu entrada na Escola Naval[25], sedeada no Terreiro do Paço, como aluno e aspirante de 2.ª classe, para cursar Administração Naval, curso criado pela reforma de 1887 e através do qual, então e hoje,

[25] Em 1845, por decreto real de d. Maria II, a Academia Real dos Guardas Marinhas, criada em 1782, passou a designar-se por Escola Naval, passando a formar, também, os oficiais da Marinha Mercante. A sua sede continuou no Terreiro do Paço até 1936, data em que, por virtude de um incêndio na Sala do Risco, a Escola migrou para as instalações para isso construídas no Alfeite, onde se mantém até aos dias de hoje (Escola Naval – História. url: http://escolanaval.marinha.pt/PT/escola/Pages/Historia.aspx - consulta em 5 de dezembro de 2011). Ver, também, MATOS, Jorge Semedo de, «A cultura que faz o homem: cultura e universidade: o caso da Escola Naval», in *A Cultura na Marinha*. Lisboa, Academia da Marinha, 2006, p. 39-70. O autor deste estudo refere expressamente que o curso da Escola Naval era de dois anos, precedido de um ano de preparatórios na Escola Politécnica. O decreto que fundou esta Escola diz, com toda a clareza, que os seus objetivos são «habilitar alunos com os conhecimentos necessários para seguirem cursos das Escolas de aplicação do Exército ou da Marinha, oferecendo ao mesmo tempo os meios de propagar a instrução superior e de adquirir a subsidiária para outras profissões científicas (*idem*, *ibidem*, p. 57-58).

Machado_Santos.indb 27 22/05/2013 12:14

se habilitavam os oficiais a chefiar o serviço de abastecimento dos navios, dirigir, inspecionar e executar atividades no âmbito da organização, contabilidade e gestão dos recursos financeiros, bem como participar na direção, inspeção e execução relativas ao abastecimento da Marinha[26]. Competências e tirocínio que deixaram marca profunda em Machado Santos, posta em evidência no modo como criou e organizou a Carbonária com Luz de Almeida e como preparou e relatou, sobretudo a partir do 5 de Outubro de 1910, a «gesta da revolução republicana» e de seus legítimos obreiros. No seu discurso político, no desempenho de funções governativas (nos governos de Sidónio Pais) e nas propostas programáticas dos partidos que viria a fundar – Partido Reformista e Federação Nacional Republicana – nunca escondeu o seu forte pendor administrativista.

De 1891 a 1895, além da especialização no referido ramo, dentro da Marinha, foi promovido, em 30 de julho de 1892, a aspirante de 1.ª classe e a guarda-marinha (comissário de 3.ª classe), em 5 de janeiro de 1895. Foi, também, para o mar fazer comissão na canhoneira *Douro*, no Tejo, de 5 de janeiro a 12 de outubro de 1893; na corveta *Afonso de Albuquerque*, no Tejo, de 13 a 29 de outubro desse mesmo ano; e na mesma corveta, em viagem para o Brasil, de 30 de outubro a 28 de novembro de 1893. Mudou para a corveta *Mindelo* da estação do Atlântico Sul, a 29 de novembro desse ano e aí se manteve até 12 de agosto de 1894. Fez a viagem de regresso a Lisboa, com início a 13 de agosto, e chegou a 14 de setembro, permanecendo na referida corveta, ancorada no Tejo, até 28 de outubro, mudando no dia seguinte para a corveta *Duque da Terceira* e no dia 31 transitou para a canhoneira *Rio Lima*, fundeada no Tejo. A 22 de novembro, partiu para a estação naval da Índia, onde chegou, a 10 de janeiro de 1895, e aí ficou em serviço, até 19 de junho de 1895. Durante esse período sabe-se que serviu na estação naval do Índico, tendo estado a bordo da fragata *D. Fernando e Glória*[27] e na canhoneira *Diu*.

Entre 15 de agosto e 27 de novembro desse ano de 1895, foi-lhe averbada uma comissão em terra, no 2.º Depósito do Arsenal da Marinha, transitando, em seguida, como adjunto, para o 1.º Depósito da Marinha e encarregado da Azinheira. Ficou como adido ao almirantado, de 29 de dezembro de 1895 a 7 de janeiro de 1896. Terminara, então, a sua estada em terra e foi, por isso, aumentado ao efetivo da estação naval do Índico, em 18 de fevereiro.

De 20 de junho a 26 de agosto de 1896, fez, na canhoneira *Diu*, viagem para Macau, servindo na respetiva estação naval. Daí seguiu viagem, sempre no mesmo

---

[26] No que diz especificamente respeito ao ensino na «área da administração naval», o plano curricular de dois anos, associado à reforma de 1887, previa a existência, no primeiro ano, de uma cadeira (a oitava), que incluía «a administração naval, contabilidade pública e industrial e legislação naval». Ver a dissertação de mestrado de TEODORO, Manuela Rute Martins Passos, *Os Aspirantes e a Escola Naval entre 1869 e 1910: perspetivas sobre o ensino militar naval português na segunda metade do séc. XIX*, 1997 (existe um exemplar na Biblioteca Central de Marinha).

[27] Sobre esta famosa fragata, «o último grande navio à vela da Marinha Portuguesa» e também a última «Nau» a fazer a chamada «Carreira da Índia», ver GIL, Adriano Beça, «Fragata D. Fernando II e Glória», in *A Cultura na Marinha*, op. cit., p. 197-227.

Machado_Santos.indb 28 22/05/2013 12:14

navio, para Moçambique, de 6 de janeiro a 15 de fevereiro de 1897, permanecendo, assim, de 16 de fevereiro desse ano a 11 de janeiro de 1898, na estação naval do Índico, com serviço no depósito *Índia* (de 12 de janeiro a 13 de fevereiro) e destacamento na esquadrilha de Gaza (de 28 de abril de 1898 a 1 de fevereiro de 1899).

Quatro anos depois de ter zarpado do Tejo, regressou ao ponto de partida, para, a 29 de julho de 1899, se casar[28] com Beatriz Estefânia de Oliveira, de quem teve apenas um filho, nascido em 26 de março de 1900, chamado Augusto de Oliveira Santos.[29] Esta data serviu de título a um soneto escrito e passado a limpo por Machado Santos, pai embevecido, num livro de poesias (várias nos temas e nos períodos a que se reportam), todas manuscritas a tinta em papel quadriculado e encadernadas em cartonado a grená com o título dourado *Único Momento de Bom Humor*. O marinheiro e revolucionário foi poeta ou versejador, exercitando, assim, uma prática comum a inúmeros portugueses coevos, mas não ousaria publicar esses devaneios íntimos:[30]

> Cantavam seus amores as avezinhas
> Soltando seus gorjeios e trinados;
> Azulava-se o céu, floriam prados,
> Vinham chegando os bandos de andorinhas;
>
> Enquanto elas alegres, coitadinhas,
> Seus ninhos construíam nos telhados,
> De noite celebrando seus noivados,
> Tu meu filhinho a este mundo vinhas.

---

[28] Onze dias antes da data do seu matrimónio, mais precisamente a 18 de julho, foi admitido como sócio do Montepio Oficial.

[29] Ver *Processo de António Maria de Azevedo Machado Santos. Oficial da Armada. Classe – Administração Naval*, in ACAHM. O filho Augusto receberia os apelidos de Oliveira e Santos, sendo omitido o apelido paterno completo, Machado Santos, para evitar, segundo explicação que se perpetuou na família, que o filho viesse a ser prejudicado ou anatemizado com o que pudesse vir a suceder ao pai em razão da sua crescente posição crítica à Monarquia.

[30] O caderno encerra com uma composição onde é expresso claramente esse propósito intimista: «Fecha-te oh livro e não vás tu contar // O que nas folhas minha pena fez, // Se sincero no que escrevi me crês // Fecha-te livro, não vás tu falar; // Meus pobres versos não quero espalhar, // Só tu os sabes e só tu os lês, // Jamais te abras, pois em nenhuma vez // De minhas rimas quero ouvir troçar. // De minha alma nobre a tristeza infinda, // Ninguém no mundo advinha ainda, // E nesses versos eu a fui contar, // Mas só comigo, testemunha Deus, // Por isso digo, pensamentos meus, // Fecha-te livro, não vás tu contar» (SANTOS, Machado, [Sem título], in *Único Momento de Bom Humor* (documentos de Machado Santos – Isabel Machado Santos Cisneiros). Não está em causa a qualidade poética dos versos, mas o testemunho da sensibilidade de uma pessoa que até agora não era sequer pressentida na sua dimensão profundamente humana e isto é, sem dúvida, essencial. O «livro» teve de abrir-se para se dar a conhecer o herói feito homem... Esta faceta poética quase desconhecida foi revelada pelo publicista Rocha Martins, amigo íntimo de Machado Santos, em artigo comemorativo do aniversário do 5 de Outubro e publicado em *O Primeiro de Janeiro* de 7 de outubro de 1945. Aí se lê a dado passo o seguinte: «Era um romântico na aceção própria da palavra; grande devorador de romances cavalheirescos que o entusiasmavam, poeta como Marinha de Campos, outro talentoso oficial da administração naval, de quem também foi amigo. É uma novidade para quase toda a gente; mas posso asseverá-lo; Machado Santos fazia versos e alguns de grande ritmo» (MARTINS, Rocha, "Machado Santos", *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 7 de outubro de 1945, p. 1).

Machado_Santos.indb 29 22/05/2013 12:14

Aquela que em teu seio te criou
É a mais bela esposa estremecida,
É a estrela que o céu me enviou.

P'ra Ti meu anjo e para ela e Querida,
Únicos bens que tenho eu vo-los dou;
O meu amor eterno e a minha vida.[31]

A esposa era filha do comerciante Martiniano Joaquim de Oliveira (filho de Bento José Martiniano e Maria do Carmo) e de Luísa da Câmara, exposta da Misericórdia da ilha da Madeira. Nascera, na freguesia do Socorro, a 2 de maio de 1890 e fora batizada a 24 de julho do mesmo ano. Tinha um irmão mais velho, nascido em 1880, de nome Carlos Luís de Oliveira[32], que se manteve solteiro, foi funcionário público e co-herdeiro do prédio de três pisos, ainda hoje intacto, sito na rua José Estevão n.º 14, no bairro da Estefânia, onde d. Beatriz passou a residir com o marido, filho, irmão e seus pais.[33]

Quase nada conseguimos apurar sobre a sua intimidade conjugal, mas como vai ficando patente, ao longo deste capítulo, os seus afastamentos da esposa e do filho foram vários e prolongados, com inevitável impacto na dinâmica dos afetos. Em carta (ou «prancha maçónica») que adiante se transcreve, datada de julho de 1910, alude à necessidade de «reconstituir o seu lar» desfeito ou desorganizado pela entrega plena e obstinada que fizera em prol da República e da revolução. Mas é um facto que sempre procurou passar as férias de verão em ambiente familiar, numa casa (hoje já demolida) sobranceira à praia da Poça, em São João do Estoril, arrendada ao seu amigo e mais tarde compadre, Manuel José Martins Contreiras.[34] Veremos, aliás, em capítulo mais adiante, como assumiu, conforme era normal na época e dentro da sua mundividência burguesa e republicana, o papel de pai, dando instruções morais e defendendo princípios higiénicos em prol de um corpo são, numa carta e num «manual de vida», escritos nos Açores, para o seu filho Augusto, então com 15 anos.

---

[31] SANTOS, Machado, [Sem título], in *Único Momento de Bom Humor* (documentos de Machado Santos – Isabel Machado Santos Cisneiros).

[32] Ficou registada no imaginário da família a ideia de que este irmão da esposa de Machado Santos seria uma pessoa algo excêntrica, que se dedicava a colecionar, de forma meticulosa e incomum, os mais diversos artefactos e tinha uma biblioteca temática especializada com títulos de referência, datados do século XVII até aos anos 40 do século XX.

[33] O prédio (única herança patrimonial da família paterna) haveria de ficar para o engenheiro de formação, professor e, depois, funcionário da Caixa Geral de Depósitos, Augusto de Oliveira Santos (casado com d. Ondina Contreiras de Oliveira Santos) e só no último quartel do século XX será vendido pelos seus descendentes. Aí faleceu d. Luísa da Câmara Oliveira, no estado de viúva, sem testamento, no dia 26 de dezembro de 1917, e aí residiu Carlos Luís de Oliveira até se achar enfermo e ser internado no Hospital de Jesus, à travessa da Arrochela, onde faleceria, às 14 horas do dia 16 de abril de 1942, vítima de obstrução intestinal, com a idade de 62 anos, já aposentado.

[34] Trata-se de uma informação cedida pelo bisneto de Machado Santos, arquiteto Alexandre Braz Mimoso.

Machado_Santos.indb 30 22/05/2013 12:14

Por outro lado, sabe-se que a sua relação com a irmã Isabel e o irmão Augusto foi muito estreita e de forte cumplicidade política. Veremos o irmão a seu lado em vários momentos e situações a partir de 1910. Será, aliás, com o irmão, Augusto Machado Santos, que fundará o jornal *O Intransigente,* como será também o irmão a dirigir os dois números extraordinários deste jornal publicados em homenagem ao falecido «herói do 5 de Outubro»[35].

Entre maio de 1899 e junho de 1900, período que abrange o seu casamento, ficou em terra, desempenhando funções na 4.ª Repartição da Direção-Geral da Marinha e de subchefe da secção de contabilidade dos serviços marítimos do Arsenal. Não tardou, porém, muito a receber ordem de marcha para o mar. A 12 de agosto de 1900, iniciou funções de encarregado do depósito da Esquadrilha de Gaza e, depois, entre 5 e 19 de novembro de 1901, retornou ao depósito *Índia.* Regressado à capital do reino, assumiu um posto na 4.ª Repartição da Direção-Geral da Marinha, de 16 de dezembro de 1901 a 5 de fevereiro de 1902.

Ora no mar, ora em terra… A vida do marinheiro Machado Santos prosseguiu, ora em águas do Tejo e em solo lisboeta, ora em águas que banhavam os longínquos territórios ultramarinos, associando-se, desta forma e no estrito cumprimento de seu dever militar, à contribuição que a Marinha, junto com o Exército, tributou, sobretudo a partir de meados de oitocentos, à construção do império em África:[36]

De 5 de fevereiro de 1902 a 19 de fevereiro de 1908, o seu processo funcional dá-nos uma sequência que se inicia na canhoneira *Bengo*, ancorada no Tejo, depois no cruzador *Adamastor* e no transporte *Pero de Alenquer*, ambos no Tejo, após o que, servindo neste último navio, fez uma viagem de instrução, voltou a ancorar no Tejo e embarcou em Ponta Delgada, achando-se o navio em viagem de instrução. Em setembro de 1904, está, de novo, no Tejo, mas a 5 de novembro desse ano transita para o cruzador *S. Rafael*[37], no qual irá de viagem às Canárias, entre 24 e 31 de março de 1906,

---

[35] O feitio passional dos irmãos Machado Santos e a cumplicidade afetiva e política dos dois foi sempre evidente – até na morte trágica, pois o irmão Augusto acabaria por se suicidar no Porto.

[36] Vale a pena ter em atenção o seguinte extrato: Desde meados do século XIX que alguns oficiais da Armada começam a integrar importantes missões científicas e a ocupar posições de destaque em várias instituições coloniais e ultramarinas. «[...] Pela mesma altura em que endurece o combate em torno da legitimidade e dos direitos históricos que Portugal tem para construir um império em África, surge, na viragem do século XIX para o XX, um notável rol de historiadores/marinheiros. Vicente Almeida d'Eça (1852-1929), Tancredo de Morais, Alfredo Botelho de Sousa, Quirino da Fonseca (1863-1939), Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931), Braz de Oliveira, L. Morais e Sousa, Gago Coutinho (1869-1959) e Abel Fontoura da Costa (1869-1940). Esta plêiade de homens esclarecidos, com longa experiência de mar, abre uma vaga de novas interpretações, para uma boa fatia temporal da História de Portugal. Alguns, como Gago Coutinho, não se limitam ao campo historiográfico, e alargam a sua produção a outros domínios científicos, em áreas do conhecimento associadas ao mar: geodesia, hidrografia, meteorologia, estratégia, cartografia, construção naval.» (VALENTIM, Carlos Manuel, «O Clube Militar Naval e os seus anais na cultura da Marinha: a ciência e a técnica divulgadas por uma revista naval», in *A Cultura na Marinha*, op. cit., p. 32-33).

[37] A sua estada neste navio permitiu-lhe, ao longo do ano de 1905, ir estanciando por Lisboa. Indício disto é a ata de conciliação em uma pendência de honra, ou seja, duelo, com data de 29 de dezembro. Reuniram-se, então, no 1.º andar da rua Augusta, n.º 228, em procuração de Machado Santos, o 2.º tenente da Armada, Manuel Paulo de Sousa Gentil e o oficial da Administração Naval Augusto Costa, e em procuração do proprietário Alfredo de Almeida Vacondeus, o capitão médico da Guarda Municipal Abel de Campos e José Augusto Pimenta, empregado na Alfândega de Lisboa. E dessa ata consta o seguinte:

Machado_Santos.indb 31 22/05/2013 12:14

e nesse navio se manteve, regressando ao Tejo por onde estanciou, até aos inícios de 1908, com três viagens de instrução, sendo a terceira dirigida até Cascais e incluindo exercícios na costa do Algarve. Pouco antes de terminar este longo período em terra e águas lisboetas, serviu na canhoneira *Zambeze*.

Em terra, prestou serviço como adido à Majoria-General, de 14 de novembro a 15 de dezembro de 1906, passando, no dia seguinte, para a Comissão de Compras, até 31 de julho de 1907. E, no dia 1 de agosto, era colocado como adjunto na Administração dos Serviços Fabris, de onde transitou, em 26 de setembro de 1908, para a Majoria-General, também como adjunto, até 7 de julho de 1909.

Mas seria um grave equívoco se passássemos por este período anotando, apenas, a vida profissional de um homem que tinha, entretanto, ganhado consciência político-partidária, porquanto consta dos elementos avulsos e escassos sobre a sua biografia política que terá aderido à dissidência do Partido Progressista de José Maria de Alpoim (1858-1916)[38], ingressando, como sucedeu com outros integrantes daquele grupo, no Partido Republicano, em 1907.[39] O seu espírito combativo e impulsivo projetou-se na ação política e vemo-lo, por isso, a conspirar, em 1908, contra a ditadura de João Franco (1855-1929). No mesmo ano aderiu à Carbonária[40], a cuja Alta Venda viria a ascender, e no ano seguinte foi iniciado na Maçonaria. Sobre o seu percurso nesta última organização secreta, vale a pena seguirmos aqui as palavras do historiador António Ventura:

«[...] Entrando-se abertamente no assunto que deu causa a esta pendência, e depois de minuciosamente analisada e discutido o facto em si, com todos os pormenores que se puderam apurar, concordam unanimemente os quatro cavalheiros presentes, com referência aos seus constituintes, que nem sequer se conheciam antes da cena lamentável que entre os dois se passou. Que não há motivos para irem para o campo de honra, pois que o facto se limitou a simples trocas de palavras mais ou menos ofensivas, é certo, mas proferidas num momento de exaltação, sem a mínima opinião antecipada nem a menor ideia de ofensa, tanto mais que se não chegou a proferir injúria grave para qualquer das partes. Em vista do exposto, os dois grupos presentes, em nome dos seus constituintes declaram que retiram e consideram como não proferidas as palavras que deram origem a esta pendência [...]» (APFMS).

38 Rocha Martins, no mesmo artigo de jornal atrás citado, refere este facto em poucas palavras: «Republicano foi-o depois duma série de peripécias da sua carreira política, mas liberal nunca deixara de ser. [...] Filiou-se no partido dissidente através do seu amigo, o segundo tenente Egas de Alpoim, filho do conselheiro José Maria de Alpoim, mas necessariamente entre figuras de tanto relevo, não passaria de apagado correligionário», MARTINS, Rocha, "Machado Santos", *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 7 de outubro de 1945, p. 1.

39 Ver *1907 no advento da República*, Mostra bibliográfica, 15 de março a 9 de junho, apresentação de Jorge Couto e coordenação de Manuela Rego, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2007.

40 Ver, em particular, MADUREIRA, Joaquim *et al*. – *Machado Santos, a carbonária e a revolução de outubro*. Lisboa, SCRL, Cooperativa Editora História Crítica, 1980, coleção Textos Universitários, Opúsculos 1; e ainda *O Relato secreto da implantação da República feito pelos maçons e carbonários*. Organização e prefácio de Costa Pimenta, Lisboa, Guerra e Paz, Editores, 2010. Sobre Artur Augusto Duarte Luz de Almeida, grande obreiro da Carbonária, junto com Machado Santos e António Maria da Silva, esse modesto e discreto inspetor das bibliotecas populares e móveis, bacharel em Letras, que frequentara, durante um ano letivo, a Universidade de Paris, ver LIMA, Magalhães, *Episódios da minha vida: memórias documentadas com fotografias e caricaturas de Rafael Bordalo Pinheiro, Celso Hermínio, Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro e Francisco Valença*, 2.ª ed., Lisboa, Livraria Universal, 1928, p. 265-300.

Machado_Santos.indb 32 22/05/2013 12:14

> Foi iniciado em 14 de julho de 1909 na loja Montanha n.º 214, do REAA, de Lisboa, com o nome simbólico de *Championnet*[41]. Ascendeu aos graus 2.º em 15 de janeiro de 1910, 3.º em 31 de março de 1910, 4.º, 5.º 6.º e 7.º em 28 de novembro de 1910. Honorário da loja Acácia n.º 281, do RF, de Lisboa, em 16 de dezembro de 1910. Fez parte da Comissão de Resistência da Maçonaria, formada em 19 de março de 1910. A coberto com atestado de quite[42] em 1 de julho de 1914. Fez parte do grande conselho geral da Ordem em 1911.[43]

Desde então mergulhou obstinadamente na preparação do golpe revolucionário que haveria de derrubar a Monarquia e estreitou relações com a massa urbana revolucionária, composta por marinheiros, cabos, sargentos, soldados, operários, empregados de comércio, tipógrafos, boticários, etc., potenciais e efetivos bombistas, agitadores, propagandistas das ideias republicanas e braços armados, dentro dos quartéis e navios, à ordem de chamada dos seus chefes insurretos.

Na nota biográfica que Machado Santos entregou para a obra *As Constituintes de 1911 e os seus deputados,* são relatados factos que ilustram a adesão do marinheiro à causa republicana. É aí escrito que, em agosto de 1907, Machado Santos foi abordado pelo capitão-tenente da Armada João Serejo Júnior para participar numa revolta e, mais tarde, Marinha de Campos (desligado, entretanto, do Partido Regenerador Liberal, a cujo líder, João Franco, dirigiu uma carta aberta) e Mascarenhas Inglês procuraram-no com o mesmo objetivo. Terá sido no escritório de Alexandre Braga (1871-1921) que Machado Santos conheceu João Chagas (1863-1925) e o vice-almirante reformado Cândido dos Reis.[44] A revolta de 28 de Janeiro de 1908 ganhou corpo através do impulso organizativo da Carbonária, mas foi parcialmente abortada, tendo sido presos vários dirigentes republicanos e dissidentes progressistas próximo do elevador da Biblioteca. No entanto, os revolucionários estavam dispostos a matar e a morrer pelo ideal e, a 1 de fevereiro, d. Carlos (1863-1908) e o príncipe herdeiro Luís Filipe foram baleados mortalmente no Terreiro do Paço.

O cadastro militar de Machado Santos manteve-se limpo e o seu comportamento considerado «exemplar»[45] até essa altura. Foi mandado responder, no dia 26 de junho de 1908, em Conselho de Guerra pelo crime de insubordinação – publicara um artigo controverso no jornal *O Radical,* tema a que voltaremos no capítulo seguinte. A 26 de setembro desse mesmo ano, teve de se apresentar na Majoria-General da

---

[41] Alcunha dada ao general francês Jean Étienne Vachier (13 April 1762, Alixan, Drôme - 9 January 1800), que participou ativamente na Revolução francesa (Ver verbete na Wikipedia. url: http://en.wikipedia.org/wiki/Jean_Étienne_Championnet - consulta a 20 de dezembro de 2011).

[42] *Passar a coberto* é uma «expressão que designa o abandono dos trabalhos maçónicos» e *atestado de quite* é um «documento que indica a separação regular de um maçon de uma loja a que pertencia. Munido desse documento, pode reiniciar a sua atividade maçónica noutra loja ou Oriente» (Cf. VENTURA, António, *Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, p. 284 e 288).

[43] VENTURA, António, *Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, p. 128. Ver também MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria*, Vol. 2 – J-Z, Lisboa, Editorial Delta, 1986, cols. 1293-1295.

[44] Ver *As Constituintes de 1911 e os seus deputados*, op. cit., p. 225-226.

[45] Condecorado com a medalha de prata de comportamento exemplar em 13 de maio de 1905. Cf. *Ibidem*.

Machado_Santos.indb 33 22/05/2013 12:14

Armada, com guia da canhoneira *Zambeze*, tendo ficado adjunto e preso para Conselho de Guerra, o qual, a 17 de outubro, haveria de o julgar, absolver e restituir ao gozo pleno dos seus direitos.

Mas antes disso, no dia 20 do mês e do ano do regicídio, a bordo da canhoneira *Zambeze,* seguira viagem para a Guiné, com escala por Cabo Verde. Esteve nestes territórios, de 9 de março a 31 de maio de 1908 e, como consta da rubrica «campanhas, ferimentos e feitos de armas» no seu processo individual, participou no bombardeamento de Intim e Bandim, episódio inserido nas campanhas de Varela, Cuhar e Bissau. Esta missão valeu-lhe a medalha de prata rainha d. Amélia, juntando-se esta condecoração a dois louvores registados na Ordem da Armada de 1906: um foi extensivo à guarnição do cruzador *S. Rafael*, comandante, oficiais e praças, pelo modo honroso como desempenharam a representação de Portugal e da Marinha de Guerra nacional nas ilhas Canárias (missão referida atrás) por ocasião da visita de «S. Majestade Católica» àquelas ilhas; e o outro foi concedido pelo Major General da Armada ao comandante, oficiais e praças da guarnição do cruzador *S. Rafael*, pelo estado de irrepreensível asseio e completa disciplina em que se encontrava o navio e as praças que o guarneciam, por ocasião da visita de inspeção que o mesmo Major General passou ao navio, constatando, pelos exercícios que ordenou, o estado de perfeita instrução das praças, bem como a forma rápida e correta como as ordens foram executadas.[46]

Todavia, importa aqui notar que a campanha da Guiné de 1908 deu também origem a um curioso episódio, narrado por Mário Matos e Lemos a partir de documentação coeva, que constitui mais uma achega para aquilatar o caráter complexo daquele que mais tarde viria a reivindicar para si o título de «fundador da República». Machado Santos, regressado a Lisboa depois de ter cumprido a comissão de serviço na canhoeira *Zambeze*, terá requerido ao rei, em 18 de julho de 1908, que lhe concedesse a graça de 90 dias de licença com todos os vencimentos, a gozar a partir do mês de agosto, por ter participado, ao lado dos seus camaradas, no combate contra as povoações de Intim e Bandim. Mormente, asseverou nesse requerimento que teve a honra de acompanhar, como voluntário, o destacamento que desembarcou, à noite, na praça de Bissau, para a defender do ataque geral do inimigo. Menos de uma semana depois, a Majoria-General da Armada informava, porém, que o pedido de Machado Santos devia ser indeferido, porquanto «não consta que este oficial tivesse desembarcado para tomar parte nas operações militares naquela província». À margem do requerimento, o capitão-tenente da 2.ª repartição opunha a seguinte nota: «Se desembarcou foi como curioso, e bem estranhável é que, como oficial, que deve ter consciência de não ter direito à licença especial concedida aos que fizeram parte de toda a campanha, venha fazer tal pedido.»[47] Convém aqui esclarecer que, de acordo com o código militar, os oficiais da Administração Naval estavam impedidos de desempenhar funções de nível operacional.

---

[46] Ver *Processo de Santos, António Maria de Azevedo Machado. Oficial da Armada. Classe – Administração Naval,* in Biblioteca Central da Marinha-Arquivo Histórico.

[47] Cf. LEMOS, Mário Matos e RAMIRES, Alexandre, *José Henriques de Mello. Guiné: campanhas de 1907-1908*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 92-93.

Machado_Santos.indb 34 22/05/2013 12:14

Talvez seja desse período de ausência forçada, do seu torrão natal e da família, que data o poema «Saudade», transcrito para o caderno *Último Momento de Bom Humor*. O poema termina assim: «Muito hei sofrido na terra e no mar, // Tudo são tristezas longe do lar».[48] E uma outra composição apresenta alusões mais explícitas à sua condição de «desterrado», longe da Lisboa acrisolada:

I
Em tempos pretéritos
Afagos eméritos
A mim envolviam,
Irmãos que eu amava,
Meus pais que adorava,
A mim me sorriam.

II
Mas hoje onde estão?
No meu coração
Eu sei que existem;
Mas neste deserto,
De areia coberto,
Eles não assistem.

III
Também o filhinho
De alegre risinho
E a esposa adorada,
Não tenho a meu lado,
Estou só exilado
Na terra areada.

IV
Lisboa formosa,
Cidade famosa,
Das margens do Tejo,
P'ra estes meus bens,
Que em teu seio tens,
Envio-te um beijo.[49]

No primeiro dia de junho de 1908, já estava a fazer a viagem de regresso a Lisboa, com escala por Cabo Verde, chegando ao Tejo a 2 de julho.

---

[48] SANTOS, Machado, «Saudade», in *Último Momento de Bom Humor* (Documentos de Machado Santos – Isabel Machado Santos Cisneiros).
[49] SANTOS, Machado, [Sem título], in *Único Momento de Bom Humor* (Documentos de Machado Santos – Isabel Machado Santos Cisneiros).

Machado_Santos.indb 35 22/05/2013 12:14

Acertadas as «contas» com a justiça militar, recebeu comissão para Angola, para onde se dirigiu, a 20 de outubro, no transporte *Pero de Alenquer*, tendo feito escala em Cabo Verde. Permaneceu em Angola de 14 de janeiro a 1 de março de 1909. Levantou âncora rumo a Lisboa, em 2 de março. E pelo Tejo ficaria estacionado, participando, em junho desse ano, num cruzeiro para instrução de praças.

Dessa viagem no *Pero de Alenquer* resultou um outro livro de sonetos e poesias soltas que organizou num volume bem encadernado, com folhas de guarda e todo manuscrito em caligrafia de estilo e com numeração nas folhas escritas, frente e verso, num total de oitenta. O marinheiro-poeta intitulou esta sua obra de *Atlânticas* e, singelamente, abriu-a, em jeito de introdução, de um modo jocoso que não corresponde à pretensa seriedade de muitas das poesias aí apresentadas:

> As páginas que ocupo
> Em verso mal acabado,
> São produções de um maluco
> Quando não anda enjoado.[50]

No final podemos percorrer um índice em que as composições poéticas surgem divididas em duas partes – *Almanaque às avessas* e *soltas*. É curioso notar que muitas poesias em quadras e sonetos dessa primeira parte fazem referência expressa à viagem marítima, inserindo uma contagem decrescente dos dias que faltam para o regresso à Lisboa amada. Trata-se, enfim, de mais um testemunho da atividade poética de Machado Santos revelada ao público por Rocha Martins e que confirma, também, uma qualidade literária irregular, como se poderá perceber através da seleção feita e incluída no apêndice documental.

A par da comissão e do exercício militares, desempenhou funções na 5.ª Repartição da Direção-Geral da Marinha, de julho de 1909 a 15 de janeiro de 1910, data em que passou para o Corpo de Marinheiros, até 10 de julho de 1911.

Um mês após a proclamação da República, seria promovido a comissário de 2.ª classe ou, como consta da respetiva carta patente, a 2.º tenente da Administração Naval.[51] E a 3 de julho de 1911, receberia nova promoção, agora concedida pela Assembleia Nacional Constituinte (decreto dessa data) – desta vez para capitão-de--mar-e-guerra da Administração Naval, contando-se a antiguidade neste posto desde 5 de julho de 1910. Pelo mesmo decreto foi-lhe concedida a pensão anual vitalícia de 3.000$000 réis, livres de quaisquer direitos e impostos. Não voltaria a ser mudado de posto até 1917, como veremos mais para adiante.

---

[50] SANTOS, Machado, *Atlânticas* [Livro de poesias, 1909] (Documentos de Machado Santos – Isabel Machado Santos Cisneiros).

[51] APFMS, Carta patente de promoção a segundo tenente da Administração Naval, Lisboa, 30 de junho de 1911.

Machado_Santos.indb 36 22/05/2013 12:14

Perfil físico e psicológico

Bem constituído, coriáceo, bigode negro (que mais tarde cortou) e lunetas de míope, gargalhada espontânea e sonora, voz grave que terá enrouquecido irremediavelmente pelo facto de ser um fumador compulsivo e na sequência da epopeia de outubro de 1910, índole temperamental e extrovertida.

Uns descreveram-no como jovial, folgazão, afetivo, leal, destemido, patriota emérito, generoso, inteligente, obstinado, idealista, visionário, íntegro e republicano indefetível, para quem a «República existia como Deus existe para certos devotos: com forma humana. A República era a sua paixão e a sua filha»; outros chamaram-lhe altivo, fanático, presunçoso, megalómano, velho romântico desgarrado do tempo, populista, ingénuo, pouco inteligente, pobre diabo, culturalmente limitado, verborreico, demagogo e «amigo de Peniche» da República.[52]

O astrólogo J. Rabestana, cujo rosto circulou na folha volante propaladora das suas profecias e sobre o qual nada de significativo se conseguiu apurar, elaborou um *horóscopo cabalístico-astrológico da República Portuguesa* em que começa por traçar o retrato psicológico de Machado Santos:

> S. ex.ª nasceu na 2.ª década do signo de Capricórnio, o qual é governado pelo planeta Saturno. Ao meio dia do seu nascimento estava a Lua a 30 graus de Aquário e tinha três dias de idade. S. ex.ª possui um caráter muito justo e laborioso, probo e bem equilibrado. É muito inteligente, profundo, prudente, diplomata, ambicioso, perseverante e económico e tem vontade firme. Na aparência, é frio em suas afeições e pouco demonstrativo, mas é sincero, fiel e franco, incapaz de não manifestar aquilo que não sente.[53]

E o astrólogo prossegue descrevendo a mentalidade do herói do 5 de Outubro:

> S. ex.ª possui ideias muito originais e excêntricas, que dificilmente serão compreendidas pelo vulgo, e persegue altos ideais que nunca serão realizados em toda a sua extensão. Por este motivo, tem períodos em que a coragem e a energia o abandonam para dar lugar à melancolia e ao desânimo. Na sua vida privada e, sobretudo, no isolamento e meditação dos problemas sociais e económicos e, especialmente, no

---

[52] Ver MADUREIRA, Joaquim, *Caras lavadas. Machado Santos (depoimento de um cúmplice)*, op. cit.; *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 17, 27 de novembro de 1911; «Machado Santos», *O Movimento*, 1 de março de 1912; *O Intransigente*, 2 de julho de 1922 (número único em sua homenagem), e 3 de outubro de 1923 (número extraordinário); *Ilustração Portuguesa*, n.º 819, 29 de outubro de 1921; *Diário do Senado*, sessão n.º 5, 2 de março de 1922; *Diário de Lisboa*, 28 de agosto de 1923; RELVAS, José, *Memórias políticas 1*, p. 72; MARTINS, Rocha, *D. Manuel II: história do seu reinado e da implantação da República*. Lisboa, 1931, p. 101-102; MORAIS, Jaime A. de Castro, *Memórias de Jaime de Castro Morais*, texto datilografado, 1961, Arquivo Morais, Jaime Alberto de Castro, *in* Fundação Mário Soares.

[53] RABESTANA, J., *O Homem misterioso: horóscopo cabalístico-astrológico da República Portuguesa: uma comunicação curiosa: a morte de Machado Santos foi profetizada em 1920 pelo astrólogo J. Rabestana*. Lisboa, Tipografia Travessa da Espera, s.d. (Documentos de Machado Santos – João Machado Santos).

Machado_Santos.indb 37 22/05/2013 12:14

> estado da natureza íntima da humanidade é onde Sua Ex.ª encontrará a maior soma de felicidade.[54]

Mas a parte mais importante do horóscopo surge revelada no final do ponto dedicado ao «fundador da República»:

> Desde os seus 35 anos até ao presente (45) s. ex.ª tem corrido perigo de morte na profissão militar, perigos de ferimentos por ferro ou fogo e lutar com altos personagens, perigos pelo ódio ativo e pela espionagem. […] No seu ano 46 (futuro) aumentam os perigos para a sua vida devido a lutas, ferimentos, etc.. Que s. ex.ª acalme os nervos e domine os impulsos da sua mente para evitar estes perigos e estar preparado para o espinhoso cargo de governar, caso o destino da nação assim o exija é o que sinceramente lhe deseja o mais humilde filho de Portugal.[55]

Por entre a ambígua premonição do seu destino (Machado Santos morreria com 46 anos), a apologia superlativa dos amigos e as farpas ácidas dos adversários, há espaço para aproximações mais equilibradas ao perfil psicológico de Machado Santos e, neste sentido, as considerações do astrólogo Rabestana, perdidas numa folha volante certamente muito rara, podem ser contrastadas para ajudar a esboçar um retrato mais fiável.

Lendo com atenção os vários indícios deixados pelo nosso biografado e por aqueles que com ele privaram, em diferentes momentos e fontes reveladores de uma vida rocambolesca, emerge, com alguma nitidez, um António Maria Azevedo Machado Santos marcado por uma personalidade passional e *histriónica* – sedutor, dramático, provocador, egocêntrico, manipulador, influenciável, exibicionista, orgulhoso, emocionalmente inconstante, precipitado nas suas decisões. Ainda um Machado Santos inteligente e voluntarista, ambicioso, perseverante, impositivo, sincero nos afetos e franco na manifestação das suas ideias e dos seus sentimentos, capaz de atos de coragem, de teimosia e até de perigosa temeridade, persistindo em animosidades e ressentimentos profundos, mas revelando também uma pronta capacidade para perdoar, propenso a um certo narcisismo, nomeadamente político, e a «ideias originais e excêntricas» de difícil ou impossível concretização, amado por alguns, ou seja, por um conjunto de indefetíveis amigos e cúmplices, sendo, em contrapartida, alvo fácil de muitas e diversas animosidades.

Cremos, pois, que todos estes traços da sua complexa personalidade poderão ser observados na narrativa histórico-biográfica aqui apresentada. Na Rotunda, a 5 de outubro de 1910, nasceu o «herói» e o «fundador» da República. O seu assassínio brutal, no largo do Intendente, a 20 de outubro de 1921, converteu-o em mártir da República. Ídolo e mártir – são afinal estes mitos que nos propomos também descodificar. Permitam-nos acrescentar: tratou-se, porém, de um ídolo e mártir fátuo, pois, como bem notou João Medina, a sua popularidade e o seu reconhecimento pátrio logo se desvaneceram, a ponto de o seu nome andar «arredio dos manuais escolares e

---

[54] *Idem*, *ibidem*.
[55] *Idem*, *ibidem*.

Machado_Santos.indb 38 22/05/2013 12:14

dos volumes de erudição historiográfica».[56] Mas o autor atrás citado já não terá razão quando parece sugerir que o nome do «fundador» da República se encontra ausente da toponímia nacional, conforme se comprova pelas inúmeras ruas, praças e avenidas chamadas Machado Santos ou, equivocamente, Machado *dos* Santos que ainda encontramos pelo país fora.[57] De todo o modo, o nosso biografado teria bem a consciência de quão volátil é a memória dos homens: «Já recebi as palmas do triunfo; já bebi do fel do infortúnio. Por isso as ovações que me fazem também agora de novo não me deixam ilusões sobre o que possa ser o dia de amanhã.»[58]

[56] João Medina (dir.), *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Vol. XI *A Monarquia Constitucional* (II) *A República* (I). Amadora, Ediclube, 2004, p. 438.

[57] Numa pesquisa que esteve longe de ser sistemática, encontrámos o nome de Machado Santos (ou Machado dos Santos) nas avenidas, ruas ou praças das seguintes cidades e vilas do país: Avis, Beja, Estremoz, Faro, Lagoa, Leiria, Lisboa, Lourinhã, Marinha Grande, Mira, Montemor-o-Novo, Montijo, Mourão, Parede, Pinhel, Ponta Delgada, Portimão, Porto, Santarém, Santiago do Cacém, Setúbal, Valongo e Vila Nova de Gaia.

[58] APFSP, Subsistema da Presidência da República, correspondência avulsa, cartão em envelope timbrado do Ministério do Interior e duas cartas em papel timbrado do Ministério do Interior/Gabinete do Ministro – a 1.ª sem data e a 2.ª datada.

Machado_Santos.indb 39 22/05/2013 12:14

Machado_Santos.indb 40 22/05/2013 12:14

Capítulo 2

O «herói fundador» da República (1908-1910)

A Carbonária e a teia revolucionária

Um revolucionário burocrata – metáfora paradoxal, mas possível num militante republicano especialista em administração naval – tende a esmerar-se no relato dos acontecimentos de que foi protagonista e através dos quais conseguiu alcançar os fins almejados.

Com efeito, o *Relatório sobre a Revolução Portuguesa,* assinado pelo próprio Machado Santos,[59] constitui um dos mais completos e interessantes depoimentos sobre a preparação do movimento revolucionário e os acontecimentos de 4 e 5 de outubro de 1910. O confronto desta obra com outra documentação, mormente, periódicos, outros relatórios e livros de memórias sobre a época e os eventos retratados, permite-nos traçar, aqui, a descrição de uma romântica «epopeia» revolucionária – militares e populares entrincheirados na Rotunda derrubam um regime multissecular, numa luminosa manhã de outono. «Epopeia» a que o respetivo herói ficou agrilhoado e incapaz de aceitar o que veio depois…

O ano de 1908 principiou com um episódio burlesco. O 28 de Janeiro foi uma tentativa de derrube da ditadura de João Franco e de proclamação da República. Tratou-se de um singular conluio, que envolveu dissidentes monárquicos progressistas afetos a José Maria de Alpoim e setores populares do PRP e da Carbonária, dirigidos por alguns dos seus chefes políticos e militares, entre os quais se encontrava já o desconhecido e simples comissário naval Machado Santos. Este administrativo da Marinha acertara com o almirante na reserva, Cândido dos Reis, a sua principal missão na trama: «organizar [sobretudo em Alcântara] fortes grupos de marinheiros nas diferentes unidades», que depois obedecessem às instruções dos oficiais revoltados[60]; e fundar, em Alfama e na Madragoa, dois grupos de civis para operar com os marinheiros.[61] No dia aprazado tudo correu mal. O golpe foi previamente denunciado e isso terá inibido certos oficiais, recrutados pelos conspiradores, de assumirem

[59] SANTOS, Machado, *Relatório sobre a Revolução Portuguesa*, Lisboa, Papelaria e Typografia Liberty, 1911. A obra teve duas reedições: Editora Assírio e Alvim, 1982, com uma longa introdução de Joel Serrão; e Sextante Editora, Lisboa, 2007, no âmbito dos 100 anos da República.

[60] *Idem*, *ibidem*, p. 11.

[61] *Idem*, *ibidem*, p. 17.

Machado_Santos.indb 41 22/05/2013 12:14

os seus compromissos. Depois, o sequestro planeado de João Franco, que devia servir de detonador da insurreição, acabou por não se concretizar.

As forças policiais realistas, mandatadas pelo governo, extirparam a conjura com alguma severidade: criou-se uma opressiva ambiência de estado de sítio em Lisboa; fizeram-se rusgas; prenderam-se personalidades monárquicas radicalmente descontentes, alguns notáveis do PRP e cerca de uma centena de populares. Uns presumíveis conspiradores foram forçados ao exílio e outros seriam condenados sumariamente à expulsão e ao degredo. Seriam… Mas, no rescaldo da frustrada intentona, um grupo de revolucionários republicanos, presumivelmente afeto a uma loja maçónica ou então a setores da Carbonária, mandatado ou não pelos caudilhos do 28 de Janeiro de 1908 (o caso permanece ainda por esclarecer), resolveu cortar o mal pela raiz. Na tarde de céu limpo de 1 de fevereiro, quando o rei e a família real atravessavam o Terreiro do Paço, em carruagem aberta, regressados do remanso de Vila Viçosa, atiradores furtivos dispararam várias vezes, com carabinas e revólveres, de zonas diferentes da praça, e assassinaram d. Carlos e o príncipe herdeiro Luís Filipe.

Rei morto, rei posto… O jovem e infeliz d. Manuel (1889-1932) sucedeu ao pai, depôs o controverso João Franco e deu posse a um «Ministério de acalmação». Era, contudo, tarde de mais para apaziguar oposicionistas e salvar o regime da irreversível falência.

No mesmo mês, a Carbonária Portuguesa, designada, também, por Maçonaria Florestal[62], reorganizou-se «de cima para baixo», pela mão do reservado e melancólico bibliotecário da Biblioteca Central da Câmara Municipal de Lisboa, Artur Luz de Almeida, para operar um novo e derradeiro levantamento contra a Monarquia. O grão-mestre da Carbonária conhecia bem o temperamento jovial, combativo, obstinado, carismático e as convicções políticas de Machado Santos desde os tempos do liceu, quando os colegas o consagraram com a alcunha de «presidente da república do Cartaxo»[63]. Conhecia, também, o seu anterior envolvimento em atividades conspirativas, sabia a opinião cética que ele sustentava sobre a hipótese de um pronunciamento de oficiais e a esperança que depositava na organização de um levantamento popular, comandado por capitães e subalternos, inspirado no exemplo da «jovem Turquia».[64]

Quando, em julho, Machado Santos desembarcou em Lisboa, acabado de chegar de uma comissão de serviço na Guiné, presumivelmente cobrada como castigo pelas suas atividades subversivas, foi contactado por Luz de Almeida e logo iniciado na sua sociedade secreta da venda Jovem Portugal, numa cerimónia noturna eivada de liturgia. É o próprio que nos conta, na primeira pessoa e num tom espirituoso, esse episódio:

---

[62] Sobre a Carbonária Portuguesa, ver ALMEIDA, Luz de, «As sociedades secretas na revolução», in *História do regime republicano em Portugal*, II, Lisboa, Edição de Luís de Montalvor, 1932; MEDINA, João, «*Oh! A República!...*». *Estudos sobre o republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 135-147; e VENTURA, António, *A Carbonária em Portugal*, 1897-1910, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

[63] ALMEIDA, A. Luz, «O amigo Machado Santos», *O Intransigente*, número único em sua homenagem, 2 de julho de 1922.

[64] MELO, J. A. Fontes Pereira de, *A Revolução de 4 de Outubro (subsídios para a História)*, Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1912, p. 20.

Machado_Santos.indb 42 22/05/2013 12:14

> Numa noite [Luz de Almeida], conduz-me à rua do Benformoso, depois de me obrigar a dar várias voltas, conseguindo perceber que no caminho trocava sinais, quase impercetíveis, com vários indivíduos estrategicamente postados. Depois de me demorar uma boa meia hora, numa sala de espera, conduz-me vendado à sala onde se ia proceder à minha iniciação; aí se consumou o ato, parece que a contendo de todos os mascarados. Ia quase protestando à entrada quando me chamaram pagão [neófito, na linguagem da Carbonária], não porque eu me sentisse em estado de graça para com a santa madre Igreja Católica, mas porque era tão irritante o tom de voz, que estive para responder – Pagão será ele!
>
> Terminada a cerimónia, fui efusivamente abraçado por todos os presentes, sendo grande o meu desapontamento por não ter ficado conhecendo nenhum.
>
> Mais tarde, vendo tantos outros em igualdade de situação, irreverentemente me ria da cara que faziam; que os meus «bons primos» me perdoem! [65]

E a sua ascensão foi bastante célere. No mesmo mês, foi eleito, por unanimidade, primeiro vice-presidente com funções executivas da Alta Venda, em conjunto com o engenheiro ajudante da Companhia de Minas do Ministério das Obras Públicas, António Maria da Silva – que conheceu aquando do 28 de Janeiro, mas com quem viria a cortar relações, em 1912, que seriam, no entanto, reatadas, em 1919, após os combates de Monsanto.[66] Tratava-se do órgão diretivo de topo da Carbonária Portuguesa, que aglutinava e controlava as choças, barracas e vendas. Começou, de imediato, a trabalhar, com invulgar vigor e perseverança, para derrubar a Monarquia e instaurar a República.

As dificuldades que o triunvirato, constituído por Luz de Almeida, Machado Santos e António Maria da Silva, enfrentou, na época, a fim de cumprir os seus objetivos foram muitas: reorganizar e regulamentar a Carbonária e convencer o diretório do PRP das boas intenções desta associação secreta; recrutar e doutrinar para a causa, de forma sistemática, civis, marinheiros e soldados dos regimentos e cidades da «província» e, sobretudo, de toda a guarnição militar de Lisboa; aliciar oficiais e, pelo menos, um general do Exército que se prestasse a assumir a direção superior das forças em terra; obter armas e financiamentos; e arquitetar um plano infalível capaz de convencer todos os republicanos.

Esta «missão impossível» foi cumprida e Machado Santos desdobrou-se em várias tarefas, com «inigualável dedicação»[67] e «uma fé inquebrantável»[68], por vezes com uma temeridade louca e «sem guardar retirada»[69]: aliciou e alistou novos primos, provenientes de meios proletários e pequeno-burgueses da cidade de Lisboa, de «todas as nuances partidárias»[70], entre as quais cabiam também setores anarquistas da extinta

---

[65] SANTOS, Machado, *op. cit.*, 1911, p. 29-30.
[66] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 4, 2 de março de 1922.
[67] SILVA, António Maria da, *O meu depoimento*, Vol. 1, Lisboa, Edição Gráfica Portuguesa, 1974, p. 239.
[68] RELVAS, José, *Memórias políticas*, Vol. 1. Lisboa, Terra Livre, 1977, p. 72.
[69] Cf. SILVA, António Maria da, *O meu depoimento*, op. cit., p. 237, e RELVAS, José, *Memórias políticas*. op. cit., p. 72.
[70] SANTOS, Machado, *op. cit.*, 1911, p. 31.

Machado_Santos.indb 43 22/05/2013 12:14

Carbonária Lusitana; despertou o sentimento antimonárquico dos neófitos carbonários, através de arrojados comícios organizados na serra de Monsanto e noutros recantos de Lisboa, ou da redação de folhetos de propaganda sectária como *Os Barbadões,* onde desancava em todos os descendentes da Casa de Bragança que foram reis de Portugal (corja de «beatos clericais», «loucos», «ditadores sanguinários» e «incompetentes sem perfil de estadistas»).[71] Veja-se, a simples título de exemplo, como «retrata» a ação de d. Pedro IV:

> Pedro IV, o que tem estátua no Rossio, revolta o Brasil contra Portugal, faz-se seu imperador e manda fuzilar no Rio de Janeiro os soldados portugueses à traição; corrido do Brasil, volta a Portugal a tentar fortuna; dirigindo a guerra-civil contra o irmão; enquanto esta se não decide a seu favor, não tem vergonha de oferecer à Inglaterra, em troca de auxílio desta, o pouco que nos restava do nosso império Indiano.[72]

Enquanto proclamava o messianismo republicano, angariou fundos para obter bombas e armas e ter-se-á mesmo «despojado das suas economias e das de sua mulher»,[73] para financiar a revolução; engendrou, numa dependência da sua casa, sucessivos planos mais ou menos fantasistas e sempre adiados de deposição da Monarquia; e ainda se envolveu numa mediática polémica corporativa, quando resolveu assinar um artigo no jornal *O Radical* – «A promoção dos segundos tenentes da Armada» (27 de julho de 1908) – no qual denunciou o estado decrépito da frota naval nacional e acusou os oficiais da Marinha, com assento na Câmara dos Deputados, de cuidarem dos seus interesses privados e de silenciarem os problemas desta força militar.

A sua frenética atividade não passou despercebida aos poderes instituídos. A polícia, equivocada, assaltou e vasculhou um andar contíguo à sua casa, sita na rua José Estevão, n.º 14-2.º, bairro da Estefânia, submeteu-o a apertada vigilância e terá chegado a atentar contra a sua vida. Sobre estes episódios, sigamos a narrativa do jornalista e amigo pessoal de Machado Santos, Joaquim Madureira (1874-1954):

> A polícia […] começa a apertar o cerco em volta de Machado Santos – assalta-lhe a casa, arromba móveis, esquadrinha por todos os cantos em busca de documentos. Simplesmente, como boa política, engana-se no andar e em vez de arrombar a porta de Machado Santos, arromba a porta do seu vizinho Ardisson Ferreira.

---

[71] VASCONCELLOS, d. Sebastião, Bispo de Beja, Par do Reino e Comendador da Nobilíssima Ordem de S. S. da Conceição de Vila Viçosa, *Os Barbadões. Resumo Histórico*, [s.l.], Empresa Editora do Jornal «Portugal», Limitada (propriedade), [s.d.]. Machado Santos, na obra, já atrás citada, *Relatório sobre a Revolução Portuguesa*, 1911, p. 39, confirma ter sido o autor deste folheto. João Medina atribui também a autoria deste folheto a Machado Santos. Cf. *História Contemporânea de Portugal*, *Primeira República*, Vol. I (dir. João Medina), Lisboa, Amigos do Livro, 1985, p. 21-24.

[72] VASCONCELLOS, d. Sebastião, *op. cit.*, p. 7.

[73] APFMS, Alocução de Augusto Machado Santos, na cerimónia de trasladação dos restos mortais de Machado Santos do jazigo para o Mausoléu, a 10 de janeiro de 1924 (ver Apêndice documental, ponto 4, doc. n.º 4).

Machado_Santos.indb 44 22/05/2013 12:14

> Mas vinga-se do fiasco, pelo braço de um sicário. A 5 de setembro de 1909, em frente da janela, um borracho começa com impropérios, palavrões e insultos. Machado Santos vem à rua enxotá-lo, e, como se os vapores do álcool de repente se evaporassem, o ébrio, firme nas pernas e com mão certeira, atira-lhe uma punhalada em pleno peito.
>
> Preso o bandido, em polícia correcional, um juiz benévolo dá-lhe por honra da firma, 30 dias de cadeia, e, no próprio dia do julgamento, para que não houvesse dúvidas de que lhe fora encomendado o sermão, na Liga Monárquica o juiz é eleito sócio de honra.
>
> Machado Santos, ao fim de 20 e tantos dias de tratamento, sai de casa e continua no seu trabalho constante de aliciar e disciplinar a arraia miúda dos navios, dos quartéis, das oficinas.[74]

O artigo que escreveu n'*O Radical* originou a perseguição desencadeada pelos visados e pelo próprio ministro da Marinha, mas suscitou também a solidariedade imediata dos seus correligionários republicanos, que aplaudiram em pleno parlamento, pela voz do grande «tribuno popular» António José de Almeida, a «crítica viva, mas primorosa» e «corretíssima»[75] do seu escrito, e prestaram-lhe homenagem. No entanto, esse ato levou-o a Conselho de Guerra, de onde saiu absolvido. A absolvição não terá, certamente, significado o perdão. No rescaldo da sentença foi nomeado para uma nova comissão de seis meses de serviço em África e partiu para Angola a bordo do navio de transporte *Pero de Alenquer*.

Em outubro de 1909, não obstante ter perdido os préstimos de Luz de Almeida, que nesse mês foi denunciado como chefe da Carbonária Portuguesa e forçado a exilar-se em Paris, após o célebre «crime de Cascais»[76], esta sociedade secreta teria, de acordo com as estimativas mais otimistas, «34.000 agremiados»[77], e, então só liderada por Machado Santos e por António Maria da Silva, estava já em condições de influenciar uma decisão do PRP sobre a perene questão da revolução. E foi o que fez no Congresso de Setúbal, em abril de 1909. O novo diretório do PRP, eleito nesse Congresso também com os votos dos delegados da Alta Venda[78], nomeou uma comissão executiva constituída por Cândido dos Reis, António José de Almeida (que arcava

---

[74] MADUREIRA, Joaquim, *Caras Lavadas*, op. cit., p. 36-37.

[75] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 62, 10 de agosto de 1908.

[76] Tratou-se do assassinato de Manuel Nuno Pedro, ocorrido no lugar da Boca do Inferno (próximo de Cascais), em 19 de outubro de 1909. A vítima teria furtado munições de um armazém da Alfândega para as vender a conspiradores republicanos. Fugiu, em seguida, para Espanha, mas logo regressou a Lisboa para extorquir dinheiro aos compradores, com o argumento de que os denunciava à polícia. Estes acabaram por marcar um encontro na Boca do Inferno com o chantagista e – premeditadamente, ou não – empurraram-no do cimo de uma falésia. O crime foi depois aproveitado pelo poder instituído para atingir Luz de Almeida (que foi obrigado a exilar-se) e o Partido Republicano. António Maria da Silva afirmou mais tarde, num depoimento pouco isento, que «o denominado crime de Cascais não foi da responsabilidade da Associação nem o atingido pertencia à Carbonária» (SILVA, António Maria da – *O meu depoimento*, op. cit., p. 191).

[77] ALMEIDA, Luz de, «As sociedades secretas na revolução», in *História do regime republicano em Portugal*, II, Lisboa, Edição de Luís de Montalvor, 1932, p. 251.

[78] SILVA, António Maria da, *O meu depoimento*, op. cit., p. 207.

já com as funções de «embaixador oficioso da Carbonária junto do diretório»[79]), João Chagas e Afonso Costa. Este organismo devia contactar militares e civis, conectar-se com a Alta Venda e organizar a revolução.

Depois de um momento de letargia, e pressionada pelos chefes da Carbonária (mormente, por Machado Santos) e pelos desejos ansiosos de muitos dos seus ativistas, sobretudo da Armada, de embarcar em qualquer plano mais estouvado, esta comissão civil recrutou uma comissão militar revolucionária, composta por três oficiais – o capitão Afonso Pala (1861-1915), o capitão-de-fragata Fontes Pereira de Melo e o coronel Ramos da Costa. Esta comissão reuniu «algumas dezenas de vezes», para angariar e congregar outros oficiais em todas as armas e arquitetar, com rigor, um plano insurrecional onde os regimentos pudessem dispensar os seus comandantes e dirigir a revolta.[80]

Face às sucessivas hesitações e presumíveis inoperâncias da dita comissão militar e à desconfiança permanente que o diretório e os notáveis do PRP nutriam por ela e pelas intenções e habilitações da «canalha» da Carbonária, que na rua devia complementar a revolução[81], Machado Santos solicitou à Maçonaria Portuguesa, através da sua loja Montanha[82] a convocação de uma assembleia-geral. O grão-mestre adjunto, José de Castro (1848-1929), anuiu e, no dia 14 de junho de 1910, realizou-se uma «imponente» reunião do Grande Oriente Lusitano.[83] Aí foi eleita uma comissão de resistência, presidida por José de Castro, que integrava elementos de todas as lojas maçónicas e da qual faziam parte Machado Santos, António Maria da Silva, Cândido dos Reis, Miguel Bombarda (1851-1910), Francisco Grandela, J. Cordeiro Júnior e Simões Raposo. Essa comissão ficou encarregada de congregar sinergias no PRP, nos militares e nas associações secretas com o firme propósito de pôr a revolução na rua.[84] Mas a 18 de junho, o *Irmão Championnet* dirigiu ao seu grão-mestre uma «prancha» (ou missiva) de desistência, sobre a qual escreveu, em *post-scriptum*: «Podeis fazer o uso que julgardes conveniente, menos a sua inutilização. Desejaria que fosse arquivada.» O teor é bastante esclarecedor das dificuldades e tensões que estavam a emperrar os preparativos do processo revolucionário, além de que fica bem evidente o temperamento impetuoso, laivos claros de vaidade, o autoconvencimento da sua capacidade conspirativa e a indisfarçável impaciência de Machado Santos face aos «políticos» do partido:

---

[79] SANTOS, Machado, *op. cit.*, 1911, p. 31, e SILVA, António Maria da, *O meu depoimento*, op. cit., p. 204-207.

[80] «*Relatório* de Afonso Pala sobre a Revolução», in *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*, op. cit., 1978, p. 60; e MELO, J. A. Fontes Pereira de Melo, *A Revolução de 4 de Outubro*, op. cit., p. 18 e 56.

[81] MELO, J. A. Fontes Pereira de, *A Revolução de 4 de Outubro*, op. cit., p. 44-45.

[82] Luz de Almeida afirmou que a loja Montanha foi formada por carbonários e constituiu o «veículo da Carbonária dentro da Maçonaria». Ver ALMEIDA, Luz de, «A obra revolucionária de propaganda: as sociedades secretas», in *História do regime republicano em Portugal*, Vol. II, *op. cit.*, p. 219.

[83] SANTOS, Machado, *Relatório*, op. cit., p. 49, e SILVA, António Maria da, *O meu depoimento*, op. cit., p. 259.

[84] SANTOS, Machado, *op. cit.*, 1911, p. 48-49, e SILVA, António Maria da, *O meu depoimento*, op. cit., p. 259-260.

Machado_Santos.indb 46 22/05/2013 12:14

Esta prancha tem por fim comunicar-vos uma resolução que tomei, mas careço de a justificar historiando factos, antigos e modernos, que comprovam a razão que me assiste.

Tomei parte na luta contra a ditadura de Franco e orgulho-me em dizer que a única força real que o meu partido tinha era (modéstia à parte) a que eu havia organizado; tudo o mais se evaporou como fumo, apenas essa ficou cheia de fé e crença, pronta a continuar o trabalho de levantar uma pátria do lameiro em que se afunda. Mais tarde, nem exílios, nem Conselho de Guerra, nem o punhal do sicário conseguiram quebrar em mim a energia e boa vontade de prosseguir na faina que considerei sagrada. Quando todos repousaram da luta contra a ditadura eu, e alguns amigos**,** poucos, continuávamos sem descanso na organização das forças de combate do partido e, da nossa boa vontade e esforço, alguns lucros se tiraram. Várias descobertas policiais deram em pantana com o casamento régio, muito antes de se levantarem no parlamento as questões: Hilton e Crédito Predial. Estabeleceu-se a solidariedade da capital com as províncias, e ao menor grito rev[olucionário] que daqui se solte tem-se a certeza de que encontra eco nas diferentes regiões do país. A fraternidade entre o soldado de mar e terra é hoje um facto, e da propaganda feita nem tudo se perde: são elementos que levam às mais remotas aldeias a palavra Rep[ública] como uma esperança de redenção.

Houve perseguições e o meu dever era não abandonar os camaradas e exilados, humildes filhos do povo; quando os dirigentes do Partido Rep[ublicano] os classificaram de sujeitos sem cotação moral (Teófilo Braga), quando outros abandonaram as coletividades que os escolheram por patronos, ou quando se licenciavam da Maç[onaria] com medo de perderem o seu prestígio burguês, eu ficava no meu posto, guiando, organizando, preparando a vitória; e esta era infalível, certa, se a traição de 2 Ir[mãos] Maç[ónicos] não viesse entravar o movimento nacional. O termo é duro, mas não conheço outro para classificar o procedimento desses Ir[mãos] na hora extrema em que tinham de acionar. Do que se projetara fazer, pouco está perdido, e é convicção minha que tudo se remediará em pouco tempo; mas os dirigentes deviam ser de outra têmpera; eu não acabarei a obra, se bem que pressinta que o meu afastamento lhe dá um golpe mortal. Resta-me a consolação de apenas uma vítima haver do meu irrequietismo, ou indisciplina; essa vítima sou eu. Sem responsabilidade alguma de atos de loucura praticados, e dos quais a tempo avisei o diretório, retiro-me com a consciência tranquila de haver cumprido o meu dever; como prémio levo comigo o ódio dos monárquicos e o despeito dos republicanos, sentimentos estes que quase se confundem.

Com todas as indisciplinas e desordens, fez-se o mesmo que das outras vezes, mas sem haver necessidade de ressuscitar Buíça para abrir as portas das prisões.

Sei que nada valho, mas uma convicção íntima diz-me que faço falta, mas careço de reconstituir o meu lar e a minha saúde abalada. Nunca pedi para o que fiz o mais pequeno auxílio ao diretório do meu partido, nem à resp[eitável] Of[icina] a que pertenço. Arruinei-me pecuniariamente e fisicamente; sou um velho de 35 anos. De futuro, apenas reconheço o direito de me exigirem o esforço de soldado na hora própria; nada mais; por isso, tenho a honra de depor em vossas mãos o honroso

Machado_Santos.indb 47 22/05/2013 12:14

encargo, que tão mal desempenhei, de membro da Com[issão] de Res[istência] do Gr[ande] Or[iente] Lus[itano] Un[ido].[85]

De facto, a desconfiança, os desentendimentos e a intriga minavam e corroíam os elementos que compunham o diretório do PRP, os militares e todas estas comissões e associações secretas. Fatores nocivos que retardavam a revolta e agastavam os humildes grupos revolucionários de tropas e de civis que nos quartéis e nas ruas «davam o corpo ao manifesto» e sofriam ações de coação ou repressão. Aliás, pode bem dizer-se que as crescentes e graves desavenças de Machado Santos e do seu pequeno grupo com os correligionários que mais tarde passariam a controlar o velho PRP ou com os que formariam outras agremiações partidárias têm raiz nesta fase do processo revolucionário. A «prancha» atrás transcrita ou o citado *Relatório sobre a Revolução Portuguesa* são assaz elucidativos a este respeito.

Alguns oficiais – os tenentes Aragão e Melo e Hélder Ribeiro e o capitão Sá Cardoso (1864-1950) –, instados por Machado Santos, António Maria da Silva e Cândido dos Reis, concordaram, entretanto, em constituir uma subcomissão e elaborar um plano alternativo da revolução à revelia da comissão militar e do diretório do partido. O plano foi gizado, em setembro de 1910, mas contou logo com as inevitáveis objeções de outros oficiais e de políticos republicanos sem fé revolucionária. Porém, o tempo escasseava e precipitava a escolha do dia do golpe, pois as denúncias faziam avançar as diligências policiais e obrigavam o governo a tomar medidas de urgência bruscamente agravadas com os tumultos e as manifestações causados pelo homicídio do médico republicano e anticlerical Miguel Bombarda, assassinado a tiro por um louco, a 3 de outubro, e a visita oficial ao país do Presidente da República do Brasil, Hermes da Fonseca, de 1 a 6 de outubro. Essas medidas foram, mais uma vez, o abandono da Armada do Tejo, decretado para o dia 4, e o estado de prevenção nos quartéis. Contudo, apesar dos riscos agravados, desta vez não havia retorno.

Numa reunião ocorrida às 16 horas do dia 2 de outubro, no escritório de Eusébio Leão (1864-1926), em pleno Chiado, oficiais, chefes maçons e carbonários e o diretório chegaram a um difícil consenso, fixando a data de 4 de outubro e adotando o plano de combate já engendrado pela subcomissão atrás mencionada. Foi ainda escolhida a senha que os revolucionários trocariam: – «Mandou-me procurar?... Passe, cidadão!». O diretório do PRP aceitava a ação da Maçonaria e da Carbonária; em contrapartida, estas sociedades secretas admitiam que o partido arrecadasse os louros da vitória e nomeasse o Governo Provisório, os governadores civis e do ultramar, os diretores-gerais e os representantes do novo poder republicano português no estrangeiro.[86]

Machado Santos considerou, depois, que esta decisão veio a revelar-se «desgraçada»[87] para o novel país republicano, porquanto a escolha dos novos políticos para os mais altos cargos da nação resultou de um diretório que estava minado por velhas e insanáveis rivalidades e questiúnculas. Outro destacado protagonista

[85] APFMS, Original da carta com envelope endereçado ao advogado José de Castro [como se trata do original enviado, este acabou sendo devolvido ao remetente].

[86] SANTOS, Machado, *op. cit.*, 1911, p. 57.

[87] *Idem*, *ibidem*, p. 57-58.

Machado_Santos.indb 48 22/05/2013 12:14

da revolução, José Relvas, não deixou também de notar, nas suas *Memórias Políticas* – outra obra indispensável sobre a revolução de outubro – as inquietantes «divergências» que logo emergiram no seio do diretório relativamente à constituição do «Ministério da Revolução» e que tanto vieram afetar «os destinos das novas instituições».[88]

No mesmo dia 2 de outubro, pelas 20 horas, a comissão de resistência da Maçonaria reuniu-se no Centro de S. Carlos para os últimos preparativos. Machado Santos ofereceu-se para revoltar o Regimento de Infantaria 16 que, embora contasse com a adesão de muitos soldados e cabos, não dispunha de qualquer oficial ou sargento republicano. E avisou logo que não desejava a presença no local de «qualquer pessoa importante do partido».[89] Para o comissário naval, o «velho e porfiado desejo de comandar uma unidade de terra» superava o risco evidente da missão.[90]

Houve ainda uma derradeira e agitadíssima reunião, às 20 horas e 30 minutos do dia 3, num terceiro andar do prédio n.º 106 da rua da Esperança, à Madragoa, que pertencia à mãe de Inocêncio Camacho (1867-1943), oportunamente transferida para Sintra. Numa acanhada e «irrespirável»[91] sala dessa casa que transbordava de conspiradores mais notáveis, perante novas e graves hesitações manifestadas por civis e militares, o almirante Cândido dos Reis – designado comandante-chefe da revolução – apresentou a todos os perplexos oficiais da comissão militar, pela primeira vez, o calendário e o plano de combate, apelou ao patriotismo de todos e teria vociferado: «– República ou morte. Se a revolta fracassar damos um tiro nos miolos.»[92] Irónica profecia para quem, na noite do dia 4, confrontado com o espectro da derrota, terá optado por suicidar-se com um disparo de revólver! O capitão-de-fragata, João Fontes Pereira de Melo, membro da comissão militar (e futuro conspirador abrilista contra a república «demagógica» afonsista), revelou depois, com notória amargura e ambiguidade, como nessa reunião se sentiu «desprezado» por outros «camaradas» que, levados pela «inveja», o «egoísmo» e a «desmedida ambição», «tiveram uma noite feliz preparada pelo trabalho da sua comissão».[93] Na «suprema confusão e verdadeiro caos»[94] desse encontro, foi ainda fixado um polémico sinal de aviso para o início das hostilidades que nem todos compreenderam: uma salva de três ou 31 tiros (uma presumível homenagem evocativa da frustrada revolta de 31 de janeiro de 1891?!) disparados de bordo dos navios de guerra fundeados no Tejo.

Mais tarde, alguns oficiais conjurados justificaram a sua inação na revolta por não terem ouvido o sinal acordado. Machado Santos, mais dado à ação do que a teorias céticas recorrentes e a conselhos demasiado racionais sobre o sentido prematuro e improcedente da revolução, não compareceu ao último conciliábulo, porque tinha já interiorizado que, desta vez, ninguém podia deter a marcha dos acontecimen-

---

88 RELVAS, José, *Memórias políticas*, 1, *op. cit.*, p. 98-99.
89 *Idem*, *ibidem*, p. 61.
90 SILVA, António Maria da, *O meu depoimento*, *op. cit.*, p. 283.
91 ABREU, Jorge de, *A Revolução Portuguesa. O 5 de Outubro*, Lisboa, Edição da Casa Alfredo David, 1912, p. 125.
92 SILVA, António Maria da, *O meu depoimento*, op. cit., p. 285.
93 MELO, J. A. Fontes Pereira de, *A Revolução de 4 de Outubro*, op. cit., 1912, p. 56-59.
94 *Idem*, *ibidem*, p. 63.

Machado_Santos.indb 49 22/05/2013 12:14

tos. E procedia em conformidade: à mesma hora, dirigiu-se para o Centro Republicano de Santa Isabel, em Campo de Ourique, para se encontrar com os carbonários que o iriam acompanhar na sublevação do quartel de Infantaria 16. A partir deste momento, já nada nem ninguém podia parar o «processo revolucionário em curso».

A batalha pela República e pelo Povo…

À uma hora da noite serena e estrelada de terça-feira, dia 4 de outubro, o jovem 2.º tenente José Mendes Cabeçadas (1883-1965) assumiu o comando do cruzador *Adamastor* e ordenou o disparo de três tiros de canhão, e não 31 (como constou depois) que anunciavam o início da revolução.

Cerca de 15 minutos antes, Machado Santos, trajado com a sua «farda de gala»[95], acompanhado por 16 «bons primos» (carbonários) mal armados, tinha já entrado de rompante pela porta de uma arrecadação do quartel de Infantaria 16, em Campo de Ourique, onde foi repelido pelos oficiais presentes, mas recebido com júbilo pela maioria dos cabos e soldados previamente doutrinados nos ideais republicanos. O seu primeiro objetivo estava cumprido, ainda que tenha ditado a morte do comandante e de um capitão do mencionado regimento. Daqui partiram cerca de 200 homens, no meio de grande «confusão» e «entusiasmo»[96], encabeçados por Machado Santos, rumo a Campolide, ao encontro do Regimento de Artilharia 1. Neste quartel, as referidas forças, agora comandadas pelo capitão Sá Cardoso, que os esperava na entrada, arrombaram a porta, juntaram-se aos elementos entretanto sublevados, por ação do capitão Afonso Pala e alguns sargentos, e recolheram várias peças de artilharia.

Em seguida, formaram-se duas colunas que deveriam associar-se a outros regimentos revoltados: uma marchou rumo ao Palácio das Necessidades, para aprisionar o rei; e outra avançou para S. Roque, com a intenção de atacar e neutralizar o quartel-general da Guarda Municipal, situado no Carmo. Porém, os recontros com a Guarda Municipal fundiram de novo as duas colunas, agora sob o comando do capitão Sá Cardoso, obrigaram à alteração dos planos e conduziram-nas, «no meio de grande confusão»[97], à avenida da Liberdade, ou seja, o burguês Passeio Público, com o propósito de progredirem sobre o Rossio. Acossados por o que Machado Santos identificou como um «ataque vigoroso»[98] da cavalaria da Guarda Municipal que subia a avenida, os revoltosos recuaram, entrincheiraram-se na Rotunda da avenida, então já conhecida por praça Marquês de Pombal, e resistiram à ofensiva da guarda pretoriana do regime. Seriam então cinco horas da madrugada.

Na Rotunda, ao romper da manhã, os oficiais reuniram. Sentindo-se cercados pelo adversário, abandonados pelo diretório do PRP e também por outros oficiais,

[95] SANTOS, Machado, *op. cit.*, 1911, p. 65.
[96] «*O Mundo* publica a primeira entrevista com Machado Santos», *O Mundo*, 12 de outubro de 1910.
[97] ABREU, Jorge de, *op. cit.*, 1912, p. 135 e p. 178-180.
[98] SANTOS, Machado, *op. cit.*, 1911, p. 71.

Machado_Santos.indb 50 22/05/2013 12:14

e receando um banho de sangue, decidiram que a derrota militar seria inevitável.[99] Às nove horas, trocaram os uniformes por vestuário de paisanos e resolveram desertar. Mas Machado Santos, persuadido por outros revolucionários, pensou de forma diferente. Pensou no dramático futuro dos «pobres» soldados e, decerto, de si próprio, que em caso de derrota seriam vítimas de uma «hecatombe»[100] – o código de justiça militar monárquico previa o fuzilamento para atos como este. Pensou que as forças militares leais à Monarquia estavam contaminadas por soldados e marinheiros republicanos doutrinados por ele durante «todas as noites ao longo de ano e meio, sem afrouxar um só momento».[101] Pensou na superioridade das suas forças no domínio da artilharia. Pensou numa súbita ação heroica dos bons primos da sua Carbonária, cujo poder ainda se conservava latente.[102] Teve conhecimento do triunfo da revolução na margem sul do Tejo, mais precisamente, no Barreiro e na Moita[103], e foi ainda convencido de que a revolta da Marinha tinha vingado em Alcântara e no Tejo, pelo que o desembarque dos «camisolas de alcaixa»[104] seria inevitável.[105] Reuniu, então, com os nove sargentos resistentes, assumiu o comando de Infantaria 16 e Artilharia 1 e assegurou a defesa do local entre «teóricas barricas» construídas com madeira, fios telegráficos, troncos de árvore e chapas de zinco[106], e contabilizou as suas forças: cerca de 200 sargentos e praças e uma multidão indisciplinada, mas voluntariosa de civis; e oito peças de artilharia que dispôs nas embocaduras das principais avenidas.

Vale a pena relatar, aqui e agora, um pequeno episódio que certifica o crescimento de ressentimentos afrontosos emergentes em certos setores republicanos radicais contra Machado Santos. Em 1912, o jornal operário sindicalista *A Batalha* resolveu dar voz aos rumores maliciosos recorrentes que, então, circulavam e contestar o facto de Machado Santos ter chefiado até ao final os resistentes da Rotunda.[107] Alegou, na altura, este periódico que o tenente de infantaria do quadro da reserva, Fernando Mauro de Assunção Carmo, teria recebido do então desvairado comissário naval (e, portanto, menos graduado) o comando das forças amotinadas, no desassossego da refrega do dia 4 de outubro, logo após a fuga dos oficiais, e assumido as maiores responsabilidades até ao fim do combate. Todavia, este oficial e carbonário, que, saliente-se, em maio de 1911, ainda seria correligionário de Machado Santos num fátuo projeto político de aliança nacional republicana, acabaria por ser «acometido de um acesso cerebral», depois das 17 horas do dia 6, vítima de fadiga e de um ferimento na perna direita sofrido no dia 5.[108] Foi, por isso, transportado para o Hospital da Estrela, onde permaneceu até ao dia 12 ou 13. Terá sido, entretanto, esquecido por Machado Santos,

---

[99] «*Relatório* do capitão de artilharia José Afonso Pala», in *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*, op. cit., p. 76, e ABREU, Jorge de, *op. cit.*, 1912, p. 144-146.
[100] SANTOS, Machado, *op. cit.*, 1911, p. 72-73.
[101] *Idem*, *ibidem*, p. 73.
[102] *Idem*, *ibidem*, p. 74.
[103] SILVA, António Maria da, *op. cit.*, p. 306.
[104] Marinheiros.
[105] RELVAS, José, *op. cit.*, p. 141.
[106] SANTOS, Machado, *op. cit.*, 1911, p. 79.
[107] *A Batalha*, 5, 12, 19 e 26 de outubro de 1912.
[108] *A Batalha*, 5 de outubro de 1912.

Machado_Santos.indb 51 22/05/2013 12:14

o qual, segundo o ostracizado, desiludido e ressabiado tenente Carmo, teria depois afirmado desconhecer a sua militância na Carbonária e, sobretudo, silenciado a sua ação de comando na Rotunda, para desse modo usurpar por inteiro a glória que caberia por direito a este militar. O tenente Carmo viria, inclusive, a pedir, através de um desesperado requerimento, datado de 16 de novembro de 1911, para ser submetido a um Conselho de Guerra porque, como afirmava nesse documento, «fez parte do exército republicano desde 4 de outubro de 1910 e presidiu aos destinos da Rotunda nos dias 4, 5 e 6», na qualidade de «único oficial mais graduado» e foi depois preterido e privado das regalias consignadas na lei militar que foram atribuídas a outros militares republicanos.[109] O seu pedido acabou por ser indeferido e o caso esquecido.

Em defesa de Machado Santos convém esclarecer que esta denúncia oportunista do periódico sindicalista surgiu tardiamente – só em 1912! –, foi inconsequente e ignorou que o então comissário naval tinha citado por três vezes o «valioso auxílio» do «incansável» tenente Carmo no seu *Relatório sobre a Revolução Portuguesa*[110], e que no «Relatório de Recompensas» o recomendou para ser promovido a Major.[111] O mencionado jornal também obliterou o facto de o mesmo tenente, num anterior relatório, datado de 23 de dezembro de 1910, ter atribuído a Machado Santos os títulos de «primeiro homem da República» e de «comandante-em-chefe» das forças revolucionárias da capital nesses dias memoráveis de outubro de 1910 – «o único a iniciar o movimento e o primeiro a conquistar a vitória».[112]

Acresce ainda que muito antes deste ataque frontal dirigido à honra e ao orgulho do operacional republicano ter deflagrado, já a Assembleia Nacional Constituinte havia aprovado – no dia 3 de julho de 1911 –, com 149 votos a favor e 14 rejeições, uma extraordinária proposta de lei que reconheceu o «feito heroico» do então «segundo tenente da administração naval» Machado Santos em prol da proclamação da República e, por isso, o promoveu a capitão-de-mar-e-guerra, contando-se a antiguidade neste posto desde 5 de outubro de 1910, e concedeu-lhe uma pensão anual de 3000 réis livres de impostos[113]. Portanto, a decisão, tomada nessa altura pelos parlamentares do novo regime, parecia demonstrar o prestígio que o «triunfador» da Rotunda ainda gozava junto dos influentes meios políticos republicanos e, sobretudo, consagrava *ad perpetuam* o papel preponderante que teria assumido na Revolução de 5 de Outubro.

Mas mergulhemos, de novo, na vertigem da refrega…

Desde o meio-dia e meia do dia 4, a Rotunda e o quartel de Artilharia 1 foram bombardeados com sucessivas granadas e ripostaram, obrigando, cerca das 17 horas,

---

[109] *A Batalha*, 19 de outubro de 1912.

[110] SANTOS, Machado, *op. cit.*, 1911, p. 82, 159 e 168.

[111] SANTOS, Machado, «*Relatório* de recompensas do comandante Machado Santos aos membros do Governo Provisório da República», in *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*, op cit., 1978, p. 48.

[112] RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, «Documento inédito. Implantação da República em Portugal. Relatório do tenente Fernando Mauro d'Assunção Carmo», in *Revista de História das Ideias, Revoltas e Revoluções*, Vol. II, Coimbra, 1985, p. 470, 472 e 486.

[113] *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 12, 3 de julho de 1911. Ver, também, *Processo de Santos, António Maria de Azevedo Machado. Oficial da Armada. Classe – Administração Naval*, Biblioteca Central da Marinha-Arquivo Histórico.

Machado_Santos.indb 52 22/05/2013 12:14

à retirada das baterias de Queluz comandadas por Paiva Couceiro (1861-1944)[114], que disparavam da zona de Campolide, mais exatamente de uma quinta próxima do quartel de Artilharia 1, e da penitenciária. O tempo e a reação pouco enérgica dos sitiantes revertiam a favor dos republicanos, que tinham já acordado entre si o desembarque dos marinheiros e a fusão destes com as forças da Rotunda.

Depois dos combates da tarde, a praça Marquês de Pombal estava «completamente cheia de povo». Às 20 horas, o número de militares e civis armados na Rotunda aumentava para 1000, aos quais se deve juntar mais cerca de 500 civis desarmados. Entre estes, muitos regressaram à noite a suas casas para jantar[115]. Os vários e desencontrados relatos memorialistas da revolução revelam o ambiente tragicómico que aí se vivia. Uns destacam que o acampamento «era um caos de indisciplina e de confusão»,[116] outros distinguem a presença de «150 pessoas válidas, entre civis e militares capazes de fazerem frente ao inimigo», porque as restantes eram «rapaziada bravia, armada de ferros de vários tamanhos e feitios, machados, bainhas de espada e sabres […], tudo armamento que só servia para matar carriça»[117], e outros ainda registam o ambiente «que mais parecia de festa do que de revolução»[118].

Pelas 23 horas, voltaram a estoirar petardos, bombas, granadas e balas, facto que se prolongou por algumas horas noite dentro e terá provocado a fuga da Rotunda de muitos revolucionários menos corajosos. Depois, venceu um silêncio enganador, entrecortado por detonações mais ou menos isoladas, e pairou um «relativo sossego talvez de duas horas». Até que às seis horas da madrugada do dia 5, foram os revoltosos da Rotunda, logo guarnecidos pela Artilharia 1 de Campolide, que abriram as hostilidades contra o Rossio e as baterias de Queluz, então já posicionadas a sul da Avenida, nas imediações do Rossio, enquanto aguardavam pelo desembarque dos marinheiros oriundos dos navios *Adamastor*, *S. Rafael* e do *D. Carlos*, o qual foi o último a revoltar-se. Na noite do dia 4, os marinheiros coadjuvados por alguns civis tinham subjugado os navios atrás mencionados, tomado o seu quartel, em Alcântara, e tentado sem êxito avançar sobre o Palácio das Necessidades.

O desembarque tivera início pelas cinco horas da madrugada do dia 5. Mas bem antes disso, desde a tarde do dia anterior, o *Adamastor* e o *S. Rafael* tinham bombardeado o Palácio das Necessidades, o Terreiro do Paço, o Arsenal do Exército e o Rossio. E isso forçou a fuga do rei e feriu irreversivelmente a moral dos comandantes das tropas monárquicas. O desembarque dos marinheiros no Terreiro do Paço engastou as forças realistas entre dois fogos – os sitiantes tornavam-se sitiados. Quando estas

---

[114] Na Introdução à publicação dos diários, correspondência e escritos dispersos, o organizador e autor desse texto, Filipe Ribeiro de Meneses, sublinha que Paiva Couceiro foi «um dos poucos oficiais que se opôs com empenho à revolta republicana de 4 de outubro, levando a sua unidade ao combate contra as forças estacionadas na Rotunda» (Cf. COUCEIRO, Paiva, *Diários, correspondência e escritos dispersos*, organização e introdução de Filipe Ribeiro de Meneses, prefácio de Miguel de Paiva Couceiro, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2011, p. 19).

[115] SANTOS, Machado, *op. cit.*, 1911, p. 84.

[116] NEVES, Hermano, *Como triunfou a República*, Lisboa, Empresa Editorial «Liberdade», 1910, p. 108.

[117] STEFFANINA, Celestino, *Subsídios para a história da Revolução de 5 de Outubro de 1910*, Lisboa. Edição de autor, 1918, p. 12.

[118] PATRÍCIO, Arthur, *Na barricada da Rotunda*, Lisboa, Centro Typographico Colonial, 1912, p. 28.

Machado_Santos.indb 53 22/05/2013 12:14

tropas pretenderam retorquir, os seus generais descobriram que elas estavam minadas por soldados e oficiais republicanos que se recusaram combater.

O destino da revolução estava traçado. Seria, porém, consumado de forma inesperada graças a uma «comédia burlesca»[119]. Entre as sete e as oito horas da manhã, um pavilhão branco foi içado no quartel-general e na avenida da Liberdade. Era o cônsul-geral do Império Alemão que pretendia parlamentar, com o propósito de negociar um breve Armistício que permitisse a evacuação segura dos súbditos alemães e outros estrangeiros residentes em Lisboa. Machado Santos acedeu, enquanto os seus homens convertiam, com êxito, os soldados de cavalaria que escoltavam o diplomata alemão. Todavia, poucos minutos antes do início do cessar-fogo, partiu do acampamento da Rotunda, exausto e de voz sumida, mas confiante e orgulhoso, rumo ao Rossio, ao encontro da multidão entusiástica que entretanto daí emergia, porquanto teria interpretado as fátuas tréguas como sinal de capitulação das forças monárquicas. Montava o manso cavalo branco (porventura cedido por um dos soldados de cavalaria que escoltavam o diplomata alemão) que havia exigido para dirigir os amotinados e há muito povoava o seu imaginário, como depois narrou, pitorescamente e não sem alguma ironia, António Maria da Silva:

> [Na época mais vigorosa da conspiração antimonárquica] íamos buscar, quase todas as tardes, o Luz de Almeida à Biblioteca Central, instalada no próprio edifício da Câmara Municipal e, no trajeto até à Avenida da Liberdade, fazíamos a razão da ordem dos nossos trabalhos e estabelecíamos as diretrizes.
>
> Numa delas, quando passávamos em frente ao Largo da Anunciada, Machado Santos parou e, desvendando o seu mais caro desejo, pediu-me com instância a tal montada aceitável. Se ele não frequentava picadeiros! Rimo-nos bastante do caso e eu prometi «solenemente», na presença de Luz de Almeida, arranjar-lhe montada para paisanos...
>
> Seria natural se ele quisesse exercer a sua ação na marinha, nunca em «cavalo de pau».[120]

Não será despiciendo aqui afirmar que o cavalo encerra uma forte imagética associada à encenação do poder político e militar – o que então já extasiava Machado Santos. O povo, já em absoluto estado de euforia, recebeu-o a meio da Avenida, «arrancou-o» do cimo do cavalo e levou-o em triunfo ao quartel-general de S. Domingos, onde, segundo sustenta no seu *Relatório,* impôs a rendição ao velho general Manuel Rafael Gorjão[121].

Aqui e em muitos outros pontos, a narrativa de Machado Santos é contraditada por diversos protagonistas da revolução. Com efeito, outros relatórios, depoimentos e livros de memórias sustentam que quando o comissário naval entrou no quartel, a vitória republicana estava consumada, pois o povo e depois os marinheiros

---

[119] MORAIS, Jaime A. de Castro, *Memórias de Jaime de Morais*, texto datilografado, 1961, Arquivo de Morais, Jaime Alberto de Castro, *in* Fundação Mário Soares.
[120] SILVA, António Maria da, *O meu depoimento*, op. cit., 1974, p. 283.
[121] SANTOS, Machado, *op. cit.*, 1911, p. 90.

Machado_Santos.indb 54 22/05/2013 12:14

tinham invadido pacificamente o Rossio, desde que fora hasteada a bandeira branca, e logo confraternizaram com as tropas realistas de Infantaria 5 e Caçadores 5. Assim, estas não se teriam rendido, mas antes «negado positiva e categoricamente fazer fogo sobre os revoltosos» e, «pela sua firme atitude», imposto a proclamação da República.[122] Alguns desses textos esclarecem ainda que o representante do diretório presente no local, José Barbosa, tinha já dado o seu acordo para que o comando do quartel-general fosse transferido para o general António de Carvalhal[123]; outros asseguram que quando Machado Santos chegou ao quartel-general já este «estava nas mãos dos republicanos, já o Governo Civil se tinha rendido e já a República se tinha proclamado na Câmara Municipal».[124] Por tudo isto, Machado Santos não terá imposto, mas foi, quando muito, ratificar a rendição dos monárquicos.

Cerca das nove horas da manhã resplandecente do dia 5 de outubro, José Relvas, Eusébio Leão e Inocêncio Camacho proclamaram, majestosamente, o advento da República e anunciaram a constituição do Governo Provisório, da varanda do edifício da Câmara Municipal de Lisboa. Esta imagem passou, aliás, a constituir um dos ícones do regime.[125] Depois, como havia imaginado o malogrado Cândido dos Reis, a vitória em Lisboa provocou a adesão imediata da província. Também João Chagas pensou assim, quando profetizou que este regime providencial se proclamaria pelas armas na capital e chegaria ao resto do país «por telégrafo».

Cumprida a missão que perseguiu obstinadamente desde 1907, Machado Santos transmitiu aos grupos revolucionários ordens gerais conciliadoras, redigidas por si e previamente acordadas com a comissão de resistência da Maçonaria, que visavam preservar a paz e a ordem cívica em Lisboa e apelavam à união de todos os portugueses em prol da regeneração da pátria:

> Comité civil
> Ordem geral
> Determina-se o seguinte:
> 1.º – Cada um dos grupos civis, executada a missão que lhe é determinada, fica policiando o local onde efetivou a sua ação.
> 2.º – Os chefes evitarão a efusão de sangue tanto quanto possível.
> 3.º – Todo o indivíduo que seja encontrado a assaltar residências particulares, a roubar, a assassinar inimigos indefesos, ou a cometer violências contra mulheres e crianças será imediatamente fuzilado. Os chefes dos grupos mandarão executar, em processo sumário, o cobarde que assim proceder.

---

[122] «Relatório de Infantaria n.º 5, pelo capitão Ascensão Valdês» (p. 93-114); «Conduta do batalhão de caçadores n.º 5 na revolução que precedeu a proclamação da República, pelo capitão Carvalhal Correia Henriques» (p. 129); «Notas de um oficial revolucionário, alferes de caçadores n.º 5 Ernesto Gomes da Silva Jr.» (p. 147), in *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*, Lisboa, Publicações Culturais da CML, 1978; e MARTINS, Mariano, «A minha missão no dia 5. Depoimentos d'um revolucionário», *Ilustração Portuguesa*, 5 de junho de 1911.

[123] ABREU, Jorge de, *op. cit.*, 1912, p. 200-201.

[124] STEFFANINA, Celestino, *op. cit.*, 1918, p. 25; cf. ainda CAMACHO, Inocêncio, *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, 14.ª sessão, 5 de julho de 1911.

[125] LEÃO, Eusébio, «Como se proclamou a República», *Ilustração Portuguesa*, 23 de janeiro de 1911.

Machado_Santos.indb 55 22/05/2013 12:14

4.º – Qualquer grupo, executada a sua missão, deve marchar em socorro dos que próximo lhe ficam, no caso de estarem empenhados em combate.

5.º – Se qualquer força conseguir escapar-se do cerco que lhe é feito, no sentido de se reunir a outras, tentando impedir o advento da República, o grupo encarregado de o conter, atacá-la-á constantemente na marcha, impedindo por todas as formas a concentração do inimigo.

6.º – No ataque de uma força em marcha buscarão abrigar-se nas esquinas.

7.º – Só não deve ser atacada, mas sim vigiada, a força que saindo do seu quartel inicie a marcha aos gritos de *Viva a República*.

8.º – Os grupos civis que vão convidar as forças militares a aderirem à Revolução jamais as devem abandonar, continuando a velar pela sua segurança impedindo que oficiais contrários tomem contacto com os seus antigos soldados.

9.º – Todo o cidadão da República deve regular o seu procedimento pelos ditames da Honra, do Patriotismo e da Humanidade.[126]

*

Ordem do dia n.º 1

[…] A luta terminou! Já não há inimigos! Hoje todos os portugueses, trocando abraços fraternos, vão colaborar na obra da regeneração da pátria! Já não há inimigos! Há irmãos.[127]

Mais tarde, dirigiu-se em triunfo ao Ministério da Guerra, no Terreiro do Paço, onde foi recebido pelo presidente do Governo Provisório, Teófilo Braga (1843-1924), que «tão pouco sentira a revolução», o qual terá exaltado, num enfadonho discurso, a «intervenção heroica e salvadora do combatente da Rotunda»[128] e salientado que Machado Santos era «como o bom sapateiro, que vem entregar as botas já prontas ao freguês»[129]. Ainda na manhã do dia 5, regressou para a sua salvífica Rotunda, onde confraternizou com os homens que estiveram a seu lado e outros que se lhe juntaram para celebrar em festa a proeza almejada. Consta ter ficado aí uns dias e há um relatório médico que indica ter contraído a sífilis[130] no dia 6 ou 7 de outubro de 1910. Esta doença viria a atormentá-lo bastante. Começou o tratamento em dezembro desse mesmo ano e daí em diante tomou injeções fortíssimas, o que não impediu, porém, «goma» nas pernas e várias manifestações cutâneas tanto nesses membros, como nas mãos e antebraços.

No dia 10, só depois de o novo governo, por sugestão de Brito Camacho, ter ido saudar os heróis acampados na Rotunda, abalou, finalmente, para o quartel de

---

[126] «A ordem geral do comité civil», *O Intransigente*, 18 de dezembro de 1910.

[127] SANTOS, Machado, *op. cit.*, 1911, p. 161.

[128] RELVAS, José, *op. cit.* 1977, p. 154.

[129] SANTOS, Machado, «O plano dos amigos», *O Intransigente*, 20 de março de 1911. Cf. também MARTINS, Rocha, *Portugal dos nossos dias: Vermelhos, Brancos e Azuis*, Vol. II, Lisboa, Organizações Crisális, 1950.

[130] APFMS, «Relatório médico de Tomás de Borba Vieira e Veríssimo de Freitas da Silva dirigido a Machado Santos, Hotel Açoriano», Ponta Delgada, [s.d., mas posterior a 14 e anterior a 25 de setembro de 1915]. Do relatório: «Sífilis adquirida em 6 ou 7 de outubro de 1910. Começou tratamento em dezembro de 1910». Refira-se que seguiu os tratamentos mais modernos da época: injeções de óleo cinzento e de 606. A sífilis é uma doença sexualmente transmissível causada pela bactéria *Treponema Pallidum*.

Machado_Santos.indb 56 22/05/2013 12:14

Artilharia 1. Dali, com excecional zelo e até 21 de outubro, regateou do Governo Provisório divisas e recompensas para os «bravos» que se bateram sob o seu comando, numa «luta homérica de um contra dez».[131] Outro insigne revolucionário republicano, Jaime de Castro Morais, recorda mais tarde essa pitoresca situação:

> Ficou [Machado Santos] no quartel de Artilharia, ao lado da Rotunda, cercado pelos seus sargentos e cabos e já agora uma multidão de civis, a quem passava, já enfastiado, certificados de revolucionários, como se emitem notas no auge de uma inflação e como vedetas passam autógrafos a legiões de admiradores.[132]

A partir de então, a aura de herói intrépido e de «caudilho salvador da pátria» foi, por um lado, cantada em sonetos e outros textos poéticos[133], assim como em atos solenes de homenagem levados a cabo por diversas entidades e de que resultaram, ao estilo da época, vistosas pastas forradas a veludo, pano ou cartão verde e rubro com letras gravadas a ouro e de tamanho variável.[134] Por outro lado, essa aura heroica começou a desvanecer-se no meio de um nebuloso ambiente de intriga que, sem dúvida,

---

[131] «*Relatório* de Recompensas do comandante Machado Santos aos membros do Governo Provisório da República», in *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*, op cit., 1978, p. 47-53; e SANTOS, António Machado, *op. cit.*, 1911, p. 161.

[132] MORAIS, Jaime A. de Castro, *Memórias de Jaime de Castro Morais*, texto datilografado, 1961, p. 6, Arquivo de Jaime Alberto de Castro Morais, *in* Fundação Mário Soares.

[133] Evocam-se dois exemplos entre vários, R. Leal, na «modestíssima festa promovida por um grupo de admiradores de Machado Santos» declamou a sua «Saudação ao herói do 5 de Outubro» impressa em folha volante, com a data 13-11-1910, e cujos tercetos finais rezam assim: «Enfim um dia veio, radiante, // Em que a voz tomou vulto, fez-se ação, // E as actainas vis e os doirados mantos// Rasgou-os o bom povo, esse gigante, // Heroico vencedor da revolução, // Cuja alma foste tu MACHADO SANTOS» (Arquivo Pessoal e Familiar Machado Santos – APFMS). Luiz Ramos é autor de um poema «A Revolução» (Lisboa, Papelaria e Tipografia Paulo Guedes & Saraiva, s.d.) dedicado ao seu padrinho «Dr. Bernardino Machado» e com dedicatória manuscrita autógrafa «Ao grande herói da revolução portuguesa, ex.mo sr. Machado Santos, ao redentor da pátria oprimida, ao paladino da República (...)» (APFMS).

[134] No APFMS preservam-se exemplares que testemunham uma prática e o clima de efusivo entusiasmo e gratidão expressos pelo povo republicano. O Grémio Republicano de Alcântara ofereceu uma pasta com a ata em pergaminho, através da qual tinha votado, em reunião de 21 de novembro de 1910, Machado Santos seu «Presidente Honorário e Ilustre Cidadão». A Empresa do teatro Apolo ofereceu umas tarjas verdes e rubras em seda ao «Grande Herói da Revolução Portuguesa 5-10-1910». Um grupo de cidadãos portugueses e republicanos residentes no Rio de Janeiro enviaram uma pasta e mensagem em pergaminho com folha extra contendo fotografia de alguns dos 31 subscritores de um longo texto, datado de 15 de dezembro de 1910, e onde, a dado passo, se lê: «Admirando essa obra gigantesca e imorredoura, – à República Portuguesa –, que no dia 5 de outubro de 1910, com a vossa gloriosa espada implantastes no nosso estremecido Portugal e que há de fulgurar nas páginas da nossa história com os feitos dos Nuno Álvares, Albuquerques e tantos outros heróis cuja memória é o orgulho da nossa querida pátria». Os Valverdianos da República, núcleo revolucionário, mandaram imprimir a mensagem «Ao ilustre cidadão capitão-de-mar-e-guerra António Maria de Azevedo Machado Santos», subscrita por 104 indivíduos do sexo masculino e na qual se lê: «[...] Os Valverdianos da República, núcleo revolucionário, na sua maioria composto dos combatentes que na gloriosa Revolução de outubro mais em evidência estiveram, vêm por este meio significar-vos a sua solidariedade pelo ato que acabais de praticar, pedindo no parlamento amnistia para o caso do Arsenal». A loja Paz 296 do Rito Escocês homenageou o Irmão Championnet 18 da respeitável loja Montanha tornando-o seu «Membro Honorário», em 16 de dezembro de 1910. E a Tuna Comercial Torriense ou

Machado_Santos.indb 57 22/05/2013 12:14

alimentou a sua lendária e compulsiva propensão de agitador inquieto.[135] Esse clima de intriga e desconfiança teria, inclusive, originado, logo na ressaca da revolução (nove dias depois), por parte do recém-constituído Governo Provisório, a emissão de um precipitado mandato de prisão em seu nome, que Machado Santos guardaria como preciosidade e sobre o qual haveria de escrever, com o seu próprio punho: «primeira prisão na República»[136]. O irmão alegaria, já após a sua morte, que essa estranha e inconsequente ordem de captura aconteceu devido ao facto de o grande responsável pelo êxito da revolução «não querer que os seus nove companheiros [sargentos] da Rotunda e não só estes, como as praças que os tinham acompanhado e os poucos civis que lá estiveram, fossem lançados às feras».[137] Augusto Machado Santos acrescentaria ainda que o irmão não chegara a ser preso porque o camarada encarregado da captura «a tempo refletiu a ordem que havia recebido», dando-lhe liberdade. «Mas Machado Santos, que via mais que todos eles juntos, soube a tempo arrancar da mão do captor o documento com que o presenteava o Governo Provisório e guardá-lo como relíquia, relíquia que os seus conservam, como primeira e única vénera da República ao seu Fundador.»[138]

Todo esse ambiente de intriga, inveja e suspeição, que conduziu a tão surpreendente ordem, teria sido exacerbado no rescaldo da revolução, devido à forma como se intitulou chefe da verdadeira Carbonária, «herói e comandante do quartel-general da Rotunda» e daí despachou ordens de promoção de muitos bravos revolucionários à revelia das hierarquias militares[139]; terá acalentado o desejo críptico de comandar uma guarda exclusivamente republicana, que incorporasse os soldados e civis que o acompanharam na Rotunda, e que impusesse respeito a todos os inimigos da sua República ideal; glosou a postura passiva ou ambígua de alguns grupos carbonários, oficiais e altos membros do PRP durante a conjura, a quem chamou «conspiradores de semicúpios», por se terem refugiado no edifício dos banhos do largo de S. Paulo e não comparecerem na Rotunda[140]; denunciou a atitude dos oficiais que na Rotunda «abandonaram os seus soldados no campo de batalha em frente do inimigo»[141]; repreendeu a formação e depois a ação do Governo Provisório; censurou os «adesivos», miraculosamente convertidos aos ideais republicanos; e encarnou, ostensivamente, o papel de guardião moral do espírito imaculado da revolução de outubro. De resto, a leitura atenta do seu

---

Grémio Artístico-Comercial de Torres Vedras ofereceu uma pasta contendo um poema impresso em cartolina grossa «Homenagem a MACHADO SANTOS, o herói da Revolução de 5 de Outubro» e texto manuscrito «Ao ilustre cidadão Machado Santos», em papel pautado (4 páginas), por ocasião de sua visita à sua sede, a 7 de novembro de 1910.

135 SANTOS, Machado, «O plano dos amigos», *O Intransigente*, 20 de março de 1911.

136 APFMS, Guia original não datado de ordem de prisão de Machado Santos.

137 *A Tarde*, Lisboa, 11 de janeiro de 1924. E APFMS, Alocução de Augusto Machado Santos, na cerimónio de trasladação dos restos mortais de Machado Santos do jazigo para o Mausoléu, a 10 de janeiro de 1924 (ver doc. n.º 4).

138 APFMS, Alocução de Augusto Machado Santos, na cerimónia de trasladação dos restos mortais de Machado Santos do jazigo para o Mausoléu, a 10 de janeiro de 1924 (ver doc. n.º 4).

139 SANTOS, Machado, *op. cit.*, 1911, p. 160-167.

140 *Idem*, *ibidem*, p. 95.

141 *O Intransigente*, 29 de novembro de 1910.

Machado_Santos.indb 58 22/05/2013 12:14

relatório e o estudo do seu posterior comportamento, enquanto parlamentar, diretor e publicista do jornal *O Intransigente* (no qual, pelo menos até janeiro de 1911, assinou os seus artigos sempre enquadrados pelo selo da Carbonária Portuguesa), parecem demonstrar o que fica já aqui adiantado.

A sua desilusão e o consequente desacordo com as opções políticas e o *modus operandi* seguidos pelos principais chefes republicanos, com particular destaque para Afonso Costa, foi crescendo, irreversivelmente, até assumir uma tonalidade de intransigência e virulência sistemáticas, que atingiu o seu clímax na madrugada de 20 de outubro de 1921, quando foi assassinado. Nas vésperas dessa data, mais precisamente a 4 de outubro, o sidonista Simão de Laboreiro, diretor do jornal *O Tempo*, diário republicano presidencialista, assinou um texto de primeira página encimado por uma caricatura em que um velho (simbolizando Portugal) puxa com uma mão uma orelha de Machado Santos fardado e com a outra aponta para um campo de mortos e abutres onde se põe o sol, que ostenta a legenda «5 de Outubro» – o título do artigo, em letras garrafais e a negro é provocador: «Valeu a pena, almirante?» E na coluna do centro pode ler-se: «Oito dias depois do triunfo da Revolução, Machado Santos, aclamado ainda pela ingenuidade popular, era já cuidadosamente posto de parte por aqueles que não se tinham batido e que iam aproveitar da obra que o modesto guarda marinha realizara, arriscando o seu futuro e a sua própria vida.»[142]

Apesar de a sua trágica morte ter desencadeado fortes reações de pesar nas hostes republicanas, o certo é que esse fulgor inicial rapidamente esmoreceu. Uma prova disso mesmo é, por exemplo, a homenagem *post mortem* consubstanciada na construção do mausoléu, iniciativa de um grupo de republicanos pouco conhecidos, com exceção do discreto republicano histórico Luz de Almeida, seu companheiro de liceu e depois da Carbonária dos heroicos tempos da propaganda revolucionária. Mesmo com os desaguisados que foi mantendo com Machado Santos, o certo é que até ao fim demonstrou ser seu dedicado amigo. Mas a própria cerimónia de trasladação dos restos mortais de Machado Santos do jazigo para o Mausoléu, realizada cerca de dois anos após a sua morte, num dia frio e chuvoso de janeiro de 1924, não contou com figuras gradas do espetro republicano – pelo menos as reportagens dos jornais não o evidenciam. Ainda que se tenha tratado de uma iniciativa de caráter estritamente particular, a ausência de quase todos os republicanos mais ilustres permite-nos questionar hoje (como foi questionado na época) a sinceridade das tão comovedoras (e encomiásticas) manifestações de pesar que ocorreram logo depois da sua morte.[143]

---

[142] LABOREIRO, Simão de, «Valeu a pena, almirante?», *O Tempo*, 4 de outubro de 1921, p. 1.

[143] APFMS, «Alocução de Augusto Machado Santos, na cerimónia de trasladação dos restos mortais de Machado Santos do jazigo para o Mausoléu, a 10 de janeiro de 1924» e «Ata de encerramento dos trabalhos da Comissão do Mausoléu ao vice-almirante António Maria de Azevedo Machado Santos, ereto no 1.º cemitério (Alto de S. João)» (ver docs. n.º 4 e n.º 5).

Machado_Santos.indb 59 22/05/2013 12:14

Um revolucionário obstinado

A revolução resultou da ação de demasiadas forças centrífugas, que revelaram sempre dificuldades para superar as suas divergências e produzir uma frente comum. Referimo-nos, evidentemente, ao PRP, onde devemos incluir o diretório, as comissões civil e militar e os notáveis de diferentes fações que foram excluídos destes organismos, à Carbonária (e as suas células rivais), à Maçonaria (e a sua comissão de resistência, bem como as suas inconciliáveis lojas), à Junta Liberal e à Associação do Registo Civil. Essa ausência de unidade e de coordenação ficou, aliás, bem demonstrada nos dias da insurreição, em que quase nada parece ter acontecido conforme o planeado, e ficou também estampada na subsequente ação do Governo Provisório. Mas o que sucedeu naquela data histórica não foi nem um «milagre» nem um «bambúrrio», como os tutores ou detratores de uma certa República pretenderam apregoar. No momento decisivo, a vitória dos republicanos deve ser assacada à abstenção das forças militares que, supostamente, deviam lealdade ao rei, mas que, afinal, estavam já convertidas ao espírito da prometeica aurora republicana. E deve também ser atribuída à inação militar e falta de convicção política dos generais e do Governo da Monarquia, que, afinal, e dadas as circunstâncias, se renderam ao fim inevitável do velho e desgastado regime.

Machado Santos foi o único «herói da Rotunda» e o «fundador da República»[144], como depois quase todos os republicanos mais ou menos notáveis (e ele próprio) e até alguns adversários monárquicos[145] apregoaram? E foram os combates da Rotunda – que originaram, do lado dos sublevados, feitas bem as contas, «apenas» dois mortos e 14 feridos[146] – épicos e plenos de sacrifício, onde os gloriosos amotinados se teriam batido na proporção «de um contra dez», operando desse modo um «milagre»? Não. É preciso depurar a retórica e a memória dos protagonistas dos seus excessos e imprecisões. O discurso historiográfico não serve para criar ou consagrar lendas, nem heróis, nem regimes redentores. Pelo contrário, serve antes para relatar e interpretar o mais objetivamente possível a realidade social tendo em vista a sua compreensão e desmistificação.

De facto, por detrás dos soldados e marinheiros, dos operacionais da Carbonária e dos «magotes de povo»[147] que nos dias 4 e 5 de outubro participaram e, depois,

---

[144] Na sessão de homenagem prestada pela Câmara dos Deputados aos parlamentares mortos na anterior legislatura, em que figuravam os da Noite Sangrenta, Leonardo Coimbra, pelos Democráticos, salientava bem: «Uma República não se faz; a República é uma ideia e como ideia tem muitas bocas e corações; nas bocas o verbo que inflama, nos corações os fachos que iluminam e acendem. Eis o que é uma revolução!» Mas reconhecia que, se Machado Santos não fora o «fundador da República», surgira na Rotunda confiando no futuro e incutindo grande confiança. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 4, 2 de março de 1922.

[145] SOUSA, António Teixeira de, *História da Revolução que depôs a Monarquia*, Livraria Moura Marques & Paraísos, 1912.

[146] STEFFANINA, Celestino, *op. cit.*, 1918, p. 48-50. O mesmo autor contabilizou, na obra citada, um total de 76 mortos e 308 feridos civis e militares ocorridos em vários pontos de Lisboa, durante a Revolução de 5 de Outubro de 1910.

[147] ABREU, Jorge de, *A Revolução Portuguesa*, *op. cit.*, p. 198.

Machado_Santos.indb 60 22/05/2013 12:14

festejaram efusivamente a revolução nas ruas, avenidas e praças de Lisboa, estiveram homens bem identificados. Enfim, os mestres e artífices da revolução. Líderes civis cuja ação política foi decisiva para desgastar o regime monárquico e preparar a insurreição, mas que nos dias dos confrontos ficaram na retaguarda e assumiram uma posição mais ou menos expectante. Primeiro, no estabelecimento de banhos de S. Paulo, depois, nos Hotéis Europa (rua do Carmo) e Central (cais do Sodré) e na redação do periódico *A Luta* (rua Anchieta, 5.º - 2.º), ou – os mais inconformados – a integrarem missões de mensageiros entre as forças sublevadas. E líderes militares, sobretudo de baixa patente – sargentos, cabos, comissários navais, tenentes e capitães –, que esboçaram o «golpe de mão»[148] letal e assumiram, de forma mais ou menos corajosa, as despesas desse combate, que explodiu essencialmente nas ruas da capital do país. Vários deles, de uma forma ou de outra, empenharam a sua vida pessoal até aos limites do admissível na luta por um ideal em que acreditaram: a queda da «decrépita e desacreditada»[149] Monarquia e… o advento da República – essa aspiração messiânica, mas vaga, indefinida e utópica, que, por isso, depois do 5 de Outubro de 1910, ninguém conseguiu materializar num regime estável, mais ou menos consensual e ideologicamente coerente.

Entre esses diferentes obreiros da queda da Monarquia, é imperioso que figure Machado Santos. Recordemos aqui o que sobre ele terá ficado bem expresso neste capítulo: a sua indiscutível fibra de operacional, de prosélito de um ideal, de conspirador popular e guerreiro obstinado em prol da República; a sua decisão, afinal refletida, de permanecer e comandar os revoltosos na Rotunda, enquanto outros oficiais debandavam, foi determinante para o êxito da revolução e, por isso, ajudou a compor e a projetar a sua legenda de herói; a sua generosa e patriótica contemplação pelos monárquicos vencidos; o desejo inabalável de recompensar os que combateram a seu lado; e ainda as suas desmedidas ambições crípticas de desempenhar um papel principal na história do nascituro regime do qual foi um indispensável parteiro.

[148] MELO, J. A. Fontes Pereira de, *op. cit.*, 1912, p. 32.
[149] SILVA, António Maria da, *op. cit.*, 1974, p. 308.

Machado_Santos.indb 61 22/05/2013 12:14

Machado_Santos.indb 62 22/05/2013 12:14

Capítulo 3

Constituinte e jornalista intransigente (1910-1911)

A solidariedade condicional ao Governo Provisório

A alvorada do Portugal republicano não satisfez os sonhos e as ambições de Machado Santos. O aclamado, mas despeitado «comandante», «herói da Rotunda» e «fundador da República» discordou logo da composição e depois da ação do Governo Provisório nomeado pelo diretório do PRP, e não estava disposto a abdicar de interferir nos destinos da «sua» revolução. Resolveu, então, aventurar-se com o irmão, Augusto Machado Santos, e um grupo de amigos, na fundação do jornal *O Intransigente,* para dessa tribuna lançar sucessivas repreensões e diretivas aos poderes instituídos e à opinião pública da refundada pátria republicana.

O primeiro número do novo periódico matutino foi editado em 12 de novembro de 1910. Durante a sua existência, entre 1910 e 1915, o jornal foi sempre dirigido por Machado Santos e teve, como editores, Vítor Falcão, Carlos J. Silva, Augusto Machado Santos (irmão de António Maria) e José A. Pena. Como administradores, o irmão Augusto e José A. Pena. Como redator principal, entre dezembro de 1911 e maio de 1912, Joaquim Madureira. E como colaboradores Cunha Leal, Gomes Mota, José Carlos Rates, Júlio Martins, João Bacelar, Martins Costa e Ferreira Tomé. A itinerância da sede do jornal,[150] a colaboração de personalidades situadas à esquerda e à direita do regime, embora sempre conotadas com a oposição irreverente e intransigente ao Partido Democrático, a censura prévia de que foi alvo e até os assaltos de que foi vítima por parte da «rua democrática» atestam bem o seu percurso de vida tão efervescente (quanto efémero).

O extenso e confuso editorial-programa dirigido ao país – publicado nesse primeiro número do então autoproclamado «diário republicano radical» – era atravessado por um tom paternalista e uma diretriz ético-messiânica: vigiar, moralizar e consolidar a República para «transformar as ruínas do passado numa pátria

[150] A redação e a administração de *O Intransigente* foram, sucessivamente, sedeadas nos seguintes locais: rua do Carmo, 90 - 1.º Esq.º (até dezembro de 1910); rua do Carmo, 35 - 1.º (entre fevereiro e maio de 1911); rua Ivens 6 - 2.º (entre julho e novembro de 1911); travessa do Carmo, 11 - 1.º (entre dezembro de 1911 e junho de 1913); rua da Rosa, 162 - 2.º (entre junho e novembro de 1913); e rua de São Pedro de Alcântara (a partir de novembro de 1913). Cf. LEMOS, Mário Matos e, *Jornais diários portugueses do século XX. Um dicionário*, Coimbra, Ariadne Editora, 2006, p. 369-370.

Machado_Santos.indb 63 22/05/2013 12:14

nova». Como obter tal desiderato? Declarando guerra aberta aos oportunistas e arrivistas da República; estimulando a união de todos os republicanos puros em prol da consolidação do novo regime; acompanhando a obra legislativa do governo; fiscalizando a seleção e nomeação das pessoas para os lugares de confiança da administração pública; e educando a alma popular, orientando com verdade e sem demagogia a opinião pública.[151]

Em síntese, Machado Santos e o seu jornal pretendiam assumir-se como «sentinelas e vigilantes da República».[152] Mas tão delicada e ambiciosa missão teria o seu preço. Doravante, as incomportáveis despesas financeiras necessárias à manutenção do periódico, bem como o estilo demasiado desbragado – o amigo Joaquim Madureira preferiu rotulá-lo de «sincero»[153] –, contraditório e intransigente dos editoriais que este comissário naval, entretanto definitivamente convertido à intervenção política, aí vai assinar agrilhoaram e condicionaram irremediavelmente a sua vida pública e privada. Da evidente deceção que a nova e tumultuosa carreira jornalística abraçada por Machado Santos causou em certos setores republicanos dão conta, por exemplo, estas duas ácidas apreciações críticas de leitores, efetuadas logo em novembro de 1910, e que o diretor d'*O Intransigente* teve a hombridade (e ingenuidade) de publicar:

> A minha admiração não tem limites pelo extraordinário herói a quem a minha querida pátria deve a sua redenção e muito lamenta não poder confessar a mesma admiração por vós como jornalista. Sois um grande soldado que honra todo um povo; essa glória deve bastar-vos. Deixai-vos de ser jornalista para que não tendes vocação, a fim deste povo que redimiste com a vossa espada vos conservar sempre no sacrário do seu coração agradecido.[154]
>
> *
>
> Nunca supus que a glória lhe subisse à cabeça! Acontece sempre isto aos medíocres. Acho muita graça à sua ameaça de uma nova revolução, como se pelo que fez lhe ficasse algum prestígio no Exército ou na Armada! Corra todos os quartéis a buscar gente e verá que trás consigo [*sic*]. Nem um! O senhor está armado em Homem Cristo[155] como burro. O seu *Intransigente* está sendo um órgão republicano-talassa, querendo passar por avançado.[156]

---

[151] Cf. FERREIRA, José Eugénio, «Ao país», *O Intransigente*, 12 de novembro de 1910, e SANTOS, Machado, «A desorientação», *O Intransigente*, 30 de outubro de 1911.

[152] Cf. SANTOS, Machado, «O nosso adeus», *O Intransigente*, 1 de novembro de 1911 e MADUREIRA, Joaquim, *Caras lavadas. Machado Santos (depoimento de um cúmplice recente)*, 1911, p. 15.

[153] MADUREIRA, Joaquim, *op. cit.*, p. 16.

[154] «Beijos… pelo correio», *O Intransigente*, 18 de novembro de 1910.

[155] O autor desta carta refere-se a Francisco Manuel Homem Cristo (1860-1943), panfletário e jornalista polémico que militou nas fileiras do republicanismo e chegou mesmo, antes do 5 de Outubro, a integrar o diretório do PRP. Porém, depois da revolução exilou-se em Paris, de onde só voltaria com o sidonismo, afirmou-se monárquico, verberou o novo regime e entrou em acesas polémicas com algumas das suas personalidades, nomeadamente, com Afonso Costa. Homem Cristo teve um filho com o mesmo nome (1892--1928) que na juventude foi republicano e anarquista, em 1909 converteu-se ao catolicismo e à monarquia integralista, durante o consulado sidonista foi nomeado diretor dos serviços de informação de Portugal nos países amigos e aliados, e mais tarde tornou-se fascista convicto e amigo de Mussolini.

[156] «Sem comentários. Mais um…», *O Intransigente*, 24 de novembro de 1910.

Machado_Santos.indb 64 22/05/2013 12:14

As repreensões dirigidas ao «herói da Rotunda» e ao seu jornal terão sido, desde os inícios da sua fundação, de tal forma violentas e disseminadas que levaram colaboradores como Victor Falcão a defender desta forma a honra do diário e a justificar a sua existência:

> Há quem esteja convencido da nossa morte. Engana-se. Ninguém nos mata. Gritem à vontade contra nós, barafustem a todas as horas, caluniem-nos quando quiserem. Não comprem o jornal, procurem desprestigiá-lo, façam contra nós todas as campanhas que desejarem. Podem produzir esse trabalho, que lhes dá prazer, enquanto tiverem tempo e paciência para isso. À vontade. Não nos desgostam. Não conseguem ver-nos desanimados. Temos uma alta e nobre missão a cumprir.[157]

O Governo Provisório foi nomeado pelo diretório do PRP após a revolução e vigorou em regime de ditadura, entre outubro de 1910 e junho de 1911, porquanto concentrava os poderes legislativo e executivo. Foi presidido pelo republicano histórico, provecto, frugal e misantropo professor do Curso Superior de Letras e escritor torrencial, Teófilo Braga, mas passou, de imediato, a ser controlado por aqueles que depois se tornaram as mais fortes personalidades do novo regime: o ministro da Justiça e dos Cultos, Afonso Costa, o ministro do Interior, António José de Almeida, e o ministro do Fomento, Brito Camacho. A meta desse executivo revolucionário era uma República burguesa reformista sobretudo no domínio político, mas também nos setores social, económico e cultural. Entre as suas prolíficas e fraturantes medidas, decretou a radical mas «basilar» e «intangível» Lei da Separação do Estado das Igrejas[158], aprovou uma lei eleitoral menos seletiva, embora ainda socialmente restritiva, revogou as leis de exceção, promulgou uma lei de imprensa liberal, introduziu o registo civil obrigatório e a lei do divórcio, concedeu o direito à greve com aviso prévio, mas reconheceu também o direito ao *lockout* dos patrões, criou leis de assistência pública e de proteção à infância e à velhice, aboliu os títulos nobiliárquicos, reformou a instrução pública e concedeu maior autonomia à administração ultramarina.

---

[157] Victor Falcão, «A nossa atitude», *O Intransigente*, 22 de novembro de 1910.

[158] Sobre este diploma e, em especial, a profunda motivação política que apressou Afonso Costa a elaborá-lo e a aplicá-lo, ver o extenso e fundamental estudo de MATOS, Luís Salgado de, *A Separação do Estado e da Igreja: concórdia e conflito entre a Primeira República e o Catolicismo: 5 de Outubro de 1910 e 28 de Maio de 1926*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2011. Para o autor deste estudo, como muito bem salienta o prefaciador José Vera Jardim, Afonso Costa usou a separação como tática política, visando dominar as hostes republicanas, sem que tivesse convicções separatistas profundas (p. 28). E António José Telo, não obstante corroborar esta perspetiva, esclareceu: «Não foi Afonso Costa que criou esse clima [persecutório contra a Igreja]; o republicanismo era profunda e visceralmente anticlerical desde o seu nascimento, associando a Igreja a tudo o que se devia eliminar para libertar a pátria. A arte de Afonso Costa foi a de ter compreendido que este clima dominante no setor mais radical dos republicanos podia ser a principal alavanca da construção do seu poder pessoal. O hábil político limitou-se a transformar o que era um movimento espontâneo no caminho da construção do seu poder» (TELO, António José, *Primeira República I. Do sonho à realidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2010, p. 190).

Machado_Santos.indb 65 22/05/2013 12:14

Enquanto perdurou o período da ditadura do Governo Provisório, Machado Santos e os seus prosélitos d'*O Intransigente* cumpriram a missão que se propuseram, embora com duvidosa coerência. De resto, a coerência paradoxal de quem reclamava assumir, simultaneamente, as funções de «poder moderador» e de «franco-atirador» da República.[159]

A prioridade do «fundador da República», como ele próprio tantas vezes gostava de se identificar nos seus escritos, foi interferir a todo o custo com o intuito de determinar os destinos da nação, ainda que tal propósito contribuísse para desestabilizar a já tensa união do novo regime e originasse a propagação da afronta – logo negada por Machado Santos e pelos seus colaboradores – de que ele e o seu jornal seriam «inimigos declarados do Governo».[160]

Por isso, alternou um recorrente apelo à «unidade e firmeza» do povo e dos «bons revolucionários» republicanos[161] com a justificação vaga e pouco convincente da fundação de partidos políticos, cuja consagração, aliás, permanecerá omissa no quadro constitucional aprovado em 1911, ou até com impulsivas e abstratas ameaças revolucionárias contra o novo *status quo*[162]. Declarou a sua solidariedade à ação do Governo Provisório enquanto denunciou, de forma exasperada, o seu «extravagante radicalismo»[163]; amaldiçoou as ambições políticas pessoais dos seus membros e a sua inconsequente «prolixidade *legisferadora*»[164] ou o seu «legislar de afogadilho, sem ordem e sem método»[165]; censurou, também, a forma e o conteúdo das novas leis, promulgadas por Afonso Costa, do inquilinato, da imprensa, da Separação do Estado das Igrejas e do divórcio[166]; criticou ainda a ausência de uma hábil diplomacia internacional, lamentou a falta de medidas de fomento económico e financeiro e exigiu mais celeridade na publicação de uma lei eleitoral que permitisse convocar eleições para acabar com a «aviltante» ditadura[167]. António Granjo, amigo do diretor do jornal, afirmará, em maio de 1913, que *O Intransigente* foi, «durante o Governo Provisório, a barreira oposta aos desmandos do poder e das paixões ruins da multidão».[168] Mas bem antes desta data, Manuel de Arriaga não tinha esta opinião e aconselhava-o a ser mais compreensivo quanto ao trabalho do Governo Provisório. De facto, em carta não datada, mas que se situa entre o surgimento d'*O Intransigente* (12 de novembro de 1910) e o início dos trabalhos da Assembleia Constituinte (19 de junho de 1911),

---

159 SANTOS, Machado, «O franco-atirador», *O Intransigente*, 12 de novembro de 1911.

160 CABÊDO, Costa, «Outra vez», *O Intransigente*, 5 de dezembro de 1910.

161 SANTOS, Machado, «Política», *Idem*, 6 de janeiro de 1911, e «Coerência», *idem*, fevereiro de 1911. Ver também do mesmo autor, *A ordem pública e o 14 de Maio*, Lisboa, Papelaria e Tipografia Liberty, 1916, p. 10.

162 SANTOS, Machado, «Defesa da República», *idem*, 19 de novembro de 1910, e «O plano dos amigos», *Idem*, 20 de março de 1911.

163 «As fezes», *O Intransigente*, 29 de março de 1911.

164 SANTOS, Machado, «Basta», *O Intransigente*, 29 de maio de 1911.

165 SANTOS, Machado, «Apoio Geral», *O Intransigente*, 23 de novembro de 1910.

166 SANTOS, Machado, «Continuando», *O Intransigente*, 8 de dezembro de 1910.

167 SANTOS, Machado, «Eleições, Eleições!» (11 de fevereiro de 1910), «Haja juízo» (16 de fevereiro de 1911), *O Intransigente*.

168 António Granjo, «*O Intransigente*», *O Intransigente*, 7 de maio de 1913.

Machado_Santos.indb 66 22/05/2013 12:14

o velho republicano, tratando Machado Santos por «bravo e benemérito patriota e prezadíssimo amigo», aconselha-o a não tomar «amor e paixão pela política» como ela então se fazia[169]. Com «a serenidade dos fortes e o altruísmo dos simples e dos bons», Machado Santos devia, sim, continuar a «defender a causa santa da Revolução», apenas ainda esboçada.

> Vejo pelo seu simpático jornal *O Intransigente* que não está de acordo com algumas das medidas do Governo Provisório, e talvez tenha razão; mas não se esqueça das responsabilidades tremendas que pesam sobre eles, dos sacrifícios que todos estão fazendo a toda a hora para bem desempenharem o seu espinhoso mandato. Com benevolência recíproca, com um pouco de boa vontade de parte a parte, alguns dos seus conselhos serão ouvidos e oxalá que tudo corra na melhor ordem até à convocação da Constituinte.[170]

Para ajudar a certificar o seu comportamento crítico e conspirativo contra o Governo Provisório, mas também para lançar mais pistas sobre os traços físicos e psíquicos da idiossincrasia de Machado Santos, importa recordar aqui um episódio narrado pela pena expressiva de Lopes d'Oliveira:

> Naquela noite fui, com Tomás da Fonseca, ao diretório do Partido Republicano, que era no largo de S. Carlos. Ali procurámos Ribeiro de Carvalho, quando Pádua Correia, entrando pouco depois, nos levou a um pequeno gabinete, onde se encontrava.
>
> Na fumaceira do tabaco, à volta de uma mesa, distinguiam-se umas vinte pessoas, a maior parte de pé.
>
> Ribeiro de Carvalho disse-nos: – Esperem que precisaremos de vocês. Isto tem de resolver-se hoje.
>
> O quê?
>
> Sentado, envolto num gabinardo, um homem com semblante carregado, de óculos, enrouquecido, prendendo a atenção geral. Decorreu assim meia hora, e era evidente que o ataque ao Governo Provisório, que ia desenvolvendo, tinha segura aquiescência.
>
> O tremendo bloco Bernardino, Almeida e Afonso… – repetia, quando o interrompi.
>
> Foi geral a surpresa.
>
> À minha nervosa desaprovação, Malva do Vale, que estava muito perto de mim, objetou: – Machado Santos sabe mais disto, a dormir, do que tu acordado…
>
> Aquele maldizente era, pois, Machado Santos, o herói da Rotunda![171]

---

[169] APFMS, Manuel de Arriaga, carta a Machado Santos [s.d.].

[170] *Ibidem*.

[171] FONSECA, Tomás, *Memórias dum chefe de gabinete*, (com prefácio de Lopes de Oliveira), Lisboa, Livros do Brasil, Limitada, 1949, p. XXIII-XXIV.

Machado_Santos.indb 67 22/05/2013 12:14

Numa apreciação crítica retrospetiva que produziu, em 1916, sobre o primeiro governo republicano, Machado Santos lamentou que ele tivesse sido presidido pela «cabeça pouco atilada e o pulso fraquíssimo do sábio negativista Teófilo Braga» e que se tivesse transformado na «propriedade dos seus três grandes caudilhos [Afonso Costa, António José de Almeida e Brito Camacho] que o administraram em comandita».[172] Assim – sentenciava –, submerso no «cancro do personalismo», absorto pelas ambições e rivalidades dos seus chefes, o governo negligenciou as questões económica e moral e, por isso, o regime degenerou na anarquia e na demagogia[173].

Ainda n'*O Intransigente*, o intrépido revolucionário republicano pregava uma política de amnistia e concórdia nacional, enquanto justificava o assalto terrorista de republicanos aos jornais monárquicos[174] e acusava amiúde – através de uma «campanha vigorosa»[175] – a indulgente proteção concedida pelo Governo Provisório, e, nomeadamente, por Afonso Costa, aos monárquicos «aderentes e adesivos» que assaltaram os cargos públicos da República:

> Consentir que os republicanos sinceros sejam esmagados por esse bando de abutres, que vêm para a República trazendo em suas malas todos os vícios de oitenta anos de constitucionalismo, com as suas manhas atávicas de uma educação jesuítica de séculos, seria mais do que imbecilidade – seria um crime![176]

A denúncia dos arrivistas monárquicos miraculosamente convertidos ao republicanismo era, de resto, corroborada por outras personalidades republicanas como Brito Camacho, ou mesmo por monárquicos como Ramalho Ortigão, o qual, nas *Últimas farpas,* escreveu, a este propósito, esta deliciosa e irresistível ironia:

> […] na manhã gloriosa de 5 de outubro, os combatentes da Rotunda fizeram o balanço dos riscos, dos sacrifícios, das perdas sofridas durante as jornadas bélicas que acabavam de viver. E verificaram doloridos que, dos quinhentos que haviam iniciado a revolta já só restavam… cinco mil[177].

O combate inexorável e obsessivo de Machado Santos contra o que considerou ser «a insensatez, a imoralidade, a ambição dos homens e a cegueira da rua»[178] levou-o, também, a romper, sucessivamente, com demasiados revolucionários repu-

---

[172] SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*, 1916, p. 10-11.
[173] SANTOS, Machado, «Imprensa livre», *O Intransigente*, 27 de fevereiro de 1911.
[174] SANTOS, Machado, «Um caso», *O Intransigente*, 10 de janeiro de 1911.
[175] SANTOS, Machado, «Enjoativo», *O Intransigente*, 10 de dezembro de 1910.
[176] SANTOS, Machado, «Aderentes e adesivos», *O Intransigente*, 4 de dezembro de 1910; ainda sobre este assunto, ver do mesmo autor «Defesa da República» (20 de novembro de 1910), «Apoio Geral» (23 de novembro de 1910) e «República para todos» (21 de janeiro de 1911), *O Intransigente*.
[177] ORTIGÃO, Ramalho, *Últimas farpas: cartas portuguesas: homens e factos dos derradeiros tempos, 1910--1915*, Lisboa, Aillaud e Bertrand, 1916.
[178] SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*, 1916, p. 12.

Machado_Santos.indb 68 22/05/2013 12:14

blicanos radicalmente descontentes com o estado da nação, e ainda, como se infere do que atrás dissemos, com os republicanos alinhados com as fações que entretanto começavam a perfilar-se em torno dos «três grandes caudilhos»[179] do novo regime, com destaque para Afonso Costa. Este republicano histórico, que sempre teve dúvidas sobre a opção revolucionária, ainda terá tentado fugir de Lisboa na madrugada do dia 4 de outubro de 1910. Porém, um (in)feliz incidente – o *Coupé* em que seguia terá sido alvejado por carbonários que desconheciam a identidade do seu ocupante – tê-lo-á feito regressar para, no momento oportuno, conseguir reservar para si um lugar no Governo Provisório, onde depois viria a desempenhar um grande protagonismo. Será justamente o mais hábil e carismático dos chefes republicanos, durante a primeira fase da I República (1910-1917), que Machado Santos irá eleger como o seu mais «estimado» inimigo político, conforme demonstram as sistemáticas repreensões políticas e até epítetos maldizentes e injúrias pessoais a ele dirigidas, dispersas pelos editoriais d'*O Intransigente*.

O deputado Machado Santos nas notas de *Braz Burity*

Joaquim Madureira ou o seu pseudónimo literário *Braz Burity*, amigo pessoal de Machado Santos e diretor do jornal *O Intransigente*, entre dezembro de 1911 e maio de 1912, deixou para a posteridade uma volumosa e singularíssima reportagem ou crónica detalhada a que deu o título de *A forja da lei* e o preciso subtítulo de *A Assembleia Constituinte em notas a lápis*[180]. Nesses escritos, o humor fino mescla-se com uma acidez moralizadora e caricatural dos inúmeros paradoxos da novel classe política, não tão diferente, afinal, dos protagonistas de décadas de constitucionalismo monárquico. Desaproveitar as notas de *Burity*, no que concerne à presença de Machado Santos e de intervenções a ele respeitantes, nas várias sessões dessa magna reunião popular e constitucionalista, seria um imperdoável erro. Essas notas introduzem bem o ponto seguinte e último deste capítulo, mais interpretativo e global do desempenho do nosso biografado no processo parlamentar de elaboração da republicana Constituição de 1911.

O cronista *Braz Burity* começa com a sessão de verificação de poderes de 15 de junho de 1911, mas não dá conta nem da sombra do revolucionário marinheiro… Passemos, então, à primeira sessão, do dia 19, e aí:

> Um busto da República, pescoço torcido, domina a sala, no seu gesso ainda fresco.
>
> Nos Passos Perdidos retine a campainha. Machado Santos entra e Schwalbach aborda-o. Cochicheiam. Mau… Lá começam os versos *da Avó* a fazer das suas… Estarão a combinar uma colaboração?[181]

---

[179] *Idem*, *ibidem*, p. 10.

[180] MADUREIRA, Joaquim (*Braz Burity*) – *A forja da lei: A Assembleia Constituinte em notas a lápis*. Coimbra, F. França Amado, Editor, 1915. Estas crónicas foram originalmente publicadas n'*O Intransigente*.

[181] *Idem*, *ibidem*, p. 13.

Na sessão segunda, de 20 de junho, nada; mas na terceira, de 21, a nota sinaliza que em plena eleição, da parte da tarde, dos três membros da Comissão da Constituição, «Machado Santos dormita, a desforrar-se das noites perdidas na Revolução».[182]

Na sessão sexta, de 26 de junho, estão «na mesa dois projetos de Constituição – o de Machado Santos e o que oferece Cunha e Costa. Ambos à Comissão».[183] Surge a proposta, mas mantém-se silencioso o proponente, até que, na sessão décima segunda[184], dia 3 de julho, o velho republicano, nascido na Terceira e residente em Braga, Eduardo de Abreu (1856-1912), se dirigiu à tribuna:

> Silêncio. Ansiedade. Todos sabem de que se trata e todos sentem, vago mas pesado, um pressentimento de borrasca: na atmosfera há eletricidade precursora das tempestades. E Eduardo d'Abreu, escandindo as sílabas, acentuando as palavras, numa voz sonora e forte, a sua voz dos momentos solenes, começa:
>
> – Meus senhores: o sr. dr. Magalhães Lima encarregou-me de ler um projeto de lei e eu vou fazê-lo com prazer.
>
> E, abruptamente, o orador principia a fazer a evocação da Revolução de 5 de Outubro. Nasceu a madrugada de 4 ao som do canhão. Soldados e populares vinham para a rua combater a Monarquia. E o canhão continuou troando, até à manhã de 5. Foi uma febre de luta e de heroicidade. Entretanto, um homem, na Rotunda, velava, combatendo. A República proclama-se, e esse homem aparece: é Machado Santos. Oficiais que vão lá acima, abraçam-no e chamam-lhe almirante. Mais tarde, o governo quer premiar a sua valentia, e ele tudo recusa, dizendo que, se alguma coisa viesse a ter de aceitar, seria o que lhe fosse concedido pela Assembleia Constituinte.
>
> O orador faz uma pausa, depois da qual conclui:
>
> – Apresento à câmara o seguinte projeto de lei […]
>
> De toda a sala se levantam vozes: – Muito bem! Muito bem! Apoiado!
>
> Eduardo d'Abreu propõe, ainda, que o projeto seja imediatamente discutido.
>
> Vozes: – Apoiado!
>
> Tiago Sales:
>
> Proponho que ele seja votado por aclamação!
>
> Vozes à roda: – Apoiado! Apoiado!
>
> Rouco, com a voz a cortar-se-lhe na garganta, desgrenhado, os olhos numa brasa de epilepsia, os membros num tremor galvânico de desespero, o capitão Pala regouga:
>
> – Peço a palavra para um requerimento. Peço a palavra… Peço a palavra.
>
> Vozes: – Não pode ser! Não pode ser!
>
> Ouvem-se sibilar frases como balas: – Tenha vergonha!... E agora não foge!...
>
> Lívido, a cabeça perdida, a voz a estrangular-se-lhe no gasganete, Pala continua:

---

[182] *Idem*, *ibidem*, p. 87.

[183] *Idem*, *ibidem*, p. 67.

[184] O cronista *Braz Burity* incorreu em sucessivos equívocos quando identificou o número das sessões da Assembleia Nacional Constituinte. Optámos, por isso, por corrigir os seus lapsos e repor no corpo do texto o número oficial das sessões por ele identificadas.

Machado_Santos.indb 70 22/05/2013 12:14

– Peço a palavra… Quero falar… Requerimentos não se discutem!

E levanta-se um clamor enorme e confuso. Pala, em pé, grita, gesticula, enquanto a voz de Estevão de Vasconcelos clama:

– Ordem! Ordem! Haja ordem!

– O quê? Como?

E vê-se o capitão Pala, de pé, increpando Estevão de Vasconcelos, que, levantando-se também, exclama com tribunício calor:

– Peço ordem! Tenho o direito de o fazer! Sou um velho deputado republicano!

As frases sangrentas continuam a cortar peles tanadas pela inconsciência, e, como não há maneira de se entender uma palavra, o presidente submete à votação nominal o projeto de Eduardo d'Abreu.

Vozes: – Muito bem! Apoiado! Apoiado!

A votação começa lentamente, e, durante ela, há ligeiros incidentes, pequenos nadas que definem e marcam.

Reprovam a proposta: capitão Pala, Djalme d'Azevedo, Afonso Ferreira, Alexandre Barros, Francisco Ochôa, Álvaro Pope, Fernando da Cunha Macedo, Paiva Gomes, Casimiro Rodrigues de Sá, Arantes Pedroso, José Cordeiro, Carvalho Araújo e Nunes da Mata.

Na sua altura Magalhães Basto diz:

– Eu aprovo, se no projeto se fizer a mesma distinção a outros, que igualmente trabalharam pela República.

Pala aplaude-o: – Muito bem! É uma lei de exceção!

Algumas vozes pedem silêncio e a votação continua. Alguns deputados, que recusam, fazem-no com declarações de voto. O ministro do Interior aprova com a condição de o projeto ser votado hoje, falando sobre ele quem quiser.

Finda a votação o presidente diz:

– Aprovaram o projeto 141 deputados e rejeitaram 18. Está portanto aprovado. Convido por isso os srs. deputados que fizeram declarações de voto a mandarem para a mesa essas declarações, a fim de serem inseridas na ata.

E, numa tensão nervosa, entra-se, como num banho, no calmo ramerrão do dia a dia, e antes da ordem – discussão do Regimento – Braamcamp pede à Assembleia que dispense a leitura, porque as massadas estão proibidas.[185]

O cronista não nos fala no visado de tão agitada sessão, porque, como certamente tinha informações do que, naquele dia, iria acontecer a seu respeito, não compareceu no parlamento[186]. Não pôde, pois, visualizar alguns de seus inimigos políticos, pelo menos os que na Constituinte deram a cara mostrando desacordo com a homenagem e galardão da República vencedora, ou com detalhes da proposta de Magalhães Lima, como foi o caso de Álvaro Pope (1879-1972).

[185] *Idem*, *ibidem*, p. 138-143.

[186] *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 12, 3 de julho de 1911.

Machado_Santos.indb 71 22/05/2013 12:14

Outro dia – 4 de julho –, outra sessão, a décima terceira, em que ainda se sentem os ecos da controversa votação da sessão anterior. Pala pediu a palavra, Afonso Guerreiro também e até Albano Coutinho, deputado pela Mealhada, pediu a palavra para dizer que votaria, se estivesse presente, a proposta de Eduardo de Abreu. E sobre Machado Santos mais nada é registado, pois faltou também à sessão[187].

Só na décima quarta sessão, de 5 de julho, aparece a nota: «Ao outro lado, as calvas luzidias de Barbosa e Menezes, à sombra das barbas negras de Carlos da Maia, catequisam Machado Santos, e interrogam-no sobre pontos de catecismo»[188]. A sessão começou preguiçosa e serena, mas o «herói-fundador» causou sensação, quebrando o silêncio a que se remetera. Fê-lo depois de o capitão Pala ter mandado para a Mesa uma proposta com a eleição de uma comissão que estudasse e preparasse a história da revolução de outubro e propusesse recompensas. Indicava, para a compor, os nomes de Feio Terenas, do padre Fontinha e mais três.

Braz Burity escreveu: «Sensação». E prosseguiu:

> Machado Santos, rouco, desengonçado, declara que só contava falar quando se discutisse a Constituição, mas a iniciativa de amigos, a quem muito quer, fazendo incidir sobre a sua colaboração no movimento revolucionário, a manifestação com que o alvejou a Assembleia, obriga-o, a um agradecimento. Agradece comovido mas não envaidecido, porque, tendo apenas cumprido o seu dever, vê na homenagem a todos os que trabalharam, uns tanto, outros mais do que ele. Desses, alguns vivem, outros não os deixou a morte ver realizadas as suas aspirações, os seus sonhos. Para os que morreram, vai a sua saudade: para os que vivem e com ele trabalharam, nas horas difíceis da organização e na hora decisiva do combate, de que a Rotunda mais não foi que um episódio, a esses camaradas leais, companheiros da hora incerta, que a Assembleia quis recompensar, recompensando-o a ele, para esses vai o seu coração. À Assembleia agradece; ela é a mais generosa e mais legítima encarnação da vontade nacional: curva-se e obedece a essa vontade.
>
> Mas não pode terminar o seu agradecimento, sem recordar à Assembleia que três dos seus companheiros da luta, três dos heroicos populares que o acompanharam na investida contra o quartel de Infantaria 16, estão presos.
>
> A Assembleia já declarou beneméritos da pátria esses homens e com eles outros, também implicados nos acontecimentos do Arsenal. São todos republicanos, são todos bons e valentes portugueses, que num ato de desvario atentaram contra a disciplina. Haja justiça nesta hora em que todos os portugueses, todos os republicanos devem estar unidos. Manda para a mesa um projeto de lei indultando todos os que estão envolvidos nesses acontecimentos; e pedindo para esse projeto a aprovação da Assembleia, tem a certeza de que seria injuriar qualquer desses oito homens de bem que fazem parte do governo, o imaginar que algum a esse projeto de lei poderia opor-se.

---

[187] *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 14, 4 de julho de 1911.

[188] MADUREIRA, Joaquim (*Braz Burity*), op, cit., p. 162.

Machado_Santos.indb 72 22/05/2013 12:14

A Assembleia aplaude e Machado Santos cai nas garras do Leão… Azedo… que o abraça estrepitosamente.[189]

Na mesma sessão, Machado Santos seria, de novo, tema de discurso. Desta feita de Inocêncio Camacho, que pedira a palavra quando Eduardo de Abreu apresentara à Assembleia a proposta de promoção e pensão ao heroico resistente da Rotunda. Votara esse projeto, mas, como ele conhecera como ninguém todos os bastidores da revolução de outubro:

> […] ficaria mal com a sua consciência se votando com orgulho todas as homenagens e todas as consagrações a Machado Santos, não procurasse envolver nessa homenagem e nessa consagração todos os que realmente a mereceram, porque bem mereceram da pátria e da República. Conhece todos os personagens da peça. Sabe-lhes de cor todos os papéis, sabe os que entraram em cena e os que tiveram o *trac* das primeiras representações e não vieram à ribalta.
>
> Viva curiosidade. Começam a rodear Camacho, os que, por mais distantes, receiam pedir-lhe algumas palavras.
>
> Machado Santos no seu relatório diz a verdade, só a verdade, como é próprio do seu caráter, mas se não a atenua, se a não mascara, se a não exagera, não diz a verdade toda, nua e crua, porque não sendo Santo António e não tendo o dom da ubiquidade, estando na Rotunda, não esteve, nem podia estar em toda a parte.[190]
>
> Na revolução todos tiveram o seu papel e se nem todos o desempenharam até ao fim, nem por isso esses papéis deixaram de cobrir de glória os que d'eles se tinham encarregado.
>
> O capitão Pala disse que viria para a rua com as suas baterias e veio. Nem todos os que estiveram na Rotunda estiveram ao mesmo nível, como ao mesmo nível não estiveram os oficiais da Marinha, que tendo dito que se batiam, se bateram.
>
> Por isso, e porque, melhor do que ninguém, conhece os factos e os homens que nos factos intervieram, propõe uma lista de recompensas, de que lê parte, comprometendo-se a mandá-la para a mesa logo que a tenha ultimada[191].

---

[189] *Idem*, *ibidem*, p. 163-165. Refira-se que a intervenção de Machado Santos constante do *Diário da Assembleia Nacional Constituinte* é muito menos expressiva e pormenorizada. Atente-se, como mero exemplo, nesta passagem do discurso conforme registo do referido Diário: «O ato da Rotunda foi o menos, para mim e outros que me acompanharam; antes disso houve trabalhos mais importantes e maiores, cuja apologia eu não quero fazer. Sr. presidente: eu não tenho dom da palavra para poder fazer a consagração dos homens que durante anos trabalharam, não chegando alguns a ver o fim que ambicionavam, que era a proclamação da República, por terem morrido antes que vingasse o ideal pelo qual lutaram. Não é a mim que compete fazer a consagração d'esses homens. A História fará justiça a todos.» *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 14, 5 de julho de 1911.

[190] Confronte-se este parágrafo com o registo do *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão de 5 de julho de 1911: «Falava o sr. dr. Eduardo Abreu e falava bem – ele servia-se de um livro escrito por Machado Santos, que não podia escrever outra cousa senão o que lá está. Entretanto ele não sabia, então, o que se estava passando na margem do Tejo».

[191] *Idem*, *ibidem*, p. 171-172.

Machado_Santos.indb 73 22/05/2013 12:14

E, de sessão em sessão, chegamos à décima oitava, a 11 de julho, dia de calor a abafar o inquebrantável debate da Constituição:

> S. Bento, que foi sempre como que a tina da eloquência nacional, está sendo o alambique dos grandes homens da República e se, por um lado, é indispensável que o povo tenha a sua Constituição, por outro, também não deixa de ser urgente e inadiável que na Constituinte haja um pouco de fresco.
>
> Que sopre o vento da insânia ou que sopre rijo o vendaval da eloquência, mas que haja quem sopre, seja o que for, porque, senão, num sopro derradeiro, derretem-se os pães da pátria, derretemo-nos nós os jornaleiros da imprensa, derretem-se os mirones da galeria, e derretidos todos, connosco se derrete, como manteiga de Paredes de Coura, a própria República, e a esta pátria derretida… é um ar quente que lhe deu, e não mais na presidência, afogueado e vermelho, Braamcamp presidenciará, enquanto Baltazar chama, Bissaia escreve, Machado Santos flana, José d'Abreu se escama, João Barreira se ilustra, Nunes da Mata maça, Jacinto *corticeia* e Afonso Lemos *acteja*, aos 128 presentes.[192]

Na vigésima primeira sessão, ocorrida a 14 de julho, não pôde faltar, pela voz do presidente da Assembleia, o vetusto e venerando Braamcamp Freire, a proposta de que fosse prestada homenagem à França por ocasião do aniversário da tomada da Bastilha. A Assembleia «ergue-se e, aos vivas à República francesa, vota a homenagem por aclamação».[193] Segue-se no uso da palavra o ministro Bernardino Machado, e começa por dizer que a Assembleia se antecipara, porque ele teria o máximo prazer em tomar a iniciativa daquela homenagem, a que, em nome do governo, se associava. Mas o tema que o interpelava era candente, tinha a ver com as incursões monárquicas e o eventual acordo com o governo espanhol para afastar da fronteira norte esse perigo:

> Em seguida, visivelmente irritado, ele que é todo cordialidade e doçura, protesta contra o facto de que, tendo afirmado categoricamente, solenemente, que se tinha celebrado um acordo entre o governo espanhol e o governo português para tornar executórias as ordens do governo espanhol, fazendo dispersar e internar os conspiradores, tendo notícias tendenciosas posto em dúvida a existência d'esse acordo…
>
> Machado Santos interrompe, impulsivamente: – V. ex.ª dá licença? Os telegramas que eu vi não põem em dúvida, desmentem formalmente as palavras de v. ex.ª…
>
> Bernardino, absolutamente fora de si, desmanchado, em bicos de pés, com os bigodes hirsutos, a voz sibilante, não consente que ninguém o desminta, porque entre o que ele diz, como ministro, como representante do governo, e o que, em contrário, possa dizer seja quem for, não admite que se possa hesitar e que alguém possa dar ouvidos seja ao que for e seja a quem for, que contradiga as suas afirmações.

[192] *Idem*, *ibidem*, p. 216.
[193] *Idem*, *ibidem*, p. 255.

Machado_Santos.indb 74 22/05/2013 12:14

O acordo existe, o acordo foi feito, não entre ele e o ministro de Espanha aqui, mas entre o governo espanhol e o ministro de Portugal em Madrid.

Burburinho.

Machado Santos pede a palavra. De todos os lados gritam: – Fale!... Fale!...

Machado Santos, rouco e desengonçado, como sempre, e, como sempre, substituindo a retórica pela sinceridade, pergunta: mas se assim é, se existe um acordo entre o governo português e o governo espanhol, porque se chamaram as reservas? Porque se mobilizou na fronteira do norte todo esse aparato militar? Para que é que se conservam ali numerosas forças militares e um enxame de carbonários, que eu, um dos chefes da Carbonária, não conheço? Se existe esse acordo, porque é que a Assembleia se ocupou ainda ontem do projeto sobre os conspiradores, que é uma verdadeira lei de exceção?

Machado Santos agita o projeto, e, arrebatado, continua: Se existe esse acordo entre o governo espanhol e o governo português, que se passa no país que torne indispensável o chamamento das reservas, a mobilização das tropas e este odioso projeto de lei?... É preciso conhecer a verdade… toda a verdade. Já aqui se falou numa sessão secreta… pois bem, é ele que exige agora essa sessão para que tudo se saiba, tudo se possa dizer!

Tumultos. A Assembleia respinga: – Exige?... Exige?...

Machado Santos não faz questão de termos. Como representante do povo exige, porque julga que pode exigir; mas se em obediência ao Regimento, é preciso que requeira… requer uma sessão secreta para que tudo se diga e tudo se esclareça.

Bernardino Machado, já mais calmo, mais sereno, responde: – Uma sessão secreta só serviria para alarmar o espírito público, não pelo que nela se dissesse, mas pelo que lá fora se imaginasse que se tinha dito. E sabe a Assembleia porque se mobilizaram tropas, porque se chamaram as reservas? Porque sabendo o estrangeiro, sabendo o universo, que em Portugal estavam ao lado do governo todas as forças vivas, todas as classes da sociedade, se quis mostrar ao estrangeiro, se quis mostrar ao universo, que o Exército estava ao lado da República, que o Exército era republicano.

A Assembleia aplaude frouxamente, como quem lhe custe a engolir que, para uma simples parada, se gastassem tantos rios de dinheiro, mas o Fomento, diretor de *A Luta*[194], onde veio o desmentido de Canalejas, abraça-o, e Magalhães Basto cumprimenta-o… cordialissimamente.

Machado Santos declara que, visto isso e os autos, dispensa a sessão secreta, mas pede à Assembleia que rejeite o projeto, que não é preciso, que não tem razão de ser, e de que só se pode aproveitar o artigo 9.º [195]

Pela meia-noite e um quarto, encerra a vigésima terceira sessão, do dia 18 de julho, mergulhada na azáfama da acesa discussão de projetos e opiniões dos deputados sobre modelo a seguir e projetos de lei. O cronista pega no seu humor relaxante e anota:

[194] Refere-se, naturalmente, a Brito Camacho, então ministro do Fomento e diretor de *A Luta*.
[195] *Idem*, *ibidem*, p. 255-258.

Machado_Santos.indb 75 22/05/2013 12:14

> Já não era sem tempo. Mais cedo acabam os espetáculos ali em cima na Estrela… e são melhores, mais variados, mais espirituosos e mais artísticos. Sem falar – é claro – na frescura do arvoredo e na plástica dos comediantes, porque o Purgatório da Imprensa é abafadiço, à noite, como um forno, e, positivamente, não há na Assembleia quem, em concurso de beleza, sofra confronto com a Aura Abranches[196]. Não há. Nem Machado Santos, – patrão cá da lancha – que se julga um rapaz bonito, nem o próprio sr. ministro do Fomento, que todos sabem ser uma perfeição.[197]

Na quadragésima segunda sessão, de 9 de agosto, Machado Santos é arrolado no grupo dos 50 que recusaram a figura do Presidente da República. Quiseram 123 deputados.

Na quadragésima sexta sessão, de 14 de agosto, João de Meneses apresenta a sua moção que versa o seguinte: considerando inelegível para a presidência da República o cidadão que, à data da vacatura desse cargo, exerça ou tenha exercido, nos seis meses anteriores, a função de ministro, seja reconhecido que tal disposição «não é aplicável ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro Bernardino Luiz Machado Guimarães, atual Ministro dos Negócios Estrangeiros».[198] A moção foi aprovada por «uma grande maioria», mas na minoria que votou contra lá estava Machado Santos.[199]

Passam-se cinco sessões e na quinquagésima sétima, a 22 de agosto, Meneses sem perder a frequência no uso da palavra, apresentou uma proposta para que se criasse uma comissão «que o ajude a esgaravatar nos papéis dos conventos. A Câmara acha bem e Meneses banha-se em água de rosas»[200]. Votada a proposta de Meneses,

> Marinha, em silêncio, faz que lê um projeto de lei criando a quarta brigada de Marinha. A Câmara, sem discussão, faz que ouviu e aprova.
>
> Machado Santos, sem paleios, pede que se não deixe passar mais tempo sem olhar com olhos misericordiosos para o caso do Arsenal.
>
> Baltazar lê o projeto de amnistia. Machado Santos pede que se leiam as considerações que o precedem. Baltazar faz-lhe a vontade.
>
> Mestre Afonso [Afonso Costa] estende o lenço. Aprova o projeto e acha que Machado Santos escolheu o momento oportuno para reclamar a urgência da discussão. A Assembleia aprovou ontem a lei fundamental da República. Vai entrar-se a valer na vida normal. Pois que esses bravos republicanos que estão presos, venham trabalhar pela consolidação da República, que precisa do trabalho de todos os bons republicanos.[201]

---

[196] Atriz portuguesa, nascida em Lisboa, em 1896, e aí falecida, em 1962. Estreou-se no Teatro D. Maria II quando tinha apenas 12 anos de idade. Atuou com a sua mãe, Adelina Abranches, nos principais palcos portugueses e brasileiros. Fez também cinema e escreveu ingénuas peças de teatro de inspiração romântica (ver *O Grande Livro dos Portugueses*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991, p. 7).

[197] MADUREIRA, Joaquim (*Braz Burity*), *A forja da lei*, op. cit., p. 295.

[198] *Idem*, *ibidem*, p. 584.

[199] *Idem*, *ibidem*, p. 585.

[200] *Idem*, *ibidem*, p. 656.

[201] *Idem*, *ibidem*, p. 658.

Machado_Santos.indb 76 22/05/2013 12:14

Para o encerramento da Constituinte e a sua conversão em nova legislatura «de continuidade», na forma de Câmara dos Deputados do Congresso da República Portuguesa, houve, apenas, mais três sessões – as de 23, 24 e 25 de agosto. Em todas elas Machado Santos não foi pretexto de nenhuma nota. Nem a presença do heroico deputado na eleição do histórico republicano Manuel de Arriaga (1840-1917) mereceu sequer um traço a lápis de *Braz Burity*. O punhado de notas extraídas da fonte peculiar e excecional que seguimos antecede o relato possível baseado em outro tipo de fontes.

Na Assembleia Nacional Constituinte

Seis meses depois da tomada de posse do Governo Provisório, a 14 de março de 1911, foi, por fim, publicado o tão ansiado decreto eleitoral da responsabilidade do ministro do Interior, António José de Almeida, e que terá resultado de uma unanimidade do governo, dos governadores civis do continente e das estruturas do PRP. O novo modelo eleitoral desvirtuava o tradicional programa sufragista republicano e, até certo ponto, mantinha o estilo protecionista do poder governamental introduzido em 1901 pela «ignóbil porcaria» de Hintze Ribeiro, porque os republicanos temiam a tendência de voto das massas rurais pobres, iletradas e catolicizadas. Criou 62 círculos eleitorais plurinominais distribuídos pelo continente, pelas ilhas e colónias. Cada círculo elegia quatro deputados, excetuando Lisboa que elegia 20, distribuídos por dois círculos, Porto, dez, Angra e Horta, três, e as colónias, um. O sufrágio era secreto, direto, facultativo, destinado a cidadãos maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever ou fossem há mais de um ano chefes de família. Considerou-se desnecessária a realização do ato eleitoral nos círculos onde não se apresentassem candidaturas da oposição, o que originou de facto a nomeação para a Assembleia Constituinte de 91 deputados dos 220 previstos. Porém, em Lisboa, onde não havia candidatos da oposição, perante a multiplicação de protestos, o ato eleitoral realizou-se.

O nome de Machado Santos foi sancionado pelo diretório do PRP como candidato a deputado por Lisboa para as eleições à Assembleia Nacional Constituinte da República Portuguesa. O «implantador da República», depois de confessar aos seus leitores e eleitores, na primeira página da sua gazeta política, o «ardente desejo de concluir a obra a que dedicou a vida», apresentou, no seu recorrente tom desabrido, desconcertante e muito pouco eleiçoeiro a linha de conduta que seguiria caso fosse eleito para o parlamento de S. Bento: independência face «à falange Afonsista, à corte Camachista e à decúria Almeidista»; defesa de uma Constituição assente na separação dos poderes do Estado e que abdique da existência da figura de um presidente da República, a qual, no seu pitoresco dizer, não passa de um «*manipanso* de chapéu alto, dispendioso, com pretensões decorativas»; «ampla e rasgada» descentralização administrativa; revisão da obra ditatorial do Governo Provisório; orçamento público equilibrado; revisão das nomeações, transferências e reformas dos funcionários públicos promulgadas desde o dia 5 de outubro; instauração de um processo ao rei e seus cúmplices por traição à pátria; desamortização dos bens da Companhia das Lezírias; resgate dos caminhos de ferro; reforma do contrato do Banco de Portugal e sacrifício

Machado_Santos.indb 77 22/05/2013 12:14

do Banco Ultramarino, pois «um banco emissor é bastante para um país tão pequeno»; proteção à Marinha Mercante; apesar de insistir na sua convicção «antimilitarista», afirma-se partidário da reorganização da Marinha de Guerra e dum numeroso exército miliciano; regularização urgente das relações entre capital e trabalho, com vista a evitar o fenecimento das indústrias nacionais e a consequente miséria social; proteção à criança e assistência às mães, antes, durante e depois do parto; prioridade concedida à instrução elementar sobre qualquer outro grau de ensino, de forma a combater o analfabetismo reinante que determina o atraso do país; promoção dos valores e leis da República através de conferências em todo o país efetuadas pelos professores dos liceus e das escolas superiores; legalização do jogo, porque constituía uma fonte suplementar de angariação de riqueza e resgate de capitais estrangeiros e, em última análise, como afirmou com ligeireza irónica, «arruinar um milionário é socializar a sua fortuna»; aumento dos ordenados dos ministros[202]. O seu texto programático reduzia-se, pois, a um pacote informe e vago de intenções, desprovido de substrato doutrinal, e guarnecido de um estilo frontal e até emproado.

Alguns dias depois, *O Intransigente* apresentava ao eleitorado um embrião de programa partidário. Tratava-se de um manifesto de Aliança Nacional bem mais ponderado, embora ainda ideologicamente vago, assinado por 42 homens – onde constavam os nomes de José Sampaio Bruno, Júlio de Matos, António Claro, José Carlos da Maia (1878-1921), António Magalhães Lemos, Francisco Garcia Terenas, Weiss de Oliveira, José Mendes Cabeçadas Júnior e, obviamente, Machado Santos.[203] Aí fazia-se uma afirmação de fé numa República patriótica, cívica, democrática, ancorada na divisa «ordem e trabalho», que promovesse a educação e instrução pública e os desejados fomento económico e equilíbrio financeiro do país. Uma pátria republicana que fosse «património de todos os portugueses, mas nunca o logradouro exclusivo de qualquer partido, casta ou classe».[204]

A 28 de maio, realizaram-se as eleições que permitiram a Machado Santos ser eleito para a Assembleia Constituinte, ainda que com uma votação não muito expressiva, o que pode ser sintomático de uma popularidade restringida a certos meios e círculos populares lisboetas. Obteve 15 000 votos, enquanto Teófilo Braga conquistou, no mesmo círculo n.º 35 (Lisboa Ocidental), 16 720 votos, e Afonso Costa, no círculo n.º 34 (Lisboa Oriental), alcançou 18 845 votos.

---

[202] SANTOS, Machado, «Aos eleitores», *O Intransigente*, 8 de maio de 1911 (ver Apêndice documental, ponto 2, doc. n.º 1).

[203] Os restantes nomes que assinaram o manifesto e não foram citados no corpo do texto são: Joaquim de Azevedo Albuquerque, António Coelho, Severiano da Silva, Aníbal Cunha, Cláudio dos Santos, Manuel José Alves de Morais, Deolindo de Castro, Aníbal de Sousa Dias, António Ladislau Pereira, Alexandre Vasconcelos e Sá, Firmino da Silva Rego, Carlos Ludgero Antunes Cabrita, João de Almeida Matos, Manuel Maria Vieira da Rocha, Francisco Alexandre Lobo Pimentel, Manuel da Conceição Silva, Matias dos Santos, José Soares da Encarnação, Ernesto José dos Santos, Joaquim Guerreiro, Augusto Monjardino, José Eugénio Ferreira, Bettencourt Raposo, Mariano Martins, Franklin Lamas, João Augusto de Andrade, José Fernandes Soares, Vitorino Gonçalves dos Santos, José Rodrigues, Armando Barata, Ernesto Joaquim Feio, José Maria Nunes de Amorim, António da Costa Lima e Fernando Mauro de Assunção Carmo.

[204] «Manifesto ao eleitorado», *O Intransigente*, 15 de maio de 1911.

Machado_Santos.indb 78 22/05/2013 12:14

Logo no dia seguinte, não estavam ainda apurados todos os resultados, já o «herói da Rotunda» exigia, num imperioso editorial publicado n'*O Intransigente,* o fim da ditadura do Governo Provisório e declarava improcedentes os seus abundantes decretos sem a sanção dos representantes do povo entretanto sufragados.[205]

Do punho do próprio terá saído a notícia biográfica ou curricular, que se estende por cinco páginas, entregue ao compilador oculto do «quem é quem» dos primeiros parlamentares constituintes da República.

O texto abre com umas brevíssimas notas pessoais e de carreira, infletindo, depois, no relato dos trabalhos preparatórios do movimento revolucionário que viria a consumar-se, com êxito, em 5 de outubro de 1910. Dessa notícia biográfica coeva sobressai o seguinte:

> António Maria de Azevedo Machado Santos
> Deputado pelo Círculo n.º 35 Lisboa (Ocidental)
> Oficial da Administração Naval. 36 anos de idade. Nasceu em Lisboa a 10 de janeiro de 1875. Filho de Maurício Paulo Victoria dos Santos e de d. Maria d'Assumpção Azevedo Machado Santos. Alistou-se em 29 de outubro de 1891. Promovido a aspirante de 2.ª classe em 1892, a comissário naval de 3.ª classe em 1895, a comissário naval de 2.ª classe em 1911. Tem as medalhas de prata de comportamento exemplar e a de campanhas no Ultramar. […]
>
> Num extenso relatório, que corre impresso, Machado Santos é diretor e proprietário do jornal *O Intransigente*. Tendo-se este deputado, em uma das sessões das Constituintes, declarado chefe da Carbonária Portuguesa, Luz d'Almeida, ausente dessa assembleia, contestou tal chefia declarando ser ele, e não Machado Santos, quem ocupa tal lugar, acrescentando que tão depressa chegasse a Lisboa, se demitiria.[206]

Na parte v da mesma obra, surgem reunidos os *Projetos de Constituição*, o *Parecer da Comissão de Constituição* e o texto final da *Constituição Política da República Portuguesa* (1911). Entre os projetos apresentados, o segundo é da autoria do deputado Machado Santos e entregue à Assembleia Nacional Constituinte, na sessão de 26 de junho de 1911, com sete capítulos e 36 artigos, sem reprodução do articulado – em cima do qual trabalhou a proposta de revisão constitucional apresentada na sala das sessões da Câmara dos Deputados, em 24 de abril de 1914, e que também aproveitou para a proposta constitucional inserida no livro *A ordem pública e o 14 de Maio*, mais precisamente no «Projeto de Estatuto Nacional» aí incluído[207].

Pode dizer-se que o «fundador da República» quis apresentar-se deste modo na magna assembleia que haveria de lançar os alicerces constitucionais do novel edifício republicano. Uma apresentação reveladora dos seus brios patrióticos de marinheiro

---

[205] SANTOS, Machado, «Basta», *O Intransigente*, 29 de maio de 1911.
[206] *As Constituintes de 1911 e os seus deputados*. Lisboa, Livraria Ferreira/Ferreira Limitada Editores, 1911, p. 225-227.
[207] SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*. Lisboa, Papelaria e Tipografia Liberty, 1916, p. 104-116.

Machado_Santos.indb 79 22/05/2013 12:14

africanista e da sua missão de carbonário afincado no derrube da Monarquia. Este *curriculum* recente marcaria em pleno a sua atuação como constituinte, como publicista e como político em conflito com todas as outras «sensibilidades ou fações» republicanas.

A Assembleia Nacional Constituinte reuniu-se, pela primeira vez, no dia 19 de junho de 1911. Integrava 47 oficiais do Exército ou da Armada, 25 funcionários civis, 48 médicos, 24 advogados, 18 proprietários, 23 professores, oito comerciantes, oito jornalistas, seis farmacêuticos, cinco magistrados, três solicitadores, dois empregados do comércio, dois estudantes, dois padres, um regente agrícola, um engenheiro, um veterinário, um barbeiro e um operário[208]. Tinha, por conseguinte, uma configuração de classe média burguesa e revelava uma renovada elite política, uma vez que apenas 14 deputados transitaram das extintas Cortes. Excluiu alguns nomes consagrados do republicanismo, como Basílio Teles (1856-1923), Sampaio Bruno (1857--1915), Duarte Leite (1864-1950) ou João Chagas (que, porém, fora nomeado, em março de 1911, pelo Governo Provisório, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário para a Legação de Portugal em Paris), ao mesmo tempo que incluiu nomes de filiação recente – o que causou alguns constrangimentos entre a nova classe política. As suas funções primordiais eram discutir e aprovar a Constituição da I República, bem como rever e validar a ação do Governo Provisório. Mas a sua legislatura manter--se-á muito além do cumprimento da missão para que foi investida.

Machado Santos foi eleito com 31 votos para a comissão responsável pela elaboração do primeiro regimento deste órgão de Estado[209] e quase sufragado, com 58 votos, para também integrar a comissão incumbida de propor o projeto-base da nova Constituição[210]. E da nova Assembleia aceitou as recompensas ofertadas «pelas suas exuberantes provas de valentia, coragem e amor pátrio», nos dias 4 e 5 de outubro, e que sempre afirmara negar do Governo Provisório, porquanto considerava que somente a Assembleia Nacional teria competência e legitimidade para avaliar se os seus serviços mereciam galardão[211]. Foi, pois, promovido a capitão-de-mar-e-guerra, sendo essa promoção contada, para todos os efeitos legais, a partir de 5 de outubro de 1910, e foi ainda obsequiado com uma pensão anual vitalícia de 3000 réis livres de quaisquer direitos e impostos.[212] Este projeto de lei, redigido pelo deputado e grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, Magalhães Lima, e apresentado pelo deputado Eduardo de Abreu, foi proposto por 103 deputados, onde constava o nome de Afonso

---

[208] *As Constituintes de 1911 e os seus deputados*, *op. cit*., p. 257-266. Valerá a pena acrescentar que António Ventura concluiu que dos 234 constituintes «143 tinham sido, eram ou serão maçons no futuro» (António Ventura, *Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, p. 33).

[209] *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 2, 20 de junho de 1911.

[210] *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 3, 21 de junho de 1911.

[211] Cf. «Recompensas» (12 de novembro de 1910), e «Pela última vez» (25 de novembro de 1910), *O Intransigente*.

[212] *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 12, 3 de julho de 1911. Vale a pena registar aqui que a sua situação financeira e contabilística como deputado e, depois, senador, entre 1911 e 1919, está contida em processo que pudemos consultar e que agrega a resposta a sucessivos inquéritos obrigatórios por lei. Em todos consta não auferir subsídio de parlamentar, nem salários de nenhuma outra entidade a não ser o recebido como oficial da Marinha acrescido das respetivas promoções (AHPAR).

Machado_Santos.indb 80 22/05/2013 12:14

Costa (mas não os de António José de Almeida e de Brito Camacho), votado favoravelmente por 149 deputados e apenas rejeitado por 14 parlamentares, os quais, no entanto, não deixaram de reconhecer os altos serviços prestados por Machado Santos à nova pátria republicana.[213] Por conseguinte, os motivos que determinaram os seus votos desfavoráveis foram outros: a rejeição das promoções extraordinárias por distinção, a votação por aclamação sem prévia discussão do projeto de lei, o valor considerado demasiado elevado da pensão concedida e o facto de este projeto ter sido votado antes da aprovação da Constituição.[214] Interessa ainda referir que houve deputados que, apesar de terem votado favoravelmente a proposta de lei atrás citada, também questionaram a quantia excessiva da pensão atribuída e a legitimidade e a originalidade nacional da recompensa cívica ser concedida através de uma promoção militar, lamentaram a falta de discussão do projeto de lei no hemiciclo e o facto de ele excluir idênticas compensações a outros oficiais que também se haviam distinguido nos heroicos dias de outubro.[215]

Entretanto, a 26 de junho de 1911, apresentou à última comissão atrás citada o seu próprio programa constitucional que três dias antes tinha já sido publicado n'*O Intransigente*. O documento, com sete capítulos e 36 artigos, consagrava os seguintes princípios basilares: governo republicano, descentralização administrativa, direito de voto destinado a homens alfabetizados e a mulheres pelo menos com o curso secundário maiores de 21 anos, igualdade perante a lei, liberdade de pensamento e de culto, proibição da Companhia de Jesus ou outras ordens e congregações religiosas de se estabelecerem no país, direito de propriedade, economia liberal e proibição da existência de monopólios, ensino primário gratuito, ensino livre e laico, interdição de trabalho de menores em idade escolar, gratuitidade da assistência pública e da justiça, igualdade de direitos entre homem e mulher no seio da família, distribuição dos poderes políticos por três órgãos de soberania absolutamente independentes: a Assembleia Nacional composta por duas secções (poder legislativo) – a primeira integrava representantes de todos os municípios da metrópole, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas e a segunda era constituída por representantes das classes profissionais, institutos científicos e estabelecimentos do ensino superior; o Conselho de Governo chefiado pelo próprio presidente da Assembleia Nacional eleito por este órgão de Estado e formado por oito secretários de Estado por si nomeados (poder executivo); e o Supremo Tribunal de Justiça e os tribunais de 1.ª e 2.ª instâncias (poder judicial).[216] Em suma, o seu inusitado texto constitucional – que mais tarde reivindicou «não ter sido moldado por nenhum figurino constitucional estrangeiro» e ser então o único que estava em

[213] Os deputados que rejeitaram a proposta de lei apresentada por Eduardo de Abreu foram os seguintes: Afonso Ferreira, Alexandre Augusto de Barros, Alfredo Djalme Martins de Azevedo, Álvaro Pope, António de Paiva Gomes, Casimiro Rodrigues de Sá, Fernando da Cunha Macedo, Francisco António Ochôa, José Afonso Pala, José António Arantes Pedroso Júnior, José Botelho de Carvalho Araújo, José Cordeiro Júnior, José Nunes da Mata, Filémon da Silveira Duarte de Almeida.

[214] *Idem*, *ibidem*.

[215] *Idem*, *ibidem*.

[216] «Projeto de Constituição», *O Intransigente*, 23 de junho de 1911.

Machado_Santos.indb 81 22/05/2013 12:14

harmonia com o «querido programa de 1891»[217] do PRP – preconizava uma República democrática orgânica parlamentarista bicameral, que excluía a figura de um presidente da República, laica, federalista, municipalista, corporativista, embora professando uma moderada tendência económica liberal, defensora de direitos iguais de mulheres e homens no seio da família, na administração dos bens e na educação dos filhos, e provida de preocupações sociais.

O seu projeto foi esmagadoramente preterido em favor de um outro texto constitucional final que – sentenciou em 1916 – carecia de coerência ideológica e jurídica, pois «flutuava entre o radicalismo e o conservadorismo, entre o presidencialismo e o democratismo»[218] e, desgraçadamente, nos seus articulados, não adotara o «indispensável princípio da dissolução das Câmaras»[219]. Torna-se forçoso aqui observar que o seu projeto era também omisso relativamente a esta disposição. Mas a proposta constitucional que publicou, em 1916, no seu livro *A ordem pública e o 14 de Maio* – intitulada «Projeto de Estatuto Nacional» –, considerava já a existência de um presidente da República dotado de amplos poderes, em que constava a prerrogativa de dissolver o Congresso.[220]

A Constituição republicana de 1911, aprovada com relativo unanimismo, consagrou o princípio da supremacia parlamentar no quadro da clássica divisão tripartida dos poderes, onde o presidente da República era eleito pelo Congresso para um mandato de quatro anos não imediatamente renovável e podia ser destituído pelo órgão de Estado que o sufragava. O mais alto magistrado da nação nomeava e demitia os governos, mas não tinha competências para dissolver o Congresso nem tão-pouco para vetar as leis sancionadas por este órgão de Estado. O Congresso era composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, eleitos por sufrágio direto, secreto, facultativo e restrito, partilhava com o poder executivo a iniciativa das leis, ouvia os ministros e tinha a exclusividade da discussão e aprovação das leis gerais da República.

Além de um projeto constitucional, Machado Santos apresentou também na Assembleia Nacional Constituinte, e dessa vez com êxito (e o apoio expresso de Afonso Costa), uma proposta de amnistia plena e completa dirigida a todos os implicados nos acontecimentos de 7 de abril de 1911 que tiveram lugar no Arsenal da Marinha. Tratou-se de uma revolta protagonizada por civis e militares contra o governo, com o argumento de que este teria melhorado generosamente a remuneração de certos empregados do Arsenal e esquecido outros, assim como teria promovido alguns oficiais revolucionários em prejuízo de outros. O argumento que sustentou a sua proposição no parlamento foi o de que tal rebelião não teria passado de um ato desvairado, e não premeditado e mal-intencionado, onde intervieram alguns beneméritos da pátria que haviam concorrido para a implantação da República.[221] Aliás, sobre esta e outras

---

[217] SANTOS, Machado, «Discurso do deputado Machado Santos na sessão de ontem da sua Câmara», *O Intransigente*, 16 de dezembro de 1913.
[218] SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*, 1916, p. 5.
[219] *Idem*, *ibidem*, p. 5 e 15.
[220] SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*, 1916, p. 104-116.
[221] *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão número 14, 5 de julho de 1911.

Machado_Santos.indb 82 22/05/2013 12:14

sublevações ou mesmo presumíveis tentativas de golpe de Estado, como a greve dos caixeiros e dos ferroviários de janeiro de 1911 ou o «caso das chinesas» de novembro do mesmo ano (como veremos mais à frente, tratou-se de um fenómeno de curandice popular que degenerou numa revolta proletária e anarquista contra a nova ordem republicana), Machado Santos, num artigo muito pouco clarificador editado no seu jornal, procurou esclarecer nunca ter sido promotor destes levantamentos, ao contrário do que os boatos propagavam, mas sim alvo a abater e principal responsável pelo fracasso dessas revoltas.[222]

Entretanto, os seus acintosos e altivos editoriais publicados n'*O Intransigente* iam contribuindo para incendiar o crescentemente fragmentado ambiente político nacional. Neles sustentava que nenhum membro do Governo Provisório devia aspirar à presidência da República nem a qualquer pasta no próximo governo[223] e que se devia atrair à vida política os «elementos republicanos pontapeados pelo Governo Provisório»[224]. Nas vésperas da aprovação definitiva da primeira Constituição da República e também da eleição do presidente da República e do Senado pela Assembleia Constituinte, enquanto renovava o apelo retórico à ordem e à tranquilidade, teimava em desferir as suas afirmações impetuosas e bombásticas: «A presidência do sr. dr. Bernardino Machado, com um gabinete Afonso Costa, seria a guerra civil no país.»[225]

[222] SANTOS, Machado, «Aclarando», *O Intransigente*, 4 de março de 1912.
[223] SANTOS, Machado, «Claro como água», *O Intransigente*, 23 de julho de 1911; cf. também do mesmo autor, «Factos», *O Intransigente*, 27 de julho de 1911.
[224] SANTOS, Machado, «O novo Ministério», *O Intransigente*, 29 de agosto de 1911.
[225] SANTOS, Machado, «Claro como água», *O Intransigente*, 23 de julho de 1911.

Machado_Santos.indb 83 22/05/2013 12:14

Machado_Santos.indb 84 22/05/2013 12:14

Capítulo 4

O contestatário (1911-1915)

O fim da unidade do Partido Republicano Português e o início da instabilidade

A 24 de agosto de 1911, o advogado, escritor e professor do ensino secundário Manuel de Arriaga foi sufragado, pela Assembleia Nacional Constituinte, presidente da República, com o apoio do «bloco» político constituído por Brito Camacho e António José de Almeida, e também com a pragmática adesão de Machado Santos e de outros independentes. Obteve 121 votos, contra os 86 do segundo candidato mais votado, Bernardino Machado, que mereceu o apoio de Afonso Costa. Duarte Leite recebeu quatro votos e Magalhães Lima, o «sapientíssimo» grão-mestre da Maçonaria, cuja candidatura foi lançada, contra a sua vontade, por meios maçónicos de Lisboa, conseguiu um único voto. Para as fações minoritárias que então ainda integravam o PRP, a eleição de Manuel de Arriaga permitiria conter a tentação hegemónica do grupo de Afonso Costa então já dominante. Mas, como se verificará depois, estas mesmas fações não conseguiriam reunir coerência estratégica e programática para sustentar um governo estável.

A Assembleia Nacional Constituinte não se dissolveu após a aprovação da Constituição. Segundo as «disposições transitórias» da Constituição de 1911, os deputados constituintes haveriam de eleger o presidente da República (24 de agosto de 1911, três dias depois da votação da Constituição), os senadores (a 25 de agosto de 1911) entre os parlamentares que tivessem mais de 30 anos, e deveriam ainda cumprir um mandato legislativo de três anos (1911-1914). Suspeitava-se então que um eventual recurso imediato a um novo ato eleitoral para a formação do Congresso acabaria por acelerar a já pronunciada fratura nas hostes do PRP. Porém, esta questão tinha um reverso da medalha que seria várias vezes denunciado por Machado Santos: o presidente da República e os primeiros governos constitucionais não provieram de um Congresso propositadamente eleito para estes efeitos. Ora, esta decisão seria contraditória com o sistema parlamentar previsto na nova Constituição, que, para funcionar sem sobressaltos, pressupunha a existência de uma maioria parlamentar legitimamente sufragada, de um presidente em conformidade com essa maioria e de um governo por ela apoiada. E deste problema, que não foi oportunamente conjeturado pelos deputados constituintes, brotou uma das causas fundamentais da permanente instabilidade política que se seguirá.

O primeiro presidente da República nomeou, em 3 de setembro de 1911, um governo independente presidido pelo jornalista e panfletário João Chagas. Integravam-no, efetivamente, ministros que não tinham feito parte do Governo Provisório e eram quase todos próximos de Brito Camacho. O novo gabinete mereceu, por isso, a confiança deste político. E granjeou a desconfiança ou uma aceitação crítica por parte de Machado Santos e dos parlamentares independentes, que, no entanto, conseguiram colocar, ainda que por pouco tempo, o general Pimenta de Castro na pasta das Finanças – homem que Machado Santos considerava capaz de disciplinar o Exército, porquanto era politicamente independente, «repontão por cima e protetor por baixo».[226] Contudo, o primeiro governo constitucional republicano suscitou logo a oposição de Afonso Costa e rapidamente perdeu o apoio de António José de Almeida.

Machado Santos começou por propor a este Ministério – que depois acusou de fazer política inconsequente e demagógica[227] – as orientações que considerava ideais para regenerar o país. Resumiam-se, afinal, a duas preocupações fulcrais: combater o défice e impor a ordem pública. Considerava que o défice tinha de ser superado sem cometer a medida socialmente injusta – «criminosa» e «impolítica» – de aumentar os impostos. Como fazê-lo? Partilhando a dívida pública nacional com as colónias que considerava responsáveis pelo avolumar colossal dos encargos do Estado, revendo todos os contratos do Estado com entidades privadas, criando medidas de fomento económico capazes de abastecer o erário público e, por fim, equilibrando o orçamento para depois negociar, em condições vantajosas, uma boa operação de crédito.[228] Por seu lado, a pacificação do país podia ser obtida através de périplos regionais, efetuados pelo presidente da República e por outros prestigiados e impolutos representantes do governo e/ou do parlamento, destinados a resolverem de pronto as questões locais e levarem a todos os portugueses a boa nova republicana.[229]

Desde os tempos da oposição à Monarquia que o velho PRP padecia de falta de unidade e augurava-se para breve a sua cisão formal em três partidos embrionários que Machado Santos entretanto qualificava com estas ironias: o «grupo dramático» de Afonso Costa; o «grupo prosaico-intelectual» de Brito Camacho; e o «grupo poético-lunático» de António José de Almeida.[230] Mas foi no congresso que o partido organizou no Coliseu da Rua da Palma, em Lisboa, entre 27 e 30 de outubro de 1911, que a rutura definitiva se consumou.

Afonso Costa e o novo diretório a si afeto apropriaram-se aí da «máquina» e da rede sociopolítica do velho PRP e fundaram o depois oficiosamente designado por Partido Democrático, enquanto 420 dos pouco mais de 600 congressistas presentes, onde se incluíam António José de Almeida e Brito Camacho, abandonaram a reunião. Machado Santos e os seus companheiros, que então se identificavam como «republicanos avançados» e seguidores do programa do velho Partido Republicano, resolve-

---

[226] SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*, 1916, p. 17-19.
[227] SANTOS, Machado, *ibidem*, p. 20.
[228] SANTOS, Machado, «Ideias» (27 de setembro de 1911) e «Impostos» (4 de novembro de 1911), *O Intransigente*.
[229] SANTOS, Machado, «Remédio», *O Intransigente*, 12 de outubro de 1911.
[230] SANTOS, Machado, «Os centros», *O Intransigente*, 19 de setembro de 1911.

Machado_Santos.indb 86 22/05/2013 12:14

ram nem sequer lá ir e anunciaram não obedecer nem reconhecer a autoridade do novo diretório «eleito à força de apupos, assobios e pateada».[231]

Estes três últimos republicanos históricos proscritos pelos partidários de Afonso Costa resgataram então a ideia de criar uma «aliança nacional republicana» para seduzir os recalcitrantes e fazer frente «à demagogia e arruaça» do Partido Democrático (ou afonsista), a quem o «fundador da República» já imputava todos os males de que o jovem regime enfermava[232]. Mas, durante os meses de setembro e outubro de 1911, a convergência parlamentar bloquista evoluiu, já sem a presença da fação política radical de Machado Santos, para uma aliança parlamentar chamada União Nacional Republicana.[233] Esta aliança de ocasião não resistiria, contudo, às insanáveis divergências políticas e, em 24 e 26 de fevereiro de 1912, desdobrou-se, definitivamente, em dois partidos de tendência mais conservadora: o Partido Republicano Evolucionista (de António José de Almeida) e a União Republicana (de Brito Camacho). Machado Santos, que reivindicara ser o verdadeiro mentor de uma coalizão nacional republicana reformista, manteria a sua posição de independente e reprovou a constituição dos dois novos partidos.[234]

A cisão, inicialmente oficiosa e mais tarde oficial, destas fações iria contribuir para apressar a queda demasiado prematura do primeiro governo constitucional da República. Esta queda, consumada no dia 12 de novembro de 1911, foi, por outro lado, acelerada, desde o mês de outubro, sobretudo por dois motivos que se complementavam. O primeiro resultou das primeiras incursões monárquicas em Trás-os--Montes lideradas por Paiva Couceiro, as quais abriram uma crise ministerial entre o Ministério de João Chagas e o ministro da Guerra, Pimenta de Castro, acusado (e logo exonerado) por setores mais radicais, sobretudo afetos a Afonso Costa, de não tomar providências necessárias para aplacar os ataques realistas. O segundo relacionou--se com as complicações externas e sobretudo com as graves clivagens internas, com repercussões sobre a ordem pública, decorrentes do agravamento da crise económica e social, bem como das medidas anticlericais mais radicais anteriormente decretadas pelo Governo Provisório. Foi principalmente esta última questão que levou António José de Almeida a declarar em público, no seu jornal *República,* a sua retirada de confiança ao governo de Chagas.

O governo de Augusto de Vasconcelos

O segundo governo constitucional da República tomou posse no dia 12 de novembro de 1911. Integrou três ministros democráticos e quatro do bloco, então ainda organizado na União Nacional Republicana, sendo um afeto a António José de Almeida e os três restantes, nos quais pode ser incluído o seu presidente – o médico e professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, Augusto de Vasconcelos (1867-1951) –,

---

[231] SANTOS, Machado, «O nosso adeus», *O Intransigente*, 1 de novembro de 1911.
[232] SANTOS, Machado, «Aliança Nacional Republicana», *O Intransigente*, 2 de novembro de 1911.
[233] LEAL, Ernesto Castro, «O campo político dos partidos republicanos», *República, Republicanismo e republicanos*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 249.
[234] SANTOS, Machado, «T'Arrengo!...», *O Intransigente*, 28 de novembro de 1911.

Machado_Santos.indb 87 22/05/2013 12:14

politicamente mais próximos de Brito Camacho. Propunha-se instaurar a acalmia política e social para depois aplicar as tão prementes reformas administrativas. Mas rapidamente se deixou enredar numa intrincada teia de confrontos laborais e religiosos, em que sobressaiu o seu pendor autoritário e anticlerical.

Machado Santos não o apoiou, e menos de um mês depois já censurava o facto de os bloquistas se terem associado aos democráticos. Considerava esse governo de concentração um «erro crasso, uma tolice grosseira, um crime»[235] e exigia a demissão dessa «impúdica maionese ministerial» num prazo de um mês, logo depois de ela apresentar ao parlamento o orçamento geral do Estado e solucionar a questão dos bens das congregações religiosas[236]. Insistia que o gabinete de concentração tinha sido criado à força dos «insultos, chinfrim e arruaça», carecia de apoio popular e era ocultamente manipulado por Afonso Costa[237]. Vociferava que os negócios públicos eram regidos em função das mesquinhas e arbitrárias rivalidades e conveniências de grupos político-partidários desprovidos de bússola ou programas de ação ideologicamente estruturados. Acusava o governo de falta de lampejo e de senso político para organizar a administração, equilibrar as contas públicas e extinguir o *deficit*, bem como de falta de habilidade para rever a Lei da Separação do Estado das Igrejas, que podia conduzir a uma perigosa rutura com a Igreja de Roma. Culpava ainda o Ministério de Augusto de Vasconcelos de ser incapaz de emendar a obra legislativa do Governo Provisório, da forma errática como dirigia a política colonial e de ter rejeitado aprovar uma lei de amnistia que ilibava inocentes e restabelecia a concórdia e paz nacional enquanto reagia com suprema violência e «cobardia»[238] à «anarquia branda»[239] da rua. Enfim, comparava o governo a um «cadáver pestilento»[240] que se demitia de governar e, portanto, nada fazia para evitar a explosão iminente de uma anunciada guerra civil que levaria à morte da República e ao caos absoluto da pátria.

Recorde-se que este executivo foi, pelo menos, confrontado com dois graves movimentos sediciosos: os motins de Lisboa, de 26 de novembro de 1911, e as greves rurais no Alentejo, ocorridas em janeiro de 1912, que depois se alastraram à capital do país.

Os primeiros motins aconteceram em vários pontos de Lisboa, na sequência da expulsão, pelo governador civil, de duas curandeiras chinesas que afirmavam curar a cegueira extraindo vermes dos olhos dos doentes. Esse foi o pretexto fútil para arruaceiros conjugados com setores anarquistas incendiarem a ira das desgraçadas turbas proletárias lisboetas contra a ordem republicana instituída. A descontrolada reação psicológica da multidão provocou agressões violentas no Rossio às forças policiais que quase culminaram no linchamento público de personalidades republicanas como o próprio Machado Santos. Disso se queixou amargamente o «comandante da Rotunda» em pleno parlamento. Enquanto reclamava justiça contra esses apátridas profissionais

---

[235] SANTOS, Machado, «Concentração», *O Intransigente*, 8 de dezembro de 1911.
[236] SANTOS, Machado, «A crise», *O Intransigente*, 26 de novembro de 1911.
[237] SANTOS, Machado, «A quem», *O Intransigente*, 23 de janeiro de 1912.
[238] SANTOS, Machado, «O que vai suceder», *O Intransigente*, 31 de maio de 1912.
[239] SANTOS, Machado, «Contra o descontentamento», *O Intransigente*, 19 de maio de 1912.
[240] SANTOS, Machado, «A intranquilidade», *O Intransigente*, 2 de junho de 1912.

Machado_Santos.indb 88 22/05/2013 12:14

da desordem – que, no entanto, não identificava –, alertava para o risco de estes factos trazerem o descrédito à República e causarem a perda da nacionalidade portuguesa.[241]

Os segundos acontecimentos terão sido os mais graves da então ainda curta vida da República. Começaram, na opinião do governo e de deputados de vários setores políticos, com uma greve legítima dos trabalhadores rurais de Évora que degenerou em violentos motins instigados por inimigos – anarquistas e monárquicos – da República. E culminaram com uma greve geral ilegal enquadrada por fortíssimos tumultos e atentados bombistas em Lisboa contra o regime, congeminados por setores políticos rotulados de anarquistas.

O governo reagiu: decretou a suspensão total de garantias constitucionais no distrito de Lisboa, procedeu contra a União dos Sindicatos e prendeu centenas de presumíveis implicados nesta sedição. O parlamento aceitou e ratificou a sua confiança nas decisões excecionais tomadas pelo governo nesta matéria. Por seu lado, Machado Santos, sempre fiel ao seu indomável estilo popular e populista, ergueu a sua voz na Câmara dos Deputados para ilibar o proletariado de Évora e de Lisboa, e somente responsabilizar o comportamento de uma «escória» minoritária e indefinida de indivíduos pelos factos atrás relatados.[242] Como depois pretendeu esclarecer n'*O Intransigente,* os acontecimentos de Lisboa consistiram numa alteração da ordem desencadeada por «uns malandrins de concerto com umas dúzias de tresloucados», mas não foram um gesto revolucionário. Por isso, condenou a ideia injustificada de suspender os trabalhos parlamentares, abandonou a sala para não ter que dar o seu voto às leis de exceção propostas de «afogadilho» no parlamento, pelo Ministério da Justiça em nome do governo,[243] e denunciou depois as buscas domiciliárias e as prisões, que apenas pareciam alvejar proletários inocentes e amigos da democracia[244].

Perante as suas críticas, múltiplas, insistentes, acaloradas, e que às vezes degeneravam em renovadas e coléricas ameaças revolucionárias contra a ação do gabinete Augusto de Vasconcelos[245], qual a solução governativa que o indómito e idealista Machado Santos, afinal, reiteradamente advogava? Depurar do poder executivo os maus políticos, provenientes das camadas novas, entre as quais se encontravam os «neo-caciques democratas» e os demais envolvidos em jogos pseudo-partidários[246]. Até ser restabelecida a paz interna e o crédito financeiro, negar também o poder aos vários chefes que tiveram uma intervenção direta na mudança do regime e depois integraram o Governo Provisório.[247] Em suma, nomear um ministério «extrapartidário» que integrasse «homens competentes que se dediquem simplesmente à administração sem se preocuparem com os interesses de partidos, de grupos ou de individualidades em

---

[241] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão número 17, 27 de novembro de 1911.
[242] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão número 44, 1 de fevereiro de 1912.
[243] SANTOS, Machado, «A situação», *O Intransigente*, 2 de fevereiro de 1912.
[244] SANTOS, Machado, «Outro rumo», *O Intransigente*, 7 de fevereiro de 1912.
[245] SANTOS, Machado, «É cedo» (30 de dezembro de 1911), «A loucura das loucuras» (22 de maio de 1912), *O Intransigente*.
[246] SANTOS, Machado, «O que tem que ser», *O Intransigente*, 13 de dezembro de 1911; cf. também os artigos do mesmo autor n'*O Intransigente* de 17 e 19 de dezembro de 1911 e de 13 de fevereiro de 1912.
[247] SANTOS, Machado, «O mal dos chefes» (13 de fevereiro de 1912), «O Rumo» (14 de fevereiro de 1912), *O Intransigente*.

Machado_Santos.indb 89 22/05/2013 12:14

evidência»; homens provenientes da venerável velha guarda do Partido Republicano, que soubessem impor o respeito dentro e fora do país[248]; homens descomprometidos com os agitadores da rua, arredados da política e, por isso, livres dos grilhões afonsista, camachista ou almeidista – a saber: Sampaio Bruno, Basílio Teles, Duarte Leite, Pimenta de Castro, Júlio de Matos, Alves da Veiga, Guerra Junqueiro, Teixeira de Queirós, José de Castro, Xavier Esteves, Bettencourt Raposo e Bettencourt Rodrigues[249].

Machado Santos vai mais longe, antecipa-se, toma virtualmente o lugar do presidente da República Manuel de Arriaga, num momento em que ainda não se vislumbrava claramente a decisão da demissão do governo em funções, e arroga-se no direito de, embora sem mencionar nomes, traçar o perfil político e as orientações governativas das personalidades que deveriam ocupar as diversas pastas de um ministério regenerador «extrapartidário» capaz de oferecer ao país uma vida nova:

> […] a pasta do Interior deve ser entregue a um homem que, sendo republicano histórico, goze da fama de não ser sectário, que não demita evolucionistas para os substituir por camachistas, ou vice-versa, e que saiba organizar a República e disciplinar a sociedade com mão doce e firme, com um punho de ferro, mas finamente enluvado.
>
> A pasta da Guerra deve ser dirigida por quem inspire confiança à tropa, que a não enerve sob a constante ameaça de reformas e transferências, e tenha a simpatia dos oficiais e sargentos, para sem custos, nem rigores escusados poder robustecer o exército com aquela disciplina tão necessária à segurança dos regimes e à defesa das nacionalidades.
>
> A pasta da Justiça deve ser confiada a quem não padece de nenhuma das modéstias que atacou o seu atual titular, *a missomania* e a *bispofobia*, que possua sentimentos de generosidade e de perdão, mas que saiba ao mesmo tempo armar a República com os instrumentos de defesa necessários na previsão de acontecimentos futuros; e que lance as bases de uma justiça para pobres e ricos, sem nos levar a camisa.
>
> A pasta da Marinha deve ser entregue a quem tenha a competência devida para tirar o máximo proveito do material existente, treinar o seu pessoal, e tenha artes para levar os estabelecimentos fabris da sua dependência a produzir o que devem produzir, com a enorme legião de trabalhadores que albergam; e, ao mesmo tempo, tenha também a força e a energia necessárias para impor aos seus colegas do gabinete a aquisição de unidades navais que sirvam para a defesa do país e do seu domínio colonial.
>
> A pasta das Colónias, uma das mais importantes, deve ser distribuída a quem não tenha amigos nem correligionários a colocar, que veja em todos os filhos de Portugal cidadãos com iguais direitos e saiba escolher quem tenha dado provas de zelo e competência para os cargos ultramarinos e que saiba transformar Angola num novo Brasil português e para portugueses, transformar São Tomé num outro *Rand*, ligar estreitamente os interesses dessas duas províncias, de maneira a que, em dois ou três

[248] SANTOS, Machado, «O que tem que ser» (17 de dezembro de 1911), «Basta de concentração» (29 de fevereiro de 1912), *O Intransigente*.

[249] SANTOS, Machado, «O que os factos demonstram», *O Intransigente*, 12 de maio de 1912.

Machado_Santos.indb 90 22/05/2013 12:14

> anos, Angola deixe de ser para a metrópole um cancro roedor do seu orçamento. Deve ser distribuída a quem saiba acautelar o futuro, para, em caso de revés, a nação não ficar sobrecarregada com as dívidas que contraiu para civilizar longínquas paragens, em proveito de outros.
>
> A pasta das Finanças não deve vir parar às mãos de um aprendiz que mal saiba soletrar um orçamento e que só sirva para estropiar as ideias dos outros. A pasta deve ser sobraçada por quem tenha conhecimentos do mundo financeiro e se não deixe *engazupar* pela judiaria universal.
>
> A pasta do Fomento, bastante complexa, também necessita de um homem que sirva para mais alguma coisa do que para cilindrar estradas com o seu próprio peso; homem de iniciativa e de ação, e que saiba tirar partido da máquina humana em proveito de todos.
>
> A pasta dos Estrangeiros, por sua vez, requer uma pessoa altiva e nobre, que não curve demasiado a espinha, que conheça o mundo e a nossa situação internacional, que não deixe ao abandono as nossas legações, embora não seja forte nos *bocs* e na imaginativa de ligações de elementos heterogéneos e completamente adversos. Requer um homem de cabeça e de juízo, de energia e de resposta pronta, de educação e de coragem.[250]

Refira-se, ainda, que para esta intensa campanha contra os governos partidários e em prol de uma governação capaz de um retorno às «origens puras» da República do 5 de Outubro, Machado Santos e o redator principal d'*O Intransigente*, nesse período, Joaquim Madureira, conseguiram atrair o concurso de alguns colaboradores ilustres. Basílio Teles – doutrinador republicano portuense que cedo evoluiu para uma fórmula de republicanismo nacionalista autoritário, em que o Estado fosse dominado por um poder executivo forte, embora cerceado por mecanismo jurídicos, exercido por uma elite esclarecida e capaz de controlar os interesses oligárquicos[251] – revela, em carta dirigida a Machado Santos, datada de 16 de janeiro de 1912, que prosseguia o exame às dificuldades administrativas do país:

> […] oportunamente exporei a algumas pessoas, em quem se possa contar, os resultados a que esse exame, um tanto moroso, me tiver conduzido; e de acordo com a promessa que fiz, farei publicar no *Intransigente*, primeiro que em outro qualquer, alguns ligeiros estudos a que ligo alguma importância, por, sobretudo, eles visarem as soluções das dificuldades a que me refiro.[252]

E é muito interessante a forma como Teles decidiu concluir a sua missiva – fê-lo pedindo paciência ao seu «prezado correligionário»:

---

[250] SANTOS, Machado, «Contra o descontentamento», *O Intransigente*, 19 de maio de 1912.
[251] Cf. MARTINS, Pedro Miguel, *O republicanismo autoritário de Basílio Teles (1856-1923)*, Casal de Cambra/Amadora, Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA, 2011.
[252] APFMS, Carta de Basílio Teles, 16 de janeiro de 1912.

Machado_Santos.indb 91 22/05/2013 12:14

> […] e por larga experiência, posso garantir a v. ex.ª que saber esperar com paciência é também uma forma e não das mais frequentes, da coragem humana; e até uma ou outra vez, de heroísmo. O combatente da Rotunda precisa agora, na vida política, de completar a intrepidez impetuosa pelo valor calculado e sereno; o único que neste campo de luta é suscetível de assegurar a vitória.[253]

Palavras sábias e oportunas que o destinatário já muito dificilmente conseguiria, mesmo se quisesse, integrar no seu modo de ser e de agir. Palavras que terão surgido como resposta à atitude sempre impaciente de Machado Santos que, em 21 de janeiro de 1912, dirigia uma carta para Amares, ao seu amigo Eduardo Abreu – que, aliás, ele ignorava encontrar-se gravemente doente (morreria um mês depois) – na qual anunciava a iminente «liquidação» do Ministério de Augusto de Vasconcelos e a possibilidade de Eduardo de Abreu vir a integrar, em breve, um elenco ministerial presidido por Basílio Teles:

> Meu ex.mo amigo
>
> O retraimento vosso é um crime de lesa-patriotismo.
>
> Hoje todos lhe fazem justiça.
>
> Creio ter chegado a vossa hora.
>
> Nunca a pátria, nunca a República precisaram tando do concurso dos homens honestos e dos homens inteligentes, como nesta hora de incerteza e de angústia.
>
> O atual Ministério está liquidado. Quando a gente queira com um ligeiro empurrão vai-se a terra.
>
> Conto, como certa, a chamada ao poder de uma situação Basílio, e, segundo este nos informou, Eduardo de Abreu é um dos nomes prestigiados com que conta para o seu elenco ministerial.
>
> Basílio, em dias, talvez em horas (é confidencial) deve vir a Lisboa. Se os dois trocassem impressões era oiro sobre azul.
>
> […] Na crise que estamos atravessando, é necessária a junção de todos os homens honestos e de valor, e, assim mesmo, a missão será árdua e difícil.[254]

Porventura, a previsão temporal feita por Machado Santos para a queda do executivo de Augusto de Vasconcelos demorou mais a concretizar-se do que ele previa. O governo, por fim, já agonizante, sem apoio do Congresso, submerso num pântano de conflitos travados entre grupos partidários e outros grupelhos que o sustentavam e que eram incendiados pelas insuportáveis ameaças de tumultos de rua e da greve geral, demitiu-se a 16 de junho de 1912.

---

[253] *Idem*, *ibidem*.

[254] FERRAZ, Jorge, *Correspondência para o dr. Eduardo de Abreu. Do Ultimato à Assembleia Nacional Constituinte (1890-1911)*, Braga, Academia Portuguesa de História, 2002, p. 431-432.

Machado_Santos.indb 92 22/05/2013 12:14

A contestação ao governo de Duarte Leite

Após mais uma tentativa frustrada, por indisponibilidade reincidente manifestada pelo indigitado, de nomear um governo presidido por Basílio Teles, o presidente da República, Manuel de Arriaga, optou por dar posse a outro gabinete de concentração, desta vez presidido pelo lente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Duarte Leite Pereira da Silva. Deste gabinete, investido em 16 de junho de 1912, faziam parte três ministros democráticos, dois unionistas, dois evolucionistas e um independente com simpatias unionistas – o próprio Duarte Leite.

Machado Santos, que antes tinha apelado ao retorno à atividade política de personalidades como o próprio Duarte Leite, demarcou-se previamente do apoio a este ministério «mascarado de extrapartidário» comandado por um homem próximo de Brito Camacho e que depressa rotulou de «grande neurasténico»[255]. E, poucos dias depois da apresentação formal do programa político do novo governo no Congresso Nacional, classificou-o de «desolador» e produto de um «aborto ministerial», pois, na sua opinião, o governo e o programa entretanto vigentes não teriam sido escolhidos e elaborados por Duarte Leite, mas sim confecionados pelos chefes dos partidos de quem este ficara prisioneiro[256]. Nomeadamente, e ao contrário do que o programa do novo Governo parecia consubstanciar, o diretor d'*O Intransigente* acusava o mencionado projeto governativo de não apresentar soluções concretas nem para os problemas fundamentais da desordem e da indisciplina social, nem para o miserável estado económico e financeiro que desacreditava e minava a nova pátria republicana.

Ora, sobre estes assuntos Machado Santos reivindicou ter ideias magistrais e determinadas pela razão de Estado que foram, de resto, abundantemente esgrimidas no seu jornal e no parlamento.

Para purgar os ódios conspirativos e repor a paz e a ordem definitivas na sociedade portuguesa, advogou a revogação das leis de exceção e a aprovação de um projeto de lei de reconciliação que absolvia todos os monárquicos sublevados e também os republicanos radicais acusados de estarem implicados em crimes e delitos políticos ou religiosos de índole contrarrevolucionária ou revolucionária.[257] O ambicioso desiderato de tal proposta, pronunciada após a decapitação da segunda incursão monárquica de Paiva Couceiro sobre Chaves, a 9 de julho, era, por conseguinte, votar ao esquecimento anteriores transgressões e devolver a plena liberdade aos seus implicados. Em suma, passar «uma esponja no passado e iniciar uma nova era»[258].

Para fomentar o progresso económico e financeiro do país, sustentou a necessidade de imitar o exemplo do marquês de Pombal e proceder à modernização dos

---

[255] SANTOS, Machado, «A solução», *O Intransigente*, 4 de junho de 1912.
[256] SANTOS, Machado, «O programa», *O Intransigente*, 19 de junho de 1912.
[257] SANTOS, Machado, «Leis de exceção» (29 de junho de 1912); «Sem retórica» (entre 3 e 9 de julho de 1912); «A razão de Estado» (12 de julho de 1912); «Revanche e perdão» (22 de agosto de 1912), «Projeto de lei de reconciliação» (18 de novembro de 1912), *O Intransigente*. Cf. também *Diário da Câmara dos Deputados*, sessões números 66 e 69, 12 e 15 de novembro de 1912.
[258] SANTOS, Machado, «O projeto de lei de reconciliação», *O Intransigente*, 18 de novembro de 1912; *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 169, 15 de novembro de 1912.

Machado_Santos.indb 93 22/05/2013 12:14

processos agrícolas, industriais e comerciais nacionais.[259] Só assim seria possível ganhar autossuficiência, reduzir as importações e equilibrar a balança comercial. Em ordem a combater o *deficit* público, obter receitas, gerar riqueza, modernizar e higienizar os centros urbanos, assim como tirar proveito agrícola ou mineiro da terra, o experiente administrativo da Marinha sugeria, entre outras ações de fomento e operações contabilísticas mais ou menos complexas e/ou vagamente enunciadas, as seguintes medidas práticas: uma reestruturação e racionalização dos serviços públicos de forma a empregar todos os seus funcionários em trabalhos úteis e produtivos; o levantamento da planta cadastral do país para desse modo conhecer e rentabilizar o território e obter uma equitativa distribuição do imposto predial[260]; a não inscrição na dívida pública da metrópole das somas creditadas por Portugal em prol do progresso das colónias[261]; uma nova lei da emigração que, entre outros propósitos, visava estancar a fuga e consequente despovoamento do país de preciosa mão de obra[262]; e a proibição total de obter crédito e contrair avultadas despesas com equipamento militar, enquanto Portugal não garantisse meios fiáveis de subsistência[263]. Por sua vez, para extirpar o *deficit* das colónias, Machado Santos salientou que, em primeiro lugar, era preciso nomear para essas regiões governadores, tendo em conta as suas competências e nunca as suas militâncias político-partidárias. Depois, sugeriu, entre outras medidas avulsas e pouco refletidas, uma superior rentabilização dos recursos naturais ultramarinos, uma «melhor orientação do trabalho do preto» e um pitoresco embora já promulgado «imposto de palhota» a pagar ao Estado pelos indígenas[264].

O terceiro governo constitucional – e segundo ministério de concentração – também se revelaria logo inapto para conceber e aplicar políticas económicas e sociais capazes de suscitar consensos e conquistar maiorias no parlamento e na opinião pública. Como consequência disso, Machado Santos, desde 15 de outubro de 1912, movido pela sua já lendária impetuosidade, voltava a antecipar-se aos seus pares do Congresso e a exigir a demissão desse governo, o afastamento dos dirigentes republicanos mais ativos da arena política e a constituição de um ministério neutro, genuinamente extrapartidário, capaz de tranquilizar e «reconciliar a família portuguesa». E sustentava, de novo, que os três mais influentes agrupamentos políticos do parlamento se formaram somente depois das eleições para as Constituintes, na sequência da divisão do velho PRP, pelo que, afinal, nunca sujeitaram os seus programas ideologicamente imprecisos ao sufrágio popular. Por esta razão, inferia o diretor d'*O Intransigente*, os depu-

[259] SANTOS, Machado, «Lição da história», *O Intransigente*, 27 de julho de 1912.
[260] SANTOS, Machado, «O projeto de lei de fomento» (15 de novembro de 1912); «O nosso elixir» (29 de novembro de 1912); «Ainda o elixir» (2 de dezembro de 1912), *O Intransigente*.
[261] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 169, 15 de novembro de 1912.
[262] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 169, 15 de novembro de 1912; SANTOS, Machado, «O projeto de lei de emigração», *O Intransigente*, 14 de novembro de 1912.
[263] SANTOS, Machado, «O problema do dia» (3 de setembro de 1912); «O problema em ordem do dia» (4 de setembro de 1912); «O problema do dia» (5 de setembro de 1912), *O Intransigente*.
[264] SANTOS, Machado, «Sobre colónias», *O Intransigente*, 1 de setembro de 1912.

Machado_Santos.indb 94 22/05/2013 12:14

tados e senadores democráticos, unionistas e evolucionistas apenas teriam a legitimidade para se representarem a eles próprios.[265]

Em síntese: por um lado, insistia numa solução suprapartidária e prosseguia combatendo os governos que entendia não estarem à altura da «sua» República. Por outro lado, como atrás aludimos, soltava a sua veia legisladora na Câmara dos Deputados, ao apresentar, na sessão de 12 de novembro desse ano de 1912, de uma só cartada, quatro projetos de lei.

O primeiro, mais extenso, dizia respeito à emigração e limitava o direito a emigrar aos indivíduos menores de 18 anos, «salvo o caso de fixarem residência no estrangeiro os chefes de família a que pertençam as pessoas que os mantenham, ou de irem cursar para qualquer estabelecimento de ensino no estrangeiro». Este diploma, constituído por cinco capítulos e 27 artigos, criava «no Ministério da Marinha uma Direção-Geral da Emigração, diretamente subordinada ao Ministério, que superintenderia em tudo quando dissesse respeito à emigração» e tinha ainda como propósito permitir que o importante fluxo migratório rendesse algum capital para os cofres do Estado.

O segundo, com cinco capítulos e 19 artigos, intitulou-se «Projeto de Lei de Fomento», fixava condições para a expropriação por utilidade pública e criava uma comissão mista (composta por funcionários da administração central e municipal) encarregada de proceder ao levantamento cadastral do país.

O terceiro, com apenas quatro artigos, foi o «Projeto de Lei sobre a Dívida Pública», o qual determinava que se apurassem as quantias investidas pelo Estado no desenvolvimento das colónias, desde a instituição dos anos económicos até à data da publicação desta lei.

E, por fim, o quarto, com três artigos, denominado «Projeto de Lei da Reconciliação», continha uma reivindicação cara a Machado Santos e, em geral, aos adversários dos democráticos:

> Artigo 1.º – Que em todos os foros e instâncias sejam trancados os processos que respeitem a crimes e delitos políticos ou religiosos, cometidos até esta data, fazendo-se sobre eles perpétuo silêncio.
>
> § 1.º – Para os efeitos deste artigo deverão cessar desde já todas as investigações de caráter judicial, militar ou policial.
>
> Artigo 2.º – Que os agentes e acusados dos crimes e delitos mencionados no artigo 1.º, cumprindo pena ou sujeitos a prisão preventiva, sejam imediatamente restituídos à liberdade.
>
> Artigo 3.º – Que seja revogada a legislação em contrário.[266]

---

[265] SANTOS, Machado, «Política, políticos e parlamento», *O Intransigente*, 15 de outubro de 1912; cf. do mesmo autor e no mesmo jornal: «Defendamo-nos unindo-nos» (14 de dezembro de 1915); «União», (16 de dezembro de 1916); «A solução extrapartidária impõe-se» (18 de dezembro de 1912); «Ministério extrapartidário» (30 de dezembro de 1912); e «Um programa partidário» (2 de janeiro de 1913).

[266] APFMS, SANTOS, Machado, *Projetos de lei apresentados ao parlamento, na sessão de 15 de novembro de 1912, pelo deputado Machado Santos*, Lisboa, Lamas & Franklin, 1912. Ver, ainda, o *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 169, 15 de novembro de 1912.

Machado_Santos.indb 95 22/05/2013 12:14

Não obstante o empenho em submeter projetos e fazer intervenções parlamentares, o seu grupo era pequeno e a dificuldade em articular-se mesmo com os parceiros opositores a Afonso Costa nem sempre fácil, pelo que as suas iniciativas legislativas não alcançavam os apoios necessários à sua aprovação. E a instabilidade governativa acentuava-se como um mau agoiro para o sucesso da República.

O governo de Duarte Leite acabou por demitir-se, a 6 de janeiro de 1913.

O combate intransigente ao governo de Afonso Costa

Depois de António José de Almeida declinar, por falta de apoio parlamentar, o convite endereçado por Manuel de Arriaga para liderar um novo governo, a opção presidencial virou-se para Afonso Costa – republicano histórico, jurista afamado e dirigente hábil e incontestado do partido com maior representação no parlamento. Este aceitou, tomou posse do cargo no dia 9 de janeiro de 1913, e no Congresso anunciou logo a prioridade essencial da sua ação política: restabelecer o equilíbrio orçamental do Estado. Para isso, apelou à união de todos os republicanos com vista a empreender uma verdadeira obra nacional capaz de reerguer a pátria e consolidar a República nos domínios financeiro, económico, educativo, administrativo e militar.

Poucos dias após a tomada de posse do novo governo, Machado Santos era nomeado, por portaria de 27 desse mês de janeiro, membro de uma comissão encarregada de estudar e propor as bases da organização de um arsenal no estabelecimento fabril, na margem esquerda do Tejo, sem encargo para o Estado. E cinco meses depois, a 27 de maio, a comissão era dissolvida e «louvada pelo acertado critério e inteligência com que se desempenhou de tão melindroso assunto».[267]

Entretanto, o Partido Unionista de Brito Camacho admitiu prestar a sua solidariedade política condicional ao novo governo, ao contrário do Partido Evolucionista de António José de Almeida, que declarou logo opor-se a Afonso Costa. Por sua vez, Machado Santos começou por afirmar, com mal disfarçada ironia, a sua «expectativa benevolente» perante o novo chefe de um poder executivo «retintamente partidário-democrático»[268], o qual «diz, escreve e promete fazer coisas que a nós nos valeram o epíteto de traidor, talassa e tubarão vendido»[269]. Porém, a sua paciência mal contida logo se esgotou e degenerou em ataques sistemáticos, obsessivos e desestabilizadores debitados n'*O Intransigente*.

Cedo sustentará, num troar gradual de críticas e acusações, tratar-se de um «ministério de oito corpos e uma só cabeça»[270] que só tinha a seu favor a força parlamentar que em nada representava a vontade da nação, pois teria originado contra si

---

[267] Ver *Processo de Santos, António Maria de Azevedo Machado. Oficial da Armada. Classe – Administração Naval*, *in* Biblioteca Central da Marinha-Arquivo Histórico.

[268] SANTOS, Machado, «Na berlinda», *O Intransigente*, 9 de janeiro de 1913.

[269] SANTOS, Machado, «Tutti Thalassi», *O Intransigente*, 16 de janeiro de 1913.

[270] SANTOS, Machado, «A surpresa», *O Intransigente*, 10 de janeiro de 1913.

Machado_Santos.indb 96 22/05/2013 12:14

uma «aversão geral» de proprietários e proletários, crentes e não crentes, comerciantes, industriais, agricultores, operários e funcionários públicos.[271]

Entretanto, Afonso Costa ignorava a retórica acusatória dos seus adversários políticos, passava das palavras aos atos e punha em prática o seu plano reformador: lei de reforma da contribuição predial; «lei travão», que impedia o poder legislativo de apresentar e votar propostas que originassem o aumento de despesas ou a diminuição das receitas públicas sem o parecer favorável do Ministério das Finanças; lei sobre as rendas de casa; Código da Contribuição Predial favorável aos pequenos proprietários e penalizador dos grandes possidentes; lei da remodelação do sistema monetário; responsabilização das câmaras municipais pelo serviço de instrução primária e criação do Ministério da Instrução; novo Código das Execuções Fiscais; lei eleitoral mais restritiva, que afastava do sufrágio os militares no ativo e, para blindar a República da reação monárquica e clerical, excluía também, de forma explícita, o voto das mulheres e das massas de analfabetos; e a sua maior glória, porque contrariava a tradição administrativa monárquica, era um orçamento geral do Estado para 1913-1914 equilibrado e com a previsão de um *superavit* orçamental, que, no entanto, gerou grande escárnio entre as oposições.

Machado Santos, em quatro sucessivos artigos publicados n'*O Intransigente* e, mais tarde, no seu livro *A ordem pública e o 14 de Maio,* dirigirá críticas impiedosas ao «Perseu» e «alquimista moderno» que cometeu a épica façanha, o milagre financeiro de «matar o *deficit*».[272] Nesses textos, escritos num tom sarcástico e professoral, o marinheiro versado em Administração (naval e geral) explicou os vários erros e denunciou a prestidigitação dos cálculos das receitas e despesas do Estado contabilizadas no orçamento do governo de Afonso Costa. E voltava à carga e culpava, num artigo posterior, o chefe do poder executivo de se atrever a «ludibriar o público com a falsa miragem duma prosperidade financeira, quando toda a gente sabia a pavorosa crise por que estava passando este país».[273] De facto, crescia a animosidade – já antes propalada por Machado Santos contra Afonso Costa – nos meios rurais e, sobretudo, nas ruas das cidades, sempre alvoraçadas e minadas pelo desemprego, a inflação, a miséria e a fome decorrentes de uma crise económica e financeira nacional e internacional aguda e galopante. A crise servia ainda de arma de arremesso esgrimida pelas oposições republicanas, por anarquistas, por católicos ou por realistas e confluía em perigosos movimentos sociais que ameaçavam parar o país e pôr em causa a ordem pública.

Às greves, aos comícios, aos atentados e às sublevações que se sucediam, o governo, e o seu corpo miliciano democrático da Formiga Branca e dos voluntários para a defesa da República, reagia com duvidosa legalidade constitucional, aproveitando o regresso das leis de exceção de defesa da República para encerrar as associações de

---

[271] SANTOS, Machado, «Profecia lúgubre», *O Intransigente*, 20 de março de 1913; cf. do mesmo autor «Loucura», *O Intransigente*, 25 de abril de 1913.

[272] SANTOS, Machado, «Perseu», *O Intransigente*, 6 de fevereiro de 1913; cf. do mesmo autor os seguintes artigos n'*O Intransigente*: «O orçamento – as receitas» (17 de janeiro de 1913); «O orçamento – as receitas II» (18 de janeiro de 1913); «O orçamento – a política de expedientes III» (20 de janeiro de 1913); «O orçamento – a dívida pública IV» (22 de janeiro de 1913). E, ainda, *A ordem pública e o 14 de Maio*, 1916, *op. cit.*, p. 27-28.

[273] SANTOS, Machado, «Novo embuste», *O Intransigente*, 11 de novembro de 1913.

Machado_Santos.indb 97 22/05/2013 12:14

classe, para delatar, perseguir e encarcerar, sem culpa formada, os insurretos republicanos radicais, socialistas, anarquistas, sindicalistas e monárquicos presumivelmente implicados nas obscuras intentonas de 27 de abril, 20 de julho e 21 de outubro do ano de 1913, e para apreender e empastelar arbitrariamente os jornais, como *O Intransigente*, que desancavam no líder democrático e na sua orientação política. Machado Santos posicionou-se ao lado dos protestos da rua contra o que considerava ser a força bruta dos tiranetes[274], e não se coibiu de denunciar, em sucessivos artigos, o ambiente de coação e repressão imposto por Afonso Costa com a anuência de Brito Camacho: «hoje em Portugal existe o governo do terror – é esta a única arma que o sr. Afonso Costa soube manejar na oposição; é esta a única arma de que se tem servido no poder. O insulto, a ameaça, a violência, e por remate o tribunal marcial e a penitenciária».[275]

Por vezes, ameaçava ir bem longe na sua cruzada contra o governo dos democráticos: «com a política repressiva só uma oposição se pode fazer: a oposição à mão armada, que vencida hoje se torna a erguer amanhã, fortalecendo-se cada vez mais à custa dos próprios erros, até alcançar o triunfo sangrento.»[276]

Embora nunca se tivesse provado o seu envolvimento direto nos movimentos insurrecionais atrás mencionados e ele próprio se tivesse demarcado deles, é, contudo, insofismável que estava previamente bem informado sobre os bastidores da conjuração de 27 de abril e conhecia bem os seus protagonistas.[277]

O historiador Veríssimo Serrão ajuda-nos a descrever o sucedido: no dia 26 de abril, realizou-se um cortejo que percorreu as ruas da Baixa de Lisboa em direção ao Terreiro do Paço para saudar o chefe do governo a propósito do segundo aniversário da Lei da Separação; do que, então, foi dito ouviram-se estas palavras: «A Lei, se pode sofrer retoques, será para ficar sempre mais forte, visto ter que afrontar tremendos combates.» E na madrugada de 27 – teria sido mera coincidência?! – eclodiu uma insurreição de contornos indefinidos, tendo explodido, em frente do quartel de Infantaria 5, várias bombas, «pelo que uma força do comando do capitão Lima Dias foi até ao edifício da penitenciária, com o fim de entrar em Caçadores 5, onde, com os seus homens, foi preso e depois conduzido para o Arsenal da Marinha. Igual detenção sofreram o general Fausto Guedes, o capitão-de-mar-e-guerra Soares Andréa, o capitão-de-fragata Fontes Pereira de Melo, o capitão tenente João Serejo Júnior, o tenente Ferreira Dinis, além dos civis drs. Lomelino de Freitas, Mário Monteiro e Júdice Bicker.»[278] Muitos dos presos tinham estado com Machado Santos na Rotunda, como os tenentes Francisco Alexandre Lobo Pimentel e Ernesto José dos Santos, e a explicação que deram para o seu ato insurreto foi a de que pretendiam frustrar um golpe monárquico previsto para o dia 29 desse mesmo mês. A explicação não convenceu as autoridades que transferiram o quartel de Infantaria 5 para Santarém e os soldados

---

[274] Cf. SANTOS, Machado, «Política e ação II», *O Intransigente*, 26 de agosto de 1913.
[275] SANTOS, Machado, «Na agonia de um pigmeu», *O Intransigente*, 2 de agosto de 1913.
[276] SANTOS, Machado, «Política VII», *O Intransigente*, 12 de agosto de 1913.
[277] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 82, 28 de abril de 1913 (ver Apêndice documental, ponto 2, doc. n.º 4).
[278] SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal: Vol. XI A Primeira República (1910-1926): história política, religiosa, militar e ultramarina*, Lisboa, Editorial Verbo, 1989, p. 130.

Machado_Santos.indb 98 22/05/2013 12:14

presos embarcaram no aviso *República* aos gritos de «Viva a República Radical», mas sem mais justificações, como censurara Júlio Dantas (1876-1962). O julgamento dos implicados fez-se em Angra do Heroísmo por um tribunal militar presidido pelo governador militar dos Açores, coronel Ribeiro da Fonseca.[279]

Em pleno parlamento, perante o chefe do executivo Afonso Costa, Machado Santos denunciou o modo violento como o Governo tratou os alegados culpados, justificou-os e desculpabilizou-os: «A muitos desses homens deveis as vossas carteiras parlamentares! Para esses homens, a nossa pena, a nossa comiseração; nunca o nosso ódio, nem o nosso insulto!»[280]

Entretanto, continuou a arvorar a sua voz em defesa dos pretensos implicados nessa sedição que se tornaram «vítimas da tirania ministerial, cumprindo no Castelo de Angra [do Heroísmo, ilha Terceira, Açores] sentenças de julgamento, antes mesmo de conhecerem os crimes de que são acusados».[281] Alegou, depois, que todos estes movimentos atestavam de forma eloquente que o «povo não estava evidentemente com o governo».[282] Por outras palavras, na sua perspetiva, estas sedições demonstravam à saciedade a incompetência, a prepotência e a impopularidade do poder executivo então vigente.

A 21 de outubro desse mesmo ano, ocorria outra intentona em que o seu nome não aparece diretamente associado, e que teve como único resultado, segundo Damião Peres, a destruição do Museu da Revolução, ao Quelhas, «perdendo-se assim os objetos guardados nesse estabelecimento público, tais como as lanchas utilizadas na praia da Ericeira pela família real quando embarcou para o exílio e outras relíquias dos dias revolucionários de 1910, bem como as armas com que tinham sido assassinados em 1908 o rei d. Carlos e o príncipe herdeiro d. Luís Filipe».[283]

O seu espírito generoso e idealista conjugado com o irreprimível impulso para o protagonismo político, moldado por uma tendência populista ou por um «idealismo romântico», na opinião dos seus sequazes, levou-o a (re)convocar, com urgência, para a agenda política o debate e a aprovação parlamentar do seu projeto de lei sobre a reconciliação de toda a família portuguesa.[284] Esta magnânima iniciativa legislativa visava

---

[279] *Idem*, *ibidem*, p. 131.

[280] «Na sessão de ontem. Discurso do deputado Machado Santos», *O Intransigente*, 29 de abril de 1913. Cf. também o *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 82, 28 de abril de 1913.

[281] «Discurso do deputado Machado Santos na sessão de ontem da sua Câmara», *O Intransigente*, 16 de dezembro de 1913. A «cumplicidade» entre o Grupo 27 de Abril e Machado Santos manteve-se até à morte do «fundador da República». De facto, alguns dos presos do 27 de Abril integraram depois a Federação Nacional Republicana (FNR) e o Grupo 27 de Abril, com outros elementos, ofereceram uma coroa de bronze para acompanhar o féretro do «herói da Rotunda» no seu funeral, *Século*, Lisboa, 23 de outubro de 1921.

[282] Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 146, 28 de junho de 1913 e SANTOS, Machado, «Rua», *O Intransigente*, 26 de setembro de 1913.

[283] PERES, Damião, *História de Portugal: edição monumental comemorativa do 8.º centenário da fundação da nacionalidade: suplemento*, Porto, Portucalense Editora, SARL, 1954, p. 20-21. Interpretação mais desenvolvida e orientada no sentido de pôr Afonso Costa como causador do falhanço antecipado da revolta é aquela que foi urdida por RAMOS, Rui, «A segunda fundação (1890-1926)», in MATTOSO, José, *História de Portugal*, op. cit., p. 470-471.

[284] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessões números 32 e 43, de 28 de janeiro e 20 de fevereiro de 1913, e SANTOS, Machado, «A amnistia», *O Intransigente*, 20 de fevereiro de 1913.

Machado_Santos.indb 99 22/05/2013 12:14

trancar, reabilitar e silenciar perpetuamente todos os processos respeitantes a crimes e delitos políticos ou religiosos, inclusive aqueles referentes aos chefes e dirigentes civis e militares sublevados. Era convicção do parlamentar republicano independente, que se tratava de uma decisão que convinha politicamente à Nação e ao prestígio da República, porquanto iria conduzir ao apaziguamento e desanuviamento definitivo da alma nacional.

No seu encalço, seguiu outra personalidade republicana emblemática – António José de Almeida – que, porém, propôs no parlamento um projeto de lei de amnistia alternativo e de caráter mais restritivo, o qual abrangia quase todos os conspiradores, mas deixava de fora os seus chefes e dirigentes. Afonso Costa e os deputados democráticos e unionistas consideraram as duas diferentes propostas de lei apresentadas por Machado Santos e António José de Almeida inoportunas e rejeitaram-nas estrondosamente, obtendo cada uma delas, respetivamente, apenas 4 e 28 votos favoráveis.[285] A discussão logo extravasou do parlamento para se converter numa verdadeira questão pública fraturante que incendiou sobremaneira os espíritos e dividiu ainda mais o país.

Por seu lado, o «comandante da Rotunda» nunca aceitou a deliberação da Câmara dos Deputados que embargara o que julgava ser o caminho da civilização, do progresso e da ordem e tranquilidade públicas. E aproveitou a oportunidade para contestar mais uma vez a legitimidade de um Congresso politicamente faccioso que já não representava a vontade soberana da nação, porque – reiterava – deveria ter sido dissolvido logo após ter outorgado ao país a Constituição republicana, com vista a abrir caminho a uma nova consulta eleitoral para o poder legislativo. Apelou, então, mais uma vez, para a praça pública com o propósito de obter na rua aquilo que não tinha conseguido conquistar por via parlamentar:

> Só por meio dum grande movimento d'opinião, levando toda a gente à praça pública a manifestar-se a favor duma amnistia geral e da revisão de certas leis, é que se poderá fazer sentir ao Congresso e ao chefe de Estado o desejo da nação.
>
> Vamos, pois, provocar esse movimento, o segundo e último recurso que temos para conseguir o nosso fim, no campo da legalidade. Se todos os que prezam a sua terra corresponderem ao nosso apelo, em poucos dias modificar-se-á a situação interna e externa do país, podendo nós encarar com segurança o futuro da nacionalidade.[286]

Em 16 de novembro, realizaram-se eleições legislativas suplementares para preencher algumas vagas deixadas em aberto na Câmara dos Deputados. Mas Machado Santos, que ao longo dos meses de setembro e outubro havia voltado a exigir, em acrimoniosos e sarcásticos artigos, a imediata demissão do Ministério de Afonso Costa em favor de um governo extrapartidário[287], já não acalentava ilusões sobre a possibi-

---

[285] SANTOS, Machado, «Ganha-perde», *O Intransigente*, 22 de fevereiro de 1913 e *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 43, 20 de fevereiro de 1913.

[286] SANTOS, Machado, «A praça pública», *O Intransigente*, 20 de outubro de 1913; cf. também Machado Santos, *A ordem pública e o 14 de Maio*, 1916, p. 62.

[287] SANTOS, Machado, «Fora» (24 de setembro de 1913); «Rua» (26 de setembro de 1913); «Vá-se embora» (3 de outubro de 1913), *O Intransigente*.

Machado_Santos.indb 100 22/05/2013 12:14

lidade de o Partido Democrático não alcançar a maioria absoluta. Tinha, de resto, a convicção de que os democráticos, valendo-se da máquina logística do velho PRP e das leis de exceção, recorriam a todo o tipo de fraudes, trapaças, burlas, vexames e violências para controlar as operações preliminares do ato eleitoral em Lisboa e no restante território da República.[288] Obviamente, António José de Almeida e, até certo ponto, o próprio Brito Camacho partilhavam destas críticas e, por isso, contestaram também os resultados do escrutínio. Exemplo manifesto dessas arbitrariedades era o assalto, a censura prévia, a apreensão e suspensão, em pleno período de campanha eleitoral, de jornais oposicionistas monárquicos e republicanos como *O Universal, O Dia, A Nação* e o próprio *O Intransigente,* perpetrados por delegados do governo ou pelas milícias da Formiga Branca com a conivência do governador civil de Lisboa.[289]

Como depois acabou por reconhecer, o Partido Democrático triunfou em toda a linha nessa «comédia eleitoral»[290], preenchendo 33 das 37 vagas em disputa na Câmara dos Deputados, oferecendo assim ao governo uma maioria absoluta neste órgão de Estado.[291] Os democráticos passaram, então, a somar na Câmara dos Deputados 101 representantes, que correspondiam a mais de cinquenta por cento dos lugares, enquanto os evolucionistas se quedaram por 43 e os unionistas pelos 38. Os independentes e os socialistas continuaram a totalizar oito deputados. No entanto, e para sua desgraça, no Senado, os democráticos dispunham apenas de maioria relativa, ficando, por isso, aí prisioneiros das restantes fações, mormente da solidariedade dos unionistas.

Em finais de novembro, seguiram-se eleições municipais que confirmaram a vitória do Partido Democrático. Desta vez, o exasperado «herói da Rotunda», conhecido por esconjurar os partidos políticos dominantes e por ter já ensaiado, no seu projeto constitucional[292], e, depois, num curioso artigo, uma evidente defesa de um Estado orgânico e corporativista[293], começava a revelar a sua críptica e titubeante suspeição sobre as virtudes da democracia parlamentarista. Propunha, nomeadamente, a modificação da Constituição no sentido de conceder representação parlamentar condigna a todos os sindicatos patronais e operários e dessa forma travar a revolução social. Afirmava:

> A formação de verdadeiros parlamentos a funcionar por todos os cantos do país, em vez de levarem a nação para o campo da ordem, da disciplina e do trabalho, conduziam-na para o campo da paixão, da indisciplina e da *mandrice*, como se observa em Lisboa, onde se almoça, janta e ceia política, não a política no sentido nobre da palavra, mas a política na sua mais funesta aceção, aquela que está ao alcance de todas as inteligências de taverna e de bordel, dos indivíduos que nenhuma educação social possuem.[294]

---

[288] SANTOS, Machado, «As próximas eleições», *O Intransigente*, 12 de novembro de 1913.
[289] SANTOS, Machado, «Nas vésperas das eleições», *O Intransigente*, 13 de novembro de 1913.
[290] SANTOS, Machado, «Na véspera das eleições», *O Intransigente*, 15 de novembro de 1913.
[291] SANTOS, Machado, «A eleição», *O Intransigente*, 17 de novembro de 1913.
[292] «Projeto de Constituição», *O Intransigente*, 23 de julho de 1911.
[293] SANTOS, Machado, «Política e ação», *O Intransigente*, 27 de agosto de 1913.
[294] SANTOS, Machado, «A propósito das eleições», *O Intransigente*, 24 de novembro de 1913.

Machado_Santos.indb 101 22/05/2013 12:14

Complementava e concluía a sua argumentação sobre o parlamentarismo com estas reflexões:

> Oxalá que os futuros parlamentares camarários em nada se pareçam com o parlamento nacional porque a obra de desagregação social que se observa nas capitais de diferentes nações é mais filha dos seus parlamentos que dos agentes demolidores que todas as sociedades geram no seu seio; […] Quando o parlamentarismo está em falência e nas demais nações se veem tendências para reduzir o número de eleitos, aumentando os eleitores, nós diminuímos estes e aumentamos aqueles, parecendo apostados em transformar o país numa enorme gaiola de papagaios.[295]

Uma maioria parlamentar não despicienda parecia sustentar a manutenção de Afonso Costa no poder. Mas a sua intransigência política e as campanhas sistemáticas sobre os atos governativos alegadamente escandalosos, repressivos e persecutórios praticados contra as oposições por ele e, sobretudo, pelos seus correligionários mais radicais, tinham-no agora descredibilizado na rua, nos setores oposicionistas da Câmara dos Deputados, no Senado, no estrangeiro e perante o seu próprio aliado de ocasião, Brito Camacho, que acabará por lhe retirar o apoio.

O presidente da República interveio, então, para apelar a uma trégua das paixões políticas, que dividiam os partidos e os homens, e propor a constituição de um gabinete extrapartidário de salvação nacional que procedesse à discussão do orçamento do Estado, à revisão da Lei da Separação, a uma amnistia ampla para os crimes políticos e à preparação de eleições justas. Ameaçou mesmo renunciar ao seu mandato se o Congresso inviabilizasse a sua proposta. Afonso Costa considerou a ação de Manuel de Arriaga uma interferência inconstitucional e desleal sobre o poder executivo e apresentou a sua demissão. Mas este ato só seria inequivocamente consumado na sequência das imponentes manifestações convocadas por Machado Santos e a fátua Liga das Oposições, erigida contra Afonso Costa por republicanos de várias tendências, nos dias 26 de janeiro e 4 de fevereiro de 1914, para, justamente, exonerar e ostracizar «o mais audaz, o mais inepto e o mais imoral de todos os tiranos»[296], aclamar o presidente da República e exigir amnistia para todos os presos políticos, bem como a reabertura das associações de classe.

Persuadido de que tinha sido o grande responsável pela erosão e depois a destituição do governo, convicto de que se tornara o novo senhor da rua e de que conciliava, como nenhum outro líder político, pensamento e ação, Machado Santos terá chegado a convencer-se que seria o próximo indigitado pelo presidente da República para presidir ao Ministério seguinte.[297] Para cumprir tão ambicioso desígnio, apresentara, já em dezembro de 1913, o seu programa político no parlamento e n'*O Intransigente*, que, afinal, sintetizava um pacote de ideias que foi partilhando com os seus

---

[295] *Idem*, *ibidem*.
[296] SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*, 1916, *op. cit*, p. 38.
[297] LEAL, Cunha, *As minhas memórias*, Vol. I, Lisboa, 1966.

Machado_Santos.indb 102 22/05/2013 12:14

leitores em sucessivos artigos publicados na primeira página do seu jornal. Vale a pena citar esse texto:

> Amnistia geral e completa – reconciliação da família portuguesa. Liberdade de consciência – liberdade de imprensa – direito de associação e de reunião. *Habeas corpus*. Demolição das penitenciárias – repressão do crime pelo trabalho obrigatório. Revisão da obra do Governo Provisório. Barateamento dos serviços de justiça, pondo-os ao alcance das classes pobres. *Homestead*. Sufrágio universal. Revisão constitucional. Responsabilidade efetiva de todos os funcionários do Estado, sem excetuar o presidente da República. Autonomia municipal. Seguro obrigatório – salário mínimo – garantia de trabalho. Assistência pública municipal. Desenvolvimento máximo da instrução primária e da instrução profissional. Fomento da riqueza pública – revolução agrária – revogação da lei dos cereais. Conversão da dívida interna – criação da dívida colonial. Remodelação de todo o sistema tributário, de maneira a elevar o imposto direto e a fazer baixar o imposto indireto, que é o que mais pesa sobre as classes pobres (importação, consumo, real d'água, selo, etc.). Desenvolver a Marinha Mercante nacional. Desviar a corrente emigratória de Portugal para as suas colónias – criar aldeias agrícolas nos territórios além-mar – travar as grandes concessões a estrangeiros nas colónias, facilitando-as a nacionais. Reorganizar os serviços de defesa dentro dos recursos orçamentais – confiar à Marinha o serviço da fortificação da costa – confiar aos oficiais dos quadros auxiliares, não julgados incapazes de todo o serviço as capitanias dos portos, os serviços do recrutamento e reservas e todos os serviços sedentários do Exército e da Armada.[298]

O fogoso e idealista militante Manuel de Arriaga de outros tempos[299] podia até simpatizar com semelhante programa, mas o ancião sentado na presidência da República não se deixou impressionar por ele. Não iria, portanto, satisfazer as desmedidas aspirações do polémico e desconcertante «herói da Rotunda», que continuava a ter espalhado pelos bairros de Lisboa um punhado de indefetíveis e ativos amigos que em 1914 ainda celebravam, através de banquete e mensagem escrita, o aniversário do adorado «herói»[300].

---

[298] «Discurso do deputado Machado Santos na sessão de ontem da sua Câmara», *O Intransigente*, 16 de dezembro de 1913, e *Diário da Câmara dos Deputados*, 15 de dezembro de 1913.

[299] Vale a pena ver MATOS, Sérgio Campos; TRAVESSA, Elisa Neves; e FREITAS, Joana Gaspar de, *Manuel de Arriaga: documentos políticos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

[300] A mensagem manuscrita em caligrafia elegante, mas denunciando uma alfabetização deficiente (que, a par de um analfabetismo gritante, atingia, então, as classes trabalhadoras populares e pequeno-burguesas) e subscrita por uma comissão organizadora de 20 indivíduos, em folha de pergaminho (dobrada a meio) reza o seguinte: «Ex.mo Senhor// No dia de hoje de memória para nós todos por se comemorar o vosso aniversário natalício ficávamos mal com a nossa consciência se não viéssemos perante o herói da Rotunda prantear-vos a nossa estima e admiração. // A par dos amigos que se honram realizar um banquete em vossa homenagem, nós também temos por vós, não uma idolatração mas sim consideração e estima que é própria do povo que sofre ou dos esfarrapados que constitui a chamada plebe. // Porque vos adoramos? // Por diversos motivos.// 1.º Por sempre terdes defendido, quer pela palavra, ou pela pena, os humildes que

Machado_Santos.indb 103 22/05/2013 12:14

Os governos de Bernardino Machado: críticas inflamadas e reconciliação tardia

O monárquico convertido ao republicanismo, ainda na fase da propaganda deste movimento, antigo lente de Ciências na Universidade de Coimbra e contemporizador astuto, Bernardino Machado, havia regressado a Lisboa, na primeira semana de fevereiro de 1914, proveniente do Brasil, sua terra natal, onde desempenhara o cargo de embaixador no Rio de Janeiro. À chegada, esperava-o um convite do presidente da República para formar um governo capaz de concretizar uma obra de paz e de tolerância no país. Bernardino Machado aceitou e, em troca do apoio do parlamento, prometeu governar até às eleições seguintes em regime de confraternização nacional. Para isso, teria de cumprir os seguintes desígnios presidenciais: promulgar uma lei de amnistia, resolver o diferendo entre o Estado e a Igreja, reabrir as associações de classe e presidir com imparcialidade às eleições gerais.

Machado Santos avisou logo que o novo chefe do poder executivo não era um extrapartidário, pois as pessoas que, em 1912, lhe dispensaram os seus votos para presidente da República estavam filiadas no «democratismo»[301]. Em maio, enquanto pelejava por uma revisão antecipada da Constituição, em que, entre outras propostas vagamente enunciadas no seu jornal, defendia a concessão ao presidente da República do poder de dissolver as duas Câmaras[302], afirmava que o novo chefe do governo «se arvorou em caixeiro político de Afonso Costa» e se tornou num «réu de alta traição» quando rasgou o programa que lhe foi imposto pela opinião pública e pelo chefe de Estado.[303]

Ainda a respeito da tentativa de revisão constitucional, vale a pena que nos detenhamos um pouco sobre as alterações de alguns artigos da Constituição de 1911 e que pôs a circular, também, através de uma folha-volante. O texto abre logo num tom de balanço negativo:

> Srs. deputados
>
> Estes três anos de normalidade constitucional, quase decorridos, não têm sido, infelizmente, três anos de calma política, três anos em que as forças sociais em luta se tenham debatido, apenas, no campo doutrinário, para a conquista pacífica de novos ideais; e porque essa calma se não encontra restabelecida nos espíritos, apesar do

votados ao ostracismo vivem oprimidos sem porém dizerem da sua justiça, por lhes fecharem as portas da liberdade e injuriando-os ainda. // 2.º Por vós sempre terdes e ainda serdes hoje a personificação viva do verdadeiro revolucionário com convicções que trabalhou para a implantação de uma causa que constituía o Ideal de um povo que sofria torturado pelos canibais da monarquia. // 3.º Por representardes ainda hoje com honra para a raça portuguesa os verdadeiros descobridores dos caminhos desconhecidos como os da Índia e do Brasil. //4.º Por terdes sempre defendido os princípios da Liberdade na mais larga conceção da palavra. // Assim pois e por último permiti que entre as taças de champagne, figure uma anónima que represente nos brindes que haveis de ter e na felicidade e alegria próprias desse momento o sentir e o palpitar dos nossos corações que só desejam deitar-vos sobre a cabeça rosas desfolhadas. // Findando temos todo o gosto em lhe darmos um abraço que não representa o ósculo cínico do Judas na face do Cristo mas sim um abraço leal, sincero e de irmãos. // Lisboa, 11 de janeiro de 1914» (APFMS).

[301] SANTOS, Machado, «Com a máxima cordialidade», *O Intransigente*, 6 de fevereiro de 1914.

[302] SANTOS, Machado, «A revisão constitucional», *O Intransigente*, maio de 1914.

[303] SANTOS, Machado, «Silêncio criminoso», *O Intransigente*, maio de 1914.

Machado_Santos.indb 104 22/05/2013 12:14

> sossego que se tem disfrutado nestes dois últimos meses, convém que todas as causas de intranquilidade pública sejam arredadas para que o país não venha a sofrer, mais do que tem sofrido, no seu progresso e na sua economia.[304]

Entendia que não podiam atribuir-se as tentativas de rebelião esboçadas nesse período, nem os boatos de golpe de Estado que circularam, apenas às ambições dos homens ou dos partidos – insistir nisso era lavrar em erro «que nos pode vir a ser bem funesto no futuro», porque

> […] entre as causas principais do mal-estar da população portuguesa, uma há que julgamos sobrelevar a todas, essa pesada herança que a Monarquia nos legou, a do alheamento nacional dos negócios públicos, que faz com que estes corram ao sabor dos profissionais da política, que as mais das vezes se deixam influenciar pelo que se passa na casa estranha sem atentarem, bem, nas condições do meio.[305]

Era essencial e urgente vencer esse alheamento e para isso a Constituição Política tinha de abrir-se à sociedade viva, que pulsava e enriquecia a nação, ajudando a ação benéfica do Estado. Urgia, pois, dar representação às «forças vivas», prestando-se, assim, toda a atenção às organizações económicas do capital e do trabalho, «que outrora, nos tempos áureos da nacionalidade portuguesa, tanto respeito e consideração mereceram até aos próprios reis, bastando citar, para exemplo, a Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa»[306]. E por esta pertinente razão e outras decorrências, convidava os deputados a tomarem «a iniciativa de se antecipar a revisão da Constituição nos termos dos §§ 1.º e 2.º do seu artigo 82.º»[307], conforme faculdade prevista na alínea e) do seu artigo 23.º, submetendo-lhes a apreciação das bases de revisão constitucional que elaborara.

Destaca-se, pela sua importância futura, a modificação proposta para o § 2.º:

> Art. 8.º – A Câmara dos Deputados será constituída pelos representantes dos municípios, um por cada grupo de 50 000 munícipes, aproximadamente, pelos representantes das províncias coloniais, e pelos representantes das colónias portuguesas estabelecidas em países estrangeiros, não devendo ser superior a 180 o número dos seus membros.
>
> § Único – Lei especial delimitará os círculos eleitorais e o processo de eleição.
>
> Art. 9.º – O Senado será constituído pelos representantes do ensino oficial superior – dos institutos científicos legalmente constituídos – das Federações das Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas – das Associações de profissões liberais, quando federadas – das Associações de classe dos oficiais de terra e mar – das Fede-

---

[304] SANTOS, António Maria de Azevedo Machado, deputado, *Proposta de revisão constitucional*. Lisboa, s.n., 1914 [2 de abril], 1 fl. (Acervo documental João Machado Santos).
[305] *Idem*, *ibidem*.
[306] *Idem*, *ibidem*.
[307] *Idem*, *ibidem*.

Machado_Santos.indb 105 22/05/2013 12:14

rações das Associações Operárias e de Empregados no Comércio, não devendo ser superior a 60 o número dos seus membros.

§ 1.º – As federações a que este artigo se refere devem ter a sua sede em Lisboa ou Porto.

§ 2.º – Lei especial determinará o processo de eleição dos senadores.[308]

Mas se um Congresso com representação municipal e sobretudo corporativa, ao nível do Senado, constituía uma inovação no figurino político-constitucional republicano, a alteração proposta para a chefia do Estado significa, claramente, uma reconfiguração ideológica do republicanismo reformista que Machado Santos passa a professar em divergência com o que defendera no projeto apresentado quando constituinte. Ele parece, agora, aceitar a divisão clássica dos poderes, conferindo ao executivo a capacidade de promover o progresso e impor a ordem, sob o risco de alguma deriva autoritária, mas acautelando o controlo legalista dos atos presidenciais, nomeadamente da dissolução do Congresso, através da obrigatoriedade de parecer favorável do presidente do Supremo Tribunal de Justiça:

7.ª

Substituir o enunciado do art.º 31.º pelo seguinte:

O presidente da República, como chefe do poder executivo, deve promulgar qualquer projeto de lei dentro do prazo de 80 dias a contar da data em que lhe tenha sido apresentado. O seu silêncio, até ao último dia do referido prazo, equivale à promulgação da lei, salvo o caso de o enviar de novo ao Congresso para o rever, fundamentando as causas da recusa da sua assinatura.

§ Único – Feita a revisão do projeto, ele será imediatamente convertido em lei, com a assinatura dos presidentes das duas Câmaras.

[…] 11.ª

Substituir o art.º 42.º pelo seguinte: O presidente é eleito por sete anos.[309]

Voltando à ação contestatária e crítica de Machado Santos a uma governação de que desconfiava por ver nela o «dedo de Afonso Costa», convém notar que em finais de julho os seus ataques aumentaram de intensidade, no momento em que Bernardino Machado remodelava o Ministério, na sequência do escândalo parlamentar da concessão para o aproveitamento da energia das quedas de água das Portas do Rodão, autorizado pelo seu Ministro do Fomento.

Nessa altura, defendeu a subida ao poder do Partido Evolucionista de quem sempre esteve mais próximo[310] e assinou dois inflamados comunicados, publicados em grandes parangonas na primeira página do seu jornal, onde apelava aos portugueses para se manifestarem hostilmente contra o chefe do poder executivo:

---

[308] *Idem*, *ibidem*.

[309] *Idem*, *ibidem*.

[310] SANTOS, Machado, «É tarde», *O Intransigente*, 15 de julho de 1914.

Machado_Santos.indb 106 22/05/2013 12:14

> Portugueses:
>
> Chegámos a uma situação verdadeiramente decisiva.
>
> O belo e grandioso movimento nacional de 5 de Outubro, sem par na história das outras nações pelo sentimento patriótico que o ditou, tem sido vilmente sofismado e atraiçoado por um bando de audaciosos sem escrúpulos, constituído por criaturas de apoucada inteligência e de medíocre cultura intelectual que, com a cumplicidade de indivíduos timoratos e falhos de tato político, assaltou e tomou posse para seu exclusivo proveito da viciosa engrenagem do Estado, que já havia feito baquear a Monarquia.
>
> Esse bando, corrido do poder por um espontâneo movimento popular de protesto, soube incarnar-se na pessoa do sr. Bernardino Machado que com a mais saloia das duplicidades não tem feito outra coisa do que iludir a todos, presidente da República, partidos constitucionais, forças vivas da nação representadas nas suas organizações económicas do capital e do trabalho, e até os seus próprios colaboradores no Ministério.
>
> E tendo-se sabido incarnar na pessoa desse homem que parece haver regressado a Portugal para realizar uma obra de felonia, de traição, prepara muito a seu cómodo o salto para se assenhorear de novo do poder, salto que conta lhe não seja mortal visto ter assegurado o amparo do Ministério do Interior, do Ministério da Justiça onde domina por meio do subterrâneo que o liga com o escritório do sr. Afonso Costa, nos governos dos distritos, nas administrações de concelho e nas regedorias.[311]

Ainda no primeiro comunicado atrás citado, advertia que a continuidade de Bernardino Machado no poder equivalia a um crime contra a moral e a liberdade, o qual só poderia ser expiado «tomando o caminho perigoso da insurreição à mão armada».

No segundo comunicado, retomou a defesa acintosa da demissão do chefe do governo, porquanto – insistia o diretor de *O Intransigente* – este não cumprira os compromissos solenes tomados para com o presidente da República que, em primeira análise, visavam a pacificação da família portuguesa[312]: as associações de classe não reabriram; a Lei da Separação não foi suavizada nem tão-pouco discutida no parlamento; o braseiro das lutas partidárias permanecia aceso; e colocou à frente da maioria dos distritos autoridades «retintamente democráticas», que impediam a realização de eleições gerais imparciais – depois adiadas *sine die* devido ao início da guerra[313]. Apenas cumpriu, embora de forma muito restritiva, a promessa de promulgação de uma lei de amnistia.

Como atrás aludimos, Machado Santos já se tinha anteriormente distinguido como verdadeiro mentor e cruzado de uma lei de amnistia total que visava a pacifi-

[311] SANTOS, Machado, «Portugueses», *O Intransigente*, 28 de julho de 1914.
[312] SANTOS, Machado, «Portugueses», *O Intransigente*, 30 de julho de 1914.
[313] SANTOS, Machado, «O adiamento», *O Intransigente*, 9 de julho de 1914.

Machado_Santos.indb 107 22/05/2013 12:14

cação da família portuguesa. A 6 fevereiro de 1914, voltara a apresentar na Câmara dos Deputados um projeto de lei de amnistia geral, completa e imediata para todos os crimes de origem ou caráter político, social ou religioso.[314] Todavia, a sua proposição, claramente generosa, seria de novo rejeitada em favor de uma proposta de caráter mais defensivo elaborada pelo Ministro da Justiça, Manuel Monteiro, do governo de Bernardino Machado e que seria aprovada pelos democráticos. A nova lei condenava ao exílio, por um período máximo de dez anos, os chefes, dirigentes e principais instigadores de crimes políticos, e não revogava os processos e julgamentos ainda em curso por esses delitos.[315] O «comandante da Rotunda» acabará por rotulá-la de «aborto» e «monstruosidade jurídica», com o argumento de que a lei amnistiava o governo transato presidido por Afonso Costa, os seus agentes e a Formiga Branca, enquanto deixava «à mercê de uma vingança política monárquicos e republicanos socialistas, sindicalistas e anarquistas». E avisava que tal procedimento atraiçoava os sentimentos do povo português, conduzindo-o para o campo da revolta.[316] Evolucionistas, independentes e unionistas, apesar de recorrerem a uma linguagem mais moderada, esgrimiram argumentos idênticos contra a nova lei.

Numa tentativa de melhor organizar o seu combate contra os maus governos, os políticos incompetentes e os «falsos republicanos», Machado Santos reuniu os seus amigos e seguidores em torno de uma nova emergência do republicanismo «radical», consubstanciado no Centro Reformista ou Partido Reformista, formado em janeiro de 1914, embora em carta dirigida ao jornalista Mayer Garção, diretor do jornal *A Manhã*, datada de 18 de abril de 1917, tenha categoricamente rejeitado a ideia de que formara um partido:

> Aludindo à corrente de opinião que me segue, v. ex.ª refere-se ao «partido reformista». Ora o Partido Reformista é coisa que nunca existiu. Nunca me passou pela cabeça organizar um partido político à imagem e semelhança dos partidos da Monarquia e contra os quais fiz o «5 de Outubro». O que existiu foi um «centro reformista», que organizei em fins de 1913, para conter os desmandos dos que, sem orientação, combatiam nas ruas a tirania do governo do sr. dr. Afonso Costa, conseguindo com ele lançar a terra esse governo sem derramar uma gota de sangue. Este serviço humanitário, que prestei aos correligionários de v. ex.ª, foi-me pago com o saque e o incêndio, por ocasião do «14 de Maio». E quando, com o mesmo centro, salvei a República, no Movimento das Espadas, fazendo com que o protesto do Exército não ferisse o regímen, recebi também o pago com o meu desterro de Ponta Delgada.[317]

Na primeira direção está Machado Santos como presidente, acompanhado por Manuel Gonçalves de Carvalho, José Lopes Bispo, José Carlos da Maia, João Paulo

---

[314] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 32, 9 de fevereiro de 1914 e *O Intransigente*, 6 de fevereiro de 1914.

[315] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 40, 19 de fevereiro de 1914.

[316] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 40, 19 de fevereiro de 1914, e SANTOS, Machado, «A amnistia», *O Intransigente*, 20 de fevereiro de 1914.

[317] APFMS, Carta para Mayer Garção, minuta, 18 de abril de 1917.

Machado_Santos.indb 108 22/05/2013 12:14

Macedo de Bragança, todos efetivos, e Álvaro Silva Machado, José António Pena, Franklin Lamas, José Rodrigues, Wladimiro Contreiras, como substitutos. Na Mesa da Assembleia Geral, José Correia Nobre França era o presidente, Eduardo Ferreira da Fonseca era o vice-presidente, o irmão do líder do Partido, Augusto Machado Santos assumiu funções de 1.º secretário e José Holbeche Castelo Branco as de 2.º secretário. Sabe-se ainda que, a partir de agosto, os machadistas ou reformistas começaram a montar o Núcleo Reformista de Lisboa, com comissão municipal e várias comissões paroquiais. E em finais de outubro, era constituído o Núcleo Reformista do Porto, presidido por João Batista dos Santos e secretariado por Manuel da Silva Brito e António Joaquim Oliveira. Culminando este esforço organizativo, o Centro Reformista de Lisboa procedeu, em janeiro de 1915, a aperfeiçoamentos na sua orgânica central, mantendo a Mesa da Assembleia Geral e criando o Conselho Diretor, a Comissão Política, a Comissão Revisora de Contas e a Comissão para a Revisão dos Estatutos e do Regulamento Interno. O projeto partidário arrancou com entusiasmo e gente fiel, mas a prisão do líder, na sequência do 14 de Maio, fez arrefecer os ânimos e desvanecer as vontades, não tendo os núcleos de Lisboa e do Porto conseguido consolidar as suas raízes nessas cidades.[318]

Entretanto, um novo facto bombástico haveria de explodir na Europa, no dia 28 de junho de 1914, para determinar irremediavelmente o destino do mundo e da jovem República Portuguesa: o assassinato, em Sarajevo, do arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do imperador da Áustria. Tal acontecimento ativou a política de alianças que desembocou na I Guerra Mundial (1914-1918).

A opinião pública portuguesa e os seus representantes políticos, invocando razões ideológicas ou alegando motivos pragmáticos de ordem política, diplomática e logística, dividiram-se sobre a atitude a tomar face ao grande conflito armado internacional. Uma intervenção descomplexada e incondicional na guerra ao lado da Inglaterra, com o consequente envio de soldados para as colónias africanas e a frente europeia. Esta era a posição dos democráticos e da maioria dos evolucionistas, os quais acreditavam assim lutar pela defesa das colónias, credibilizar internacionalmente o jovem regime e fomentar a coesão nacional em torno de uma causa patriótica. Uma participação mais discreta ao lado da Inglaterra, concretizada com a prestação pontual dos serviços mínimos exigidos por esta potência e a deslocação exclusiva de soldados para defender a soberania das colónias de Angola e Moçambique, era a orientação subscrita por unionistas, monárquicos, católicos, certos evolucionistas e que obedecia a argumentos realistas, mas também a desideratos tacticistas para derrotar os democráticos. Ou ainda a assunção de uma posição visceralmente antiguerrista, que recusava inclusive as expedições em África – era a tese defendida por alguns anarquistas e sindicalistas ancorados numa argumentação ideológica antibelicista, antimilitarista, anti-imperialista e anticolonialista.

O jornal do capitão-de-mar-e-guerra, numa sentida e vibrante declaração, escolheu logo, de forma inequívoca, o lado que deveria apoiar:

---

[318] LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e programas*, op. cit., p. 61-62.

> Uma declaração de neutralidade seria um crime contra a pátria!
>
> Portugal não pode nem deve conservar-se estranho à luta em que se encontram envolvidas quase todas as nações da Europa. O triunfo da Alemanha seria o triunfo da reação. O lugar de Portugal é ao lado do seu histórico aliado, a Inglaterra. Os portugueses, mais uma vez, devem compartilhar das mesmas dores e das mesmas amarguras, ou das mesmas alegrias e dos mesmos triunfos dos seus velhos companheiros de armas e amigos, os ingleses.
>
> A honra de Portugal exige que nos coloquemos imediatamente ao lado do Império Britânico. *Hurrah*! *Hurrah* pela velha Inglaterra![319]

Mas Machado Santos – que, mais tarde, como veremos, virá a recuar e a emitir posições bem menos claras sobre esta delicada matéria[320] – ia mais longe. A sua retórica revelava que Portugal não podia limitar-se a aceitar uma «situação humilhante» de beligerância passiva que depois, quando soasse a hora da paz, impediria os nossos diplomatas de reivindicarem os direitos nacionais nos tratados e acordos internacionais. O país deveria, por isso, rejeitar uma posição expectante e de simples subordinação aos interesses do seu aliado inglês, para pôr os seus soldados em marcha rumo aos campos de batalha africanos e europeus, com vista a defender as conveniências nacionais e os propósitos pretendidos pelas nações aliadas.[321] Evidentemente que o burocrata da Marinha não ignorava que, para cumprir tal desígnio, havia problemas urgentes a resolver. Era preciso obter recursos financeiros para modernizar as forças armadas e prepará-las de forma conveniente para as dispendiosas e exigentíssimas campanhas militares.[322] Era também necessário que o Congresso reunisse para decretar, a uma só voz, a rescisão da paz com a Alemanha e exercer a repressão contra as revoltas internas – como a sedição desencadeada na alvorada de 20 de outubro por alguns «monárquicos traidores» anti-intervencionistas – que as circunstâncias excecionais impunham.[323]

No meio desta efervescência e dando largas ao seu pendor para uma certa dramaticidade, Machado Santos redigiu um requerimento em que solicitava a sua demissão de oficial da Armada. Mas outras razões bem mais objetivas conduziram também a este pedido de demissão.

Pelo teor de uma carta, requerimento e/ou reclamação[324] (o documento é de difícil classificação) que Machado Santos dirige ao capitão-de-fragata Augusto Eduardo Neuparth, como ministro da Marinha, compreendemos bem que o pedido de demissão resultou, sobretudo, de uma questão de natureza profissional, mas também política e pessoal. Neuparth, atendendo à situação militar «não definida» de Machado Santos, como adido à Majoria-General da Armada, chamara-o ao Ministério para lhe propor o cargo de chefe dos serviços administrativos de uma divisão naval. A situação

---

[319] *O Intransigente*, 7 de agosto de 1914.
[320] SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*, 1916, p. 60.
[321] SANTOS, Machado, «A nossa atitude» (24 de agosto de 1914), «Direitos e deveres» (25 de agosto de 1914), *O Intransigente*.
[322] SANTOS, Machado, «Gala adiada», *O Intransigente*, 5 de outubro de 1914.
[323] SANTOS, Machado, «Sem hesitar», *O Intransigente*, 20 de outubro de 1914.
[324] APFMS, Documento sem data dirigido ao ex.mo sr. Augusto Eduardo Neuparth, capitão-de-fragata.

Machado_Santos.indb 110 22/05/2013 12:14

a nível militar do então capitão-de-mar-e-guerra não era simples, pois aos oficiais de Administração Naval, como era o caso de Machado Santos, estava vedado o acesso aos postos a partir de capitão-de-mar-e-guerra, inclusive. Assim, a solução passou por colocá-lo na Majoria-General da Armada, enquanto Machado Santos desenvolvia a sua vida pública como deputado e político. Além disso, como oficial de Administração Naval, não podia desempenhar funções a nível operacional. Esta era, pois, a situação resultante de uma promoção de origem política, que não tivera em consideração os meandros da carreira dos oficiais da Armada.

Machado Santos recebe a proposta de Augusto Neuparth como se de uma ofensa pessoal se tratasse e responde na sua tríplice qualidade de «vencedor da Rotunda», de «fundador da República» e de «homem cujo nome pertenc[ia] já à […] história».[325] Repudiava, consequentemente, a imposição de uma «nomeação tão degradante para o regime que devia a sua existência ao seu esforço, como para o governo que [a] fizesse».[326] A justificação que apresenta para a recusa do cargo e o pedido de demissão de oficial da Armada é linear: a função que Neuparth lhe propunha resumia-se a «assinar requisições», cargo que, por lei, só podia ser desempenhado por um oficial com graduação muito inferior à sua: «Conservar sistematicamente afastado do exercício de todas as funções públicas, durante 4 anos, o fundador do regime, para ao fim desse tempo o convidarem a aceitar um cargo que por lei só pode ser desempenhado por um oficial com uma graduação muitíssimo inferior à sua, é mais do que ridículo, é vexatório, e eu faltaria ao que devo ao meu país, à República e a mim próprio se não declinasse a *honraria*.»

E aproveitava para destacar que fora a situação de adido à Majoria-General da Armada que lhe possibilitara a intervenção na vida pública «como cidadão, como deputado e como chefe político ou inspirador de uma grande corrente de opinião»[327]. Isto, aliás, permitira a ascensão de Augusto Neuparth a ministro, pois, destaca Machado Santos, a sua intervenção pública fora de tal modo eficaz que o Ministério anterior, «cheio de força parlamentar», tivera que dar lugar ao governo que Neuparth integrava.[328] Nesta medida, e não havendo nos quadros da Armada lugares para capitães de mar e guerra da Administração Naval, Machado Santos pedia a demissão, aguardando, porém, a alteração da lei, de modo a poder vir a assumir comissões de responsabilidade e de risco de acordo com o seu posto militar. O ministro não aceitou o pedido de demissão, exarando o seguinte despacho, datado de 18 de agosto: «Na presente conjuntura, ninguém pode deixar de prestar os serviços que lhe sejam exigidos pela pátria, e muito mais quem, como o requerente, repetindo aqui as palavras do seu requerimento, tem uma patente elevada, uma situação política e um nome histórico. Indefiro a pretensão.»[329]

---

[325] *Ibidem*.
[326] *Ibidem*.
[327] *Ibidem*.
[328] Ver a este propósito o Capítulo 4, «O contestatário», alínea «O combate intransigente ao governo de Afonso Costa».
[329] Ver *Processo de Santos, António Maria de Azevedo Machado. Oficial da Armada. Classe – Administração Naval*, in Biblioteca Central da Marinha-Arquivo Histórico.

Machado_Santos.indb 111 22/05/2013 12:14

Em 23 de novembro de 1914, o Congresso acabou por conceder ao poder executivo um mandato excecional para garantir a ordem e salvaguardar os interesses nacionais enquanto autorizava, num clima volátil de ansiedade e apoteose, de concórdia e dignidade política e social, a entrada de Portugal na guerra.

Nesta fase particularmente dramática do regime, Machado Santos e os evolucionistas tinham já iniciado um discurso de aproximação ao governo de Bernardino Machado, a quem prometiam solidariedade política[330], justamente no momento em que este perdia os apoios de democráticos e unionistas. Os democráticos acusavam o poder executivo de ter usado de brandura na aplicação da Lei da Separação e na repressão da conjura monárquica, enquanto nomeava para lugares administrativos personalidades sem confiança republicana. Mas, apesar da insistência de Machado Santos para que o governo se conservasse e não caísse[331], o seu destino estava já traçado. Uma interpelação parlamentar motivada por razões menores conjugada com a sua incapacidade para construir consensos em redor da posição de beligerância foi o pretexto alegado por Bernardino Machado para se demitir, a 12 de dezembro de 1914. E demitiu-se, afinal, sem acabar por declarar oficialmente que espécie de intervenção Portugal iria ter na guerra.

A oposição irascível ao governo de «Os Miseráveis»

O presidente da República, Manuel de Arriaga, depois de auscultar os chefes dos três partidos e o próprio Machado Santos, acabou por investir, em desespero de causa, a 12 de dezembro de 1914, o presidente da Câmara dos Deputados, capitão-tenente e professor da Escola Naval, Vítor Hugo de Azevedo Coutinho (1871-1955), como chefe do poder executivo. Abortada a possibilidade de empossar um Ministério de concentração, julgava por esta via poder salvar a República.

O novo governo era constituído por personalidades de filiação ou simpatia democrática. Por isso, foi logo recebido com antipatia por evolucionistas, unionistas e pelo grupo afeto a Machado Santos. Este último mantinha-se fiel ao seu projeto idealista de constituição de um Ministério extrapartidário, mas, sobretudo, nutria uma aversão cada vez mais visceral a Afonso Costa e aos seus democráticos. Tal sentimento levou-o a execrar, de imediato, o «pequenino Vítor Hugo» que «servia de máscara a Afonso Costa»[332] e a esconjurar as «tristes figuras repentinamente […] ministeriáveis» do novo governo, o qual rotulou, na senda das restantes oposições, de segunda edição de «Os Miseráveis»[333], numa alusão à obra clássica do autor francês Victor Hugo (1802-1885). Dramatizou a crise política que, entretanto, ajudou a agudizar e profetizou a «guerra civil»[334]. O seu protesto foi de tal forma contundente e irascível que afirmou estar disposto a «acordar com o Diabo»[335] a demissão do governo sustentado por uma

330 SANTOS, Machado, «Em resposta», *O Intransigente*, 24 de novembro de 1914.
331 SANTOS, Machado, «Mal por mal», *O Intransigente*, 26 de novembro de 1914.
332 SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*, p. 52.
333 SANTOS, Machado, «Os miseráveis de Vítor Hugo», *O Intransigente*, 12 de dezembro de 1914
334 SANTOS, Machado, «Guerra civil», *O Intransigente*, 11 de dezembro de 1914.
335 SANTOS, Machado, *O Intransigente*, 11 de janeiro de 1915.

Machado_Santos.indb 112 22/05/2013 12:14

«quadrilha de gatunos e de bandidos que às questões porcas da alta ganância alia o cúmulo da ferocidade».[336] E desta vez foi ao ponto de dirigir um ofício ao presidente da Câmara dos Deputados, em que renunciava ao seu mandato de deputado; um ofício cuja leitura na assembleia foi proibida, porquanto, considerou então o respetivo presidente, estava redigido «em termos ofensivos para o governo»[337]. Eis o seu conteúdo:

> Exmo. sr.
>
> Considerando um escárnio e um desafio lançado ao país a constituição de um ministério como esse que hoje faz a sua apresentação à Câmara, criminoso seria se, mesmo em oposição legal, eu me prestasse a colaborar com ele.
>
> É deveras crítico, para a nacionalidade portuguesa, o momento histórico que atravessamos para que se possa preterir a política nacional pela política partidária e entregar os destinos do país a homens de manifesta insuficiência, ou que a consciência da nação repele.
>
> Por isso, tenho a honra de depositar nas mãos de v. exa. o meu mandato de deputado.
>
> Saúde e Fraternidade
>
> Lisboa, 14 de dezembro de 1914
>
> O deputado da nação
>
> Machado Santos[338]

Mais uma vez, o obstinado esforço do «comandante da Rotunda» para descredibilizar e derrubar um Ministério de tendência partidária democrática de nomeação presidencial acabou por ser recompensado. Cerca de um mês e meio depois de tomar posse, a 25 de janeiro de 1915, o Ministério caía dramaticamente vilipendiado por unionistas, evolucionistas e independentes, mas sobretudo assolado por setores militares, os quais acabaram por mobilizar-se numa enigmática ação de protesto, desencadeada a 20 de janeiro, que implicou a deposição das espadas em Belém por parte de alguns oficiais. Este Movimento das Espadas – porventura de sentido mais corporativista do que político – protagonizado por alguns oficiais mais conservadores e apartidários do Exército contra o estado a que chegara a nação e a opção assumida pelo governo então vigente por uma política de beligerância efetiva, visou, em última análise, transmitir ao presidente da República o sinal de que podia contar com eles para salvar o regime. Manuel de Arriaga não enjeitou, nem ajudou a estancar tal ação que, após a prisão de alguns dos elementos insubordinados, foi crescendo e ganhando a adesão solidária de outros oficiais do Exército e da Armada, entre os quais se contava Machado Santos:

> No dia 23 [de janeiro de 1915] fomos a Belém entregar também a espada ao presidente da República que pôs certa relutância em receber-nos, por o termos alvejado, com severidade, nas colunas de *O Intransigente*.

---

[336] SANTOS, Machado, «Soma… e segue?», *O Intransigente*, 26 de janeiro de 1915.
[337] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 141, 14 de dezembro de 1914.
[338] SANTOS, Machado, «A verdade dos factos», *O Intransigente*, 26 de janeiro de 1915.

Machado_Santos.indb 113 22/05/2013 12:14

> Vossa excelência não pode recusar-se a receber o *fundador* da República – disse-lhe o secretário-geral da presidência. Ele disse-me que seria breve. Vossa Excelência não se fatigará, portanto.
>
> Manuel de Arriaga recebeu-nos com aquele ar senhorial que tinha até nas conversas da intimidade.
>
> – Senhor presidente: queremos seguir a sorte dos nossos camaradas. Aqui tem vossa excelência a espada da Rotunda. Há cerca de um ano, viemos até junto de vossa excelência com um grande acompanhamento; hoje vimos sós. Diga vossa excelência ao seu governo que faça de nós o que entender. Não podemos mais envergar um uniforme que esse governo manchou, lançando sobre o exército o infame labéu de traidor e de cobarde.[339]

Incapaz de controlar a situação, Vítor Hugo de Azevedo Coutinho demitiu-se, a 25 de janeiro de 1915. Por detrás da sedição e da galopante instabilidade política estava o colapso económico e social do país e, evidentemente, a incontornável e intrincada questão da participação de Portugal na guerra.

[339] SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*, 1916, p. 56.

Machado_Santos.indb 114 22/05/2013 12:14

Capítulo 5

De herói a prisioneiro da República (1915)

O apoio incondicional ao governo de Pimenta de Castro

Perante a iminência súbita da vacatura do poder executivo e com o intuito de estancar a «amaldiçoada barafunda política»[340] que atolava o país, Manuel de Arriaga, porventura aconselhado por Machado Santos[341], optou por tomar uma decisão extemporânea e que carecia de sustentação constitucional: convidar Pimenta de Castro para presidir a um Ministério extrapartidário ainda antes de exonerar oficialmente o anterior governo.

Esse provecto general dotado de pouca intuição política, convertido agora em salvador da pátria, era um velho amigo do presidente e tinha chefiado o Ministério da Guerra do governo de João Chagas. Porém, nessa altura fora demitido do cargo que desempenhara por alegada incompetência para suster os incursionistas monárquicos. Desde então, o seu republicanismo de matriz mais conservadora despertara sentimentos de desconfiança e repulsa entre os democráticos e, sobretudo, no seio dos oficiais militares afetos a este partido, autointitulados de Jovens Turcos (constituído por homens como Sá Cardoso, Norton de Matos, Álvaro de Castro ou Freitas Ribeiro). António José de Almeida e, até ao início de maio de 1915, Brito Camacho, disponibilizaram-se para conceder o seu apoio ao novo governo, investido em 25 de janeiro de 1915, que no princípio beneficiou também da adesão de expressivos setores do Exército, de monárquicos, da Igreja e até do operariado. Afonso Costa ainda tentou negociar compromissos com o general, mas goradas as suas iniciais expectativas passou, imediatamente, a hostilizá-lo.

O parlamento estava suspenso desde dezembro de 1914. O novo Ministério, quase só constituído por militares sem filiação partidária e de tendência antiguerrista que aceitaram cumprir o programa político presidencial de pacificação nacional, anunciou a sua reabertura para o dia 4 de março e o desejo de convocar eleições. Mas, a 24 de fevereiro, alegando falta de tranquilidade pública, Pimenta de Castro adiou a reabertura das Câmaras e protelou a realização de eleições para 6 de junho, para as quais impunha uma nova disposição eleitoral que consagrava o sistema de

[340] Carta do presidente Manuel de Arriaga ao general Pimenta de Castro, convidando-o a formar governo. CASTRO, Joaquim Pimenta de, *O ditador e a afrontosa ditadura*, Weimar, 1915, p. 11-12.
[341] SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*, 1916, p. 57.

Machado_Santos.indb 115 22/05/2013 12:14

lista incompleta plurinominal, redefinia os círculos eleitorais e estendia o direito de voto aos militares no ativo, que tinham sido excluídos pelo chamado «código eleitoral de Afonso Costa», aprovado em 1913. O velho general classificava essa nova lei de «imutável, equitativa e justa».[342]

A decisão inconstitucional do adiamento das eleições, consentida por Brito Camacho, mas reprovada por António José de Almeida, colocava o governo, segundo os democráticos, numa situação de «afrontosa ditadura». As eleições – alvitrou mais tarde Machado Santos, que fora então promovido a uma espécie de conselheiro oficioso do poder executivo – deveriam decorrer somente depois de Pimenta de Castro nomear para a província autoridades habilitadas a unir evolucionistas e unionistas e demais elementos que fossem adversos à «demagogia» (leia-se aos democráticos), pois o ato eleitoral teria de ser capaz de criar um Parlamento onde «as minorias deveriam ser abandonadas aos democráticos e aos monárquicos»[343].

Os parlamentares democráticos não abdicaram de se reunir no parlamento, a 4 de março, tal como estava inicialmente estabelecido. Impedidos de entrar pelas forças da GNR e da polícia, seguiram para o Palácio da Mitra, em Santo Antão do Tojal, concelho de Loures, antiga residência de verão do patriarca de Lisboa adaptada pela República a escola primária. E aí aprovaram uma acrimoniosa moção a apresentar à Câmara dos Deputados da República Portuguesa, onde declaravam fora da lei o presidente da República e o governo do general Pimenta de Castro, e, consequentemente, nulos e improcedentes os seus decretos e atos ditatoriais.[344]

Machado Santos, por sua vez, adotava a defesa intransigente do poder executivo em funções. Considerou logo uma «insensatez política» o governo não ter repreendido esses deputados rebeldes.[345] Antes disso, apelara aos deputados e senadores evolucionistas para assumirem o ato patriótico de renunciar aos seus mandatos num Congresso que considerava já ilegítimo, porquanto «em nada traduzia o sentir e o pensar da nação»[346]. O seu raciocínio indutivo era mais uma vez polémico: o Partido Democrático, que tinha a maioria no Congresso, foi duas vezes alijado do poder pela força da opinião pública e das minorias parlamentares; como tal, a manutenção deste poder legislativo tornava-se injustificável, porque já não respeitava a vontade nacional.[347] Por outro lado, alegava Machado Santos, a renúncia dos deputados evolucionistas, que, aliás, nunca se concretizou, deixaria a Assembleia sem quórum para tomar deliberações e nas mãos dos democráticos, os quais, aos olhos do povo, «queriam [assenhorear-se do poder e] inculcar-se como representação nacional».[348] Importa aqui insistir que o «fundador da República» tinha já, nesta altura, deixado de acreditar plenamente numa República de tipo parlamentarista. Invocava as frustradas experiências políticas nacionais de 1820, 1834, 1836, 1851 e 1910 e a ausência de educa-

---

[342] CASTRO, Joaquim Pimenta de, *O ditador e a afrontosa ditadura*, Weimar, 1915, p. 19-20.
[343] SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*, 1916, p. 59.
[344] *Discursos Parlamentares de Afonso Costa*, 1914-1926, Lisboa, 1976, p. 97 e ss. Cf. também *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 153, 4 de março de 1915.
[345] SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*, 1916, p. 62.
[346] SANTOS, Machado, «A tempo e horas», *O Intransigente*, 30 de janeiro de 1915.
[347] SANTOS, Machado, «Patriotismo e bom senso», *O Intransigente*, 1 de fevereiro de 1915.
[348] SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*, 1916, p. 64.

Machado_Santos.indb 116 22/05/2013 12:14

ção dos portugueses para concluir: «O parlamentarismo está provado, por quase um século de experiência, que se não adapta à vida nacional!» Considerava-o, por isso, o reduto da demagogia, do caciquismo e da intolerância.[349]

O «herói da Rotunda» aconselhou mesmo o povo e os poderes instituídos a não permitirem que, no dia 4 de março[350], os democráticos reunissem em São Bento e justificou a «ditadura» como necessária à salvação do país.[351] Uma «afrontosa ditadura» que, concluía, ironicamente, *O Intransigente,* era, afinal, branda e consentida, porque não decretou a censura prévia ou proibiu a edição dos jornais da oposição ou mesmo reprimiu a reunião dos centros democráticos ou sequer atafulhou os Fortes de Angra do Heroísmo e de Elvas de prisioneiros políticos[352]. Uma «afrontosa ditadura» que, acrescentava um sarcástico Machado Santos, numa carta aberta dirigida a Bernardino Machado e publicada no seu jornal, resolveu o problema religioso, procurou evitar a revolução da fome, decretou uma lei eleitoral que a todos satisfaz, não criou uma Junta de Segurança Geral para impor o terror, não se serviu da Formiga Branca para garantir a estabilidade da República e pretendeu conceder uma lei de amnistia mais ampla e tolerante. Em síntese, uma «afrontosa ditadura» que libertou o país da «espionagem, da delação, dos insultos, da violação de correspondência, da desordem, da arruaça, do punhal, da bomba, da incerteza da hora seguinte»[353] – todos os vícios que, afinal, o capitão-de-mar-e-guerra assacava à governação dos democráticos, por ele insistentemente rotulados como «demagogos».

Aliás, a carta atrás citada, assinada por Machado Santos, visava informar Bernardino Machado – como se fosse preciso fazê-lo!...– de que não contassem com ele e com os seus amigos para aderir àquilo a que chamou com ironia «a patuscada constitucional da horta de Fanhões»[354], alusão à reunião dos parlamentares democráticos no Palácio da Mitra: uma «divertida sessão parlamentar [glosava com sobranceria Machado Santos, em outro artigo] que se realizou no meio das couves e dos rabanetes e das alfaces, que crescem na horta do Palácio da Mitra» e que o «sr. Afonso Costa imortalizou com a sua fera moção revolucionária, que coloca fora da lei o chefe de Estado e o seu governo».[355]

À medida que os dias passavam, os movimentos de oposição a Pimenta de Castro ganhavam dimensão e organização, beneficiando da incapacidade do governo para aplacar as oposições e as prementes questões de ordem económica, social, colonial e diplomática que atormentavam o país, onde emergia o omnipresente problema da participação de Portugal na guerra, que, entretanto, ficara adiado.

Os realistas, alguns deles amnistiados pelo próprio governo, reabriram os seus centros e começaram logo a desancar nas instituições republicanas, a conspirar e a profetizar a inevitável restauração da Monarquia. Tal atitude levou o «triunfador» da

---

[349] Cf. SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*, 1916, p. 102-103.
[350] SANTOS, Machado, «A tempo e horas», *O Intransigente*, 30 de janeiro de 1915.
[351] SANTOS, Machado, «A ditadura», *O Intransigente*, 27 de fevereiro de 1915.
[352] «Ditadura», *O Intransigente*, 6 de março de 1915.
[353] SANTOS, Machado, «Toma», *O Intransigente*, 8 de março de 1915.
[354] *Idem*, *ibidem*.
[355] SANTOS, Machado, «As cortes de Fanhões», *O Intransigente*, 5 de março de 1915.

Machado_Santos.indb 117 22/05/2013 12:14

Rotunda e indefetível defensor de uma República quimérica a expressar nestes termos a sua indignação:

> [Os srs. Monárquicos] como se os seus brasões heráldicos fossem uma albarda que lhes pesasse no dorso, e os seus velhos pergaminhos uma cilha que lhes comprime o ventre, atiraram com brasões e pergaminhos ao ar e pespegaram uma valente parelha de coices na boca do estômago daqueles que mais haviam pugnado pela sua amnistia e pela reconciliação da família portuguesa.
>
> Ao pisarem o solo da pátria, ao gozarem o sol da liberdade, o seu primeiro brado foi um insulto, o seu primeiro gesto um desafio, a sua primeira ação um ato de guerra contra a República e contra todos os seus homens, sem exceção.[356]

Machado Santos terá sempre acreditado que os monárquicos amnistiados saberiam agradecer o ato generoso de certos republicanos. E isso levá-los-ia a abandonar definitivamente a atividade política, ou, em alternativa, a engrossar as fileiras das fações republicanas que combatiam o Partido Democrático. Quando percebeu que não eram essas as suas intenções, enfureceu-se e «aplaudiu calorosamente» o facto de o Governo tomar medidas repressivas contra todos os realistas que alteravam a ordem pública e afetavam o prestígio das instituições:

> Os srs. Monárquicos que não tiveram nem grandeza, nem generosidade, nem patriotismo nas suas rebeliões, têm de ser metidos na ordem imediatamente porque a paz pública não pode estar à mercê de tais díscolos provocadores.[357]

Por sua vez, do lado dos republicanos, o ostracizado Partido Democrático intensificava o seu combate contra o poder executivo, e Brito Camacho e o próprio António José de Almeida acabariam *in extremis* por retirar o apoio a Pimenta de Castro e repreender a sua ação numa altura em que o general se encontrava já numa situação de colapso político.

A resistência ao 14 de Maio de 1915

Nas vésperas da revolta[358], quando todos perceberam que o movimento de rebelião contra os poderes instituídos era inevitável, Machado Santos ainda se queixava da «excessiva benevolência e tolerância» e do espírito contemporizador e legalista do general Pimenta de Castro. Apelava, então, no último artigo que publicou no seu jornal e que desta vez assinou com o pseudónimo de *Mário de Sousa*, à declaração obrigatória e urgente do «estado de sítio» e da lei marcial:

---

[356] SANTOS, Machado, «A ação governamental», *O Intransigente*, 12 de maio de 1914.

[357] *Idem*, *ibidem*.

[358] Para um relato factualista coevo da revolta, ver SILVA, César da, *A Revolução de 14 de Maio*. Lisboa, João Romano Torres & C.ª Editores, [1915]; e MARTINS, Rocha, *Pimenta de Castro*. Lisboa, Edição de Autor, s.d. [1930].

Machado_Santos.indb 118 22/05/2013 12:14

> […] Não haverá agora outro remédio senão declarar o estado de sítio em todo o país, para evitar que sejamos surpreendidos, mais dia menos dia, com algum acontecimento desagradável.
>
> Não há vida política nem vida económica que resista ao tumulto constante e ao estoirar contínuo das bombas, como tem sucedido em Lisboa e na província.
>
> Venha, pois, o estado de sítio, mas venha depressa. O ilustre general Pimenta de Castro, que tantas provas deu já do seu espírito contemporizador e da sua tolerância, precisa revelar agora ao país a grande energia que possui.[359]

Todavia, era já tarde de mais para salvar a ditadura castrense branda, indolente e inconsequente dirigida por Pimenta de Castro. Quarenta e oito horas antes do 14 de Maio, oficiais do Exército e da Marinha afetos ao Partido Democrático constituíram uma Junta Revolucionária e fizeram a revolução, com o auxílio da população civil, de elementos provenientes da Formiga Branca e da Maçonaria. Eis os seus principais conspiradores: capitão-tenente José de Freitas Ribeiro, engenheiro António Maria da Silva, capitão Álvaro de Castro, major Norton de Matos (1867-1955) e capitão-de-fragata Leote do Rego (1867-1923).[360] O comité revolucionário contava ainda com o apoio de algumas personalidades afetas aos partidos unionista e até evolucionista. Pretendiam a demissão do Ministério, a refundação da República através da constituição de um novo governo presidido por João Chagas e a convocação de eleições para o Congresso, até ao dia 6 de junho.

A 19 de maio, a Junta Revolucionária autodissolveu-se, uma vez que havia já sido constituído um «governo mandatário da revolução». No *Manifesto* de despedida que apresenta, a Junta justifica a revolução insistindo na perseguição a que o PRP teria sido sujeito, destacando o encerramento do parlamento e a dissolução dos corpos administrativos, verberando a nova lei eleitoral (que denomina de «ignóbil porcaria», numa alusão à de 1901), o «abandono da política externa». Para mais, continua o *Manifesto*, a «ditadura» projetava a entrega da República aos monárquicos, quer nomeando comissões administrativas monárquicas, quer concedendo uma ampla amnistia «aos conspiradores perigosos, facultando-lhes o enxovalho permanente e público das instituições republicanas».[361]

---

[359] Mário de Sousa [pseudónimo de Machado Santos], «O Estado de Sítio», *O Intransigente*, 13 de maio de 1915 (ver Apêndice documental, ponto 2, doc. 6).

[360] Machado Santos haveria de tecer comentários irónicos a vários dos membros da Junta Revolucionária que comandou o 14 de Maio: «Álvaro de Castro, um jovem ex-ministro, filho de José de Castro que veio a assumir a presidência do novo governo e que fazia parte da chamada Jovem Turquia; António Maria da Silva, ex-monárquico, ex-carbonário, ex-independente, ex-ministro, ex-administrador geral dos correios e telégrafos, e que era somente, ao tempo, um sindicado, herói de Rodam e novamente carbonário d'uma das muitas ramificações da Formiga Branca; Freitas Ribeiro, ex-ministro e herói de Ambaca; Sá Cardoso, um vencido da Rotunda, como ele a si próprio se intitulou, sem que tivesse combatido contra ela e *jovem turco* também; e o major Norton de Matos, outro herói de Ambaca, sobre o qual pesavam várias acusações pelo que havia feito e deixado de fazer como governador d'Angola» (*Idem – A ordem pública e o 14 de Maio*, op. cit., p. 86).

[361] «Os últimos acontecimentos em Portugal», *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 2 de junho de 1915.

Machado_Santos.indb 119 22/05/2013 12:14

Assim, a Junta Revolucionária não deixa de «patentear ao governo […] os pontos concretos das imediatas reclamações dos republicanos». Além das já referidas, da anulação da obra legislativa do governo de Pimenta de Castro e da urgência em ativar «com energia e decisão» a campanha em defesa das colónias africanas, propõe-se ainda:

– o saneamento da administração pública de funcionários suspeitos de infidelidade à República;

– a anulação dos castigos aplicados pela «ditadura» a funcionários civis e militares e a comutação de penas por crimes sociais;

– a expulsão do país dos «cabecilhas e agitadores monárquicos»;

– a concessão de pensões às famílias dos que faleceram «defendendo a República e a Constituição» e o estudo da possibilidade de se atender, «sem aumento da despesa, às reclamações dos militares».

E o manifesto de despedida concluía com um apelo: «Finalmente, [a Junta] faz um apelo caloroso aos republicanos de todos os partidos para que abandonem as lutas estéreis de personalidades e se unam para alcançar o ideal que a todos é comum: o bem da pátria e da segurança da República.»[362]

Durante alguns dias, Lisboa mergulhou num estado de anarquia bélica do qual resultaram cerca de duas centenas de mortos e algumas centenas de feridos. Muitas das vítimas procederam de vinganças cometidas pela turba democrática nos dias seguintes à assinatura do Armistício, em consequência das presumíveis humilhações anteriormente sofridas. Esta revolução tornara-se, pois, mais violenta do que a de 5 de Outubro de 1910.

Para evitar a continuação de uma «luta fratricida», Pimenta de Castro solicitara o Armistício e pediu a demissão. A 26 de maio, o presidente Manuel de Arriaga, velho, doente e agastado com o rumo da República, também renunciava[363], acabando Teófilo Braga por completar o seu mandato.

Machado Santos, que no Governo Civil e depois no quartel do Carmo se empenhara em resistir à revolução, seria preso, colocado num navio de guerra, para não ser linchado, e deportado para Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, nos Açores. Entretanto, a redação do seu jornal de combate *O Intransigente* seria assaltada e destruída pelo «povo democrático» exaltado, que haveria de confiscar o que resistiu à devastação. José de Castro, chefiando já interinamente o governo – porque João Chagas, o nomeado para o cargo, convalescia, então, de um atentado que sofrera e que lhe retirou uma vista – escrevia à esposa de Machado Santos: «Ninguém mais do que eu lamenta o facto que se deu na redação do jornal *O Intransigente*. Eu só tive conhecimento dessa verdadeira violência depois dela efetuada. O povo é bom; mas, quando como agora anda exaltado, não há meio de o dominar. É preciso esperar.»[364]

---

[362] *Idem*, *ibidem*.

[363] Não deixaria, porém, de publicar um interessante e documentado relatório: ARRIAGA, Manuel de, *Na Primeira Presidência da República Portuguesa: um rápido relatório*, Lisboa, Tipografia «A Editora Lda», 1916.

[364] APFMS, Carta de José de Castro a d. Beatriz Oliveira Santos, Lisboa, 16 de maio de 1915.

Machado_Santos.indb 120 22/05/2013 12:14

A prisão nos Açores

O próprio Machado Santos esmerou-se a contar, no folheto, que fará sair do prelo em 1916, a forma como acabou preso no navio de guerra *Adamastor*. Procurando evitar que a revolução vingasse, dirigira-se para o quartel do Carmo, sede da Divisão Militar e onde se encontrava reunido quase todo o Ministério. Ali ficara retido porque o ambiente que rodeava o quartel lhe era hostil, tendo-se mesmo verificado algumas tentativas de assalto às instalações. Os soldados da guarda recusaram-se a acompanhá-lo a casa, receosos do que lhes podia acontecer, dada a exaltação do povo. A hipótese de ser transportado num carro da Cruz Vermelha também foi posta de lado, porque, argumentou um dos oficiais, se o povo descobrisse nunca mais havia segurança para a Cruz Vermelha. Assim, diz Machado Santos: «Já tínhamos uma situação oficial no Carmo, a de protegidos; andávamos, portanto, mais à vontade.»[365] No dia 17 de maio de 1915, após o jantar, saiu do quartel do Carmo (onde acompanhara o velho general Pimenta de Castro, Xavier de Brito e Goulart de Medeiros) e foi levado por Mariano Martins para o Ministério da Guerra, onde José de Castro, Fernandes Costa, José Jorge Pereira, Sá Cardoso, Américo Olavo e Oliveira Muzanty, todos eles afetos à revolta afonsista, providenciaram para que ninguém soubesse que ele se encontrava ali. Vale a pena seguir o relato em discurso direto:

> Estávamos nós repousando no sofá do gabinete do ministro, mas atentos, como de costume, ao que se passava, quando Carlos Olavo – governador civil interino de Lisboa – entrou e foi conferenciar com o irmão, que tinha a honra de ser nosso *vigilante*.
>
> A conferência foi curta e passou-se junto à janela, no extremo oposto àquele em que nos encontrávamos e em voz baixa.
>
> – Com que então, dissemos ao *vigilante* quando voltou para junto de nós, temos a esquadra espanhola amanhã no Tejo? Fizeram-na bonita!
>
> – Que ideia! Nós falámos em coisas muito diferentes dessa.
>
> Ao fim de uma ou duas horas, como o gabinete do ministro fosse muito procurado, passaram-nos para outro, que não conhecíamos, mais vasto e luxuoso, e mudaram-nos de *vigilante*.
>
> Coube a vez a um capitão do Exército, que tem tanto de magro como de simpático e que era *maçon* como nós.
>
> – Caro e respeitável irmão, dissemos-lhe; tendes uma conversa muito interessante, mas se adormecermos não nos leveis a mal.
>
> – Ora essa! Estai à vossa vontade.
>
> E ele mesmo, com fraternal carinho, nos cobriu com uma manta que tinha.
>
> Estávamos dormindo a sono solto quando nos despertaram, seriam umas quatro horas do dia 18.
>
> – Vão-nos fuzilar? Estamos prontos!

[365] *Idem*, *A ordem pública e o 14 de Maio*, op. cit., p. 92.

Machado_Santos.indb 121 22/05/2013 12:14

> – Que ideia! Respondeu-nos uma cara amiga – a do tenente de Marinha Adolfo Trindade, que Bernardino Machado, quando governo, nomeara governador civil de Angra para nos ser agradável, e que ainda no dia 12 estivera connosco em *O Intransigente* e no dia 13 com Goulart de Medeiros, no seu gabinete de ministro, como fazia frequentes vezes. – Que ideia! O comandante não tenha receio: eu é que pedi ao Leote para o deixar ir para o *Adamastor*, onde estará muito à sua vontade porque sou eu quem lá manda. Como tomei uma parte importante nesta *coisa*, a guarnição estima-me e tanto o comandante do navio como os outros oficiais têm por mim consideração.
>
> – Ah! Você tomou uma parte importante nesta *coisa*?
>
> – Então, que quer o comandante? O Pimenta…
>
> Estremecemos. Era do rio da madrugada.[366]

Uma vez no navio, Machado Santos precisou de roupa e de tabaco, tendo conseguido que um camarada de armas intimasse a uma ordenança que fosse a sua casa buscar o que necessitava, mas o emissário ter-se-á «esquecido» de regressar ao ponto de partida… O tenente Trindade foi buscá-lo, entretanto, à câmara dos oficiais em que se encontrava, pedindo-lhe que passasse ao tombadilho, alegando que se a guarnição o visse a seu lado aquietar-se-ia. O prisioneiro admirou-se e perguntou: «Como aquietar-se-á? Então a guarnição não está quieta?» Que sim, que estava, respondeu Trindade, acrescentando que era a guarnição mais sossegada e, por isso, ele, contrariando a vontade dos que pretendiam que Machado Santos fosse para o *Vasco da Gama*, percebendo que lhe seria penosa a convivência com o arqui-inimigo Leote do Rego e sabendo que lá o general Pimenta de Castro estava sendo muito mal tratado, com sentinela à vista e sujeito a insultos a todo o momento pela vigia exibindo-lhe os punhos cerrados, decidiu trazê-lo para local mais sereno. Machado Santos concordou com o seu amigo e foram tomar ar para o tombadilho:

> Andávamos passeando e a conversar sobre os acontecimentos, quando se levantou um alarido na tolda, vindo da proa. Trindade, como oficial de serviço foi ver o que era. Nós continuámos a passear.
>
> Quando numa das voltas que estávamos dando pelo tombadilho, passámos junto de Trindade, que escutava um cabo torpedeiro, ouvimos este dizer-lhe:
>
> – Senhor tenente: a guarnição diz que o sr. capitão-de-mar-e-guerra se deve conservar preso lá em baixo e delegou em mim para vir comunicar isto a Vossa Senhoria.
>
> – O quê! Vocês fazem-me isto?! Respondeu-lhe Trindade.
>
> Nós, então, olhámos para vante e vimos um grupo de cerca de 20 praças, algumas com armas de fogo apontadas para o nosso lado, onde uma mais exaltada vociferava, apontando para um companheiro:
>
> – Por causa deste homem é que temos um ferido. Por causa deste homem é que temos um ferido.

---

[366] SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*, op. cit., p. 94-96.

Machado_Santos.indb 122 22/05/2013 12:14

Então o tenente virando-se para nós e continenciando:

– O comandante desculpe, mas eu peço-lhe que venha comigo para baixo.

– Já que pede com tão bom modo…

E recolhemos à câmara, de onde passados minutos fomos mandados sair a convite do comandante do navio para não afrontarmos, com a nossa presença, o constitucionalismo democrático de dois oficiais, maquinistas condutores.

A nossa clausura a bordo do *Adamastor* passou a ser de rigorosa incomunicabilidade; durou cerca de meia hora – se tanto! A liberdade de movimentos que tivemos nesse navio.

No estado-maior do cruzador figuravam para cima de 20 oficiais que, em grande parte, haviam servido connosco longos anos e passado as mesmas privações em amistosa convivência nas estações do ultramar.

Figurava também o tenente Lamy, signatário do Armistício.

Estava justificada a pergunta que fizemos quando nos foram despertar ao gabinete da guerra: Vão-nos fuzilar?

*

Eis como o chefe dos revoltosos de Marinha conta o que passou connosco a bordo do *Adamastor*, conforme se lê na página 223 do livro apologético que o capitão Correia dos Santos[367] escreveu sobre o 14 de Maio:

«… pela madrugada, sem sombra de contratempo, a muleta principal do ditador, dava entrada a bordo do cruzador *Adamastor*, ficando alojado na câmara dos oficiais.

Alguns dias depois como a cabeça ainda lhe andava povoada de fantasias, a despeito dos seus prometimentos espontâneos, de não mais querer saber de política, o tenente Trindade, seu amigo, muito de propósito o trouxe para cima do convés e pôde então ver, com os seus próprios olhos o sr. Machado Santos, a atitude da marinhagem, que ela não perdoava nem perdoaria a um dos fundadores da República o mal grande, que lhe havia feito.»

Os dias nem chegaram a ser horas.

Quanto aos prometimentos espontâneos que consistiram somente em aconselhar aos nossos amigos que reconhecessem o novo governo, quem os não faria sabendo que estavam à barra os navios espanhóis?[368]

O que o relato feito pelo protagonista central destes episódios mostra com clareza é a divisão profunda entre a marinhagem, refletindo, afinal, a divisão cavada entre a «família republicana», revelando ainda o importante peso que os democráticos

[367] Trata-se do depoimento monográfico e favorável aos revoltosos escrito por SANTOS, J. A. Correia dos, *A Revolução de 14 de Maio: subsídios para a história política e militar*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1915. Na mesma linha seguiu o opúsculo de CHAGAS, João, *A última crise: comentários à situação da República Portuguesa*, Porto, Tipografia a Vapor da Empresa Guedes, 1915; e ainda GARÇÃO, Mayer, *A ditadura e a revolução: história de um crime punido pelo povo*. Lisboa, Empresa Nacional de Lisboa, 1915.

[368] SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*, op. cit., p. 95-97.

Machado_Santos.indb 123 22/05/2013 12:14

exerciam entre oficiais e praças da Armada. Apesar de Machado Santos ser marinheiro e obreiro reconhecido do êxito na Rotunda, em 5 de outubro, não era um «combatente», não usava o óculo que distinguia estes dos outros. Era, afinal, um oficial de gabinete e é possível que esta particularidade tivesse algum efeito, embora o isolamento político-partidário a que se votou, logo nos alvores do novo regime instaurado, pareça ser o fator que explica mais e cabalmente o fenómeno…

Passou, por guia de 6 de junho, para o cruzador *Almirante Reis* e a seguir para o aviso *Cinco de Outubro*[369]. «Em 14 de junho apresentou-se na Capitania do Porto de Ponta Delgada onde [fora] fixar residência por ordem do governo, por assim o haver declarado» (*Livro Mestre 3/43*)[370]. Com ele seguiram outros ilustres prisioneiros – Pimenta de Castro[371], Goulart de Medeiros e Xavier de Brito. Aspeto delicado, que haverá de repetir-se em 1917: não fora aberto qualquer processo a Machado dos Santos, pelo que a sua «deslocação» para Ponta Delgada exigia esclarecimento por parte do Governo. E ele surgiu sob a forma de «nota oficiosa», datada de 13 de junho: o afastamento do «herói da Rotunda» do continente ficara a dever-se, exclusivamente, à necessidade de garantir a sua segurança pessoal, pois o governo teria informações de que podia ser sujeito a atentados contra a sua vida[372]. José de Castro garante mesmo à esposa de Machado Santos: «Creia que o governo tem por ele e pela sua vida o maior interesse. Esteja, pois, tranquila.»[373]

António José de Almeida é violento na crítica à atitude do governo. Como aceitar, sem indignação, o facto de o «fundador da República» ter sido mandado para o desterro num navio, «talvez no seu porão […], na cumplicidade de uma madrugada silenciosa», desconhecendo-se o motivo de tal medida? E no propósito de o escárnio ser maior, escolheram para seu instrumento de ignomínia e expiação o barco que se chama *Cinco de Outubro*». O 14 de Maio, na perspetiva do líder evolucionista, tivera exclusivamente objetivos eleitorais, constituindo uma «fraude escandalosa», na medida em que, em nome da liberdade, se oprimia o povo.[374]

---

[369] Seria neste navio que faria a viagem para Ponta Delgada, onde chegou no dia 14 de junho de 1915.

[370] *Processo de Santos, António Maria de Azevedo Machado. Oficial da Armada. Classe – Administração Naval*, *in* Biblioteca Central da Marinha-Arquivo Central.

[371] O velho general aproveitará o exílio para escrever a justificação dos factos na sua ótica de interveniente e «alegado ditador»: CASTRO, Joaquim Pereira Pimenta de, *O ditador e a afrontosa ditadura*, 1915, *op. cit.*

[372] Ver, por exemplo, *A República*, Ponta Delgada, 26 de junho de 1915. Esta «nota oficiosa» refere-se, não só à situação de Machado Santos, mas também às de Pimenta de Castro e dos seus ministros Goulart de Medeiros e Xavier de Brito, igualmente enviados para Ponta Delgada, a bordo do aviso Cinco de Outubro. Desembarcaram a 14 de junho, acompanhados do governador civil substituto e do comandante militar, tendo ficado hospedados no Hotel Açoriano (*A República*, Ponta Delgada, 15 de junho de 1915).

[373] APFMS, Carta de José de Castro a Beatriz Oliveira Santos, Lisboa, 16 de maio de 1915. Nesta carta, José de Castro disponibiliza os seus préstimos à mulher de Machado Santos: «Vou ver se é possível ordenar desde já o que v. exa. deseja. Convinha que v. exa. se aí tem telefone em casa, me diga quais são os seus receios; e ainda se na casa d'*O Intransigente* tem qualquer coisa ainda que possa ser desconfiscada». Note-se que a família de José de Castro era amiga da de Machado Santos, como se prova pela correspondência das filhas de José de Castro à esposa e ao filho de Machado Santos.

[374] Transcrito em *O Açoriano Oriental*, Ponta Delgada, 17 de julho de 1915. Segundo o jornal, o artigo de António José de Almeida foi depois publicado em folha avulsa e distribuído por todo o país. Confirmámos esta informação, pois encontrámos no Arquivo Machado Santos um exemplar, com o título *Em nome da Liberdade! Em nome da Constituição!*

Machado_Santos.indb 124 22/05/2013 12:14

À chegada a Ponta Delgada, o secretário-geral, servindo de governador civil, José Bruno Carreiro, e o comandante militar de S. Miguel, coronel d. Miguel de Aragão, foram cumprimentar a bordo os quatro «homiziados». José Bruno Carreiro apresentou-lhes um telegrama do governo concedendo-lhes liberdade para se deslocarem por toda a ilha[375], sendo certo que no dia seguinte o Governo Civil recebia novo telegrama a dar-lhes liberdade total de circulação, inclusive a de sair da ilha[376].

É escassa a correspondência particular com a mulher e o filho, o irmão ou outros familiares que nos permitiria perceber como foi vivida essa ausência dos entes, em princípio, mais próximos. Apenas uma carta algo extensa e um «Manual de Vida», manuscrito em várias folhas de papel de carta, ambos documentos dirigidos ao filho Augusto, na altura com 15 anos, ajudam a preencher um vazio de informação necessária para entrarmos um pouco mais no domínio da intimidade familiar, mas também na sua sensibilidade de pai afetado pelas circunstâncias deprimentes de um exílio insular.

A carta, escrita em Ponta Delgada, a 17 de agosto de 1915, é um repositório de conselhos destinados a um moço que, em breve, estaria em condições de cumprir o serviço militar e que teria a obrigação de pensar no seu futuro profissional. O pai extremoso recomenda ao filho, logo no começo, para cumprir as orientações de sua mãe, e menciona uma carta paralela dirigida à esposa em que «indico o que tens a fazer para te distraíres e vires a ser ao mesmo tempo um homem de ciência, de sala, de trabalho e de educação».[377] Acrescenta, nessa carta para d. Beatriz, ter apontado «um ofício que podes aprender e que te serve para qualquer carreira que pretendas seguir, até para a de sapateiro». Estava, assim, dado o mote para considerações de natureza ética e formativa do caráter e da socialização bem-sucedida que um pai da índole de Machado Santos nesses tempos republicanos não se eximiria de formular:

> É preciso também que ao homem de ciência e de trabalho se alie o homem de sala e por isso lhe digo que te faça aprender música e dança. Não imaginas o quanto é triste ver-se numa sala uma linda mulher e a gente fazer figura de urso, não sabendo conversar nem acompanhá-la ao piano, com este ou qualquer outro instrumento; não imaginas o quanto é mais triste ainda a gente poder gozar essa mulher em espírito ao menos, apertando-a nos braços e não saber dançar. São prazeres que temos de deixar aos outros enquanto nós ficamos a chuchar no dedo a um canto fazendo figura de urso ou de parvo.[378]

Com esta prosa parece estar a querer evitar no filho algo que se passou com ele, menino e moço, e que o terá constrangido bastante. E na mesma linha de projeção parece ter continuado, na medida em que foca o vício do tabaco, a que se deixou amarrar bem cedo: «E te pode dar na tineta, como me deu a mim, de figurares de

---

[375] CASTRO, Joaquim Pimenta de, *O ditador e a afrontosa ditadura*, 1915, *op. cit.*, p. 51-56.
[376] *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 15 de junho de 1915.
[377] Carta de Machado Santos para seu filho Augusto de Oliveira Santos, Ponta Delgada, 17-8-1915, fl. 1. (Documentos de Isabel Machado Santos Cisneiros).
[378] *Ibidem*, fl. 2 e 2v.

Machado_Santos.indb 125 22/05/2013 12:14

homem feito por meio do cigarrinho.»[379] Sobre isto o incitamento é para que o filho evite esse vício demasiado pernicioso à saúde:

> Quando se é garoto imagina-se que se faz uma brilhante figura com a repelente beata ao canto da boca; mas quando se é homem a valer tudo são disfarces para tirar o mau cheiro que o fumo larga no fato, o mau hálito que produz na boca, a má cor que dá aos dentes e o queimado que faz aos dedos amarelos, nojentos. Então quer a gente se pode deixar de fumar para se tornar mais gentil à mulher amada; impossível! O vício entrou-nos no corpo. Mais tarde, com o andar do tempo, vem-nos uma tosse que a gente atribui à bronquite: pretende-se outra vez largar o fumo, porque o médico nos diz que a tosse é do catarro dos fumadores, e reconhece-se, de novo, a impossibilidade de o fazer.[380]

O vício fazia manifestamente mal à saúde e prejudicava o aspeto do homem sedutor junto das mulheres, mas o vício atacava também a carteira do fumador:

> Eu gastava em Lisboa, fumando mau tabaco, dois tostões por dia. E quando me via, dantes, na necessidade de restringir o fumo, que dolorosa sensação. Olha eu cheguei a estar seis meses sem fumar, mas não pude aguentar por muito mais tempo. Comecei de novo a fumar o dobro. Se quiseres fumar, fuma pois; mas tu que já tens dentes maus e que te não hão de auxiliar muito nas conquistas do belo sexo, não te venhas queixar depois que teu pai te não soube aconselhar.[381]

A carta já ia longa e Machado Santos encerra-a lembrando que mandava junto «a conta do hotel, do mês passado, para mostrares à tua mãe. Ela que se entretenha a fazer um cálculo para ver se vale a pena montarmos aqui uma casa de hóspedes para fazermos fortuna».[382] Mandava ainda mais «um eco» para que Augusto entregasse a seu tio – Augusto Machado Santos – «de quem quero que sejas muito amigo, porque muitas provas de amizade e de dedicação nos tem dado». Esse texto seria para publicar em *O Intransigente*, se o jornal voltasse a sair dos prelos, ou num outro periódico.

Sem data, mas escrito em pleno exílio açoriano, foi preservado um texto vertido em várias folhas de papel de carta e que parece não ter sido acabado. Teve o mesmo destinatário, ou seja, o filho Augusto e recebeu o sugestivo, ainda que genérico, título de *Manual da Vida*[383]. Trata-se de um texto amargo e desencantado, em que se mistura o propósito de expressar um estado de alma marcado pela mágoa que os acontecimentos relacionados com o 14 de Maio de 1915 lhe causaram, com a intenção de tecer elucubrações filosófico-morais sobre os homens e os seus sistemas. Recorre, por isso, a alguma erudição e, sobretudo, à síncrise de leituras diferentes, desordenadas e possivelmente nem sempre bem assimiladas, para demonstrar que os vencedores impõem

---

[379] *Ibidem*, fl. 2v. e 3.
[380] *Ibidem*, fl. 3v.
[381] *Ibidem*, fl. 5v.
[382] *Ibidem*, fl. 6 e 6v.
[383] [SANTOS, Machado], *Manual da vida*, s.d., 16 fl. em papel de carta.

Machado_Santos.indb 126 22/05/2013 12:14

a sua vontade, oprimem os vencidos e determinam o caminho a seguir pela sua razão da força contra a força da razão destes últimos. Logo no começo sublinha a luta dos homens pelo pão ou pela conquista da fémea, mostrando como este fenómeno se encontra bem ilustrado na história da humanidade, trazendo à colação os exemplos clássicos de Troia ou do Império Romano. Nessa luta feroz, cruel e contínua há vencedores e vencidos, sendo que o Direito nasceu «com o primeiro vencedor». E mais adiante enfatiza: «Quem triunfa, tem sempre razão e é herói; quem é vencido, é sempre traidor, mau e imbecil.» Considera, no entanto, que a doutrina e os princípios ainda eram as «coisas» melhores que se inventaram para servirem de degrau ao homem. No entanto, a sua estratégia expositiva, dominada pelo ceticismo e pelo desânimo, leva-o a defender o contrário do que tomara como válido e valioso para si próprio. Daí que chegue a afirmar que quem se dedica ao próximo e semelhante «é parvo» e o «dia do benefício é a véspera da ingratidão». O desencanto e a sua descrença republicana naquilo a que chamou a «utopia socialista e anarquista» explicam que seja lapidar no juízo sobre as intenções solidárias e igualitárias de socialistas, que acabam aceitando riquezas e privilégios para si próprios, ou sobre os intuitos anarquistas de demolição do Estado, não surpreendendo, porém, que os defensores dessa radical solução aceitem um generoso emprego público. E a par destas considerações de âmbito universal, não faltaram os remoques e críticas à situação política interna. Para ilustrar o princípio da luta dos homens pelo pão, evocou o Partido Democrático, que se revoltou em 14 de maio «porque viu que outros que não os seus passaram a dispor dos empregos do Estado». E a dado passo usa uma imagética forte, apontando «Moisés como o maior líder político de todos os tempos», «Jesus Cristo foi o maior revolucionário», «São Paulo o maior teólogo», e «Afonso Costa o maior troca-tintas» de que há memória!...

A existência de três cartas[384] dirigidas a uma «excelentíssima» ou também «boa» amiga – cuja identidade carece de confirmação[385] – faz, por outro lado, alguma luz sobre o seu estado de alma, as suas intenções e ações políticas e sobre a terra onde os seus algozes pretendiam que morresse de tédio – castigo a que se vangloriou de resistir. As cartas confirmam que na adversidade a sua natureza impelia-o a ficar mais rijo e a contra-atacar, com redobrada tenacidade, conspirando e deitando mão aos meios de que dispunha para se fazer ouvir e intervir sempre, pois sentia-se nesse direito: ele era o «fundador» da República que estava a maltratá-lo…

---

[384] Parecem ser cópias transcritas de missivas que terão sido enviadas. APFMS, Cartas para uma amiga [não identificada]: Ponta Delgada, 1-7-1915; Ponta Delgada, 31-7-1915; Ponta Delgada, 1-9-1915.

[385] Esta sua «boa amiga» a quem ele confessa, numa carta datada de 31 de julho de 1915, que «a tragédia da minha vida podia intitular-se 'Sempre Só'», podia bem ser Maria O'Neill (1873-1932), cujo texto hagiográfico de homenagem a Machado Santos que assinou n'*O Intransigente*, número único em sua homenagem, 2 de julho de 1922, intitulado «O coração do herói», publicado num espaço privilegiado da primeira página (bem ao centro, a envolver a fotografia do preiteado), termina desta forma curiosa: «Eu conto ainda com Ele [Machado Santos] e com a força do destino que nunca se simplifica ao sabor dos homens. *Sempre só* [também em itálico no texto original], a sua alma de conseguir o que o corpo não pôde: a verdadeira e insofismável fraternidade humana. Tenho fé». Maria O'Neill, nome literário de Maria da Conceição Infante de Lacerda Pereira de Eça Custance O'Neill, foi jornalista, poetisa, escritora de literatura infantil, colaboradora em periódicos como a *Ilustração Portuguesa*, *O Intransigente* ou o *Jornal da Mulher*; na fase final da sua vida foi militante espírita e redatora da revista *Espiritismo*.

Machado_Santos.indb 127 22/05/2013 12:14

Deixaremos um pouco mais para a frente o teor da segunda carta, detendo-nos agora apenas nas restantes duas.

Na carta, datada de 1 de julho, declara-se «um operário sem trabalho, pois tal é a situação oficial em que me encontro». E acrescenta estar são de corpo (não obstante sabermos que a sífilis continuou a atormentá-lo e isso obrigou-o a prosseguir o tratamento durante a sua estada insular, como o atesta um relatório clínico) e de espírito:

> Porque, embora o não pareça, tenho um coração de bronze; faço de conta que estou num sanatório e enquanto todos me julgam rendido pela desgraça, vencido pela adversidade, eu julgo-me triunfante, mais forte do que estava antes da zaragata afonsina que o meu filosófico e teimoso amigo Pimenta [de Castro] não soube evitar, como lhe cumpria.
>
> Como a alforreca que ao sentir-se apertada na mão, que a pretende esmagar, larga um suco corrosivo que a restitui imediatamente à liberdade, assim me encontro eu agora neste transe que talvez julguem ser doloroso para mim, e que, afinal, não passa de uma etapa necessária à minha vida futura política. Estou certo que hoje o meu bom amigo Afonso mais que ontem almeja estreitar-me nos seus amantíssimos braços e que daria todos os seus françás[386], leotes[387] e até os nones [?], em troca da mercê de um sorriso meu. Não se governa com a desordem[388].

Longa e curiosa é a terceira carta, datada do primeiro dia do mês de setembro, que começa aludindo, recorrentemente, à ajuda do Divino Espírito Santo e ao Senhor Santo Cristo – «as maiores devoções desta terra». Com essa ajuda «por aqui vou vivendo ou antes vegetando a existência do cevado que está na engorda, mas cansado já – ora veja o disparate! – de não fazer coisa nenhuma».

Em tom humorístico e até irónico, como se estivesse redigindo uma crónica para o seu jornal, tendo em vista explorar as alegadas diferenças de feitio entre as gentes de S. Miguel e da Terceira, diz que até fora ao Convento de Santa Clara pedir ao Senhor Santo Cristo[389] o milagre de obter ocupação, mas em vão…

> Infelizmente esta não é terra para um homem do meu ofício poder empregar o seu braço […].
>
> Eu não tenho aqui à mão o batalhão de caçadores 5 que d. Miguel caiu na tolice de deportar para a Terceira! Veja a minha amiga se consegue que o seu conhecido Carvalhal mande para as ilhas, *por castigo*, duas companhias somente da Guarda Republicana, mas que as mande para Angra e não para Ponta Delgada, porque as feras, mal chegam a S. Miguel, amansam.

---

386 António França Borges (1871-1915), fundador do jornal *O Mundo*.

387 Jaime Daniel Leote do Rego (1867-1923), militar e oficial da Marinha, aderiu à República só depois de este regime ser implantado, para depois se tornar um militante fervoroso do Partido Democrático de Afonso Costa e um defensor feroz da participação de Portugal na I Grande Guerra.

388 APFMS, Carta, Ponta Delgada, 1-7-1915.

389 A imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres é venerada no Convento da Esperança, em Ponta Delgada. A indicação de Convento de Santa Clara é lapso de Machado Santos, pois não existe convento com este nome em Ponta Delgada e em 1915 não vivia no Convento da Esperança qualquer freira clarissa.

Machado_Santos.indb 128 22/05/2013 12:14

> Vou contar-lhe um caso.
>
> Um dia, os bons micaelenses lembraram-se de organizar uma tourada e para isso mandaram vir os bois da Terceira, que são bravos e regularmente possantes; pois nem à corda, nem à vara, nem à bandarilha foi possível obrigar os bichos a investirem para marrar. Pareciam cordeiros, nem sequer mereciam que lhes chamassem vitelos.
>
> Outro caso.
>
> O conservador de um embrionário museu de zoologia e coisas várias conseguiu arranjar um lagarto vivo; mas um autêntico lagarto, um verdadeiro jacaré, pois o bom do naturalista há já alguns anos que o afaga e ainda conserva intactas as suas mãos com os respetivos dedos e unhas.
>
> Outro exemplo.
>
> Há na Terceira uns cães de fila, que só a vista do focinho provoca em nós o desejo de nos pormos em andamento num automóvel, a nove; pois eu já me tenho entretido a fazer festas a alguns dessa raça que se encontram por aqui, e nem um só se atreveu ainda a rosnar-me sequer. […]
>
> Eu creio que já tive a honra de a informar de que por aqui tudo era manso, ou que tudo amansava quando chegava cá. Julgo até que foi devido a tal, que o meu amigo José de Castro achou mais conveniente este desterro para mim a qualquer outro.
>
> Quero eu dizer com isto que já tenha perdido as minhas qualidades combativas? Parece-me que não! E digo parece-me, porque às vezes realmente tenho sentido o desalento invadir-me a alma. […]

Na parte final da carta percebe-se a grande animosidade e o desprezo que Machado Santos nutria pelo oficial de Infantaria Manuel Maria Coelho (1857-1943). Este militar ficou famoso por ter participado na insurreição republicana do Porto, a 31 de janeiro de 1891, mas também por ter sido escolhido para chefe da Junta Revolucionária do movimento de 19 de outubro de 1921, na sequência do qual ocorreram os acontecimentos trágicos rotulados de Noite Sangrenta, em que Machado Santos seria morto. Retrata-o como um cobarde, oportunista e falso republicano:

> Achei infinita graça ao que me contou do Coelho. Como sei que ele fugiu, abandonando os seus soldados no *31 de Janeiro*; como vi ele escapulir-se, de mim, no 5 de Outubro, com o pretexto de que não tinha esporas para montar a cavalo; e como vi também que ele esteve pronto a arvorar-se em coronel de formigas, no 20 de janeiro do corrente ano, o que lhe valeu o comando do 5 de infantaria; não me admirarei de o ver amanhã democrático e reclamado pelo *Mundo* para ser o governador-geral de Moçambique ou Angola.
>
> Também o vi em 15 de maio deste ano quando se tratava de concentrar a Guarda Fiscal, depois do Armistício, para policiar a cidade.[390]

[390] APFMS, Carta, Ponta Delgada, 1 de setembro de 1915.

Na generalidade, a imprensa local foi generosa na receção aos «hóspedes ilustres», como os designava *O Açoriano Oriental* que, aliás, criticava fortemente o governo por ter enviado para S. Miguel aquelas personalidades para, simultaneamente, lhes conceder total liberdade de circulação[391]. O jornal dos unionistas locais, *A República*, é generoso e solidário para com os exilados, não deixando também de exaltar a figura de Machado Santos pelos bons serviços prestados à República – «o comandante da Rotunda e fundador da República» –, aconselhando, porém, à não intervenção política dos «homiziados»[392].

Mas é, sobretudo, a figura de Machado Santos que a imprensa destaca – já tinha, aliás, uma rua com o seu nome em Ponta Delgada. O *Diário dos Açores*, por exemplo, dá grande destaque à visita de Machado Santos ao jornal, considerando-o «uma das autênticas glórias da República». E questionava o articulista: «Como deve ser doloroso para Machado dos Santos [sic] ver-se desterrado por imposição do franquista Leote do Rego, agora alçapremado em defensor da Constituição!»[393]

Um aspeto que a imprensa local destaca como positivo é o facto de a escolha da ilha de S. Miguel para a fixação de Machado Santos e companheiros dever ser entendida como o «alto conceito» de que a população da ilha gozaria: «pacata, laboriosa, ainda não […] atingida pelas condenáveis paixões e ódios sectários» que tinham conduzido o país a um constante clima de agitação.[394] Ou, como afirmava o deputado por S. Miguel Mariano de Arruda, o governo escolhera a ilha de S. Miguel para local de exílio, quer por ter «certa consideração» pelos «ditadores» e por Machado Santos, quer por o povo micaelense ser «civilizado e ordeiro»[395]. Em sentido contrário, o deputado unionista por S. Miguel, Hermano de Medeiros, criticava a escolha de S. Miguel como local de exílio, visto Ponta Delgada não ser «praça de guerra nem colónia penal.»[396]

Seria esperar de mais do caráter de Machado Santos imaginar que se quedaria tranquilo num exílio, certamente benévolo, que decidiu prolongar até finais de setembro do mesmo ano. Com efeito, cerca de 15 dias após a sua chegada, surgiria, no *Diário dos Açores*, o apelo ao voto dos micaelenses nos candidatos a deputados Machado Santos e Goulart de Medeiros e nos candidatos a senadores Pimenta de Castro e Xavier de Brito, ou seja, os quatro exilados. Refira-se, a propósito, que, a nível nacional, as eleições se realizaram a 13 de junho, quando nos Açores só tiveram lugar a 2 de julho, devido à chegada tardia da legislação.

---

391 *O Açoriano Oriental*, Ponta Delgada, 19 de junho de 1915.

392 *A República*, Ponta Delgada, 15 de junho de 1915.

393 *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 30 de junho de 1915.

394 *O Açoriano Oriental*, Ponta Delgada, 19 de junho de 1915. A mesma posição defende, por exemplo, o *Diário dos Açores*, considerando a escolha de Ponta Delgada para local de exílio de Machado Santos e companheiros como uma prova da consideração dos micaelenses como uma população cordata. *Diário dos Açores*, 14 de junho de 1915.

395 *Diário da Câmara dos Deputados*, 11 de agosto de 1915, p. 9.

396 *Diário da Câmara dos Deputados*, 3 de agosto de 1915, p. 13. Na entrevista a *O País*, Machado Santos não deixaria de lançar um remoque a esta atitude do deputado Hermano de Medeiros. Referindo-se ao silêncio da oposição parlamentar relativamente ao exílio a que ele e os companheiros foram sujeitos, afirma: «O que [se] viu foi um deputado unionista agastar-se muito com a desonra sobre a sua terra por terem para lá mandado *os ditadores*, como se ainda achasse pouco e desejasse que nós fossemos deportados para Timor.», *O País*, 8 de outubro de 1915.

Machado_Santos.indb 130 22/05/2013 12:14

Como se justifica a decisão de Machado Santos de apresentar a lista que tanto irritou os unionistas locais? O «comandante da Rotunda» afirma que se tratara de um apelo que partira de um «modesto micaelense» que via nesta decisão um modo eficaz de protesto contra a anarquia em que o país vivia. Poucos dias antes do ato eleitoral, Machado Santos reunia-se com o líder dos unionistas locais, Francisco Luís Tavares, propondo-lhe a desistência das candidaturas do partido em favor das que propunha. No caso de candidatos da sua lista serem eleitos, assumia o compromisso de que, no parlamento, não hostilizariam as posições dos unionistas a nível nacional, visto terem sido aliados do governo de Pimenta de Castro. Considerava, ainda, esta solução como a melhor para os próprios unionistas de S. Miguel, que sozinhos não teriam possibilidades de vencer as eleições. Tratava-se, pois, de unir esforços para afastar a «demagogia» da área do poder:

> Propondo a V… o acordo, ou antes, a renúncia completa dos unionistas às candidaturas do seu partido, eu disse: 1.º Que o Partido Unionista, em presença da nossa lista, não podia vencer as maiorias no distrito; mas que, embora as vencesse, o significado moral da eleição dos quatro exilados políticos, que tiveram os unionistas como aliados até às 16 horas do dia 13 de maio do corrente ano, era muito superior ao que obteria esse partido, mesmo supondo que os seus candidatos eram da envergadura intelectual e política do maior estadista que produziu a terra açoriana, o falecido Hintze Ribeiro. 2.º Que os quatro exilados, sendo eleitos, jamais poderiam hostilizar o seu partido e que iriam coroar a obra que já se está fazendo em Lisboa da estreita união de todos os elementos que são adversos à demagogia. 3.º Que o Partido Unionista se reabilitaria, aos olhos da opinião conservadora do país, fazendo *esse gesto*, pois que assim apagaria o sinal do seu desvairamento pela colaboração que deu ao *14 de Maio*, que elevou de novo a demagogia ao poder, destruindo o que restava como elemento de ordem e de apoio a qualquer governo, a disciplina do Exército e da Armada.[397]

Esta situação não era fácil para os unionistas locais, pelo prestígio de Machado Santos, um verdadeiro símbolo vivo da República. O próprio Francisco Luís Tavares, líder local dos unionistas, relembrava os «bons velhos tempos» da sua apresentação a Machado Santos, pouco depois da implantação da República, e a amizade que então se estabelecera «numa daquelas noites de cavaqueira política do velho Martinho»[398]:

> Certo é que já nesse tempo, receosos da sua personalidade e do seu prestígio, se encetara contra V., Machado Santos, uma campanha de ódio e malquerença, procurando impopularizá-lo com todas as classes, com o Exército, com a Marinha e com forças revolucionárias, mas seria difícil prever, então, que passados quatro anos *um governo republicano* o deportaria para esta bela terra de S. Miguel, como uma criatura antissocial, perturbadora da ordem, porventura inimiga da República.[399]

---

[397] *A República*, Ponta Delgada, 8 de julho de 1915.
[398] *A República*, Ponta Delgada, 9 de julho de 1915.
[399] *Idem*, *ibidem*.

Machado_Santos.indb 131 22/05/2013 12:14

Por outro lado, Francisco Luís Tavares reconhecia que Machado Santos conferira ao Ministério de Pimenta de Castro colaboração idêntica à concedida pelos unionistas e evolucionistas, ou seja, «um apoio jornalístico e moral para que o infeliz e desastrado Ministério ditador resolvesse o problema da ordem e a crise dos partidos»[400]. Fora, pois, com surpresa que os unionistas se depararam com a notícia das candidaturas de Machado Santos e seus companheiros de exílio às eleições legislativas e, ainda mais, a proposta apresentada pelo «fundador da República» para que a União Republicana não se apresentasse a sufrágio. Tal só viera, no fundo, enfraquecer a possibilidade de as candidaturas unionistas contribuírem para o derrube do «democratismo». Assim, e depois de se ter reunido com os seus companheiros de partido, Francisco Luís Tavares recusou liminarmente a proposta que considerou como uma «infeliz e ridícula aventura pimentista»[401].

Os resultados foram dececionantes para as candidaturas independentes. Machado Santos obteve 426 votos e Goulart de Medeiros 448 (o candidato a deputado mais votado obteve 1909 votos); Pimenta de Castro obteve 548 votos e Xavier de Brito 476 – o candidato a senador mais votado alcançou 1972 votos[402]. Os democráticos elegeram, pois, as maiorias.

Em carta à desconhecida amiga, referida atrás, entre alfinetadas fortes a adversários e a amigos políticos, justifica a expetativa que pôs nessa iniciativa eleitoral, reconhecendo, porém, o fracasso:

> […] porque eu para olvidar «afonsos», «britos» [Brito Camacho] e quejandos animais, ia por esta terra de devotos pelo Senhor Santo Cristo e pelo Divino Espírito Santo fazendo o meu pé de alferes; se bem que infrutuosamente devido talvez a não me encontrar ainda em estado perfeito de graça […] e o meu génio irrequieto (!) e imprudente (!!), por vezes temerário (!!!) que eu julgava quebrado pelo clima desta terra onde se não encontra um cão que morda, um boi que marre, um lagarto que nos triture um dedo, volta a estar buliçoso, sedento por essa atmosfera de pancada que se deve respirar em Lisboa […].
>
> Como a minha boa amiga sabe, a tragédia da minha vida podia intitular-se «Sempre Só» e agora mesmo no exílio em que me deram por companheiros três ilustres imbecis, politicamente falando, é claro, por todos hei de pensar, por todos hei de agir, como se o meu poder e haveres fossem superiores ao da amiga pomba branca da devoção cá da terra. […]
>
> Como, porém, não tinha, nem tenho ainda grande esperança no êxito de qualquer tentativa libertadora, porque para tudo é preciso dar tempo ao tempo, apesar de a Providência ter vindo em nosso auxílio libertando-nos de todas as «chagas» afonsinas e não afonsinas que nos maculam o corpo nacional, fiz a tentativa eleiçoeira que, se pessoalmente me não fez mal pelo seu «falhanço», ao país trouxe um incalculável prejuízo porque uma afirmação da Vontade Soberana da Nação que

[400] *Idem*, *ibidem*.
[401] *A República*, Ponta Delgada, 8 de julho de 1915.
[402] *O Debate*, Ponta Delgada, 15 de julho de 1915. Ver CORDEIRO, Carlos, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Edições Salamandra, Lda., 1999, p. 82.

Machado_Santos.indb 132 22/05/2013 12:14

> se fizesse nas ilhas, teria uma enorme retumbância no continente e sobretudo no estrangeiro.
>
> Era intenção minha, se fosse eleito, deixar os meus companheiros aqui, de conserva, e apresentar-me sozinho em Lisboa para ocupar à força, se preciso fosse, o meu lugar no parlamento. Se escapasse de uns tiros à chegada, e havia de escapar, porque a minha missão só esboçada se encontra ainda, tudo se resolveria sem se disparar uma arma, sem se derramar uma pinga de sangue. Infelizmente, o medo que a minha boa amiga manifestou, manifestou-se por cá também, e os grandes influentes eleitorais, que estavam de alma e coração connosco, quedaram-se estáticos; não querendo que ficasse pesando sobre os seus ombros uma só parcela de responsabilidade de um infausto acontecimento. Machado Santos derrotado à boca das urnas pelo *Pinta-badalos* parece uma irrisão da sorte, mas não foi. Assim como o José de Castro é amigo, também os açorianos o foram. Em todo o caso numa ilha que não tem mais de 200 000 habitantes, encontrarem-se 400 homens de caráter… é obra![403]

Em setembro de 1915, tinha já ordem para se apresentar na Majoria-General da Armada. A 23 de setembro de 1915, Machado Santos despede-se, através da imprensa, dos micaelenses[404], e a 30 do mesmo mês já se encontrava em Lisboa, pois nesse dia inicia uma longa entrevista ao jornal *O País*[405], que se prolongaria por mais seis números, com transcrição no jornal de Ponta Delgada *Diário dos Açores*. Nessa entrevista, em tom jocoso, justificava o prolongamento da sua estada em S. Miguel com o facto de ter ficado à espera que o governo lhe fornecesse o transporte e também para «examinar de longe os acontecimentos da [sua] terra para melhor os poder apreciar».[406]

A realidade seria, com certeza, bem diferente. Em resposta a uma carta de Machado Santos, o seu amigo e camarada da Marinha, Manuel Paulo de Sousa Gentil[407], concordava com ele, defendendo também que seria ainda demasiado cedo (a carta é datada de 5 de agosto) para o regresso de Machado Santos a Lisboa, considerando que ainda corria o risco de, «sem glória nem proveito de ninguém», o assassinarem junto a uma qualquer esquina. Trata-se de uma carta de protesto contra a situação criada a partir do 14 de Maio, muito mais do que de conforto dirigida a um amigo em situação difícil. Uma longa carta ou uma «resenha condimentada» com a sua opinião sobre a evolução dos acontecimentos: o relatório de um «cético de quase tudo», exceto do «engrandecimento» de Portugal, para isto contando com o patriotismo de Machado Santos.[408]

Outro amigo que se mostrou solidário com Machado Santos foi Carlos da Maia, então governador de Macau. Ao ter conhecimento, ainda que vago, da situação, telegrafou-lhe para Ponta Delgada, saudando-o e dizendo que em breve o abra-

---

[403] APFMS, Carta, Ponta Delgada, 31 de julho de 1915.
[404] *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 23 de setembro de 1915.
[405] *O País*, Lisboa, 30 de setembro, 1, 2, 6, 7, 8 e 9 de outubro de 1915.
[406] *Idem*, Lisboa, 30 de setembro de 1915.
[407] Em 1924, Manuel Paulo de Sousa Gentil foi um dos promotores do efémero Núcleo Republicano Reformador. LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e programas: o campo partidário republicano português 1910--1926*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 96.
[408] APFMS, Carta de Manuel Paulo de Sousa Gentil a Machado Santos, [Lisboa], 5 de agosto de 1915.

Machado_Santos.indb 133 22/05/2013 12:14

çaria pessoalmente, deixando, assim, passar a ideia de que pensava demitir-se do seu cargo em Macau.[409] Em carta da mesma data afirma: «Telegrafei-te hoje anunciando o meu firme propósito de abandonar o governo, para te ir abraçar. É pouco mas é tudo quanto o meu coração de amigo pode fazer como protesto.»[410] Afirma, porém, não poder demitir-se imediatamente por ter que avançar com as obras do porto e dos aterramentos da cidade. E num desabafo final de descrença profunda no futuro da República:

> A República falhou! Só temos que esperar tristes dias. O parlamentarismo é uma ficção, uma burla sem nome.
>
> O nosso povo, inconsciente e analfabeto, não merecia a República.
>
> Triste mas dura realidade.[411]

Também António Granjo lhe escreve para Ponta Delgada, afirmando a comoção com que recebera a notícia – «um forte estremeção de raiva»[412]. Cunha Leal, que se encontrava a prestar serviço na Direção de Obras Públicas de Angola, também verberou a injustiça do «degredo» de Machado Santos e a situação política e social que então se vivia em Portugal:

> Você, como um Hércules, há bem poucos anos ainda abraçou num abraço gigante toda esta gentalha, e ergueu-os do nada em que vegetavam até às alturas aonde hoje se nos mostram: a uns matou-lhes a fome, e a outros permitiu-lhes ver realizados os sonhos de ambição de que a sua alma estava possuída. E agora são eles que o apedrejam.[413]

Estes serão somente alguns exemplos da correspondência que Machado Santos manteve enquanto esteve exilado em S. Miguel. Mas, dado o prestígio de que desfrutava, bem patente, como vimos, na imprensa local, é de crer que tivesse sido rodeado de todas as atenções no meio social micaelense e criado um círculo de «amigos políticos» que, no futuro, lhe podia ser útil. Esta compreensão do contexto político micaelense ser-lhe-ia fundamental, por exemplo, quando desempenhou o cargo de ministro do Interior no «consulado» de Sidónio Pais e nomeou e substituiu de imediato o governador civil do distrito de Ponta Delgada. Com tal decisão, procurava agradar aos conservadores locais, nomeadamente, ao monárquico e grande influente na ilha de S. Miguel, José Maria Raposo de Amaral.[414] Um desses amigos seria Francisco Soares Silva – o mestre Xico – que, após o regresso de Machado Santos a Lisboa, com ele manteve correspondência, relatando-lhe os «enredos» da pequena política local e que, em 5 de outubro de 1919, fundou o Centro da Federação Nacional Republicana

---

[409] APFMS, Telegrama de Carlos da Maia para Machado Santos, Macau, 30 de julho de 1915.
[410] *Idem*, Carta de Carlos da Maia para Machado Santos, Macau, 30 de julho de 1915.
[411] *Idem*, *ibidem*.
[412] *Idem*, Carta de António Granjo a Machado Santos, Chaves, 16 de junho de 1915.
[413] *Idem*, Carta de Cunha Leal a Machado Santos, [Luanda], 7 de julho de 1915.
[414] O governador civil, já nomeado pelo governo de Sidónio Pais, coronel Virgílio Soares de Albergaria, não teria entendido convenientemente as instruções do ministro do Interior quando decidira dissolver os corpos administrativos e nomear comissões administrativas em sua substituição. Excluíra, pois,

Machado_Santos.indb 134 22/05/2013 12:14

(FNR) de Ponta Delgada.[415] Em sessão de 9 de outubro do mesmo ano, o Conselho Central da FNR deliberou «aceitar a adesão, agradecê-la e comunicá-la à imprensa».[416] Em junho de 1921, e sob a direção de Francisco Soares Silva, o Centro da FNR de Ponta Delgada passou a editar semanário *O Intransigente*, tendo só sido publicados cinco números com periodicidade irregular, tendo o último saído a 20 de novembro[417]. Trata-se de um número de homenagem a Machado Santos, no trigésimo dia da sua morte. A abrir e em destaque:

> O herói da revolução de 1910, depois de onze anos de lutas e sacrifícios, dum trabalho honesto e profícuo para uma República melhor e para um Portugal maior, estando sempre em evidência a sua honorabilidade, enquanto os traficantes e vendedores da pátria se afogam em oiro, é bárbara e selvaticamente assassinado nas ruas de Lisboa.[418]

A repulsa pelo atentado e pela situação política e social portuguesa e a exaltação das qualidades políticas e do caráter de Machado Santos são a tónica dos diversos artigos assinados por militantes reformistas e amigos pessoais do «herói da Rotunda». O diretor e editor, Francisco Soares Silva, afirma mesmo que o «fundador da República era, na política portuguesa, a sua única figura moral, que se impunha pela sua nobreza de caráter, honradez e valentia […]». E concluía: «Enquanto outros vivem na opulência vendendo a pátria, ele, o pai da República, morre pobre.»[419] Conforme nos informa o jornal, o Centro Reformista de Ponta Delgada decidiu expor nas suas instalações a fotografia de Machado Santos e tomar luto por oito dias a partir do dia do funeral. Um dos correligionários mandou rezar uma missa do trigésimo dia na Matriz de Ponta Delgada e, por decisão de padres «amigos do grande morto», foram também rezadas missas em diversas paróquias da ilha.

---

das comissões administrativas os regionalistas, que considerava serem «inimigos declarados do regime», sobretudo «José Maria Raposo de Amaral e amigos». Raposo de Amaral fundara, pouco antes da revolução, o Partido Regionalista de S. Miguel, dominado pelos monárquicos e republicanos conservadores. Machado Santos dirige, por telegrama, forte reprimenda ao governador civil, que os jornais logo transcreveram: «Política seguida [por] V. ex.ª tem descontentado conservadores e os amigos meus e em vez de atrair José Maria [Raposo de Amaral] mantém ainda aquela incompatibilidade que eu lhe disse para remover, colocando assim contra o governo esse influente da ilha». CORDEIRO, Carlos, *op. cit.*, p. 82.

[415] *Homenagem ao Fundador da República Vice-Almirante Machado Santos. Chefe da «Federação Nacional Republicana»*, Ponta Delgada, Typ.ª Ruy Moraes [comp. e imp.), 1919. Ali se insere a seguinte notícia, datada de 5 de outubro de 1919: «Federação Nacional Republicana. Desde há muito que os amigos e admiradores do ilustre almirante sr. Machado Santos desejavam organizar-se sob a orientação e chefia política daquele estadista, cuja organização já está feita em Lisboa e Porto e em outras cidades do país. E hoje também em Ponta Delgada, a inauguração do *Centro da Federação Nacional Republicana de Ponta Delgada,* na Rua Ernesto do Canto, estando aberta a inscrição de sócios neste centro todos os dias, desde o anoitecer até às 21 horas. Viva Machado Santos! Viva a Federação Nacional Republicana! Viva Portugal!»

[416] APFMS, *Acta do Conselho Central da FNR*, Lisboa, 9 de outubro de 1919.

[417] Cf. ENES, Carlos, *O Intransigente*, em http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/ver.aspx?id=7764, consultado em 2 de setembro de 2011.

[418] *O Intransigente. Semanário do Partido Reformista*, Ponta Delgada, 20 de novembro de 1921. Note-se que, por coincidência, o jornal tinha as instalações da redação e administração na Rua Machado Santos.

[419] *Idem*, *ibidem*.

Como é claro, o jornal de Ponta Delgada herdou o nome do defunto *O Intransigente*. O genuíno diário lisboeta de combate *O Intransigente* terminaria a sua emissão regular justamente na véspera da revolução sangrenta de 14 de Maio (o último exemplar ostentava o número 1460 e foi editado em 13 de maio de 1915) e, no rescaldo da revolta, a sua redação seria arrasada por membros da Formiga Branca. Sairiam ainda dois números dispersos, em 1922 e 1923, já depois do assassinato de Machado Santos: o primeiro, datado de 2 de julho de 1922, teve o propósito de homenagear o seu malogrado diretor; o segundo, publicado em 3 de outubro de 1923, pretendeu refutar as afirmações proferidas por Teófilo Braga, sobre Machado Santos, a um jornal brasileiro.

Segundo nos diz na entrevista a *O País*, Machado Santos teria decidido regressar ao continente, não porque a ilha de S. Miguel e o seu povo o não tivessem cativado «sobremaneira» – a ilha pelas suas belezas e o povo pela sua «bondade e cortesia». Voltara, sim, para se tratar dos «antigos males adquiridos em África» e também porque seria dispendioso transportar a família para lá.[420]

Se é certo que, naqueles três meses e meio de permanência em S. Miguel, terá sido cumulado de simpatia e atenções, fica-se igualmente com a ideia que Machado Santos construiu verdadeiras amizades que também a ele recorreram a pedir favores ou empenhos, isto mesmo quando não desempenhava qualquer cargo público. E é assim que encontramos, por exemplo, uma carta, de outubro de 1915, em que um seu correspondente de Ponta Delgada lhe agradece o envio do jornal *O País*, com a publicação das suas entrevistas e os incómodos que tivera para lhe mandar uma pistola.[421] O amigo e correligionário Francisco Soares Silva, em maio de 1916, solicita a intervenção de Machado Santos para a possível solução de um problema judicial de um amigo comum e para interceder junto do dr. Ricardo Jorge com vista à obtenção de um emprego para um amigo.[422]

Este caso ilustra o facto de a passagem pelos Açores ter alargado a base de relações dos amigos de Machado Santos. Importa, porém, fechar este ponto sobre o exílio nos Açores. Esta ocorrência, associada à prisão na sequência do 14 de Maio, e a morte do *Intransigente* significaram também o epílogo do primeiro ciclo do inflamado combate político protagonizado pelo aprendiz de jornalista e de parlamentar após a proclamação da República. Mas, do que atrás ficou dito e a seguir iremos confirmar, a prisão e o desterro fugazes não arrefeceram os indomáveis instintos revolucionários do veterano republicano da Rotunda.

---

[420] *O País*, Lisboa, 30 de setembro de 1915.

[421] APFMS, Carta de João F. Rodrigues Flores a Machado Santos, Ponta Delgada, 29 de outubro de 1915.

[422] APFMS, Carta de Francisco Soares Silva a Machado Santos, Ponta Delgada, 1 de maio de 1916.

Machado_Santos.indb 136 22/05/2013 12:14

Pela República: rutura e redenção

Nos anos imediatos à proclamação da República, Machado Santos, como vimos, encarnou com desembaraço os papéis de jornalista e parlamentar, e nessas funções apresentou-se como inconformado «sentinela vigilante»[423], político e moral, da alegada pureza do novo regime que ajudou a fundar. Um regime que, no seu insistente dizer, foi edificado para todos os portugueses, mas deveria ser somente orientado por «verdadeiros republicanos» que tinham a inalienável obrigação de «restituir à nação a sua unidade moral»[424]; um regime que, declarava o desencantado Machado Santos, acabou, afinal, pervertido pela intromissão de arrivistas e de oportunistas sem escrúpulos que «inquinaram a República dos mesmos hábitos, vícios e processos que deitaram abaixo a Monarquia»[425].

Nessa República explosiva, não se conseguiu impor como líder dotado de esclarecida intuição política e genuína dimensão de Estado. Faltou-lhe um temperamento menos impulsivo e mais cerebral e pragmático, a predisposição para colocar os desígnios públicos nacionais acima das ambições e dos afetos pessoais, porventura o instinto para eleger com inteligência muitos dos seus amigos e aliados. Faltou-lhe, também, uma oratória e uma expressão escrita claras, credíveis e enquadradas por uma sólida formação político-ideológica.

Foi incapaz de assumir posições mais consensuais, consistentes e exequíveis sobre três dos maiores problemas concretos que atormentaram, na altura, a classe política desta República parlamentarista ainda em fase larvar: a situação económica e financeira do país, não obstante as prolixas propostas que exibiu neste domínio; a preservação da ordem pública, em proveito da qual apresentou no parlamento sucessivos projetos de lei de amnistia geral por crimes políticos, ostensiva e arrojadamente generosos para com os adversários monárquicos e que, *ipso facto*, foram sempre recusados pela maioria esmagadora dos deputados; e, a partir de 1914, a posição de Portugal perante a I Guerra Mundial, questão basilar onde adotou uma postura francamente titubeante.

Talvez pelas razões acima enumeradas, não tenha conseguido fundar uma fação ou partido político ideologicamente coerente e socialmente expressivo para disputar o poder com os três partidos principais do sistema implantado durante a época da designada República Velha. Não pôde, por isso, ser alternativa credível ao Partido Democrático de Afonso Costa, o qual, para sua manifesta desventura, dominou e modelou, para o bem e para o mal, a matriz político-ideológica da I República.

Quando Machado Santos constatou a sua impotência para, através de processos democráticos, converter as elites políticas e o povo às suas ideias e ascender ao poder, emergiu nele o seu velho temperamento de revolucionário mais intransigente e irascível. Tal temperamento traduziu-se pela tentativa de conquistar na rua o apoio

---

[423] SANTOS, Machado, «*Tutti Thalassi*», *O Intransigente*, 16 de janeiro de 1913.
[424] SANTOS, Machado, «Discurso do deputado Machado Santos na sessão de ontem da sua Câmara», *O Intransigente*, 16 de dezembro de 1913.
[425] SANTOS, Machado, «O prato *del* dia», *O Intransigente*, 10 de dezembro de 1911.

Machado_Santos.indb 137 22/05/2013 12:14

popular que de facto não possuía, ou por patrocinar e justificar a «ditadura» de Pimenta de Castro, ou, em desespero de causa – perante as arbitrariedades do Partido Democrático – por enveredar pela ação direta, ou seja, pela conspiração por meios violentos. E enquanto agia desta forma, e perdia a confiança de alguns amigos, admiradores e correligionários, bem como a tolerância dos adversários políticos, o seu espírito inconformado e amargurado foi burilando, paulatinamente, um modelo alternativo de República redentora: de tendência irredutivelmente antiafonsista, reformista autoritária, antiparlamentar, antipartidária, presidencialista, municipalista, corporativista, populista, gerida por personalidades republicanas impolutas e independentes das formações partidárias republicanas então existentes.

Este amadurecimento político-ideológico, que acompanhou a assunção efetiva da rutura com a República implantada no solo pátrio «pelos outros», justificou que viesse a publicar, em 1916, *A ordem pública e o 14 de Maio.* Tratou-se de um *manifesto* de indignação e de «orgulho-ferido» pela prisão sofrida e sentida como ultraje violento. Mas esta obra integrava, ao mesmo tempo, um programa redentor – o «Projeto de Estatuto Nacional». Um plano constitucional vincadamente presidencialista e diverso do projeto que apresentara na Constituinte de 1911 e que, além de federalista e de municipalista, não contemplava a presença da figura presidencial! Contradições?!... Pouca consistência político-ideológica?... Algo de ambos os ingredientes, mas, sobretudo, reflexo claro de uma dinâmica revolucionária (geradora do natural fluxo contrarrevolucionário) fora de controlo, mesmo para aqueles que melhor a conseguiriam gerir como eram os afonsistas, obrigando os intervenientes a uma espetacular e célere revisão de conceitos e de soluções.

Machado_Santos.indb 138 22/05/2013 12:14

Capítulo 6

Política(s) de dezembro (1915-1917)

Um intervencionista condicionado

Poucos dias após o seu regresso a Lisboa, Machado Santos concede uma entrevista ao jornal lisboeta *O País*, do qual era diretor político o seu amigo e companheiro dos tempos da propaganda, Meira e Sousa. Como atrás referimos, uma longa entrevista ou, pelo menos, um texto em estilo de entrevista, foi publicado ao longo de sete números do jornal.[426] Mas o seu conteúdo apresenta poucas novidades, pois trata-se sobretudo de uma espécie de ajuste de contas com os promotores do 14 de Maio e os governos que se lhe seguiram. Afirma-se afastado provisoriamente da política enquanto Afonso Costa não «ressuscitasse»:

> Veja o triste destino dos «meus vencedores»! O sr. Afonso Costa em vésperas de uma congestão política; o sr. Chagas zarolho e gorjeteado[427]; o sr. António Maria da Silva reduzido a um rim e esse mesmo enfermo. O sr. Magalhães Lima cerebralmente cristalizado! Que tristes adversários para um homem válido[428].

É este o tom geral da entrevista, que nos apresenta um homem revoltado pelo facto de ter sido abandonado por quase todos, que considerava ter, durante cinco anos, andado a «lançar pérolas a porcos» e que dera «tudo o que devia ao país». E se o país às vezes o escutava, logo o abandonava, «voltando aos seus antigos amores: a Monarquia,

---

[426] O jornal publica os textos como entrevistas separadas. Dada a sequência das perguntas e respostas, consideramos tratar-se de uma entrevista.

[427] Refere-se, certamente, à muito polémica concessão, a João Chagas, de uma verba a título de compensação (ou «reparação», como reiterava o ministro) pela perda de vencimentos, despesas de representação, auxílio para renda de casa, etc., a partir da data do seu pedido de demissão, em abril de 1915, das funções de chefe de missão de 1.ª classe, que exercia na embaixada de Portugal em Paris. João Chagas justificara o pedido de demissão por não querer colaborar com ditaduras. A oposição unionista e evolucionista, quer no Senado, como na Câmara dos Deputados, protestou veementemente contra esta concessão, considerando-a injusta, ilegal e moralmente condenável. A «questão João Chagas» teve também fortes repercussões na imprensa. A verba inscrita no orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros foi aprovada. *Diário do Senado*, sessão n.º 66, 30 de agosto de 1915; *Diário da Câmara dos Deputados*, sessões n.os 40, 41, 44 e 66, respetivamente de 12, 13, 16 e 30 de agosto de 1915.

[428] *O País*, Lisboa, 30 de setembro de 1915.

Machado_Santos.indb 139 22/05/2013 12:14

Afonso Costa, António José de Almeida, Bernardino Machado». Um país «muito constante na estupidez».[429]

Mas o fundador tem bem a noção da degradação da sua imagem pública: é «talassa para uns, traidor para outros, réprobo para outros e para todos… sombra negra»: «Eu fundei a República mas os republicanos nunca confiaram em mim para realizar o trabalho de construção que se devia ter seguido à ação revolucionária.»[430]

E a entrevista continua nesta toada de autovitimização e de verve acusatória aos novos políticos, que não haviam sido avistados nos tempos difíceis da propaganda. Afirma mesmo: «Não são republicanas as pessoas que atualmente presidem aos seus [da República] destinos», pelo que, mesmo que a situação portuguesa e internacional fosse positiva, a República corria sérios riscos de colapsar.[431] Dois temas são longamente escalpelizados: a defesa da ditadura de Pimenta de Castro e a nulidade de toda a legislação pós-14 de Maio, pela ilegitimidade do parlamento em funções.

Não se trata, pois, de uma entrevista que tivesse aproveitado para apresentar propostas de solução para os principais problemas do país ou, como diz, o «tríplice problema da ordem, das finanças e do pão».[432] Afastado «provisoriamente» da política, como se considera, não seria, certamente, por estas declarações que Machado Santos almejaria estender o leque dos seus «amigos políticos» e poder considerar a sua reentrada na vida política ativa, pois, em vez de congregar vontades dispersas e diversas para um projeto «regenerador» comum, ocupa-se sobretudo da autoexaltação dos seus feitos e da condenação sistemática e radical de todos os que circulavam ou haviam circulado pelas zonas do poder a partir da implantação da República.

Entretanto, fumegavam os canhões e cavavam-se trincheiras nos campos da Flandres no decorrer da I Grande Guerra. A situação económica, social e política em Portugal agravava-se e sofria o impacto direto das consequências de um conflito bélico de tamanhas proporções.

António José de Almeida e Afonso Costa, sob os auspícios do novo presidente da República, Bernardino Machado, que tinha entretanto sido eleito com os votos da maioria democrática, constituíram, em março de 1916, o governo da União Sagrada. O seu proclamado objetivo era aplacar a trágica conjuntura nacional e acabar com a política de ambiguidade até então assumida face à guerra. António José de Almeida pediria mesmo a Machado Santos para ir a sua casa, a fim de ouvir a sua «autorizada opinião […] sobre a constituição de um Ministério nacional» de que o presidente da República o tinha incumbido.[433]

Perante os ataques declarados da Alemanha às fronteiras das províncias ultramarinas portuguesas de Angola e Moçambique, este governo e o anterior, presidido por Afonso Costa, de dezembro de 1915 a março de 1916, decidiram fazer Portugal entrar, inequivocamente, no grande conflito bélico, ao lado da Inglaterra, sua secular aliada, contra as potências centrais.

---

[429] *Idem*, *ibidem*.
[430] *O País*, Lisboa, 6 de outubro de 1915.
[431] *Idem*, *ibidem*.
[432] *O País*, Lisboa, 2 de outubro de 1915.
[433] APFMS, Carta de António José de Almeida a Machado Santos, Lisboa, 15 de março de 1916.

Machado_Santos.indb 140 22/05/2013 12:14

O ato (poder-se-á dizer, também, o pretexto…) que determinou a beligerância do país consistiu na resposta favorável ao pedido da Inglaterra para que fossem requisitados dezenas de navios mercantes alemães refugiados em portos portugueses. A Alemanha respondeu, de imediato, com uma formal declaração de guerra a Portugal, em 9 de março de 1916. Era convicção dos democráticos e de um setor de evolucionistas que só uma decidida atitude beligerante, ao lado dos Aliados, poderia salvar o império ultramarino nacional e a própria pátria republicana. Embora assumindo uma alegada oposição construtiva ao executivo vigente, Brito Camacho continuava a apregoar uma política calculista de neutralidade condicional, enquanto esperava por uma melhor compreensão sobre o desenlace do conflito; insistia em rejeitar a participação de Portugal na frente europeia, apesar de admitir o reforço da defesa das possessões de África. Alguns setores monárquicos e clericais, por motivos pragmáticos ou, em certos casos, por comungarem até de uma simpatia pela causa germanófila, proclamavam também a defesa de uma política antiguerrista.

Entretanto, o governo, enquanto destacava expedições militares para os sertões africanos de Angola e Moçambique, preparou em Tancos, com «milagrosa» celeridade, o Corpo Expedicionário Português (CEP). E começou a enviar tropas para França, a partir de janeiro de 1917. Mas o crescente esforço de guerra trouxe novos e graves problemas, os quais começaram a ampliar, paulatinamente, no seio da sociedade portuguesa, o sentimento anti-intervencionista, a saber: os ferimentos e mortes de oficiais e soldados combatentes no *front* e nas colónias; o agravamento da crise económica e financeira; a restrição do consumo de fontes energéticas; a inflação sempre galopante e agravada pela ação perversa dos especuladores; e o racionamento de subsistências alimentares básicas, associado à fome entre as classes inferiores e médias urbanas e rurais.

Tal sentimento foi logo aproveitado, de forma oportunista, pelas oposições ao governo da União Sagrada, o qual, em abril de 1917, acabou por soçobrar, caindo, ainda que por muito pouco tempo, nas mãos de Afonso Costa.

Machado Santos e o seu *O Intransigente*, em agosto de 1914, quando governava Bernardino Machado, já tinham advogado histrionicamente a necessidade urgente de Portugal abandonar uma atitude de criminosa neutralidade para se colocar imediatamente ao lado do Império Britânico – que considerava, neste conflito, o representante do «Direito», da «Justiça» e das «ideias modernas».[434] Recorde-se que o seu jornal defendera nessa data que «o lugar de Portugal é ao lado do seu histórico aliado» e que «os portugueses, mais uma vez, deviam compartilhar das mesmas dores e das mesmas amarguras, ou das mesmas alegrias e dos mesmos triunfos dos seus velhos companheiros de armas e amigos, os ingleses».[435]

O «triunfador» da Rotunda e celebrado «fundador» da República adiantava mesmo, e de forma persistente, que a intervenção de Portugal na guerra não devia circunscrever-se a uma mera colaboração passiva, pois tal ação poderia retirar ao país legitimidade para reivindicar direitos aquando da futura assinatura dos tratados de paz:

[434] SANTOS, Machado, «A guerra», *O Intransigente*, 13 de agosto de 1914.
[435] *O Intransigente*, 7 de agosto de 1914.

Machado_Santos.indb 141 22/05/2013 12:14

> Quererá a sorte que os soldados portugueses vão confundir, mais uma vez, o seu sangue com o dos camaradas ingleses nos campos de batalha? Oxalá que sim![436]
>
> *
>
> […] Vimos dizendo que preparássemos quatro divisões para as lançarmos na Bélgica. Porque se não fez isto? Porque nos deixaram chegar a esta situação humilhante de colaboradores passivos quando a estas horas os nossos soldados bem podiam estar já impondo o respeito pelo nome português nos campos de batalha da Europa.[437]

Contudo, a sua opinião sobre esta questão sofreu um recuo estratégico e adquiriu contornos menos claros. De facto, na já citada entrevista a *O País*, concedida, em outubro de 1915, logo após o seu regresso do exílio em Ponta Delgada, Machado Santos mostra-se já contrário à participação de Portugal no conflito, apesar de continuar a considerar-se «aliadófilo», ou seja, partidário da aliança inglesa. À pergunta do entrevistador se ainda mantinha a sua posição sobre a importância da intervenção de Portugal no conflito responde:

> Não! Hoje já não conseguíamos colher para o nosso país os lucros políticos, económicos e financeiros que eu visionava no início das hostilidades. Internacionalmente ninguém nos viria agora a ligar a mínima consideração por isso; internamente não nos libertaríamos já da anarquia em que jazemos; económica e financeiramente, arruinámo-nos, pois que nem cuidámos da terra, deixámos definhar as poucas indústrias que tínhamos, não alargámos o nosso comércio e fizemos despesas e criámos um *deficit* de bem maior valor do que se tivéssemos comparticipado dos riscos da guerra. Militarmente hoje a intervenção de Portugal teria o valor de 0.[438]

Após a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, mas antes ainda da partida das nossas tropas para o teatro de operações europeu, o posicionamento de Machado Santos sobre a intervenção de Portugal na guerra talvez se possa dizer que fica equidistante relativamente às suas duas posições anteriores. Reconhecendo a gravidade da situação, apelava à «União Moral» entre todos os portugueses e à importância de se encetar uma «ativa propaganda patriótica» junto da população («seis milhões de ignorantes») para evitar resistências à ação do governo.[439] De qualquer modo, a prioridade devia ser a defesa dos domínios continentais e ultramarinos, não indo além das capacidades do país: «Temos, pois, que nos preparar para todas as contingências da sorte com uma grande força moral que imponha aos aliados e aos neutros o respeito pelo nosso pequeno país.»[440]

---

[436] SANTOS, Machado, «A nossa atitude», *O Intransigente*, 24 de agosto de 1914.
[437] SANTOS, Machado, «Direitos e deveres», *O Intransigente*, 25 de agosto de 1914 (ver Apêndice documental, ponto 2, doc. 5).
[438] *O País*, Lisboa, 2 de outubro de 1915.
[439] SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*, 1916, *op. cit.*, p. 117-128.
[440] *Idem*, *ibidem*, p. 126.

Machado_Santos.indb 142 22/05/2013 12:14

Censurava, então, os poderes instituídos após a Revolução de 14 de Maio por terem perdido o bom senso e conduzido o país a um estado de guerra sem glória nem proveito. E apelava a todos os portugueses para que se unissem num ato de contrição pelos erros cometidos no passado recente. Pela sua parte, confessava também a sua anterior falibilidade, reclamava estar disposto a apagar a sua personalidade com vista a servir a pátria com lealdade e contribuir para a reconciliação da família portuguesa.[441] Todavia, este alegado ato patriótico de contrição seria de novo pulverizado pelo seu impetuoso génio, quando, influenciado por amigos, embarcou numa impossível aventura insurrecional contra o governo chefiado por António José de Almeida, o único dos três principais chefes republicanos por quem nutria sincera simpatia e revelara, em várias ocasiões, maior proximidade política.

O 13 de Dezembro e o regresso à prisão

Na madrugada de 13 de dezembro de 1916, e vésperas da partida do primeiro contingente do CEP para o *front*, Machado Santos encabeçou uma pequena marcha militar de Tomar sobre Lisboa, interrompida em Abrantes, onde acabou por se render no dia 14, ao coronel Abel Hipólito, diretor da Arma de Artilharia.[442]

A 10 de dezembro, de madrugada, Machado Santos convocara, em Lisboa, uma reunião para organizar «um Ministério revolucionário» a que faltaria apenas o titular da pasta dos Estrangeiros[443]. O eixo das operações seria, inicialmente, Mafra e estaria assegurado o apoio de elementos do próprio Ministério da Guerra. No entanto, esse eixo era um recurso e não um trunfo estratégico. Os Serviços de Informações do Ministério da Guerra garantiam que em todos os regimentos havia pessoas de confiança do governo e até fora nomeado um alferes para se infiltrar no complô e «informar de tudo»[444]. Na capital, as unidades principais da respetiva guarnição não estavam permeáveis a uma sedição, pelo que a alternativa teve de ser um cerco desencadeado a partir de Tomar. Essas unidades eram, em princípio, afetas à beligerância advogada pelo governo democrático e competia-lhes o embarque para as colónias (foram destacados sobretudo oficiais do quadro permanente) e para a Flandres (a maioria dos oficiais destacados compunha-se de milicianos), ficando na metrópole uma grande parte de oficiais conservadores, em quem a República menos confiava. Com eles será possível, um ano depois, planear e executar, na cidade de Lisboa, uma ação militar, mas em finais de 1916 tal constituía, no mínimo, uma temeridade…

Um dos eventuais inspiradores do movimento parece ter sido o escritor e jornalista político Joaquim Ribeiro de Carvalho, antigo carbonário, revolucionário civil no 5 de Outubro, correligionário, amigo, chefe de gabinete de António José de Almeida

---

441 *Ibidem*, p. 127.

442 Para um relato factualista inspirado na imprensa e nas fontes coevas, ver PERES, Damião, *História de Portugal*, op. cit., p. 151-153.

443 FERREIRA, José Medeiros – *O comportamento político dos militares: forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992, p. 59.

444 Cf. *Idem*, *ibidem*, p. 59.

Machado_Santos.indb 143 22/05/2013 12:14

e futuro membro do Partido Nacionalista.[445] Em 8 de dezembro, escreveu a Machado Santos declarando-lhe:

> Meu caro Machado Santos
>
> As rápidas conversas que tive contigo deixaram-me a convicção, profunda e inabalável, de que preparas, não um golpe de Estado que facilmente terá a sanção do presidente da República, mas sim uma aventura perigosa e sem qualquer probabilidade de êxito – aventura que não pode deixar de ter o seu lógico desfecho em qualquer esquadra de polícia. Convidei-te, em tempo, é certo, para uma ação tendente a acabar com a dominação absoluta que o Partido Democrático pretende exercer em todo o país contra todos aqueles que não militam nesse partido. Mas o que tu pretendes fazer, neste momento, em vez de reduzir o Partido Democrático às suas justas proporções, só irá dar-lhe mais força ainda. Ora, eu, principalmente nesta hora grave, não estou disposto a entrar em uma verdadeira loucura, não quero tomar parte em golpes de Estado, cujos preparativos mal conheço, é verdade, mas que fatalmente hão de ser desastrosos. Ninguém pode forçar-me a ir às cegas para uma aventura semelhante, contra o meu bom senso, contra o meu critério, contra a minha consciência. Esta pode ser a face política da questão. Mas há outra para mim mais importante ainda: é a face moral. Eu exerço, junto de um ministro, um cargo de confiança. Esse homem, de quem sou amigo dedicadíssimo, a quem devo gentilezas, e atenções, tem essa confiança em mim, e eu hei de provar-lhe, através de tudo, que sou absolutamente digno dele. Se eu fosse concorrer para o arrancar do seu lugar de ministro, agora, a fim de colocar lá um outro, ou de lá me colocar a mim, praticava um ato censurável e indigno. E eu não cometo indignidades. Não há ninguém que me arraste a praticar uma traição, que me deixaria de mal, para sempre, com a minha consciência. Coloca-te tu no meu lugar. Porque és um homem de bem, porque és um caráter honesto, procederias do mesmo modo que eu estou procedendo. Eu não sei, meu caro Machado Santos, de que elementos tu dispões para um golpe de Estado. Mas sou teu amigo, teu verdadeiro amigo, e quero pedir-te que penses bem no que vais fazer. Eu não sei que elementos tu tens para acreditar, piamente, que o presidente da República sancionará essa mudança de governo. Nada sei. Mas a hora que o país atravessa não é para loucuras. E tu, querendo fazer um bem, podes […][446].

«Podes causar um mal maior» – seriam estas, talvez, as palavras que completavam o raciocínio de Ribeiro de Carvalho. Um conselho amigo, segundo ele, mas tardio… O «fundador» já não retrocederia.

Pouco menos de um ano antes, em janeiro de 1916, terá havido, segundo Machado Santos, uma reunião entre ele e António José de Almeida da qual saíra um pacto que permitiria a Machado Santos associar-se aos evolucionistas para «derruir-se

---

[445] Ver Ribeiro de Carvalho (Joaquim). Jornalista, escritor e político, nasceu em 7 de abril 1880 e morreu em 11 de outubro de 1942, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia [post. 1935], Vol. 25, p. 618.

[446] A carta não está completa, faltando-lhe a última folha com o nome do remetente, deduzido a partir do respetivo envelope (APFMS, *Documentos do «13 de Dezembro»*, carta de Ribeiro de Carvalho, 8-12-1916).

Machado_Santos.indb 144 22/05/2013 12:14

a obra do 14 de Maio numa ação violenta que daria o poder a um governo constituído na sua maioria por evolucionistas».[447]

O propósito dos revoltosos do 13 de Dezembro consistia no derrube da União Sagrada e numa manobra de «facto consumado» que obrigasse o presidente da República a aceitar o novo governo, que, além de Machado Santos, compreenderia os seguintes nomes: António Caetano Celorico Gil (Justiça), Abreu Marques (Finanças), Álvaro Ferreira (Marinha), Coelho de Carvalho (Estrangeiros), Francisco Xavier Esteves (Fomento), Alfredo de Magalhães (Colónias), Reis Santos (Instrução) e o socialista Costa Júnior (Trabalho). O elenco governativo confirma o forte concurso de evolucionistas e permite supor que estaria, sobretudo, em jogo um «golpe de força» para, com o apoio do presidente da República, afastar os democráticos, deixando uma significativa presença de evolucionistas no poder. Estranho golpe, na verdade, que sem um tiro e com plausíveis conivências no interior da União Sagrada se propunha derrubá-la. A tentativa de atrair Bernardino Machado pressente-se no telegrama expedido para o Palácio de Belém, às 15 horas do dia 13:

> Presidente da República – Lisboa – Comunico a v. ex.ª que tomei posse da presidência do Ministério do Interior e interinamente do Ministério da Guerra, na sede da sétima divisão do Exército e que me preparo para marchar sobre Lisboa para libertar v. ex.ª do poder desses homens nefastos que o têm cativo e que conduziram o país à miséria e à desonra e o Exército à hecatombe do Norte de Moçambique. Mais comunico a v. ex.ª que a minha pessoa e o Exército, reconhecendo em v. ex.ª a mais alta encarnação da República, enviam-lhe as suas mais respeitosas saudações e fazem votos para que o dia treze de dezembro fique assinalado na história da pátria, pela mão de v. ex.ª, como a data mais bela do seu ressurgimento.[448]

Na mesma ocasião foram ainda expedidos telegramas para os Comandos das 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª e 8.ª divisões do Exército a comunicar que o chefe da revolta tomara posse interinamente da pasta da Guerra na sede da 7.ª divisão, acrescentando:

> A sétima divisão do Exército, tendo à sua frente o novo presidente do Ministério e ministro interino da Guerra, confia na solidariedade de todos os seus camaradas no movimento patriótico que iniciou hoje e aguarda com reconhecimento a notícia da sua adesão.[449]

Audácia «romântica» e quixotismo que os camaradas não se atreveram a apoiar até ao fim… Desprezavam, assim, o apelo proclamatório que correu, em paralelo, através de folhas volantes destinadas a serem afixadas em lugares públicos e privados de Portugal:

---

[447] APFMS, *Documentos do «13 de Dezembro»*, cópia da carta de Machado Santos a António José de Almeida. Bordo do *Vasco da Gama*, 22 de dezembro de 1916.
[448] APFMS, *Documentos do «13 de Dezembro»*, cópia ms. de telegrama.
[449] APFMS, *ibidem*, cópia ms. de telegramas.

Machado_Santos.indb 145 22/05/2013 12:14

Proclamação

Portugueses: Ao tomar sobre os seus ombros a tremenda responsabilidade da administração do país, nesta hora de incerteza e de angústia, o vosso novo governo não vos promete maravilhas, nem vos enganará com a ilusória esperança de vos poder atenuar de pronto, os males originados pelos erros do passado e do presente que se foram acumulando pela vossa apatia e indiferença.

Na política internacional o vosso novo governo manter-se-á fiel à secular aliança que vos liga à nobre nação inglesa e na política interna ele saberá harmonizar a ordem e a tranquilidade pública, com a mais ampla liberdade.

O vosso novo governo empenhado em estabelecer a concórdia nacional e em obter o concurso de todos vós para salvaguardar o futuro da Pátria Portuguesa, esclarecerá a situação internacional, defenderá energicamente o território continental e ultramarino das incursões do inimigo, por um melhor aproveitamento das forças de terra e mar e das energias nacionais, buscará estabelecer pelos seus atos de tolerância política, religiosa e social um período de acalmação que permita iniciar a grande obra de fomento da riqueza pública que vos desviará de vez das lutas estéreis em que tendes vivido.

O vosso novo governo empenhar-se-á em solucionar rapidamente o problema do pão e em acautelar o futuro das classes produtoras e consumidoras, não olhando apenas ao dia de hoje, mas preparando o de amanhã, para entrardes honradamente e com probabilidades de êxito na luta económica que se há de seguir ao conflito armado.

O vosso novo governo lamenta que outros homens mais competentes que os seus membros não tivessem querido pôr o seu saber e a sua inteligência nesta hora sobre todas, grave, ao serviço da Causa Santa da Salvação da Pátria.

Por isso confiai no seu esforço, na sua dedicação e na sua isenção, porque ele saberá, no momento oportuno, fazer-se substituir por quem possa com o mesmo zelo, mas com mais competência, guiar os vossos destinos, fazer um Portugal Maior.

Dezembro, 1916

O presidente do governo,

Machado Santos[450]

O movimento começou e terminou no mesmo dia. O núcleo da revolta abrangia a colaboração de alguns civis e de uma parte da oficialidade de vários regimentos de Tomar, Abrantes, Castelo Branco e Figueira da Foz. Mas só em Tomar é que a sublevação ofereceu uma certa resistência, conseguindo Machado Santos triunfar aí e começar a marcha em direção a Lisboa. Porém, a marcha parou não muito longe do ponto de partida – parou em Abrantes! Apesar de aí ter chegado, em seu auxílio, um contingente de Infantaria 15 – o regimento do capitão Alberto da Silva Pais, irmão do major de Artilharia, lente da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, ex-ministro da Legação de Portugal em Berlim e unionista, Sidónio

[450] APFMS, *Proclamação*, dezembro de 1916.

Machado_Santos.indb 146 22/05/2013 12:14

Bernardino Cardoso da Silva Pais[451] –, em péssimas condições de marcha, dificultada por uma chuva tempestuosa. Aguardava-os uma desagradável surpresa: a cidade estava pacificada pelas forças governamentais comandadas pelo coronel Abel Hipólito que terá traído Machado Santos.[452] Este último terá ficado prisioneiro às ordens do citado coronel até ser entregue à custódia de um oficial da Marinha com patente igual à sua, trazido para Lisboa e conduzido a bordo do cruzador *Vasco da Gama*. Entre os prisioneiros contava-se também o referido Alberto da Silva Pais, recluso no Forte da Graça, em Elvas.

A revolta foi sufocada com dureza. Foram encarcerados um número elevado de prisioneiros, entre os quais se contou Egas Moniz (1874-1955). E foram ainda suspensos, até 15 de janeiro de 1917, todos os jornais monárquicos, bem como o órgão unionista *A Luta*, arauto da neutralidade. Nem mesmo as imunidades parlamentares, garantidas constitucionalmente, foram respeitadas, pois verificou-se a prisão, por exemplo, dos deputados Alfredo de Magalhães, Costa Júnior, Moura Pinto e António Caetano Gil, o que levantou grande celeuma na Câmara dos Deputados, sobretudo pela ambiguidade das relações entre os poderes judicial e executivo.[453] Na sequência dos acontecimentos, foi ainda aprovada a lei n.º 642, de 21 de dezembro de 1916, proposta por Norton de Matos. Tratava-se de uma lei de exceção, com efeitos retroativos, de modo a abranger os implicados no 13 de Dezembro, que permitia, em tempo de guerra, a demissão de militares e civis arguidos em crimes de traição, espionagem, insubordinação, coligação, revolta, sedição militar ou cobardia, desde que fosse instaurada a acusação. Ainda que o acusado fosse absolvido, não tinha garantida a reintegração no serviço. Deixava, nestes casos, de haver a obrigatoriedade do cumprimento de prazos limite de prisão preventiva.[454] Ora, segundo um intervenção na Câmara dos Deputados feita pelo então presidente do Ministério e ministro das Colónias, António José de Almeida, Machado Santos terá assumido a responsabilidade exclusiva dos acontecimentos do 13 de Dezembro de 1916. Quando foi interrogado pela polícia sobre os seus cúmplices no movimento, terá respondido: «Não tenho cúmplices, não

---

[451] Ver SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e sidonismo: Vol. 1 – História de uma vida*; *Vol. 2 – História de um caso político*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006. Neste último ponto do capítulo 5 e no capítulo 6 deste trabalho, utilizámos, com adaptações, texto incluso na versão académica e não editada comercialmente do mesmo autor e intitulada *Sidónio e sidonismo: história e mito: dissertação de doutoramento em História contemporânea apresentada à Universidade do Minho*, 2 vol., Braga, Universidade do Minho, 1997.

[452] Quem o afirma é o monárquico e colaborador do sidonismo, major de Cavalaria Alberto Cardoso Martins de Menezes Macedo, nestes termos: «Machado Santos tentou em 13 de dezembro de 1916 vencer o partido político arrematante do poder. Foi preso e traído pelo general Abel Hipólito, seu companheiro de conspiração naquele movimento. Mais uma incorreção a conhecer-se» (MARGARIDE, Alberto, *A hora da justiça (maio de 1934)*, Vila Nova de Famalicão: A.M., p. 307).

[453] Ver, por exemplo, o acalorado debate entre Brito Camacho e António José de Almeida, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 10, 18 de dezembro de 1916. Costa Júnior regressou aos trabalhos parlamentares cinco dias depois, na sessão de 18 de dezembro (*Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 10, 18 de dezembro de 1916); Moura Pinto e Alfredo de Magalhães regressaram na sessão de 15 de janeiro de 1917 (*Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 18, 15 de janeiro de 1917) e António Caetano Gil voltou na sessão de 20 de abril de 1917 (*Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 57, 20 de abril de 1917).

[454] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 10, 18 de dezembro de 1916.

Machado_Santos.indb 147 22/05/2013 12:14

tive camaradas que me acompanhassem no movimento. Fui só eu que tomei, como comandante, parte no movimento.» E quando questionado sobre quem imprimira o *Diário do Governo* falso, declarara que havia sido ele.[455]

A tentativa de insurreição armada foi ainda anatemizada pela imprensa partidária, bem como pela propaganda governamental, que a qualificou de antipatriótica e de germanófila, pois os revoltosos advogavam uma revisão dos compromissos intervencionistas assumidos desde o início do ano.

Em telegrama expedido para as principais legações de Portugal, com data de 14 de dezembro, Augusto Soares transmitiu a versão oficial sobre os últimos acontecimentos:

> Um grupo de desvairados provavelmente alimentados por elementos germanófilos procurou organizar movimento revolucionário com intuito impedir próxima partida tropas para França. Governo tomou imediatas providências estando inteiramente assegurada a ordem no país não passando o pretendido núcleo revolucionário de Tomar e Abrantes esperando-se sua rendição. Pode avaliar-se a importância do movimento desde que se saiba que ele se formava num falso suplemento do *Diário do Governo* com a assinatura do sr. presidente da República falsificada no qual aparecia organizado um novo governo presidido por Machado Santos.[456]

A rápida ofensiva governamental que estancou a revolta foi bem acolhida, por exemplo, na imprensa francesa, que João Chagas diligentemente recortou e remeteu para Lisboa[457]. A imprensa londrina afinou pelo mesmo diapasão. Com efeito, o internacionalmente prestigiado *The Times Weekly Edition*, no seu número de 22 de dezembro de 1916, publicava um artigo intitulado «Pro German intrigue in Portugal», numa reportagem sobre o movimento do 13 de Dezembro[458].

A bordo do *Vasco da Gama* – passaria ainda, sob prisão, para os cruzadores *Almirante Reis* e *S. Gabriel* –, Machado Santos não deve ter ficado surpreendido com a campanha gerada pelo governo e pelos democráticos, mas pouco podia fazer para proclamar as suas «elevadas e patrióticas intenções». Bastará dizer, a simples título de exemplo, que Norton de Matos, ministro da Guerra, ao relatar, na Câmara dos Deputados, os acontecimentos nunca pronunciou o nome de Machado Santos, «pois lhe sujaria os lábios se o pronunciasse».[459] Em 22 de dezembro, escreveu a d. Faustino

---

[455] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 26, 2 de fevereiro de 1917.

[456] Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiro (AHMNE) – *Movimento militar em Tomar e Abrantes em dezembro*, 2.º piso, armário 3, maço 24, telegrama/circular 14 de dezembro de 1916.

[457] Ver AHMNE, *ibidem*, vários recortes dos jornais de Paris. Num ofício de 18 de dezembro, João Chagas refere o seguinte: «Tenho a honra de enviar inclusos vários extratos dos jornais desta cidade, noticiando o movimento revolucionário, a que v. ex.ª se referiu no telegrama de 14 do corrente. Como v. ex.ª verificará, todos esses extratos atribuem o movimento a instigações germanófilas e a manejos monárquicos».

[458] APFMS, Minuta de carta ao jornal *The Times Weelky Edition* [s.d.].

[459] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 10, 18 de dezembro de 1916.

Machado_Santos.indb 148 22/05/2013 12:14

Prieto Pazos[460], vogal do Consejo Superior de Fomento, em Madrid, uma longa carta portadora da sua versão dos factos:

> […] Movimento nacional por excelência, o «13 de Dezembro de 1916» era o complemento natural do «5 de Outubro de 1910» à sombra do qual eu procurava integrar no regime todos aqueles que se encontravam divorciados da República, por culpa dos que nestes últimos anos têm dirigido a política do meu país.
>
> Planeado o movimento de forma a não se ter que disparar um tiro, tão certo estava da cumplicidade duma parte da nação e da simpatia da outra, pois que nele tinha interessado a quase totalidade das suas forças vivas, militares e policiais, fui duas vezes atraiçoado, sendo obrigado na primeira a modificar a ação na véspera, e da segunda atraído a uma emboscada que me foi armada pelo medo de uns cúmplices que, senhores de uma cidade e de uma guarnição, se renderam a um só homem!
>
> Aparentemente vencido hoje, eu tenho a certeza de triunfar amanhã, mas não creio que o resultado a colher seja o mesmo que eu tinha em vista para a República e para o país.
>
> O governo que ficou vencedor, mas com menos força do que tinha dantes, diz que o «13 de Dezembro» foi um movimento germanófilo destinado a contrariar a partida das nossas tropas para França! E a imprensa de todo o mundo repete essa calúnia, como se ignorasse que o chefe desse movimento fora o homem que primeiro advogara em Portugal a participação do seu país na guerra, quando os Bernardinos Machados, os Afonsos Costas e os Almeidas andavam ainda sem saber que atitude deviam tomar perante a conflagração europeia.
>
> Ora é esta infâmia que eu peço para desmentirdes na imprensa do vosso belo país, porque em Portugal, desde que a Alemanha lhe declarou a guerra, deixou de haver germanófilos e só há portugueses que prezam acima de tudo a dignidade da sua nação.
>
> Os que não são meus inimigos pessoais e se mantêm apenas no campo de adversários políticos, dizem que o movimento foi extemporâneo, visto encontrar-se o país em guerra; mas eu pergunto a v. ex.ª, como amigo que é da República Portuguesa, se um homem como eu sou, com as grandes responsabilidades que tenho na mudança

[460] Mal soube da tentativa de golpe falhado dirigido pelo seu amigo «capitão Machado dos Santos» escreveu-lhe com data de 18 de dezembro o seguinte: «Mi querido amigo // Aunque nos hayamos tratado poco, no puedo olvidar sus bondades para conmigo y los benévolos juicios que, en otra epoca, me dedicó en su periodico por lo poco que yo pude hacer en España para procurar el reconocimiento de las actuales Instituciones de esa noble Nación, contra las cuales no puedo pensar intentarse nada V. E. que todo lo arriesgó para su instauración. No quiero que en estos momentos le falte una voz amiga que, con el mas vivo deceo de serle util, (dentro de mi respecto y afeto al Zefe del Estado, y los hombres de Gobierno de esa Republica) me ofrezca a V. E. con la mas viva simpatia y verdadero empeño de hacer cuanto sea posible en su obsequio. Estoy seguro de que la persona nobilisima, bajo cuya custodia se encuentra, hará cuanto sea posible = dentro de sus deberes = para aliviar su situación y solo le repito que disponga como guste de todo aquello en que puede servirle su antiguo amigo // Faustino Prieto.» A carta foi dirigida ao comandante Leote do Rego, chefe da Divisão Naval de Lisboa, com o pedido junto de fazê-la chegar «al sr. Machado dos Santos, antiguo amigo mio, que hoy me inspira natural interés por la misma situacion desgraciada en que se encuentra» (APFMS, *Documentos do «13 de Dezembro»*, duas cartas de Faustino Prieto Pazos, 18 de dezembro de 1916).

> do regime em Portugal, podia ficar de braços cruzados perante as liberdades públicas esfrangalhadas, perante o desperdício das finanças do Estado, perante o desprezo votado à economia do país, perante a ruína, a miséria e a fome, e perante a direção infeliz que se tem dado à campanha de África e que tem ocasionado desastres militares de monta[461]. Eu pergunto a v. ex.ª se, perante o descontentamento geral, o fundador da República tinha ou não o direito de intervir e antes que viesse a paz, para que nesta não impusessem ao seu país um regime monárquico que o descontentamento interno faria aceitar até com prazer talvez?[462]

O «fundador da República» declarava-se traído e temporariamente vencido, mas convicto de uma próxima vitória. Entendia, no entanto, que no futuro o proveito a colher para a República e para o país de uma «revolução» vencedora e «complemento natural do 5 de Outubro de 1910» não podia ser o mesmo. Perdera-se irremediavelmente uma feliz oportunidade de ressurgimento, mas o desânimo não era próprio dos heróis. O seu dever só podia ser este: teimar uma vez mais e sempre em prol da República, essa «aurora ideal»…

Pela carta enviada a d. Faustino Prieto Pazos e pela minuta da carta que terá enviado ao *The Times Weekly Edition,* em resposta ao artigo «Pro German intrigue in Portugal», fica-se bem com a ideia da amargura com que Machado Santos assistiu, impotente, às repercussões negativas e às acusações de germanofilia que percorreram as colunas de importantes jornais europeus ao analisarem o 13 de Dezembro. E este artigo desgostava-o particularmente, por vir publicado num jornal como o *Times*, «a paper printed up to date and very serious», que, além de demonstrar desconhecimento sobre a política interna e a situação social, económica e financeira de Portugal, esquecia, sobretudo, «who has been Mr. Machado Santos, the first political Portuguese who defended his own country welfare in the war and as ally of Britain in his own paper and his own Parliament».[463]

Se houvera germanófilos em Portugal, tinham já abandonado o país. O que, no fundo, os cidadãos livres pretendiam era conhecer para onde iam os seus impostos e tributos. E lembrava que ninguém se atreveria a acusar Lloyd George de germanofilia, por ter provocado a crise ministerial que o levaria ao cargo de Primeiro-Ministro. Assim, e em resumo, Machado Santos solicitava uma retificação ao artigo que afetara sobremaneira «one of England's best friend»[464].

O propósito desta sedição militar ingénua e fracassada, que, como vimos, teve inócuas ramificações em outros pontos do país, seria, afinal, remover o governo de União Sagrada, que Machado Santos considerava ser controlado por Afonso Costa e pelos democráticos, os quais eram partidários de uma beligerância pura e dura. Em carta que haveria de escrever do seu cativeiro, no Forte de S. Julião da Barra, para o

---

[461] Refere-se implicitamente à expedição de 1916 a Moçambique, comandada pelo general José César Ferreira Gil. Ver COSTA, Gomes da, *Portugal na Guerra. A Guerra nas colónias*, Lisboa, Editorial A. Brandão, 1925, p. 113-200.

[462] APFMS, *Documentos do «13 de Dezembro»*, cópia de carta para d. Faustina Prieto, 22-12-1916.

[463] APFMS, Minuta de carta ao jornal *The Times Weelky Edition* [s.d.].

[464] *Idem*, *ibidem*.

Machado_Santos.indb 150 22/05/2013 12:14

jornalista Mayer Garção, já atrás citada, justificou a decisão de encabeçar essa tentativa de golpe de Estado por não existir o Centro Reformista e por ter ficado de fora da União Sagrada:

> […] me vi forçado a fazer o «13 de Dezembro» que a insensatez do presidente da República e dos chefes republicanos, Brito Camacho à frente, não deixou triunfar, por infelicidade do regímen e do país, que estão hoje irremediavelmente perdidos.
>
> E porque fiquei eu de fora da União Sagrada?
>
> Di-lo v. ex.ª: porque me solidarizei com Pimenta de Castro «cuja orientação germanófila» era conhecida. Então Camacho não se tinha solidarizado também até às 4 horas da tarde do dia 13 de maio? E Almeida não se solidarizou também com ele, chegando a declarar-se «um vencido» em pleno parlamento? Se o motivo foi esse, porque convidaram um e fizeram entrar o outro para a União Sagrada?
>
> Eis outro ponto que v. ex.ª com toda a sua inteligência não é capaz de desenvolver e convencer os seus leitores. E então acusa-me de germanófilo a mim que fui a primeira pessoa que se manifestou publicamente pela guerra![465]

Mas, além da justificação dos desaires político-revolucionários, havia igualmente que remoer mágoas pessoais. Isto ficaria bem claro numa carta a António José de Almeida, enviada ainda de bordo do *Vasco da Gama*, escrita sempre na terceira pessoa do singular, como «aquele que o acompanhou sempre na luta contra Afonso Costa desde 1907»; «o fundador da República, com todo o prestígio do seu nome e da sua espada»; «o chefe da revolução de 13 de Dezembro»; «o amigo a quem [António José de Almeida] tudo devia»[466]. Ora, António José de Almeida esquecera todos os serviços prestados pelo seu «amigo de outrora», mas não, certamente, a entrevista dos dois, de 1 de janeiro de 1916, na qual se firmara um pacto que permitia a Machado Santos associar-se aos militantes evolucionistas e ao seu próprio líder, «para derruir-se a obra do 14 de Maio numa ação violenta que daria o poder a um governo constituído ou em maioria por evolucionistas»[467]. Ora, este «amigo» fora abandonado ao «ódio dos democráticos», quando tinha «o direito de imaginar que o seu amigo de outrora, o homem pelo qual tanto se sacrificara, teria ao menos o honrado gesto de se demitir do governo para não degredar o amigo a quem tudo devia».

Mas a surpresa foi ainda maior por António José de Almeida ter defendido uma «lei anticonstitucional» (a já citada lei n.º 642, de 21 de dezembro de 1916) que lançava Machado Santos à mercê da vingança dos democráticos:

> Uma lei anticonstitucional, que lançando o seu amigo para a miséria com a sua família, lhe tira o direito de ser julgado pelos seus pares coronéis e generais e o põe

[465] APFMS, Carta para Mayer Garção, minuta, 18-4-1917.
[466] APFMS, Carta a António José de Almeida, minuta, 22 de dezembro de 1916 (ver Apêndice documental, ponto 2, doc. n.º 7).
[467] *Ibidem*.

Machado_Santos.indb 151 22/05/2013 12:14

> à mercê dos ódios do Partido Democrático para que um júri de exceção o condene de harmonia com a vingança tão almejada.[468]

A tendência de Machado Santos para a dramatização está bem em destaque na conclusão da carta:

> O patíbulo, hoje, será para o chefe do movimento de 13 de Dezembro a glória de amanhã.
>
> A sua triste glória de hoje, senhor António José de Almeida, será o seu patíbulo de amanhã.

De abril a agosto desse mesmo ano, esteve recluso no Forte de S. Julião da Barra, onde ficou à disposição, *sine die*, do Tribunal Militar de Viseu e sem processo organizado: a lei 642 tinha já alcançado resultados práticos…

Minucioso, ao entrar nas instalações que lhe foram destinadas, envia à Majoria-General da Armada um relatório sobre o alojamento que lhe fora destinado e respetivos utensílios. Queixa-se da falta de canalizações para os esgotos, pelo que teria que utilizar as instalações sanitárias comuns e afastadas da casa. «Cobertores de soldado, coberta para a cama de cabo de esquadra, louça de refugo da mais ordinária faiança. Serviço para seis pessoas […], chávenas para 12, talheres para 4 pessoas». A alimentação por conta do recluso teria de vir de Oeiras, a alguns quilómetros de distância. Teve o cuidado de afirmar que se tratava de uma comunicação, «apesar do direito que assiste ao oficial detido de não permitir que assim se apouque a sua graduação militar e categoria social». Deixava bem claro que se considerava detido à ordem da Majoria-General da Armada[469]. Pode ser que esta manifesta preocupação com as condições de alojamento tivesse a ver com o facto de ter contado com a companhia da esposa, d. Beatriz, a crermos nas palavras da sua boa amiga e apologista Maria O'Neill[470].

Em agosto de 1917, será transferido deste presídio às portas de Lisboa para a prisão do Fontelo, situado em Viseu, a centenas de quilómetros de distância da capital. Esta remoção de um prisioneiro com o cadastro revolucionário de Machado Santos para longe de Lisboa não aconteceu por acaso. E a circunstância de ter ocorrido em agosto torna este ato ainda mais significativo – liga-o, claramente, à conspiração, pública e notória, que, nos «fundos» da redação do jornal unionista *A Luta*, Sidónio Pais vinha intensificando para crescente incomodidade de seu amigo e chefe

---

[468] *Ibidem*.

[469] APFMS, Comunicação para a Majoria-General da Armada, 4 de abril de 191.

[470] Referimo-nos ao texto «Recordando...», publicado em número especial de *O Intransigente*, Lisboa, setembro de 1923, em que Maria O'Neill evoca um encontro em S. Julião da Barra, estava ele prisioneiro da República: «Visitei-o uma manhã em S. Julião da Barra. Na sala pequena, assoalhada, a esposa de Machado Santos, triste de o ver ali encarcerado, bordava em alvo linho umas iniciais por ele traçadas. O herói da Rotunda afagava entre os dedos as compridas orelhas do seu cão predileto, uma leve preocupação empanava-lhe o brilho esmeraldino do olhar. – Até quando estaremos aqui? Disse-me com desânimo Dona Beatriz ao ver-me chegar junto dela. Risonho, subitamente, Machado Santos respondeu-lhe com alegria: – Regressamos a Lisboa logo que queiras. Hoje mesmo se te agrada. E havia tanta boa disposição nas suas afirmativas que o riso tornava-se comunicativo. Fez em madeira um cortejo de políticos,

Machado_Santos.indb 152 22/05/2013 12:14

Brito Camacho[471]. Vale a pena referir a importância que teve para esses preparativos a lista de militantes unionistas que Sidónio copiou para os seus habituais «linguados» ou tiras de papel compridas e onde constam bastantes militares, com destaque, entre outros, para o general Encarnação Ribeiro, o coronel Alves Roçadas, o coronel Alberto da Silveira, o capitão Gonçalo Pimenta de Castro, o capitão Belisário Pimenta, o capitão-tenente da Armada Stockler, etc.[472]

Se não foi antes (é possível que o irmão António Silva Pais, oficial da Marinha, conhecesse o camarada da Administração Naval e se referisse a ele em conversas íntimas e familiares, e é dado como certo que Alberto Pais esteve na Rotunda, a 5 de outubro de 1910), Machado Santos e Sidónio conheceram-se, pelo menos, na Constituinte de 1911, mas os seus destinos só viriam a cruzar-se e a assemelhar-se de forma trágica a partir de 1916. Mais exatamente a propósito do 13 de Dezembro, movimento para o qual Sidónio Pais terá sido aliciado e terá acompanhado a iniciativa, afastando-se, todavia, a partir de setembro. A. G. Loraine publicitou a justificação dada pelo próprio para esta atitude: as tropas expedicionárias não tinham ainda partido para solo francês e o golpe poderia, assim, ser interpretado como contrário à intervenção de Portugal na I Grande Guerra.[473] Ora, a 1 de setembro, precisamente, alegando ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE), Artur Soares, que tendo servido durante mais de três anos consecutivos como ministro de Portugal em Berlim e achando-se, por isso, ao abrigo do artigo 84.º da lei orgânica do MNE, requereu que lhe fossem concedidos três meses de licença para serem gozados a partir do dia 10 desse mesmo mês. O requerimento teve despacho ministerial favorável e isso permitiu-lhe, no início de dezembro, estar já em Nice, tendo indicado aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Guerra o endereço onde se achava alojado para o caso de haver necessidade de o chamar com caráter de urgência. Instalara-se no Grand Palais Hotel e obtivera de um médico francês, o dr. E. Gayraud, um atestado em que se declarava que *Monsieur Pais* estava num estado de depressão física e afetado por um sopro anémico-cardíaco[474].

O irmão Alberto tinha sido destacado em serviço para o Batalhão de Infantaria 15 de Tancos e aí encarregue, com outros jovens oficiais, da instrução do contingente

---

brinquedo humorístico, cheio de *verve*, que ofereceu ao seu sobrinho dileto e que a mãe lhe guarda religiosamente como uma recordação daquela época tormentosa. O seu espírito irrequieto reagia sempre, nunca se deixando abater.» (O'NEILL, Maria, «Recordando...» *O Intransigente*, Lisboa, setembro 1923, p. 1). Vem a propósito referir o talento que Machado Santos tinha para fazer miniaturas em madeira, existindo ainda na família um barco assente em suporte de madeira que pode ter sido feito em horas de cativeiro.

[471] É sabido, e foi publicitado pelo próprio Brito Camacho, em pleno Terceiro Congresso da UR, que o correligionário artilheiro e lente continuara a fazer das instalações do jornal e do Centro Unionista intenso «rendez-vous de conjurados». O líder unionista, inclusive, prevenira-o de que isso era-lhe desagradável. Fiel ao seu estilo político e pessoal, Camacho queria assustar Afonso Costa, conseguir mexer na Constituição de 1911, colocar lá o artigo da dissolução pelo presidente da República e pouco mais... Aquela conjura já lhe escapara do controle e isso fê-lo recear o pior... Ver SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e sidonismo: Vol. 1 – História de uma vida*, op. cit., p. 415-416.

[472] Ver *Idem*, *Sidónio e sidonismo: história e mito*, Vol. 1, p.722-723.

[473] LORAINE, A. G., *Portugal and the allies: a message to Great Britain with a foreword by E. M. Tenison*, London, Hazell Watson & Viney, 1918, p. 16.

[474] SILVA, Armando Malheiro, *Sidónio e sidonismo*: Vol. 1, *op. cit.*, p. 400.

destinado ao *front*, mas manifestou-se muito desagradado com as condições existentes – más instalações, fraca comida, fracos e escassos meios técnicos, etc.[475] Respondeu, por isso, afirmativamente ao apelo da revolta, tendo escrito, com data de 13 de dezembro, uma carta breve e estranhamente banal ao irmão Sidónio:

> Meu caro Sidónio
>
> Remeto um vale de 50 escudos e peço-te desculpa de o não ter já feito. Ainda se não sabe quando retiramos d'aqui. A parada que estava marcada para 14, foi transferida para 21, não estando ainda assente se depois haverá ou não exercício de divisão. Se não houver, e isso parece ser o mais provável, devo estar em Lisboa antes do fim do mês.
>
> Adeus, um abraço do teu irmão muito amigo e obrigado
>
> Alberto Pais.[476]

Não diz nas linhas – talvez nas entrelinhas… – que a ida para Lisboa extra-programa oficial estava marcada precisamente para esse dia. Do fracasso da manobra sofreu as inevitáveis consequências com os outros implicados. Intempestivo e menos racional do que o irmão, não calou, na correspondência familiar autorizada ou escapada à eventual censura imposta, o seu estado de espírito, que atingiu a mais acirrada indignação e até desespero. A 27 de julho de 1917, no Forte da Graça de Elvas, onde ainda se achava preso, escreveu ao irmão uma carta muito importante:

> Nada sei sobre o meu destino e o dos meus camaradas. Boatos há sempre, mas decerto só sei que vamos ao fim do 8.º mês de prisão.
>
> O processo está pronto no Tribunal de Viseu, para julgamento desde março, desde a data em que foram soltos os outros oficiais, mas tem uma pedra em cima, que lha mandou pôr o omnipresente ministro da Guerra [Norton de Matos]. De resto, ainda não recebemos nota de culpa. […]
>
> Não se trata evidentemente das pessoas que, com exceção de Machado Santos, ninguém conhece. Trata-se de princípios e de garantias consequentes das leis da República, e brutalmente pisadas pelo governo. Pois um, pelo menos, dos presos alguma coisa se dedicou por esses princípios e não sei mesmo se sem ele teria vingado a República.

---

[475] No seu processo pessoal consta uma punição em Tancos, com data de 28 de julho de 1916: «Para conhecimento do interessado, comunico a v. ex.ª que, em vista das averiguações a que mandei proceder acerca do assunto da reclamação do sr. capitão Alberto da Silva Pais que acompanhou a nota de v. ex.ª n.º 935, de 22 de junho próximo passado, julguei em parte procedente a mesma reclamação, reduzindo a pena a três dias de prisão disciplinar e ficando redigida nos seguintes termos: porque no dia 16 do corrente e no local destinado ao exercício do seu batalhão se dirigiu ao respetivo comandante com termos e modos inconvenientes e na presença de inferiores, infringindo assim os n.os 2.º e 24.º do artigo 4.º do regulamento disciplinar» (Arquivo Histórico-Militar, *Alberto da Silva Pais*, cx. 3068).

[476] São poucas linhas manuscritas a tinta em papel pautado de carta (Arquivo Pessoal e Familiar Sidónio Pais, Militar, Lente e Político, Geral, Correspondência, 1916-1918, carta de Alberto da Silva Pais, 13-12-1916).

Machado_Santos.indb 154 22/05/2013 12:14

> Não fio já de meios violentos, ainda que por muito menos do que se está para aí fazendo se fez e se justificou o 5 de Outubro, mas era lícito esperar da parte dos republicanos o protesto pacífico, o protesto legal por via da imprensa e do parlamento. Pois nem esse!
>
> Em vez disso, o maior silêncio durante meses a respeito do nosso caso. Dá vontade de morrer, já que não se pode fugir por uma vez deste maldito país.[477]

Esta carta, por si só, bastaria para tirar Sidónio Pais de cautelas e de resguardos, impelindo-o para uma conspiração que completasse com sucesso o que o 13 de Dezembro apenas esboçara. E pode dizer-se que este segundo ensaio de golpe, não sendo liderado formalmente por Machado Santos tem a sua marca plena, muito mais do que a de Brito Camacho: vai ter militares (oficiais, soldados e marinheiros) e civis numa combinação perfeita, vai envolver jovens cadetes da Escola do Exército, atraídos por uma liderança nova e carismática, e vai usar, na segunda versão do plano (a primeira, como veremos adiante, era uma réplica do 13 de Dezembro), um local estratégico de ataque e de resistência não muito distante da famosa Rotunda. Há indícios que permitem declarar o envolvimento «direto», através de emissários, de Machado Santos na preparação do golpe de 5 de Dezembro[478], pois de outra maneira não se explicaria que ele compusesse a Junta Revolucionária e se fosse juntar, a 8 de dezembro, aos revoltosos que se achavam no Parque Eduardo VII ou no Morro do Sidónio…

Do Fontelo ao Morro do Sidónio

Nas «horas de ansiedade» reinou, sobretudo, a incerteza e não faltaram, segundo os cronistas coevos, as adversidades que por pouco deitavam tudo a perder. Superadas as contrariedades com golpes de perseverança e de sorte, foi possível chegar ao dia 5 de dezembro, data aprazada – diz Rocha Martins (1879-1952) – entre Sidónio Pais e Sousa Fernandes em jantar a sós na Charcuterie. Uma data que coincidiu, *in extremis*, com a oportuna ausência do país de Afonso Costa e de Augusto Soares, tendo ficado a presidência do Ministério entregue, temporariamente, ao ministro da Guerra, coronel Norton de Matos.

O mesmo cronista achou importante enfatizar a discrição e a serenidade do conspirador Sidónio no dia marcado para a «revolução». Nessa quarta-feira foi ao

---

[477] *Idem*, *ibidem*, p. 410-411.

[478] Rocha Martins, nas páginas do ABC convertidas, depois, no livro *Memórias sobre Sidónio Pais* (Lisboa, Sociedade Editorial ABC, 1921), pôs em evidência, como esteio do golpe, o abastado proprietário alentejano António Miguel de Sousa Fernandes, que contribuiu com cinco contos, e o cabo marinheiro ou 1.º artilheiro Gabriel, segundo Brito Camacho «chefe do *soviet* de Lisboa» e, de acordo com a narrativa do opúsculo *Um golpe de Estado: a revolução de 8 dezembro* (Lisboa, Tip. O Recreio, 1917, p. 30-31), elemento decisivo para que o cruzador *Vasco da Gama* fosse tomado pela marinhagem e Leote Rego, chefe da divisão naval e «esturrado democrático», fosse obrigado a sair do navio junto com Álvaro Pope. É muito provável que este marinheiro Gabriel fizesse parte do pequeno grupo ativo de Machado Santos, com José Carlos da Maia, um amigo indefetível de todos os momentos.

Machado_Santos.indb 155 22/05/2013 12:14

Ministério e «levou a mesma vida de sempre». De tarde tomou tranquilamente o elétrico para a Baixa, acompanhado do sr. Leonardo Trigoso. Na casa do calista Costa, na rua do jornal *O Mundo*, conversou e acertou alguns detalhes com o alferes Santos Ferreira, encontrando-se aí com o capitão José Feliciano da Costa Júnior, «que lhe emprestara a farda de brim, na qual se colocaram os galões de major, que competiam ao revolucionário». Dirigiu-se depois para o quarto do alferes Marques, de Cavalaria 7, na rua Gomes Freire, vestiu a farda e preparou-se para entrar em ação. Desceu à rua e sentou-se, com Teófilo Duarte e Feliciano da Costa, num banco do jardim do Matadouro, à espera da hora e do sinal combinados para que a função começasse.

No seu estilo romanesco, Rocha Martins evoca, então, «as primeiras cenas do grande ato»[479], cenas de aliciamento em algumas unidades militares da capital, infrutífero, como se disse, nos finais de 1916, mas um ano depois, bem sucedido na Escola de Guerra, em Artilharia 1, em Infantaria 5, 16 e 33 e em Cavalaria 7, onde o tenente Teófilo Duarte comandava um dos esquadrões. Aliciamento de cadetes e de muitos alferes. Na sua prosa empolgada, o mesmo Teófilo escreveu, aliás, que «Esta foi a revolução dos alferes, pois, de todos os oficiais que comandavam tropas, só eu era tenente»; e quanto à comparticipação dos cadetes – futuros oficiais – considerou-a de «uma importância transcendente», não só por ser uma tropa de elite, como ainda porque, mais tarde, pelos anos adiante, eles serão os elementos dinâmicos que nos regimentos arrastarão os outros seus camaradas, na luta contra o democratismo. Eles serão, no futuro, a projeção ameaçadora da sombra de Sidónio![480] Todas aquelas unidades estavam, pois, sedeadas na capital e eram muito úteis para uma ação violenta de assalto ao poder. Mas subsistia o problemático apoio da Marinha, apesar da adesão de alguns marinheiros em terra.

Este ponto fraco era compensado pela atuação dos prisioneiros do Fontelo: Machado Santos, o capitão Francisco Alexandre Lobo Pimentel[481] e demais companheiros deviam aliciar unidades nas Beiras e avançar para a capital[482]. Rocha Martins, amigo íntimo do «herói da Rotunda», conta como nasceu e morreu em Fontelo, no verão de 1917, a ideia de revolucionar as Beiras a partir do rapto de Afonso Costa, de férias ali perto (em Seia), e da libertação do patriarca, desterrado na região (Gouveia). Falhada essa mirabolante ideia, o novo ensejo para sublevar o país surgiu com a conspiração urdida nas salas de *A Luta*. Na véspera da arrancada contra os democráticos, alguns oficiais que se achavam presos no Fontelo – o capitão Alberto da Silva Pais (transferido, entretanto, de Elvas), o capitão Costa Pereira, os tenentes Vinagre, Eduardo Nepomuceno Mimoso e Forbes Bessa, e ainda os revolucionários João Bento Borges e Franklin Lamas – ter-se-ão evadido, segundo o mesmo autor, e rumaram a Lisboa, onde se refugiaram no Hotel Borges. Entretanto, em Viseu, Machado Santos e Lobo Pimentel aguardaram pela noite do dia 5, arrastaram consigo a guarda que prestava serviço nesse Presidio Militar, apoderaram-se do Regimento de Infantaria 14 e cercaram o quartel de Artilharia 7. Estas forças aderiram e saíram com eles para

[479] Cf. MARTINS, Rocha, *Memórias sobre Sidónio Pais*, op. cit., p. 16-23.
[480] DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu consulado*, Lisboa, Portugália, [1941], p. 164-165.
[481] Ver MEDINA, João, *Morte e transfiguração de Sidónio Pais*, op. cit., p. 193.
[482] Ver *Idem*, *Memórias sobre Sidónio Pais*, op. cit., p. 30-33.

Machado_Santos.indb 156 22/05/2013 12:14

a rua, em direção a Coimbra e tendo Lisboa como destino. Recolheram pelo caminho a Cavalaria de Nelas, comandada pelo capitão Solano de Almeida.

A atuação decisiva de Machado Santos e de seu amigo íntimo, Lobo Pimentel, no Fontelo, confirma que havia um plano, cuja versão inicial passava por repetir o exato esquema do 13 de Dezembro, como se percebe por outra curiosa carta subscrita por um oficial do Exército, «Fernando…», que merece ser lida com atenção:

> Meu exmo. major
>
> Acaba de chegar aqui o Silva com tudo e os esclarecimentos precisos, mas permita-me que lhe objete os inconvenientes da alteração do plano previamente estudado, concebido e delineado nos seus mais pequenos detalhes. Esteve reunido um conselho de oficiais do 22 e do 8 e do que se tratou passo a expor: Em primeiro lugar v. ex.ª sabe bem que se combinou com mais delegados a concentração de dois núcleos de tropas, um em Tomar (7 – 15 – Art.ª 2 e coluna de munições) e outro aqui (21 – 22 e Art.ª 8). Sobre este ponto de vista eu tive uma larga conferência com oficiais de Art.ª 8 e de princípio se assentou uma concentração aqui, que se seguiria de marcha para o Entroncamento se se tornasse necessário e mediante ordem do quartel-general. Nestes termos, como disse, falei aos oficiais do 8 e sobre o mesmo assunto foram dadas as indicações para Portalegre. Com o coronel do 8, Abel Hipólito, tive uma demorada conferência e esse ponto se debateu, reconhecendo-se que a concentração no Entroncamento era desnecessária, senão prejudicial, a não ser que de todo em todo se tornasse imprescindível. O conselho de oficiais a que atrás me refiro reconheceu que ela de momento era imprescindível pelo seguinte: Em primeiro lugar, nada têm preparado para uma marcha que estava horas [fora do] programa e que só se efetuaria em caso de reconhecida urgência e então já em condições de se poder preparar convenientemente. Em segundo lugar, evitava-se aos soldados uma marcha desmoralizadora como é a feita nas condições de tempo em que tem de efetuar-se. Porque nós todos sabemos que o soldado tem apenas a roupinha que traz no corpo e vamos levá-los para um bivaque que é tudo quanto há de pior, mormente para terrenos encharcados e sem garantias de os podermos agasalhar. Em terceiro lugar, eu estive no Entroncamento, no 14 de maio, e sei por experiência própria a dificuldade extraordinária que houve na alimentação dos homens. Os recursos ali falham por completo e não há localidades próximas onde com facilidade se adquiram. Em quarto lugar, porque, como consideração estratégica, a concentração de forças no Entroncamento contrárias não é fácil de se dar, mas na pior das hipóteses que elementos ali se poderiam concentrar? De Lisboa? Não certamente. Da província? Mas daí estão todos, mais ou menos, segundo as informações do Silva, comprometidos e portanto nada há a recear. Mas se viessem, haviam de, necessariamente, dirigir-se a um dos núcleos – Tomar ou Abrantes – e a qualquer deles que se dirigissem eram suficientemente fortes para resistir e ficavam ameaçadas as forças que tal tentassem com um ataque pela retaguarda. Eis as razões que apresento e que me parecem de peso tanto mais que Art.ª 8, trabalhada apenas para a constituição do núcleo aqui, só sairá com ordem expressa do quartel-general. Acresce ainda que a companhia de Portalegre está preparada para o desembarque aqui e tendo de seguir para o Entroncamento já tem de levar em conta com vários outros elementos com que não conta e um dos importantes é dinheiro que não tem o regimento nem

Machado_Santos.indb 157 22/05/2013 12:14

> facilidade de o arranjar como nos vai suceder aqui. O Silva deu a garantia da nossa marcha, isso basta, eu, com a minha companhia, marcharei, se for necessário, mas não sei o que farão os outros comandantes de companhia. É provável que me sigam, mas não certamente com a boa vontade que tão necessária é nestes momentos. Peço-lhe, pesem todas as considerações que acabo de expor, e se entenderem que a concentração se deve fazer, então aguardaremos aqui a chegada da companhia de Portalegre e mandamos o telegrama para Lisboa dizendo que marchamos, e na madrugada de 5.ª feira, garanto-lhes, sob minha palavra de honra, que lá estarei; mas mandem uma ordem de marcha para o 8 de Art.ª mandando seguir uma bateria de 9 devidamente municiada para o Entroncamento porque senão falha.
>
> Sempre camarada amigo
>
> Fernando…[483].

A par do apoio garantido de unidades na província, a compensar a falta da Marinha, havia, também, o enquadramento de elementos civis no meio operário e até de maçons dissidentes do Grande Oriente Lusitano Unido, sedeados na rua de S. Pedro de Alcântara.

Os revoltosos saíram para a rua, em Lisboa, estabelecendo o seu quartel-general no alto do Parque Eduardo VII[484], de onde controlavam bem a cidade, ficando por isso este local conhecido pelo Morro do Sidónio.

Teófilo Duarte, na sua versão épica dos acontecimentos, conta que:

> Os meus 40 cavaleiros do 7 com que Sidónio iniciou a revolução e com os quais foi sublevar a Escola de Guerra e Artilharia I, se encontraram confiados exclusivamente à sua coragem e à de umas quatro centenas de cadetes e homens do 33, pela noite adiante foram chegando as restantes unidades revoltadas, ficando o governo apenas com cinco contra as nossas sete.[485]

---

[483] APFSP, Militar, Lente e Político, Geral, 5 de dezembro de 1917, carta s.d.

[484] Trata-se de um espaço marcante no coração da capital. Situado no alto da Avenida, em terrenos de José Maria Eugénio, surgiu o Parque da Avenida, que desde 1888 a Câmara pensou ajardinar. Foi denominado de Eduardo VII após 1903. Este Parque surgiu como remate a dar à Avenida da Liberdade, sendo o eng.º Frederico Ressano Garcia quem apresentou o projeto aprovado e realizado como previsto: «A sua localização pretende resolver um obstáculo orográfico ao prolongamento natural da Avenida: um terreno de pendente demasiado acentuada. Esta dificuldade fará derivar a continuação inicialmente projetada daquela artéria e a expansão urbanística da cidade para o único setor possível de a garantir – a área das Picoas –, que assegura a ligação fácil, por planalto, ao Campo Grande» (PASSOS, José Manuel da Silva, *O bilhete postal ilustrado e a história urbana de Lisboa. The Illustrated postcard and the urban history of Lisbon*. Lisboa, Caminho, 1993, p. 112). Note-se que na toponímia lisboeta ainda se mantém memória da presença e da vitória alcançada por Sidónio Pais a partir do Parque Eduardo VII e do «seu» Morro – paralela ao Parque, do lado direito para quem sobe, situa-se a rua dr. Sidónio Pais.

[485] DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu consulado*, op. cit., p. 165. A sublevação da Escola de Guerra foi feita por iniciativa do tenente Guimarães, como se deduz da nota manuscrita a lápis no verso de uma fatura do Restaurant Central, Calçada do Carmo, passada em nome daquele oficial: «Theophilo Duarte // Por uma hora, 'ou menor', não podem fazer falta aí um punhado bom de homens que venha assaltar a Escola e levar o destacamento e alguns poucos alunos que aqui estão. Tenho os cavalos aparelhados. Vem depressa» (APFSP, Militar, Lente e Político, Geral, 5 de dezembro de 1917, fatura de tenente Guimarães, s.d.).

Machado_Santos.indb 158 22/05/2013 12:14

Ao todo tinham conseguido reunir forças do Exército com a maioria da artilharia disponível – os Regimentos de Artilharia 1[486] e Infantaria 5 e 16 de Lisboa, o Regimento de Cavalaria 7 de Nelas, o de Infantaria 33 de Faro, com partida marcada para França–, perfazendo cerca de 1500 homens, mais cerca de 400 cadetes da Escola de Guerra e um número indeterminado de civis, recrutados entre populares de zonas degradadas da cidade e no setor operário e sindical. No entanto, a adesão formal do movimento operário, representado pela União Operária Nacional (UON), só ocorreu:

> Às primeiras horas da insurreição – segundo o testemunho de Alexandre Vieira –, quando havia ainda muita incerteza sobre os seus resultados dos operários que se encontravam no Parque Eduardo VII, de armas na mão, destacou-se um numeroso grupo que, dirigindo-se a Sidónio Pais – que tinha, numa tenda de campanha, levantada nas imediações o seu quartel-general – lhe declarou que estava disposto a sacrificar-se por uma causa que não era a sua, desde que os indivíduos presos por questões de ordem económica e social fossem soltos, devendo sê-lo, imediatamente, os operários nessas condições, que ali perto, na penitenciária, se encontravam.

Sidónio Pais terá formulado algumas objeções, mas perante a firmeza e a perseverança desse grupo de operários:

> Era dada ordem para a imediata libertação dos operários que estavam na penitenciária, entre eles o trabalhador rural Gonçalves Tormenta, preso desde 1912. Depois, em face de uma relação apresentada pela Comissão Pró-Presos por Questões Sociais, eram igualmente mandados pôr em liberdade os restantes presos nas mesmas condições, que estavam distribuídos por outras cadeias.[487]

As alegadas objeções do comandante do golpe deixam perceber uma postura de base, burguesa e republicana, que pautará a sua atuação governativa: a classe operária era importante e devia merecer as desveladas atenções do poder, mas se rejeitasse a via oficial da harmonização entre capital e trabalho e recorresse ao protesto violento, à greve ou à «revolução social» seria alvo e vítima da autoridade repressiva do Estado.

Mas voltemos à contenda…

Do lado do governo combateram sobretudo a Marinha, a Guarda Nacional Republicana, a Guarda Fiscal, a Polícia, os Regimentos de Cavalaria 2 e de Cavalaria 4 de Lisboa e muitos civis. A resistência ao golpe teve de ser assumida por Norton de Matos, que fixou o seu comando de operações no Arsenal da Marinha. Dispunha

---

[486] Logo que foi conhecido no quartel-general da 1.ª Divisão do Exército a adesão de Artilharia 1, o coronel João J. Sinel de Cordes, que se manterá ao lado do ministro da Guerra, escreveu ao coronel Nicolau Tolentino Homem Telles, morador na rua do Salitre 111, 2, a seguinte carta: «Telles // Acabam de me falar de Artilharia n.º 1 dizendo que o regimento resolveu 'coadjuvar o movimento'; faltou um oficial que não declinou o nome e que disse não estares no quartel. Diz o que há para este quartel-general ficar mais completamente esclarecido» (APFSP, Militar, Lente e Político, Geral, 5 de dezembro de 1917, carta de Sinel de Cordes, 5 de dezembro de 1917).

[487] Cf. VIEIRA, Alexandre, P*ara a história do sindicalismo em Portugal*, Lisboa, Seara Nova, 1970, p. 119, e *Idem*, *Em volta da minha profissão*, s.l., Edição de Autor, 1950, p. 102-103.

Machado_Santos.indb 159 22/05/2013 12:14

de cinco das doze unidades do Exército fixadas na capital, da Guarda Nacional Republicana, da Guarda Fiscal, da Marinha, da Polícia e, em princípio, das restantes forças espalhadas pelo país.

O dia 6 amanheceu frio, mas sereno, e assim continuou, cortado por bombardeamentos esporádicos dos navios. Note-se que, na noite do dia anterior, o cruzador *Almirante Reis* emitiu três avisos urgentes, pelo menos, a três membros da sua tripulação, para que comparecessem imediatamente: o 2.º sargento artilheiro António P. Otero; o 2.º sargento de manobra, Alberto Soto Maior; e o 2.º tenente maquinista, Tomé José Rafael. Os avisos foram parar às mãos de Sidónio[488]. De outro teor era o cartão de visita apressadamente metido num envelope branco, com os lacónicos dizeres «Exmo. Senhor // Dr. Sidónio Pais». João de Menezes, presidente do Supremo Tribunal Administrativo, dirigia-se ao correligionário e amigo porque:

> Afligem-me tanto as lágrimas da Mãe do Florentino Martins, que te peço para o mandares embora. Ficará em minha casa e nada fará. Eu só vejo a aflição de uma mãe, de todas as Mães. Teu amigo // João de Menezes.[489]

Fora do controlo das forças em confronto, na retaguarda da refrega, a população aproveitou a oportunidade para assaltar mercearias e armazéns de géneros. Esta onda de assaltos intensificar-se-á no dia seguinte, atingindo proporções que faziam lembrar a chamada, depreciativamente, «revolução da batata» – uma revolta ocorrida em Lisboa, em maio de 1917, provocada por falta de abastecimentos da capital, que originou o assalto a armazéns de víveres, provocou mais de duas dezenas de mortos e cerca de meia centena de feridos. Sousa Costa, na descrição viva que consagrou ao golpe sidonista, registou a réplica dessa sublevação de maio em termos bem expressivos:

> E sobre a cidade desguarnecida de Polícia, Guarda Republicana, ou patrulha militar, cidade sem rei nem roque, caem milhares de aves de rapina vindas dos bairros miseráveis, Castelo, Alfama, Mouraria, Casal Ventoso. Bandos espessos de mulheres esfarrapadas, tipos de megeras que ninguém vira ainda à luz do dia, hordas tétricas de maltrapilhos e esfaimados, cujo aspeto infunde pavor e dó, rolam em massa e aos grupos, formigam, acotovelam-se no centro da Baixa – onde impera o grande comércio a grosso e a retalho. E dentro em pouco, na orgia desenfreada das fomes, sedes e outros apetites à solta, arrombam portas, estilhaçam montras, saqueiam depósitos de víveres, despejam armazéns de vestuário – sapatarias, ourivesarias, mercearias, algibebes[490].

O governo, presidido interinamente por Norton de Matos, não reagiu, ordenando apenas às suas unidades de Infantaria a vigilância da zona ocupada pelos revol-

---

[488] APFSP, Militar, Lente e Político, Geral, 5 de dezembro de 1917, Avisos do cruzador *Almirante Reis*.
[489] APFSP, *ibidem*, Cartão de João de Menezes, 6 de dezembro de 1917.
[490] COSTA, Sousa, *Páginas de sangue, Vol. 2 – Buiças, Costas & C.ª*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães & C.ª, [192-], p. 228.

Machado_Santos.indb 160 22/05/2013 12:14

tosos. Mais tarde, pelas 18 horas, em Conselho de Ministros, aprovou e o presidente da República promulgou, mandando publicar no *Diário do Governo*, de 6 de dezembro (1.ª série), o decreto n.º 3665, que fixava o estado de sítio na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes. Sem especificar as medidas tomadas, o então ministro da Guerra veio a escrever quando e como soube da eclosão do golpe:

> Numa pequena carteira de apontamentos escrevi o seguinte, depois de chegar a Gibraltar: «No dia 5 de dezembro (dia dos anos de minha Mãe) saí de casa às 14 horas. Nem o mais leve aviso me tinha sido até então feito sobre qualquer alteração da ordem pública. Segui diretamente para o Ministério da Guerra, e só às 16 $^{1}/_{2}$ horas me principiaram a chegar avisos anónimos pelo telefone de que ia rebentar dentro de muito pouco tempo um movimento revolucionário militar. Mandei pôr as tropas de prevenção a telefonar para os quartéis para saber o que havia. Aproximadamente uma hora depois, diziam-me que os alunos da Escola de Guerra se tinham revoltado e seguiam para a Rotunda, acompanhados de forças de Cavalaria 7 também revoltados. Pouco depois, ouviram-se os primeiros tiros das peças de 7 $^{1}/_{2}$ de Artilharia 1, que dispararam sobre os nossos navios de guerra, fundeados no Tejo. E eis para que me serviu todo o serviço de informações, que com tanto cuidado tinha organizado! Tinha organizado? Melhor será dizer: procurado organizar. Na noite de 5, no dia 6 e no dia 7, tomei todas as medidas que foi possível tomar para sufocar o movimento»[491].

Em contrapartida, as forças rivais, como refere Teófilo Duarte, não perderam tempo. Entregaram-se a uma grande azáfama que não se cingiu apenas a trabalhos de defesa – cavar trincheiras ou levantar barricadas –, compreendendo, também, surtidas do esquadrão de cavalaria contra Monsanto e Campo de Santana. Dessas surtidas resultou a apropriação de «uma bateria e de uma divisão de artilharia governamental» transportadas para o Parque,[492] e intensas diligências de civis e de militares que, dos seus postos de ação e vigia, foram fornecendo informações úteis e pedindo auxílio ao «Comandante Sidónio Pais», a saber:

> O alferes A. Dantas Silva, no quartel de Campolide, escreveu uma breve nota em que refere: «Por informações particulares acabo de saber que a Guarda Republicana e a Marinha se preparam para nos atacarem»[493];
>
> o mesmo alferes em outra nota levava «ao conhecimento de v. ex.ª, que as poucas armas existentes neste quartel estão todas entregues a militares, e todos os paisanos que andam armados, andam de espingarda que as foram buscar na quase totalidade à Companhia de Saúde»[494];

---

[491] Arquivo Pessoal e Familiar Norton de Matos (APFNM), Militar, Colonialista, Político, Professor e Escritor, Subsecção Exílio em Londres, *Miscelânea*, Vol. 1, 16 de setembro de 1918 a 15 de setembro de 1919. Da p. 57 à p. 72 desta *Miscelânea* fazem-se referências a factos sucedidos de 5 de dezembro de 1917 a 7 de junho de 1918, p. 58-59.

[492] DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu consulado*, op. cit., p. 166.

[493] APFSP, Militar, Lente e Político, Geral, 5 de dezembro de 1917, nota de A. Dantas Silva, 6-12-1917.

[494] APFSP, *ibidem*, nota de A. Dantas Silva, 6-12-1917.

Machado_Santos.indb 161 22/05/2013 12:14

do mesmo ainda: «Acabo de ser informado particularmente de que, seguindo pela via ordinária, saíram cerca das 10 horas da manhã, com destino a Lisboa, a fim de se juntarem às nossas forças, uma força de, aproximadamente, 500 homens de infantaria»[495];

o «revolucionário civil» João Rocha «Corticeiro»[496], evocando a senha «Liberdade, Glória»[497], informava que «Pelo telefone soube-se que o dr. Afonso Costa foi preso por elementos revolucionários em Almeida, «Fronteira». O governo de Norton está desanimado por este facto. Continuo colhendo informações»[498] – esta notícia contraria a versão conhecida de que o presidente do Ministério e o ministro dos Negócios Estrangeiros ficaram retidos em Coimbra e daí seguiram livremente para o Porto, onde acabaram por ser presos;

o alferes António Reis, de Infantaria 33, pedia reforços e aludia a um dos dois aeroplanos vindos do campo de aviação de Vila Nova da Rainha, para sobrevoar as posições dos revoltosos: «Peço que me mande imediatamente umas 20 a 30 praças de Infantaria para proteger as entradas do parque do lado de S. João da Pesqueira. Segundo informações particulares dos oficiais que estão para o lado do Rego, mandaram um paisano avisar que o aeroplano, depois de regular o tiro, atacará de noite. Resistimos sempre, e em caso de ataque, venham reforços»[499];

e um informador anónimo adiantava qual era o plano do governo: «[…] reunir, no Arsenal do Exército, a Guarda Republicana, a Cavalaria, a Marinha, enfim, tudo o que pode dispor e atacar fortemente as nossas posições e as de Art.ª 1. Isto deve ser talvez amanhã».[500]

A informação era exata. A luta decisiva havia de ser travada no dia 7, com intenso duelo de artilharia e combates acerados na avenida da Liberdade e no largo do Rato.

No ardor do fogo cruzado, espalhou-se, célere, o pânico: por telegrama da Inspeção do Serviço Telegráfico Militar, era transmitido um desesperado apelo telefónico proveniente do Avenida Palace, onde «os adidos militares franceses e ingleses pedem ao sr. comandante o favor, por humanidade, de poupar com os seus tiros este hotel onde se encontram senhoras e crianças, achando-se uma ferida por um tiro de granada»[501]. Do Manicómio Bombarda, o diretor oficiou para o «exmo. sr. comandante das forças estacionadas nas proximidades do quartel de Artilharia 1» disfar-

---

[495] APFSP, *ibidem*, nota de A. Dantas Silva, 6-12-1917.

[496] Sobre a atuação deste elemento civil, ver MARTINS, Rocha, *Memórias sobre Sidónio Pais*, op. cit., p. 40.

[497] Segundo Rocha Martins, a senha combinada era «Honra e Glória». Ver *idem*, *Memórias sobre Sidónio Pais,* op. cit., p. 12.

[498] APFSP, Militar, Lente e Político, Geral, 5 de dezembro de 1917, metade de folha de papel pautado azul, mas a lápis, s.d.

[499] APFSP, *ibidem*, nota de António Reis, s.d. Sobre a ação dos aeroplanos, nomeadamente do aparelho pilotado pelo tenente-coronel Martins de Lima, alvejado mortalmente por se julgar que estava do lado dos democráticos, impressão transmitida, como se vê supra, pelo alferes António Reis. Ver *Um golpe de Estado. A Revolução de 8 de Dezembro*, op. cit., p. 27 e ss.

[500] APFSP, Militar, Lente e Político, Geral, 5 de dezembro de 1917, meia fl. de carta, s.d.

[501] APFSP, Militar, Lente e Político, Geral, 5 de dezembro de 1917, telegrama, s.d.

Machado_Santos.indb 162 22/05/2013 12:14

çando a aflição do momento na frieza da linguagem burocrática: «Tendo caído sobre este manicómio três granadas e algumas balas, vindas das forças do seu comando, rogo a v. ex.ª, em nome dos princípios humanitários, se digne dar as suas ordens no sentido de se não repetirem estes factos. Há já um doente ferido. // Saúde e fraternidade»[502]. Entretanto, o diligente informador do quartel de Campolide informava o Comando da revolta que «passaram em direção ao Castelo de S. Jorge duas peças de artilharia escoltadas por forças a cavalo da Guarda Republicana» e acrescentava em *post-scriptum*: «Consta que no Arsenal da Marinha se estão armando civis e marinheiros para vir contra nós e que desembarcaram no Terreiro do Paço e passaram pelo Rossio, subindo a avenida, infantaria, cavalaria e artilharia»[503].

As informações eram, de novo, exatas e preciosas. Sem dormir, acusando algum cansaço e nervosismo, fumando sempre, Sidónio Pais recebia-as, dirigia o fogo de resposta, sempre «Imperturbável! Nem mesmo quando apareceu o *Gil Eanes*, onde o presidente sabia estar seu irmão, ele se perturbou»[504]. E continuou a dar as suas ordens, ladeado por um frenético Feliciano da Costa e por um Eurico Cameira não menos impulsivo, sem esquecer, entre vários, Cruz Azevedo, Botelho Moniz e, claro está, Teófilo Duarte, que, a crer no seu depoimento e na prosa redonda de Rocha Martins, se multiplicou em aventuras de cavaleiro medieval.

As forças do tenente-coronel Velez Caroço, do major Pope, do coronel Sá Cardoso tinham, finalmente, avançado em direção ao Parque, num movimento envolvente, apoiado na retaguarda pelas forças navais dispostas no Tejo e comandadas por Leote do Rego. Mas esse movimento foi contrariado pelo intenso bombardeamento da artilharia do Morro e pela ação dos civis, que forçaram uma mudança no plano governamental, ao travarem, junto do teatro Apolo, a marcha de cerca de 1000 homens, obrigados a retrocederem para o Rossio e seguirem daí para o Rato. Apesar desta contrariedade, as tropas leais ao governo recompuseram-se e deram início a um feroz ataque, que terá durado cerca de cinco horas. A gravidade do momento repercutia-se no troar seguido dos canhões. Um emissário de Sidónio Pais, o tenente Duarte Silva, foi ao Grupo de Baterias de Artilharia a Cavalo de Queluz e de lá escreveu em papel de ofício timbrado da secretaria o seguinte:

> Capitão Cameira // Cheguei ao Grupo e fiquei bastante admirado de encontrar toda a oficialidade acatando as ordens do governador. Estão-se tomando disposições definitivas no quartel. Fizeram-me prisioneiro. Vou ver se consigo que o automóvel siga com este bilhete[505].

---

[502] APFSP, *ibidem*, Ofício do Manicómio Bombarda, 7-12-1917.

[503] APFSP, *ibidem*, Nota de A. Dantas Silva, 7-12-1917.

[504] Para a história do «8 de dezembro». Entrevista com o Capitão Eurico Cameira, II – Conclusão. A Alma nova. A artilharia do Parque sobre o «Guadiana». As baixas no ataque ao Rato. Ainda o Cavaleiro Negro. A «visita» dos aeroplanos ao Parque Eduardo VII. Explica-se por que se fez fogo sobre o aeroplano em que morreu Martins de Lima. *Diário Nacional*, 25 de fevereiro de 1918, p. 1.

[505] APFSP, Militar, Lente e Político, Geral, 5 de dezembro de 1917, bilhete de Duarte Silva, s.d. Sobre a prisão deste dezembrista, ver MARTINS, Rocha, *Memórias sobre Sidónio Pais*, op. cit., p. 43-44.

Machado_Santos.indb 163 22/05/2013 12:14

Os ataques sucederam-se, decisivos, e os assaltos aos géneros e víveres generalizaram-se com a ajuda de soldados e de sargentos, a ponto de um anónimo decidir escrever em papel de carta ao comandante Sidónio Pais, nestes termos:

> Alguém que acompanha com simpatia a vossa ação pede licença para dizer o seguinte:
>
> Nos assaltos que se vêm dando nos bairros excêntricos, veem-se soldados e sargentos ajudando os assaltantes. Esse procedimento, por prejudicar o interesse do povo pela causa de v. ex.ª que é a da maioria do país e alienar as simpatias que vos cercam.
>
> Bom será que v. ex.ª esta noite faça evitar a continuação dos assaltos nas avenidas e bairros novos, onde a ação dos facínoras, alguns armados, é violenta. Alfaiatarias, sapatarias, tudo, enfim, vêm sendo vítima de assaltos.
>
> E pena é que o Exército se misture com essa canalha, dando aos apaniguados do governo razões para dizerem que nas revoluções democráticas não tem havido assaltos e roubos[506].

A edição de *O Século*, do dia 7, trazia, na primeira página, notícia dessa extraordinária vaga de assaltos – «Por toda a cidade houve assaltos a estabelecimentos» –, em quatro colunas inteiras:

> Lisboa Revolta. Um Movimento Revolucionário. Falando com o sr. Sidónio Pais. Reunião de tropas e de povo no Parque Eduardo VII. Tiros de granada e descargas de fuzilaria. Assaltos aos estabelecimentos de géneros alimentícios e a outros.

O repórter do grande diário noticioso conseguira aproximar-se do chefe dos revoltosos,

> Rompendo a custo a massa de militares, na sua maioria oficiais inferiores, que o rodeia. Nunca lhe tínhamos falado. Um civil nosso conhecido apresenta-nos. Acolhe-nos sorridente e afável. Criva-nos de perguntas. Quer saber muitas coisas – Quantos navios estão com o governo? Onde está o governo? Qual a atitude da Marinha?

Sidónio mostra-se confiante no triunfo e relata como começou o movimento. Tranquiliza o interlocutor, garantindo que um dos seus primeiros atos, ao tomar conta da cidade, «será restabelecer a ordem». Sobre os objetivos do golpe, a resposta tinha sido já dada por um panfleto da autoria «d'O Comité Revolucionário» e intitulado «Proclamação ao Povo de Lisboa»:

> As forças revolucionárias compostas por quase toda a guarnição de Lisboa acham-se acampadas e fortificadas no Parque Eduardo VII e estão combatendo desde o

[506] APFSP, *ibidem*, Carta, 7-12-1917.

Machado_Santos.indb 164 22/05/2013 12:14

> dia 5 à noite pela salvação da Pátria e da República, contra um governo miserável, composto, na sua grande maioria, por maus monárquicos.
>
> Os revolucionários pretendem organizar um governo de homens sérios e competentes e declaram que se mantêm ao lado da nossa velha aliada, a Inglaterra, e de todos os aliados, comprometendo-se a manter os compromissos internacionais.
>
> Viva o Exército!
>
> Viva a República!
>
> Viva a Pátria![507]

Foi esta a primeira proclamação e não a reproduzida em *Um golpe de Estado* sob a epígrafe de «Proclamação ao Povo»[508]. Seguiu-se-lhe outra, possivelmente a que foi assinada em pose para a fotografia. Textos nascidos já da certeza da vitória e não ainda da ansiedade vivida no dia 6 e grande parte do seguinte. Estavam ansiosos, mas animados pela forte resistência oposta aos ataques governamentais, que, incapazes de cercar e asfixiar o acampamento do Parque, sofreram um considerável revés, agravado pela descida vitoriosa de Machado Santos, que à frente das tropas do norte vinha com a intenção de cercar Lisboa. A balança pendia, pois, para as forças do Parque. No Arsenal da Marinha, no Terreiro do Paço e em Belém era visível o desaire:

> […] perante a inutilidade do bombardeamento dos seus navios; a falta de artilharia de campanha que não podia suprir de momento; o insucesso dos ataques da infantaria; a desordem que reinava na cidade percorrida de lés-a-lés pela cavalaria revolucionária e civis bombistas; a marcha de Machado Santos sobre Coimbra, e o bandeamento das tropas de Mafra.[509]

Tudo isto, no juízo de Teófilo Duarte, levara o governo a capitular. Na versão testemunhal de Norton de Matos, a capitulação justificou-se porque:

> Tendo reconhecido, ao anoitecer do dia 7, que o não podia sufocar a não ser prolongando a luta, o que equivaleria a entregar a cidade a uma populaça cada vez mais desvairada e fazendo causa comum com uma soldadesca indisciplinada e embriagada, reuni o Conselho de Ministros, que reuniu os comandantes de todas as forças fiéis, resolvendo, depois de se ponderar serenamente a situação, que se propusesse a imediata cessação das hostilidades e que o Ministério apresentasse imediatamente a sua demissão. É conveniente notar que tanto eu como os nossos colegas estávamos então convencidos que o movimento triunfante conduziria à formação de um Ministério camachista, que restabeleceria a ordem, manteria a República e a Constituição e, tendo em vista facilitar a sua missão, resolvemos declarar ao presidente

---

[507] APFSP, Militar, Lente e Político, Geral, 5 de dezembro de 1917, Proclamação ao Povo de Lisboa. No verso ms. a tinta, pelo punho do próprio Sidónio Pais, lê-se: «Recebi as munições de que se acham em quartel da Cabeça de Bola na importância cartuchos. // 7 de dezembro de 1917 // O comandante das forças revolucionárias Sidónio Pais».

[508] Ver *Um golpe de Estado*, op. cit., p. 32-33.

[509] DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu consulado*, *op. cit.*, p. 175.

> da República que votaríamos a dissolução parlamentar e que nos comprometíamos, em nome do Partido Democrático, a que tal alteração da Constituição fosse votada. O dr. Afonso Costa, que consultei para o Porto, pelo telefone, também se comprometeu a votar o princípio da dissolução. Terminado o Conselho de Ministros e depois de ter tomado todas as medidas para evitar qualquer surpresa contra as tropas fiéis que se encontravam no Arsenal da Marinha, dirigi-me, pelo rio, para Belém, onde passei o resto da noite de 7 conferenciando com o presidente, telefonando para o Porto, para o dr. Afonso Costa, e tendo uma rápida conversa com o dr. João de Meneses e Dornelas, delegados da Cruz Vermelha, a quem pedi que se encarregassem de tratar com os revoltosos da cessação das hostilidades e a quem dei para tal fim uma proposta escrita.[510]

O governo demissionário cedia, assim, ao presidente da República a representação no último ato. E, bem vistas as coisas, o papel estava à altura da habilidade de Bernardino Machado. O seu livro *No exílio* abre precisamente com a nota oficiosa, datada de 7 de dezembro, emitida pela presidência da República sobre a exoneração do governo, apresentada «para evitar as funestas consequências da divisão do Exército, que, mais que nunca, precisa de estar unido neste momento».[511] A cessação das hostilidades foi aceite pelos revoltosos cerca da meia-noite. Por telefone, João de Menezes solicitou uma audiência ao chefe de Estado, que se dispôs a recebê-lo imediatamente, e ordenou que se pedisse à Cruz Vermelha para lhe enviar um automóvel. João de Menezes chegou a Belém, acompanhado pelo inspetor Afonso Dornelas, incumbido de plenos poderes para firmar o Armistício. Na sequência do encontro, aquele unionista e republicano histórico terá dito ao presidente da República que solicitara a audiência «para lhe rogar que chamasse o dr. Sidónio Pais para constituir ministério». Ao que o presidente observou que se mantinha dentro do quadro partidário existente e, por isso, convidaria o líder unionista ou, no seu impedimento, quem o diretório deste partido lhe indicasse para formar um governo de oposição, assente numa plataforma política «que permitisse o acordo da maioria parlamentar»[512]. Bernardino Machado recusava a nomeação de Sidónio Pais, alegando que só podia escolher um líder partidário, ou seja, Brito Camacho, cujos correligionários se achavam plenamente implicados no golpe. Daí a proposta de uma plataforma política discutida no dia 8 com os presidentes do Senado e da Câmara, que anuíram à constituição, em determinadas bases[513], de um Ministério unionista. Brito Camacho foi, pouco depois, convocado a Belém para conferenciar. O encontro não se realizou e daí o recurso a Barros Queirós, que ficou encarregue de convidar o diretório unionista a sugerir-lhe uma pessoa em condições de formar governo. No decurso das suas diligências, conseguiu que o chefe,

---

[510] APFNM, Militar, Colonialista, Político, Professor e Escritor, Subsecção Exílio em Londres, *Miscelânea*, Vol. 1, 16 de setembro de 1918 a 15 de setembro de 1919, p. 59-61.

[511] MACHADO, Bernardino, *No exílio*. Famalicão, Tipografia Minerva, 1922, p. 5.

[512] *Idem*, *ibidem*, p. 6.

[513] Manutenção dos compromissos internacionais tomados para a nossa participação na I Grande Guerra; cessação das hostilidades e formação constitucional de um novo Ministério; restabelecimento da ordem pública, sem a mínima represália e introdução da prerrogativa da dissolução parlamentar na próxima reforma constitucional. Cf. MACHADO, Bernardino, *No exílio*, op. cit., p. 7.

Machado_Santos.indb 166 22/05/2013 12:14

regressado entretanto à sede de *A Luta* [514], aprovasse a proposta presidencial. José Barbosa foi ao Parque Eduardo VII participar essa anuência e disponibilidade, mas a resposta de Sidónio foi seca e clara: «A Junta Revolucionária considerava-se detentora de todos os poderes.»[515] A tardia e generosa oferta dos democráticos de votarem a dissolução e de cederem o poder aos unionistas, para na primeira oportunidade regressarem em força, como sucedeu em 14 de Maio de 1915, ficava liminarmente rejeitada.

E enquanto era urdida, a partir de Belém, essa hábil tentativa de dividir os vencedores explorando a fraqueza humana – a ambição –, no Parque Eduardo VII, Machado Santos, recém-chegado do Norte, abraçava Sidónio, os populares confraternizavam com os militares e na cidade às pilhagens sucederam-se violentos assaltos contra a imprensa democrática e contra as residências dos políticos caídos em desgraça. A sede do jornal *O Mundo* foi assaltada e destruído tudo o que lá se encontrava, incluindo máquinas que foram desmontadas nas suas peças e engrenagens pelos populares. Na rua fez-se uma grande fogueira onde ardeu parte da mobília, documentação, etc. O jornal *O Portugal* foi, também, alvo de assalto e destruição de todo o mobiliário. Vários grupos encaminharam-se depois para as casas das principais figuras do «democratismo», que assaltaram e destruíram – a casa e o escritório de Afonso Costa ficaram num mísero estado, o mesmo sucedendo às casas de Leote do Rego, de Norton de Matos[516] e aos escritórios dos advogados Alexandre Braga, Sousa Costa e Isidro Aranha. Todos os centros, escolas e cantinas democráticas foram igualmente assaltados e ficaram:

> […] totalmente arrasados e sem a menor peça de mobiliário o Centro Eleitoral Democrático, na rua Ivens; a sede do diretório, no largo do mesmo nome, e as sedes dos grupos revolucionários. Outro tanto sucedeu ao estabelecimento de tabacaria e papelaria, na rua do Ouro, propriedade do sr. João Carlos Marques, conhecido entre os elementos políticos pelo 'Marques das barbas', que ficou literalmente destruído[517].

---

[514] Servindo-se dos boatos postos, então, a circular, Vasco Pulido Valente observou que Brito Camacho não estava por detrás dos vencedores: «Estivesse Camacho, de facto, por detrás daqueles homens e, muito provavelmente, aceitaria negociar a República com os democráticos. Mas não estava. Estava metido na cama, com um revólver debaixo da almofada, cheio de medo de que os democráticos ganhassem e o resolvessem matar» (Cf. *Idem*, «Revoluções: a "República Velha" (ensaio de interpretação política)», *Análise Social*, vol. XXVII, (1.ª), Lisboa, 1992, p. 7-63, p. 62. Ele podia não estar, mas a sua gente «apinhara-se» no Parque celebrando e partilhando o triunfo.

[515] MACHADO, Bernardino, *No exílio*, op. cit., p. 11.

[516] Segundo o autor de *Um golpe de Estado*, os valores e objetos tirados da casa de Norton de Matos foram entregues à tarde desse dia 8 no acampamento do Parque. No entanto, o lesado deixou escrito uma versão diversa dos factos: «[...] e) A mobília, roupas e outros valores que se salvaram do saque que em 7 e 8 de dezembro de 1917 ficaram na casa onde residíamos em Lisboa; f) As joias de minha mulher. Estas duas últimas verbas representam um valor de uns 3500 Escudos; g) Um seguro de vida que, por minha morte, representava um valor de 1145 £, e que hoje representa um pouco mais. A estas quantias há a juntar a de 5000 Escudos, valor do dinheiro, joias, roupas, pratas e outros objetos que me foram roubados da minha residência em Lisboa, e dos estragos que fizeram na mobília que nela se encontrava, quantia que me deve ser mandada abonar, se um dia houver justiça em Portugal. Terei de receber também, se esse dia chegar como espero, todos os meus vencimentos de coronel do Exército e do Corpo do Estado Maior, desde 7 de dezembro de 1917» (APFNM, Militar, Colonialista, Político, Professor e Escritor, Subsecção Exílio em Londres, *Miscelânea*. Vol. 1, 16 de setembro de 1918 a 15 de setembro de 1919, p. 2-5).

[517] *Um golpe de Estado*, op. cit., p. 41-42.

Machado_Santos.indb 167 22/05/2013 12:14

A somar a tais excessos, instigados pelo generalizado «ódio aos democráticos», havia um balanço sombrio de 109 mortos e cerca de 500 feridos. E existia ainda o «braço de ferro» da Junta Revolucionária, presidida por Sidónio Pais e composta pelos vogais Machado Santos e José Feliciano da Costa Júnior, com o reduto de Belém.

Provocada habilmente pelo franzino, mas indomável Bernardino Machado, a Junta passou ao ataque, não só assumindo a plenitude de poderes, mas agindo em conformidade: procedeu de imediato a um conjunto de nomeações, algumas provisoriamente – o capitão-de-fragata José Carlos da Maia substituiu Leote do Rego no comando da Divisão Naval e do cruzador *Almirante Reis*, o capitão-de-fragata Sousa Dias ficou no comando do cruzador *Vasco da Gama*, o dr. Almeida Garrett era o novo diretor da Imprensa Nacional, o major Virgílio de Carvalho Esmeraldo passou a comandante da Polícia, o dr. José Montez a diretor da Polícia de Investigação, o sr. Artur César Nunes a administrador geral dos Correios, o sr. Jaime de Brito Freire a chefe dos Serviços dos Correios e o sr. Caetano Martins a chefe da 6.ª Secção dos Correios (Contabilidade)[518] –, e mandou publicar os seus primeiros decretos. Dissolvia o Congresso da República, anunciava a convocação para muito breve dos colégios eleitorais, reabilitava a memória do falhado golpe do 13 de Dezembro, revogando a lei n.º 642, de 21 de dezembro de 1916, libertava todos os presos feitos nessa altura, anulava as medidas do governo deposto que impediam a livre publicação de jornais e todos os castigos infligidos a pretexto do cumprimento da Lei da Separação, avocava a si as funções e competências dos ministérios e serviços do Estado, suspendia a execução dos decretos n.os 3091 e 3592, respetivamente, de 17 de abril e de 22 de novembro de 1917, sobre o ensino secundário, e desmobilizava o pessoal dos Correios e Telégrafos, considerando nulo o decreto n.º 3327, de 1 de setembro de 1917. Este gesto premiava a prestimosa colaboração dos telegrafistas, que logo no início do golpe ajudaram a cortar as comunicações ao governo.

Eram óbvias as simpatias da Junta e indisfarçáveis as suas antipatias. À prisão de Afonso Costa e de Augusto Soares pretendeu juntar a de Leote do Rego e de Norton de Matos, que, tal como outros membros do Ministério e de militares afetos, se refugiaram no *Woodnut*, navio inglês ancorado no Tejo. O deposto ministro da Guerra deixou lavrada a evocação dolorosa e amarga desses momentos num registo diarístico feito, em Londres, um ano após o começo do seu exílio[519]. Bernardino Machado fixou, também, em diário, as horas angustiantes de um mandato tão desejado e ingloriamente suspenso, mas foi mais longe, recolhendo um volumoso acervo de recortes de imprensa e de documentação diversa[520]. Uma parcela dessa vasta informação foi vertida *No exílio*. E aí pode ler-se a comunicação que, na noite de 9 de dezembro, quatro emissários da Junta – o capitão Cameira, o tenente Teófilo Duarte, o tenente Sá Guimarães e o alferes Santos Ferreira – lhe entregaram. Sidónio e os seus pares respondiam diretamente à hábil formação de um governo unionista e à permanência em Belém do chefe do estado eleito na sequência do 14 de Maio com umas secas linhas:

---

[518] *Idem*, *ibidem*, p. 36.

[519] Ver SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e sidonismo: história e mito*, Vol. 1, *op. cit.*, p. 745.

[520] Ver Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão – Arquivo Bernardino Machado, *Diário 1918*.

Machado_Santos.indb 168 22/05/2013 12:14

> A Junta Revolucionária, lembrando ao ex.mo sr. dr. Bernardino Luís Machado Guimarães que s. ex.ª já não se encontra, de facto, na posse das forças necessárias que lhe garantam o livre exercício dos seus poderes, forças que neste momento se encontram exclusivamente em mãos da Junta Revolucionaria, como única depositária, que é, da Soberania Nacional, deixa s. ex.ª o julgar da oportunidade de livremente resignar o seu mandato.[521]

O velho e astuto político não se desmanchou. Tratou esses oficiais menores – a sua presença constituía já por si um sinal e uma afronta… – com a sua proverbial cordialidade e pertinácia. Convidavam-no à livre resignação?! Rejeitavam a formação de um novo ministério na ordem constitucional vigente e sob a sua chefatura do Estado?! Urgia, então, reagir. E Bernardino, sempre cordial, chegando mesmo a oferecer chá a esses sisudos e enlameados visitantes, encaminhou-se para um gabinete contíguo a fim de telefonar, mas foi impedido de o fazer: os oficiais vinham mandatados para lhe exigirem uma resposta imediata e clara. Sem exaltações ou tergiversações, Bernardino Machado sentou-se e redigiu uma resposta muito à medida do seu estilo e da sua obstinação. Até à expiração do seu mandato, continuava a ser o presidente da República Portuguesa e confrontava os revoltosos com a inoportunidade histórica de uma qualquer aventura governativa que caísse fora do travejamento constitucional, privando a nação «de toda a sua força moral» e da autoridade legítima «que, segundo a Constituição, deve representá-la nas suas relações internas e externas»[522]. Colocava-os perante o dilema da legitimidade: enfraquecida ou mesmo quebrada como haveríamos de defender os «nossos mais sagrados interesses, ao lado dos aliados em todas as conferências internacionais? Como havemos de tomar o nosso lugar de honra no final do Congresso da Paz?» Apelava-lhes, por isso, a uma atitude patriótica: «Não assumam tão tremendas responsabilidades!»[523] Era o começo de uma resistência tenaz à situação criada «pelo militarismo» (para usarmos uma expressão que lhe era cara), tão contrária à sua filosofia, à sua vontade e aos seus interesses.

Os emissários levaram a resposta do presidente da República e, ainda, na madrugada do dia 10, pelas 4 horas, voltaram a apresentar-se em Belém com a decisão final da Junta. Não havia recuo nem cedências perante todas as autoridades democráticas ou consideradas afetas ao partido de Afonso Costa.

Esta firmeza era, simultaneamente, a primeira e essencial fraqueza dos revoltosos: os seus propósitos antidemagógicos e reconciliadores da família republicana e de toda a nação assentavam no repúdio violento da força mais organizada dentro do novo regime. Ao declararem-lhe guerra, prolongavam indefinidamente o conflito e ficavam com o problema da relegitimação para resolução, aliás nada fácil, nem pacífica. Os quatro oficiais declararam ao ex-presidente da República que se devia considerar preso ali, tanto mais que o edifício se encontrava cercado por 40 praças de Cavalaria 7.

No dia 12, era publicado o decreto da Junta que destituía o cidadão Bernardino Machado do alto cargo que até então exercera. Nos considerandos prévios, o autor

---

[521] MACHADO, Bernardino, *No exílio*, op. cit., p. 12.
[522] *Idem*, *ibidem*, p. 13.
[523] *Idem*, *ibidem*, p. 13.

Machado_Santos.indb 169 22/05/2013 12:14

do texto não se esqueceu de refutar a argumentação aduzida pelo dito cidadão na sua carta de 9: «[…] Considerando que, dissolvido pela Junta Revolucionária, em nome da pureza do regímen e como formal exigência nacional, o Congresso da República, que de há muito se arvorara em esteio exclusivo e mero representante de interesses e domínio dum partido, cessou a fonte e origem de que proviera o presidente da República.»[524] A resposta, bem ou mal, estava dada, as responsabilidades tomadas e o caso encerrado.

A agenda política a curto prazo ficou, assim, marcada pelos primeiros diplomas da Junta Revolucionária. Em 9 foi decretada e a 10 saía na 1.ª série do *Diário do Governo* a dissolução do Congresso da República, sendo anunciado que «no mais curto prazo de tempo, o governo constituído convocará os colégios eleitorais que escolherão os representantes da Soberania Nacional, com poderes para a revisão da Constituição». Mas nem neste, nem nos outros «decretos revolucionários», especialmente o da destituição do presidente da República (assinado a 11 e publicado a 12), se acha expressa a justificação jurídico-constitucional evocada, alguns dias depois, nos telegramas trocados entre Sidónio Pais, enquanto titular dos Negócios Estrangeiros, e o ministro de Portugal em Londres, Teixeira Gomes (1860-1940)[525]: aquele, em 19 de dezembro, frisara que a demissão de Bernardino Machado se fizera ao abrigo da Constituição em vigor, artigo 38.º sobre a «eleição do presidente da República», parágrafos 2.º e 3.º». Preceituava o § 2.º que no caso da vacatura da Presidência, por morte ou por qualquer outra causa, as duas Câmaras, reunidas em Congresso da República por direito próprio, procederiam, de imediato, à eleição do novo presidente que deveria exercer o cargo durante o resto do período presidencial do substituído. E o § 3.º que, enquanto não se realizasse a eleição referida no anterior ou quando, por qualquer motivo, houvesse impedimento transitório do exercício das funções presidenciais, os ministros ficariam conjuntamente investidos na plenitude do poder executivo[526]. Com base nestes preceitos e no disposto no n.º 9 do art.º 47 («Das atribuições do presidente da República») e art.os 48 e 49 («Dos ministros») foi, entretanto, elaborado e mandado para publicação, na folha oficial, o decreto 3701 da presidência do Ministério, com data de assinatura e de impressão de 27 de dezembro, que autorizara o presidente do Ministério a assumir as funções de presidente da República.

Diante de tudo isto, António José de Almeida, espectador atento e preocupado dos acontecimentos, em que participaram alguns dos seus antigos correligionários, redigiu, para o seu jornal *A República*, um artigo de fundo intitulado *Salus Populi…* Esse texto terá sido estimulado pelo manifesto ou protesto de Bernardino Machado dirigido «contra os considerandos da Junta Revolucionária no seu arbitrário e nulo decreto de destituição»[527], cerca de quatro dias antes da sua partida para o exílio em França. Era um texto duro e firme, que prometia a continuação da luta noutros terrenos, mas porventura menos favoráveis aos novos governantes. António José de Almeida, no meio de várias e interessantes considerações, avisava-os do perigo:

---

[524] *Idem*, *ibidem*, p. 16.

[525] Ver MEDINA, João, «Manuel Teixeira Gomes e Sidónio Pais», *Clio*, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2 (1980), p. 121-122.

[526] *Constituição política da República Portuguesa. Contendo as alterações constantes da lei n.º 635, de 28 de setembro de 1916*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916, p. 16.

[527] *Idem*, *ibidem*, p. 18.

Machado_Santos.indb 170 22/05/2013 12:14

> […] O sr. dr. Bernardino Machado vai ser lá fora um protesto vivo contra a revolução. De facto o sr. presidente da República formulou as suas ideias de camaradagem com a Inglaterra e de amizade pela França e pelos outros países aliados com tal eloquência, que é hoje considerado por esses países como um amigo valioso, firme e leal. Este título de recomendação é já importante.
>
> Mas ele possui outros. É inteligente, é culto, tem grandes qualidades de relação, sabendo como ninguém lidar com os homens. Dispõe de uma energia de aço. Inacessível a toda a fadiga, a sua alma é a de um obstinado. Pertence a essa raça de homens que se conservam jovens até à morte com a qual parece terem pactuado. E, além de tudo, possui uma grande fortuna, que lhe permite exercer e desenvolver, numa independência opulenta, as suas qualidades de político. Ele vai, tenho a certeza disso, dedicar-se a uma obra frenética que tenda, em todos os lances, a justificar os seus atos, e só parará quando pressentir que essa obra é prejudicial ao país e à República.[528]

Quem escreveu estas linhas conhecia bem a personagem e Sidónio Pais tinha obrigação de não lhe ficar atrás. Os republicanos vitoriosos no Morro do Parque tinham sobre os ombros o desafio da autoridade e a obrigação popular de serem intransigentes contra os democráticos, mesmo que para isso fizessem política de atração para católicos e monárquicos. Era, assim, a República e eram, sem dúvida, inúmeros e complexos os problemas acumulados a par dos novos e difíceis desafios que a «situação revolucionária» trouxera. E a constituição de um novo governo não era dos menores…

Olhando para a sua composição (ver quadro 1, ponto 3, Apêndice documental) nota-se que a distribuição dos nomes pelas pastas parece não ter sido motivada apenas pela necessidade da representação numérica das várias componentes – três unionistas (Aresta Branco, Moura Pinto e Santos Viegas), dois centristas (Tamagnini Barbosa e Alfredo de Magalhães), dois republicanos históricos (Machado Santos e Xavier Esteves) e dois «revolucionários» (Sidónio, impelido pelo desenrolar do golpe a uma posição suprapartidária, e Feliciano da Costa, representante dos oficiais, cadetes, alferes e «revolucionários civis»). Esta proporcionalidade não foi matematicamente reproduzida no elenco final dos governadores civis (ver quadro 2, ponto 3, Apêndice documental), mas ainda assim oito em 21 eram unionistas, traduzindo o facto de a União Republicana ser a única força partidária apoiante do golpe com uma rede sociopolítica espalhada pelo país. E esse número só não foi aumentado porque a isso se opôs frontalmente Machado Santos.

A propósito do modo como ocorreu a escolha dos representantes do Governo Central[529], o coronel Belisário Pimenta, um unionista e militar de Coimbra, conta, nas suas *Memórias* já atrás citadas, que o unionista Moura Pinto fizera uma lista de governadores civis na qual figurava o seu nome para Coimbra, mas terá sido o próprio Sidónio Pais que lhe riscou o nome com um traço a tinta e emendou para

---

[528] ALMEIDA, António José de, «*Salus populi…*», *A República*, n.º 2487, dezembro de 1917 (folha volante ou extrato *in* APFSP, Militar, Lente e Político, Geral, 5 de dezembro de 1917).

[529] Sobre a definição jurídico-administrativa, origens e evolução das suas atribuições, ver *Governos Civis. Mais de um século de história*, Lisboa, Ministério da Administração Interna, 1994, p. 10-32.

Machado_Santos.indb 171 22/05/2013 12:14

«Solano de Almeida, capitão»[530]. Este oficial de Cavalaria, que com o seu esquadrão de Nelas auxiliara Machado Santos e companheiros a secundarem o golpe dezembrista em Viseu[531], incompatibilizar-se-á com os unionistas, ordenando o encerramento do Centro Republicano dr. José Falcão, em Coimbra, à semelhança do que sucedeu noutros pontos do país. Em resposta a tal ato, o dr. Sacadura entregou a chave do Centro no Governo Civil.

A interferência pessoal de Sidónio na escolha do governador civil de Coimbra, inspirada, provavelmente, por Machado Santos, ocorreu, de outro modo, no caso de Aveiro, para onde nomeou o seu amigo e íntimo colaborador em Berlim, dr. Vasco de Quevedo, que se revelará aí um dedicado e ativo «extensor» da rede sociopolítica do dezembrismo/sidonismo. E o mesmo cunho pessoal verificou-se na escolha de Teófilo Duarte para governador-geral de Cabo Verde ou de Filomeno da Câmara Melo Cabral para Angola[532].

Por detrás do jogo aparente das «proporções numéricas», percebe-se um claro nexo intencional, ainda que desequilibrado. Sidónio Pais ficou com a presidência de todo o poder executivo (Ministério e República) e tomou ainda posse, em cerimónias distintas, da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, sobrecarga considerável por serem pastas-chave a que correspondiam «questões» cruciais – a saber: a resolução do problema político criado pelo golpe, o reconhecimento internacional das novas forças hegemónicas da República e a conduta de guerra, isto é, manter ou não a presença no *front* alcançada pelos democráticos. Machado Santos no Ministério do Interior conferiria, em princípio, às eleições seguintes a nota de um apartidarismo subliminarmente «antipartidário», embora não chegue, devido à remodelação de 7 de março, a cumprir esse desiderato. Aresta Branco na Marinha, Santos Viegas nas Finanças e Moura Pinto na Justiça traziam o contributo politécnico e político da União Republicana em matéria de administração naval, de controlo orçamental dramaticamente desregulado desde a episódica proeza do *superavit* afonsista em 1913, de reorganização judicial e da delicada problemática «dos cultos». Os centristas Tamagnini Barbosa, engenheiro militar, e Alfredo de Magalhães, lente de Medicina no Porto, foram propostos para as pastas das Colónias e da Instrução. Pormenor interessante: o novo Ministro da Instrução representava ainda os interesses do Porto, pela primeira vez hasteados no seio da governação republicana, permanecendo no desempenho do mesmo cargo durante toda a situação dezembrista/sidonista. E do Porto, na qualidade de republicano histórico, viera, também, o engenheiro Francisco Xavier Esteves, figura

---

[530] BGUC – PIMENTA, Belisário, *Memórias, 1911-1919, n.º 10, Sobre a revolução de dezembro*, p. 289.

[531] MARTINS, Rocha, *Memórias sobre Sidónio Pais*, op. cit., p. 199.

[532] Em Angola, antes da nomeação de Filomeno da Câmara, exerceu funções, interinamente, Jaime Alberto de Castro Florais; na Guiné, Carlos Ivo de Sá Ferreira foi governador interino até ser empossado José de Oliveira Duque; em Macau, Fernando Augusto Vieira de Matos assegurou, como interino, o cargo até este ser ocupado por Artur Tamagnini de Sousa Barbosa, irmão do ministro das Colónias, João Tamagnini e natural desse território; em Moçambique, o governador-geral Álvaro Xavier de Castro, que acumulava também funções de comandante-em-chefe da expedição portuguesa, foi demitido e preso, substituindo-o Pedro Francisco Massano de Amorim; em S. Tomé e Príncipe, Rafael dos Santos Oliveira exerceu, interinamente, até à posse de João Gregório Duarte Ferreira; e em Timor, não houve tempo para substituir o governador interino Luís Augusto de Oliveira Franco.

Machado_Santos.indb 172 22/05/2013 12:14

ligada à indústria portuense, que será até ao fim um dos colaboradores indefetíveis de Sidónio Pais e relator do ignorado projeto de Constituição sidonista[533]. Na sensível pasta do Trabalho, o capitão Feliciano da Costa sugeria, à partida, uma boa articulação de pontos de vista com a presidência do Ministério e presidência na sensível área das subsistências e da legislação laboral. O seu desempenho governativo ficará, contudo, aquém da sua propalada inteligência e a efémera carreira de diplomata junto da Santa Sé redundará numa aposta pouco conseguida.[534]

Observando, de relance, a estrutura governativa, sobressai a continuidade em relação aos últimos governos de predomínio democrático, com a ligeira alteração de nomenclatura de Fomento para Comércio e a não inclusão de subsecretários adstritos a determinadas pastas-chave. A pasta do Trabalho, criada pela lei de 16 de março de 1916, foi mantida. Ademais as práticas associadas à esfera executiva dos diferentes ministérios não sofreram qualquer modificação.

Refira-se, ainda, o cuidado que a imprensa pôs na enumeração dos nomes da *entourage* dos ministros. A título exemplificativo, podemos referir que, na Guerra, Sidónio Pais teve como chefe de gabinete o coronel Amílcar Mota, que ascenderá a secretário de estado da Guerra no 16.º Governo da República; no Interior, Machado Santos escolheu para secretário particular o 1.º tenente da Administração Naval, Carlos Joaquim da Luz, e para chefe de gabinete o dr. Joaquim Madureira ou *Braz Burity*, conhecido repórter parlamentar de 1911; na Justiça, o advogado e unionista Emídio Mendes ficou como chefe de gabinete; no Trabalho, o capitão Feliciano da Costa escolheu o alferes Piçarra para esse posto; nas Finanças, o unionista Santos Viegas investiu em tais funções o dr. Custódio José Vieira; na Marinha, de que era titular outro unionista, a equipa foi composta pelo 1.º tenente da Armada, Carlos Pereira, pelo ajudante 1.º tenente, Armando Ochôa e pelo secretário Luciano Aresta Branco; no Comércio, do «histórico» Xavier Esteves, o chefe de gabinete e «conselheiro» foi o reputado politécnico, estudioso e teorizador da economia, Ezequiel de Campos (1874-1965), muito próximo, aliás, de Quirino de Jesus (1865-1935)[535]; na Instrução Pública, Alfredo de Magalhães rodeou-se de um entusiasta e competente Fidelino de Figueiredo, escritor e bibliófilo, nomeado em 19 de fevereiro de 1918 diretor da Biblioteca Nacional e eleito, em abril, deputado – cargos e mandato que, aliás, assumiu com simultânea e febril dedicação.[536]

---

[533] Ver SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e sidonismo: 2- História de um caso político,* op. cit., p. 319--337; e *Idem* – «A República e o reformismo democrático autoritário (1890-1926)», in *Portugal-Brasil: uma visão interdisciplinar do século XX*, op. cit., p. 44-62.

[534] Ver SILVA, Armando Malheiro da, «Os Católicos e a "República Nova"» (1917-1918): da «questão religiosa» à mitologia nacional», *Lusitânia Sacra*, Lisboa, 2.ª série, 8/9 (1996-1997), p. 488-489.

[535] Ver sobre este influente político e economista católico LEAL, Ernesto Castro, «Quirino de Avelino de Jesus, um católico "pragmático": notas para o estudo crítico da relação existente entre publicismo e política (1894-1926)», *Lusitânia Sacra*, Lisboa, 2.ª série, 6, 1994, p. 355-399. E veja-se, também, artigos que publicou na revista *Economista Português*, entre finais de 1917 e 1918, quer pronunciando-se sobre o modelo político-institucional como apreciando criticamente as medidas, sobretudo, económicas, que os governos de Sidónio Pais foram tomando.

[536] Sobre o seu desempenho à frente do principal estabelecimento cultural do país, até fevereiro de 1919, ver o interessante relatório publicado logo nesse ano: FIGUEIREDO, Fidelino de, *Como dirigi a Biblioteca Nacional (fevereiro de 1918 a fevereiro de 1919)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira, 1919.

Machado_Santos.indb 173 22/05/2013 12:14

Os sucessivos desaires verificados no combate às distorções da distribuição e da venda dos géneros de primeira necessidade irão determinar a concentração num ministério novo, designado Subsistências e Transportes, dos meios humanos, administrativos e de fiscalização indispensáveis a essa tão complicada e ingrata missão. Por seu turno, a aplicação do programa centrista no capítulo do fomento agrícola motivará o aparecimento de um ministério exclusivamente dedicado à Agricultura, inovação que não nos parece, contudo, derivar apenas ou sobretudo da pressão organizada da plutocracia agrária e latifundiária, mas, quando muito, do reflexo desses interesses diversos, pela rede sociopolítica de apoio e a par com outros interesses antagónicos, como os dos setores mercantil e industrial.[537]

[537] A rede sociopolítica gere, absorve ou até acentua a carga conflitual dos *in put* dos chamados «grupos de pressão» ou *lobbys*. Sobre estes, ver CAETANO, Marcelo, *Manual de ciência política e direito constitucional,* 6.ª edição revista e ampliada por Miguel Galvão Teles, Tomo 1, Lisboa, s.n., 1972, p. 404-405.

Machado_Santos.indb 174 22/05/2013 12:14

Capítulo 7

República Nova: cumplicidade governativa (1917-1918)

No «Interior» para a redenção da República

O republicano histórico Sebastião Magalhães Lima, a propósito da resenha biográfica que entendeu dever fazer, nas suas memórias, sobre Luz de Almeida – esse «esquecido da República», sem a qual esta não teria sido possível –, registou uma rápida sequência de episódios após o 5/8 de dezembro:

> Os sucessivos desvarios dos governos tornaram possível a ditadura dezembrista, e com ela as mais revoltantes perseguições.
>
> O organizador da C. [arbonária] P. [ortuguesa] estava naturalmente indicado a ser um dos perseguidos.
>
> Logo numa das primeiras noites, após a vitória dos dezembristas, prenderam Luz de Almeida no estabelecimento do sr. António Carneiro, na Rua Capelo, em frente do Governo Civil, quando aquele estava comprando cigarros. O dono do estabelecimento e mais três republicanos que ali se encontravam foram igualmente presos por ordem do 2.º comandante Pimentel, saindo todos soltos dali a algumas horas, por ser ainda o 1.º comandante, o falecido major Esmeraldo, bom republicano e amigo de Luz de Almeida.
>
> Não decorreram muitas semanas que Luz de Almeida não tivesse sido procurado por Machado Santos para lhe participar que Sidónio Pais o quisera mandar prender, por ter a certeza de que conspirava contra ele.
>
> Foi necessário que Machado Santos desse a sua palavra de honra em como a denúncia era falsa para ficar sem efeito a prisão.
>
> Um mês e tal antes das eleições comunicou-lhe Machado Santos que Sidónio Pais o mandava convidar, por seu intermédio, a aceitar a candidatura de deputado ou senador por Lisboa.
>
> Recusou. Nova insistência de Machado Santos. Recusou, recusou sempre.
>
> Um dia Machado Santos previne-o de que o vão prender.
>
> Sidónio tivera informações seguras de que Luz de Almeida conspirava.
>
> Machado Santos pede-lhe como amigo, que se ausente de Lisboa para sítio desconhecido até que receba um aviso seu.

Machado_Santos.indb 175 22/05/2013 12:14

> Luz de Almeida, apesar de não conspirar, põe-se a monte.
> Decorrido mais de um mês recebeu o aviso de que podia voltar.
> O perigo estava provisoriamente arredado.[538]

Estes episódios lidos e interpretados numa perspetiva historiográfica, que se pretende científica, mostram claramente a cumplicidade de Machado Santos com a «experiência» dezembrista/sidonista, bem como o peso que ele e os seus amigos, apesar de serem um núcleo pequeno e fechado, tiveram na respetiva rede sociopolítica.

Os machadistas, os centristas de Egas Moniz[539] e os jovens cadetes mais os seus amigos conservadores e monárquicos não tardariam a isolar os unionistas de Brito Camacho no interior da nova situação política criada e, por isso, não é de estranhar que estes tenham «batido com a porta» nas vésperas do dia 7 de março – data de uma inevitável remodelação governamental. O líder do partido com sede no largo do Calhariz justificou o corte com Sidónio Pais por causa da fórmula presidencialista encontrada e que seria legitimada em eleições por sufrágio universal para presidente da República e sufrágio limitado para o Congresso – fórmula inaceitável para a União Republicana. Havia, no entanto, um problema mais fundo: os unionistas, que se mantinham seguidores do «chefe», não estavam dispostos a abandonar o parlamentarismo republicano corrigido pela exclusiva introdução do poder presidencial de dissolução do Congresso.

Os outros grupos, que compunham a rede sociopolítica do dezembrismo, queriam mudar de fórmula e, entre eles, quem trazia no bolso a «receita» pronta era, sem dúvida, Machado Santos. Os amigos de Egas Moniz, reunidos sob o estandarte do Partido Centrista Republicano, formado em finais de 1917, a partir de uma fação dissidente do Partido Evolucionista em desacordo com a participação deste partido no governo da União Sagrada, não ousaram colocar no programa divulgado em 20 de outubro uma forma de regime e de sistema de governo diferente do parlamentar.[540] Será, mais tarde, por ocasião da saída dos unionistas, que articulistas muito próximos do médico e político de Avanca desencadearão no jornal *A Tarde* uma campanha a favor do presidencialismo. E, também, é verdade que os mesmos, na condição de deputados e em pleno segundo semestre de 1918 – período de carestia, de greves, de intentonas afonsistas, do agravamento da epidemia da «pneumónica»… – mudarão de ideias, apesar de contribuírem no Congresso para a elaboração de um projeto constitucional concluído e pronto para discussão nas vésperas da morte de Sidónio Pais, a 14 de dezembro.

Torna-se, por isso, útil recordar, aqui, antes de nos focarmos no desempenho ministerial de Machado Santos nos 15.º e 16.º Governos da República, alguns pontos programáticos inscritos no famoso «Projeto de Estatuto Nacional», ou seja, um projeto

---

[538] LIMA, Magalhães, *Episódios da minha vida*, op. cit., p. 293-295. É interessante notar como o histórico republicano e memorialista se contradiz de forma hábil, ajeitando os factos ao interesse da narrativa, afirmando: «Tinha-se entrado no período agudo das perseguições [sidonistas]. Luz de Almeida resolve-se a conspirar. Foi, porém, tardia essa resolução» (p. 295). E prossegue dizendo que ele criara uma associação secreta denominada «Serrania».

[539] Ver SILVA, Armando Malheiro da, «Egas Moniz e a política: notas avulsas para uma biografia indiscreta», in PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (org.), *Egas Moniz em livre exame*, Coimbra, Minerva Coimbra, 2000, p. 237-311.

[540] LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e programas*, op. cit., p. 63.

Machado_Santos.indb 176 22/05/2013 12:14

constitucional reformulado na sequência do 14 de Maio de 1915 e da necessidade de ser encontrada uma solução para o grave dilema em que, segundo ele, o país se encontrava:

> Impossibilitados, pois, de regressar à Monarquia por vários motivos e pelo insolúvel problema da sucessão, e de continuar com o sistema parlamentar, pela falta de educação do nosso povo e pelo regime de dependência imoral em que o coloca; assoberbados pelo magno problema da ordem pública, que o 14 de Maio agravou extraordinariamente, a ponto de se não poder já atenuar, sequer, dentro da lei constitucional em vigor, mesmo que se lhe introduza o princípio da dissolução, porque ao aplicar-se este princípio se responderá com a revolta; como buscar uma Vida Nova, sem despertar o «horror» da ditadura, aproveitando os prós do absolutismo e afastando todos os seus contras?
>
> Eis a solução que apresentamos e que tanto pode vir de um ato espontâneo do atual parlamento como de um movimento nacional que a imponha, porque ela é bastante honrosa para servir de base a um entendimento entre todos os portugueses que sejam sinceramente amigos do seu país e que queiram assegurar o futuro dos seus próprios filhos.[541]

A solução vinha em formato jurídico-constitucional porque era a convicção idealista e ingénua de Machado Santos ser esse o instrumento autêntico e capaz de garantir as boas práticas governativas.

Logo no artigo terceiro, já incluso no Título II – «Dos direitos e garantias» – é afirmado que «O Estatuto Nacional garante a portugueses e estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade»[542] nos termos fixados em trinta e nove pontos que refletem, no essencial, os princípios do Estado de direito, liberal e democrático, já consubstanciado no texto da Constituição de 1911. No Título III – «Da soberania e dos poderes do Estado» – é reafirmado que a soberania reside na nação e que constituíam os órgãos dessa soberania o poder presidencial, o poder legislativo e o poder judicial. Aparece, aqui, claramente assumida a opção pelo presidencialismo, que é especificado na Secção 1.ª – «Do poder presidencial» – dizendo-se que tal poder é exercido pelo presidente da República, assistido por um Conselho de Estado com a cooperação de ministros, e que o presidente da República é «chefe da nação e, como tal, a representa nas relações gerais do Estado, tanto internas como externas»[543]. A sua eleição é assegurada «por sufrágio direto de todos os cidadãos portugueses maiores de 25 anos, quer residam em território nacional ou em país estrangeiro»[544]. A eleição deveria decorrer a 5 de outubro e no ano anterior ao da sua tomada de posse, durando o respetivo mandato cinco anos. A tomada de posse teria de realizar-se a 5 de outubro no Congresso. O presidente não podia ser reeleito e era obrigado a assumir no Congresso o compromisso solene perante os três poderes do Estado.

---

[541] SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*, op. cit., p. 103.
[542] *Idem*, *ibidem*, p. 104.
[543] *Idem*, *ibidem*, p. 105.
[544] *Idem*, *ibidem*, p. 105.

Machado_Santos.indb 177 22/05/2013 12:14

Um detalhe curioso: Sidónio Pais escolheu como segunda residência presidencial o Palácio da Pena, em Sintra, não por lembrança própria, mas por já estar previsto e consignado no projeto de Machado Santos: «§º único – O presidente residirá oficialmente num palácio do Estado e poderá dispor para seu recreio e lustre das suas elevadas funções, de mais dois prédios do Estado, um no campo e outro à beira-mar.»[545]

Era estabelecida a possibilidade de destituição do chefe da nação desde que tal ocorresse através do concurso dos três poderes do Estado «reunidos em sessão magna, à ordem e sob a presidência do presidente do Supremo Tribunal de Justiça, se for pronunciado em qualquer tribunal de segunda instância».[546]

Sobre as atribuições presidenciais destacam-se, entre outras, a nomeação dos membros do Conselho de Estado, a nomeação e demissão dos ministros «de entre os cidadãos portugueses elegíveis»[547], convocar o Congresso extraordinariamente quando tal for exigido pelo «bem da nação», declarar o estado de sítio depois de auscultado o Conselho de Estado e levantar essa suspensão temporária de garantias, tendo em conta eventual indicação específica do Supremo Tribunal de Justiça.

Quanto ao Conselho de Estado, seria composto pelos «presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e das duas Câmaras do Congresso, pelos antigos presidentes do Conselho de Ministros, pelos antigos membros do Governo Provisório da República, pelos antigos presidentes da República e pelos antigos presidentes de Ministério».[548] «Dos ministros» é dito que, pelo menos, um terá de referendar os atos do presidente da República para que estes possam ser considerados válidos; os ministros não podem acumular o exercício de outro emprego ou função pública, nem privada, sendo todos responsáveis perante o presidente da República e o Conselho de Estado.[549]

A Secção primeira termina com o elenco «Dos crimes de responsabilidade».[550] A segunda é reservada ao poder legislativo exercido pelo Congresso da República, formado por duas Câmaras: Senado e Câmara dos Deputados. Ninguém poderia ser, simultaneamente, membro das duas Câmaras e ninguém poderia assumir o lugar em uma delas sem ter completado 25 anos de idade.

Ponto inovador surgido pela primeira vez na proposta de revisão constitucional apresentada por Machado Santos em 24 de abril de 1914 e que reaparecerá, muito naturalmente, na lei eleitoral publicada a 30 de março de 1918, mais precisamente o decreto n.º 3907 de 11 de março com a chancela do ministro da Justiça, o lente de Direito da Universidade de Lisboa, Martinho Nobre de Melo[551], está relacionado com a composição do Senado. Este deverá integrar 95 senadores procedentes do «professorado do

---

[545] *Idem*, *ibidem*, p. 108.
[546] *Idem*, *ibidem*, p. 108.
[547] *Idem*, *ibidem*, p. 108.
[548] *Idem*, *ibidem*, p. 109.
[549] *Idem*, *ibidem*, p. 110.
[550] *Idem*, *ibidem*, p. 110.
[551] Se compararmos esse diploma com o texto do «Estatuto Nacional» de Machado Santos, facilmente se conclui que Martinho Nobre de Melo fez arranjos e adaptações formais, mas teve como matriz natural para, com urgência, produzir uma lei eleitoral a «receita» machadista. Sabe-se que o jovem ministro contou com a ajuda do seu amigo integralista Hipólito Raposo, uma ajuda que não interferiu minimamente na substância republicana e presidencialista trilhada, já em 1916, pelo «herói da Rotunda».

Machado_Santos.indb 178 22/05/2013 12:14

ensino superior, do professorado do ensino médio e especial, do professorado do ensino primário, [das] academias, sociedades e institutos de arte e ciências, das associações de profissões liberais, das associações industriais, das associações agrícolas, das associações comerciais, das associações operárias, do clero, de todas as confissões religiosas, das vereações municipais do continente e ilhas adjacentes, da oficialidade da Marinha Mercante, da oficialidade do Exército, da oficialidade da Armada e das províncias ultramarinas».[552]

A Câmara dos Deputados compunha-se por 50 eleitos num círculo único por sufrágio direto de todos os cidadãos portugueses maiores de 25 anos. A eleição deverá ocorrer a 5 de outubro. E à cabeça das dezasseis atribuições do Congresso da República encontra-se a de «fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las», logo seguida pela competência de «orçar a receita e fixar as despesas nacionais, tomar as contas da receita e despesa de cada exercício financeiro e votar anualmente os impostos»[553].

As competências da magistratura e do procurador-geral aparecem na Secção terceira: «Do poder judicial».

Em linha com o municipalismo da campanha republicana, anterior ao 5 de Outubro, é relevante a inclusão do Título IV dedicado, em exclusivo, às «instituições locais administrativas», garantindo-se no início do articulado que o poder presidencial não poderá ingerir-se na vida dos corpos administrativos.

No Título V – «Da administração das províncias ultramarinas» –, há apenas um artigo que consagra na administração desses territórios o regime de descentralização «com leis especiais adequadas ao estado de civilização de cada uma delas».[554]

Este «Projeto do Estatuto Nacional» encerra com mais dois Títulos – o VI e o VII – para acolher, respetivamente, «Disposições gerais» e «Disposições transitórias». E destas se extrai uma disposição que a Junta Revolucionária do 5 de Dezembro de 1917 não entendeu necessário, possível ou desejável seguir: «Art.º 72.º: É mantido o atual Presidente da República até terminar o seu mandato, em 6 de outubro de 1920.»[555]

Esta fórmula ideológica e político-constitucional influenciou a orientação seguida tanto na fase dezembrista, como na fase sidonista. E uma rápida comparação entre o «Estatuto Nacional» de Machado Santos e o projeto de Constituição pronto para ser discutido no Congresso, em vésperas do assassinato de Sidónio Pais, confirma essa influência e importância. No entanto, como é sabido, a sua vida ministerial não foi nem serena, nem cinzenta; pelo contrário, foi agitada e curta.

Nomeado ministro do Interior em 11 de dezembro de 1917 e exonerado a 7 de março de 1918, foi substituído na pasta pelo jovem Henrique Forbes Bessa, ao cabo de quase três meses de desempenho de funções marcadas, inevitavelmente, por dois factos relevantes: a revolta dos marinheiros, a 8 de janeiro, e o abandono do governo por parte dos unionistas.

Ao iniciar funções – talvez em momento de primeira dificuldade na sequência da revolta dos marinheiros de 8 de janeiro de 1918 – recebeu do «povo republicano ordeiro e trabalhador» de Lisboa, que se lhe manteve fiel, representado por uma

---

[552] SANTOS, Machado, *A ordem pública e o 14 de Maio*, op. cit., p. 110-111.
[553] *Idem*, *ibidem*, p. 112.
[554] *Idem*, *ibidem*, p. 116.
[555] *Idem*, *ibidem*, p. 116.

Machado_Santos.indb 179 22/05/2013 12:14

comissão de seis membros – Cândido Augusto Torreza [?], António Bernardino Pires e Serra, [assinatura ilegível], Manuel V. Ferreira, José Joaquim Alves e José Lopes […] – um texto dactiloscrito de louvor, exaltação e apoio incondicional ao «Ilustre Fundador da República» que merece ser tida em conta:

> Excelentíssimo senhor ministro do Interior
>
> O povo republicano, ordeiro e trabalhador, aquele que só deseja a tranquilidade e segurança da família portuguesa, por meio de uma administração honesta e que apareça de face descoberta à luz do formoso sol da nossa querida Pátria; o povo republicano ordeiro e trabalhador que não faz assaltos nem difunde boatos terríficos, nem faz revoluções porque lhe repugna ver derramar o sangue de seus irmãos; o povo ordeiro e trabalhador que deseja ver realizado o seu ideal de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, lema de que tanto se abusou na tribuna pública e que tão pouco se usou nas cadeiras do Poder; considerando que só um homem implantou, com sacrifício da própria vida e dos seus galões, a República Portuguesa, vem, junto desse homem, tão injustamente difamado e perseguido durante estes anos, dar-lhe todo o seu apoio incondicional para que na sua qualidade de patriota e de atual ministro do Interior, continue na obra de saneamento nacional já tão fortemente iniciada na gloriosa jornada de dezembro findo.
>
> E o mesmo povo ordeiro e trabalhador aquele que eleva os homens conforme as suas virtudes e os derruba conforme os seus defeitos, não pode esquecer a atitude, deste homem que hoje glorifica a favor dos oprimidos, nem a organização da grandiosa manifestação feita a Belém junto do falecido presidente Manuel de Arriaga, outro oprimido e perseguido por ter sido bom, honesto e patriota sem mácula, manifestação que teve por fim pedir a amnistia geral dos que se encontravam a ferros pelo crime que se pode taxar de irrisório de não militarem no Partido Republicano Português como se dentro de uma República fosse necessário existir um Partido Republicano, o qual por todos os seus atos de repressão, pelo defraudamento dos cofres Públicos e pela desordem permanente em que manteve o país, provou ser o menos Republicano que existiu.
>
> O apoio do povo republicano ordeiro e trabalhador a favor do ministro do Interior, caráter probo, reto e desinteressado consubstancia-se na esperança de que o Futuro seja o que deviam ter sido os sete anos transatos, cheio de paz e harmonia; reconhecidos como inimigos da Pátria e do Povo todos aqueles que militam na execrável demagogia, e como não pode ser considerado como represálias o afastamento do seio da Nação dos que se consideram traidores a Ela, o povo ordeiro e trabalhador reclama do Ilustre Ministro o exílio de todos aqueles que conjuram contra o saneamento do nosso velho Portugal, cujas tradições é necessário levantar tão alto quanto o rebaixaram os crimes dos Demagógicos.
>
> Viva a Pátria!
>
> Viva a República Nova!
>
> Viva Machado dos [*sic*] Santos![556]

[556] APFMS, Fls em papel rosa comprido: uma datiloscrita; outra em branco, s.d.

Machado_Santos.indb 180 22/05/2013 12:14

Nesse período ministerial, promulgou treze diplomas (ver quadro 3, ponto 3, Apêndice documental), sendo o primeiro (n.º 3738, de 10 de janeiro) relativo à dissolução de todos os corpos administrativos, devendo os novos governadores civis dos diferentes distritos (ver quadro n.º 2) nomear comissões administrativas em substituição das juntas gerais, das câmaras municipais e das juntas de freguesia. Outro diploma prioritário, tendo em vista a necessidade de realizar eleições, foi o n.º 3802, de 2 de fevereiro, em que era ordenado aos chefes dos serviços públicos o envio, até 28 de fevereiro, ao respetivo secretário recenseador, de uma relação de todos os cidadãos em condições de serem recenseados. Refiram-se, ainda, a abertura de um crédito de 45 000$, através do n.º 3805, de 26 de janeiro, para pagamento à Guarda Nacional Republicana dos abonos em dívida por serviços de manutenção de ordem pública; a abertura, pelo n.º 3814, de 6 de fevereiro, de um crédito de 20 000$ para combate da epidemia de tifo exantemático – este combate voltou a ter um reforço de crédito no valor de 30 000$ através do diploma n.º 3855, de 22 de fevereiro, e outro no valor de 50 000$ pelo n.º 3869, de 27 de fevereiro; e através do n.º 3841, de 9 de fevereiro, estabelecia-se que o provimento de todos os lugares do quadro dos empregados das juntas gerais fosse aberto por concurso entre os empregados das secretarias dos governos civis e dos corpos administrativos, com bom e efetivo serviço. Deixou ainda prontos para publicação no diário oficial um diploma (n.º 3904, de 9 de março) que aumentava as subvenções dos chefes, cabos e guardas dos Corpos de Polícia Cívica de Lisboa e Porto e outro (n.º 3907, de 11 de março) que estabelecia o sufrágio universal. E em minuta datiloscrita e com anotações do seu próprio punho deixou pronto ainda a «Assistência Pública. Projeto de Lei», que começa com esta programática declaração de princípio: «O governo da República Portuguesa, tendo em elevado conceito os princípios de solidariedade humana e entendendo que a educação e civilização do povo está na razão direta do grau de desenvolvimento da sua assistência, numa comunhão de belos sentimentos que refletem a bondade nata dos portugueses […]»[557]

O que Brito Camacho mais temia não tardou a acontecer. Os democráticos tinham uma rede sociopolítica bem espalhada no terreno, sobretudo, na capital. As cúpulas do Partido Democrático usavam e manipulavam as células de civis, soldados e marinheiros, que, de resto, agiam cada vez mais em «autogestão», e isso permitia a este partido controlar qualquer situação política adversa. Não surpreende, portanto, a revolta dos marinheiros, no quartel de Alcântara e no *Vasco da Gama*, ocorrida a 8 de janeiro de 1918. A este propósito, o coronel Gonçalo Pimenta de Castro observa nas suas memórias:

> O meio de Alcântara era péssimo, e os marinheiros juntos eram sempre uma ameaça perigosa e constante. As baterias de artilharia da margem esquerda do Tejo estavam sempre de prevenção, devido aos navios ancorados no rio. Machado Santos lembrou ao presidente Sidónio Pais a deslocação do quartel de marinheiros para a ilha de S. Vicente, em Cabo Verde. A medida era eficaz, mas tinha umas certas dificuldades,

[557] APFMS, «Assistência Pública. Projeto de Lei», 60 fls dactiloscritas, encapadas e presas.

Machado_Santos.indb 181 22/05/2013 12:14

> pois além de ser um castigo para todos os marinheiros, desagradaria a grande número de oficiais e sargentos, que tinham as famílias em Lisboa, filhos a educar, etc. Esta medida só iria aumentar a onda dos descontentes. Como era porém urgente tirar os marinheiros de Alcântara, Carlos da Maia propôs que se instalasse o quartel no Alfeite, o que se realizou.[558]

Esta alegada sugestão de Machado Santos é pouco credível, tanto mais que ele se revelou sempre intransigente na defesa dos interesses corporativos da sua Arma, opondo-se à deportação dos marinheiros revoltosos e pedindo mesmo a demissão do cargo de ministro do Interior, em carta abaixo parcialmente transcrita. Mas não há dúvida que a neutralização das unidades navais na área crítica do Tejo foi vista como prioritária e a solução do Alfeite[559] obedeceu a esse desiderato, embora, segundo Pimenta de Castro, também não tenha sido aceite pelos marinheiros:

> Nos *clubs* jacobinos, seja-me permitida a designação, eram os marinheiros que mandavam, enquanto os oficiais e os sargentos deixavam afrouxar cada vez mais a disciplina. Nas fileiras da Armada, aquelas praças que faziam as revoluções tornavam-se maus elementos. Elas, como todas as que cooperam numa revolução, terminada esta, devem ser licenciadas, ou destacadas para vários quartéis.[560]

Opiniões à parte, tenhamos em conta os factos. Na noite de 6 de janeiro, cerca de quinhentos marinheiros encerraram-se no seu quartel de Alcântara, em manifesto sinal de rebelião, sem que as entidades responsáveis da Marinha, nomeadamente a Fiscalização Naval ou a Majoria-General da Armada se apressassem a tomar providências. Quem começou a agir, em termos tácitos de vigilância, foi o governo, avisado logo da revolta, que estava, aliás, longe de considerar-se isolada. Os marinheiros esperavam a adesão da tripulação de vários vapores fundeados perto do cruzador *Vasco da Gama*, sito na doca seca n.º 1 da Rocha do Conde de Óbidos. A reação pessoal de Sidónio Pais e dos seus colaboradores diretos terá sido rápida e enérgica[561], contrastando com as hesitações e tibiezas assacadas ao general Pimenta de Castro em circunstâncias anteriores. O próprio Sidónio dirigiu superiormente as operações a partir do «improvisado» quartel-general das Necessidades, evitando, contudo, medidas demasiado drásticas causadoras de elevadas vítimas e danos

---

[558] Cf. CASTRO, Gonçalo Pereira Pimenta de, *As minhas memórias*, Vol. 2, op. cit., p. 52.

[559] Ver DUARTE, Teófilo – *Sidónio Pais e o seu consulado*, op. cit., p. 236.

[560] Ainda no entendimento do coronel Pimenta de Castro: «A decretada mudança do quartel de marinheiros foi a causa do assassinato de dois bons republicanos e dois bons carateres: Carlos da Maia, valente e bondoso, e Machado Santos, igualmente valente e honesto. Eram dois convictos idealistas. A fraqueza dos governantes era tal, que estes dois assassinatos ficaram, por assim dizer, impunes. Foram a vingança dos marinheiros» (Cf. *Ibidem*, p. 52-53).

[561] Ver a narrativa dos factos em MARTINS, Rocha, *Memórias sobre Sidónio Pais*, op. cit., p. 94-98; DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu consulado*, op. cit., p. 256-258. Também Pimenta de Castro deu a sua versão dos factos em *Idem*, *As Minhas memórias*, Vol. 2, *op. cit*., p. 45-47.

Machado_Santos.indb 182 22/05/2013 12:14

materiais.[562] A fraca resistência dos marinheiros em Alcântara foi compensada, na manhã do dia 8, pelas 10 horas e 30 minutos, com a saída do *Vasco da Gama* da doca onde estava, sendo rebocado para o quadro em frente do Arsenal da Marinha, em posição ofensiva. A partir das baterias do Castelo de S. Jorge será alvejado por três tiros, cujo disparo Sidónio Pais dirigiu pessoalmente – a rendição foi imediata e a tripulação presa em terra.

A revolta terminou, assim, ingloriamente, mas o assunto foi discutido em Conselho de Ministros e causou profundo mal-estar, opondo Machado Santos à linha «dura», maioritariamente antinaval, do governo, ficando a sua posição expressa numa longa carta que começa com um cumprimento pessoal e informal – «Meu caro Sidónio.» O tom da missiva é, porém, crítico e desassombrado, ao seu melhor estilo:

> Como não há maneira de a gente ponderar devidamente os assuntos que são levados a conselho de ministros, pelo aluvião de gente que concorre a eles, julgando-se autorizada a interromper-nos a todo o momento, com grave prejuízo dos interesses nacionais, aproveito a oportunidade para te dizer, com a rude franqueza que me carateriza, que estou descontente; muito descontente mesmo, pelo inglório mês administrativo que já decorreu sob a nossa gerência, encontrando-se hoje o governo ainda sem plano de ação de conjunto, tanto no que interessa à política interna como externa e no que respeita à vida económica, financeira e social do país.
>
> Ascendeste ao Capitólio, meu caro Sidónio. Como teu amigo verdadeiro que sou e serei te peço que evites a Rocha Tarpeia. Já recebi as palmas do triunfo; já bebi do fel do infortúnio. Por isso as ovações que me fazem também agora de novo não me deixam ilusões sobre o que possa ser o dia de amanhã. Não te iludas também!
>
> Ontem, como sempre tem sucedido, tratámos ligeiramente um assunto, com ministros a cabecearem de sono e secretários jovens a interromperem-nos a cada passo, que reputo de muita gravidade. Foi a questão de marinheiros. Como disse no

[562] Por sua própria iniciativa ou sugestão dos colaboradores, o certo é que o inquérito sobre a saída do *Vasco da Gama* indica que o governo podia ter evitado que o cruzador saísse da doca, bombardeando-o do jardim da Rocha do Conde de Óbidos ou do quartel de Infantaria 6, situado próximo: «[...] Não menos prático teria sido, a título preventivo, dar ordens aos mestres dos rebocadores, *Cabo da Roca* e *Josefina* para amarrarem os referidos vapores em qualquer doca afastada do local, onde estava o *Vasco da Gama*, evitando que eles pudessem sair prontamente, e mesmo coagidos a prestar a sua cooperação. Entretanto, reconhecido o estado de insubordinação dos marinheiros e as suas disposições revolucionárias, haveria vantagem em ferir a batalha, enquanto o cruzador se encontrava na doca. Entendemos que não. As consequências do combate entre forças do governo e os insubordinados seriam desastradas, especialmente pelos importantes prejuízos materiais e perdas de vidas que ocasionaria. A doca número um, que presta os mais relevantes serviços à Marinha Mercante e da Armada, onde estava o *Vasco da Gama*, ficaria decerto muito danificada, assim como o próprio cruzador sofreria grandes avarias. Desde que havia plena confiança nos Fortes do Campo Entrincheirado e nos do Castelo de São Jorge e de Almada não deve considerar-se errónea a tática se se procedeu com essa intenção, deixando de se adotar medidas tendentes a dominar pela força os marinheiros, e impedir a saída do *Vasco da Gama*» (APFSP, Subsistema Presidência da República, dossiê *Relatório da Saída do Vasco da Gama, Relatório acerca da saída do cruzador Vasco da Gama no dia 8 de janeiro de 1918 apresentado pelo juiz de Direito Joaquim Crisóstomo da Silveira Júnior, encarregado de inquérito dos últimos acontecimentos políticos*, fls. 13-14).

Machado_Santos.indb 183 22/05/2013 12:14

primeiro conselho em que se ventilou o caso, como ontem tornei a repetir ainda, não concordo com a solução que se pretende dar-lhe. Quando a pátria periga põem-se de lado ideias de revanche para só se pensar na sua salvação.

E, depois, se nós vamos ser forçados a pôr em liberdade os homens dos assaltos, com que autoridade vamos incorporar em batalhões disciplinadores centenas de homens que se deixaram arrastar a um ato de indisciplina, *numa época revolta*, por meia dúzia de indivíduos que especularam com o *seu ponto de honra* aos quais nunca chegaremos a tomar responsabilidades pelas deficiências do inquérito?

A visão do futuro que possuo, *e que nunca me mentiu*, diz-me que amanhã nos veremos forçados a amnistiar esses marinheiros como somos forçados hoje a pôr na rua os assaltantes de maio; e então, em vez de os termos afastados daqui por uns dois anos de um salutar exílio, que não se chamará assim oficialmente, nós tê-los-emos de novo ao fim de poucos meses, a agravarem ainda mais a indisciplina social que lavra, para satisfazerem os ódios que lhes vamos acumular nas almas.

A corporação da Armada não tem só os 500 homens que vais mandar para a África como deportados, em vez de os mandares como soldados, *e dos melhores*, para repelirem a invasão dos alemães. A Armada tem 5000 homens. Ficam-te pois 4500 prontos a erguerem-se como um só, por uma solidariedade que só na Marinha existe, em defesa dos que hão de ser considerados *como mártires e não como revoltosos* 15 dias depois de terem saído da barra.

Alguns tiros de artilharia não bastam para destruir no coração do povo o antigo amor que tinha à sua Marinha. Hoje aplaudem-nos pelo ato de repressão; amanhã hão de amaldiçoar-nos pelo castigo desumano que lhes demos. Pertencemos a um povo de sentimentais e é essa a nossa grande qualidade.

Entre esses 500 homens, há muitos chefes de família – centenas – são milhares de criaturas que iniciarão uma campanha feroz contra o Governo.

Depois…

Depois é preciso que te recordes. Quando pelas 3 horas dessa madrugada chuvosa em que se procedeu ao desarmamento do Corpo de Marinheiros, eu fiz vir à minha presença um dos chefes dos revoltosos que caíra nas nossas mãos, eu convenci esse homem a que fosse junto dos seus camaradas dizer-lhes da minha parte que ensarilhassem as armas na parada do quartel e que se apresentassem desarmados, debaixo de forma no quartel-general, porque só assim o governo lhes poderia perdoar. Meia hora depois, como vistes, as duas praças que vieram falar contigo levaram o Teófilo, e, este, pondo os marinheiros em forma [fez] a sua apresentação nas Necessidades.

O problema da Marinha, meu caro Sidónio, como já tive ocasião de te dizer, reduz-se a umas centenas de oficiais que vivem de 4 xavecos podres. Pelo inquérito a que está procedendo um juiz, tu verás que as maiores culpas do que sucedeu não recaem sobre os marinheiros.

Pois apesar deste ainda ontem se votou em conselho, por ministros que cabeceavam de sono, a mudança do nome ao Corpo de Marinheiros e a criação de mais uma repartição para anichar oficiais!

O Corpo fica a chamar-se Depósito e a repartição cria-se pela mesma forma como se criavam três almirantados em substituição do que havia para gozo do Leotte.

Machado_Santos.indb 184 22/05/2013 12:14

> Este, ao menos, estava embarcado no Tejo; os novos comodoros ficam embarcados… na margem.[563]

A par desse delicado e controverso assunto, Machado Santos aproveitou o desabafo franco para trazer à colação uma outra questão que também o preocupava. Tratava-se da situação dos presos que estiveram, no Fontelo, com os revoltosos do 13 de Dezembro e cuja situação era, passado mais de um mês, diversa da que ficara acordada na altura:

> Outro motivo tenho de descontentamento também pessoal, como este, e político também, pois se refere aos presos do Fontelo.
>
> Como sabes, tendo na mão todos os poderes revolucionários como comandante da coluna do Norte, ordenei para Viseu que trancassem todos os processos aos presos da casa da reclusão e aos adidos dos Regimentos de Infantaria 14 e Artilharia 7. Tal ordem telegráfica, que enviei da Pampilhosa, não foi cumprida, mercê da minha vinda precipitada para Lisboa, a teu pedido. Pois os encarcerados que eu libertara e que tão relevantes serviços nos prestaram, estão a ser presos de novo e um já foi julgado e condenado e remetido para o presídio de Santarém!
>
> Não estou resolvido a carregar com o odioso de tais coisas. Não estou resolvido também a assumir responsabilidades tremendas que uma falta de orientação política nos há de acarretar em breve espaço de tempo.[564]

Face aos problemas expostos, via-se na contingência de pedir ao presidente da República, seu cúmplice na revolta dezembrista e amigo pessoal, que aceitasse o seu pedido de demissão. E justificava tal decisão com o seguinte argumento: «Não tenho o direito de continuar a ocupar um cargo onde não tenho feito senão transigir para não criar dificuldades graves ao país.»[565]

Não conhecemos a resposta de Sidónio Pais a esta longa missiva, mas é natural que entre os dois homens tenha havido uma conversa que aplacou os ímpetos naturais do recém-promovido, por decreto de 17 de dezembro de 1917, a contra-almirante da Administração Naval e a vice-almirante, a contar, para todos os fins legais, a partir de 7 de setembro de 1917. É preciso sublinhar, porém, que o major e lente de Coimbra convertido pela imprensa e por intervenientes coevos, bem como, posteriormente, por sucessivos registos historiográficos em protagonista central da República Nova – para o que muito terá contribuído, a seu modo, a expressão poética e algo esotérica de «Presidente-Rei» dada por Fernando Pessoa – não foi o mentor, nem o interventor fundamental na experiência política a que associou o nome. Sidónio foi neste processo uma personagem carismática, é certo, mas muito dependente de alguns núcleos da respetiva rede sociopolítica que se formou entre 5/8 de dezembro de 1917 e 14 de

---

[563] APFSP, Subsistema da Presidência da República, Correspondência avulsa, Cartão em envelope timbrado do Ministério do Interior e duas cartas em papel timbrado do Ministério do Interior/Gabinete do Ministro – a 1.ª sem data e a 2.ª datada.

[564] *Ibidem*.

[565] *Ibidem*.

Machado_Santos.indb 185 22/05/2013 12:14

dezembro de 1918. E com a saída de Brito Camacho e dos seus seguidores fiéis, a rede estreitou-se e o apoio de Machado Santos e de Egas Moniz, dentro do campo republicano, tornou-se essencial, sob pena de outros, nomeadamente católicos e monárquicos de distintas matizes («adesivistas» convictos ou indiferentes), virem a ocupar perigosamente postos-chave e posições de relevo no regime.

Entretanto, foi entregue ao juiz de Direito Joaquim Crisóstomo da Silveira Júnior a condução de um inquérito ao sucedido nessa «madrugada chuvosa» e sobre a subsequente saída do *Vasco da Gama*. O magistrado incumbiu-se da missão que lhe fora confiada e concluiu com uma censura ao bombardeamento feito sobre o cruzador, argumentando que teria sido preferível outra tática militar. Porém, não poupou o comandante do navio e os seus oficiais inferiores:

> 1.º
>
> Devia saber-se nas instâncias oficiais com bastante antecedência que os marinheiros tencionavam fazer sair o *Vasco da Gama* da doca, logo que se lhes oferecesse ensejo de executar esse plano.
>
> 2.º
>
> Propositadamente ou por imprevidência, não foram tomadas medidas adequadas, a fim de evitar a saída do aludido cruzador, no dia oito de janeiro findo, pelas dez e meia, da doca, onde tinha entrado para reparações.
>
> 3.º
>
> Era possível por meio de uma bateria, que se deslocaria em poucas horas, colocada no jardim da Rocha do Conde de Óbidos, obrigar os marinheiros a darem-se por vencidos, e a renderem-se.
>
> 4.º
>
> Apreciadas devidamente as consequências de tais processos de tática militar, foi preferível deixar sair o cruzador a bombardeá-lo na doca, pelas perdas de vidas e prejuízos materiais, para o navio, e para o dique, que um vivo e enérgico tiroteio ocasionaria.
>
> 5.º
>
> O pessoal da Parceria dos Vapores Lisbonenses tomou parte direta e efetiva na saída do cruzador, praticando as manobras concernentes a facilitar a sua condução para o rio.
>
> 6.º
>
> Igualmente o reboque do *Vasco da Gama* para fora da doca e até ao quadro em frente do Arsenal de Marinha foi feito o primeiro pelos vapores *Josefina* e *Cabo da Rocha* e o segundo unicamente por este último.
>
> 7.º
>
> Tanto o pessoal da Parceria como o da Exploração do Porto de Lisboa procedeu sem intenção criminosa coagido pelos marinheiros mediante ameaças de morte (Código Penal, art.º 44, n.º 2).

Machado_Santos.indb 186 22/05/2013 12:14

8.º

Quando muito, alguns desses empregados podem ter uma certa culpabilidade, filha da sua cobardia moral, e do estado de incerteza em que vivem, devido às vicissitudes por que tem passado, politicamente, nos últimos tempos a sociedade portuguesa.

9.º

Na sua qualidade de oficial de Marinha, o comandante do *Vasco da Gama*, Augusto Eduardo Neupart, atendeu mais à sua integridade física e à dos seus oficiais inferiores do que propriamente à importância e categoria do elevado cargo que desempenhava[566].

A revolta fracassada de 8 de janeiro e outras circunstâncias avulsas, que nos escapam, funcionaram, provavelmente, como detonadores de uma opção já larvar na mente de Sidónio Pais e partilhada por alguns dos que passaram a rodeá-lo. Rocha Martins, na sua crónica, destacou Bettencourt Rodrigues como o «mentor» da solução presidencialista[567] – afirmação estranha, na medida em que o cronista sabia ou tinha obrigação de saber que essa solução estava consignada no «Estatuto Nacional» (1916) – e confessou-se emissário de Machado Santos junto do chefe evolucionista António José de Almeida, com vista a atrair o contributo deste partido «histórico» para a nova situação. A iniciativa, à qual Sidónio se terá mostrado alheio, falhou, segundo o cronista, por causa dos amigos do líder, «alguns deles, podiam-se citar os nomes, arrastaram o Partido Evolucionista para o campo contrário»[568]. E a avaliar pela documentação do Ministério do Interior referente à atividade dos evolucionistas do Porto, esse partido entrou em oposição ao governo logo em finais de janeiro[569]. Encontramos indícios da manobra de «cerco» à experiência dezembrista/sidonista, que foi, de resto,

---

[566] APFSP, Subsistema Presidência da República, dossiê *Relatório da saída do Vasco da Gama, Relatório acerca da saída do cruzador Vasco da Gama no dia 8 de janeiro de 1918 apresentado pelo juiz de Direito Joaquim Crisóstomo da Silveira Júnior, encarregado de inquérito dos últimos acontecimentos políticos*, fls. 25-26.

[567] Pela carta particular remetida pelo psiquiatra, em 30 de março, de Paris, para Sidónio Pais, e atrás transcrita em nota, aquele refere-se, de facto, a uma conversa havida no Avenida Palace sobre o tema do presidencialismo, e observa até as semelhanças do programa integralista no tocante à representação das classes e elites (esquece, porém, a idêntica proposta defendida pelo colega, Egas Moniz, em 1911...). Mas daí não se pode inferir que fosse ele o inspirador de Sidónio Pais, tal qual ficou «retocado» pela pena colorida de Rocha Martins – um exemplo flagrante e típico de artista «embelezador da verdade»: «[...] e, no Avenida Palace, ao lado do vencedor, dizia triunfante também: – Então quem tem razão? Não deve ser você a governar!? – Não... não sei... Mas não quereria ser ao menos ministro dos estrangeiros? Bettencourt ficou de pensar nisso e pensou, mas falou-lhe, no presidencialismo que vira executado, que tão largamente estudara, e insinuara-lhe: – Podia ensaiá-lo em Portugal... Logo se oferecera para lhe enviar livros, uma larga cópia de tratados, constituições, e informações que Sidónio Pais, olhando-o fixamente, aceitava, com uma esperança de que talvez aquele presidencialismo, aconselhado, salvasse uma pátria que o parlamentarismo, vindo numa enxertia de civilização para as almas bárbaras, perdera, aniquilara» (MARTINS, Rocha, *Memórias sobre Sidónio Pais*, op. cit., p. 77).

[568] Ver também «Conferência política. Fala o sr. Machado Santos. A conferência entre o sr. ministro do Interior e o sr. dr. António José de Almeida», in *República*, 5 de fevereiro de 1918, p. 1.

[569] No relatório do secretário-geral do Governo Civil do Porto, datado de 23 de fevereiro, diz-se logo no início que o Centro Evolucionista da Vitória, da referida cidade, esteve reunido em sessão solene no passado dia 31 de janeiro, tendo comparecido muitos elementos do Partido Democrático e proferiram-se

Machado_Santos.indb 187 22/05/2013 12:14

logo empolada por monárquicos e situacionistas, na carta particular, datada de 31 de janeiro, redigida pelo capitão Cameira, em papel timbrado do célebre Café Martinho:

> Continuam a circular boatos de intentonas, e, embora eu esteja convencido que será dominada com pulso firme qualquer arruaço que apareça, convém não dormir. Na província é mais provável que haja qualquer coisa, e por isso venho pedir-lhe que, caso haja aí qualquer anormalidade na guarnição, mais uma vez ponha a sua espada ao serviço da pátria que nós todos tanto amamos e evite, com o seu prestígio e a sua valentia, que o caso passe a mais. Num caso de revolta aberta contra o governo, deve mesmo tomar o comando e agir[570].

A vigilância tornou-se quase uma compulsão defensiva, quer dos inimigos, quer dos que se sentavam à roda do poder. Coerente com a sua atávica desconfiança em relação aos grupos partidários que desde 1911 disputavam o espaço parlamentar republicano, Machado Santos ficou alarmado com as declarações «envenenadas» de Brito Camacho[571], tendo ido a Coimbra, ao Porto e a Braga, no início de fevereiro, e na sequência da primeira e populista viagem de Sidónio Pais ao Norte, iniciada a 12 e concluída a 18 de janeiro. Em carta confidencial (datada de fevereiro 1918), faz de conselheiro político, em tom agora menos impetuoso. Percebe-se, nas linhas e entrelinhas, o incómodo que os unionistas estavam já a gerar sobretudo entre aqueles cúmplices da experiência dezembrista apostados em obterem uma legitimação eleitoral e uma reformulação da «matéria constitucional»:

> Meu caro Sidónio
>
> O que se passou na gare à vossa partida para o Porto não vos deve ter passado desapercebido. Agora, como amostra do apoio e correção política da União Republicana, envio-vos o extrato de três jornais, produto de audição de três jornalistas, para que vejas o que o seu porta-voz e chefe foi dizer a Coimbra.
>
> Tendes no governo três ministros unionistas, mandaste para ministro em Londres um unionista, foi como ditador para o Porto um unionista, tendes oito governadores civis unionistas. Para verdes a força destes posso mandar-vos a resposta que recebi de dois acerca da eleição presidencial.

---

aí «vários discursos cuja síntese se resumiu no seguinte 'que se todos se conservassem unidos em breve se modificaria a situação política'. A espaços e por entre grandes aclamações soltaram-se durante a mesma sessão no referido centro, à mistura com abaixos ao governo Sidónio Pais, vivas a Afonso Costa e Bernardino Machado. Destes factos dei conhecimento em tempo competente a s. ex.ª o sr. Governador Civil que por sua vez ordenou o encerramento do referido Centro». E em 16 de fevereiro houve convocatória por meio de convites para nova reunião, pelas 20 horas e 30 minutos, ato de desobediência face à lei e, por isso, foram dadas instruções ao subinspetor Baldaque para se dirigir às instalações do Centro com alguns guardas e impedisse a realização do encontro, incumbência que terá cumprido com 'a máxima lisura e correção» (Arquivo do Ministério do Interior, Correspondência recebida, março, 1918, in Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT).

[570] APFSP, Subsistema Presidência da República, Correspondência.

[571] Ver o que sobre este tópico escreveu WHEELER, Douglas L., *História política de Portugal, 1910-1926*, Mem Martins, Publicações Europa-América, [19--], p. 162.

Machado_Santos.indb 188 22/05/2013 12:14

Analisando a frio a situação, acho que é um erro a entrada de mais unionistas para o Ministério e não vejo possibilidade de se fazer a eleição conjunta do presidente e dos deputados e senadores sem se decretar matéria constitucional. Não vejo também como se possa realizar a curto prazo essa eleição conjunta. E não se realizando a curto prazo sucederá que verás a tua votação consideravelmente reduzida, sujeitas-te a ter um competidor, que não vencerá, é certo, mas que perturba e restringe consideravelmente a força moral que precisas de ter para bem do país.

Depois do que se passou em Coimbra, que confiança se pode ter nos deputados e senadores que se vão buscar à União Republicana? Há que contar que, esta, não se contentará com menos de 50% da maioria governamental. E estes 50% ligados aos unionistas encapotados que venhas a escolher para a outra metade e aos democráticos e evolucionistas que se consigam fazer eleger pelas minorias, cravar-te-ão as garras nos gorgomilos e asfixiar-te-ão ao segundo dia de reunião das câmaras. Este é o plano! Felizmente, a conferência de Coimbra fornece-te os meios para avaliares a situação.

O que previ no Conselho de Ministros em que se ventilou a questão política está-se desvendando.

Teu amigo verdadeiro

Machado Santos[572]

Assumindo o papel de ministro, redigiu carta, com data de 19 de fevereiro, para o seu «caro Sidónio», pedindo-lhe a máxima atenção para o ofício confidencial que acabava de receber da GNR e que enviava junto. O ponto era sensível e tinha a ver com a mobilização de oficiais da guarda e da polícia para as trincheiras da Flandres, ou para o teatro de guerra africano, em defesa das colónias portuguesas:

A não se excluírem os oficiais da guarda e da polícia do serviço de mobilização, continuando a considerarem-se mobilizadas uma e outra, eu não me posso responsabilizar pela estabilidade da situação. Sem força material não há governo que se mantenha. Pensa que a quase totalidade dos nossos oficiais está em França; que tens o Exército *desorganizadíssimo* e que não é nestes anos mais próximos que o consegues ter em ordem. Pondera que se a polícia [não] se mantêm, no estado caótico em que a encontrámos, é porque pusemos à sua frente oficiais cheios de dedicação e de bravura[573].

O serviço da guarda e da polícia, mais violento que o do Exército, não é menos arriscado do que o serviço do *front*. Ainda não há três meses que as bombas estoiravam por Lisboa, fazendo verdadeiras razias nas fileiras das duas corporações.

Teu verdadeiro amigo

Machado Santos[574]

---

[572] APFSP, Subsistema da Presidência da República, Correspondência avulsa.

[573] Estava, certamente, a pensar no seu amigo, capitão Lobo Pimentel, companheiro da Rotunda e de outras lutas políticas, em 5 de Outubro de 1910 e 13 de Dezembro de 1916, um dos prisioneiros no Fontelo e comandante da Polícia Cívica de Lisboa.

[574] APFSP, Subsistema da Presidência da República, Correspondência avulsa.

Machado_Santos.indb 189 22/05/2013 12:14

O dilema formulado por Machado Santos nas declarações atrás citadas condicionou bastante a conduta do governo e, em particular, da pasta do Interior em estreita articulação com a Guerra. A nova situação tinha de ligar o país à República, defendendo-se de quaisquer tentativas hostis e garantindo umas eleições rápidas e «limpas», essenciais para a legitimação popular do golpe dezembrista. Justificavam-se, por isso, medidas urgentes no terreno e entre elas era natural a mudança das chefias civis e militares.

Foi, aliás, por aí que a Junta Revolucionária e o seu governo começaram. Mas a realidade global do país impunha outras medidas bem mais eficazes. Impunha, também, medidas atrativas, que oscilaram entre a abertura e a repressão, como sucedeu no domínio da censura: apesar de abolida, logo após o golpe, a portaria n.º 1182, de 28 de dezembro de 1917, da Direção-Geral de Administração Política e Civil, exigia aos «indivíduos interessados» no «reaparecimento de jornais» ou na «fundação de novos órgãos da imprensa» que obtivesse autorização prévia do ministro do Interior. E a portaria n.º 1199, de 9 de janeiro de 1918, autorizava os governadores civis a dissolverem «desde já todos os centros políticos que, na atual conjuntura, tenham exorbitado dos seus fins legais, concorrendo para a perturbação da ordem […] e que suspendam por tempo indeterminado todas as publicações periódicas que […] pretendam perturbar a segurança pública». Não admira, por isso, que nas vésperas do ato eleitoral, em abril, perante o «bloqueio» oposicionista com a ameaçadora campanha a favor da abstenção, fosse restabelecida a censura, pelo decreto n.º 4082, de 13 de abril (ver quadro 3, ponto 3, Apêndice documental), embora já surpreenda mais o facto de, nessa altura, ter estado iminente a declaração de estado de sítio.

Se percorrermos a informação disponível do Ministério do Interior, percebe-se a necessidade de tais medidas, porque eram vários e profundos os «pontos críticos». Desde logo, verifica-se que não havia apenas uma potencial agitação política, mas uma explosiva agitação social[575], traduzida em súbitos e dispersos «assaltos e roubos de mercadorias» decorrentes do problema da falta de subsistências. Tais atos exigiam uma maior e melhor resposta das polícias, da GNR e da Guarda Fiscal. Mas o estado destas forças era bastante débil.

Os governadores civis de Évora e de Viseu informavam o Ministério do Interior, em janeiro de 1918, que era precária e difícil a «situação da polícia, agravada dia a dia pela demora do pagamento das subvenções, não tendo ainda sido pagos os meses de outubro, novembro e dezembro de 1917».[576] Queixas vulgares e assíduas que explicam a preocupação em atualizar salários e subsídios dos agentes de segurança ao longo de 1918 (ver quadros 3 e 5, ponto 3, Apêndice documental). Impunha-se dignificá-los profissionalmente, mas urgia também dotá-los de meios e até de armas para um adequado cumprimento das suas obrigações. Em março, o Ministério do Interior remetia à Direção-Geral do Ministério da Guerra um urgentíssimo pedido emanado do Corpo de Polícia Cívica de Lisboa, comandada pelo machadista capitão Francisco

[575] Para a combater foram, por exemplo, dadas, a 13 de fevereiro, «ordens terminantes à polícia para reprimir todos os atentados contra as pessoas ou propriedades, tendo sido enviada aos jornais e publicada ontem, 12, uma nota oficiosa sobre o assunto» [AMI, ANTT, Correspondência recebida (Segurança Pública), maço 80].

[576] AMI, ANTT, Livro de correspondência expedida, 1918.

Machado_Santos.indb 190 22/05/2013 12:14

Alexandre Lobo Pimentel: precisavam de «250 enxergas e outros tantos cobertores, a fim de serem distribuídas pelas esquadras, servirem para repouso dos guardas e tornar menos extenuante o serviço de rigorosas prevenções que lhe está sendo imposto».[577]

Por seu turno, o Comando Geral da GNR entregue ao coronel de Artilharia José de Oliveira Duque informava, em fevereiro, ser impossível fornecer um posto para Espinho por manifesta exiguidade de efetivos e grande exigência do serviço. Noutro ofício, lê-se que o Batalhão n.º 5, com sede na cidade do Porto, debatia-se com uma aflitiva carência de efetivos. A falta de equipamento perpassa também por várias comunicações oficiais. E, a par das alterações já referidas ao nível do Comando Geral, não podiam ser descuradas compensações de natureza salarial, bem como a urgente regularização de abonos em atraso (ver quadro 3, ponto 3, Apêndice documental).

A reorganização operacional e a atualização de vencimentos foram, sem dúvida, o *leitmotiv* da reforma dos serviços da Guarda Fiscal estabelecida pelo decreto n.º 4177, de 27 de abril (ver quadro 3, ponto 3, Apêndice documental). No seu preâmbulo esclarece-se que aquela corporação estava incumbida da fiscalização das mais importantes receitas do Estado, as aduaneiras, devendo, por isso, ser dotada de uma organização que permitisse o seu conveniente emprego como força pública juntamente com a resposta às necessidades da mesma fiscalização. Tratava-se, contudo, de um desiderato difícil de atingir nas condições mantidas até então: «A atual organização centralizou a direção de todos os seus serviços numa repartição, com graves inconvenientes para a execução dos mesmos serviços», além de que aumentava extraordinariamente o serviço de administração a cargo das companhias da Guarda Fiscal em detrimento da conveniente ação fiscal a exercer pelos respetivos oficiais, que é a sua principal missão na mesma Guarda.» E daí a imperiosa correção organizativa dessa alegada disfuncionalidade operacional.

As autoridades, de novo e por força de circunstâncias político-sociais prementes, deram especial atenção à organização policial. Prova disso foi a publicação, logo a 20 de dezembro de 1917, do decreto n.º 3673, da responsabilidade do ministro do Interior Machado Santos. Esta deliberação permitia que a direção da Polícia de Investigação pudesse ser exercida por um oficial do Exército e criava «um corpo de polícia preventiva, com um chefe e quarenta agentes» dentro da Polícia de Investigação Criminal.[578] Pretendia-se com tal medida evitar que «a população ficasse à mercê dum bando de desvairados arruaceiros que, acobertados com a autoridade civil e investidos de funções de polícia irregular, perseguiam, vexavam não só os adversários políticos da situação que estava, mas também cidadãos que não se imiscuíam nas lutas partidárias».

Todavia, verificou-se, a curto prazo, que essa inclusão possuía inconvenientes. Isso mesmo é reconhecido no preâmbulo do decreto n.º 3940, de 16 de março, já assinado

---

[577] AMI, ANTT, *ibidem*.

[578] António José Telo sublinhou esta inovação, dizendo que «o mais eficiente e inovador aparelho repressivo do sidonismo era a polícia política, formada a partir da reorganização da Polícia Preventiva». E acrescentou que se tratava de um ramo das forças policiais que já vinha da governação democrática, reorganizado e posto a funcionar em novos moldes pelo sidonismo (Cf. Idem, *O Sidonismo e o movimento operário português: luta de classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa, José Fortunato, 1977, p. 186). A afirmação não está, porém, correta, porque o que já vinha de trás era a Polícia de Investigação Criminal, regulada inicialmente pelo decreto de 28 de agosto de 1893 e por legislação subsequente: lei de 3 de abril de 1896, decreto com força de lei de 10 de outubro de 1910, decreto de 27 de maio de 1911 e lei de 24 de julho de 1912.

Machado_Santos.indb 191 22/05/2013 12:14

por Henrique Forbes de Bessa, em substituição de Machado Santos. Para corrigir as falhas detetadas, assentava-se no princípio de que a Polícia de Investigação não podia ser confundida com a Polícia Preventiva. Dado o caráter contencioso daquela e porque era necessário «dar aos cidadãos e à segurança do Estado as devidas garantias», determinava-se a separação dos dois serviços: o diretor da Polícia de Investigação devia ser diplomado em Direito; enquanto a Polícia Preventiva teria um chefe da livre escolha do governo, nomeado em comissão, o qual, dentro da verba destinada para as tarefas de prevenção policial, podia escolher livremente o pessoal que julgasse indispensável para a boa execução dos serviços a seu cargo. Este chefe da Polícia Preventiva ficaria equiparado, em termos de vencimento, ao diretor da Polícia de Investigação. E caber-lhe-ia, além da nota mensal de despesas, o envio diário, ao Ministério do Interior e ao Governo Civil de Lisboa, de um relatório sucinto sobre todos «os serviços de prevenção realizados».

A produção legislativa era uma necessidade dada a «situação caótica» interna e externa, mas só por si não bastava para resolver os problemas. A instabilidade político-institucional era um óbice sério e, como se constata, Machado Santos deixou trabalho pendente para o seu sucessor na pasta, após uma passagem quase meteórica pelo cargo…

A luta pelas «Subsistências»

O 15.º Governo da I República Portuguesa, presidido por Sidónio Pais, constituído e funcionando em ditadura – ou seja, não resultou de eleições, mas de um golpe de estado ou de um movimento militar com apoio de civis –, não foi apenas remodelado por causa da saída dos unionistas, mas também recomposto. Às pastas do Interior, Justiça e Cultos, Finanças, Negócios Estrangeiros, Instrução Pública, Comércio, Trabalho, Marinha e Guerra foram acrescentadas duas novas: a da Agricultura e a das Subsistências e Transportes. Aquela vinha na agenda dos centristas e esta foi fortemente determinada pela conjuntura de guerra, mais especificamente pelas consequências diretas e graves na economia nacional da I Grande Guerra, iniciada em meados de 1914, e que, ao invés da expectativa inicial de um conflito bélico violento e breve, prosseguia brutal, sem fim à vista, convertendo os campos da Flandres num lamaçal de sangue e dor… A fome tornara-se, pois, um flagelo acompanhado por epidemias difíceis de controlar: o tifo exantemático, como vimos atrás, levara já o Ministério do Interior a reforçar verbas para o seu combate, e a pneumónica não tardaria a irromper com força devastadora, a partir do segundo trimestre de 1918. Um ano horrível.

Machado Santos foi exonerado das funções de ministro do Interior para ser empossado, na mesma data – 9 de março – ministro das Subsistências e Transportes[579], cargo em que haveria de ser reconduzido aquando da posse do 16.º Governo,

[579] Na primeira sessão do Senado, em julho de 1918, diria que lhe deram a escolher a Agricultura ou a Subsistências, e ele optou pela mais difícil, segundo as suas palavras. Disse ainda que «fora obrigado a ir para o governo». Não devemos tomar esta última afirmação à letra, porque o desejo de Machado Santos foi sempre fazer parte da governação republicana e dirigi-la.

Machado_Santos.indb 192 22/05/2013 12:14

já formalmente vinculado à República Nova, em 15 de maio. Há, assim, duas fases na luta que empreendeu para que, em tempo de guerra, fosse possível organizar os transportes existentes, a fim de levar às populações carenciadas e vítimas de odiosos açambarcamentos o pão e o sustento mínimos de que careciam. A fase em ditadura e a fase após as eleições e a legitimação do regime saído do 5/8 de dezembro. A missão era espinhosa e difícil. Os tempos eram duríssimos, a Europa estava a ferro e fogo e, internamente, eram temidas e aguardados greves e protestos agudos, assim como novas tentativas de rebelião armada protagonizadas pelas forças oposicionistas.

Em entrevista ao jornal monárquico *O Dia*, de 6 de abril, intitulada «O Balanço da República. A Anarquia!», Machado Santos misturou, ao seu jeito próprio, doses de idealismo otimista com franqueza rude:

> Possível é que venha a dar um movimento revolucionário para repor as coisas no pé em que estavam nos princípios de dezembro. Esse movimento será sufocado. E os seus autores, nada lucrando com ele, farão com que o governo enverede pela política da violência que a todo o custo pretende evitar, e virá agravar ainda mais as condições económicas do país, fazendo com que a vida se torne então de todo insuportável.
>
> É impossível voltar atrás. Supondo que os adversários do governo tenham forças para se impor ao país, a situação que criavam para si próprios era de tal ordem que ao fim de oito dias do seu triunfo baqueariam na praça pública. O país, meu caro amigo, chegou ao máximo de anarquia política e económica. Todos desvairam. Todos estão desvairados e por mais férreo que seja o pulso para meter tudo na ordem, a ação é lenta, muito lenta porque se esbarra com muito interesse ilegítimo que se sente ferido, porque se esbarra com muita indolência, porque se esbarra com muita incompetência também.[580]

Estas declarações, feitas já como titular do recém-criado Ministério das Subsistências e a menos de um mês das eleições legislativas e presidenciais, tinham como destinatário principal a oposição afonsista e evolucionista. Tentavam dissuadi-la de prosseguir na via da rebelião armada contra a governação dezembrista que, em breve, através de eleições legislativas e presidenciais, iria alcançar a necessária legitimação popular e, em sede de Congresso eleito, se prepararia para aprovar uma nova Constituição. Este esforço dissuasor e de atração dos republicanos adversos à República Nova foi partilhado por machadistas, centristas, católicos e outros, mas o «desvairo geral» e a «anarquia», para seguirmos o diagnóstico assertivo, mas redutor de Machado Santos, haveriam de tornar as coisas muito piores ao longo do ano.

Alguns dias após ter tomado posse, em carta para o ministro de Portugal em Londres, dominada pelo urgente tema do transporte de trigo, negociado, naturalmente, através da Delegação da Commission Internationale de Ravitaillement – CIR, chefiada pelo major João Casqueiro[581] –, Machado Santos dissertou sobre transportes

[580] «O Balanço da República. A Anarquia! O que diz o sr. Machado Santos», *O Dia*, 6 de abril de 1918, p. 1.
[581] Ver SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e sidonismo: história e mito*, Vol. 2, *op. cit.*, p. 142-143.

Machado_Santos.indb 193 22/05/2013 12:14

e tonelagem e sobre a questão do racionamento. Resumiu as suas medidas e os seus projetos traçando um curioso retrato político-administrativo e social do país que era o seu e ao qual tinha de atender na súbita condição de governante. É uma missiva cheia de tópicos que logo a abrir afirma:

> Sou ministro de um país que se formou rapinando os mouros, que se engrandeceu rapinando a Índia, que passou depois a rapinar o Brasil e que quando não teve mais mouros para rapinar, nem índios, nem brasileiros, se passou a rapinar a si próprio. A guerra, meu querido amigo, tem sido uma mina para o português explorar o seu compatriota.

Justificava, assim, com uma espécie de «determinismo» histórico a essência do problema político que se punha no momento de garantir uma regularização do abastecimento de bens necessários e básicos para as populações, com predominância para o pão:

> Tipo único de pão! Racionamento! É tudo muito bonito… para os outros.
>
> O tipo único de pão, fácil de estabelecer num país que não produz cereais, como a Inglaterra, é impossível estabelecer em Portugal. As populações do Norte comem milho, as do sul trigo, e como só comem pão, com o cheiro de qualquer coisa a que chamam «conduto», não pode fixar-lhes uma quantidade. O milho e o trigo que produzimos, bastaria para o nosso consumo se pudéssemos estabelecer o tipo único de pão, mas aos inconvenientes apontados há que juntar o da escassez de material ferroviário que não nos permite levar o trigo para o norte e o milho para o sul.
>
> Para meter a casa em ordem estou tratando de ver se consigo que os meus colegas no Ministério me deixem organizar os celeiros municipais, sendo o governo o comprador de toda a colheita de trigo, milho e centeio. Se conseguir isto, com as providências já tomadas para uma intensificação da produção, espero não ter necessidade de importar trigo no futuro ano cerealífero.

Para atingir tal desiderato, pedia ao unionista Augusto de Vasconcelos – que já chefiara, como vimos, um governo constitucional e fora considerado o subchefe da União Republicana – que conseguisse das autoridades inglesas as 30 mil toneladas em vapores, a fim de garantir o equilíbrio da balança económica de Portugal, equilíbrio que ele esperava manter-se depois da guerra. No entanto, reconhece não pôr de lado a ideia de racionamento para a carne, para o açúcar e, talvez, para o arroz em Lisboa, no Porto e em Coimbra – seria, em sua opinião, um trabalho de Hércules realizar esse racionamento nas três cidades. Entendia, porém, que já estava a fazer o impossível:

> Tomei conta do meu Ministério tendo três dias de pão. O que se devia ter feito, há meses, arrancando aos produtores pelos preços oficiais o que eles tinham nos seus celeiros, não se fez. E eu vi-me forçado a arranjar a farinha por todo o preço, pois que se lhes não pagar o que querem, fazem tocar os sinos a rebate e levantam as populações, com o pretexto de que as vamos esfomear para servir Lisboa.
>
> Enfim, uma situação horrível.

Machado_Santos.indb 194 22/05/2013 12:14

> Para completar o lindo quadro, a desastrada solução dada à crise, com a substituição de autoridades, que eram unionistas, e nos concelhos cerealíferos.
>
> Até agosto terei de passar pelas forcas caudinas. Felizmente, conto não legar ao meu sucessor na pasta qualquer coisa que se aproxime das dificuldades com que tenho estado a arcar.
>
> E a incompetência?
>
> Se pudésseis fazer ideia do caos em que encontrei tudo, da indolência dos funcionários e da estupidez, e cupidez do meio, avaliareis melhor do sacrifício que faço estando no governo por amor de minha cabeça e da dos meus amigos, tendo de sancionar atos impolíticos e de me solidarizar com um sistema governativo que ainda não teve um vislumbre de orientação.[582]

Nem a habitual e sempre ambígua «mordidela» no governo, a que indiscutivelmente pertencia, pôde faltar nestes comentários privados – nítido reflexo da sua personalidade complexa. Se para uns foi, incontestavelmente, o revolucionário destemido, idealista e generoso, afivelou, para outros, a imagem de «administrador incompetente». Rótulo apressado que pretendia, talvez, significar a sua eventual incapacidade de dirigir quotidianamente a burocracia do Estado e a sua espontânea impaciência face ao formalismo, rigidez e lentidão dos processos usados pela Administração, traços que não lhe retiravam, porém, lucidez e energia para o estudo e implementação de ousadas soluções administrativas. Bastante impulsivo e influenciável pelos «seus amigos», o vice-almirante e republicano intransigente projetou-se indelevelmente nos textos e nas entrevistas que concedeu, no pequeno pacote legislativo que teve ensejo de formalizar (ver quadro 4, ponto 3, Apêndice documental) e até no acervo de telegramas, conservados em seu poder, produzidos no decurso da sua função governativa nas Subsistências, exibindo aí o seu «estilo» algo *sui generis*.

Vale, por isso, a pena passarmos um rápido olhar pelos recados, ordens e comunicações várias que manteve com governadores civis, governadores-gerais das colónias, chefes das legações portuguesas, empresários, associações comerciais e outras entidades, durante o seu curtíssimo desempenho ministerial.

Em 12 de março, ordenava ao administrador do concelho de Moura que remetesse «imediatamente para o Barreiro os vinte *wagons* de farinha da fábrica de Amaraleja que foi apreendida pela administração dos abastecimentos. Empregue a força se preciso for para executar esta ordem».

Ao ministro de Portugal em Madrid solicitava, com data de 13 de março, que obtivesse autorização do governo espanhol «para que se possam adquirir na região de Salamanca cinco milhões de centeio que me informam não ter consumo em Espanha. Peço mais que vossa excelência me informe telegraficamente do resultado». Nesse mesmo dia, ordenava, ao diretor dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste e ao diretor da Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro (CP), que dessem as «suas ordens imediatas e terminantes para que seja informado o diretor geral das Subsistências de

[582] Arquivo Pessoal Augusto de Vasconcelos (APAV), Lente, Político e Diplomata, Ministro em Londres, Correspondência, Carta em papel de carta pautado e timbrado do Ministério das Subsistências e Transportes, Lisboa, 31 de março de 1918.

Machado_Santos.indb 195 22/05/2013 12:14

todas as remessas de feijão que sejam despachadas em *wagons* completos, das estações a que sejam destinadas e dos seus consignatários». Ainda a 13 de março, o diretor-geral das Subsistências, João Francisco da Silva, pedia ao diretor da Alfândega que tomasse nota «de que a Associação Central de Agricultura Portuguesa fica encarregada da distribuição do referido adubo», ou seja, da porção de nitrato de soda descarregada dos navios ex-alemães à ordem do ministro do Trabalho, extinta a Comissão de Subsistências. E, por fim, também no dia 13 de março, expedia ao governador civil telegrama nestes precisos termos: «Acabo receber o seguinte telegrama dirigido meu chefe gabinete: repilo ameaças v. ex.ª que não me intimidam. Lamento se sirva seu cargo para ameaças. O administrador // Artur Leitão // Não percebendo como essa criatura é ainda administrador Castro Daire, espero proceda com a energia que o caso requer em harmonia meu último telegrama».

Sem data precisa, emitiu circular para todos os governadores civis indicando expressamente que ordenassem a «suspensão transações cereais seu distrito, a não ser por Ministério Subsistências». Outra circular, esta para as comissões de subsistências dos distritos de Portalegre, Évora e Beja, ordenava que mobilizassem «toda a farinha e trigo existentes distrito e que não seja necessário consumo local e enviem rapidamente Barreiro à ordem Ministério Subsistências».

Ao diretor da Companhia de Caminho de Ferro da Beira Alta, sedeada na Figueira da Foz, comunicava a informação recebida do governador civil da Guarda de que existiam «200 *wagons* batata que está apodrecendo estações Fornos e Vila Franca» e exigia «que essa batata siga imediatamente Lisboa, para o que lhe devem fornecer material pequena velocidade».

Ao governador-geral de Moçambique, em 22 de março, ordenava que os vapores «Africa Moçambique carreguem o mais possível milho para Lisboa». E despachava idêntica ordem ao homólogo de Angola, tendo em vista o vapor *Zaire*.

Para o governador civil de Leiria a mensagem era de outro tipo: «Seu distrito tem muito milho açambarcado. Se v. ex.ª tivesse procedido ao arrolamento como lhe determinei como ministro do Interior e como lhe indiquei ainda meu último telegrama circular v. ex.ª veria que lhe não faltava cereal distrito. Ordene busca armazéns reviste cisternas e obrigue a pôr à venda o milho que está oculto».

Em mensagem urgentíssima enviada ao diretor da Alfândega do Porto, datada de 22 de março, solicitava que este o informasse «hoje mesmo das quantidades feijão exportado para França e em especial o que foi exportado por intermédio adido naval francês».

A 26 de março, num desenvolvido telegrama para o governador civil de Faro, era este autorizado a permutar farinha por peixe fresco ou salgado: «[…] digo-lhe que Algarve, enriquecido pela guerra, tem sido uma verdadeira sanguessuga do Alentejo, e comprando trigo e farinha por todo o preço infringiu a lei e fez encarecer enormemente o custo do pão, não só para o público, mas, também, para o Estado, porque é este quem garante o preço do pão de segunda em Lisboa. O seu distrito tem maneira de se abastecer de Aiamonte. Autorizo-o, portanto, a consentir na permuta de farinha por peixe fresco ou salgado, responsabilizando v. ex.ª para que o valor da exportação do peixe não exceda o da importância da farinha, para o que se torna necessário

Machado_Santos.indb 196 22/05/2013 12:14

que v. ex.ª, de acordo com comissões de subsistências ou com as câmaras municipais, monte um serviço de fiscalização sobretudo em Vila Real».

Ao secretário-geral do Governo Civil de Coimbra mandava proteger, no dia de 27 de março, «contra vandalismos populares, o prédio que existe na Castanheira da freguesia de S. Silvestre pertencente ao dr. Malva do Vale» (1870-1940).

Mais para Norte, seguia novo telegrama, mais precisamente para o Governo Civil do Porto, pedindo informação urgente «se dezasseis *wagons* com açúcar que foram enviados pela Sociedade Açúcar Colonial para o Porto chegaram aí, quais as casas a que foi distribuído e preço a que está sendo vendido ao público».

Em 2 de abril, autorizava o governador civil de Vila Real a «requisitar géneros aos comerciantes gananciosos pelos preços tabela e [autorizava] também a que os meta na cadeia». E, no mesmo dia, recomendava ao governador civil de Viseu estrita observância de ordens anteriores «acerca contribuição irregular e iníqua que administração concelho Viseu lança sobre milho em trânsito. Se concelho deseja milho, que o adquira nos outros concelhos e distritos das disponibilidades que estes tenham».

Por circular de 5 de abril, dirigida a todos os governadores civis do Continente chamava-se a atenção para o disposto na portaria n.º 1284, de 3 de março, que dispunha o seguinte: «Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministério das Subsistências e Transportes, que todo o açúcar existente nas alfândegas, entrepostos, fábricas, armazéns, particulares, depósitos, mercearias ou em qualquer outro estabelecimento de comércio, seja manifestado, no prazo de dois dias, nas cidades de Lisboa e Porto, e, de quatro dias, nas restantes localidades do território continental da República. Os manifestos devem ser feitos em papel comum e entregues em Lisboa, no Ministério das Subsistências e Transportes, na secção do açúcar, e, no resto do país, aos presidentes das comissões administrativas das câmaras municipais, que os expedirá imediatamente para Direção-Geral das Subsistências. Os detentores de açúcar que não derem cumprimento ao disposto nesta portaria incorrem na pena de apreensão das quantidades não manifestadas e serão processados por desobediência».

Pedia ao Administrador do Concelho da Barquinha que comunicasse aos ferroviários do Entroncamento que o «governo garante os aumentos de salários pedidos e que companhia concedeu atendendo à situação económica do país». E, no mesmo dia 9, recomendava ao governador civil do Porto que promovesse a fiscalização rigorosa do açúcar «evitando açambarcamentos, mantenha rigorosamente preços fixados pelo Ministério, apoie-se, de preferência, na Câmara, visto comissão subsistência não me inspirar confiança».

Ao governador-geral de Moçambique pedia: «sirva-se v. ex.ª de ordenar embarque, nos três primeiros vapores que viessem para Lisboa, de 1320 toneladas de arroz descascado adquiridas pelo governo a Gomes & Irmão».

Um outro telegrama incidia de novo sobre o território continental e foi destinado ao governador civil da Guarda: «Preço centeio caríssimo, e como v. ex.ª me informou pessoalmente que seu distrito não precisava de cereal algum, eu aguardo que v. ex.ª me envie os arrolamentos que ordenei, para poder avaliar da situação económica do seu distrito.» E, mais uma vez, no além-mar, recomendava ao governador civil do Funchal a «leitura *Diário de Notícias,* Funchal, número 13 235, de 9 corrente, anúncio vende-se, terceira coluna, primeira página, para avaliar fome seu distrito», insistindo

Machado_Santos.indb 197 22/05/2013 12:14

uns dias depois com outro «recado»: «Madeira ficou com toda carga vapores Luanda Beira, além disso proíbe exportação da banana, se houvesse fome Madeira não teriam vindo para Lisboa quinze contos de banana de contrabando.»

De retorno para o continente, esclarecia o governador civil de Santarém de que «Este Ministério só passa guia de trânsito quando tem quase a certeza de géneros não fazerem falta consumo local». E ao governador civil de Viana do Castelo pedia-lhe que auxiliasse «seu colega de Braga na importação farinha exótica e trigo», mimoseando-o noutro telegrama, este de 26 de abril, com rasgado elogio: «Para regularizar serviço distribuição de cereais e géneros primeira necessidade, publicou-se uma portaria determinando que o trânsito dos mesmos só pudesse fazer-se com guias deste Ministério, passadas a pedido das câmaras ou das autoridades administrativas, a fim de evitar que os particulares abusassem como estavam fazendo. v. ex.ª que foi dos governadores civis, um dos poucos que soube compreender a sua missão, saberá dar as suas instruções de forma a cumprir-se integralmente a deliberação governativa. Pedido de guia de trânsito que v. ex.ª envie Ministério será imediatamente satisfeito».

À Casa Tait & C.º, do Porto, era dada resposta «ao apelo de v. ex.ª a sua excelência o senhor presidente da República», informando que «se mantém deliberação tomada quanto ao transporte dos vinhos licorosos do Douro, não havendo pois motivo para receio. Até ao fim do corrente ano, devem estar exportadas todas as disponibilidades existentes».

Rematando esta sugestiva panorâmica, mais dois telegramas: um com data de 20 de abril, para o governador-geral de Cabo Verde, pedindo informações sobre «necessidades alimentação arquipélago para poder determinar serviço transporte viagem América impossível», e outro, a 29 desse mês, para o alto comissário dos Açores, nestes termos: «Não é exato a fome na Madeira, mas agradeço o envio que mandou essa ilha e todo o milho, centeio, trigo e farinha que lhe possa enviar. Quanto a chá e açúcar, peço v. ex.ª que determine compra de todas disponibilidades ilha e ordene que tratem frete com mercadoria governo. Contas de chá, açúcar e despesa de embarque e frete devem ser enviadas Ministério que imediatamente ordenará seu pagamento. Cumprimento v. ex.ª pela sua eleição.»[583]

Do exposto sobressai facilmente a ciclópica e inglória azáfama destinada a controlar o circuito de distribuição em todo o território nacional e, ao mesmo tempo, as enormes e sucessivas resistências opostas a esse controlo, impedindo o trânsito de produtos ou simulando carências inexistentes para satisfação de interesses económicos locais. Enfim, uma sucessão de inevitáveis cenas do «esconde-esconde» estimuladas pela possibilidade de altos lucros e pelo aguilhão repressivo dos organismos oficiais.

Neste quadro se inseriu, pois, o «projeto radical», concebido e aplicado por Machado Santos, de um aparelho distribuidor capaz de transformar as relações tradicionais em vários setores da economia. E de tal projeto emanou, naturalmente, o famoso decreto n.º 4125, de 20 de abril, que instituiu os celeiros municipais. No seu artigo 2.º definiam-se estas «unidades» como organismos destinados a auxiliar a repartição de cereais e panificação na aquisição, armazenagem e distribuição pelo

[583] APFMS, Copiador de telegramas do Ministério das Subsistências e Transportes, fls. não numeradas.

Machado_Santos.indb 198 22/05/2013 12:14

país «de todo» o centeio, milho e trigo das futuras colheitas e das farinhas desses cereais, assim como «de todo» o centeio, milho, trigo e farinhas exóticas importadas pelo Estado, especificando, no § único do mesmo artigo, que os celeiros podiam ser destinados à armazenagem e distribuição de quaisquer produtos de que as câmaras municipais julgassem necessário assegurar-se para manutenção dos seus munícipes. Ficava, assim, delineada para estes organismos uma função só aparentemente «reguladora», porquanto eles se vocacionavam para «um verdadeiro exclusivo de distribuição», pretendendo-se com este regime alcançar dois objetivos distintos: reduzir ao mínimo a especulação típica dos períodos de crise, proibindo-se para isso a venda direta do produtor ao consumidor, e pondo-se o Estado no lugar dos intermediários e outros agentes comerciais; e proceder a uma distribuição mais justa dos géneros disponíveis entre cidades e campo, servindo a rede dos celeiros tanto para garantir que as cidades recebessem a produção do campo, como para permitir que o campo obtivesse o que era importado através de algumas cidades. Esteve, porém, este regime longe de ser consensual, pois logo «choveram» críticas inspiradas na desconfiança suscitada geralmente pela administração pública e pelos interesses ameaçados dos produtores.[584]

Visto, assim, o desempenho relâmpago de um ministro em luta por um regime humanitário de subsistências, entramos na segunda fase de tão duro e inglório esforço, que será, também, curto, como adiante se mostrará.

O Partido Nacional Republicano (PNR) foi formado para disputar o ato eleitoral legitimador da situação dezembrista, convertendo-a, dentro do figurino republicano, em República Presidencialista ou República Nova. Nova no sentido de que, experimentado o parlamentarismo, sob o regime instaurado no 5 de Outubro de 1910, e demonstrada a sua perversão e ineficácia, restava ensaiar a solução que estivera em debate nas Constituintes em 1911. Solução, acrescente-se, que fora então rejeitada por trazer consigo, por um lado, o perigo do poder pessoal (viva que estava na memória dos republicanos a ditadura de João Franco e forte que era o receio de derivas para um autoritarismo desregulado, tirânico ou arbitrário) e, por outro lado, não estar conforme com a cultura europeia, em que pontificava, luminosa e inspiradora, a III República Francesa, de pendor acentuadamente parlamentar – o presidencialismo norte e sul-americanos era conhecido e mais ou menos apreciado, mas visto ao longe como específico dessas paragens…

Ernesto Castro Leal, ao tratar, no seu estudo monográfico sobre o campo partidário republicano, a génese e a linha programática do PNR, inicia o texto com uma citação de Fernando Pessoa que vale a pena destacar:

> Não discuto se, em abstrato, esta forma de República é superior à forma parlamentarista: afirmo que é a forma que as circunstâncias de Portugal impõem, pode ser que apenas transitoriamente, ao país. Maravilhosa intuição do presidente Sidónio Pais, que, sem ter feito estes raciocínios sociológicos, teve a intuição exata das conclusões

[584] Ver sobre este assunto VALENTE, Vasco Pulido, «Estudos sobre Sidónio Pais: comércio e distribuição em 1918», in *Estudos sobre a crise nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, p. 306.

Machado_Santos.indb 199 22/05/2013 12:14

> a que eles nos levam, buscando apoio no Exército, procurando-o nas classes extrapolíticas e esforçando-se por que vingasse a República Presidencialista.[585]

É abusivo, porém, dar o mérito dessa intuição a quem, em rigor, não a teve, mas que aderiu ao sistema presidencialista e acabou por adotá-lo, com sacrifício, é certo, da sua própria vida. Todavia, merece-a, sem hesitações, Machado Santos que, em 1911, era um federalista radical e opositor à existência da figura presidencial e que, a partir de 1916, intuiu a necessidade do presidencialismo mantendo-se fiel a esta fórmula até ao último dia de vida. Pode, por isso, dizer-se que o antiparlamentarismo do PNR não lhe suscitou reservas e, naturalmente, integrou-se junto com os seus amigos nas listas que o partido apresentou às eleições de 28 de abril. Ao contrário de Egas Moniz e dos seus acólitos centristas, para quem a defesa tardia do presidencialismo representou uma jogada tática, os machadistas entendiam que a ordem não era menos importante do que a liberdade e para que ela fosse exercida e imposta era incontornável um executivo forte e «legalmente autoritário».

O PNR constitui-se, pois, como a agremiação partidária do sidonismo e, embora não possa ser visto como um partido único, integrou um discurso suprapartidário e nacional, fértil em ambiguidades.[586] Acabou sendo o único partido assumidamente republicano que concorreu às eleições por estratégica abstenção dos democráticos, dos unionistas e dos evolucionistas. Não houve nenhuma proibição expressa para que estes grupos partidários não competissem e disputassem o veredito das urnas, mas participar nesse jogo seria para eles o acatamento implícito de uma situação que rejeitavam e que tinham passado a combater por todos os meios – rigorosamente todos, incluindo o assassínio do «Presidente-Rei»… Esta ausência não era, pois, nem um bom começo, nem, muito menos, um bom presságio. Como efeito direto, implicou a necessidade de um acordo com o Centro Católico, comprometendo-o com os objetivos político-institucionais do PNR e da República Nova, e abriu espaço ao concurso dos monárquicos indefetíveis a d. Manuel II e dos monárquicos integralistas, além de socialistas e independentes.

Realizadas as eleições num domingo cheio de sol e de temperatura amena, os resultados haveriam de ser apurados com desencontros, denúncias de fraudes pontuais e controvérsia em torno de uma abstenção excessiva ou, pelo contrário, normal. Na eleição presidencial, em que só houve um candidato (a oposição recorreu a um absten-

---

[585] Ver LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e programas – o campo partidário republicano português*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 64.

[586] Por isto mesmo, Ernesto Castro Leal formulou a questão: «[...] o problema partidário remetia para a indecisão quanto ao regime político e ao sistema político da nova República Presidencialista: sistema limitado de competição partidária (preferência pelo rotativismo de dois blocos partidários), sistema limitado com partido único (admissão de um pluralismo mitigado de índole autoritária) ou sistema fechado de partido único (monopartidarismo de índole totalitária)? Tudo indica que Sidónio Pais e o seu círculo político mais próximo recusavam pelo menos a última hipótese, inclinando-se, apesar da ilusão política de um certo bonapartismo plebiscitário, para um sistema de governo presidencial, com bicameralismo» (Idem, *Partidos e programas*, op. cit., p. 70-71). Consideramos esta leitura bastante equilibrada e validada pela investigação até ao momento produzida.

Machado_Santos.indb 200 22/05/2013 12:14

cionismo total, ou seja, aplicável às duas eleições), este terá obtido uns 473 789 votos[587], defrontando uma moderada cifra de abstencionistas. Para o Congresso há que distribuir o apuramento pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Para a primeira, o PNR elegeu 100 deputados, os monárquicos 41, os católicos quatro, os socialistas um e os independentes quatro; para o segundo, o PNR elegeu 32, os monárquicos nove, os católicos um, nenhum para socialistas e independentes e 17 para as entidades profissionais e corporativas.[588] Num universo de 880 mil recenseados, a abstenção pode ter rondado, em relação à Câmara dos Deputados, os 61,18%, com 38,82% de votantes, e, em relação ao Senado, houve apenas 33,3% de votantes e 66,7% de abstenções.[589]

Entre os senadores nacionais republicanos eleitos estava, naturalmente, Machado Santos e nessa condição haverá de fazer ouvir a sua voz crítica após deixar o elenco governativo.

Exonerado ministro das Subsistências e Transportes, a 15 de maio, foi nomeado Secretário de Estado da mesma pasta na mesma data (ver quadro 5, ponto 3, Apêndice documental), a fim de prosseguir a mesma política, não obstante o crescente agravamento das condições de vida no país. Mas, como bem se compreende, a oposição em bloco não lhe poupou críticas severas. E em resposta ele manter-se-á fiel, entre 1 de maio e 4 de junho, ao seu impulso voluntarista para pressionar as autoridades locais a cumprirem com empenho e firmeza as disposições legislativas, os despachos e as circulares emanados de Lisboa para responder aos protestos da opinião pública contra a imoral ganância dos especuladores e para colidir de frente com os diversos interesses «escalonados» na sociedade e até na própria estrutura da Administração.

A incompatibilidade com o ex-ministro do Comércio emergiu, tanto quanto se infere de uma entrevista do major Pinto Osório, da exorbitante tendência do irrequieto «fundador da República» para legislar e regulamentar, a golpes de obsessiva e utópica fúria reformista, numa esfera que só transitoriamente justificara a criação desse novo Ministério e que exigia estreita cooperação com o Comércio e a Agricultura. Um conflito de contornos pessoais a servir de prenúncio ao incidente «político-ferroviário» que tornou irreversível a demissão de Machado Santos, sem que Sidónio Pais conseguisse, dessa vez, evitá-la como seria seu desejo e intenção. O incidente pode ser vislumbrado através dos últimos telegramas que redigiu e expediu à frente das Subsistências e Transportes. Mas, antes disso, observemos a sua atuação governativa. Em 4 de maio seguiu para o governador civil de Viana do Castelo uma comunicação telegráfica que declarava não autorizar que continuasse a ser lançada ilegalmente a «pesada contribuição que se exige no seu distrito sobre o milho», nociva à já tão difícil vida das populações, e pedia-lhe que encetasse, com urgência, o trabalho de organização dos celeiros municipais, porque «isso normalizaria rapidamente o abastecimento do país». Na mesma data, pedia aos governadores civis de Portalegre, Évora e Beja para determinarem aos administradores de concelho, câmaras municipais e demais autoridades a mobilização das populações «a afugentar gafanhotos e apanhar o saltão, alto interesse patriótico em proteger searas. O saltão que fica depois

[587] Ver SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e sidonismo, Vol. 2 – História de um caso político*, op. cit., p. 167.
[588] *Idem*, *ibidem*, p. 177.
[589] Ver SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e sidonismo, Vol. 2 – História de um caso político*, op. cit., p. 178.

Machado_Santos.indb 201 22/05/2013 12:14

de afugentada nuvem gafanhotos ainda é mais prejudicial que estes». Enquanto para o alto comissário dos Açores se apressara a comunicar: «Preço açúcar exageradíssimo, não compre, proíbo exportação chá e açúcar dos Açores, a não ser para território continental República e Madeira; e como açucareiros pretendem roubar governo e especular com miséria pública, quando açúcar chegar Lisboa mando-o apreender.» Com data de 7 de maio, enviava um lacónico telegrama ao inspetor da Polícia de Coimbra. Pedia-lhe: «Venha Lisboa urgentemente falar-me.» À Associação Comercial do Seixal informava, em 11, que satisfizera o seu pedido, solicitando já ao Ministério da Marinha o envio para o Seixal de vapores do Arsenal enquanto durasse a greve. E no mesmo dia, por telegrama despachado para o governador civil de Santarém, expunha-lhe o seguinte: «Produtores seu distrito, abusando situação, venderam cereais que tinham por preços fabulosos sem contarem com povo localidades, e, depois, ante a ameaça revolta populações por alta de preço do pão motivada por aquisição cereais em outros concelhos por preços gananciosos, vieram pedir Ministério que lhes fornecesse farinha ou milho por preço inferior ao custo. Informado de que em Benavente existia muito milho que podia abastecer outros concelhos, mandei-o apreender. Política de subsistências não se faz com paliativos e governo confia que v. ex.ª faça respeitar leis e preços tabelas em vigor. É maior bandido o que especula com miséria pública do que o que rouba para matar fome.» Aforismo moralizador muito ao seu estilo de *Zé do Telhado* institucional – punir e tirar aos ricos para proteger e dar aos pobres. Coerente com a afirmação de que a política de subsistências não se fazia com paliativos, ordenou, por telegrama também de 11, ao mesmo governador civil, que nomeasse «já outro administrador para Benavente que não tem e que não pode estar mercê de açambarcadores. Novo administrador não deve ser filho da terra». E, em telegrama seguinte, mandou prender, por força militar com destino a Lisboa, «o açambarcador Porfírio Neves da Silva, de Salvaterra de Magos, que insultou fiscais subsistências, desrespeitou governo e incitou povo à revolta».

Ao presidente da Câmara Municipal e da Comissão de Subsistências de Coruche autorizava que a Cooperativa de Trabalhadores Rurais reconhecida pelo governo fosse abastecida de cereais e de farinhas só para consumo dos seus associados, mas como a ordem viesse a ser desacatada demitiu, por circular não datada, a aludida Comissão de Subsistências, e transferiu os seus poderes para a Câmara Municipal. Para a Beira Alta, mais precisamente para o governador civil de Viseu, solicitava providências urgentes a fim de que a autoridade administrativa de Mangualde não pusesse impedimento à saída do milho adquirido pela Câmara Municipal de Coimbra com a necessária guia de trânsito passada pelo Ministério. Um recado extensivo a outros destinatários.

Ao governador civil do Porto comunicou, em 17 de maio, a partida iminente de comboio especial com milho e a indicação de obter mais «milho para distribuir outras câmaras seu distrito. Mas aguardo que mandem seu valor dinheiro visto v. ex.ª ainda não ter dado cumprimento decreto que instituiu celeiros e que mande abrir créditos câmaras por proposta governadores civis. Comboio milho deve chegar madrugada Gaia leva 14 *wagons* e tenho disponíveis mais 46 *wagons* para cidade que irei remetendo. Para Maia tenho seis *wagons*, para Valongo seis *wagons*, para Paredes dois *wagons*, para Gaia cinco *wagons,* para Matosinhos dois *wagons*. Para serviço subsistências não ponha impedimento e cumpra imediatamente ordem que dei para

Machado_Santos.indb 202 22/05/2013 12:14

distribuir gasolina a Monteiro Guimarães. Indique qual dos tesoureiros fazenda pública há de ser gerente celeiro municipal cidade. E peço v. ex.ª convide Abel dos Santos Ferreira para meu delegado Porto».

Em tom de reprimenda, com leve ponta de ironia, dirigiu-se ao governador civil de Leiria, capitão José Augusto de Melo Vieira, dizendo estranhar «seu ofício n.º 880, que parece dar a entender que distrito seu governo se proclamou independente. Cumpra decreto que ordena organização celeiros municipais, proponha créditos a abrir às câmaras e estas que requisitem cereais. Quanto ao excedente arroz que sobre distribuição pelos celeiros distrito, indique quantidade para Ministério lhe dar destino ao preço tabela. Recomendo v. ex.ª leitura assídua *Diário Governo* para que haja conhecimento lei e esta se cumpra».

Mas a leitura da folha oficial não bastava para que a lei se cumprisse e, a 19 de maio, pedia ao presidente da Comissão de Abastecimento e Câmara Municipal do Porto para «vir conferenciar comigo Lisboa». Ao presidente da Câmara Municipal esclarecia, por telegrama de 19, terem sido fixadas em decreto-lei as atribuições dos tesoureiros, não havendo «pois motivos para reparos de v. ex.ª». Para o governador-geral de Angola pediu, na mesma data: «Determine que vapores *Extremadura* e *Portugal* carreguem cada um 1500 toneladas milho, sendo conveniente que determine também que das 30 000 toneladas milho que se podem exportar do Lobito estejam nessa localidade pelo menos 5000 prontas a embarcar».

Informado de que em Beja se lançava uma contribuição de 20% ou de 50 réis em quilo sobre as farinhas e trigos, transmitiu ao governador civil a proibição expressa «que tal se continue a fazer e responsabilizo v. ex.ª por esse facto».

Em resposta às reclamações do presidente da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte, conde de Águeda, informava, por telegrama de 22 de maio, «que dias antes tomar conta transportes fora ao Douro navio *Congo* carregar vinhos e que depois já lá mandei *Lagos*, *São Jorge* e *Maio*, devendo a estes seguir-se outros vapores. Não há, pois, motivos para tão frequentes reclamações contra viticultura sul, que não tem sido mais acarinhada do que a do norte pelo governo».

A tendência bem portuguesa de se fugir às vias oficiais para se obter os fins pretendidos foi lapidarmente fustigada em telegrama para o administrador do concelho de Rio Maior, de 23 de maio, onde se lê: «Chefe de Estado não é fornecedor gasolina. Interessado que a reclame à terceira repartição da Direção-Geral de Subsistências, em requerimento autenticado pela Câmara Municipal de Rio Maior.» Ao governador-civil de Faro participava ter mandado já seguir «as mil toneladas de farinha que destinei ao Algarve, despesas até Barreiro poderão agravar seu custo em cerca de cinco réis cada quilo. Algarve, que por estar riquíssimo, fez elevar custo de trigos no Alentejo, não tem direito fazer reclamações. Farinha sai por preço mais elevado ao Estado. Responsabilizo v. ex.ª por pagamento integral de tudo visto v. ex.ª ter pedido que lhe mandassem todas as guias em vez de ter feito o rateio das farinhas pelas câmaras municipais».

A difícil gestão do cereal disponível inspirava outro tipo de comunicações, como a remetida ao governador civil da Horta, em 31 de maio: «Não poder, por enquanto, autorizar saída cereal seu distrito, estando a proceder ao seu arrolamento para conhecer existência. Entenda-se, portanto, v. ex.ª com seu colega Ponta Delgada, que lhe poderá dispensar algum. Quanto à dispensa do pagamento do frete, não posso autorizá-la, visto

Machado_Santos.indb 203 22/05/2013 12:14

não ser ele tão elevado que faça encarecer custo do pão.» Ou, mais severa, ao presidente da Câmara Municipal do Funchal: «Conhecendo preço elevado fretes, fechei contrato venda trigo 33 centavos cif Funchal, mas, se este trigo faltar, tenho outro contrato feito há 2 meses ao preço de 40. Sirva-se, pois, v. ex.ª ir arranjando fundos para pagar trigo na pior hipótese, pois, enquanto v. ex.ª o não fizer, não posso autorizar o seu desembarque. Madeira já deve imenso às subsistências por fornecimentos atrasados e lamuriando-se pela crise da falta de géneros não pensa sequer em pagar os que já consumiu. Quanto a exportação de vinhos licorosos, mandarei especialmente um navio à ilha para esse fim». Ou ainda, em jeito de ameaça terminante: «Governador civil Viana do Castelo // Segundo informa governador Aveiro Câmara de Feira adquiriu milho no concelho de Valença donde o não deixam sair sem lá deixar 40 por cento. Já proibi tal abuso que representa uma ignóbil especulação à custa da miséria de outros distritos. Se v. ex.ª não puser cobro aos lançamentos desses impostos ilegais não consentirei que marchem do sul os géneros que o seu distrito não produz e de que precisa».

Atitude de força aplicável também à recusa do Sindicato Agrícola de Moura, distrito de Beja, em ceder, ao delegado do Ministério das Subsistências, azeite local: «[…] observo já que sindicato agrícola Moura e comissão administrativa câmara estão em rebelião. Espero que v. ex.ª saiba cumprir seu dever e tão depressa chegue delegado a Lisboa e me informe enviarei outro com plenos poderes acompanhado de força militar para fazer cumprir a lei.»

Eclodindo, entretanto, no começo de junho, a greve dos ferroviários, transmitiu logo ao diretor do Caminho de Ferro da Beira Alta, sedeado na Figueira da Foz, a posição pessoal e oficial sobre a mesma: «Sou informado que pessoal caminho ferro Beira Alta está em greve. Como não estou disposto a manter concessões a quem comete o crime de fazer greve, neste momento, esfaimando populações que carecem de servir-se de caminho de ferro para o seu abastecimento, peço faça sentir ao seu pessoal que tenciono anular a concessão dos dezassete por cento de sobretaxa sobre as tarifas caso não cesse imediatamente injustificado movimento.»

No dia seguinte – 4 de junho –, participava ao chefe da estação do Entroncamento que o pessoal da CP estava a retomar o trabalho e «por minha ordem diretor geral companhia pública avise determinando a apresentação do restante, devendo os que não retomem serviço abandonar casas de habitação da linha com suas famílias e mobília. Em Lisboa e arredores já circulam comboios». Uma normalização anunciada, também por telegrama desse mesmo dia, para os governadores civis de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Aveiro, Coimbra, de Viseu, Guarda, Castelo Branco, Leiria e Santarém, com pedido de transmissão da mensagem aos respetivos administradores de concelho e demais autoridades, frisando que: «O serviço de abastecimento do país onde há populações com fome não pode estar à mercê de agitadores sem escrúpulos e governo está disposto a não transigir mais ante ameaças de classes desvairadas.»[590]

[590] Todas as citações feitas se reportam a APFMS, Copiador de telegramas do Ministério das Subsistências e Transportes, fls. não numeradas.

Machado_Santos.indb 204 22/05/2013 12:14

Enfrentando com dureza o conflito laboral nos Caminhos de Ferro, Machado Santos não estava a trair as conhecidas simpatias e ligações ao movimento operário, apenas confirmava a sua postura de revolucionário romântico, filantrópico e autoritário, que ora condenava greves, ora mandava prender patrões, administradores ou – parafraseando-o – a plutocracia.

O incidente na CP, assaz ilustrativo de um tal perfil, foi suscitado um mês antes, aquando da publicação, em *Diário do Governo,* da controversa reforma ferroviária, condenada, como vimos atrás, pelo ex-ministro do Comércio, major Pinto Osório, por revestir o caráter de ingerência das Subsistências e Transportes na esfera de competência administrativa do Comércio.

Sem entrarmos numa detida análise, convém, no entanto, referir que a dita reforma assentava em dois extensos diplomas – o decreto n.º 4205, de 4 de maio de 1918, estabelecendo o *Regulamento dos Caminhos de Ferro do continente da República Portuguesa* e o decreto n.º 4206, da mesma data, fixando as bases da *Organização da Direção-Geral dos Transportes Terrestres* (ver quadro 7) – e que ambos acabavam por constituir um apertado instrumento de intervenção e controlo do governo e, em particular, da Direção-Geral dos Transportes Terrestres, à frente da qual se encontrava o jovem engenheiro militar e machadista Cunha Leal.

A leitura do Regulamento é elucidativa dessa tendência, mas o segundo decreto, que vinha desenvolver e ampliar matéria disposta no decreto n.º 3936, de 16 de março de 1918 (ver quadro 4, ponto 3, Apêndice documental), deixa-a claramente explicitada logo na abertura do seu articulado: essa direção-geral superintendia, sob a autoridade do ministro das Subsistências e Transportes, em toda a viação terrestre portuguesa, competindo-lhe, em especial, o estudo, a construção e a gerência dos Caminhos de Ferro do Estado; o exame e aprovação dos projetos de Caminhos de Ferro concedidos a companhias, empresas ou particulares, e a fiscalização da construção dos mesmos; a fiscalização da gerência de todos os Caminhos de Ferro do continente da República Portuguesa; e a mobilização de todos os meios de transporte, quando necessário. Para o cumprimento destes objetivos, a estrutura criada era munida de uma Secretaria, de uma Repartição de Contabilidade, de uma Direção dos Caminhos de Ferro do Minho e Douro, de outra Direção para os Caminhos de Ferro do Sul e Sueste e de uma Direção da Fiscalização para toda a rede ferroviária do Estado. Anexa à Direção-Geral, funcionava ainda uma junta consultiva dos Caminhos de Ferro. E, no respeitante ao diretor-geral propriamente dito, verifica-se que as suas competências, distribuídas por 19 pontos, conferiam-lhe uma lata capacidade de intervenção, aliás, invulgar no setor e daí as reações negativas surgidas, designadamente da parte da Administração e Direção-Geral da CP, dominada, conforme a voz corrente, pelos unionistas.

Na versão de Cunha Leal – um dos intervenientes no conflito –, Machado Santos:

> […] lá ia deitando remendos em tão avariada situação, umas vezes com acerto, outras com desacerto. Em dada altura, recorreu ao meu concurso para submeter as empresas ferroviárias a uma disciplina mais eficaz, reorganizando, com essa finalidade, os serviços estatais de fiscalização segundo os moldes de França. A oposição dos interessados foi clamorosa; e a Administração da CP, a propósito de

> qualquer reclamação do seu pessoal, curou, à capucha, não de o acalmar, mas, sim, de o excitar. Pediu o secretário de Estado o meu modo de ver para se atamancar o problema. Eu tomara já contacto com alguns dos reclamantes com peso nas suas resoluções e chegara à convicção de que, servindo-se deles e indo instalar-me na estação do Entroncamento, me seria possível restabelecer o funcionamento dos comboios, desde que os Corpos Gerentes da CP não entravassem os nossos esforços![591]

Cunha Leal referia-se, implicitamente, à greve dos ferroviários, aludida nos últimos telegramas citados, uma greve instigada, segundo esta versão, pelos ditos Corpos Gerentes da Companhia. Em face da opinião emitida pelo seu colaborador, Machado Santos não hesitou em ordenar ao chefe da Polícia de Lisboa e seu amigo pessoal, capitão Lobo Pimentel, «que, às 16 horas do dia 7 ou 8 de junho – já não posso precisar –, fosse prender todos os administradores da CP, ocasionalmente reunidos nesse momento em Conselho, conduzindo-os, para o efeito, em camioneta e tratando-os com toda a deferência. Essa detenção deveria manter-se até que fosse restabelecida por mim a normalidade do serviço ferroviário».

Um procedimento algo bizarro, narrado por Cunha Leal com muita naturalidade. Mas os visados é que não acharam graça à ideia e como foram alertados antes da execução da ordem «como um bando de pardais assustados, esvoaçaram até ao palácio do presidente invocando o seu patrocínio»[592]. Pelos vistos, com êxito. Sidónio Pais recebeu-os, ouviu-os e desautorizou Machado Santos, ordenando a Lobo Pimentel que não efetuasse a operação concebida pelo seu secretário de Estado, a quem comunicou, posteriormente, a sua decisão. Era o suficiente para melindrar o suscetível Machado Santos, que, de imediato, apresentou o seu irrevogável pedido de demissão, aceite inevitavelmente por Sidónio Pais. Uma demissão oficializada a 9 de junho (ver quadro 5, ponto 3, Apêndice documental) e que arrastou, também, a demissão da pasta da Marinha do indefetível machadista e capitão-de-mar-e-guerra José Carlos da Maia, exonerado a 27 de junho[593], sendo substituído, interinamente, até 7 de setembro, pelo secretário de Estado da Instrução, Alfredo de Magalhães (ver quadro 5, ponto 3, Apêndice documental).

Na versão de Rocha Martins, cuja ligação pessoal a Machado Santos é bem conhecida, a narrativa tomou cores mais suaves: na origem da greve dos ferroviários teria estado a reivindicação da revisão do regulamento decretado em maio, o Conselho de Administração conferenciou em Belém com Sidónio Pais e nos bastidores dizia-se:

> […] que os ferroviários impunham a demissão de Cunha Leal e dos outros funcionários; propunha-se ao fundador da República a revisão do regulamento. Preferiu que se abrisse a crise. Na sombra tinham-no indisposto com o chefe de Estado e quando exigiu a demissão dos delegados do governo junto dos Caminhos de Ferro –

---

[591] Cf. LEAL, Cunha, *Coisas de tempos idos. As minhas memórias*, Vol. 2, *Na periferia do tufão. De 1 de janeiro de 1917 a 28 de maio de 1926*, op. cit., p. 87-88.

[592] Cf. LEAL, Cunha, *Coisas de tempos idos. As minhas memórias*, Vol. 2, *op. cit.*, p. 88.

[593] Cunha Leal refere que o decreto de 27 de junho consignou a demissão de Carlos da Maia, o qual «invocou para a sua retirada do gabinete motivos de saúde, quando, na realidade, pretendeu apenas manifestar a sua solidariedade moral com o fundador da República» (cf. *Idem*, *ibidem*, p. 88).

Machado_Santos.indb 206 22/05/2013 12:14

> todos camachistas – e lha recusaram, o inevitável surgiu. Ele acusava-os de cúmplices no movimento contra os seus desígnios. Era mais um republicano a afastar-se de Sidónio».[594]

Duas versões diferentes incidem sobre ângulos opostos do caso. Cunha Leal, denotando alguns lapsos e imprecisões cronológicas, não apresentou como causa próxima o clausulado do Regulamento estabelecido pelo decreto n.º 4205, mas sim a decisão de prender temporariamente o Conselho de Administração da CP. Ao contrário, Rocha Martins enfatizou uma cláusula desse diploma – a da indemnização ao público pelo desvio dos géneros nos comboios – como o grande «pomo da discórdia». Qual delas a mais exata? É difícil sabê-lo, porque cada um juntou o seu contributo pessoal para a verdade e esta exige, pelo menos, que tenhamos em conta três aspetos importantes.

Em abril surgiu um primeiro atrito nas relações da equipa das Subsistências com o Conselho de Administração da CP, a propósito do aumento de 40 a 50% da sobretaxa nas tarifas concedida por motivos de guerra. Pela cópia do ofício n.º 41/7, de 6 de abril de 1918, do diretor-geral dos Transportes Terrestres, Cunha Leal, para o presidente do Conselho de Administração da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, fica-se a conhecer um pouco melhor a posição dessa direção-geral e do Ministério das Subsistências perante o pretendido aumento da sobretaxa reclamado pela CP. Atente-se, pois, no teor desse documento:

> Despachou s. ex.ª o Ministro das Subsistências e Transportes sobre o ofício de v. ex.ª n.º 460-A, de 5 de abril, e por isso o incidente considera-se fechado até que o sr. ministro tenha tido tempo e documentos, que o habilitem a fazer um juízo seguro sobre o aumento de sobretaxas feito pela companhia. Mas teve s. ex.ª o ministro o cuidado de garantir verbalmente aos delegados do governo que v. ex.ªs podiam conceder ao pessoal os aumentos de subvenção que julgassem justos, pois que o governo indemnizaria a companhia durante os meses de março e abril, no fim dos quais a sua decisão definitiva será dada dos prejuízos correspondentes a esta subvenção se a companhia tiver até lá feito a prova de que os encargos obrigatórios atuais lhe absorvem mais do que as receitas líquidas da exploração. Mas porque v. ex.ª, interpretando mal as minhas palavras, julgou ver nelas uma má vontade, que só poderia ser o reflexo do sentir de s. ex.ª o ministro, eu quero repor a questão no seu aspeto verdadeiro e fundamental. A primeira vez que s. ex.ª o ministro teve conhecimento de que a companhia pretendia aumentar de 40 a 50% a sobretaxa concedida por motivos da guerra, foi quando eu lhe comuniquei, a poucos dias da minha nomeação, que esse pedido fora levado a

[594] MARTINS, Rocha, *Memórias sobre Sidónio Pais*, op. cit., p. 187-188. Segundo este cronista, Machado Santos caíra, tal como Francisco Xavier Esteves, «entre fúrias inimigas. No meio da agitação lembrara-se de impor um regulamento aos Caminhos de Ferro, no qual havia, com outras cláusulas, a da obrigação de a companhia indemnizar o público pelo desvio dos géneros nos comboios; queria efetivada ainda outras responsabilidades, mas logo foi acusado com os seus colaboradores – o engenheiro Cunha Leal, Sérgio Príncipe, antigo ferroviário e Demóstenes de Oliveira – de querer a ruína dos acionistas e a do pessoal ao qual seriam exigidas contas pela companhia desde que as mercadorias desaparecessem. Fomentou-se a greve; criou-se a paralisação».

Machado_Santos.indb 207 22/05/2013 12:14

apreciação do Conselho de Tarifas a que presidi nessa sessão. Foi então que o referido Conselho emitiu o seu parecer de que, não fazendo a companhia a justificação do pedido, a que não juntava um único documento, não se deveria conceder o alargamento da sobretaxa, e que mesmo a manutenção da de 40%, que vigorava por uma portaria, até fins de abril, só devia ser concedida até final do ano, pelo receio de que a sua recusa viesse trazer perturbações graves à vida das nossas linhas férreas. E houve mesmo um vogal com responsabilidades, o sr. diretor fiscal da exploração dos Caminhos de Ferro, que foi de opinião que era muito de ligeireza o conceder sobretaxas cujo alcance se não conhecia, e perguntou como justificação, se alguém sabia o que as sobretaxas tinham dado à companhia no ano de 1917. E a verdade é que ninguém fazia uma ideia aproximada da questão. Foi então que o número 3000 contos, relativo ao de 1917, me apareceu pela primeira vez, cercado da respeitabilidade, que as funções e o caráter do sr. engenheiro Policarpo Lima lhe emprestavam, embora este número não fosse apresentado senão como um valor aproximado. Ao expor este assunto a s. ex.ª o ministro, como era meu dever, fiz-lhe notar que a sobretaxa de 40% só começara a vigorar em maio de 1917, e que, portanto, de esperar era que esse aumento de receita bruta, maior fosse em 1918, já porque a sobretaxa vigoraria durante 12 meses contra 8, já porque, independentemente disso, as receitas brutas da companhia natural era que sofressem um incremento maior. Queria v. ex.ª que s. ex.ª o ministro tomasse sobre si a responsabilidade, que uma corporação inteira achava demasiado pesada para os seus ombros? Evidentemente que não. Mas nisto surge o incidente das reclamações, apresentadas pelo pessoal da companhia. v. ex.as estudaram o assunto desde 3 de março a 4 de abril, e no dia 5, precedendo o ofício de v. ex.ª, uma comissão de operários vem pôr diante de nós o espectro da greve, que possivelmente poderia surgir de uma assembleia a realizar em 7. Quer dizer, v. ex.as precisaram de mais de um mês, conhecendo bem as suas contas, para formarem um juízo. O ministro, esse que se decida no espaço de menos de três dias porque a companhia atira para cima dele a responsabilidade de uma greve, por recusa de novas sobretaxas nas tarifas. Mas há mais, v. ex.as pensam que 15% bastem para satisfazer os encargos do pessoal. Será? Não será assim? O ministro não sabe: são v. ex.as que o sabem. Mas é isso que a companhia pede? Não: a companhia quer aproveitar a ocasião para arrancar mais os 10% que em tempos havia pedido e que por falta de justificação não haviam sido dados. E não diz: se não me derem 15%, não dou as subvenções pedidas. Diz: se me não derem 25%, não dou as subvenções pedidas. Quer dizer: dando 15% a situação da companhia mantinha-se estacionária; mas ela quer servir-se da hora crítica presente para arrancar à economia pública mais 10%. Exagero? Não é assim que está posto o problema? E já que v. ex.as vêm citar o exemplo da França, deixem-me dizer-lhes que os governos lá fora não atiram com as sobretaxas à rua com a ligeireza com que nos pedem que as deem. Levam quase quatro anos a decidir-se a dar os 25% e impõem a cláusula do excesso de receitas reverter para o Estado, uma vez satisfeitos os encargos normais das companhias. E porque não citam v. ex.as o exemplo da Espanha, que embora tenha o seu câmbio favorável, sofre, também, com todas as consequências das tristes horas presentes? Dá-me v. ex.ª os detalhes das contas de 1916 para me convencer das razões que lhes assistem. Lá vem a conta de 841 contos da qual a verba mais importante (mais de 500 contos) é para novas construções. Não podem v. ex.as

Machado_Santos.indb 208 22/05/2013 12:14

> ocorrer às despesas de novas construções, emitindo obrigações, o que lhes não é possível. Dizem, por outro lado, não poder alargar para esse efeito o seu capital, porque as suas ações não teriam colocação. Que culpa tem o governo e o público da situação que a companhia se preparou a si própria? Porventura não se poderia entrar em acordo de modo a permitir a emissão de um empréstimo à custa do qual se fizessem estas construções e que libertasse a exploração dos encargos de milhares de contos? Já tentaram isso – dirão v. ex.as. Mas querem que o sr. ministro pense e resolva tudo isto em três dias? Mas, seja como seja, a companhia pode com todos os seus encargos em 1916, e ainda lhe sobra dinheiro para pagar – o que não é obrigatório – três francos e 50 a cada obrigação do 2.º grau. Em 1917, as receitas sobem de perto de 1000 contos. As despesas cujos acréscimos v. ex.as acusam são 234 contos para aumentar ao pessoal (ofício n.º 445-a) e o aumento geral do preço dos materiais e carvão. Absorveu isto a diferença? Não sei. Mas, em todo o caso, que tremendos problemas para resolver em menos de três dias! Queremos saber tudo. Em dez anos aumentaram as despesas de administração e direção em cerca de 300 contos. O governo precisa de saber se isso não representa desvario de administração. // Saúde e Fraternidade.[595]

Os dois diplomas de 4 de maio provocaram uma viva contestação entre as pessoas ligadas aos Caminhos de Ferro e na opinião pública em geral, sendo certo que o pessoal ferroviário exigiu a suspensão do decreto n.º 4205 e da parte sobre a fiscalização do governo contida no n.º 4206[596]. Deflagrada a greve, por esse e por outros motivos, o ministro das Subsistências e Transportes taxou-a logo de «ato criminoso» e injustificado, impondo, através do diretor geral da CP, Ferreira de Lima, uma circular que intimava o pessoal a regressar ao trabalho e considerava os desobedientes «demitidos devendo, caso habitem edifícios da companhia, deixá-los devolutos no prazo das vinte e quatro horas consecutivas»[597], intimação que, ao que se sabe, terá sido recusada ou, pelo menos, mal acolhida pela administração da CP.

Por último, convém lembrar que Sidónio Pais fora membro do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro Portugueses, em 1911, sendo, naturalmente, sensível à contestação gerada por esses decretos, além de que acompanhou de perto o evoluir da situação, como se deduz de uma comunicação manuscrita (pelo punho, parece-nos, de Eurico Cameira) com as exigências e atos de sabotagem do pessoal em greve:

---

[595] APFSP, Subsistema Presidência da República, dossiê 56, *Caminhos de Ferro*, ofício da Direção-Geral dos Transportes Terrestres, 6 de abril de 1918, 4 fls. dactiloscritas.

[596] APFSP, Subsistema Presidência da República, dossiê 56, *Caminhos de Ferro*, bases em que ficou assente a solução da greve dos ferroviários do Sul e Sueste, fl. [3].

[597] Redigida nestes termos: «Por ordem superior, fica intimado o pessoal desta companhia com sede em Lisboa a apresentar-se ao serviço, até às 14 horas do dia 5, devendo o da província efetuar a sua apresentação até às 10 horas do dia 6. Todos os que não obedecerem a esta intimação consideram-se demitidos, devendo, caso habitem edifícios da companhia, deixá-los devolutos no prazo das vinte e quatro horas consecutivas. Lisboa, 4 de junho.» Esta circular acha-se vertida na cópia do telegrama para os governadores civis de Viana, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Aveiro, Coimbra, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Leiria e Santarém (APFMS, Copiador de telegramas do Ministério das Subsistências e Transportes, fls. não numeradas).

Machado_Santos.indb 209 22/05/2013 12:14

Comunicam do Governo Civil de Lisboa que o sr. governador civil do Porto os informou das condições em que os ferroviários do Minho e Douro retomam o trabalho. São elas:

1.ª – Restituição imediata à liberdade de todos os agentes ferroviários que se encontram detidos em vários pontos, por circunstâncias derivadas do presente movimento sem que contra eles se promova processo criminal;

2.ª – Sobre o pessoal que teve qualquer ingerência na greve não se exercerá a menor represália, nem se guardará para com ele a menor reserva.

3.º – Ao pessoal que entrou na greve serão pagos os respetivos vencimentos incluindo o abono por horas de trabalho (o normal).

Também informa o sr. governador civil do Porto que tem havido atos de sabotagem.

Em *Âncora* (próximo de Viana do Castelo) arrancaram os parafusos de via, provocando um descarrilamento em que houve feridos. Os ferroviários recusaram-se a organizar o comboio de socorros.

No *Porto* praticaram atos de sabotagem nas locomotivas havendo prejuízos.

O sr. governador civil de Viana do Castelo mandou prender os autores destes atentados.

8 de junho de 1918[598]

A demissão de Machado Santos representou, sem dúvida, uma baixa política importante no governo sidonista, não só porque, apesar de todos os seus excessos de estilo, a linha traçada nas Subsistências correspondera, pelo menos, a um esforço de moralização simpática à generalidade dos cidadãos, indignados com os fabulosos e chocantes lucros dos açambarcadores, mas também pela vantajosa presença do «núcleo» machadista na rede sociopolítica de apoio[599]. Entre os analistas coevos,

---

[598] APFSP, Subsistema Presidência da República, dossiê 56, *caminhos de ferro*, [comunicação em papel de carta timbrado da Presidência da República, 8 de junho de 1918].

[599] Embora pequeno, o núcleo machadista, dinamizado pelo Centro 27 de abril, tinha uma certa coesão interna e capacidade mobilizadora. Em 19 de maio, *A Capital* noticiava estar a aumentar o número de inscrições para o almoço de homenagem ao secretário de Estado das Subsistências, «organizado por um grupo de amigos seus, pessoais e políticos. Ontem inscreveram-se mais os srs. Adelino Mendes, jornalista, dr. Féria Teotónio, governador civil de Braga, António Correia, oficial do exército, José Trindade, capitão de infantaria 8, Rafael do Vale, administrador do concelho do Barreiro, Manuel Correia de Moura, preparador químico do Liceu Camões, Luiz Belo, estudante. Ao almoço assistem o representante do sr. presidente da República, secretários de Estado, diretório e delegados de todas as comissões políticas do Partido Nacional Republicano e grande número de funcionários do Ministério das Subsistências. A comissão é constituída pelos srs. Manuel de Abreu, Aires da Fonseca, Luís Baldaque e João Homem de Brito. A inscrição encerra-se no fim da semana, estando as listas no Grémio do Partido Nacional Republicano e *Jornal da Tarde*, na rua do Belver 3, 2.º e Barbearia Gonçalves, rua da Rosa, 79» («Machado Santos. Banquete de homenagem», *A Capital*, de 19 de maio de 1918, p. 1). Quase um mês depois, o *Jornal da Tarde* relatava a manifestação, efetuada em 10 de junho, de homenagem ao ex-secretário de Estado das Subsistências, Machado Santos, que partiu dos Restauradores, às 18 horas, até à rua de José Estevão, onde o homenageado residia («Machado Santos. A manifestação de ontem fez-se com todo o entusiasmo», *Jornal da Tarde*, 11 de junho de 1918, p. 1).

Machado_Santos.indb 210 22/05/2013 12:14

nos quais incluímos o plenipotenciário da França em Lisboa, Émile Daeschner[600], generalizara-se a convicção de que Machado Santos era um fator de «desordem» ou de perturbação política, com tendência, se remetido à oposição, para as conspiratas permanentes. Não era uma convicção errónea, mas nem sempre ficou demonstrada. Com efeito, era improvável que o almirante renegasse completamente as suas responsabilidades e afinidades à situação dezembrista, embora a sua posterior conduta no Senado viesse confirmar um afastamento crítico e incoerente, habilmente mistificado para a História pelo seu devotado amigo Cunha Leal[601].

A sua saída e, por arrastamento, a de José Carlos da Maia enfraqueceram a imagem pública do novel 16.º Governo da República Nova, com a agravante de ocorrer logo a seguir ao «escândalo das ações» que levara também à demissão do secretário de Estado das Finanças e destacado dirigente do PNR, Francisco Xavier Esteves, exonerado, na 2.ª série do *Diário do Governo,* de 1 de junho de 1918.

---

[600] Ver DEROU, Jean, *Les relations franco-portugaises à l'époque de la première république parlementaire libérale (octobre 1910-28 mai 1926)*, Paris, Sorbonne, 1986, p. 162-164.

[601] Nas suas *Memórias*, tão interessantes, quanto suspeitas de deliberada parcialidade, Cunha Leal cuidou de distanciar-se do sidonismo, chegando mesmo ao ponto de atribuir a sua candidatura a deputado pelo PNR à insistência irrecusável de Machado Santos, embora este não lhe pudesse exigir uma cega adesão a esse «heterogéneo e amorfo» projeto partidário. Vale a pena registar, aqui, a sua opinião negativa sobre a prestação técnica e política do 16.º Governo, após todas as suas recomposições: «A notória incompetência técnica dos secretários de Estado em matéria económica e financeira gerara, por outro lado, fundas perturbações sociais, que, se não obedeciam às motivações da agitação política, também as não contrariavam, pelo que acabaram por constituir com elas um sistema de forças em oposição ao regime vigente»; e ainda a sua condenação «[...] Para desarmar esta perspetiva conjuntural, seria necessário imprimir ao fenomenalismo governativo e policial um tom de moderação, compreensão e congraçamento. Em vez disso, a ação ministerial traduziu-se em arrogância e injustiça para com os adversários, e a ação do sistema de prevenção e repressão das perturbações da ordem em Lisboa e, mais acentuadamente, no Porto, redundou em destemperos e violências tão arrepiantes que ultrapassaram os desejos do próprio escol situacionista, como se provou, na parte referente a Sidónio Pais, na cadeia do Aljube nortenho. Estes procedimentos atrabiliários determinaram o acréscimo da desordem pela crescente sobre-excitação do espírito conspiratório. Assim nasceu aquela espiral do insurrecionismo e da violência, a assumirem, alternadamente, valores cada vez mais altos do que os anteriores. O gabinete de 8 de outubro já não chegava a tempo de esboçar, sequer, uma política de desanuviamento. Os dados estavam lançados, como, dentro em breve, iria verificar-se.» (*Idem*, LEAL, Cunha, *Coisas de tempos idos. As minhas memórias: romance duma época, duma família e duma vida de 1888 a 1917*, Vol. 2, *Na periferia do tufão, de 1 de janeiro de 1917 a 28 de maio de 1926,* Lisboa, Cunha Leal, 1966-1968, *op. cit.*, p. 108).

Machado_Santos.indb 211 22/05/2013 12:14

Machado_Santos.indb 212 22/05/2013 12:14

Capítulo 8

No Congresso, pela «sua» República (1918-1919)

«Sempre só»…

Recordemos o desabafo autobiográfico de Machado Santos numa carta, atrás referida e transcrita, remetida do exílio de Ponta Delgada: «Como a minha boa amiga sabe, a tragédia da minha vida podia intitular-se 'Sempre só'.» Título que serve não só para uma definição geral da sua vida, como propôs em tom dramático, mas especificamente para o período que se seguiu à saída do 16.º Governo nas condições relatadas e a que convém juntar mais alguns elementos.

Uma vez consumada a demissão de Machado Santos, a escolha do substituto interino recaiu no secretário de estado da Agricultura. Uma escolha compreensível embora paradoxal: se, por um lado, o escolhido era o responsável pela aplicação da política de subida dos preços agrícolas, já atrás explicada, com óbvias implicações no sistema de distribuição e consumo dos géneros, por outro, representava interesses particulares em jogo – os da lavoura, «classe produtora» acusada de especulação fraudulenta.

Nomeado interinamente a 9 de junho, Fernandes de Oliveira será exonerado a 15 de julho e durante esse curto período subscreveu, pelo decreto n.º 4389, de 11 de junho, a suspensão do polémico regulamento dos Caminhos de Ferro e do título II e capítulos III a VIII, XI e XII do título III do decreto n.º 4206 sobre a organização da Direção-Geral dos Transportes Terrestres, satisfazendo, assim, as reclamações da administração e dos dirigentes sindicais da CP. Uma sobrecarga de canseiras e de trabalho e, por isso, não admira que, em carta particular de 4 de julho, voltasse a insistir junto do presidente da República para nomear um secretário de Estado das Subsistências e Transportes efetivo[602]. Após tanta insistência, a pretensão acabou por ser atendida, mas através da inusitada extinção dessa Secretaria de Estado. Talvez para não dar azo a uma remodelação precoce e atendendo, certamente, à inconveniência, provada com a atuação de Machado Santos no domínio dos transportes, de apagar a vocação transitória ou efémera dessa pasta, optou-se pela «descontinuidade

[602] Ver SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e sidonismo: história e mito*, Vol. 2, p. 363-364.

Machado_Santos.indb 213 22/05/2013 12:14

institucional»[603]. Ou seja, foi decidido vincar o cariz plurissectorial da «questão das subsistências» mediante a fragmentação dos serviços e da sua distribuição por setores diversos: o decreto n.º 4639, de 4 de julho, extinguia a Secretaria de Estado das Subsistências e Transportes; todo o pessoal passava «provisoriamente à situação de adido e fica à disposição do governo para ser chamado ao serviço quando se julgar necessário»; a Direção-Geral das Subsistências transitava para a Secretaria de Estado do Interior, sendo, para esse efeito, subdividida em Serviço dos Abastecimentos e em Serviços das Exportações; a Direção-Geral dos Transportes Marítimos transitava para a Secretaria de Estado das Colónias e, por fim, a Direção-Geral de Transportes Terrestres era integrada na Secretaria de Estado do Comércio. É, portanto, sob o Interior, as Colónias e o Comércio que até 22 de agosto será oficialmente publicada a legislação relacionada com a ação dessas três direções-gerais.

Entre 15 de julho e 22 de agosto, o combate às distorções provocadas no abastecimento dos géneros de primeira necessidade ficou a cargo da Secretaria de Estado do Interior, de Tamagnini de Sousa Barbosa. E dentro das atribuições funcionais do Serviço dos Abastecimentos (ou Subsistências), não tardaram a dar nas vistas o capitão António Bernardino Ferreira (chefe de serviços) e o alferes Jorge Botelho Moniz (inspetor-geral da Fiscalização), pela forma enérgica como declararam «guerra» à especulação e às «classes produtoras». Esta expressão encobria, aliás, a variada gama de especuladores e de açambarcadores criticados pela imprensa e detestados pelo cidadão comum, assaz vulnerável ao desespero face ao imparável custo de vida e à constante falta de géneros. As vozes do descontentamento social e popular não podiam ser desatendidas pelo poder, que, ao ouvi-las e ao querer sossegá-las, pendia, inevitavelmente, para medidas de reforço da fiscalização – varejo, apreensão e requisição violenta de géneros. Empenharam-se, pois, na «única tentativa séria de reprimir a delinquência económica em Lisboa», arrostando, porém, com um vendaval de protestos, que levaria, em breve, à suspensão da iniciativa ensaiada.

«Sempre só» é uma expressão sugestiva, mas não pode ser tomada muito à letra. Machado Santos sempre teve amigos e inimigos. Se nos reportarmos exclusivamente ao plano político, quando ficou «só» contou, sem falhas, com a solidariedade e o apoio dos seus verdadeiros e poucos amigos (dos falsos amigos experimentou vários dissabores…) e com eles sonhou e lutou pela República ideal(izada) de que nunca desistiu, mesmo que para isso tenha evoluído, tomado diferentes opções políticas e feito alianças estratégias mal sucedidas.

Ao romper a sua cumplicidade governativa com o sidonismo, de que ele foi, com Egas Moniz, um decisivo artífice, não o fez sozinho – José Carlos da Maia pediu, de imediato, a demissão da Secretaria de Estado da Marinha e Cunha Leal da Direção-Geral dos Transportes. Saíram todos da esfera governativa, mas ficaram nos lugares para que tinham sido eleitos, respetivamente na Câmara dos Deputados e no Senado.

---

[603] Expressão usada por Vasco Pulido Valente com a advertência de que a esse tipo de «descontinuidade» não correspondeu «uma descontinuidade na política de abastecimento e o papel do Estado na distribuição aumenta regularmente» (cf. *Idem*, «Estudos sobre Sidónio Pais: comércio e distribuição em 1918», in *op. cit.*, p. 309 e ss.).

Machado_Santos.indb 214 22/05/2013 12:14

Só no Senado – apesar de acolitado por Carlos da Maia e por Cunha Leal na Câmara dos Deputados –, Machado Santos, que regressara, com a data da sua exoneração da pasta das Subsistências (9 de junho de 1918), à Majoria-General da Armada, órgão de comando da Marinha exercido pelo major-general e por um pequeno estado-maior[604], não pouparia oportunidades, nem voz para criticar a situação governativa de que se afastara. Além de sinais de despeito e de evidente narcisismo político, as suas críticas seriam certeiras e justificadas, mas não decorriam de nenhuma divergência ideológica de fundo ou de uma natural repugnância para com as atitudes despóticas e discricionárias dos governantes. Não esqueçamos que Machado Santos tomara a decisão de mandar prender o Conselho de Administração da CP, não obstante ter sido depois desautorizado por Sidónio Pais. E vimos, também atrás, as ameaças e as ordens de prisão que dirigiu aos delegados do governo (governadores civis e administradores de concelho) que não cumprissem as suas determinações.

O diplomata francês em Lisboa, Émile Daeschner, observara, quando viu Machado Santos integrar o 15.º Governo, saído do golpe de 5 de Dezembro de 1917, que era uma boa solução, pois evitava que ele ficasse de fora a «conspirar». Habituara-se à crítica política viva, acalorada e assertiva, mas de tanto a usar acabou ficando refém dela e daí que a historiografia atual evoque a seu respeito a fama que os coevos lhe colaram indelevelmente – a de frequentador dos cafés da «má-língua política», onde verberava enfaticamente contra os que não serviam a «sua República» e apenas se serviam dela.[605]

Afirmamos haver, na atitude de Machado Santos, visíveis sinais de despeito e de narcisismo político e a comprová-lo basta, aqui, trazer à colação o número único de *5 de Outubro*, jornal de distribuição gratuita e uma só folha comprida, com data de 5 de outubro de 1918, em cuja primeira página, exibindo a conhecida imagem de um jovem Machado Santos fardado, se lê em letras garrafais: «Ao fundador da República Machado Santos. Homenagem prestada pelos grupos civis e por alguns amigos pessoais que admiram e acompanham o ilustre caudilho».[606] Aí se alude diretamente à intriga que monárquicos e «maus republicanos» urdiram contra esse «exemplo de bravura e abnegação» pela República – e «é triste confessá-lo, mas a verdade é que a conjura miserável surtiu em parte o seu efeito».[607] Só em parte, porque o «herói do 5 de Outubro» sabia, como poucos, «o que a si próprio deve e o que deve à causa pela qual tanto se sacrificou e se vem sacrificando, desde há oito anos ininterruptos, nunca se prestará a servir de cúmplice ou de joguete nas tredas mãos dessa troupe de políticos venais»[608]. Sempre fora um lutador:

> Não descansou, porém, o seu braço nem o seu cérebro, engolfado nas emocionantes hossanas do triunfo; antes estendeu a sua ação num labor de todas as horas e

[604] Para mais informações sobre a Majoria-General da Armada e o Conselho do Almirantado, ver *Wikipédia*. Url: http://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_do_Almirantado (consultada 25-01-2012).
[605] Cf. RAMOS, Rui, «A segunda fundação (1890-1926)», in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Vol. 6, *op. cit.*, p. 442.
[606] *5 de Outubro*. Número único. Lisboa, 5 de outubro de 1918, p. 1.
[607] *Ibidem*, p. 1.
[608] *Ibidem*, p. 1.

> de todos os instantes, desde o dia vitorioso, no objetivo de dignificar a República de que foi considerado o fundador, por consenso unânime do país e de que tem sido e será sempre o mais seguro penhor de vitalidade e conservação.
>
> A sua obra é a obra laboriosa e fecunda dum grande patriota e dum nobre caráter de eleição. Para ele não houve nunca, nem jamais poderá haver, vergonhosos conluios com inimigos do regime, transigências com os Iscariotes que o deslustram, ignóbeis acordos com os falsos apóstolos da Democracia.
>
> O seu constante escopo tem sido moralizar a República, afastando dela os que podem maculá-la: e neste ideal, na conquista desta nobilíssima ambição, quanto trabalho despendido, nestes oito anos que vão decorridos, desde as novas instituições, quanta tenacidade e persistência desenvolvidas, quantas sofridas injustiças e perseguições iníquas, quantos sacrifícios realizados![609]

A estes traços fortes de caráter o articulista associou o da honradez e o da generosidade – traços genuínos que esta análise histórico-biográfica tende a confirmar. A sua entrega republicana foi desinteressada do ponto de vista financeiro e terá, aliás, dividido a pensão que a República lhe concedera «por muitos daqueles velhos republicanos que se tinham heroicamente sacrificado […] e que não haviam logrado obter ainda uma só mealha do Orçamento do Estado».[610] Por tudo isto, não podiam os seus sinceros amigos calar a indignação em face da intriga de que fora alvo:

> Pois foi exatamente contra esse homem, sem o qual não teria vingado a Revolução de 5 de Outubro e teria, talvez, ficado comprometido o movimento dezembrista que se fez a mais miserável das campanhas!
>
> Primeiro foram os monárquicos, aos quais ele abrira, por mais de uma vez, as chapeadas portas dos ergástulos, ou livrara com superior magnanimidade das amarguras do exílio; depois foram alguns maus republicanos que, receando que o seu prestígio, sempre crescente, o tornasse chefe dum partido, procuraram atenuar-lhe o esplendor de sua auréola de simpatia e de popularidade, enfileirando-se ao lado dos inimigos do regime na inglória missão de o difamarem.
>
> Era preciso, pensavam eles, esmagar um concorrente perigoso: e daí essa campanha surda, infame, miserável, cheia de inveja e de fatuidade, atribuindo-lhe erros administrativos que não cometera e faltas políticas que não praticara.
>
> Foi o que sucedeu, durante a gerência de Machado Santos na pasta do Interior e, mais principalmente ainda, na das Subsistências e Transportes. Além da campanha de ódio e de difamação que lhe moviam, havia ainda o oculto propósito de separarem politicamente Machado Santos do sr. presidente da República, para darem a impressão a todo o país de que o sr. dr. Sidónio Pais estava apenas apoiado pelos monárquicos.[611]

---

[609] *Ibidem*, p. 1.

[610] *Ibidem*, p. 1.

[611] *Ibidem*, p. 1. Este periódico traz, no canto inferior esquerdo da página 2, uma pequena nota intitulada «O Porque» em que se aponta claramente um «bode expiatório» responsável pela demissão de Machado Santos da pasta das Subsistências: «Não há pão porque a moagem quer aumentar o seu custo e quer

Machado_Santos.indb 216 22/05/2013 12:14

O dezembrismo/sidonismo fora a grande oportunidade de ter contribuído para salvar a República ou para mudá-la de rumo, devolvendo-lhe a pureza ideal das origens. Mas não conseguiu manter-se perto do leme dessa governação, sendo que também ela acabou perdendo-se, por manifesta incapacidade própria e por força da gigantesca tempestade desse ano de 1918 – ano de implacáveis tormentas! Perdida essa oportunidade – foi a última… –, pode dizer-se que Machado Santos e alguns dos seus indefetíveis amigos entraram, inexoravelmente, no ocaso das suas existências pessoais ou tão só no ocaso das suas vidas políticas – entraram nos «anos do fim».

Vamos, então, acompanhá-lo no troço final da sua trajetória pessoal e política com toda a informação disponível. Não é abundante, mas permite segui-lo e perceber como continuou, até ao último suspiro, a lutar freneticamente contra a pior solidão de que há muito vinha sendo vítima – a República, a que se entregara como «esposo» devotado e possessivo[612], abandonou-o e repeliu-o, após o clímax passional da Rotunda. Repelido e abandonado, restava-lhe a recordação dos seus feitos heroicos, convertida num épico «sonho de outono»… E o seu drama íntimo foi o de nunca ter aceitado ou sequer ter-se conformado com essa repulsa e abandono.

Senador na República Nova

No segundo semestre de 1918, teve início a 3.ª legislatura, compreendida entre 15 de julho de 1918 e 20 de fevereiro de 1919. Foi um período parlamentar conturbadíssimo, tanto na sua parte inicial, como no seu decurso por conta dos acontecimentos da Monarquia do Norte e da revolta monárquica de Monsanto, que constituíram a derradeira tentativa dos monárquicos convictos (manuelistas, couceiristas e integralistas) de apostarem na restauração do multissecular reino de Portugal.

O início legislativo, marcado por uma solene sessão de abertura do Congresso, surgiu na sequência de um processo de legitimação da República Nova, com quatro datas simbólicas relevantes: 28 de abril, data das eleições legislativas e presidenciais; a 9 de maio foi proclamado o presidente da República eleito, Sidónio Pais; para 15 de julho fora convocada a reunião do Congresso; e a 22 desse mesmo mês, o arranque

---

também acabar com a distribuição aos domicílios – velho plano. Para isso está montando padarias em Lisboa, nos bairros mais populosos. Machado Santos estava elaborando um decreto pelo qual o governo poderia mobilizar as fábricas de moagem que entendesse. A moagem soube do caso. Ficou aterrada e jurou fazer cair o ministro que defendia os interesses do povo. Hoje quem manda é o sr. Oliveira Belo, membro do Conselho Económico (!!!!), diretor da Mercantil e sócio da fábrica de moagem. Contra factos não há argumentos» (*Ibidem*, p. 2).

[612] Para a mesma situação, outra metáfora foi usada por um articulista coevo. No artigo «Machado Santos», o autor anónimo do texto que abre a primeira página, sob a foto de um Machado Santos jovem e fardado, soltou a veia laudatória: «O fundador da República ama o seu regime com aquele carinho de pai amantíssimo. Os homens que ele fez *homens*... temem-no, pretendem inutilizá-lo. E o almirante, face às pretensões de uns, às divergências e ameaças de outros, olha comovidamente a sua querida República, e – temos a certeza – o seu coração eleva até ela como que um rogo de perdão... por a deixar nas mãos de maus políticos tanto tempo» («Machado Santos», *A Folha de Lisboa*, Fundador A. M. Faria Picão; diretor e editor João Francisco de Faria Picão, Lisboa, série 6.ª, n.º 600, junho de 1921, p. 1).

Machado_Santos.indb 217 22/05/2013 12:14

solene, e com a presença do presidente da República, de uma legislatura incumbida da prioritária elaboração, debate e aprovação de um novo projeto de Constituição Política.

O problema candente e controverso da legitimação jurídico-constitucional da situação sidonista mereceria do senador Machado Santos intervenções mordazes e combativas, dominadas, entre outros tópicos, pela questão humanitária e estratégica dos «presos políticos». Contudo, Cunha Leal haveria de colocar a questão mais funda e delicada na sessão de 23 de maio, como bem observa e salienta o seu biógrafo Luís Farinha: «É que a propalada normalidade constitucional anunciada por Sidónio logo no início da sua mensagem esbarrava, no ver de Cunha Leal, com a persistência do artigo 51.º da Constituição, o qual pressupunha a existência de um chefe de governo que, no parlamento, pudesse responder sobre a política geral.»[613]

A questão prestava-se a críticas severas a quem as quisesse fazer. A oposição republicana que se abstivera de ir a urnas esgrimia esse paradoxo, ou seja, o Presidente da República e o 16.º Governo procediam como se já existisse uma nova Constituição, mas em vigor estava ainda a de 1911. A terceira legislatura só começara três meses depois das eleições e haveria até de ser suspensa, quando a sua missão urgentíssima era a de dotar a situação sidonista de uma efetiva legitimidade constitucional. Cunha Leal, Carlos da Maia e Machado Santos, cúmplices até 9 de junho da governação dezembrista/sidonista, seguiram por uma via aparentemente inverosímil, pondo-se ao lado dos conhecidos opositores. Aqueles dois primeiros na Câmara dos Deputados e o «ilustre caudilho» no Senado acertaram, naturalmente, o mesmo estilo «zurzidor» nos antigos colegas de Ministério e na «situação» sobrevivente.

Na sessão do Senado, de 15 de julho, em que se procedeu à eleição dos membros, discutiu-se, pouco antes da conclusão dos trabalhos, a marcação da sessão seguinte, e Machado Santos interveio para – afivelando o seu pendor administrativo e legalista – sugerir que seria preferível anunciar a sessão no *Diário do Governo*, visto que, em sua opinião, o presidente do Senado não se acharia habilitado com os relatórios das Comissões a designar para poder marcar sessão no dia 17 – o tempo era curto para o trabalho burocrático a ser feito. O velho e experiente Manuel Jorge Forbes de Bessa, que ocupava esse alto cargo, anuiu à sugestão feita e o Senado só voltou a reunir a 19 desse mesmo mês.

Na sessão realizada a 19, foram eleitos o presidente e vice-presidente, assim como os secretários e vice-secretários. O presidente eleito, Manuel Jorge Forbes de Bessa, que, em dezembro, seria substituído por Zeferino Falcão, visto ter aceitado a nomeação para ministro plenipotenciário junto da Santa Sé, usou da palavra e dirigiu uma saudação especial aos portugueses que combatiam em prol da causa Aliada. Machado Santos, representando-se a si mesmo e reivindicando o estatuto de independente, associou-se entusiasticamente à saudação endereçada «ao exército de terra e mar que tão heroicamente está lutando nos campos da batalha da Europa e da África»[614].

---

[613] FARINHA, Luís, *Estudo sobre a ação política parlamentar de Francisco Pinto Cunha Leal como Deputado ao Congresso da República (1918-1928)*, Vol. 1, Coleção Parlamento, Lisboa/Porto, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2002, p. 28.

[614] *Diário do Senado*, sessão n.º 1, 19 de julho de 1918, p. 6.

Machado_Santos.indb 218 22/05/2013 12:14

Na primeira (oficialmente assim designada) sessão de 23 de julho, o senador Machado Santos interveio no período de «antes da ordem do dia», para colocar o dedo na ferida, ou seja, levantar o paradoxo constitucional que na Câmara dos Deputados Cunha Leal não deixara escapar, como vimos, na sequência da sessão solene em que o presidente da República lera uma mensagem «como antigamente, como bem disse o sr. Mário Monteiro, se lia o discurso da coroa»[615]:

> Essa mensagem, no meu entender, merece resposta, e será uma descortesia não se nomear uma comissão encarregada de a redigir. Pergunto: estando em vigor a Constituição, perante quem é que se pode discutir a política do gabinete e quem é que responde pela política geral desse mesmo gabinete? Como pode interpretar-se o artigo 83.º da Constituição?
>
> Está deserta a bancada ministerial. Há pouco um ilustre senador falou em nome da região que representa e o governo não estava presente. É necessário dizer ao poder executivo que é preciso que algum dos seus membros compareça no Senado para, em nome do governo, responder sobre a interpretação dada ao referido artigo. v. ex.ª, sr. presidente, terá conhecimento de algum diploma que consigne a abolição da presidência do Ministério, que o citado artigo institui? Eu, por mim, não o conheço, e peço que se faça sentir ao governo que é necessário que a Câmara saiba quem, por assuntos da política geral do gabinete, responde no parlamento.[616]

Aludiu em seguida ao incidente que ocorrera durante a mesma sessão: dois ou três representantes da minoria monárquica conservaram-se sentados antes de o cortejo entrar na sala e quando já se ouvia ao longe *A Portuguesa*. Assim começou a sua rápida explicação do sucedido o senador Mário Monteiro, que pedira a devida licença ao orador: «*A Portuguesa* representa o hino nacional, e se ela for tocada num recinto em que se encontrem monárquicos, imediatamente eles se levantarão por respeito com o país, por respeito para consigo próprios e por cortesia para com os presentes.»[617] Machado Santos deu-se por satisfeito com a explicação dada. E depois disto fez chegar à Mesa duas notas de interpelação: desejava interpelar o governo sobre a política geral do gabinete e sobre a política militar e económica que estava a ser seguida; desejava ainda interpelar o secretário de Estado da Agricultura sobre o aumento de preço do pão, em especial, e, em geral, sobre a carestia da vida. O presidente reagiu, dizendo que enviaria as notas a dois secretários de Estado, pois, como o ilustre senador sabia, não havia presidente do Ministério. Machado Santos retorquiu de imediato: «Não há, mas é preciso que o haja, para se obedecer à Constituição.»[618] Resposta pronta do presidente do Senado: «Não há porque v. ex.ª acabou com os presidentes do Ministério.»[619] Retorquiu de novo o senador dizendo não haver diploma jurídico nenhum que referisse isso. Era verdade, explicou Forbes de Bessa, mas havia

---

[615] *Diário do Senado*, sessão n.º 1, 23 de julho de 1918, p. 5.
[616] *Idem*, *ibidem*.
[617] *Idem*, *ibidem*, p. 6.
[618] *Diário do Senado*, sessão n.º 1, 23 de julho de 1918, p.6.
[619] *Idem*, *ibidem*.

Machado_Santos.indb 219 22/05/2013 12:14

o facto, «houve a revolução». Machado Santos estava a reclamar a existência de algo que ele próprio contribuíra para abolir e estava em curso, em comissão própria, o processo de elaboração de uma nova Constituição que sanasse de vez esse paradoxo. E o diálogo entre o presidente e o senador, ex-governante sidonista, prosseguiu, insistindo o primeiro que a Constituição de 1911 fora revogada em alguns aspetos pelo 5 de Dezembro de 1917, e argumentando o outro que a lei fundamental aprovada na Assembleia Constituinte continuava em vigor. Desta forma se esgotou a sua intervenção no período de «antes do dia». A ordem de trabalhos foi dominada pela eleição das várias comissões do Senado e sobre esta matéria Machado Santos apenas interveio para sugerir a eleição de uma comissão encarregada de rever o Regimento, uma vez que o número existente na altura de senadores sofrera modificação[620]. Durante este processo eleitoral ele veio a ser eleito para a Comissão de Administração Pública com 16 votos (ficara em terceiro lugar).

A segunda sessão, do dia 24, começou logo com o pedido de Machado Santos para que fosse dada urgência às suas notas de interpelação. Tal atitude gerou nova troca de palavras entre ele e o presidente, e não tardaria a «aquecer» através da intervenção do senador Germano Arnaud Furtado, que teceu considerações sobre a gerência das Subsistências pelo «herói da República». O ataque de Arnaud Furtado visava diretamente a impressão negativa que lhe causara a atitude do seu colega nessa respeitável «casa»:

> Não posso compreender, porque a minha inteligência nega-se a isso, como é que o sr. Machado Santos assumiu a sua atitude nesta Câmara acerca da política geral do governo a que s. ex.ª ainda não há muitos dias deixou de pertencer, do Governo que produziu vários diplomas legislativos subscritos com a assinatura de s. ex.ª.
>
> S. ex.ª assinou esses diplomas porque previamente conheceu da sua essência. Sabe o ilustre senador muito bem que a lei eleitoral designa os ministros de secretários de Estado, e sabe mais que as Secretarias de Estado estão prontas a vir ao Senado responder como nas suas respetivas pastas têm administrado os negócios públicos. […]
>
> E como s. ex.ª certamente quererá tratar da questão das subsistências fazendo o confronto entre a sua obra a do seu sucessor interino, eu desejava que dissesse ao Senado qual a forma porque tinha gerido a importantíssima pasta das Subsistências Públicas, pasta essa criada quase exclusivamente para s. ex.ª, para a qual aliás tinha capacidade e inteligência para bem a gerir, não pôde no entanto remover as dificuldades que encontrou. Certamente s. ex.ª não terá a veleidade de supor que pudesse fazer uma obra completamente útil. Dedicou, é certo, a sua atividade aos serviços de sua Secretaria de Estado, despendendo um trabalho enorme, mas eu só considero e chamo trabalho aquilo que é útil e, analisando a obra das subsistências até este momento, ainda não posso com propriedade pronunciar a palavra «útil».[621]

[620] *Diário do Senado*, sessão n.º 1, 23 de julho de 1918, p. 9.
[621] *Diário do Senado*, sessão n.º 2, 24 de julho de 1918, p. 4-5.

Machado_Santos.indb 220 22/05/2013 12:14

A resposta de Machado Santos foi imediata. Começou por esclarecer a alegada estranheza do seu colega senador, alegando que «então» – ou seja, após o golpe dezembrista – estava-se em ditadura, «mas agora não, funcionam todos os poderes do Estado»[622] e essa era a única e significativa diferença. Quanto à gerência das Subsistências, reservaria as suas explicações quando interpelasse o seu sucessor interino. E mais não disse. Voltará a pedir a palavra, quase no encerramento da sessão, para participar ao presidente e a todo o Senado que se encontrava eleita a Comissão das Colónias, tendo sido ele eleito presidente e o dr. Carneiro de Moura secretário.[623]

Na sessão de 25, esteve presente, mas não há registo de intervenção. Reservara as energias para a sessão do dia seguinte, em que pôde, finalmente, interpelar o secretário da Agricultura, sr. Fernandes de Oliveira, e ainda o secretário do Interior João Tamagnini Barbosa.

Antes de entrar na interpelação propriamente dita, Machado Santos reclamou sobre as praxes processuais, dizendo que, antigamente, quando se fazia uma interpelação, era costume avisar o senador com uma certa antecedência, para que ele viesse munido dos documentos necessários. O presidente justificou-se, dizendo que, como o interpelante manifestara urgência no agendamento solicitado marcou-o para satisfazer a sua vontade. «Preso por ter cão e por não o ter»… O estilo quezilento processual e político estava afirmado e será mantido até ao fim. Os problemas e argumentos que levantará não se baseavam em impulsos levianos, havia fundamento e estudo, mas o propósito estratégico só podia causar, no mínimo, estranheza, como observara de modo certeiro o senador Arnaud Furtado.

A interpelação começou com uma alfinetada formal: «Sr. presidente, eu anunciei a minha interpelação ao sr. Fernandes de Oliveira e não lhe chamo secretário de Estado nem ministro, porque, nesta altura, ainda não sei que cargo s. ex.ª exerce»[624]. O visado respondeu dizendo que era «ambas as coisas». Machado Santos prosseguiu um pouco mais a sua picardia e depois entrou no assunto: queria explicações sobre o decreto n.º 4638, que alterou o preço do pão em Lisboa e pelo qual o consumidor era taxado em $10 centavos por quilograma. Considerava o assunto gravíssimo, porque a carestia derivava diretamente do preço do pão e, por consequência, regulava o preço dos outros géneros. Contestava, pois, a fixação recente de preços – trigo exótico $23, milho $13 e sêmea $10. Fez contas e chegou à conclusão de que o preço do pão podia descer bastante e deixava-se, assim, de dar à moagem «uns lucros ilícitos, que podem chegar a uma cifra astronómica»[625] – chegaria aos dez mil contos!... Em reforço dos seus cálculos exibiu uns diagramas e insistiu na tecla revolucionária e solidária para com o povo de Lisboa e do Porto, contra os patrões açambarcadores e especulativos. Não devemos esquecer que Fernandes de Oliveira era um abastado proprietário agrícola. E mais adiante tratou de responder ao senador Arnaud Furtado negando que a Secretaria de Estado das Subsistências tivesse sido criada para ele:

---

[622] *Diário do Senado*, sessão n.º 2, 24 de julho de 1918, p. 5.
[623] *Diário do Senado*, sessão n.º 2, 24 de julho de 1918, p. 11.
[624] *Diário do Senado*, sessão n.º 4, 26 de julho de 1918, p. 3 (ver Apêndice documental, ponto 2, doc. n.º 8).
[625] *Diário do Senado*, sessão n.º 4, 26 de julho de 1918, p. 4.

Machado_Santos.indb 221 22/05/2013 12:14

> Ora isto não é exato. Foi criada para o sr. Fernandes de Oliveira, pois s. ex.ª foi o primeiro escolhido para a gerir pelo sr. presidente da República. E quando me convidaram, isto é, me forçaram, porque este é que é o termo, a entrar de novo para o governo, eu disse a s. ex.ª o sr. presidente da República que em vez da pasta da Agricultura desejaria a pasta mais difícil – a das Subsistências.
>
> Eis como fui o primeiro ministro das Subsistências e Transportes, a qual foi criada por um decreto, cuja redação se deve ao sr. Tamagnini Barbosa, que está presente.
>
> Oito dias depois de tomar conta do Ministério levava a Conselho de Ministros o decreto da sua organização. Houve, como se vê, um *tour de force*. O trabalho não podia ser completo. E, como não havia elementos de informação, nem de estatística, e como além disso, não havia ninguém treinado para aquele serviço – o que, de resto, sucedeu em todos os países em guerra – houve que fazer-se, por tentativas, a montagem de todos os serviços.
>
> Quando s. ex.ª tomou conta da pasta, encontrou serviços mal organizadas.
>
> Eu não sei se s. ex.ª terá melhor montados os serviços do seu Ministério da Agricultura, que levou mais de um mês a organizar depois de ter tomado conta deles. E são serviços muito menos complexos que os das Subsistências e Transportes, que tinham de intervir em todos os ramos de atividade nacional.[626]

Aproveitou a presença do titular da pasta do Interior e perguntou-lhe o que tinha sido feito, por exemplo, dos serviços de exportação que estariam alocados a esse Ministério (ou Secretaria de Estado). Do titular das Subsistências queria saber o que fizera da repartição que arejava as mercadorias alemãs armazenadas nos entrepostos da alfândega e das quais se tem de prestar contas finda a guerra. E prosseguiu a sua peroração com o objetivo claro de justificar o desempenho político-administrativo à frente de tão «difícil pasta». Pelo meio foi dando alguns elementos curiosos, como o que mostrava ser possível a um funcionário intermédio bloquear decisões do responsável máximo por um Ministério: «Eu sei que s. ex.ª por três vezes tentou alterar o preço do arroz, o que não conseguiu por ter encontrado pela sua frente o chefe da repartição por onde o assunto corria, e que se opôs.»[627]

Na resposta que lhe cabia dar, o sucessor interino começou por sublinhar a surpresa perante essa interpelação, «porque, sobre ele, s. ex.ª devia estar esclarecidíssimo pelo facto de durante três meses haver sido ministro das Subsistências, tendo estado, portanto, em contacto com todos os acontecimentos e fatores que determinam o encarecimento da vida, que todos lamentamos»[628]. E continuou refutando os cálculos e os argumentos do interpelante, defendendo que se «aumentara o pão de luxo e se barateou o pão de segunda qualidade consumido pelas classes pobres» – «No pão que ninguém come», comentou Machado Santos). Fernandes de Oliveira pediu ao interlocutor que não o interrompesse e prosseguiu a explicação das medidas já tomadas e a

[626] *Diário do Senado*, sessão n.º 4, 26 de julho de 1918, p. 4-5.
[627] *Diário do Senado*, sessão n.º 4, 26 de julho de 1918, p. 5.
[628] *Diário do Senado*, sessão n.º 4, 26 de julho de 1918, p. 7.

Machado_Santos.indb 222 22/05/2013 12:14

tomar em breve. Em dado momento da sua intervenção não fugiu ao remoque de que fora alvo relativo ao facto de «ser novo em política». A isto disse:

> Estou nesta pasta não por política. Não foi a política que para aqui me trouxe.
>
> *Vozes*: Muito bem (*Apoiados*).
>
> *O Orador*: – Pelo contrário, estava absolutamente divorciado da política desde que a demagogia entrou com a República neste malfadado país (*Apoiados*).
>
> A política não me era indiferente, e sentia tanto os malefícios dessa demagogia que tive momentos de grande desespero.
>
> Quando a demagogia parecia ter tomado posse, de vez, deste pobre país pensei em emigrar.
>
> Era uma deliberação espontânea não imposta pela polícia, porque nunca entrei em conspiratas.
>
> Ao ver a nossa Associação de Agricultura insultada e apedrejada no célebre dia 9 de dezembro de 1912, quando vi cometer todos aqueles atropelos à liberdade de reunião e de petição e à segurança individual, com o consentimento tácito das autoridades constituídas, confesso que o meu protesto atingiu o desespero e que pensei, muito a sério, em fugir deste malfadado país.
>
> Desde então a Associação de Agricultura, tolhida na sua liberdade, teve de hibernar e passar à vida vegetativa.
>
> Quando se deu a Revolução de 5 de Dezembro, em que v. ex.ª colaborou, foi com a maior das alegrias que assisti à morte da demagogia, e foi então que voltou a viver a nossa associação uma vida fecunda.[629]

Esclareceu ainda que a Associação a que pertencia pediu os dois Ministérios – Agricultura e Subsistências e Transportes –, mas «por motivos pessoais e ponderosos não saíram da Associação os dois ministros»[630], apenas um e fora ele o escolhido, tendo aceitado, com sacrifício pessoal, para servir o seu país, a «sua classe» e «defender a política da ordem». E rematou dizendo, voltado para o interpelante, que o seu critério não era diferente do seu antecessor naquele espinhoso cargo, queixando-se, porém, da desordem dos serviços que sentiu após ter tomado posse. Afirmação refutada por Machado Santos, mas na qual Fernandes de Oliveira insistiu, dizendo: «O facto é, porém, que assim sucedia. Não havia maneira de trabalhar, de forma que os assuntos iam-se acumulando e a situação era cada vez mais grave».[631] Neste tom prosseguiu a querela entre os dois… Machado Santos voltaria a usar da palavra para comentar e rebater «o sr. ministro e secretário de Estado da Agricultura, já que v. ex.ª modestamente se classifica assim, à moda antiga»,[632] criticando duramente a extinção da Secretaria de Estado e a distribuição dos respetivos serviços por outras pastas, como atrás se refere. Fernandes de Oliveira, no uso posterior do direito de resposta, disse ter dificuldade em se conter em face de certas afirmações que o interpelante fizera e,

---

[629] *Diário do Senado*, sessão n.º 4, 26 de julho de 1918, p. 8.
[630] *Idem, ibidem*.
[631] *Diário do Senado*, sessão n.º 4, 26 de julho de 1918, p. 9.
[632] *Diário do Senado*, sessão n.º 4, 26 de julho de 1918, p. 10.

Machado_Santos.indb 223 22/05/2013 12:14

além de insistir que «não era político», atacou o orgulho do seu interlocutor disparando a certa altura: «Orgulho-me de ter praticado a obra mais democrática […] do que a própria implantação da República de que dizem ter sido v. ex.ª o fundador»[633]!... O visado não reagiu e no uso da palavra seguiu-se João Tamagnini Barbosa, titular do Interior, que tinha sido interpelado anteriormente.

Na sua alocução, Tamagnini Barbosa, homem que se manteria muito próximo e leal ao presidente e se assumiria, depois da morte deste, como um dos herdeiros do seu legado, acabou por entrar em diálogo com Machado Santos por conta da designação constitucional dos titulares das pastas, confrontando, em certo momento, o interpelante com estas palavras: «Nós devemos ser francos e assumir as responsabilidades que nos caibam. V. ex.ª e eu temos as mesmas responsabilidades, porque ambos assinamos o mesmo decreto e nunca se levantou discussão alguma para que se constituísse ou delegasse em um dos membros do gabinete a função de chefe do governo. É preciso acabar de vez com esta propositada confusão de secretários de Estado ou ministro (Apoiados).»[634] E prosseguiu discurso sem consentir mais interrupções e esclareceu a parte que lhe cabia relativamente ao tópico do pão e da carestia de vida. Explicou ainda a colocação de certos serviços na nova dependência institucional que fora estabelecida. Os serviços de importação e exportação estavam na sua Secretaria de Estado, os serviços dos transportes terrestres foram para a do Comércio e os dos transportes marítimos para a das Colónias. Os bons funcionários da extinta Secretaria de Estado seriam aproveitados e os menos dignos dispensados. Terminou indo em defesa da política e do perfil do seu colega da Agricultura.

Luís Gama, eleito senador pela Associação Central da Agricultura Portuguesa, pediu, pela primeira vez, a palavra para protestar contra uma apreciação menos justa que Machado Santos fizera sobre essa entidade associativa e referiu-se a uma entrevista que dera a um jornal, advertindo-o de que como «líder de opinião» não lhe ficava bem fazer afirmações erróneas ou inapropriadas. E mais adiante atacou-o frontalmente: «O sr. Machado Santos, quando secretário de Estado das Subsistências, não adquiriu o trigo pelo preço da tabela, mas sim pelo preço que lhe pedissem, e é essa a razão por que eu digo que s. ex.ª premiou os desonestos.»[635]

Machado Santos voltou a intervir para responder ao que dissera o secretário de Estado do Interior, «seu ilustre amigo» – palavras suas –, insistindo no mesmo argumento de que já não se estava em ditadura e que o presidente da República devia ter nomeado os secretários de Estado como ministros e infletindo, depois, para o tópico do preço do pão, sobre o que, em discordância aberta com o agravamento de preço decretado, mandou para a Mesa uma moção que passou a ler e na qual propunha que fossem suspensos os artigos, alíneas e parágrafos do decreto com força de lei n.º 4638, de 13 de julho. Invetivou de caminho o secretário de Estado do Interior e, de seguida, o colega senador Luís Gama, defendendo-se do ataque sofrido. Enfim, destes diálogos e intervenções sobressai, naturalmente, o à-vontade com que o almirante se sentia na pele de parlamentar e a facilidade com que se desvinculou de uma situação política

[633] *Diário do Senado*, sessão n.º 4, 26 de julho de 1918, p. 12.
[634] *Diário do Senado*, sessão n.º 4, 26 de julho de 1918, p. 14.
[635] *Diário do Senado*, sessão n.º 4, 26 de julho de 1918, p. 17.

Machado_Santos.indb 224 22/05/2013 12:14

que ajudara a estabelecer, regressando ao papel de feroz «contestatário», de implacável crítico à ação dos governos ou de mais este governo.

A discussão em torno da interpretação da Constituição, sobre qual o estatuto que os governantes teriam perante o Senado, levou Tamagnini Barbosa a aceitar retirar-se para permitir que essa Câmara deliberasse a respeito. Entretanto o senador monárquico Mário Monteiro levantou-se para falar e declarou-se contra o presidencialismo, considerando este figurino «uma planta exótica» que podia ser viável nas Repúblicas da América do Sul, da América Central e da América do Norte, onde se conservava «por uma questão de raça» e, mesmo assim, tinha causado aí algumas dificuldades. Mas na raça latina considerava esse modelo inadaptável! Quanto ao estatuto dos titulares de pastas e sua presença nas Câmaras, entendia que o artigo 52.º da Constituição em vigor lhes impõe esse direito de presença para responderem por suas políticas.

Machado Santos reagiu mandando para a Mesa um requerimento ao presidente do Senado para que consultasse a Câmara sobre «se considera em vigor a Constituição de 1911 e o regime presidencialista».[636]

Nesta mesma sessão de 26 de julho, outro magno assunto seria discutido. Introduzira-o o senador Carlos Lopes. Tinha a ver com os acontecimentos ocorridos no Porto, envolvendo o assalto ao jornal *A Montanha* e a apreensão d'*O Norte*. O assunto já tinha, aliás, sido apresentado e discutido na Câmara dos Deputados. Ali, no Senado, erguia a sua voz para pedir ao responsável pelo pelouro do Interior para que fosse ordenado um rigoroso inquérito entregue a pessoa idónea e insuspeita, que permitisse apurar todas as responsabilidades.

De pronto, o governante abordou o assunto, prestando os esclarecimentos de que era capaz. Começou por pedir ao presidente e à Câmara que não considerassem falta de respeito por ter-se ausentado na sequência da decisão que tomara de deixar que os senadores decidissem em que categoria e condições deveria aparecer diante deles. Posto isto, expôs as informações de que dispunha, quer em relação à apreensão do jornal *O Norte* devido à publicação de duas notícias locais que infringiam a lei, quer relativamente ao ocorrido com o periódico *A Montanha*. Sobre este caso, explicou estar a decorrer um inquérito, mas não podia deixar de verberar e condenar a atitude dos que praticaram atos desses. Declarou, ainda, que o governo «não só não tem a mais pequena interferência em atos desta natureza, como a sua intenção é colher detalhes sobre o assunto para que a punição recaia sobre aqueles que atentam sobre a liberdade de imprensa».[637] Esticou um pouco mais a justificativa patente no escopo do seu discurso. A hora já ia tardia, mas, não obstante, Machado Santos pediu licença para falar, queixando-se de que o presidente do Senado alterara a ordem de trabalhos e isso impossibilitou-o intervir mais cedo. A respeito do assunto em pauta, orientou rapidamente as suas palavras para secundar no Senado o que o seu amigo Cunha Leal tinha proferido na Câmara dos Deputados e comentar a resposta que dera a essas palavras Tamagnini Barbosa. O núcleo machadista no Congresso mostrava sintonia e clara articulação política:

[636] *Diário do Senado*, sessão n.º 4, 26 de julho de 1918, p. 21.
[637] *Diário do Senado*, sessão n.º 4, 26 de julho de 1918, p. 24.

Machado_Santos.indb 225 22/05/2013 12:14

> Lamento que, já 48 horas passadas sobre os acontecimentos do Porto, s. ex.ª ainda não tenha outras informações para dar ao Senado.
>
> Fala-se num inquérito. Eu sei o que dão os inquéritos.
>
> Não quero também, sr. presidente, deixar de me referir à parte final do discurso de ontem do sr. ministro do Interior, na outra Câmara, em resposta às considerações do deputado sr. Cunha Leal.
>
> Este ilustre deputado disse que não era possível continuar-se na atmosfera em que há muito tempo se vive, e o sr. ministro respondeu que realmente s. ex.ª tinha razão, e que para certos republicanos só havia dois caminhos a seguir: a fronteira ou a cadeia.
>
> É a forma de pensar do sr. Tamagnini Barbosa, como era a dos demagogos de ontem, que eu tanto combati.
>
> Eles também nos apresentavam esse dilema, e eu fui uma das vítimas dele.
>
> Pois se é esta a política que se segue hoje, a política que v. ex.ª teima em seguir, então melhor é que v. ex.ª abandone esse lugar, porque o país não quer viver eternamente sob a pena de Talião.
>
> É preciso que o poder parta do princípio de que quem está em oposição não está em conspiração.
>
> Pode estar-se em oposição ao governo, sem que se conspire. Pode discordar-se, exercer-se o direito de livre crítica, sem que isso contenda com a Segurança do Estado. […]
>
> Orgulho-me de ter sobraçado a pasta do Interior no período mais difícil que se seguiu à revolução do 5 de Dezembro, sem haver tido a necessidade de empregar a força.[638]

O tempo da sessão esgotara-se, as palavras de Machado Santos não foram ripostadas pelo ministro visado. Nova sessão ficou agendada.

A quinta sessão realizou-se a 29 de julho, e nela Machado Santos interveio, junto com outros senadores, a propósito da homenagem ao Brasil formulada por Zeferino Falcão. Mas antes disso o presidente do Senado deu explicações a Machado Santos pela troca de palavras «algo irritadas» que tinha ocorrido na sessão anterior. Ficara incomodado com o facto, lamentava-o e pedia-lhe desculpas por se ter exaltado. Em resposta, Machado Santos afirmou a maior consideração e estima pela pessoa do presidente da Câmara e, por isso, nunca tivera intenção de proferir qualquer palavra desprimorosa. Interessante momento de intensas cortesias.

Zeferino Falcão propôs ao Senado que se associasse a uma iniciativa tomada pela Câmara dos Deputados – eleger uma comissão para estreitar as relações entre Portugal e o Brasil: «O nome dessa nação é sempre querido por todos os portugueses, porque além das relações económicas com essa grande República, que são para nós vitais, há os laços de estima, de amizade e parentesco que ligam muitos elementos dum e doutro país».[639] Propunha, concretamente, a conveniência de se estabelecer um entendimento com a Câmara dos Deputados, a fim de que dessa comissão fizessem

---

[638] *Diário do Senado*, sessão n.º 4, 26 de julho de 1918, p. 25.

[639] *Diário do Senado*, sessão n.º 5, 29 de julho de 1918, p. 3.

Machado_Santos.indb 226 22/05/2013 12:14

parte alguns senadores. E vários se pronunciaram favoravelmente à proposta, incluindo Machado Santos, que disse palavras que vale a pena aqui reter:

> Associo-me calorosamente às propostas de saudação à nação brasileira, que dentro de qualquer regime, monárquico ou republicano, foi sempre considerada como um desmembramento da nossa pátria.
>
> Mas passamos o nosso tempo a enviar saudações ao Brasil. Deste podíamos nós esperar que fosse alguma coisa para nós, no momento atual, nos campos económico e militar.
>
> O Brasil, como acabou de dizer o sr. Mário Monteiro, é mais poderoso do que nós. O Brasil tem uma esquadra e contudo não escolheu nenhum porto português para defender; todos os portos nacionais estão defendidos por navios doutros países aliados. Foi um erro dos governos portugueses, erro que poderia talvez ainda ser reparado, não ter cuidado de conseguir isso a tempo.
>
> Por outro lado, o Brasil esperaria, com certeza, que nós lhe déssemos uma base comercial para ele fazer a sua exportação, mas até hoje nada de prático nesse sentido se tem feito, embora há muitos anos se fale num porto franco e se tenham apresentado projetos de lei tendentes ao seu estabelecimento.
>
> Também desejaria que nós lhe mandássemos os nossos emigrantes mais bem preparados do que para lá vão. Por isso, associando-me às saudações calorosas feitas ao Brasil nesta casa do parlamento, faço votos para que de futuro alguma coisa de prático se faça no sentido de estreitar as relações com esse país (*Muitos apoiados*).[640]

Espelha-se neste naco de oratória a visão prática de futuro e o forte traço que tem sido evidenciado de forma constante – Machado Santos tendia a ser um político de ação ou de ações concretas promotoras de progresso e desenvolvimento económico e social. O busílis residirá sempre no seu controverso *modus operandi*.

Na sexta sessão, a 30 de julho, esteve presente, mas não interveio. Seria na sétima, do dia seguinte, que o seu nome foi por várias vezes citado e impelido a proferir comentários pontuais. Pedira a palavra Arnaud Furtado e levantou o polémico tema da lei das greves relacionado especificamente com a questão das subsistências, e as referências a Machado Santos tornaram-se inevitáveis. Mas não houve discussão, nem polémica. Falou, depois, o 2.º conde de Azevedo, Pedro Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon, que versou vários tópicos, começando por homenagear a figura do conselheiro Manuel Afonso de Espregueira e o quanto ele fizera por Viana do Castelo. Grande proprietário nortenho e minhoto, o conde de Azevedo acabou por tratar o assunto relacionado com a Agricultura e as Subsistências. No tocante a esta pasta, opinou ter sido um erro a supressão do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro, medida tomada por Machado Santos. Este interrompeu o orador para dizer que traria documentos que o fariam mudar de opinião. Pedro de Azevedo ripostou, considerando que tal seria difícil, estava firme nessas ideias e esperava os melhores resultados da comissão que o secretário de Estado interino tinha nomeado para

[640] *Diário do Senado*, sessão n.º 5, 29 de julho de 1918, p. 14.

estudar a reforma suspensa. Machado Santos protestou dizendo que tal comissão nada tinha a fazer, o caso pertencia ao parlamento. E o tema ficou por aí.

A 1 de agosto houve sessão em que Machado Santos esteve presente à chamada, ausentando-se posteriormente. A ele aludiu um dos oradores – o visconde do Banho, Júlio de Faria Morais Sarmento. Uma passagem do seu discurso é relevante porque contém uma apreciação crítica e um elogio ao político Machado Santos:

> Sabem-no os que estão no poder e, além do governo, muitas outras pessoas que trabalharam com inexcedível patriotismo e com tenacidade inigualáveis para o triunfo dessa revolução [o 5 de Dezembro], entre os quais citarei, por exemplo, o sr. Machado Santos, que não está presente, nem é preciso que esteja. S. ex.ª, apesar de toda a complicada trama do seu feitio político, é um homem de bem, um homem honrado, incapaz de faltar à verdade; e se me reportei a s. ex.ª foi simplesmente para significar que as minhas afirmações têm a comprová-las, além da do governo, outras garantias de valor.[641]

A nona sessão decorreu uns dias depois – a 5 de agosto. Machado Santos esteve presente e foi citado primeiramente pelo colega Mário Monteiro que ao tratar da questão do jogo e da sua regulação legislativa referiu-se ao projeto de lei da autoria de Machado Santos. Este fez um aparte interessante: «O principal rendimento de Macau e Timor é o jogo. O sr. Hintze Ribeiro, a cujos talentos também presto homenagem, não suprimiu a lotaria da Santa Casa da Misericórdia»[642]. Depois de outras intervenções, o senador Xavier Cordeiro pegou nesse assunto e referiu-se, inevitavelmente, ao mencionado projeto de Machado Santos, focando alguns aspetos específicos. Um outro senador, José Júlio César, mencionou o «fundador da República» por outras razões: ele, quando ministro do Interior, reconhecera a necessidade que havia de remodelar o Código Administrativo e nomeou para esse efeito uma comissão; e quando titular das Subsistências e Transportes admitiu as dificuldades que se enfrentavam para fazer «obra boa» em face das deficiências da legislação vigente.

Mas o momento politicamente «quente» chegou com a décima sessão, de 6 de agosto. Seria «quente» no Senado, onde Machado Santos insistiu sobre a solicitada interpelação ao presidente do Ministério, função assumida pelo secretário de Estado do Interior; «quente» na sessão conjunta das duas «casas». Ao pedir a palavra mandou para a Mesa, com o pedido de urgência e dispensa do regimento, um projeto de lei concedendo amnistia a oficiais do Exército e da Armada que se encontravam homiziados por motivos políticos. Houve discussão animada do projeto, feita, porém, na ausência de membros do governo – circunstância criticada pelo visconde do Banho. Este senador foi mais longe: requereu que esse projeto descesse às comissões respetivas e fosse adiada a sua discussão. Machado Santos pediu a palavra e deu explicações ao orador, confirmando que, aquando do 5 de Dezembro, se levantara, em Viseu, com a 2.ª divisão do Exército. No entanto, o requerimento do visconde do Banho acabaria aprovado pelo Senado. Ocasião clara em que Machado Santos esteve «só». Uma entre várias.

---

641 *Diário do Senado*, sessão n.º 8, 1 de agosto de 1918, p. 12.
642 *Diário do Senado*, sessão n.º 9, 5 de agosto de 1918, p. 18.

Machado_Santos.indb 228 22/05/2013 12:14

Mais adiante, aproveitou a ventilação do magno assunto da suspensão do Congresso – sobre este ponto seriam dadas explicações, na sessão conjunta, pelo líder da maioria. A posição de Machado Santos só podia ser esta:

> Não vejo motivo algum para, após 15 dias de parlamento aberto, se adiarem as suas sessões; e como não vejo motivo e acho indecoroso que se deixe o regime no «Deus dará», sem a sua base jurídica, desde já declaro que votarei contra a reunião do Congresso.
>
> Entendo que todos nós devíamos fazer o pequeno sacrifício, se sacrifício a tal se pode chamar, de estar aqui mais algum tempo, não só para procedermos à revisão da Constituição, mas também para tratarmos do problema económico, marcando uma orientação que a todos os governos obrigasse.
>
> Quem quiser ir para as águas que vá; quem quiser ir para as praias tomar o fresco que vá também; ficarão os que quiserem trabalhar; e como estes hão de ser muitos, não vejo razão para adiarmos os trabalhos parlamentares.[643]

Falou em seguida da desorientação governativa e deu um exemplo da pasta das Subsistências quando era titular. Matéria que gerou imediata controvérsia com Alfredo da Silva, o «patrão» da Companhia União Fabril (CUF), também senador. Machado Santos defendia a sua atividade governativa, mas não evitava que criticassem essa mesma atividade. Alfredo da Silva foi incisivo nesse sentido.

O secretário de Estado da Justiça e dos Cultos, Alberto Osório de Castro, viria a intervir, sendo logo no início interrompido por Machado Santos, que insistiu: «O mandato revolucionário terminou desde que s. ex.ª o presidente da República veio restabelecer no Congresso a Constituição de 1911».[644] O governante contrapôs o caso brasileiro, em que estando o parlamento aberto o Governo Provisório legislava em decretos ditatoriais, ainda três dias antes de assinada a Constituição.

Por sua vez, o secretário de Estado da Agricultura interveio para retificar uma afirmação feita por Machado Santos relativamente ao destino a dar aos navios aprisionados. Outros intervenientes se inscreveram e falaram, mas Machado Santos entrara em silêncio.

A sessão foi dada por concluída às 17 horas 45 minutos. Às 18 horas era dado início à segunda sessão conjunta, sob a presidência de Manuel Jorge Forbes de Bessa (presidente do Senado), secretariado por José Féria Dórdio Teotónio e José Epifânio Carvalho de Almeida, estando presentes 122 congressistas. Na ordem dos trabalhos havia apenas um ponto: a proposta da iniciativa da Câmara dos Deputados sobre o adiamento das reuniões do Congresso.

Vários parlamentares pediram a palavra, sendo o primeiro a usá-la o líder da minoria monárquica, conselheiro Aires de Ornelas, que se opôs a esse adiamento, evocando várias razões, nomeadamente a necessidade de se discutir, em sessão secreta, a conveniência ou não da publicação do «Livro branco» e da situação de Portugal na guerra. As declarações do conceituado militar africanista e colonialista foram, de

---

643 *Diário do Senado*, sessão n.º 10, 6 de agosto de 1918, p. 13.
644 *Diário do Senado*, sessão n.º 10, 6 de agosto de 1918, p. 16.

Machado_Santos.indb 229 22/05/2013 12:14

imediato, rebatidas pelo secretário de Estado das Colónias. Após esta intervenção inesperada, Egas Moniz, em nome da maioria, ergueu-se para explicar os motivos por que tomara a iniciativa de propor o adiamento e precisar, em termos concretos, a sua proposta: «Proponho que a presente legislativa seja adiada para o dia 4 de novembro do corrente ano.» Posto isto, explicou que a proposta fora tomada, conforme determinava a Constituição, para permitir à comissão revisora do estatuto fundamental do país condições adequadas de trabalho. Lembrava aos presentes que pertenciam a uma Assembleia Constituinte e tinham de resolver sobre esse assunto importante e essencial. Da sua resolução dependeria, em sua opinião, a «tranquilidade da família portuguesa». Ecoaram «apoiados» no hemiciclo. E prosseguiu:

> Era indispensável, era absolutamente necessário que uma comissão trouxesse, ou logo, ou amanhã, um projeto à Câmara que nos sirva de base para a discussão. Não pode esse projeto ser elaborado de momento, porque esse assunto é fundamentalíssimo, o que em primeiro lugar deve prender a atenção das duas Câmaras porque o problema é vital para a nação portuguesa, visto dele derivar o problema da ordem pública, conforme terei ocasião de demonstrar.
>
> Sr. presidente: constituída essa comissão, era necessário dar-lhe tempo para trabalhar. Por outro lado, sr. presidente, foram nomeadas 12 comissões na Câmara dos Deputados e outras 12 no Senado para rever toda a legislação publicada desde 5 de dezembro. Nessas comissões estão empenhados quase todos os deputados e senadores. Essa revisão vai ser penosa, longa e trabalhosa, e era impossível que os membros de uma e outra casa do parlamento pudessem dignamente desempenhar-se das duas funções (*Apoiados*). Foi por isso que a maioria da Câmara dos Deputados tomou a iniciativa deste adiamento, que se impõe, a meu ver, da maneira mais iniludível dentro do campo restrito de factos que me forçam a esta conclusão.[645]

Os senadores e deputados da minoria monárquica contestaram as explicações dadas e insistiram na sua posição de fundo: não ao adiamento, pelo menos, antes de se efetuar a sessão secreta reclamada por Aires de Ornelas e suscitada pelo debate de 1 de agosto na Câmara dos Deputados. Alfredo Pimenta sobressaiu pela qualidade da oratória e da argumentação aduzida, tendo mesmo submetido ao voto uma moção sobre a não suspensão dos trabalhos parlamentares, que foi rejeitada pela maioria contrária, em uníssono com os secretários de Estado presentes (Colónias, Instrução e Interior). Jorge Botelho Moniz, respondendo a Pimenta, disse: «Não se pode dizer ao público, sabe-o v. ex.ª muito bem, tudo quanto se passa, e a influência que vai produzir sobre o ânimo do povo uma sessão secreta, acerca do que nela se passasse, seria má. Julgar-se-ia que se estava a atacar a Inglaterra e a própria intervenção na guerra quando é possível que amanhã tenhamos que mandar para França novos contingentes. Veja v. ex.ª o estado moral em que se iria colocar o nosso povo»[646]. Como se vê, as pouquíssimas vozes da maioria que se fizeram ouvir foram concordantes com a do líder e –

[645] *Diário do Congresso*, sessão n.º 25, em 6 de agosto de 1918, p. 9.
[646] *Diário do Congresso*, sessão n.º 25, em 6 de agosto de 1918, p. 18.

Machado_Santos.indb 230 22/05/2013 12:14

assinale-se – ninguém do grupo machadista (só não compareceu José Carlos da Maia) interveio, desta vez, a favor ou contra.[647]

A suspensão acabou por ser aprovada e o interregno parlamentar duraria cerca de quatro meses, mas convém frisar que os deputados e senadores não foram «a banhos» ou tratar das suas vidinhas. Durante esse período, funcionou a comissão revisora da Constituição e as comissões revisoras da «obra ditatorial» divididas pelas diferentes pastas da governação. No caso da primeira comissão, sabemos que deu por concluída a sua tarefa em dezembro, no meio já da disputa artificial entre parlamentaristas e presidencialistas, mas sobre as outras desconhecemos como e o que terão feito, embora o mais provável é que os seus membros tenham arrastado o trabalho, achando-se este longe do seu termo quando ocorreu o assassinato de Sidónio Pais. Acresce a estas notas o facto de ter sido morosa a eleição das comissões da Câmara dos Deputados e do Senado prescritas pelo Regimento, num total de 12[648] para cada uma das «casas». A título de exemplo, convém referir que a eleição pelos deputados da importante comissão revisora da Constituição, evocada como pretexto por Egas Moniz para o adiamento dos trabalhos parlamentares, só ocorreu na oitava sessão de 2 de agosto, tendo ficado composta da seguinte forma: Francisco Xavier Esteves (relator), Amâncio de Alpoim Torresano Moreno, António Celorico Gil, João Henriques Pinheiro, Manuel Pires Bravo Júnior, José Luís dos Santos Moita, Serafim Joaquim de Morais Júnior, José de Almeida Correia e António Lino Neto.

Rocha Martins cinzelou, na sua crónica, a opinião de que no novo Congresso tudo foi igual ou pior às legislaturas anteriores e, ironizando, chegou mesmo a compará-lo a «um *harmonium*: abre, fecha e faz um ruído!»[649] Em relação a isto, há a notar que pelas atas das sessões e pela caixa de moções, requerimentos, pareceres e projetos de lei existente no Arquivo Histórico Parlamentar, foram vários os deputados da maioria, da minoria, independentes e até o socialista João de Castro a proporem leis e a formularem pedidos de esclarecimento e protestos dentro do padrão normal da vida parlamentar.

Pode, enfim, dizer-se que houve alguma «normalidade» parlamentar em circunstâncias excecionais.

Passado o verão, os ventos que sopravam de fora traziam notícias aterradoras do bolchevismo na distante Rússia, nos campos de batalha da Grande Guerra os alemães jogavam as últimas cartadas – a carnificina tremenda ainda não chegara ao almejado fim…–, o CEP fora ferido «de morte» em La Lys (9 de abril de 1918), tendo a sua reorganização, combinada ou orientada pelos ingleses, conduzido a uma efetiva redução de importância e de autonomia, sob o controlo das forças britânicas.[650] Por fim, o Armistício chegou, a 11 de novembro, provocando o ansiado suspiro de alívio.

---

[647] Na sessão n.º 9, de 3 de agosto, na Câmara dos Deputados, Cunha Leal interveio contra o adiamento.

[648] A saber: Comissão de Legislação Civil e Comercial; de Legislação Criminal; de Colónias; de Instrução Pública; de Obras Públicas; de Guerra; de Agricultura; de Comércio e Indústria; de Negócios Eclesiásticos; de Infrações e Faltas; de Marinha; de Negócios Estrangeiros; de Estatística; de Petições; de Recrutamento; e de Regimento.

[649] MARTINS, Rocha, *Memórias sobre Sidónio Pais*, op. cit., p. 199.

[650] Ver FRAGA, Luís Alves de, *Do intervencionismo ao sidonismo: os dois segmentos da política de guerra na 1.ª República, 1916-1918*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

Machado_Santos.indb 231 22/05/2013 12:14

Em Portugal, agitara-se, cavalgando a onda de fome e morte, (a epidemia *influenza* ou pneumónica alastrara indomável), o movimento anarcossindicalista. E a oposição republicana democrática haveria de sair à rua, através de uma revolta militar falhada, a 12 de outubro. O regime reprimiu os revoltosos, intensificaram-se as prisões e aconteceu o trágico episódio da «leva da morte», a 16 de outubro[651]. O cerco oposicionista era um facto, o medo cresceu à solta e nas fileiras governamentais soaram as campainhas de alarme para que a tática fosse alterada. Assim se explica que o líder da maioria e a sua gente no Congresso e na imprensa dessem sinais de recuo em face do presidencialismo e se aproximassem, paradoxalmente, da postura crítica dos machadistas. O fim da guerra trouxe a esperança de uma acalmia e a «situação sidonista» parecia (amarga aparência e ilusão) controlar a tropa e as forças de segurança, contando para isso com o contributo de oficiais politicamente «indiferentes» e de monárquicos lealmente comprometidos com o comandante supremo das Forças Armadas – amálgama «explosiva» a que as juntas militares serviriam de rastilho após a morte de Sidónio até Monsanto (1919).

Eis, de forma impressionista, o enquadramento histórico-político das últimas atuações de Machado Santos como senador antes da morte de Sidónio Pais. Diga-se, a propósito, que, falhadas as revoltas ou as tentativas de golpe militar, Sidónio tornou-se, naturalmente, um alvo a abater[652]. As células cívico-militares mais ou menos vinculadas à estrutura do Partido Democrático entrariam em cena com êxito na segunda tentativa de 14 de dezembro de 1918[653] – esta é a hipótese que consideramos mais consistente[654]. Há fortes e simples indícios de que essas células ou a «rua

---

[651] Na sequência da revolta militar falhada de 12 de outubro de 1918, o governo decretou o estado de sítio. Nesse ambiente de violência e repressão, uma coluna de 150 presos políticos escoltados por mais de 200 polícias foi transportada, à noite, para o Cais do Sodré, onde devia embarcar com destino a vários fortes. A coluna terá sofrido uma emboscada nas ruas de Lisboa que originou um trágico tumulto do qual resultaram vários mortos entre os presos (entre eles o visconde da Ribeira Brava). A «leva da morte» terá sido «uma oportunidade que os democráticos aproveitaram para libertarem alguns dos seus correligionários e uma consequência direta do confronto ascensional e irreversível entre eles e os sidonistas» (Ver SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e sidonismo*, Vol. 2 – *História de um caso político*, op. cit., p. 282-289).

[652] Declarações à imprensa, na sequência dos acontecimentos da Noite Sangrenta, reforçam a hipótese de o assassinato de Sidónio Pais não ter sido um ato isolado de um louco, mas preparado, pelo menos em esferas político-militares oposicionistas à experiência sidonista. De facto, o capitão Henrique Alberto de Sousa Guerra, que comandara, no Terreiro do Paço, as tropas insurretas do 19 de Outubro, justificando que não era da sua índole a prática de assassinatos políticos, refere que ele e Cunha Leal tinham sido abordados, pelo «comité encarregado de assassinar Sidónio Pais», para ambos integrarem esse comité, o que recusaram (*Diário de Lisboa*, 26 de outubro de 1921). Logo no dia seguinte esclareceria as suas declarações: afinal, não existia o referido comité, mas outro: «diversas vezes, se aproximaram do 'comité de resistência à ditadura de Sidónio Pais' indivíduos lembrando que só fazendo desaparecer Sidónio» seria possível destruir a ditadura. Sousa Guerra e Cunha Leal teriam discordado por lhes repugnarem atentados pessoais «num período de grande risco para a República» (*Diário de Lisboa*, 27 de outubro de 1921). Cunha Leal seria ainda mais contundente na desvalorização das primeiras declarações de Sousa Guerra: numa reunião a que haviam assistido vinte oficiais, aparecera um «desequilibrado» a falar em matar Sidónio Pais. Teria sido Cunha Leal o primeiro a repelir a ideia, que só causara repulsa entre os presentes. E remata: «Nunca mais ouvi falar em tal, porque não privo com assassinos» (*Diário de Lisboa*, 28 de outubro de 1921).

[653] Falhara a primeira tentativa de assassínio protagonizada pelo jovem Luís Maria Batista.

[654] Ver SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e sidonismo*, Vol. 2 – *História de um caso político*, op. cit., p. 339-363.

Machado_Santos.indb 232 22/05/2013 12:14

democrática» voltariam a sujar as mãos de sangue na Noite Sangrenta de 19 para 20 de outubro de 1921, como veremos.

Embora não se possa tomar à letra a prosa cáustica de Camacho, inquinada de sectarismo partidário e pessoal, ela confirma uma tensão abrasiva que perpassou inclusive nas sessões da Câmara dos Deputados e do Senado reabertas em 3 de dezembro, depois de uma tentativa frustrada a 4 de novembro – e não a 24 como se lê em Damião Peres, na cronologia de Fernando de Castro Brandão[655] e em outras obras de referência –, muito esclarecedora, aliás, sobre o mau relacionamento então vivido entre a minoria monárquica, nervosa e inquieta, e a maioria governamental liderada por Egas Moniz.

O que sucedeu explica-se em poucas palavras. O reinício dos trabalhos parlamentares em ambas as Câmaras estava marcado para esse quarto dia do mês de novembro, mas a comparência de deputados e de senadores foi reduzida: no Senado só responderam à chamada 15 membros, decidindo o presidente suspender a sessão, por falta de quórum, até ao dia 2 de dezembro; e na Câmara dos Deputados o número de presentes à chamada era maior – 46 deputados – e o presidente da Mesa eleita para essa sessão, coronel Eduardo de Almeida, decidiu dar início aos trabalhos. Foi, também, o início da confusão: a chamada havia sido feita antes das 15 horas e na ausência de quatro deputados monárquicos à frente dos quais se evidenciaria Carvalho da Silva. Eles entraram, entretanto, no hemiciclo e, após ser lida a ata, aquele representante monárquico pediu o uso da palavra para protestar contra o começo irregular dos trabalhos, mas foi impedido pela Mesa e por vozes erguidas na bancada da maioria. O próprio líder Egas Moniz atiçou a fogueira dizendo perentório: «Quem não respondeu à chamada não tem direito a falar.» Carvalho da Silva e Camilo Castelo Branco retorquiram e gesticularam largamente, sendo, porém, «abafados» pelo ensurdecedor ruído dos parlamentares nacionalistas republicanos. Os deputados da minoria não se calavam e esta atitude foi considerada provocatória e intolerável. Volvidos uns minutos, os deputados da maioria cercaram os quatro monárquicos, firmes no seu obstrucionismo, e foi então que Santos Moita e outros correligionários começaram a empurrá-los para fora da sala, tendo um exaltado atirado com uma cadeira na direção de Carvalho da Silva, não o atingindo por uma nesga. Quando as coisas chegaram a este ponto de confrontação física, a sessão foi suspensa e adiada para os alvores de dezembro.

A cena não tinha sido edificante, mas era ilustrativa da tendência, representada por Egas Moniz e, neste aspeto, acolitada pelo grupo de Machado Santos, de viragem tática à «esquerda». Viragem essa que implicava o desprezo público pelo apoio e até por uma normal convivência com os monárquicos. A aceitação interna e externa do 16.º Governo não se compadecia com tais «proximidades». Claro está que os governamentais não podiam vir a terreiro invocar este profundo móbil da sua atitude e os monárquicos não perderam o ensejo de se vitimizarem. No meio da poeira levantada, a maioria parlamentar convocou uma reunião de urgência para o dia seguinte na Secretaria de Estado do Interior, onde estiveram presentes Machado Santos e Cunha Leal: este aproveitou o ensejo para se desligar do PNR, enquanto o seu mentor e «patrono»

[655] Ver PERES, Damião, *História de Portugal. Suplemento,* op. cit., p. 196; BRANDÃO, Fernando de Castro, *A I República Portuguesa. Uma cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, p. 126.

Machado_Santos.indb 233 22/05/2013 12:14

preferiu embarcar no apelo geral à reconciliação republicana, suficientemente vaga e genérica para conjugar diferentes opções táticas – a dos presidencialistas intransigentes, que aguardavam, com o «cassetete» na mão, o «arrependimento» dos «demagógicos e dos seus cúmplices», e os «parlamentaristas», que se haviam disposto a darem o dito pelo não dito e a cederem o bastante para atraírem a fação «moderada» da oposição ao sidonismo. A leitura da situação política, nesse final de 1918, inclinara-os a pactuarem com o «inimigo» – a «ditadura democrática», a «demagogia»… – contra o qual fora feito o golpe dezembrista. Grave paradoxo que, como temos frisado, feriu de morte e desde o início a experiência dezembrista/sidonista.

O incidente causara novo interregno, ainda que mais curto.

Na sessão do Senado, em 3 de dezembro, sob a presidência de Zeferino Cândido Falcão Pacheco, o tema forte não pôde deixar de ser o regozijo e a congratulação pela assinatura do Armistício de 11 de Novembro. A sessão, por alvitre expresso do presidente, devia ser consagrada à celebração da vitória dos Aliados, facto «tão memorável, de interesse tão momentoso para nós e de consequências tais para a Justiça e para a Liberdade dos povos». Neste sentido se pronunciou Egas Moniz, na sua primeira intervenção no Senado e na qualidade de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, tendo aproveitado o ensejo para saudar os soldados portugueses e, em especial, as nações aliadas. Em uníssono, a maioria, as minorias e as classes socioprofissionais representadas na Câmara – Carlos Lopes pelo PNR, Mário Monteiro pelos monárquicos, Machado Santos dissidente, Pinto Coelho senador católico e Carneiro de Moura pela «parte especializada» – associaram-se à saudação, repetindo, no essencial, o seu regozijo pelo triunfo «do Direito, da Justiça e da libertação dos povos esmagados pelo militarismo traiçoeiro e bárbaro». No entanto, o ex-secretário de Estado das Subsistências aproveitou o ensejo da sua intervenção para desviar habilmente o tema de política externa para o plano interno, alvejando, como vinha sendo sua prática regular, o governo sidonista em termos contundentes, usados de prólogo a um projeto de lei que o Senado rejeitará na sessão de 3 de dezembro:

> V. ex.as, srs. ministro e líderes, acabaram de saudar os nossos soldados e marinheiros; mas o que v. ex.as não sabem, e agora refiro-me a todos os srs. ministros, é que muitos desses homens que se bateram pela causa do Direito, da Liberdade e da Justiça se encontram presos, há meses, sem culpa formada nas casamatas dos fortes.
>
> O Senado ouviu da boca do sr. ministro dos Estrangeiros a narrativa do feito heroico do caça-minas *Augusto de Castilho*, que se sacrificou para salvar o paquete *S. Miguel* que, além da carga, ia repleto de passageiros; mas o que o Senado não ouviu da boca do ministro, porque o ministro o não sabe, por certo, é que, ainda não eram passados dois dias, a polícia devassava a casa da enlutada viúva do intrépido oficial que comandara o caça-minas e apreendia as espingardas de ar comprimido com que brincavam os seus filhos!
>
> Factos revoltantes como este posso citá-los aos centos e invocar o testemunho dos dez mil e tantos presos políticos que se encontram nas cadeias, com a seguinte nota de culpa: «Preso às tantas horas do dia tal pelo agente fulano.»

Machado_Santos.indb 234 22/05/2013 12:14

> É esta, sr. presidente e srs. senadores, a Liberdade que temos. É este, sr. presidente e srs. senadores, o Direito que nos rege. É esta, sr. presidente e srs. senadores, a Justiça que possuímos.
>
> Como podemos nós fazer acreditar lá fora o nosso entusiasmo pelo triunfo da causa do Direito, da Liberdade e da Justiça, se o Direito que temos se chama opressão, se a Liberdade que gozamos se chama casamata ou presídio, se a Justiça que possuímos se chama tirania?
>
> Eu associo-me a todas as saudações propostas, mas associo-me com atos e não com palavras. Os atos e não as palavras é que acreditam os povos.
>
> É muito pequeno o nosso país para que se possa fazer valer na Conferência da Paz só com palavreado oco. É muito pequeno para colher lucros externos duma vitória que internamente não soube alcançar. E mais pequeno ele parecerá se se apresentar dividido por fações, em vez de se apresentar unido, cheio de força moral, pelo passado e pelo presente, que pode ser belo e fecundo, preparador dum futuro próspero.
>
> É por assim pensar que vou ter a honra de enviar para a Mesa um projeto de lei, para o qual peço urgência e dispensa de Regimento. […]
>
> O projeto de lei é o seguinte:
>
> Artigo 1.º – É levantado o estado de sítio em todo o território da República Portuguesa.
>
> Artigo 2.º – São restabelecidas as garantias individuais e coletivas exaradas na Constituição Política.
>
> Art. 3.º – É abolida a censura à imprensa e às comunicações telegráficas e postais.
>
> Art. 4.º – É concedida, amnistia a todos os crimes e delitos de origem ou natureza política, social ou religiosas.
>
> Artigo 5.º – Fica revogada a legislação em contrário.[656]

Um discurso polémico que trouxe a terreiro o senador da maioria Eduardo Faria em defesa do governo, refutando o «ilustre senador sr. Machado Santos», homem de bem e dotado de «nobilíssimos intuitos de generosidade»:

> Permita-me s. ex.ª que lhe afirme que não tem, mais que eu, intuitos de pacificação da família portuguesa. Mas, permita-me ainda s. ex.ª que lhe diga que, neste momento, nem tudo deve ser comiseração. Se o for, daremos a impressão que cá dentro tudo são elementos de desordem e perturbações graves.[657]

Num tom muito brando, contrapôs ao quadro negro de infrene repressão arbitrária do governo a necessidade e legitimidade que este tinha de garantir a justiça e a ordem, mas não conseguiu, nem devia, talvez, imaginar que fosse possível demover Machado Santos da sua ideia fixa: desde 5 de dezembro que se adiava a pacificação da família portuguesa e em vez de o governo se empenhar nesse nobre intuito tinha-se limitado a prender gente sem culpa formada. E, em jeito de estocada final,

---

[656] *Diário do Senado*, sessão n.º 1, 3 de dezembro de 1918, p. 8-9.
[657] *Diário do Senado*, sessão n.º 1, 3 de dezembro de 1918, p. 17-18.

Machado_Santos.indb 235 22/05/2013 12:14

Machado Santos manifestou à Mesa o desejo de interpelar o governo sobre política geral. Pedido de interpelação provocatório feito no encerramento dessa primeira sessão senatorial.

Na segunda sessão, realizada no dia imediato, não houve quórum, estando apenas presentes 34 senadores, pelo que os trabalhos foram adiados para a sessão n.º 3, no dia 9, cujo período de antes da ordem do dia foi dominado pelas intervenções de Machado Santos, do Conde de Águeda, de Carlos Lopes e de Nogueira de Brito. O primeiro contestou a forma como foi nomeado o novo secretário de Estado da Marinha que contradizia o sistema representativo vigente – «Os ministros é que assumem as responsabilidades perante o parlamento e não o chefe de Estado» – e aproveitou para enviar à Mesa três projetos de lei: um sobre a regulamentação do jogo, outro sobre federação e sindicatos operários e um terceiro acerca da «estadualização e municipalização de alguns serviços de utilidade pública», tais como o resgate dos Caminhos de Ferro, a concessão de quedas de água, etc.

O conde de Águeda mostrou-se mais preocupado com a apresentação dos senadores militares, propondo que não aparecessem fardados na sala das sessões «tendo em vista os preceitos da disciplina». Por seu turno, o senador Carlos Lopes, representante da maioria, verberou o «vil atentado contra o chefe de Estado» e propôs que, em regozijo pelo malogro desse ato, a sessão fosse suspensa por um quarto de hora e nomeada uma comissão para ir felicitar o presidente da República. Proposta aprovada por aclamação, depois do monárquico Mário Monteiro ter sugerido que a mesma fosse aclamada e Machado Santos ter pretendido generalizar o debate, o que a Câmara não consentiu, impedindo-o de usar a palavra.

A deputação escolhida para ir a Belém ficou composta pelos senadores Castro Lopes, Mário Monteiro, Pinto Coelho e os que a ela se quisessem associar.

O senador Nogueira de Brito aludiu à celebração do Armistício, tecendo largas considerações sobre a guerra e a paz e esperando que Portugal conseguisse obter as compensações devidas. Seguiu-se a leitura de várias moções, levantando a de Machado Santos[658], como não podia deixar de ser, alguma polémica, na medida em que o presidente da Mesa e do Senado, Zeferino Falcão, considerou que ela tinha duas partes, devendo a segunda originar um projeto de lei. Machado Santos contestou o presidente, consultou a Câmara e esta pronunciou-se a favor de Zeferino Falcão. É, pois, de salientar que a maioria no Senado, embora carecida de uma liderança forte, foi obstruindo as tentativas de oposicionismo sistemático por parte do «fundador da República».

Antes do encerramento da sessão houve ainda diversas intervenções, merecendo especial destaque a de Ribeiro do Amaral, por se ter insurgido contra a falta de consideração dos secretários de Estado para com o Senado, ao primarem pela ausência, e

[658] A moção de Machado Santos foi redigida nestes termos: «O Senado da República Portuguesa envia as suas saudações mais calorosas aos povos dos países aliados, que tão heroica e tenazmente sustentaram e fizeram triunfar os princípios da Liberdade, do Direito e da Justiça, e resolve proclamar beneméritos da pátria todos aqueles que concorreram em Portugal com o seu sacrifício pessoal ou esforço político para levar a nação a comparticipar da imorredoura glória daqueles países» (*Diário do Senado*, sessão n.º 3, 9 de dezembro de 1918, p. 8).

Machado_Santos.indb 236 22/05/2013 12:14

ainda contra a forma intolerável como se estava a fazer a censura à imprensa, impedida, através de cortes extensivos e exagerados, de «publicar nas suas colunas aquilo que em público se diz» e o «que se diz na Câmara»[659]. Refira-se, também, que o senador governamental, Severiano José da Silva, corroborou as críticas à censura, lembrou a necessidade de exame e aprovação pelo parlamento das contas de despesa efetuadas e, por fim, frisou, embora alegando não estar a fazer oposição, que os transportes terrestres se encontravam num estado verdadeiramente lamentável.

Na quarta sessão, do dia 11 de dezembro, Machado Santos voltou à carga com a questão dos presos políticos, lendo na Câmara uma carta que lhe fora enviada por um preso político da penitenciária de Coimbra, para que «ela pondere bem o que se está passando de tirânico, opressivo e afrontoso para o país e para todos nós».[660] Carneiro de Moura interveio para secundar as palavras de Machado Santos, dizendo que «s. ex.ª falou mais pelo coração do que por aquilo que os factos podem conter em si, e fez bem em apelar para o sentimento da Câmara».[661] Mas Machado Santos não se ficou por aí: juntou a anteriores protestos a sua viva reprovação pela contínua ausência de secretários de Estado nas sessões do Senado e trouxe novo projeto para que o:

> Governo proceda já à desmobilização, organizando as empreitadas para obras do Estado, para a abertura de canais, para a construção da rede ferroviária, de estradas, de postos, para o aproveitamento do terrenos incultos, de jazigos carboníferos, de quedas de água, para a instituição do Bem da Família, para a organização do ensino profissional, para a criação do imposto dos lucros de guerra.[662]

---

[659] *Diário do Senado*, sessão n.º 3, 9 de dezembro de 1918, p. 12.

[660] *Diário do Senado*, sessão n.º 4, 11 de dezembro de 1918, p. 5. O teor da carta era o seguinte: «Fiado na sua amizade mais uma vez lhe escrevo. Ainda me encontro preso sem haver uma única prova contra mim; sem liberdade de defesa; sem me ser consentido o direito que a lei me dá da investigação contraditória e sem deferirem o pedido de eu ser acareado com os meus acusadores, se acaso os tenho. São 58 dias de torturas e martírios que tenho passado, 58 dias cheios dos maiores vexames e das mais extraordinárias violências. E porquê? Quando um dia se fizer a história de tudo isto, há de ver-se que fui o único que honradamente soube cumprir o seu dever; o único que não fugiu, que não se entregou, que não aderiu! E foi talvez por isso mesmo que fui preso; porque, aqueles que fugiram, que se entregaram, que aderiram, esses armaram em heróis e são os que hoje mandam, os que me têm encarcerado e que me roubaram o lugar. Eu creio que a covardia é hoje uma virtude; porque esses foram louvados, enquanto eu, que fui o único que cumpriu o seu dever, me encontro preso. Ao que me informam, o próprio governador civil foi da maior deslealdade para comigo, mas o que ele não poderá é negar as afirmativas que eu faço quanto à minha atitude. Que falta aqui faz o capitão Solano! Se ele cá estivesse, as coisas não se teriam passado assim, e eu, a esta hora, em vez de preso teria um louvor. Depois, sem processo, sem ser ouvido, fui exonerado do meu cargo e ainda por cima recusam-se a pagar-me os vencimentos! Encontro-me doentíssimo, deitando sangue pela boca, sem recursos, na maior miséria. Peço-lhe, meu amigo, que junto dos nossos amigos, lhes peça para mim uma esmola para que eu aqui não morra de fome nesta masmorra. O que por aqui se passa é verdadeiramente horrível; os presos políticos são tratados como feras e só falta uma coisa: o *Knout* [chicote] russo! E faz dó ver tudo isto. No peito da maior parte dos militares veem-se condecorações de campanha – a cruz de guerra e medalhas de valor militar francesas e inglesas!»

[661] *Diário do Governo*, sessão n.º 4, 11 de dezembro de 1918, p. 9.

[662] *Ibidem*, p. 10.

Machado_Santos.indb 237 22/05/2013 12:14

E deixou no ar uma nota amarga sobre a situação crítica que então se vivia no plano interno, exclamando: «A desorganização em que temos vivido não pode continuar. Todos legislamos, e já ninguém se entende! Isto é o caos!»[663]

Não muito longe desta exclamação andou a breve oratória de Severiano José da Silva, insistindo que ao poder legislativo competia avaliar e aprovar as contas do Estado. O mesmo senador, interpelando o secretário de Estado das Finanças ausente, lançou a pergunta: «Qual a razão por que, de há seis meses para cá, se não publica a nota do estado da dívida flutuante, com a precisa discriminação, e qual o seu montante?»[664] Vozes dissonantes, deslizantes para o coro machadista que forçaram Castro Lopes, senador governamental e líder «de serviço» na Câmara, a defender, na medida do possível, a indefensável falta de comparência dos secretários de Estado e a reafirmar, pela maioria, a condenação dos factos denunciados – prisões ilegais, assaltos e violências que eram para lamentar, «sendo de toda a conveniência que o sr. secretário de Estado do Interior mande proceder a um inquérito, a fim de se apurar o que há de verdade sobre o assunto»[665]. O representante da maioria entendeu, pois, oportuno pedir ao presidente da Mesa para que empregasse as suas diligências a fim de conseguir a presença no Senado dos membros do governo.

Na sessão n.º 5, de 12 de dezembro, nem os senadores apareceram em número suficiente, ou não o quiseram fazer com responsabilidades para Machado Santos, segundo afirmou (na sessão seguinte) Castro Lopes: «Pois eu devo dizer, porque é uma necessidade, que se ontem não houve sessão foi devido ao sr. Machado Santos estar a conversar nos corredores com alguns dos seus amigos. Não lhes convinha que houvesse sessão».[666] Pelo que só na sexta sessão, de 13 de dezembro, se concretizaram os veementes apelos feitos, estando presentes, de uma assentada, os secretários de Estado da Marinha, dos Abastecimentos e das Finanças.

Foi uma sessão sobrecarregada que abriu com as declarações de voto sobre a proposta, até então em suspenso, de prorrogação do estado de sítio por mais um mês: os monárquicos, por intermédio de Mário Monteiro, declararam-se favoráveis «dentro da orientação que a nós próprios nos impusemos de prestar a este governo todo o nosso apoio em matéria de ordem pública e internacional»[667]; Oliveira Santos manifestou-se contra a proposta do governo, porque este não tinha ainda dito no Senado quais os factos que determinavam o prolongamento do estado de sítio e não era, em sua opinião, possível «estabelecer-se a paz, a harmonia, o amor na família portuguesa conservando-se 10 000 presos a ferros da República».[668] Machado Santos não só «ratificou» estas palavras como acrescentou muitas mais no mesmo sentido; o senador Eduardo Ernesto de Faria, apelando à circunspeção e serenidade, procurou demonstrar a necessidade do estado de sítio, demasiado óbvia face à perturba-

---

[663] *Diário do Senado*, sessão n.º 4, 11 de dezembro de 1918, p. 10.
[664] *Ibidem*, p. 10.
[665] *Ibidem*, p. 11.
[666] Cf. *Diário do Senado*, sessão n.º 6, 13 de dezembro de 1918, p. 11-12 (ver Apêndice documental, ponto 2, doc. n.º 9).
[667] Cf. *Ibidem*, p. 3.
[668] Cf. *Ibidem*, p. 4.

Machado_Santos.indb 238 22/05/2013 12:14

ção interna que desde 10 de dezembro de 1917 se mantinha de «tal forma grave que não faltam ataques à segurança individual, que não faltam ataques à propriedade» e urgia, por isso, em nome da liberdade, impor a ordem; o católico Pinto Coelho não hesitou em partilhar a mesma perspetiva e entrou em polémica com Machado Santos por causa da última greve ferroviária do Sul e Sueste[669]; e, em nome do governo e na impossibilidade da comparência do colega da Guerra, o secretário de Estado da Marinha, Canto e Castro, justificou a proposta em discussão com a frustrada tentativa de golpe em outubro, com a greve geral de novembro e com o recente atentado que Luís Maria Batista falhara, no dia 6 de dezembro.

Não conseguiu, porém, evitar as interpelações de Machado Santos, que à queima-roupa voltou a perguntar quais os motivos que levaram a encarcerar dez mil homens. Canto e Castro retorquiu: «O número não é exato.» Machado Santos respondeu com uma pergunta: «Pode v. ex.ª dizer-me quantos são os presos políticos?» Réplica do camarada de arma e de posto: «Não chega a mil»; «Só mil estão em Elvas» – contra-atacou Machado Santos. «V. ex.ª desconhece tudo; não está a par do que se passa no país. V. ex.ª não sabe quantas criaturas estão presas: são aos milhares.»[670] E desfiou o seu rosário de invetivas antigovernamentais, perante o silêncio do futuro presidente da República.

Em seu auxílio vieram Cruz Azevedo e Castro Lopes, envolvendo-se este em diálogo vivo e duro com Machado Santos, que, por sua vez, contou ainda com o apoio de Tiago Sales, senador pela Agricultura, que afirmou a intenção de se abster por ser esse o modo mais suave de exprimir o desagrado pelo que se passava.

Os senadores Luís Gama e Pinto Veloso declararam também a sua discordância, insistindo na sensível e chocante situação de muitos presos que se achavam detidos em péssimas condições, sem serem interrogados e que afirmavam estarem injustamente encarcerados. Uma forte e iniludível evidência que Adães Bermudes, sidonista assumido, reconheceu desta forma:

> Nós não podemos consentir que este tumultuário estado de coisas permaneça. Por isso, tristemente declaro que, sem ter as hesitações do orador que me precedeu, darei o meu voto à proposta do governo, pedindo-lhe apenas, como já foi pedido aqui, que procure ser rápido na averiguação dos factos e justo nas suas decisões, para que a punição indispensável não possa recair sobre indivíduos dignos ou inocentes.[671]

Nessa última sexta-feira do sidonismo, o debate fixou-se, como acabámos de ver, em torno da intranquilidade e da agitação interna, refletindo, assim, a atmosfera que então se vivia e que Émile Daeschner não só captou com a sua habitual perspi-

---

[669] Domingos Pinto Coelho elogiou a atuação do secretário de Estado dos Abastecimentos, Cruz Azevedo, chegando mesmo ao ponto de dizer que ele restabelecera a disciplina na linha do Sul e Sueste e «prestou um alto serviço a este país, e quanto a mim, mostrou mais competência neste ponto do que v. ex.ª». Ao que Machado Santos retorquiu: «Ainda é cedo para fazer essa apreciação. V. ex.ª não sabe o que se está passando ainda no Sul» (*Ibidem*, p. 14).

[670] *Ibidem*, p. 7.

[671] *Diário do Senado*, sessão n.º 6, 13 de dezembro de 1918, p. 19.

Machado_Santos.indb 239 22/05/2013 12:14

cácia e verrina antisidonista, como também a soube comunicar para Paris em termos que merecem ser recordados.

Com data de 10 de dezembro e sob a epígrafe «festas por ocasião do aniversário do 5 de Dezembro de 1917», começou por observar o contraste entre a modestíssima comemoração do 5 de Outubro e a celebração do 5 de Dezembro: o «*anniversaire de la fondation de la "Nouvelle République", autrement dit du government de M. Sidónio Pais*», deu lugar a inúmeros festejos, geralmente mal organizados, «*comme elles le sont au Portugal*», e inesperados, mas, não obstante isso, o programa foi cumprido e Sidónio Pais recebeu abundantes aplausos. A situação era, na opinião do diplomata francês, muito paradoxal: a oposição dos partidos republicanos «históricos» estava ativa e cada dia que passava mais complôs eram descobertos, mais prisões efetuadas, as leis de exceção continuavam em vigor, o parlamento em tais condições não podia cumprir a sua missão e parecia-lhe, por isso, muito difícil que semelhante situação pudesse prolongar-se indefinidamente; mas, por outro lado, não lhe parecia menos difícil que a popularidade do presidente da República baixasse. Bem pelo contrário: ele tudo fazia para colher as simpatias do povo, como se vira no recente dia de aniversário do 5 de Dezembro, a pretexto do qual concedera quatro dias de feriado, espetáculos e sopas populares, e se ele continuasse a divertir e a alimentar a população, muito dificilmente os seus adversários, sob estrita vigilância, poderiam derrubar o regime, a não ser pelo recurso ao atentado pessoal[672]. Foi o que aconteceu – depois de uma tentativa «milagrosamente» fracassada ocorrida no dia 6 de dezembro de 1918, primeiro aniversário da revolução sidonista, no sábado, dia 14 de dezembro do mesmo ano, Sidónio Pais seria assassinado a tiro na estação do Rossio.

No dia 16, segunda-feira, as duas Câmaras do Congresso reuniram-se separadamente pelas 14 horas. Às 18 horas 30 minutos responderam à chamada 134 deputados e senadores reunidos, em sessão conjunta, para elegerem o novo presidente da República, dentro das disposições fixadas pela lei n.º 833[673]. Por maioria de dois terços, foi escolhido o almirante Canto e Castro: num primeiro escrutínio entraram na urna 125 listas quando eram necessários 131 votantes para a eleição ser válida, pelo que se fez segundo escrutínio, em que o referido oficial da Armada obteve 137 votos das 138 listas entradas. Concluída a eleição «S. ex.ª dá entrada na sala, sendo recebido com grandes aclamações. Profere o compromisso marcado na Constituição e lê um agradecimento ao Congresso. Repetem-se as aclamações e s. ex.ª sai da sala, encerrando o sr. presidente a sessão»[674].

Na sessão vespertina do Senado houve várias intervenções de pesar e de indignação pelo trágico evento.

O presidente Zeferino Falcão abriu os trabalhos dizendo que a sessão era dedicada à memória do falecido presidente da República «como preito ao exemplo da vida do sr. dr. Sidónio Pais, que exercera uma benéfica influência nos destinos nacionais

---

[672] *Archives Ministère des Affaires Etrangères* (AMAE), Z. Europe, 1840 Portugal, Ambassadeur Français à Lisbonne, n.º 195, 10 de dezembro de 1918.

[673] *Diário do Governo*, I série (273), 16 de dezembro de 1918.

[674] *Diário do Congresso*, sessão n.º 26, 16 de dezembro de 1918, p. 1.

Machado_Santos.indb 240 22/05/2013 12:14

(*Muitos apoiados*)»[675]. Propôs que os trabalhos fossem suspensos em sinal de sentimento depois de os oradores inscritos terem usado da palavra. E o primeiro a fazê-lo foi o «líder» da maioria, Castro Lopes, com uma alocução curta da qual extratamos esta ilustrativa passagem:

> Sr. presidente: desde as 23 horas e 55 minutos de sábado até agora temos passado as horas mais amargas de há uns bons tempos a esta parte, porque o sr. dr. Sidónio Pais era a figura mais grandiosa que a pátria perdeu. E, sr. presidente, se alguém alguma vez foi injusto para com ele, terá hoje de reconhecer que essa enorme figura de português, que tanto mereceu da sua pátria e tantas glórias lhe deu, era um grande patriota e comovidamente ajoelhará sobre o seu túmulo[676].

Seguiu-se-lhe o senador representante dos Serviços Públicos, Carneiro de Moura, que começou por lembrar o convite que os colegas funcionários públicos lhe haviam feito, meses atrás, para cumprimentar o presidente da República em Belém e agradecer-lhe o decreto promulgado sobre subvenções. Acedera ao convite, entre outras razões, por conhecer e ser amigo de Sidónio Pais desde os tempos de Coimbra. E embora, volvidos esses meses, o seu «estado de alma» fosse diferente – entenda-se: desiludido e desagradado com certos aspetos da política seguida – sentia-se no dever de lamentar, em nome dos diretores-gerais e chefes de serviço, o trágico acontecimento e de alertar para a «tremenda responsabilidade que sobre nós pesa», tópico recorrente no seu discurso simultaneamente elegíaco e crítico, assente num utopismo anti-individualista e num tradicionalismo progressista e antidecadentista.[677]

Em nome da minoria monárquica, Mário Monteiro associou-se às comovidas expressões até então proferidas, sublinhando que entre Sidónio Pais e os monárquicos havia um ponto de contacto em matéria fundamental de administração política: a convicção de que Portugal não poderia realizar as condições necessárias, quer para o seu desenvolvimento, progresso e bem-estar, quer até para os níveis mínimos e indispensáveis à sua própria sobrevivência, sem «a intemerata e intransigente defesa dos princípios políticos conservadores»; separava-os, porém, o modo prático de realizar «tão alto pensamento»: eles entendiam que a restauração do regime monárquico constituía a «condição *sine qua non*», ao passo que Sidónio Pais propôs-se «demonstrar praticamente o que podia ser com o regime republicano».[678]

Por seu turno, o senador católico Domingos Pinto Coelho começou por considerar o crime praticado como «um dos maiores crimes que neste momento podiam ser cometidos contra a pátria portuguesa», porque, ao contrário da «revolução de 1910», «infelizmente estéril» em homens de grande estatura política, a «revolução de 1917» produzira «um homem com uma tal estatura para ser chefe, que todos nós, sem o mínimo esforço, antes com o mais espontâneo respeito, como chefe o

---

[675] *Diário do Senado*, sessão n.º 7, 16 de dezembro de 1918, p. 3.
[676] *Diário do Senado*, sessão n.º 7, 16 de dezembro de 1918, p. 3.
[677] *Diário do Senado*, sessão n.º 7, 16 de dezembro de 1918, p. 4-5.
[678] *Ibidem*, p. 6.

Machado_Santos.indb 241 22/05/2013 12:14

acatávamos e venerávamos»[679]. E prosseguindo, reconheceu ter sido criminoso o ato que interrompeu a «obra heroica» iniciada por Sidónio Pais. Todavia, em vez dos clamores de «Vingança! Vingança!» espalhados pela imprensa, recomendava que se clamasse «Justiça! Justiça!» célere e dura, e se homenageasse a «memória desse grande homem», continuando e fecundando a sua «gloriosa obra».

Mais oradores intervieram – Queiroz Veloso, Machado Santos, Oliveira Santos, Ribeiro do Amaral, Costa Couraça, Afonso de Melo, Arnaud Furtado, João José da Costa, Jorge Guimarães, Luís Firmino de Oliveira, Alfredo da Silva, Augusto Cerqueira e Novais da Cunha – exaltando todos as qualidades e virtudes do ilustre morto, condenando todos com veemência o crime e homenageando em uníssono a sua memória. E um deles – Ribeiro do Amaral – em conformidade com a sua arreigada e natural crença católica rematou a alocução dizendo:

> Sr. presidente: o sr. dr. Sidónio Pais não cumpriu a sua obra que devia ser grandiosa, a avaliar pelo que ele já fizera em tão pouco tempo. Julgo, porém, que ela se consumará, porque todos nós, portugueses, devemos ter o desejo, o afã, de a concluir, para que esta pátria tenha uma época de felicidade e de justiça. Ele, no seio de Deus onde se encontra, velará por todos nós, e o seu sangue derramado redimirá esta infeliz terra que, em verdade, quase o não merecia[680].

Espontânea e naturalmente, o agnóstico e incrédulo Sidónio Pais, «heroico missionário» do ideal regenerador de um Mundo Novo, solar, progressivo e realizado no planeta dos homens e não no «Olimpo dos Deuses», entrava, assim, erigido em Mártir de acordo com a multissecular tradição cristã-católica.

Presidente morto, presidente posto…

De Paris, onde estava como delegado à Conferência de Paz, Egas Moniz manobrou, através do seu secretário, a indicação de um nome «aceitável» para chefe de Estado – o almirante Canto e Castro, cujo mandato presidencial abrangerá cinco governos em cerca de um ano. Como vimos atrás, este foi eleito pelo Congresso à maneira de 1911[681] e a chefia do governo acabou por recair no tenente-coronel João Tamagnini Barbosa, num clima de enorme tensão e de indisfarçável protagonismo das juntas militares[682]. Na realidade, este sidonista indefetível chefiará dois governos – o 17.º, nomeado a 23 de dezembro de 1918 e exonerado a 7 de janeiro de 1919, e o 18.º, nomeado a 7 de janeiro e exonerado a 27 desse mesmo mês.

A ameaça da contrarrevolução era real, as incertezas e a instabilidade difíceis de suportar. O funcionamento das instituições republicanas abeirava-se perigosamente do colapso. E também houve movimentações do lado da oposição republicana anti-

---

[679] *Diário do Senado*, sessão n.º 7, 16 de dezembro de 1918, p. 6.
[680] *Ibidem*, p. 9.
[681] Ver SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e sidonismo*, Vol. 2 – *História de um caso político*, op. cit., p. 357-363.
[682] Sobre o papel destas juntas militares no pós-14 de dezembro de 1918, ver SANTOS, Miguel Dias, *A Contrarrevolução na I República*, 1910-1919, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 405-416.

Machado_Santos.indb 242 22/05/2013 12:14

governamental, que culminaram na revolta de Santarém, a 14 e 15 de janeiro. Ainda assim o Congresso conseguiu reunir no primeiro trimestre de 1919.

O Senado reuniu-se, a 8 de janeiro, e Machado Santos esteve presente. O presidente Zeferino Falcão comunicou aos senadores presentes a morte do democrático António Macieira e propôs que fosse lançado em ata um voto de sentimento, a que se associaram vários dos presentes, incluindo Machado Santos, o qual recordou, grato, que o falecido o defendeu gratuitamente quando, em 1908, já no estertor da monarquia, era perseguido pelos seus inimigos políticos (recordemos que Machado Santos se referia ao processo militar que lhe foi instaurado na sequência do artigo que assinou no jornal *O Radical*).

Na sessão de 9 de janeiro, deu-se a apresentação programática do 18.º Governo e Machado Santos pediu a palavra em tom contundente:

> O sr. Tamagnini Barbosa não me deu a impressão de ser um chefe de governo, mas sim um negociante de «secos e molhados», que vem fazer o reclame dos produtos do seu comércio, pelos elogios que faz aos seus colegas nos dois Ministérios que nos forneceu «por atacado».
>
> A constituição do Ministério que hoje se apresenta à Câmara é tida quanto há de mais extraordinário e anticonstitucional. Não me consta que em Portugal se tivesse organizado um governo assim.
>
> Disse o sr. Tamagnini Barbosa como é que se demitiu o governo que antecedeu o que hoje se apresenta e como é que se tinha arranjado este? S. ex.ª não o disse. Quem o diz é o jornal *O Dia,* de 7 de janeiro de 1919, num artigo assim intitulado: «Situação política.» Vem em tal artigo um trecho muito explícito, que condiz com os elogios do sr. Mário Monteiro, líder monárquico e com os do sr. Pinto Coelho, senador católico e líder de si próprio.
>
> Diz o artigo em questão:
>
> A inesperada entrada do sr. dr. Francisco Joaquim Fernandes no governo, como ministro da Justiça e dos Cultos, causou grande sensação.
>
> Alegando esta circunstância de ter sido levado ao parlamento com votos dos republicanos e de monárquicos e de oferecer pelo seu altíssimo valor a maior garantia de ser no novo Governo o guarda fiel dos compromissos tomados com a Junta Militar do Norte […].
>
> Eu pergunto: o que é que o sr. Francisco Fernandes aqui representa? S. ex.ª é um delegado do poder legislativo para a execução da lei, ou um delegado das juntas militares, ao serviço da reação católico-militarista?[683]

Seguiu-se uma áspera e inevitável troca de palavras entre o orador e o presidente do Ministério e ministro do Interior que garantiu ter sido o ministro da Justiça uma escolha do falecido presidente e indicação do doutor Egas Moniz. Uma interrupção incisiva que não fez esmorecer o propósito atacante de Machado Santos, que prosseguiu o seu discurso criticando abertamente os monárquicos por declararem

[683] *Diário do Senado*, sessão n.º 10, 9 de janeiro de 1919, p. 18.

Machado_Santos.indb 243 22/05/2013 12:14

terem cooperado com a obra da «República» e, ao mesmo tempo, proclamarem que se mantinham fiéis às suas ideias políticas. «Que cooperação é essa?» – perguntou. «Que jogo é este que se está fazendo com o país?»[684] No seu entender, a forma como o novo governo se constituira não podia inspirar confiança ao povo republicano, na medida em que o chefe do governo, ao ver necessário seguir o «caminho da energia», chamou as juntas militares, conferenciou com elas e transigiu. A proclamação da Junta Militar do Norte apareceu no dia 18 de janeiro de 1919, publicada em *A Pátria*, jornal reacionário do Porto que se declarou abertamente monárquico. Refutava, assim, o argumento benévolo dos oradores que o antecederam, segundo o qual as juntas formaram-se para combater o temido regresso da «demagogia» ou dos democráticos. Palavras inflamadas que causaram nova altercação com o «rival» Tamagnini. E a sessão acabou sendo interrompido e uma vez reaberta Machado Santos voltou a falar para insistir na ideia de que meses antes nessa mesma sala pedira ao, também então, ministro do Interior um apuramento célere e implacável das «barbaridades e dos atentados» acontecidos no Porto, mas nada fora feito. Por isso, atacava-o politicamente, mas não pretendia ofendê-lo pessoalmente como alegou o visado. No entanto, Machado Santos conhecia-o há muito e sabia que ele «era homem de palavra». E a altercação discursiva entre os dois continuou. De novo no uso da palavra, Machado Santos acusou o major Margarida, governador civil do Porto, de confundir todo e qualquer republicano com «formiga, democrático, demagogo» e de ser cúmplice da agitação produzida pela Junta Militar do Norte. Perante tais factos desvalorizou a garantia de Tamagnini Barbosa de «ter chamado à ordem» as juntas. E estas ignoravam-no!... Mais adiante lembra à Câmara que conhecera bem o malogrado presidente da República e pode, por isso, desafiar os que abriam a boca dizendo que iam continuar a obra de Sidónio Pais, mas cada um tratava de «lançar o país na perturbação»:

> Sr. presidente, eu conheci muito bem o sr. Sidónio Pais; enquanto eu combatia a demagogia, o defunto presidente era ministro das Finanças, ministro do Fomento e ministro em Berlim. A obra financeira e económica de Sidónio Pais como ministro passou despercebida, mas a sua obra política deu brado. Sidónio Pais associou-se… à expulsão dos bispos das suas dioceses.
>
> Sidónio Pais, como ministro republicano, fez obra de político radical e como cidadão foi um livre-pensador.
>
> Em 20 de fevereiro de 1911, foi iniciado numa loja maçónica de Coimbra, intitulada Estrela de Alva, em 2 de junho de 1912 pôs-se a coberto, porque teve de mudar a sua residência para Lisboa.
>
> No ato da sua iniciação, declarou-se livre-pensador e ateu.
>
> Sabendo isto, admiro-me, sr. presidente, como se fez funeral religioso ao falecido chefe de Estado e como se levaram os seus restos mortais para uma basílica católica.
>
> Que estranha forma de honrar a memória de um homem, que foi chefe de um Estado neutro em matéria religiosa. […]

[684] *Diário do Senado*, sessão n.º 10, 19 de janeiro de 1919, p. 19.

Machado_Santos.indb 244 22/05/2013 12:14

> Tive a honra de ser ministro de Sidónio Pais durante seis meses; e eu, que sempre tive na minha bandeira política a pacificação da família portuguesa, não consegui realizá-la.
>
> Enquanto fui ministro do Interior, fiz todos os esforços para realizar essa pacificação e só por motivos estranhos à minha vontade ela se não pôde realizar. Mais tarde, como ministro das Subsistências, dediquei-me à questão económica. O que ficou do meu trabalho nos Ministérios do Interior e das Subsistências viu-se. E o que se lhe seguiu viu-se também: as cadeias a regurgitarem de presos e o custo da vida a dar um salto tremendo mercê da entrega do país às mãos dos açambarcadores.[685]

Mencionou, na sequência deste arrazoado, a carta que alegadamente o coronel João de Almeida enviara ao chefe do governo, que este declara desconhecer. A carta era de tal teor ofensivo que o remetente só podia ser imediatamente «preso no Castelo de S. Jorge». E continuou um pouco mais e nem o ministro do Trabalho, capitão Eurico Cameira, ajudante de campo do presidente Sidónio – que aparecerá mais adiante, no ponto relativo à Federação Nacional Republicana, através de uma missiva de resposta ao seu amigo almirante, que convidaria a juntar-se a esse projeto reformista – ficou isento de crítica: «O atual sr. ministro do Trabalho, sr. Eurico Cameira, foi ao Porto envolver-se numa manifestação reacionária de apoio ao comissário da polícia, daquela cidade, o tenebroso Solari Allegro, que ainda está tripudiando sobre a capital do Norte.»[686] O governante referido estava presente e negou que tal tivesse ocorrido. Em sua defesa interveio lapidarmente o oficial de artilharia Cruz Azevedo, ministro dos Abastecimentos. Houve mais quem usasse da palavra e, no final, Tamagnini Barbosa propôs-se responder às afirmações proferidas por Machado Santos. Coube-lhe, afinal, fechar o debate e foi, como se lê na ata, muito cumprimentado.

Depois de uma sessão de debate tão viva e intensa, os senadores compareceram no dia seguinte, mas a falta do número regimental exigido obrigou a encerrá-la. O mesmo sucedeu com as sessões seguintes de 13, de 15, de 16, de 17 e de 20 de janeiro. Nessa sessão, encerrada igualmente por falta de quórum, Machado Santos ergueu a voz e disse: «Parece-me que o governo tinha tudo a lucrar em vir hoje ao Parlamento (*Apoiados*).»[687]

Somente a 30 de janeiro, voltaria a ser possível reunir o Senado com um número suficiente de senadores presentes. Entretanto, Paiva Couceiro havia conseguido restaurar a Monarquia no Porto – este ato restauracionista ficará conhecido como a «Monarquia do Norte»,[688] a qual seria replicada, na capital, através do movimento falhado de Monsanto[689].

---

[685] *Diário do Senado*, sessão n.º 10, 9 de janeiro de 1919, p. 24.
[686] *Diário do Senado*, sessão n.º 10, 9 de janeiro de 1919, p. 25.
[687] *Diário do Senado*, sessão n.º 14, 20 de janeiro de 1919, p. 2.
[688] Ver SANTOS, Miguel Dias, *A Contrarrevolução na I República*, op. cit., p. 417-447.
[689] Ver *Ibidem*, p. 447-485.

Machado_Santos.indb 245 22/05/2013 12:14

Machado_Santos.indb 246 22/05/2013 12:14

Capítulo 9

Os anos do fim (1919-1921)

«À República dei mais do que a vida»

Maria O'Neill, escritora, poetisa e jornalista, narra o episódio sem garantias de total verosimilhança. Narra-o mergulhando a pena no tinteiro do sentimentalismo nacional, profundo, atávico… A ocasião escolhida foi proporcionada pelo defunto *O Intransigente*, reaparecido com um número de homenagem ao seu imortal fundador. Editado pelo irmão do herói assassinado, saiu com a data de 2 de julho de 1922, preenchido com evocações sentidas e saudosas. A referida escritora e amiga do homenageado teve direito a ver a sua prosa na primeira página e em posição central, ladeando em cima e em baixo o retrato ovalado de Machado Santos vestido à paisana.

Nesse texto, intitulado «O coração do herói: à República dei mais que a vida», diz-nos que o movimento de Monsanto foi derrotado pelas forças republicanas também constituídas pelo filho do fundador, Augusto de Oliveira Santos, moço de 18 anos, que voltava, ufano, da serra, trazendo consigo um farrapo da bandeira monárquica que ali tremulou uns dias. Machado Santos, silencioso, com os olhos humedecidos pela emoção, fitava-o enternecido. Maria O'Neill, sentada a pouca distância, observava a cena e percebia o que se passava: «O pai revia-se no filho e sentia que a criança se tornara homem.»[690]

Passados uns dias, já não se lembrava quantos, assistiu a outra cena não menos comovente: o pai armava o seu único filho que partia para o Norte em defesa da República: «Verificava a espingarda, metia-lhe os cartuchos no cinturão, aconselhava-o dum modo simples e despretensioso, apenas informador.»[691] A esposa e mãe, de olhos sem lágrimas, metia chocolate no bornal do jovem soldado, «parecendo querer gravar pela última vez no coração a imagem aureolada do filho estremecido».[692] Entretanto, ele afastou-se para se juntar aos companheiros, e os pais, bem como a amiga escritora ali presente, no desejo de o verem e lhe dizerem mais uma vez adeus, meteram-se num elétrico em direção a Santa Apolónia:

---

[690] O'NEILL, Maria, «O coração do herói: à República dei mais do que a vida», *O Intransigente*, Lisboa, 2 de julho de 1922, p. 1.

[691] *Idem*, *ibidem*.

[692] *Idem*, *ibidem*.

Machado_Santos.indb 247 22/05/2013 12:14

Sendo geralmente difícil reconhecer entre uma turba uniformizada este ou aquele, não sucedia assim com o filho do herói da Rotunda. A sua figura avantajada e hercúlea dominava-o entre os outros.

– Um bom alvo! Murmurou-me o pai com um sorriso triste.

Chegou o momento do último abraço: foi afetivo, carinhoso, animador.

Entrando para a carruagem os rapazes, num entusiasmo indescritível, cantavam em coro *A Portuguesa*, fazendo um acompanhamento com os pés. Dir-se-ia que marchavam. O entusiasmo era comunicativo e daquela esperançosa mocidade passava ao coração dos velhos. No meu cérebro repetia-se automaticamente os versos de Castilho:

– Ó mãe, não ser eu mancebo.

– Não ser eu aventureiro…

A máquina soltou o último silvo e arrastando o comboio perdeu-se na escuridão da noite. As vozes juvenis, vibrantes de sentida comoção, morriam no espaço.

Nunca esquecerei esta cena. A mãe ficara como que pregada no solo.

– Vamo-nos embora, disse alguém.

– Vamos.

A estação estava deserta.

– Se o não torno a ver! Murmurou a mãe num suspiro que mal me aflorou ao ouvido. E Machado Santos, com os olhos enervados mas risonho:

– Não se pode dizer que eu não dei à República tudo que podia.[693]

No largo da estação separaram-se: o casal seguiu lentamente para casa, a amiga fez o mesmo, em passo apressado, pois não avisara a família que podia estar em cuidado. Pelo caminho monologou vergada de admiração pelo «caráter simples e diamantinamente puro desse grande português que pouca gente está à altura de compreender e apreciar»[694], tão barbaramente assassinado… E o remate de seu texto é, como se entende, alusivo ao desaparecimento súbito desse herói e amigo.

Mas o episódio evocado pela autora interessa, aqui, por surpreender Machado Santos na sua intimidade de pai e por trazer à colação dois acontecimentos relevantes – a Monarquia do Norte e a revolta monárquica de Monsanto (ambos ocorridos em 1919) – que marcaram, juntamente com o fim da República Nova, uma mutação «fisiológica» no regime implantado em 5 de outubro de 1910. A historiografia consagrou essa metamorfose através das expressões «República Velha» (1910-1917), «República Nova» (1917-1918) e «Nova República Velha» (1919-1926). No entanto, mais recentemente Fernando Rosas propôs uma categorização aparentemente mais simples, mas bem mais analítica: República até 1918 e nova República de 1919 até 1926. Explica que se tratou de uma «nova República, [porque] assente em novas realidades económicas, grávida de conflitos sociais e políticos sem precedentes – os conflitos da

[693] O'NEILL, Maria, «O coração do herói: à República dei mais do que a vida», art. cit., p. 1.
[694] O'NEILL, Maria, «O coração do herói: à República dei mais do que a vida», art. cit., p. 1.

Machado_Santos.indb 248 22/05/2013 12:14

modernidade do pós-guerra –, servida por novos quadros saídos dos anos da implantação e da guerra e por novos partidos políticos forjados na crise»[695].

A Monarquia do Norte resultou, diretamente, do aproveitamento por parte de Paiva Couceiro e dos setores monárquicos, que alinharam com a conhecida opção restauracionista do «Paladino», de uma conjuntura de fragilidade manifesta do Estado republicano, em que o bloco político-militar que sustentara Sidónio Pais se fragmentara e em que o fenómeno das juntas militares veio acrescentar uma especial entropia. Este fenómeno é, aliás, sintoma interessante e sinalizador da crescente intervenção do Exército na vida política do país, processo que culminará na Ditadura Militar de 1926-1933, que a I República foi incapaz de suster, antes alimentou e justificou de forma assaz visível.

Detendo-nos, aqui, nos factos, para efeito de mero enquadramento histórico, convém referir que, nos dias 19 e 20 de janeiro de 1919, Paiva Couceiro liderou um golpe militar destinado a proclamar, no Porto, a Monarquia, tendo sido constituída, de imediato, uma junta governativa. Em Lisboa e em reação, o governo de Tamagnini Barbosa declarou o estado de sítio, aplicado a todo o território continental. E em apoio à República ocorreram, na capital, manifestações populares, tendo sido abertas inscrições para a formação de batalhões de voluntários. Por sua vez, o governo apelou aos sobreviventes do Corpo Expedicionário Português (CEP), recém-chegados a Portugal, para que defendessem o regime republicano.

Os sucessos do Porto obrigaram um manuelista convicto embora relutante assumido do aventureirismos restauracionistas, Aires de Ornelas, a autorizar e a liderar o movimento civil e militar, em que participou ativamente o Integralismo Lusitano, desencadeado a 22 e vencido a 24 na serra de Monsanto sobre Lisboa. Nessa ocasião e por todo o país ocorreram iniciativas militares e civis pró-monárquicas ou pró-republicanas. Cercados e vencidos em Monsanto os monárquicos, houve ainda uma iniciativa diplomática protagonizada pelo embaixador norte-americano que propôs aos representantes das outras potências aliadas a criação de um protetorado sobre Portugal. Este episódio bem denunciador do clima de pré-guerra civil que se vivia no país trouxe, aliás, ao Tejo vários navios de guerra estrangeiros que aí fundearam.

A derrota militar dos monárquicos, em Lisboa, precipitou a queda do 18.º Governo e a nomeação de um gabinete de «concentração» republicana liderado por José Relvas. Pelo país, sobretudo nas zonas Centro e Norte, prosseguiram as confrontações entre militares e civis monárquicos e as forças republicanas. No dia 13 de fevereiro, renderam-se na região do Porto os contingentes militares e as «autoridades civis» implicadas na restauração nortenha da Monarquia. O Estado republicano conseguia, assim, retomar o controlo total do país e iniciou, consequentemente, o processo de julgamento e de aplicação de penas aos inssurretos e cúmplices do movimento restauracionista.

O governo de Relvas, que concentrou republicanos de todos os partidos, evolucionistas, unionistas, democráticos, machadistas, incluindo ex-colaboradores de Sidónio

[695] ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009, p. 410.

Machado_Santos.indb 249 22/05/2013 12:14

Pais, assumiu-se como o «ministério da desforra» destinado a combater os realistas. Mas apenas se aguentou até 30 de março, data em que Domingos Pereira Leite encabeçou novo gabinete, exonerado em junho do mesmo ano, seguindo-se o governo presidido por Sá Cardoso que durou até 15 de janeiro de 1920. Nestes governos os combatidos demagogos e democráticos de Afonso Costa regressaram à esfera do poder já sem o seu líder natural, mas presididos pelo engenheiro António Maria da Silva. Venceriam as eleições legislativas de 11 de maio de 1919 e, em 5 de outubro desse mesmo ano, seria dado início ao único mandato presidencial que conseguiria ir até ao fim sem interrupções – o do evolucionista António José de Almeida.

O filho fora, como se viu, combater os monárquicos de espingarda na mão e o pai ficara a travar o seu combate de sempre onde estava desde meados do ano anterior – no Senado.

Na sessão de 23 de janeiro, estando já em funções o governo Relvas, Machado Santos inscreveu-se para justificar o projeto de lei que mandara para a Mesa, castigando todos aqueles que pegassem em armas contra a República. E requeria ao presidente do Senado para este conceder urgência e dispensa do Regimento para aprovar o dito projeto. A Câmara correspondeu ao seu desejo. A urgência, destacava ele, era a guerra civil em que monárquicos e católicos haviam mergulhado o país, contrariando, na prática, as declarações que os respetivos líderes tinham feito nessa «casa» de leal colaboração com os governos republicanos. Outros senadores intervieram, nomeadamente sobre um voto de pesar pelo falecimento dos presidentes da República dos EUA e do Brasil, Theodore Roosevelt (1858-1919) e Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919). Machado Santos associou-se, inicialmente, ao voto de pesar pelo primeiro com uma curtíssima declaração e, mais tarde, ao do segundo, dizendo que ele fora «o continuador da obra de Prudêncio de Morais, o presidente ilustre que soube estabelecer a harmonia na grande família brasileira»[696].

Na sessão de 3 de fevereiro, em que houve quórum e a presença do Ministério, tendo o seu presidente, José Relvas, usado da palavra, Machado Santos interveio antes e na presença do poder executivo.

Em discussão esteve o regime de faltas dos senadores. A falta de quórum tornara-se um flagelo e algo se impunha fazer, daí ter surgido um parecer da Comissão de Infrações e Faltas. Machado Santos interveio de forma breve e incisiva sobre o assunto para dizer que «a lei eleitoral de 1911 não foi confecionada para uma Câmara dos Deputados, mas sim para uma Assembleia Constituinte, a qual se desdobrou depois em duas Câmaras, pela força da Constituição Política. Além disso, sempre que se deram vagas no Senado e na Câmara dos Deputados, foi aplicada a lei eleitoral de 1911»[697]. Prolongada a discussão, o parecer foi a votação e aprovado, contando com o voto favorável de Machado Santos.

Entretanto a sessão foi suspensa e reabriu já com a presença de novos governantes. Perante eles, vários senadores falaram e Machado Santos não perderia a sua oportunidade:

---

[696] *Diário do Senado*, sessão n.º 15, 30 de janeiro de 1919, p. 10.
[697] *Diário do Senado*, sessão n.º 16, 3 de fevereiro de 1919, p. 4.

Machado_Santos.indb 250 22/05/2013 12:14

> Sr. presidente: há muitos anos que não via apresentar-se naquelas bancadas ministeriais um governo retintamente republicano. Vejo hoje, nesta hora que passa e que é de provação para os republicanos.
>
> Esse povo a que se referiu o sr. Oliveira Santos, que impôs a defesa da República e que tão heroicamente se bateu em Monsanto, já hoje não receia que se volte aos tempos de Domingos de Gusmão, Torquemada, Jacques Clement e Ravaillac.
>
> Esse povo já não receia que o atraiçoem, que o anavalhem pelas costas. Isto [é justamente] para que todos nós [auxiliemos] o governo que se apresenta, para que todos [suprimam] as suas deficiências na sua espinhosa missão, sem as atribuirmos a erros precipitados ou a intenções criminosas.[698]

Não tendo sido possível obter o número de presenças necessárias nas sessões de 4 e 5 de fevereiro, só a de 6 de fevereiro é que funcionou em pleno. E um dos assuntos levado a plenário pelo senador Carvalho de Almeida, munido de vários documentos, teve a ver com depoimentos feitos perante a Polícia Internacional contra o senador Alfredo da Silva. Este defendeu-se das acusações e considerou-as «falsas e ilegítimas». Uma moção sobre o assunto tinha sido apresentada pelo senador Luís Gama e estava em discussão. Machado Santos também interveio para dizer o seguinte:

> Não me resta, sr. presidente, dúvida nenhuma de que houve uma falsificação.
>
> Pela defesa do sr. Alfredo da Silva, reconhece-se que esse senador foi amigo do sr. Martin Weinstein e averigua-se que apenas ofereceu um ramo de flores à esposa do sr. ministro da Alemanha, depois de feita a declaração de guerra na ocasião em que esse diplomata deixou o nosso país.
>
> Há, porém, alguma coisa mais. Há pouco, sr. presidente, pessoa absolutamente idónea, afiançou-me, ali fora, nos corredores da Câmara, que, em outubro do ano passado, o vapor *Lisboa*, da Companhia União Fabril [CUF], transportou para Vigo, consignado a alemães, um carregamento de 4000 caixas de gasolina, destinadas aos submarinos inimigos. Isto se foi verdade, representa um crime de alta traição.
>
> Quanto aos depoimentos que acabam de ser lidos, a Câmara, por enquanto não tem de se pronunciar sobre eles. O que há a fazer é enviá-los à polícia. Só depois disso e de o governo os analisar é que se pode proceder contra a pessoa que neles é visada.
>
> Até lá todos os juízos terão de ser suspensos. É esta a declaração que tenho a fazer a v. ex.ª e à Câmara.[699]

Alfredo da Silva reagiu classificando a acusação lançada por Machado Santos de infâmia. Este retorquiu afirmando que há muito sabia penderem sobre o colega senador graves acusações. Era voz corrente em Lisboa – acrescentou. Rematando assim: «Dizia-se, até, que s. ex.ª ia ser preso e que fornecia gasolina aos alemães.»[700]

---

[698] *Diário do Senado*, sessão n.º 16, 3 de fevereiro de 1919, p. 20.
[699] *Diário do Senado*, sessão n.º 19, 6 de fevereiro de 1919, p. 11.
[700] *Diário do Senado*, sessão n.º 19, 6 de fevereiro de 1919, p. 12.

Machado_Santos.indb 251 22/05/2013 12:14

Só voltamos a vê-lo intervir sobre tópico de interesse político na sessão de 12 de fevereiro, a respeito de uma proposta apresentada pelo ministro dos Abastecimentos. Machado Santos refere, a dado passo:

> Eu entendo que s. ex.ª não tenha necessidade de trazer ao parlamento a proposta que se discute. S. ex.ª pelo decreto da organização do seu Ministério e por vários outros diplomas legais, tem maneira de pôr em prática o que deseja e que tem, pela sua simplicidade, todo o aspeto duma afirmação de princípio.
>
> Neste momento poucos homens de Estado poderão dizer se são partidários da liberdade de comércio, da municipalização, do fornecimento ao consumidor dos artigos que obrigatoriamente têm de adquirir, ou da estadualização dos principais artigos do comércio como existe na Itália, cujo governo se tornou o único importador de artigos manufaturados, matérias-primas e géneros que esse grande país não produz.
>
> Entendendo que o Estado português não estava preparado para o assumir encargo da importação em tão larga escala como fizera o Estado italiano; quando ministro das Subsistências e Transportes, por portaria de 16 de abril do passado ano, propunha-me a exercer uma lata fiscalização sobre as importações, sem prejuízo do comércio honesto e com benefício para a indústria, para o consumidor e para os câmbios.
>
> Assim, por essa portaria, os arsenais do Estado e as associações industriais deviam enviar à Repartição de Estatística e Propaganda desse Ministério, até 31 de maio, uma nota das matérias-primas que careciam para a laboração das mesmas oficinas ao ano corrente.
>
> Mais se dizia nessa portaria que o objetivo era conseguir do *Ravitaillement* Internacional um *permis* em conjunto, obtido o qual eu pediria às associações comerciais que me indicassem quais os negociantes que se comprometiam a realizar as operações comerciais com o lucro máximo de 20 por cento sobre todas as despesas, e a obrigação de entregarem as matérias-primas, diretamente, sem mais encargos, às indústrias. Desaparecia assim a nuvem de intermediários que formou os novos-ricos à custa do sangue que se estava vertendo na Europa.
>
> Mas eu saí do Ministério, em 8 de junho, e a primeira coisa que fez o meu sucessor na gerência da pasta foi acabar com a Repartição de Estatística e Propaganda que, por minha ordem, estava suprindo as deficiências de informação das associações industriais e estabelecimentos fabris do Estado.[701]

Mas se o seu sucessor imediato deu outra orientação política à resolução e enfrentamento da magna questão das subsistências e abastecimentos de bens de primeira necessidade em tempo de guerra, o titular dessa pasta, que estava presente na sessão, era, igualmente, alvo de crítica. Machado Santos exibira em funções governativas e manteve no Senado uma posição de intransigência moral que o levava a ser adepto de um intervencionismo estatal duro e penalizador – a intenção era claramente a de proteger os mais carenciados, mas a dificuldade estava em dominar a complexa natureza humana, a ganância indomável e, sobretudo, o «mercado negro» ou economia paralela que com a cumplicidade de vendedores, intermediários e compradores conse-

[701] *Diário do Senado*, sessão n.º 22, 12 de fevereiro de 1919, p. 12.

Machado_Santos.indb 252 22/05/2013 12:14

guia escapar por entre as malhas da lei. Prosseguiu, pois, a sua intervenção criticando aspetos e detalhes técnicos do projeto de lei, nomeadamente sobre os tipos de pão e respetivo preço. Terminou solicitando ao ministro que tivesse em conta as suas considerações e reconheceu a urgência na aprovação imediata do projeto. O debate prosseguiu e foram introduzidas melhoramentos ao projeto que o Senado aprovou, mas a votação do diploma foi adiada por falta de quórum.

A falta do número de presenças exigido pelo Regimento impediu que se realizasse a sessão do dia seguinte.

A sessão de 14 de fevereiro reuniu condições para se realizar e nela Machado Santos interveio ao mandar para a Mesa uma proposta que recebeu o elogio – «Muito bem! Muito bem!» – de várias vozes:

> Após uns dias de intranquilidade e luta, que trazia alanceada a alma portuguesa, eis que nos surge uma nova aurora, que, creio bem, será de paz e ventura, porque suponho que nunca mais coisa alguma poderá fazer escurecer o brilho da República, pois desta vez ficaram bem extremados os campos: de um lado os monárquicos, que, depois de lhe terem sido escancaradas de par em par as portas e os cargos de confiança do regime, fizeram contra ele uma obra de traição; e do outro lado os republicanos e patriotas, aqueles que acima de todos os interesses pessoais põem o futuro da nossa terra, da nossa pátria.
>
> Estou certo de que uma nova era de paz e tranquilidade surge agora para a República Portuguesa.
>
> Aludiu o ilustre líder da maioria a um ponto histórico, chamemos-lhe assim, a essa sessão que se realizou no Ministério do Interior, quando se ventilou o caso das juntas militares do norte, e na qual não quiseram aceitar o meu modesto conselho, que era enfiar o *Vasco da Gama* para o Porto, a fim de, numa ação combinada com as forças de Cavalaria 9 e da Guarda Republicana e as baterias da Serra do Pilar, contrariar o manejo das juntas. Este meu conselho não foi escutado. Pois, sr. presidente, foi a Cavalaria 9 e a Guarda Republicana que restauraram a República no Porto. Depois de restaurada a República no Porto, ainda preferiram chamar ao mesmo Ministério o representante de d. Manuel, em vez de aceitarem a colaboração do fundador da República. Mas não façamos agora retaliações. Eu ponho isso de banda. Neste momento cumpre-me apenas saudar a alma heroica do povo português, essa alma heroica que permitiu que algumas forças que estavam comprometidas na revolta se colocassem depois ao lado da República ou ficassem neutras, permitindo-nos assim organizar a defesa e ir até à vitória. Saúdo também daqui esse governo que conseguiu estabelecer a harmonia entre a família republicana, sem a qual não seria fácil a vitória. Saúdo também as forças de terra e do mar que, com a sua dedicação pela República, conseguiram levar de vencida, quase até às portas do Porto, os rebeldes, e peço a v. ex.ª que, haja ou não o número de senadores presentes para deliberações, o Senado se manifeste mais eloquentemente do que por simples discursos: por uma manifestação de alegria e de solidariedade saia hoje desta sala. Por isso, vou mandar para a Mesa a seguinte moção:
>
> «O Senado saúda o povo português, o exército de terra e do mar e o governo da República, que, numa conjugação de esforços e de inigualável energia e civismo, salva-

> ram e consolidaram o regime para todo o sempre, e com ele as liberdades pátrias e o futuro da nacionalidade. E, em sinal de regozijo, resolve encerrar a sessão, depois de terem usado da palavra todos os srs. senadores inscritos».[702]

A moção foi louvada pelos oradores que intervieram a seguir e aprovada por aclamação, após o que o presidente do Senado encerrou a sessão.

Na sessão de 17 de fevereiro, Machado Santos apresentou, antes da ordem do dia, um projeto de lei da autoria do senador Germano Arnaud Furtado e referiu-se a três projetos de lei que em tempo enviou à Mesa.

Em nome da Comissão da Administração Pública Machado Santos pediu o uso da palavra apenas para enviar à Mesa o projeto de autoria do colega Arnaud Furtado e mais nada disse. Seguiu-se uma desenvolvida intervenção do senador Carlos Lopes e outra de João José da Costa a respeito da intervenção feita, em sessão anterior, pelo ministro dos Abastecimentos. Machado Santos, em dado momento, interrompeu-o para dizer: «V. ex.ª pelo que vejo pediu uns informes por um ministério e queixa-se de que ainda até hoje lhos não deram. V. ex.ª esquece-se de que os membros do governo de então eram todos adversários irredutíveis do parlamento.»[703] Volta depois ao uso da palavra para recordar o facto de em várias sessões dessa legislatura ter mandado para a Mesa diversos projetos, mas até esse momento não lhe constava terem as comissões dado notícia sobre os mesmos:

> Enviei para a Mesa um projeto sobre oficiais milicianos.
>
> As condições políticas mudaram muito e esse projeto precisava de ser alterado.
>
> Outro sobre a modificação de alguns serviços públicos. Por fim mandei um acerca da defesa da República, que dizia respeito à perda de mandato dos deputados e senadores que pertenciam ao partido em armas contra a República.
>
> Muitos oficiais há que se haviam conservado neutros sem se terem mostrado hostis à República.
>
> A urgência foi concedida e vão passados muitos dias sem ter aparecido em assunto para discussão.
>
> Peço a v. ex.ª para instar junto das comissões para apresentarem os seus pareceres no mais breve tempo possível, e assim estando no âmbito de todos fazer-se uma obra verdadeiramente republicana, eu peço a v. ex.ª, sr. presidente, que faça com que essas comissões deem os seus pareceres a fim de serem devidamente apreciados.[704]

Mais adiante e depois de se registarem umas breves interrupções de Machado Santos à intervenção do senador José Júlio César sobre matéria de abastecimentos, em que o fundador lembrou, por exemplo, que se tivesse sido aprovado o projeto para o setor ferroviário os problemas de transporte de bens ficaria resolvido, o senador Carneiro de Moura anunciou que ficara constituída a Comissão Colonial, tendo sido eleito Machado Santos para presidente. Estava em discussão a proposta do ministro

---

[702] *Diário do Senado*, sessão n.º 24, 14 de fevereiro de 1919, p. 5.
[703] *Diário do Senado*, sessão n.º 25, 17 de fevereiro de 1919, p. 4.
[704] *Diário do Senado*, sessão n.º 25, 17 de fevereiro de 1919, p. 5-6.

Machado_Santos.indb 254 22/05/2013 12:14

dos Abastecimentos e Machado Santos interrompeu ainda outros oradores. No final, a proposta foi aprovada e Machado Santos pediu a palavra para dizer: «Já cheguei tarde, sr. presidente, era apenas para declarar que dou o meu voto à proposta do sr. ministro dos Abastecimentos somente para não o contrariar, porque estou convencido de que s. ex.ª não precisa dela.»[705] Esgotada a ordem e não havendo mais inscritos, a sessão foi encerrada.

Na sessão de 18 de fevereiro, esteve presente o chefe do governo, José Relvas, que leu documentos relativos à forma como as forças do regime conseguiram repor a ordem e eliminar os focos monárquicos, em especial a presença de monárquicos no Porto e respetiva região. Machado Santos fez uma intervenção de fundo de apoio e emitiu um comentário às palavras do republicano histórico que liderava o 19.º Governo:

> Sr. presidente: depois das palavras de s. ex.ª, que devem ser apoiadas por todos aqueles que têm responsabilidades dirigentes, depois dos movimentos que se têm dado no país, eu estou convencido que será bem melhor que vamos ao encontro das aspirações nacionais do que deixar que os acontecimentos galguem por cima de nós.
>
> É um facto que precisamos da máxima reflexão e tranquilidade, terminando com as dissensões que tem havido.
>
> É uma coisa curiosa. É que, para o público, eu sou como que o empresário de todas as revoluções. Mas eu posso garantir a v. ex.ª e à Câmara que apenas capitaneei uma revolução: a de 5 de Outubro de 1910.
>
> Quando foi preciso fazer com que um governo abandonasse as cadeiras do poder, eu provoquei uma grande manifestação da opinião pública sem tumultos, sem tiros. Foi o que se chamou a «archotada de Belém».
>
> Mais tarde, perante uma conspiração que outros organizaram e que nos [custaria] a restauração da Monarquia, resolvi intervir e colocar-me à frente do movimento para que ele fosse acentuadamente nacional e republicano. Eu sabia que, no fundo, havia um grande desejo de não se ir para a guerra. Se o 13 de Dezembro houvesse triunfado, o país teria ido para a guerra, porque assim o queria eu e os demais republicanos que nesse movimento também entraram.
>
> Não organizei esse movimento – comandei-o. E comandei-o para não desviar a nação do caminho que lhe havia traçado, ao declarar-se a guerra europeia. O fracasso desse movimento foi um desastre não para mim, mas para o meu cúmplice.
>
> No 5 de Dezembro realizei a aspiração de um preso: a conquista da liberdade. Mas conquistei-a por minhas próprias mãos, para não ficar devendo favores a ninguém.
>
> Se o 5 de Dezembro tivesse seguido outra política, aquela que eu lhe quis imprimir, outro teria sido o rumo e nós não teríamos passado por este transe aflitivo.
>
> Aludiu v. ex.ª, sr. presidente do Ministério, à dissolução parlamentar. Plenamente de acordo. Eu, se o Senado tivesse a iniciativa da revisão constitucional, teria já apresentado um projeto em que se introduzisse tal princípio na Constituição.
>
> Mas parece-me que soou já para todos a hora da justiça e da verdade. O parlamento tem, realmente, de se ir embora. Devemos, todavia, fazer-lhe justiça. Durante largo tempo pairou sobre ele a ameaça da dissolução violenta, o que deu lugar ao

[705] *Diário do Senado*, sessão n.º 25, 17 de fevereiro de 1919, p. 18.

Machado_Santos.indb 255 22/05/2013 12:14

> adiamento dos seus trabalhos. E a prova de patriotismo dos homens, que se sentavam nas duas casas do parlamento, foi dada quando da morte trágica do sr. Sidónio Pais. Foi o parlamento quem restabeleceu a normalidade constitucional, elegendo um novo presidente sem uma nota discordante.
>
> Realmente a opinião exige que se faça uma consulta ao eleitorado. Estou certo de que não haverá, dentro desta sala, uma nota discordante a tal respeito (*Apoiados gerais*).
>
> Quando transitar da outra Câmara para aqui o projeto de dissolução, não se erguerá contra ele uma voz, será votado por unanimidade, dando assim o Senado mais uma prova do patriotismo que o anima.[706]

Mais adiante, na mesma sessão, teve ocasião de se referir ao pedido de renúncia do mandato pelo senador Zeferino Falcão, que fora presidente dessa «casa», censurando a forma como o fez, infringindo, segundo ele, um preceito sagrado para os membros de um Congresso – não podem aceitar mandatos imperativos. Zeferino Falcão tinha-se oposto à dissolução da legislatura para que fora eleito e como José Relvas declarara não possuir elementos para manter a ordem se o parlamento continuasse aberto, entendeu ser inútil, segundo as palavras de Júlio Dantas, a sua presença no Senado.

Na sessão de 19 de fevereiro, procedeu-se à eleição do presidente do Senado que recaiu, por 25 votos a favor e dois brancos, em António Maria de Azevedo Machado Santos, que ao ser convidado para ocupar o lugar da presidência fez a seguinte alocução:

> Ao assumir a presidência desta Câmara, o honroso mandato que v. ex.as me impuseram, agradeço comovido essa prova de estima e de confiança, que em mim depositam, declarando desde já que a tomo como uma homenagem prestada aos princípios proclamados no movimento nacional de 5 de outubro, em que eu fui um dos humildes colaboradores, e não como preito prestado à minha competência que a não tenho.
>
> *Vozes*: – Não apoiado; não apoiado.
>
> *O orador*: – Agradeço, repito, aos meus ilustres colegas a prova que acabam de me dar, e prometo seguir neste lugar a mesma linha de conduta que seguiram os meus antecessores e sobretudo o ilustre vice-presidente que venho substituir.
>
> Faço votos para que levemos até ao fim a nossa tarefa, com glória e com honra, e espero a leal colaboração da Câmara, solidária com todos os princípios republicanos (*Muitos apoiados*).

Não ficaria por aí a expressão comovida do agradecimento pela honra concedida. Vários senadores se associaram com palavras de regozijo e louvor pela eleição do novo presidente dessa Câmara e Machado Santos viu-se obrigado a «usar da palavra para agradecer comovidamente as expressões que os srs. senadores se dignaram dirigir-me».[707]

---

[706] *Diário do Senado*, sessão n.º 26, 18 de fevereiro de 1919, p. 6.
[707] *Diário do Senado*, sessão n.º 27, 19 de fevereiro de 1919, p. 8.

Machado_Santos.indb 256 22/05/2013 12:14

Depois desta, realizou-se a sessão de 20 de fevereiro presidida pelo senador Germano Arnaud Furtado e em que Machado Santos não interveio, e efetuou-se a sessão de 21 já por ele presidida. Teve, aliás, uma intervenção inicial para se referir ao atentado de que fora vítima o presidente do governo da República Francesa Georges Clemenceau:

> Trata-se de um homem que todos nós, portugueses, respeitamos, que todos nós devemos estimar, porque ele representa não só a alma da França, como também a alma e a raça latinas, às quais nós pertencemos.
>
> A esse homem se deve em grande parte o triunfo completo da causa dos aliados. Por isso, proponho que na ata da nossa sessão se lance um voto de congratulação por o presidente do governo francês se ter salvo do atentado de que foi alvo, que se proteste contra esse atentado e se deseje o pronto restabelecimento dum dos maiores estadistas do nosso tempo. Julgo que interpreto o sentir de todo o Senado com esta proposta, devendo o Senado Português, se aprovar, comunicar o facto ao Senado Francês (*Apoiados*).[708]

Nesta sessão viria a ser apresentada a seguinte proposta:

> Os senadores reunidos numa das salas do Senado a convite e sob a presidência do seu presidente, o ex.mo sr. Machado Santos, resolveram, tendo apreciado a situação política tal como o governo a apresenta, afirmar, mais uma vez, o seu propósito de votar, sem perda de tempo, o princípio de dissolução parlamentar, dentro dos seus poderes constituintes, concorrendo, assim, para que as correntes de opinião pública se possam manifestar numa próxima eleição, mas reconhecem que o Senado não pode, nem deve deliberar a sua própria dissolução, contra todos os princípios constitucionais e legais e em condições que representariam uma coação, não só ilegítima, mas em absoluto injustificada.
>
> O Senado julga assim servir o seu país e afirmar os seus desejos de pacificação nacional republicana. Terminou a reunião dando-se ao ex.mo sr. Machado Santos um voto de plena confiança para ir apresentar esta moção a s. ex.ª o sr. presidente da República e expor-lhe também o pensamento dos senadores presentes sobre a situação política.[709]

O requerimento e a proposta foram aprovados e o Senado deliberou que se desse conhecimento imediato ao presidente da República de ambos os documentos.

A 3.ª legislatura iniciada na República Nova chegava ao fim estando ao leme de uma das Câmaras Machado Santos, que teve no Senado uma participação crítica e ativa contra quase todos os governos que se sucederam ao ritmo vertiginoso da política republicana.

Abria-se, assim, um novo quadro político reconfigurado através da formação de novos partidos e da agregação de forças dispostas a combaterem os democráticos.

---

[708] *Diário do Senado*, sessão n.º 29, 21 de fevereiro de 1919, p. 3.
[709] *Diário do Senado*, sessão n.º 29, 21 de fevereiro de 1919, p. 4.

Machado_Santos.indb 257 22/05/2013 12:14

Nessa nova conjuntura, Machado Santos não estaria disposto a ficar de fora. É certo que não concorreu às eleições legislativas desse ano, mas, a 25 de abril, escrevia uma carta para Ezequiel de Campos, no seu endereço de Entre-os-Rios, onde se pode ler o seguinte:

> Meu querido amigo
>
> Prevejo que o destino me pode chamar de um momento para o outro a intervir mais uma vez na política do país para evitar uma convulsão social medonha. Creio, realmente, que nesta hora trágica que decorre, só um governo meu poderá evitar uma revolução que ninguém visiona a que extremos chegará.
>
> Mas para que um governo da minha presidência possa restituir à nossa terra a tranquilidade de que tanto carece, necessário se torna que desse governo faça parte o grande economista que é Ezequiel de Campos, perante o qual todos se curvam, incluindo até os próprios operários, com toda a sua notória irreverência.
>
> A pasta que vos ofereço, caso a minha previsão se dê, é a dos Abastecimentos, por ser aquela que tem rendimentos próprios e por nela gozar o ministro da maior liberdade de ação. Mas a gerência dessa pasta é a título provisório, porque considero indispensável a vossa ação como ministro da «Economia Nacional», organismo a criar com a fusão das três secretarias de Estado, Comércio, Agricultura e Abastecimentos, tendo como auxiliares três subsecretários de Estado da vossa confiança e de livre escolha.
>
> O meu hipotético governo assentará na base «triangular da Revolução de 5 de Outubro – Machado Santos, António Maria da Silva e Luz de Almeida – para que tenha a obediência de todos os republicanos sem distinção partidária, servindo eu de garantia para monárquicos, conservadores e sidonistas de que não mais haverá perseguições nem demagogismos.
>
> Pelas entrevistas que concedestes à *Batalha* vejo que o vosso «conservantismo progressivo» agrada ao operariado. As nossas duas pessoas ligadas – porque eu ainda não lhe decaí da graça – evitam, portanto, que haja necessidade de recorrer ao Partido Socialista para dar satisfação à corrente dos avançados, visto eu não encontrar ninguém nesse partido que tenha miolos e competência.
>
> A aceitação da minha oferta não representa um compromisso político, pois que me mantenho e manterei estranho à política partidária. Representa apenas um sacrifício voluntário a bem da nossa terra ou sacrifício forçado pelas circunstâncias imperiosas do momento.
>
> Aproveito com prazer a oportunidade que se me oferece para lhe endereçar os protestos da minha mais alta consideração e profunda estima
>
> Machado Santos
>
> Vice-Almirante[710]

[710] APFMS, [Apontamentos de Ezequiel de Campos destinados ao filho de Machado Santos, Augusto de Oliveira Santos], p. 1-4.

Machado_Santos.indb 258 22/05/2013 12:14

Em resposta, datada de 28 de abril, o destinatário começa por dizer que decidira há muito não intervir diretamente na governação do país, limitando o seu esforço a estudar e a propor as medidas que lhe pareciam ser «boas para a Grei». Acrescenta não conseguir integrar um governo sem este «ter preparado, *até aos últimos pormenores*, o seu programa, para o que seria necessário um prévio entendimento entre os seguintes secretários de Estado (pelo menos): Finanças, Economia (Agricultura, Indústria, Comércio e Subsistências), Colónias e Instrução»[711]. Só um entendimento desse tipo poderia definir um rumo ao governo, viabilizando-se, assim, um «destino nacional», isto é, a criação de um «povo agrícola e civilizador». Fechava a sua carta de resposta dizendo:

> Não posso, pelo que acabo de expor, aceitar a vossa oferta, que não esperava, para entrar no governo que v. ex.ª seja levado a organizar, mas estarei sempre no campo que me impus de trabalhar pelo bem da nação e por isso ao vosso lado se vir que o vosso governo se coaduna com o meu modo de ver.[712]

Machado Santos não tardou a reagir, logo a 1 de maio, lamentando que a resposta dada por Ezequiel de Campos não correspondesse à «esperança que o país depositava em vós, por meu intermédio»[713]. A sua ideia era a de ter «um governo em 'choco' para o lançar no momento oportuno». Há muito tempo que tal iniciativa se não fazia em Portugal:

> A última tentativa que se fez nesse sentido foi a da dissidência progressista que desde a questão constitucional à questão financeira, desde o problema económico ao problema colonial, tudo tinha preparado. A dissidência nunca foi governo e José de Alpoim jamais conseguira presidir a um ministério.
>
> Os governos hoje, ex.mo amigo, são todos organizados de harmonia com as correntes de opinião que se manifestam em determinado momento, sendo impossível preparar um governo com uma grande antecedência, porque essas correntes variam com mais frequência que os ventos, impondo-se, por vezes, com a violência do furacão.[714]

Ousava, por isso, insistir no convite e insistiu na fórmula que naquelas circunstâncias especiais lhe parecia ser a solução para o país e para a República: a tripla Machado Santos, António Maria da Silva e Luz de Almeida (o triunvirato carbonário que organizou o movimento do 5 de Outubro de 1910) obtinha, segundo ele, a «obediência de *todos* os republicanos»; a dupla Machado Santos e Ezequiel de Campos obti-

---

711 APFMS, [Apontamentos de Ezequiel de Campos destinados ao filho de Machado Santos, Augusto de Oliveira Santos], p. 5.
712 APFMS, [Apontamentos de Ezequiel de Campos destinados ao filho de Machado Santos, Augusto de Oliveira Santos], p. 6.
713 APFMS, [Apontamentos de Ezequiel de Campos destinados ao filho de Machado Santos, Augusto de Oliveira Santos], p. 7.
714 APFMS, [Apontamentos de Ezequiel de Campos destinados ao filho de Machado Santos, Augusto de Oliveira Santos], p. 7.

Machado_Santos.indb 259 22/05/2013 12:14

nha «uma trégua do operariado». Com tudo isto somado renascia a confiança: «Com a paz política e o início de trabalhos de fomento, produtivos, obter-se-á a paz social.»[715]

Mas o curioso e, ao mesmo tempo, estranho na resposta de Machado Santos reside, sobretudo, no trecho em que considera necessário formar esse governo antes das eleições marcadas para 11 de maio!...

> *Agora, já*, antes do ato eleitoral é que um governo da minha presidência podia ser útil; era a acalmia política. Depois, só um ato revolucionário me poderia impor à nação; mas neste caso eu seria apenas um prisioneiro dos que teriam feito a revolução.[716]

Infere-se destas palavras que da «experiência dezembrista», na qual teve, insistimos, papel decisivo, retirou a «lição» de não ficar jamais em segundo plano – o seu talento político-administrativo tinha de ser desenvolvido em plena liberdade de ação e isso só seria possível sendo ele o «chefe». Esta mensagem tinha-lhe sido transmitida em carta anónima por um «Alguém» escrita pouco depois dos acontecimentos do Porto e de Monsanto:

> Os últimos sucessos o que é que provam? Provam evidentemente a repugnância do país pela monarquia. Que belo, esplêndido, plebiscito! O que [é] o país é a República. Mas uma República que pratique e assegure integralmente este lema: – Ordem e Progresso. Que provou a triunfante revolução de dezembro? Que v. ex.ª tivera razão quando um ano antes jogara a sua vida pela vida da República, traduzindo uma aspiração que estava na alma de toda a gente de bem.
>
> Em conclusão: Portugal não tolera nem demagogia nem monarquia. E v. ex.ª tem estado sempre inteligentemente no bom terreno. Essencial é agora não desviar-se dele.
>
> Que vemos nós?
>
> Vemos neste momento uma situação muito parecida com a que veio aqui encontrar Bernardino, quando o chamaram do Brasil para meter na ordem o Partido Democrático.
>
> Que fez o insigne pantomineiro? Lançou-se nos braços de Afonso Costa para conquistar por vil preço a presidência. As consequências do miserável conchavo viram-se, sentimo-las todos nós.
>
> E agora?
>
> *José Relvas encheu-se de dizer a toda a gente, durante meses, que preferia a monarquia ao Afonso Costa.*
>
> Já assim não diz, nem pensa hoje.

---

[715] APFMS, [Apontamentos de Ezequiel de Campos destinados ao filho de Machado Santos, Augusto de Oliveira Santos], p. 8.

[716] APFMS, [Apontamentos de Ezequiel de Campos destinados ao filho de Machado Santos, Augusto de Oliveira Santos], p. 8.

Machado_Santos.indb 260 22/05/2013 12:14

> Relvas, tal qual sucedeu a Bernardino, rebentaria se o não alcandorarem em Belém. Tudo fará, tudo conchavará com os democráticos para saciar a vaidade infinita. E seremos caidos no mesmo *gachis*… República de snobes!
>
> […] Deixe v. ex.ª andar o patriota à vontade, e verá a monumental intriga que surde daquela floresta (habitada…) de honradas barbas. Intriga e negócio, porque o nosso poeta jamais deu ponto sem nó. A mesma pátria só a levantou para vender… nas livrarias. Se os antecessores já tinham vendido a retalho a túnica do Cristo!... Tem olho!
>
> Para concluir:
>
> O que v. ex.ª tem a fazer é tomar conta do governo, mas já. Ora demore-se um bocadinho e verá se não volta para Fontelo! Mais cedo do que cuida… Porque as coisas são o que são! Nem monarquia nem demagogia! Ordem e Progresso! E *tomates*, que devem ser pesados de negros.[717]

Mas também se infere a dose excessiva de idealismo e de irrealismo com que concebia os planos de salvação da República e da pátria – que garantias tinha de que os nomes postos por ele na fórmula salvífica aceitavam os papéis predeterminados como se tratasse de uma ópera ou de uma peça de teatro?! A resposta de Ezequiel de Campos responde a esta razoável dúvida…

Será ainda Ezequiel de Campos quem, através dos apontamentos que estamos a seguir, traz à colação a entrevista que Machado Santos deu ao jornal *A Opinião* e aí sintetizou o seu programa ideológico e político: «Fazia-se política económica ultra-avançada sem beliscar sequer o espírito conservador, nem a tradição nacional.»[718]

A Federação Nacional Republicana: «reformismo demoautoritário»

Esse «iminente» governo que o destino anunciara a Machado Santos não se concretizou nem antes, nem depois das eleições de 11 de maio, às quais, aliás, nem concorreu. Concorreria sim às legislativas de 10 de julho de 1921, que seriam ganhas pelo Partido Liberal Republicano, mas, surpreendentemente, não foi eleito pelo seu círculo natural de Lisboa. Uma derrota que surpreende, por um lado, na medida em que desde o segundo semestre de 1919 Machado Santos juntou os seus amigos em torno do seu «velho» estandarte do reformismo, mantendo a ambiguidade de um partido que não o assumia ser. Mas não surpreende, por outro lado, porquanto o desgaste político do «fundador», nomeadamente na capital da República, agravara-se. A passagem pelos governos sidonistas inflamara vozes críticas e maledicentes em diversos quadrantes, o apodo de *incompetente* propalou-se veloz e persistente, a ponto de ele mesmo ainda no Senado e, depois, os seus amigos terem vindo a público, como veremos adiante, repudiar tal anátema.

---

[717] APFMS, Correspondência, carta s.d. [1919].

[718] APFMS, [Apontamentos de Ezequiel de Campos destinados ao filho de Machado Santos, Augusto de Oliveira Santos], p. 10.

Machado_Santos.indb 261 22/05/2013 12:14

Referimo-nos ao regresso, num novo quadro partidário, do Centro Reformista, conhecido, também, por Partido Reformista, embora o seu criador tenha negado, como vimos atrás, o estatuto partidário a essa agremiação política, e sob uma nova designação que recupera a venerada flâmula do federalismo – a Federação Nacional Republicana (FNR). Sob este rótulo emergia a mesma orientação política explicada por Machado Santos a Ezequiel de Campos: combinar ideias «ultra-avançadas» em economia com um programa retintamente republicano e conservador. Para Basílio Teles, correligionário e doutrinador por quem Machado Santos nutriu viva admiração, seria conservador «todo o republicano que quer filiar as reformas fecundas e estáveis da República, na tradição nacional, considerando a Ordem como condição essencial do Progresso e o Progresso como a melhor garantia da Ordem»[719].

Em entrevista concedida ao diário *A Época*, o tenente-coronel Jerónimo Osório de Castro, que integrara o Conselho Central da Federação Nacional Republicana e o Partido Reformista, afirmou que os ideais reformistas de Machado Santos haviam nascido com o advento da República, pois, «vendo […] a desorientação política dos homens públicos», o «fundador da República» pensara em «constituir um grande partido republicano onde coubessem todas as crenças políticas e religiosas»[720]. Durante o dezembrismo, os elementos reformistas «fundiram-se» no Partido Nacional Republicano e, após Monsanto, ter-se-ão dividido nos partidos Liberal, Presidencialista e no antigo Reformista, que passou a Federação Nacional Republicana, para mais tarde retomar a designação original de Partido Reformista[721].

De facto, em 4 de setembro de 1919, pelas 21 horas, havia de reunir-se, sob a presidência de Machado Santos, o Conselho Central da Federação Nacional Republicana.[722] Logo no início da reunião, Machado Santos informava que uma delegação da FNR fora cumprimentar o presidente da República. No entanto, a parte mais importante desta sua intervenção inicial aludia às suas preocupações relativamente aos boatos que circulavam sobre a hipótese de estar a preparar-se um novo movimento de tipo revolucionário, o que só traria inconvenientes para a nacionalidade, porquanto o país aspirava por «ordem e tranquilidade», pois só assim poderia iniciar «uma nova era de progresso no campo científico, económico e social»[723]. Nesta mesma sessão, foi aprovado, por unanimidade, o modelo de bandeira da FNR, que não era mais do que o *fac-simile* da bandeira da Rotunda, com a legenda *salus populis suprema lex est*[724]. Foram ainda debatidas as preocupações com o atraso da organização da Federação, assunto, aliás, presente em diversas reuniões. Meira e Sousa foi então nomeado primeiro secretário do Conselho Central, em substituição de Henrique Pereira Trindade, que passou a exercer as funções de secretário da direção, mantendo-se como segundo secretário Francisco do Carmo Benevides.

Além da admissão de sócios a nível individual, a FNR aceitava também a adesão de grupos como, por exemplo, o Grupo de Defesa da República «Pátria e Liberdade»,

---

[719] Cit. por MARTINS, Rocha, *Pimenta de Castro*, Lisboa, Edição de Autor, p. 283.
[720] *A Época*, Lisboa, 20 de novembro de 1921.
[721] *Ibidem*.
[722] Esta é a primeira de um conjunto de atas que se estende até 13 de maio de 1920, que integra o APFMS.
[723] APFMS, Acta da sessão do Conselho Central, realizada em 4 de setembro de 1919.
[724] A proposta foi apresentada por Roque Blanco Freire. *Ibidem*.

Machado_Santos.indb 262 22/05/2013 12:14

de Santarém. Neste caso específico, Machado Santos determinou o envio ao respetivo presidente dos estatutos e de «instruções sobre a orientação a seguir pelo referido Grupo, de acordo com a adotada pela Federação», não sendo de excluir, naturalmente, a referência à abstenção de envolvimento em movimentos sediciosos.[725] Com efeito, a temática da intervenção da Federação Nacional Republicana exclusivamente dentro da legalidade esteve presente em diversas reuniões do Conselho Central e sob pretextos vários. Logo na terceira reunião, Machado Santos referia novamente a circulação de boatos sobre um novo movimento sedicioso em preparação e no qual participariam elementos da FNR e, inclusivamente, integrantes do seu Conselho Central. Na sua opinião, qualquer movimento revolucionário que ocorresse naquela altura, por não ter a opinião pública ou força política organizada a apoiá-lo, seria efémero. A política revolucionária, adiantava, era «perniciosa ao país», pelo que «todos os membros da Federação deviam colocar acima dos interesses particulares os interesses da pátria».[726] Aliás, Machado Santos mantinha boas relações com o presidente do governo, Sá Cardoso (26 de junho de 1919 a 15 de janeiro de 1920), a quem, por exemplo, pedira intervenção junto da Companhia dos Caminhos de Ferro para a readmissão dos ferroviários suspensos ou demitidos na sequência de um conflito laboral, e recebera de Sá Cardoso a promessa de que iria tentar resolver a situação.[727]

Nesta terceira reunião – que parece de caráter extraordinário, por não se ter realizado seguindo a periodicidade semanal, como as outras – a recusa de qualquer participação da FNR ou dos seus membros, mesmo que individualmente, em movimentos revolucionários constituía, pelo que se infere da leitura das atas, uma política de fundo da Federação. E assim se compreende que Machado Santos tivesse em sua posse compromissos de honra, assinados por diversos elementos do Conselho Central, de que não participariam em movimentos que pusessem em causa a ordem e a tranquilidade públicas.[728] José Tavares de Almeida, por exemplo, disse que não hostilizaria uma revolução «com caráter sidonista que se iniciasse», mas que se manteria, neste caso, numa posição de neutralidade.

Terá sido uma reunião em que ficaram demonstradas divisões no seio da Federação, nomeadamente com alguns dos presentes a manifestarem, perante o Conselho Central, o saudosismo dos «tempos áureos» do dezembrismo de que, como já se referiu, Machado Santos viria a afastar-se ainda em vida do «presidente-rei». A tensão atingiu tal ponto que Manuel Pedro de Abreu[729], membro do Conselho Central, não tendo declarado concludentemente que não interviria em movimentos revolucionários,

---

[725] *Ibidem*.

[726] APFMS, Acta da sessão do Conselho Central, realizada em 16 de setembro de 1919.

[727] APFMS, Acta da sessão do Conselho Central, realizada em 4 de setembro de 1919.

[728] Não conseguimos encontrar este documento no APFMS, mas da ata em análise consta esta informação. APFMS, Acta da sessão do Conselho Central, realizada em 16 de setembro de 1919.

[729] Sindicalista ligado à Associação dos Fragateiros de Lisboa, que estivera envolvido no complô da *Aurora Redentora*. Ver MEDINA, João, «Um semanário anarquista durante o primeiro governo de Afonso Costa: *Terra Livre*», *Análise Social*, Vol. XVII (67-68), 1981-3.º 4.º, p. 740. Autor da obra *Da Tragédia Social. Comentários à vida: Quadros de dor e miséria*, Lisboa, Tip. Liberty, 1919 (prefácio de Rocha Martins). Pertenceu, como se referiu, à comissão que organizou o almoço de homenagem a Machado Sentos, então secretário de Estado das Subsistências.

Machado_Santos.indb 263 22/05/2013 12:14

foi convidado a demitir-se, não só de membro do Conselho Central, mas de sócio da Federação, o que de imediato fez. No fim da reunião, o presidente fez aprovar uma moção firme sobre a questão da ordem pública: «Por decisão do seu Conselho Central, tomada por unanimidade, a Federação Nacional Republicana resolveu contribuir energicamente com a sua ação para a manutenção da ordem pública.»[730]

Nesta fase, uma das grandes preocupações dos membros do Conselho Central era a relativa à organização, sobretudo fora de Lisboa, ainda que houvesse, por vezes, um certo otimismo ao considerar-se a FNR como a «maior força popular organizada»[731]. Mas o sinal em sentido inverso seria claro aquando das eleições para as juntas de freguesia. Machado Santos lamentou o «desinteresse» que muitos sócios haviam demonstrado por aquele «ato patriótico […] de grande importância para a vida da coletividade»[732]. Porém, além do desinteresse, terá havido traições de membros da Federação Nacional Republicana, como a de Duarte Magalhães Brochado, que votara na lista liberal, não tendo cumprido o compromisso que assumira de ajudar a eleição dos candidatos da FNR. A sua expulsão foi votada, por unanimidade, e foi decidido publicar a decisão na imprensa.[733]

Um aspeto a destacar nas preocupações do Conselho Geral da FNR diz respeito ao programa que Machado Santos pretendia que fosse dividido em três capítulos: estatuto nacional; política interna; política externa. Na política interna havia que definir, em primeiro lugar, o «objetivo nacional», pois enquanto se desconhecesse esse objetivo, os grandes problemas nacionais seriam «insolúveis».[734]

Outra luta política de Machado Santos, com apoio unânime da FNR, foi a relativa à amnistia para delitos políticos e sociais e para os militares que haviam combatido em França e África, tendo sido aprovado no Conselho Geral um projeto de lei, que foi entregue ao presidente da República. Com a amnistia, procurava alcançar-se os seguintes objetivos:

> Pacificar a família portuguesa, estabelecer a sua união, reparar injustiças e iniciar uma época de paz e tolerância, procurando restabelecer a ordem pública, mais pelo esforço individual de todos os cidadãos e de todas as classes sociais do que pela violência ou opressão pela força.[735]

Entretanto, a FNR ia procurando implantar uma melhor organização interna, com a «agregação» de personalidades de destaque ao seu Conselho Central ou, por exemplo, a eleição, «por aclamação», de Gomes da Costa (1863-1929) para vice-presidente da Federação[736]. Foram também criadas comissões especializadas, como

---

730 APFMS, Acta da sessão do Conselho Central, realizada em 16 de setembro de 1919.
731 APFMS, Acta da sessão do Conselho Central, realizada em 18 de setembro de 1919.
732 APFMS, Acta da sessão do Conselho Central, realizada em 10 de maio de 1920.
733 *Ibidem*.
734 APFMS, Acta da sessão do Conselho Central, realizada em 28 de novembro de 1919.
735 APFMS, Acta da sessão do Conselho Central, realizada em 31 de maio de 1920.
736 A proposta foi apresentada por José Ribeiro de Melo. APFMS, Acta da sessão do Conselho Central realizada em 29 de abril de 1920.

Machado_Santos.indb 264 22/05/2013 12:14

a das relações políticas[737], a colonial[738], a da carestia de vida[739], a «comissão para lançar as bases da Confederação Geral dos Trabalhadores Intelectuais Portugueses»,[740] além de diversas comissões eventuais. A «gerência do bufete» ficou a cargo da direção.[741]

Machado Santos, aquando da crise do governo Sá Cardoso (dezembro de 1919 – janeiro de 1920), considerou a possibilidade de a FNR vir a «fornecer» um ministro para um possível governo de concentração, mas António José de Almeida afastara a viabilidade de uma solução deste tipo para a crise governamental, pois, o Partido Liberal não aceitava a organização de um ministério com estas características.[742] Numa das sessões seguintes do Conselho Central, e porque a imprensa dava uma imagem profundamente negativa da Federação, Machado Santos apresentou uma moção a ser enviada à imprensa justificando a sua intervenção na crise ministerial. Foi aprovada por unanimidade, com pequenas alterações ao nível da redação.

A moção começava por justificar o apoio da FNR ao governo Sá Cardoso para provar que o Partido Democrático, com maioria parlamentar e a governar numa situação de tranquilidade e ordem pública, em vez de solucionar os problemas do país, só os agravara. Neste sentido, propusera ao presidente da República um governo de transição que representasse «todas as forças organizadas da República e dos católicos». Porém, a proposta da FNR não seria concretizada pelo presidente António José de Almeida.

Tendo, contudo, a Federação sido convidada a apresentar um ministro para o governo, Machado Santos propôs o tenente-coronel Jaime de Campos Ramalho, «ilustre colonial e escritor militar», mas com a condição prévia de se encetar a solução do problema de ordem pública, pois sem que esta questão fosse resolvida não havia como solucionar todos os problemas vitais para o país.[743] Neste caso, propunha-se a solução imediata da situação de Teófilo Duarte, a concessão de «homenagem» a todos os presos políticos e sociais ainda não julgados e a suspensão da pena para os já condenados, como primeira etapa para a amnistia. Ora, estas duas propostas terão inviabilizado a participação de um ministro da FNR no governo.

Mas Machado Santos avançava com outras propostas: o fim de muitas comissões no estrangeiro; a redução da despesa pública; a revisão das pautas alfandegá-

---

[737] Coronel Eduardo Sarmento, tenente-coronel Jerónimo Osório de Castro, Manuel Inácio Ferraz, Joaquim Meira e Sousa, tenente-coronel Jaime Ramalho, José Ribeiro de Melo e Henrique Pereira Trindade. APFMS, Acta da sessão do Conselho Central, realizada em 8 de setembro de 1919.

[738] Tenentes-coronéis Jaime Ramalho e Osório de Castro e Soares Andrêa. APFMS, Acta da sessão do Conselho Central, realizada em 11 de setembro de 1919.

[739] Álvaro Soares de Andrêa, Eduardo de Sousa Sarmento, José Catarino Borges e Herculano de Moura. APFMS, Acta da sessão do Conselho Central, realizada em 12 de fevereiro de 1920.

[740] Dr. Alberto Cabral, Joaquim Meira e Sousa, jornalista, Manuel de Carvalho, médico, Jaime de Castro, farmacêutico, Alexandrino de Albuquerque, advogado, Manuel Soares de Melo Simas, tenente-coronel, José Carters de Azevedo Lopes Vieira, juiz auditor, Manuel de Oliveira Gomes da Costa, general, Nicolau Pereira, médico veterinário, Julião de Amaral, funcionário público, Justino José Ferreira, engenheiro, Manuel Inácio Ferraz, funcionário público, Alberto de Sousa Coutinho Osório de Castro, advogado, José Castelo Branco, contabilista, Jerónimo Osório de Castro, tenente-coronel e José Martins, engenheiro agrónomo. APFMS, Acta da sessão do Conselho Central, realizada em 12 de fevereiro de 1920.

[741] APFMS, Acta da sessão do Conselho Central, realizada em 26 de setembro de 1919.

[742] APFMS, Acta da sessão do Conselho Central, realizada em 29 de dezembro de 1919.

[743] APFMS, «Ao País», Lisboa, 24 de janeiro de 1920.

Machado_Santos.indb 265 22/05/2013 12:14

rias «para opor um dique eficaz à drenagem de ouro para fora do país»; a remodelação e regulamentação dos celeiros municipais; o controlo do contrabando; o desenvolvimento da cultura cerealífera; a regulamentação da produção do pão; a nacionalização dos caminhos de ferro; parcerias entre o Estado e os privados para a Marinha Mercante; a construção do porto do Montijo, para descongestionamento da habitação em Lisboa, e a construção do porto de Lagos; a criação de um sindicato agrícola no Norte do país para evitar os intermediários estrangeiros; o empréstimo na *City* a uma «empresa retintamente portuguesa» para a execução de melhoramentos nas colónias; e a fundação «imediata [nas colónias] de aldeias com gente portuguesa que evitassem de futuro a sua desnacionalização».[744]

Com o apoio parlamentar, o ministro indicado pela FNR proporia ainda: a reforma do sistema tributário; a revisão da lei do inquilinato; a obrigatoriedade da sindicalização, ficando as associações de classe com o encargo dos ensinos elementar e técnico e do seguro dos associados; a municipalização de serviços de utilidade pública; o levantamento do cadastro das propriedades por oficiais do Exército e da Armada; a legislação sobre o turismo e o jogo; a obrigatoriedade das cadernetas sanitária e profissional, bem como do bilhete de identidade; a reforma do ensino secundário e artístico, «orientando-o em moldes práticos e tornando possível o acesso na escala social aos que, vivendo do produto do seu braço, se fossem instruindo e educando»[745]; a reforma dos teatros nacional e lírico, protegendo autores e artistas. Fazendo tudo isto, o governo, com a colaboração do ministro da FNR, satisfaria «por completo, as necessidades mais urgentes do país e fazia com que todos pudessem encarar com segurança o futuro» que tão «tenebroso» então se apresentava.

Por fim, referindo-se às críticas dos jornais relativamente ao facto de a Federação estar dominada pelo dezembrismo, Machado Santos afirma:

> O presidente do seu Conselho Central não enjeita uma só das responsabilidades que lhe couberam nesse movimento do «5 de Dezembro», eminentemente nacional, que *salvou o país da fome*, que o *ligou estreitamente com a Inglaterra*, que o *ligou estreitamente com a Espanha* e que fez a *paz com a Igreja,* paz que tem permitido à República cometer todos os desatinos que se tem praticado desde janeiro do transato ano sem que tenha corrido risco a sua estabilidade.
>
> Apesar de tudo, a FNR, coletividade eminentemente patriótica, não se desviará um só milímetro da conduta que tem seguido. Ela aguarda ainda, dentro da legalidade, que surja um lampejo de bom senso que permita à nação reconstituir-se e progredir.

Mas o último parágafo, aliás motivo de discussão na reunião em que foi apresentada a moção e que sofreu mesmo alterações, é muito significativo, na medida em que deixa claro que Machado Santos e os seus amigos políticos da FNR não ficariam para sempre na expectativa de uma alteração na vida portuguesa: «Mas se não surgir um lampejo de bom-senso e a catástrofe que prevê se avizinhar ainda mais, cônscia

[744] *Ibidem*.
[745] *Ibidem*.

Machado_Santos.indb 266 22/05/2013 12:14

de que o país lhe não regateará o seu apoio e o seu aplauso, a FNR não hesitará um só momento em seguir o caminho que as circunstâncias lhe indicarem.»[746]

Mesmo com a liderança forte de Machado Santos, nota-se que há divisões no seio do Conselho Central do FNR, ainda que as atas não expressem, com desenvolvimento suficiente, alguns debates das reuniões.

Em primeiro lugar, dois elementos defendem posições diferentes relativamente ao «objetivo nacional»: a «tese» de Manuel Inácio Ferraz, segundo a qual o objetivo nacional devia ser o da «República social»; e, espraiando-se em considerações históricas «sobre a constituição da Península Ibérica», a de Soares Andrêa, que defendeu a «República federal».[747] A ata é muito lacónica, não deixando perceber se houve discussão significativa sobre esta questão, sendo também certo que das atas posteriores não consta qualquer referência ao «objetivo nacional».

Depois, um outro motivo de divisão que nos parece mais significativo é o referente à integração de um Partido Reformista no seio da Federação. De facto, Jerónimo Osório de Castro foi, com Jaime Ramalho e Alexandrino de Albuquerque, defensor desta solução. No fundo, afirmava Osório de Castro, a FNR cumprira a sua missão: «Fez extinguir os grupos revolucionários, reencaminhou-os para um forte agrupamento político [a FNR], transformando-os assim em elementos de trabalho e ordem.» Cumprida a missão, a Federação devia constituir no seu seio um partido que devia denominar-se Partido Reformista.[748] Levantaram-se vozes a lembrar que a solução não podia ser abrupta e que havia que consultar antes as diversas comissões políticas da Federação. Mas o que parece depreender-se das várias posições assumidas é a existência, no seio da FNR, de dois grupos bem definidos: um, que continuava fiel à Federação Nacional Republicana como «agremiação» política não partidária, mas com objetivos de intervenção política, por exemplo, através da celebração de «acordos honrosos» com outras forças políticas.[749] Outro que defendia a integração de um Partido Reformista no seio da FNR, por considerar que o trabalho feito já então pela Federação estava completo, devendo passar-se para a fase propriamente partidária. Pela leitura das atas, não se consegue descortinar a posição de Machado Santos sobre qualquer destas questões, mas o certo é que a FNR passou a integrar o Partido Reformista, como se verá.

Da análise que Ernesto Castro Leal fez aos estatutos desta «agremiação de política reformista», sobressai como primeira nota o tratamento de «radical» a este projeto machadista. Se o adjetivo significar, neste caso, a persistente vontade de retornar às raízes do 5 de Outubro, tal como as entendia Machado Santos, poder-se-á dizer que se manteve sempre intransigentemente «radical». Mas se com esta palavra se desejar estabelecer sinonímia a ímpetos demagógicos, desordeiros e «jacobinos», há que ter cuidado, pois esses atributos foram sempre rejeitados pelo «fundador» e por ele colados ou projetados nos democráticos, seus figadais inimigos. Aliás, ele procurou, cada vez mais, ao longo da sua trajetória política, situar-se e ser situado nos antípodas

[746] *Ibidem*.
[747] APFMS, Acta da sessão do Conselho Central, realizada em 2 de dezembro de 1919.
[748] APFMS, Acta da sessão do Conselho Central, realizada em 13 de novembro de 1919.
[749] APFMS, Acta da sessão do Conselho Central, realizada em 18 de setembro de 1919.

Machado_Santos.indb 267 22/05/2013 12:14

do alegado «radicalismo» de Afonso Costa, ainda que nunca tenha estado imune a essa «maleita». Não nos parece, pois, que o radicalismo seja um conceito operatório adequado, apesar de usado e abusado pelos publicistas da época. Apelidar os machadistas de reformistas parece fazer muito mais sentido, sobretudo tendo em conta a viragem antiparlamentarista e presidencialista marcada, em 1914, pela proposta de revisão da Constituição de 1911, como tivemos já ocasião de sinalizar. De então até ao fim, Machado Santos retificou o seu rumo ideo-político e manteve-o sem grandes variações, acentuando, porém, contradições e paradoxos.

Isto mesmo ressalta da análise de Castro Leal que importa seguir. Baseando-se na Lei orgânica da FNR, aprovada em 26 de dezembro de 1920, este autor destaca do objetivo político «o restabelecimento da ordem, a ligação económica com as regiões da 'antiga Lusitânia', a transformação das províncias ultramarinas em estados autónomos para, em conjunto com o território continental, se constituir um Estado Confederado, o estreitamento das relações com o Brasil, tendo em vista a sua incorporação no Estado Confederado, e, por fim, o relançamento da hegemonia portuguesa junto dos povos 'descobertos' nos séculos XV e XVI».[750] O republicanismo federalista surge como a matriz ideológica e orgânica e, do ponto de vista político-institucional, era defendido um Estado Confederado Português, administrativamente descentralizado e constituído por uma Assembleia Provincial, espécie de federação de municípios do continente e ilhas, e por uma Assembleia Nacional, federação de províncias (as ultramarinas seriam transformadas em estados autónomos, após uma intensa colonização interna).[751]

Através de uma conferência proferida pelo professor Correia Salgueiro no Centro da Federação Nacional Republicana, a 15 de fevereiro de 1921, Castro Leal consegue sintetizar o modelo estadual respeitante ao federalismo na área continental:

> O seu ponto de vista doutrinário dispunha do conceito de nação organizada, com três esferas principais de descentralização (municípios, províncias e corporações profissionais), do conceito de representação bicameral (Câmara dos Deputados, eleita por sufrágio universal direto, e o Senado com uma importante componente de representação profissional) e do conceito presidencialista de inspiração americana, base de um poder executivo forte: «A América, a grande e livre América, verdadeiro solo da democracia, é um testemunho de quanto esta doutrina cabe dentro das exigências modernas.»[752]

Quanto aos principais dirigentes, Castro Leal recenseou os seguintes: António Machado Santos, presidente do Conselho Geral; general Manuel Gomes da Costa, 1.º vice-presidente do Conselho Geral; João Viegas Paula Nogueira, 2.º vice-presidente do Conselho Geral; Joaquim Meira e Sousa, secretário-geral; e José Holbeche Castelo Branco, José Marques do Carmo Catarino, Francisco do Carmo Benevides e Alexandre Barbosa, secretários-adjuntos. Em junho de 1921, houve um reajustamento na compo-

[750] LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e programas*, op. cit., p. 89.
[751] *Idem*, *ibidem*, p. 89.
[752] LEAL, Ernesto Castro, *Programas e partidos*, op. cit., p. 89.

Machado_Santos.indb 268 22/05/2013 12:14

sição das «estruturas dirigentes», entrando quatro novos elementos, todos capitães de fragata: José de Freitas Ribeiro, secretário-geral; João Manuel de Carvalho e Boavida Portugal, vogais da Comissão Política; e Aniceto Xavier Horta, presidente da Comissão Central e da organização partidária.[753]

Este esforço reorganizativo não impediu, porém, a dissolução da FNR, anunciada a 13 de julho de 1921. Tal facto explica-se, certamente, tendo em conta a derrota eleitoral sofrida três dias antes. Numa moção apresentada por Machado Santos na reunião do Conselho Central, de 12 de julho de 1921, seria aprovada a extinção da FNR e, simultaneamente, decidida a organização definitiva do Partido Reformista:

> Tendo-se provado à evidência, pelos trabalhos que antecederam o ato eleitoral e ainda pelos resultados nele colhidos, que houve associados em grande número, da Federação Nacional Republicana, pertencentes até ao seu Conselho de Fundadores, ao seu Conselho Central e às suas Comissões Políticas – Central Eleitoral, Distritais, Municipais e Paroquiais – que traíram os seus compromissos políticos e partidários, declara-se dissolvida a FNR, sendo encarregada uma comissão composta dos ex.mos sr. general Gomes da Costa, capitão-de-fragata Freitas Ribeiro, dr. Fernando de Albuquerque Stokler, tenente-coronel Osório de Castro, Manuel Ribeiro do Amaral, coronel Aníbal Vernet, José Boavida Portugal, capitão-de-fragata Aniceto Horta, Manuel Henriques Júnior [?], dr. Alexandrino de Albuquerque, Manuel Rodrigues, dr. Alberto Osório de Castro, António de Moura, dr. Lopes Vieira, António de Brito, tenente-coronel Mendes do Passo, Manuel Inácio Ferraz e 2.º tenente Santos Covacick [?], de proceder, com poderes discricionários, à liquidação material da coletividade dissolvida e à organização definitiva do Partido Reformista. Esta comissão, para os diversos trabalhos que terá que executar, nomeará as subcomissões que julgar convenientes.[754]

A FNR apresentou-se então ao eleitorado como Partido Reformista (Federação Nacional Republicana), distribuindo, para efeitos de propaganda, um «cartaz» em papel de jornal com o «objetivo político» acima referido (e precedido de uma exortação eleitoral aos cidadãos) ao centro e os retratos dos dirigentes a servirem de moldura. No topo e ao centro surgia Machado Santos, lendo-se, por baixo do nome: «Fundador da República.» À sua direita, Gomes da Costa: «General que entrou em inúmeras campanhas no Ultramar e comandou as divisões portuguesas na frente de batalha em França». Abaixo, e formando os contornos da moldura, aparecia Manuel Inácio Ferraz, «funcionário público e organizador das cooperativas de consumo»; Luís Fausto de Castro Guedes Dias, «general, economista e inventor distinto, autor de uma arma de guerra que tem o seu nome»; José Francisco da Silva, «independente, professor de ensino superior, diretor do Banco Colonial, economista e financeiro insigne»; Luís Ribeiro de Castro, «engenheiro industrial e professor de ensino livre»; José António Gomes, «advogado e antigo propagandista do ideal republicano»; Manuel Ribeiro do Amaral, «comerciante e antigo senador que propôs na sua câmara a comparticipação

[753] *Idem*, *ibidem*, p. 90.
[754] APFMS, «Moção», Lisboa, 12 de julho de 1921.

Machado_Santos.indb 269 22/05/2013 12:14

dos empregados nos lucros das empresas»; António Lameira Buéri, «engenheiro chefe das Fábricas Vulcano e Colares»; J. Correia Salgueiro, «professor do Liceu Camões e sociólogo distinto»; Charters de Azevedo Lopes Vieira, «juiz de Direito e antigo governador civil»; Guilherme de Campos Gonzaga, «coronel de artilharia – diretor da Cooperativa Militar e poliglota insigne»; Jerónimo Osório de Castro, «antigo defensor oficioso dos presos políticos nos Tribunais Militares»; e, finalmente, figurando à esquerda do «fundador», o seu camarada de armas José de Freitas Ribeiro, «antigo ministro da Marinha e das Colónias, antigo deputado às Constituintes e antigo governador-geral de Moçambique e da Índia».

Na exortação eleitoral que antecede o «objetivo político», subscrito no final por «Machado Santos, presidente da Comissão Política», é expressamente declarado o seguinte:

> O Partido Reformista, que é a Federação Nacional Republicana, não se vos dirige denegrindo os seus antagonistas, nem mendigando votos. O Partido Reformista vem simplesmente expor-vos o seu programa, o *Objetivo Nacional* que criou, as suas doutrinas sociais e a política financeira e económica que os seus representantes defenderão no parlamento. O Partido Reformista vem expor-vos o que julga necessário fazer-se para orientar a raça portuguesa na luta pela sua existência, pela sua expansão, a fim de que ela em todos os ramos da sua atividade – educativo, económico, militar, colonial e internacional – execute um esforço convergente ao mesmo fim, ao mesmo *Objetivo Nacional*. O Partido Reformista não se vos apresenta para servir interesses mesquinhos, quer sejam restritos a uma região, quer digam respeito a fórmulas bizantinas de regime dentro do mesmo sistema parlamentar. O Partido Reformista visa acautelar o futuro de vossos filhos e netos, indo ao encontro do *Inevitável*, e a preparar a raça portuguesa para o desempenho dum papel glorioso nos destinos da humanidade. São em número limitado os candidatos que o Partido Reformista apresenta ao eleitorado. Partido de formação recente, não tendo feito ainda a larga propaganda das novas doutrinas que preconiza, não pode ter a pretensão de prejudicar a última experiência tentada pelo venerável chefe de Estado em favor da velha fórmula da rotação constitucional. Limita-se por isso a conquistar na tribuna parlamentar os lugares que julga necessário à defesa dos seus ideais. O Partido Reformista sabe que bastarão três deputados republicanos no parlamento, para levantar a opinião pública e precipitarem, com a sua Ação, a queda da monarquia. Por isso não se julga diminuído por se apresentar modestamente ao eleitorado com o seu Objetivo Político […].[755]

Mas recuemos um pouco para aprofundarmos, na medida do possível, a matriz ideológica e política deste efémero fenómeno político, ambiguamente partidário.

Em finais de 1920 estava pronto e em circulação restrita pelos amigos do líder um projeto de estatuto basilar da República, a cujo conteúdo não acedemos diretamente. Ainda assim, rejeitamos que se trate de uma mera reprodução do famoso

[755] APFMS, O Partido Reformista (Federação Nacional Republicana) ao eleitorado. 1 fl. S.l.: s.n. [1921].

Machado_Santos.indb 270 22/05/2013 12:14

Estatuto Nacional publicado em 1916, e analisado em capítulo anterior, embora ele tenha sido, naturalmente, o texto inspirador. Machado Santos desenvolveu, muito por força da sua formação administrativista, uma particular predileção para fazer e apresentar projetos constitucionais. O seu ímpeto reformista, revolucionário e interventivo na *res publica* passava muito por esse ato «criativo» de «reorganização nacional» através da Lei Fundamental do Estado. Forte viés jurídico-político…

Elaborado o texto, deu-o a ler a amigos e a pessoas de sua estima e consideração. Um dos escolhidos foi o seu homólogo, no Exército, por ter-se especializado em Administração Militar, Eurico Máximo Cameira Coelho e Sousa (1885-1938) ou, simplesmente, Eurico Cameira, íntimo colaborador de Sidónio Pais e que atrás vimos ser atacado pelo mesmo Machado Santos quando o visado ocupava a pasta do Trabalho no Ministério Tamagnini Barbosa. Dez anos mais novo do que o vice-almirante e líder da FNR, dirigiu-se, na longa e detalhada carta de resposta, ao destinatário com a efusiva expressão «meu querido amigo do coração».

A carta está datada de 10 de janeiro de 1921 e nela o remetente começa por declarar-se em política um mero curioso, «que tendo tomado parte em acontecimentos públicos para os quais v. ex.ª deu, como chefe, o seu valioso concurso»[756] e levado pela amizade pessoal «e pelo desejo de contribuir com o meu esforço para o bem-estar da comunidade, me vi repentinamente envolvido na engrenagem da política propriamente dita, embora por ela me não atraíssem nem as minhas tendências, nem as minhas aptidões»[757]. Esta postura era conhecida do seu amigo e «a colaboração que juntos já tivemos na administração do Estado, nos coloca na situação especial de sabermos bem o que cada um de nós pensa, e de não nos zangarmos quando tenhamos, porventura, divergências de pensamento»[758]. Permitia-se, por isso, com lealdade e franqueza, endereçar-lhe umas «ligeiras notas de observação» ao mencionado projeto, numa ocasião «em que v. ex.ª, com os seus amigos políticos, vem fazer afirmações públicas de tanta importância».[759]

Eurico Cameira faz comentários de diversos tipos e todos eles se revelam preciosos para que possamos matizar melhor o reformismo democrático e autoritário que, em nossa leitura, substancializa o «objetivo político e nacional(ista)» da FNR. Como se notará, facilmente, Eurico Cameira – autor de uma obra que ficou fora da distribuição livreira e que foi dedicada aos filhos (destinatários de todas as cartas), concluída em março de 1930 e intitulada *O Espírito das ditaduras*[760], vendo-se na capa para um mesmo corpo os rostos em arco de Primo de Rivera (1870-1930), Mussolini (1883-1945), Óscar Carmona (1869-1951) e Sidónio Pais – diverge de vários pontos do projeto, revelando-se ora mais «avançado» (mais em sintonia com os «sinais dos tempos»), ora mais «retrógrado» (mais em linha com velhas e anacrónicas práticas), de acordo com o hibridismo ideológico próprio de um militar português nacionalista, ávido de «Ideia nova e mobilizadora», nesses revoltos anos 20.

---

[756] APFMS, Correspondência, carta de Eurico Cameira, Lisboa, 10 de janeiro de 1921.
[757] *Ibidem*.
[758] *Ibidem*.
[759] *Ibidem*.
[760] [CAMEIRA, Eurico], *O Espírito das ditaduras: cartas políticas*, Porto, Edição de Álvaro Cameira, 1930.

Vejamos, então, esse delineamento crítico tanto em discurso direto, como «intermediado»:

> V. ex.ª preconiza a organização de um poder forte, e deixa incluir no projeto a proibição de estabelecer a pena de morte. Muitas pessoas se têm deixado embalar por esse poético sonho, mas veja os países mais civilizados da terra e a própria França, a pátria da liberdade, com um senso político já depurado no mais alto grau por três monarquias, dois impérios e três repúblicas, conservarem esse freio de moderação e justiça. Que se restrinja a sua aplicação a casos especiais, como uso de explosivos contra massas humanas, ataques aos representantes e agentes do Estado e crimes de alta traição; mas que se restabeleça o espantalho do vicio e do crime. De resto, não é uma pena infamante como as corporais, que degradam o homem; e aplicada pelo poder judicial independente nunca se pode transformar em arma política na mão de déspotas ou tiranos.[761]

O projeto fixava em sete anos a duração da magistratura presidencial, prazo questionado por Cameira. Num povo «nervoso e messiânico» como o português, habituado a ver todos os seus chefes de Estado perderem os seus mandatos antes do respetivo término, pergunta-se se uma duração tão longa não poderá ser origem de «distúrbios e de lutas ferozes». Teme que tal possa suceder e entende, também, que deveria haver um prazo certo para a revisão constitucional de modo a evitarem-se «novas brigas»:

> Há sempre aqueles a quem a revisão convém e aqueles que a não querem. A controvérsia será restabelecida e tornar-se-á constante; todavia se se fizesse a revisão obrigatória, por lei fundamental, de dez em dez anos, nem o caso seria sequer debatido. Foi o não haver revisão obrigatória na constituição do Ano III que deu o 18 brumário em França, com a deposição do Diretório Executivo e o estabelecimento do Consulado. Lucrou o povo francês com isso? Teve glória, sim e imortal; mas ao fim de quinze anos tinha perdido nas guerras do império um milhão de homens, milhares de milhões em armamentos e menos trabalho, e viu as suas fronteiras reduzidas e o seu solo pisado pelo invasor em duas invasões sucessivas. Julgo que mais lógico seria rever a Constituição obrigatoriamente de dez em dez anos; para o primeiro decénio, enquanto não assentassem as paixões em que tudo isto se debate, fixar em três anos a duração da magistratura presidencial; e se na primeira revisão constitucional se reconhecer que o estado de ordem social e política do país permite uma maior estabilidade da função presidencial, aumente-se então a duração desta, sucessivamente e na medida que se entender. Isto parece-me, sem desprimor, obra mais racional e metódica; os grandes atos sociais nunca se resolvem de repente, antes se desenrolam pouco a pouco; e para que a sua resultante seja profícua é preciso que vão sendo reclamados pela opinião pública. É mister deixar sempre entreaberta uma porta à ambição dos homens, e os sete anos fixados são um período muito longo para que os ambiciosos possam esperar pacientemente.[762]

---

[761] APFMS, Correspondência, carta de Eurico Cameira, Lisboa, 10 de janeiro de 1921.
[762] *Ibidem*.

Machado_Santos.indb 272 22/05/2013 12:14

Recorda, a seguir, que, nos princípios de 1918, quando Sidónio Pais pretendera que a gestão presidencial durasse sete anos, Machado Santos divergiu dessa pretensão, tendo em conversa pessoal com Cameira exposto o seu pensamento: – «v. ex.ª me dizia: não advogues isso; e diz ao doutor Sidónio Pais que eu penso que o fixar-se tal duração terá como resultado a morte violenta de todos os presidentes».[763] Interrogava-se, por isso, que razão ponderosa e poderosa o terá feito, entretanto, mudar de opinião. E acrescenta: «Eu bem sei que se me vem objetar que em três anos não há tempo de fazer obra útil e profícua».[764] Admite ser plausível essa objeção, mas contrapõe que se um presidente souber marcar a opinião pública nos seus primeiros três anos, preparatórios da sua obra, poderá, assim, descansar nos três seguintes, para fazer a maturação do «controlo das suas ideias». Será, consequentemente, reeleito para um novo mandato, trabalhará «baseado no prestígio que o seu bom critério lhe tenha granjeado». Aprofundando um pouco mais a ideia, pergunta se não ficariam todos satisfeitos no caso de conseguirem contrariar a desgastante instabilidade em que o regime vivia pondo os ministérios a durarem efetivamente três anos. Sugere, por isso, mais realismo e menos ambição quanto a prazos de mandatos institucionais demasiado perfeitos e, por consequência, inviáveis.

Quanto à forma de eleição do presidente, discordava abertamente da proposta de um sufrágio indireto, mostrando-se um claro defensor da legitimação eleitoral própria e total conferida aos mandatos presidenciais:

> Cria-se assim, ou antes, continua-se, um regime de oligarquia que tão maus resultados tem dado entre nós. Pois se é esse exatamente o erro fundamental que se assaca à Constituição atual, que faz com que o Estado seja somente pertença de umas dúzias de senhores em vez de ser o representante do povo inteiro, como vamos recair no mesmo erro, com uma simples mudança de figuras e nomes? Não! O presidente, que pelo estatuto ora é redigido é um poder do Estado em igualdade com os outros poderes, não pode ser como Eva, feita de uma costela de Adão, e por isso sua dependente; não pode sair dos outros poderes, aos quais por interesse, por gratidão, por humanismo, porque ele homem é, ficará dependente e agradecido. Não! Acabado o direito divino, fórmula feliz que por tantos séculos regeu os povos, temos que ir às origens, à própria fonte da soberania, ao povo todo, enfim, buscar o poder de investidura do chefe da nação. Este é o único processo que permite o irem à presidência da República homens independentes e de grande prestígio pessoal, capazes de se imporem por si à grande massa dos eleitores: e esta independência e este prestígio é a garantia do equilíbrio do Estado e da solução de muitos problemas que nas mãos de outros são a desordem e o caos. Demais, é a própria essência da democracia que assim se estabelece de facto e sem sofismas, pois só o povo é competente para eleger o seu chefe responsável, visto que a soberania nacional nele reside. Para quê pois artimanhas, conciliábulos, interpretações? Proclame-se a verdade e execute-se; ela é forte como o raio de Deus; é límpida como a gota de orvalho; por mais que a queiram torcer e sofismar, ela renascerá brilhante e diáfana como uma alvorada de abril,

[763] APFMS, Correspondência, carta de Eurico Cameira, Lisboa, 10 de janeiro de 1921.
[764] *Ibidem*.

Machado_Santos.indb 273 22/05/2013 12:14

> e acabará por se impor, fazendo ressurgir a liberdade como a única forma de reger os povos. Que nos importa a nós, homens probos e de sã consciência, que o chefe da nação seja A, B ou C? Nós tratamos de princípios, desconhecemos os nomes dos homens, e se o chefe foi mal escolhido e não cumpriu porque a sua vida antipresidencial foi uma vida de mentira e *bluff*, sendo inferior às qualidades que aparentava, liquidado ficará no conceito da nação, e não mais poderá aspirar a nova reeleição ou a altas funções no seu país. Com que autoridade e independência resolverá um presidente eleito pelos outros poderes do Estado conflitos que porventura surjam entre eles, ou entre eles e a opinião pública? Como poderá ele resolver nacionalmente se ele é filho dileto da oligarquia, ligado sempre aos que o elegeram pelo laço dos favores mútuos e da gratidão? Sendo eleito pela nação há outra independência, outra autoridade. Ele falará sempre ao parlamento de igual para igual, pelo menos, e poder-lhe-á dizer dignamente, nos casos conflituosos da administração: «A nação sou eu, porque eu sou o seu representante tanto como vós, pois que os votos do povo foram dados à minha própria pessoa; e visto que há dúvidas sobre a vossa opinião, a minha ou a dele verossímil, eu vou consultar a nação, e ela decidirá pelo voto quem interpreta conscienciosamente a sua opinião. Isto, conjugado com o pouco tempo da sua magistratura, o que fará com que a orientação presidencial seja repudiada pelo país num curto prazo se ela não corresponder às suas aspirações, evitará muitos conflitos, muitas desordens, e trará uma nova era de paz a esta infeliz terra.[765]

Sobre o Conselho de Estado, entende que não poderá ser constituído como é preconizado no projeto de estatuto, porque aí é-lhe dada uma «forma muito política», permitindo, inevitavelmente, que os homens soltem os seus «ódios sectários» e deixem-se arrastar por paixões e ódios pessoais. E pergunta: «Com que direito ou fundado em que princípio se faz a ofensa moral aos membros do Conselho de Estado da Monarquia, de os obrigar a fazerem parte do Conselho de Estado da República?»[766] Seria uma ardilosa e inútil violência exigir aos adversários do regime que colaborassem e tivessem iniciativa em funções meramente políticas da República; recusando-se a isso perderiam a qualidade de cidadãos (artigo 23.º): «Esta disposição, que foi incluída no estatuto, na melhor das intenções, transformar-se-ia na prática em uma cilada para aqueles homens, que deixariam de ser portugueses, esteja v. ex.ª certo disso». E enfatiza melhor a sua ideia projetando hipotéticos cenários absurdos: «Imaginem o conselheiro José de Azevedo sentado ao lado do doutor Bernardino Machado! Fernando de Serpa a cumprimentar o colega Afonso Costa! Meu Deus! Isso é impossível, como impossível é fazer remontar a água de um rio ou deter o curso do sol.»[767] Em alternativa, sugeria que o dito Conselho fosse constituído pelos antigos presidentes da República, pelos membros do Governo Provisório, pelos presidentes das câmaras e do Supremo Tribunal de Justiça, pelos antigos presidentes dos ministérios e pelos das associações de agricultura, dos advogados, dos industriais e dos comerciais de Lisboa e Porto, e ainda pelos reitores das universidades. Formava-se, assim, um organismo meio polí-

[765] APFMS, Correspondência, carta de Eurico Cameira, Lisboa, 10 de janeiro de 1921.
[766] *Ibidem*.
[767] *Ibidem*.

Machado_Santos.indb 274 22/05/2013 12:14

tico, meio administrativo, composto por pessoas de categoria e de «são conselho», «à experiência das quais o chefe de Estado poderia recorrer nos casos difíceis da administração pública»[768]. Sobre este tópico do Conselho de Estado, sugeria ainda que este fosse substituído pelo parlamento, na redação do artigo 18.º: tratando-se de um órgão de simples consulta e não de gestão direta, não deveria caber ao Conselho mas ao Congresso da Nação o poder de conceder autorização ao presidente da República para se ausentar temporariamente do país. Como seria, no mínimo estranho, conceder ao mesmo Conselho o poder de interpretar as leis, tarefa naturalmente adequada aos tribunais independentes.

Prosseguindo na sua minuciosa e clarificadora análise, Eurico Cameira lima mais umas arestas:

> Igualmente me merece reparos a indicação prescrita no número 10 do artigo 19.º. Os tribunais velam pela boa execução das leis, é certo, mas julgo que não vale a pena fazer deles um instrumento político por causa de meia dúzia de dias de suspensão de garantias, aliás concedida pelo parlamento. Se o presidente exorbitasse das suas atribuições seria pronunciado e demitido pelo poder judicial independente, e nunca pelos outros organismos, dos quais um é uma simples estação de consulta e o outro é uma emanação da soberania nacional do mesmo grau que a sua (dele). E assim, pelo mesmo critério, os membros do Conselho de Estado só deverão poder ser destituídos pelo Supremo Tribunal de Justiça. Merece reparos a constituição do Senado, dando representação ao funcionalismo e ao Exército e Armada, parecendo-me que estes organismos não devem passar de ser executores e somente isto. Que demónio de ingerência vão ter nos negócios públicos os funcionários e os militares como tais? Que recebem do Estado como assalariados e no mesmo vão mandar como patrões? Não concebo a que critério obedeceu tal disposição; a ingerência das pessoas pertencentes a estes serviços, como tais, na administração do Estado, deverá ser somente a de executores das leis e das ordens; e se isto fizerem bem feito, bem merecerão da pátria.[769]

No respeitante às antigas províncias do país, renovadas pelo estatuto, não apareciam com representação no Senado e, por isso, sugeria que lhes fossem atribuídos seis senadores retirados à quota dos municípios e nove da quota dos funcionários. Opinava ainda ser de bom critério esclarecer o que se entendia por «direitos adquiridos dos funcionários» mencionados no n.º 6 do artigo 32.º:

> Pelo direito moderno, a prestação do serviço do funcionário assenta num contrato bilateral com o Estado. Este não tem o direito de o demitir, mas tem o direito de o reformar quando ele não cumpra ou seja incompetente. Eu assim o entendo e parece-me ser esta a boa doutrina, e não a do Estado carrasco em vez de pai, demitindo funcionários com uma vida inteira de serviço. Não é justo nem digno; e por isso desejaria ver claramente consignado este princípio, para obstar aos equívocos futuros, e dar tranquilidade e garantias ao trabalho dos funcionários.

---

[768] APFMS, Correspondência, carta de Eurico Cameira, Lisboa, 10 de janeiro de 1921.
[769] *Ibidem*.

Machado_Santos.indb 275 22/05/2013 12:14

Considerava necessário que as leis fossem votadas no parlamento apenas por «bases de caráter geral», remetendo para as comissões o cuidado de elaborarem os regulamentos detalhados. Tal fórmula tendia a simplificar a legislação e a dar maior importância e dignidade ao poder legislativo, arrancando-o definitivamente do «regime de picuinhas e chochices em que vive diariamente e da sugestão de peita e suborno que por muitos lhe é assacada».[770]

Baixando a aspetos que classifica de «detalhes», elenca, em bloco, vários reparos e sugestões pontuais:

> […] o consignado no § único do artigo 34º, em que se prescinde da aprovação de uma Câmara para promulgação de leis e o axioma novo de classificar os incidentes parlamentares em políticos e não políticos (artigo 39.º), como se essa classificação pudesse ser uma realidade na prática! Na parte que trata dos senados provinciais, não me parece razoável dar neles representação aos institutos científicos, que de sua natureza não são regionais, antes pertencem à coletividade em geral, e bem assim os institutos de beneficência, que pela sua função especial não devem ter poderes de gestão, o que poderia conduzir algumas administrações regionais a absorverem todos os seus cuidados na beneficência, sendo outro o seu papel. Seria mais lógico dar estas quatro representações à agricultura da região, fazendo assim dedicar a esta maiores cuidados administrativos. E o mesmo digo para os senados municipais. Não concebo a que critério se obedeceu dando à beneficência foros de poder do Estado embora provincial, quando ela não é mais do que um dos pequenos ramos da administração geral, a não ser que se queira transformar o Estado em portaria de convento. Use-se, protejam-se os inválidos, as crianças e os velhos, mas encorage-se o trabalho, e não se abuse dando alentos à mendicidade e ao ócio.[771]

Em plena fase de crise económica do pós-guerra, é curioso e sintomático de um nacionalismo extremista, que leva a exigir aos cidadãos a dádiva ao Estado ou ao «Bem Comum» da sua força de trabalho, a ideia ou sugestão de juntar-se a obrigatoriedade do serviço militar à de um período em que o cidadão trabalhava gratuitamente: «Podendo substituir-se uma à outra quando a administração convenha? Isto está sendo feito em alguns países dos de ideias mais avançadas; tem a vantagem de ir transformando pouco a pouco o serviço das armas, que com a nova forma do direito já perdeu um pouco da sua acuidade, na nova ordem de coisas: trabalho e intensificação.»[772]

Não são, porém, menos curiosas e relevantes as considerações finais de Eurico Cameira, que, não representando grupo algum, se sentia, porém, identificado com «inúmeros amigos, meus e seus, muitos comuns, e que sendo valores dentro da República, desejariam constatar que este regime que v. ex.ª fundou, poderia trazer a paz e o progresso à coletividade portuguesa».[773] Na sua extensa carta de comentário a mais

---

[770] APFMS, Correspondência, carta de Eurico Cameira, Lisboa, 10 de janeiro de 1921.
[771] *Ibidem*.
[772] *Ibidem*.
[773] *Ibidem*.

Machado_Santos.indb 276 22/05/2013 12:14

uma versão machadista do «estatuto constitucional», o ex-colaborador de Sidónio questiona abertamente o seu interesse e alcance prático:

> Que espera v. ex.ª de uma sociedade constituída por um miserável ajuntamento de fanáticos e mendigos, de um povo sem crença e sem fé; de uma nobreza sem pergaminhos pessoais, de uma burguesia egoísta, de um clero sem religião e sem caridade, de uns operários sem o amor ao trabalho, de uns políticos sem ideais e sem competência? O estado em que v. ex.ª pinta o país no seu prólogo é tal que não se pode sair dele sem uma revolução. Não a revolução dos tiros e das bombas (dessas estamos nós cheios e para longe vão), mas a revolução dos costumes, dos métodos, dos processos. Mas para determinar um movimento de tal natureza na massa de uma nação é preciso em primeiro lugar que haja uma Ideia; depois que essa Ideia se traduza numa fórmula artística que produza a emoção; e por último que um homem dê o exemplo. No país existe a Ideia? Existe o artista que lhe dê forma e corpo? Existe o Homem que a dirija e encaminhe? Por isso eu desejaria ver surgir uma doutrina, pura, honesta e bela, que, trabalhada por uma Inteligência, preparasse as consciências e os espíritos para a evolução do renascimento desta sociedade corrupta e egoísta. O estatuto que venho de ler não chega a constituir uma doutrina nova: não é mais que umas emendas ao atual, que tantas desgraças nos têm trazido. E por isso não poderá juntar à sua volta, pois que não é uma ideia, o núcleo de forças necessário para fazer, ou quiçá encetar, uma forte corrente de opinião.[774]

Em síntese, o que se deduz da crítica construtiva de Eurico Cameira ao projeto constitucional de Machado Santos e da sua FNR é que o reformismo a que este se foi abraçando mais e mais, propondo-o como receita salvífica para a pátria moribunda e para a República vilipendiada, assentava em pilares válidos como eram a ênfase plena na democracia, ou seja, na auscultação direta da voz do povo e na assunção de um poder executivo forte. Era um reformismo democrático e autoritário, condição necessária ao caminho a seguir, mas insuficiente, porque havia ainda, nesse projeto reformista, fortes reminiscências do Estado liberal e parlamentarista que a Monarquia, derrubada no 5 de Outubro, à maneira cartista e lusitana, consubstanciou e até burilou, através do desenvolvimento da segunda fase constitucional marcada pelo rotativismo entre regeneradores e progressistas.

Parece ler-se nas entrelinhas de Cameira que o reformismo de Machado Santos era inconsequente, irrealista e ineficaz. Mas talvez seja mais assertivo classificá-lo de paradoxal. Como crivada de paradoxos, viveu e feneceu a República nascida na manhã do 5 de Outubro, qual «aurora ideal»…

Eurico Cameira condensara num trinómio o caminho que lhe parecia ser o único viável: ter uma Ideia, achar uma fórmula artística que conferisse emoção a essa Ideia e, por fim, que uma Inteligência, um Homem desse o exemplo!...

Os amigos de Machado Santos escondidos atrás de um rótulo pomposo – «Um grupo de republicanos que combateram em Monsanto» – haveriam de expressar a sua

[774] APFMS, Correspondência, carta de Eurico Cameira, Lisboa, 10 de janeiro de 1921.

visão do rumo de que Portugal precisava, num folheto de distribuição gratuita intitulado «Os partidos políticos perante a nação». Tinham o Homem, a Inteligência de que a Pátria e a República careciam, e na angustiosa hora em que interpelavam todos os portugueses, ainda mais ele era imprescindível. Cerravam fileiras em torno do «fundador da República» e exibiam uma «Ideia». Mas esta era, sobretudo, formulada pela negativa, ou seja, através da crítica dos partidos que se constituíram ou resistiram na nova República e das políticas administrativas propostas para as questões magnas do momento, especialmente a dos abastecimentos (tópico fixo, quase obsessivo desde que Machado Santos se demitira da pasta das Subsistências e Transportes). Fórmula artística que desse emoção à Ideia não se vislumbra muito bem, a não ser o apelo ao heroísmo e à intransigência moral do «bravo Paladino» que trouxera a República «na gloriosa manhã do 5 de Outubro».[775]

Um folheto surgido em circunstâncias especiais que não são afastadas do texto. Na última página, em letras minúsculas e entre parêntesis, lê-se: «(Devido aos últimos acontecimentos, foi demorada a distribuição deste opúsculo que há alguns dias estava impresso.)» Que acontecimentos foram esses? Tudo indica tratar-se da queda, a 23 de maio de 1921, do 30.º Governo presidido por Bernardino Machado, que fora nomeado a 2 de março para substituir o anterior Ministério do chefe da GNR, o tenente-coronel Liberato Damião Ribeiro Pinto (1880-1949). No entanto, como refere Rui Ramos, os «liberatistas da GNR nunca se conformaram com a queda do seu ídolo, e em maio esboçaram uma sublevação. Da parte do governo responderam-lhes com uma contrasublevação, indo o ministro Júlio Martins a bordo do *Vasco da Gama* fazer discursos insurrecionários, enquanto um seu amigo, o comandante Procópio de Freitas (1877-1941), concentrava civis no Matadouro»[776]. Diante de mais um sério e desgastante tumulto, o presidente António José de Almeida aproveitou e dissolveu mais um efémero governo que os autores do folheto «mimaram» deste jeito irónico e ácido:

> […] quando, enfim, as circunstâncias graves de ocasião exigiam um governo de verdadeira autoridade moral e de prestígio incontestável que merecesse a confiança da nação, já desenganada da ação dos partidos e da sinceridade dos políticos, aparece no tablado um Ministério por tal modo organizado que, sem desprimor nem ofensa pessoal, bem podemos cognominar um Ministério da *Serração da Velha*, tanto mais que se apresentou a governar entre o Carnaval e a Páscoa, reproduzindo, a dezanove séculos de distância, o célebre episódio histórico do cavalo de Calígula, elevado por capricho do seu dono às honras consulares.[777]

O reaparecimento no cenário governativo de Bernardino Machado despertava em Machado Santos e nos seus amigos uma indisposição visceral e um impulso tanto

---

[775] Um grupo de republicanos que combateram em Monsanto, *Os partidos políticos perante a nação*, Lisboa, Editor Joaquim de Almeida, s.d., p. 8.

[776] RAMOS, Rui, «A segunda fundação (1890-1926)», in MATTOSO, José, *História de Portugal*, op. cit., p. 623.

[777] Um grupo de republicanos que combateram em Monsanto, *Os partidos políticos perante a nação*, op. cit., p. 7.

Machado_Santos.indb 278 22/05/2013 12:14

para o ataque contra a célebre «demagogia de Afonsos, Bernardinos, Leotes e quejandos», como para a defesa da reputação e «obra imaculada» do «fundador».

Não se estranha, por isso, que a parte inicial do folheto seja empregue a refutar com argumentos e factos o labéu de incompetente que os ingratos e maledicentes lançavam para cima de Machado Santos. Reabilitavam com ardor o esforçado empenho com que assumira a gerência das Subsistências e Transportes na governação sidonista. E denunciavam enfáticos:

> Depois disso, isto é, depois da saída de Machado Santos, é que começaram os escândalos oficiais, a corrupção de uma grande parte do funcionalismo do referido Ministério, as torpezas de tal quilate que era uma vergonha pertencer-se ao quadro de semelhante secretaria do Estado.
>
> E, contudo, já a esse tempo era quase que dobrado o número dos funcionários e o preço dos géneros começava a subir sem peias que se opusessem eficazmente a tão injustificável ascensão.
>
> Ressuscitou mais tarde essa secretaria de Estado sob o nome de Ministério dos Abastecimentos, aumentando-se prodigiosamente o seu quadro burocrático, mas sem que voltasse a ter a ação fiscalizadora e de previdência que conservou durante a gerência do ilustre fundador da República.[778]

Desfeita, assim, segundo os autores, a «insinuação de incompetência» lançada por vários, mas à frente dos quais colocavam – outro «ódio de estimação»… – «o reduzido grupelho a que preside o mais nefasto e o mais funesto político deste país, Manuel Brito Camacho»[779], apresentavam um quadro comparativo com os preços de vários géneros de consumo registados em junho de 1918 e para todo o ano de 1920, concluindo ser notória a ascensão pronunciada dos preços e a razão principal só podia ser esta: «Desapareceu da governação pública o pulso rijo do honesto ministro que não permitia que a exploração desprendesse as suas asas até ao ponto de sorver todos os aumentos de salário que desde há dois anos tem sido obtido pelas diferentes classes sociais».[780]

Vieram, pois, à liça para demonstrar a honestidade e a competência do líder e preocupava-os, também, a situação que se vivia no país. O quadro partidário emergente merecia-lhes desconfiança e sérios reparos. Mais ainda, manifestavam a convicção de que os partidos tinham-se tornado inúteis e perniciosos:

> Se nada mais houvesse, pois, para condenar todos os partidos políticos da República, além da incapacidade de governar demonstrada neste espécime económico, seria ele suficiente para desprestígio das suas figuras mais altamente decorativas e para glória do ministro incompetente que eles tão cobardemente têm guerreado.

---

[778] Um grupo de republicanos que combateram em Monsanto, *Os partidos políticos perante a nação*, op. cit., p. 4.
[779] *Ibidem*, p. 4.
[780] *Ibidem*, p. 4.

Machado_Santos.indb 279 22/05/2013 12:14

> Mas infelizmente, há mais e muito mais para se concluir com lógica irrefutável, que os partidos estão liquidados.
>
> E, senão, vejamos.
>
> O Partido Democrático acaba de se exautorar e de se desorganizar depois das famosas divergências que nele se criaram e da deserção de muitos dos seus elementos mais categorizados, pela imperícia do sr. Domingos Pereira. O que este homem público fez e consentiu, por duas vezes que foi ministro, excede tudo o que seria possível imaginar-se.
>
> Se assim procedeu no intuito de defender a República, fê-lo a golpes de imoralidade. […]
>
> Conseguirá, porém, o Partido Democrático, depois das deserções que bastante o enfraqueceram, reconstituir-se em novos moldes que lhe permitam, alfim, exercer uma ação benéfica?
>
> Duvidamos. […]
>
> O Partido Liberal, esse nasceu abortivamente, como um fenómeno tetarológico, e a sua organização foi uma torpeza.
>
> O público ao ter conhecimento dessa híbrida fusão teve náuseas fortemente justificadas, porque ainda não esquecera as lutas ferozes entre evolucionistas e unionistas, nem os doestos mútuos que se haviam trocado. […]
>
> Temos mais o grupo parlamentar popular, dispondo, por mero acaso, dum restrito número de deputados que, dada uma dissolução parlamentar, não voltarão, por certo, a ocupar as cadeiras de que agora dispõem em São Bento. […]
>
> Segue-se o denominado Partido Conservador que, possuindo alguns elementos republicanos apreciáveis, tem como poder oculto duma determinada corrente o sr. João Tamagnini Barbosa que o coronel João de Almeida acusou, em carta pública, de ter sido um dos organizadores das juntas militares e que com a monarquia restaurada no Porto (!) preferiu prosseguir nos seus velhos entendimentos com Aires de Ornelas a combater a defesa do regime com o seu fundador, mantendo nas prisões muitos republicanos que tão necessários eram naquele momento!!! [781]

Além desse quadro partidário, sobravam os independentes, «onde só há uma figura de incontestável relevo, sem dúvida, João Gonçalves, caráter da mais provada honestidade, tratando com a maior competência os assuntos em que intervém, mas que é um isolado».[782]

Claro que havia ainda, fora dos partidos, Machado Santos, «à volta do qual se agrupam hoje milhares de cidadãos e que goza da simpatia de toda a gente alheada das *cotteries* políticas e emancipadas, consequentemente, do facciosismo sectário dos partidos».[783] Afirmação tão bizarra quanto contraditória, bastando lembrar que, em maio de 1921, a FNR ou Partido Reformista, presidido por Machado Santos,

---

[781] Um grupo de republicanos que combateram em Monsanto, *Os partidos políticos perante a nação*, op. cit., p. 4-6.
[782] *Ibidem*, p. 6.
[783] *Ibidem*.

Machado_Santos.indb 280 22/05/2013 12:14

preparava-se para concorrer às eleições legislativas. Machado Santos era chefe de partido e, ao mesmo tempo, colocado fora e acima dessa «espécie em extinção»!... O reformismo demoautoritário machadista não conseguiu equacionar este paradoxal dilema: ser ou não ser partido e que papel profícuo para os partidos numa democracia plena de sufrágio universal?

Atacados os partidos, restava atacar a obra do governo de Bernardino Machado e, em especial, as suas medidas económicas. Particularmente visado era o ministro da Agricultura do governo anterior, João Ricardo Gonçalves.

A aposta central residia, afinal, na denúncia de políticas concretas e no aceno da alternativa através da única figura capaz de chefiar o governo indispensável à moralização do país e à redenção da pátria.

Bernardino Machado caiu pouco depois da Páscoa, houve eleições e mais dois governos até outubro de 1921. Todos se declaravam comprometidos com a estabilidade e em pôr ordem na rua, mas a «rua democrática» continuaria tragicamente indomável…

A Noite Sangrenta ou a «rua democrática» à solta

A 19 de outubro de 1921 rebenta um novo movimento revolucionário que iniciará um brevíssimo período conhecido por outubrismo. Os seus promotores e apoiantes derrubaram o Ministério chefiado pelo Partido Liberal e referiam-se à necessidade de implantar uma República radical, que pretendia retroceder ao espírito prometaico do 5 de Outubro. O manifesto da junta dirigente desta insurreição afirmava: «Precisamos recomeçar, volver dez anos atrás, fazer, enfim, a República, pouco mais que proclamada em outubro de 1910»[784]. Mas o Partido Democrático não aderiu oficialmente a mais esta intentona. O próprio líder dos democráticos, António Maria da Silva, faria parte das listas de personalidades «a abater»[785]. Com efeito, em carta que dirige ao presidente da República, cinco dias após os acontecimentos, António Maria da Silva afirma que todos os membros do diretório do Partido Democrático tentaram convencer os líderes do movimento a não desencadearem as operações militares, para que «se evitasse a efusão de sangue e maiores dificuldades para o país»[786], acrescentando: «porque expus assim, sincera e patrioticamente, o meu modo de ver, quiseram atentar contra a minha vida»[787].

Numa sessão de evocação do segundo aniversário dos assassinatos do 19-20 de outubro de 1921, promovida pelo Centro Dr. António Granjo, do Partido Republicano Nacionalista, Joaquim Lança analisava a revolução:

---

[784] «As causas e fins do movimento: A junta dirigente do movimento fez distribuir o seguinte manifesto», *A Pátria*, 21 de outubro de 1921.

[785] Ver, por exemplo, *A Época*, Lisboa, 19 de novembro de 1921.

[786] «Uma carta do sr. António Maria da Silva ao sr. presidente da República [25 de outubro de 1921]», *Correio da Manhã*, Lisboa, 28 de outubro de 1921.

[787] *Ibidem*.

Machado_Santos.indb 281 22/05/2013 12:14

> [A revolução] não foi […] um movimento que mereça ao menos a nossa desculpa, pelo princípio ideológico que a animava. O observador desapaixonado verifica, sem esforço, que a revolução não tinha doutrina séria nem uma mecânica inteligente dentro da qual, no governo, garantisse a boa administração do país e o proclamado saneamento da República. São apagadas todas as figuras diretivas, fracas as bases sobre que pretendia apoiar-se o movimento triunfante; banais, quase infantis, as suas declarações doutrinárias.[788]

O presidente do Ministério e líder do Partido Liberal, António Granjo, verificando que não tinha quaisquer possibilidades de conter a marcha dos acontecimentos, pede a demissão do governo ao chefe de Estado, António José de Almeida, que a aceita. O presidente da República hesita, porém, na nomeação do novo governo e pretende mesmo renunciar ao cargo. A evolução dos acontecimentos e a receção das primeiras notícias sobre os assassinatos determinam um recuo nesta decisão – em nome de princípios humanitários e patrióticos[789] – e a nomeação de um Ministério presidido pelo considerado chefe militar da revolução, Manuel Maria Coelho, coronel, republicano do 31 de Janeiro. O seu governo duraria apenas 17 dias (até 5 de novembro de 1921). Esta hesitação de António José de Almeida na nomeação do novo Ministério foi então utilizada pelos revolucionários para justificarem a insegurança que se verificara naquelas horas fatídicas, pela inexistência de um governo legítimo que pudesse controlar a situação da «rua».[790]

«Você se não acabar como Gomes Freire[791] é porque em Portugal a Monarquia aboliu os carrascos», vaticinava Rocha Martins a Machado Santos, no rescaldo do Movimento das Espadas[792]…

---

[788] *A República*, Lisboa, 20 de outubro de 1923.

[789] Ver TORGAL, Luís Reis, com seleção de imagens de RAMIRES, Alexandre, *António José de Almeida e a República*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, p. 171-175.

[790] Um dos dirigentes da Junta Revolucionária, o capitão-tenente Serrão Machado, declarava a um jornalista de *A Pátria*, logo no dia seguinte à Noite Sangrenta: «[As mortes] do dr. António Granjo, Carlos da Maia e Machado Santos não se teriam dado se o sr. presidente da República não tivesse demorado tanto em aceitar a nova situação. Espero que agora não se darão novos atentados», *A Pátria*, Lisboa, 21 de outubro de 1921. Ver, igualmente, as alegações do advogado de defesa de Manuel Maria Coelho, Amâncio de Alpoim, na sessão de 3 de fevereiro de 1923 do julgamento dos implicados na Noite Sangrenta, segundo reportagem de *O Século*: «Após o primeiro crime, a única preocupação do chefe de Estado foi fazer aquilo que os revolucionários lhe vinham pedindo desde as 9 horas da manhã: nomear um governo que mantivesse a ordem. […] Por s. ex.ª mesmo se soube que até às onze horas da noite de 19 de outubro o único poder constitucional que existia em Portugal para garantir a ordem, por intermédio de um governo, não cumpriu, por quaisquer melindres, o artigo 47.º da Constituição, quando é certo que já tinha aceitado a demissão do anterior governo», *O Século*, Lisboa, 4 de fevereiro de 1923.

[791] Recorde-se que Gomes Freire de Andrade (1757-1817) foi um oficial militar que combateu ao lado dos franceses nas guerras napoleónicas e contra os espanhóis na campanha do Rossilhão (1793) e na Guerra das Laranjas (1801). Foi liberal e grão-mestre da Maçonaria, terá participado, em 1817, na conspiração militar que pretendeu afastar o marechal Beresford e os ingleses do controlo militar do país e promover a «salvação e independência de Portugal». Porém, a conspiração foi descoberta e os seus responsáveis severamente punidos. O general foi acusado de traição e condenado à forca, tornando-se por isso no primeiro grande mártir do liberalismo português.

[792] MARTINS, Rocha, «O fuzilamento do herói», *O Liberal*, Lisboa, 26 de julho de 1917.

Machado_Santos.indb 282 22/05/2013 12:14

Machado Santos, na companhia da família, passara parte do verão na casa arrendada de São João do Estoril, «e lá estava satisfeito, sem intrigar, sem politicar, sem maldizer», como diriam familiares[793]. No dia 19 de outubro de 1921, regressa a Lisboa, tendo informado a família que ia ver a revolução que, naquele dia, rebentaria em Lisboa[794], ou, como diz o filho, «a ver se se podia instalar definitivamente na sua casa querida» de Lisboa[795]. À tarde, quando caminhava com o seu amigo João de Castro pelas ruas da baixa de Lisboa, surge Carlos Fidelino da Costa, republicano, jornalista e futuro «reviralhista», com intervenção na revolta da Madeira e Açores em 1931[796]. Política e ideologicamente afastados, mas estimando-se pessoalmente, decidiram jantar os três num modesto restaurante escolhido por Machado Santos – a sua última refeição. O jornalista recorda que não fora uma refeição alegre, mas o vice-almirante não se terá eximido de opinar «desassombradamente» sobre o movimento revolucionário. Apesar das dificuldades financeiras por que passava e da insistência dos companheiros de jantar para o não fazer, o «herói da Rotunda», generoso, pagou a conta dos três.

Segundo Fidelino Costa, que faz pública a reportagem em *A Manhã*[797], Machado Santos demonstrara, durante a conversa, «carinho» e «respeito» pelo presidente da República, António José de Almeida, que, afirmava o jornalista, se admirava do isolamento político em que ele se encontrava. Machado Santos recordou: «Quando tive de o procurar há tempos, por causa do Partido Reformista, disse-lhe que se um dia se considerasse em face de dificuldades grandes uma coisa lhe pedia: que não se esquecesse do Machado Santos.»

Neste mesmo jantar, Machado Santos concedeu a sua última entrevista: as suas últimas declarações ditadas ao jornalista e destinadas ao público. Dado que se trata, que se conheça, das últimas palavras de Machado Santos destinadas à publicação num jornal, consideramos deverem ser publicadas na íntegra:

---

[793] «Em casa de Machado Santos. A última noite do fundador da República – na câmara ardente», *O Século*, Lisboa, 23 de outubro de 1921.

[794] «Em casa de Machado Santos. A última noite do fundador da República – na câmara ardente», *O Século*, Lisboa, 23 de outubro de 1921. O chefe do movimento revolucionário, Manuel Maria Coelho disse em julgamento que Machado Santos «estava dentro da revolução», *A Época*, Lisboa, 15 de dezembro de 1922.

[795] «Da Rotunda à Morgue: o filho de Machado Santos entrevistado pelo "*Século*"», *O Século*, Lisboa, 25 de novembro de 1921.

[796] Dirigiu no Funchal, no período da revolução de 1931, o jornal republicano *Notícias da Madeira*, até ter seguido «em missão de serviço» para as Canárias, SOARES, João (recolha e organização), *A Revolta da Madeira. Documentos*, Lisboa, Perspetivas e Realidades, 1979, p. 13. Em agosto de 1931, encontrava-se exilado em Sevilha, conforme notícia do jornal *ABC* (edição da Andaluzia), Sevilha, 30 de agosto de 1931. Cf. http://hemeroteca.abcdesevilla.es.d.etalle.stm, consultado em 30 de janeiro de 2012. Mais tarde, já em 1941, o Ministério dos Negócios Estrangeiros envia um telegrama ao embaixador português em Madrid, informando constar que Carlos Fidelino da Costa tinha sido condenado à morte em Espanha. O Ministério determina ao embaixador que encetasse diligências no sentido da comutação da pena. «Telegrama n.º 36 do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Madrid», Lisboa, 15 de março de 1941. Cf. http://cedo.ina.pt/docbweb/multimedia/associa/sumarios/2647.pdf, consultado em 30 de janeiro de 2012.

[797] COSTA, Fidelino, «Para a história de 19 de outubro. O último jantar de Machado Santos. As derradeiras declarações do fundador da República podem, em verdade, ser consideradas o seu testamento político», *A Manhã*, Lisboa, 27 de outubro de 1921.

Machado_Santos.indb 283 22/05/2013 12:14

> Lamento profundamente a ocorrência. Não porque concordasse com a ação administrativa do governo Granjo, mas porque receio muito das consequências que nos podem advir. Temos a Conferência de Washington, a questão de Macau[798], e a questão do crédito externo, em matéria financeira. O que sucederá em face da possível, quase certa renúncia do chefe de Estado? A situação portuguesa é gravíssima e a situação da República, em especial tornou-se de tal forma ultra-grave que todos nós havemos de constatar amanhã que a corrente monárquica engrossou só pelo facto de o país se capacitar de que é impossível governar-se com o atual regime, dentro da ordem e da legalidade. Eu continuo a ser estruturalmente republicano e não descreio da redenção da minha pátria pelo regime republicano, mas, depois das ocorrências que se deram, o trabalho para acreditar e consolidar a República vai ser dez vezes superior àquele que até ontem se exigia. São republicanos os homens que estão à frente deste movimento? São, não há dúvida. Com muitos deles mantenho relações pessoais, que deveras aprecio e estou convencido que, se eles aliassem à sua fé republicana um pouco de reflexão, muito deles havia a esperar em benefício da pátria e da República. Pela minha parte, e por parte dos amigos que me acompanham, publicamente declaro, mais uma vez, que não me envolvo nas lutas entre republicanos, o que não quer dizer que não me encontre amanhã envolvido num movimento genuinamente nacional. O *gachis* político agravou-se. O governo que vem, e que eu desconheço quem o compõe, vai ter a duração das rosas de Malherbe, por mais bem-intencionados que sejam os homens, por mais vistoso que seja o seu programa político. Como os primeiros não disfrutam, é certo, de uma grande corrente de estima e de opinião, e o segundo não foi devidamente propagandeado, nada de útil poderá fazer. Não basta decretar no *Diário do Governo*; é preciso que a nação esteja resolvida a acatar o que se decreta. Ora, a nação, na hora em que estamos conversando, mostra-se, apenas, estupefacta.[799]

São palavras de um homem muito preocupado com os caminhos que a política portuguesa trilhava. Palavras refletidas e, de algum modo, proféticas ou melhor, realistas: o governo foi, de facto, efémero e o presidente da República recuou na renúncia do cargo somente depois de ter tido conhecimento da primeira das mortes da Noite Sangrenta.

Nem parece o «herói da Rotunda», o «fundador da República» que primava pelo discurso acusatório, as afirmações radicais, o autoelogio. Aqui é o conselheiro que se disponibiliza para apoiar o presidente da República em possíveis situações de «dificuldade grande»; que aconselha os republicanos a aliarem a fé republicana à reflexão; que

---

[798] Ver António Vasconcelos de Saldanha, «A questão de Macau na Conferência de Washington (1921-22). Para a história da política externa portuguesa do século XX», in *450 Anos de Relações Luso-Chinesas*, Instituto Cultural de Macau, Macau, 1999.

[799] COSTA, Fidelino, *op. cit.* O jornalista afirma a propósito da entrevista: «E neste momento, transcrevo as últimas declarações políticas de Machado Santos, quatro horas antes de morrer, rigorosamente exatas, pois, palavra por palavra, elas me foram ditadas e escritas sob os seus olhos, o que João de Castro também certificará.»

Machado_Santos.indb 284 22/05/2013 12:14

não pretende participar em lutas entre republicanos, mas não rejeita a possibilidade de se envolver num possível «movimento genuinamente nacional»; que, afirmando-se «estruturalmente republicano» e crente na «redenção» da pátria pelo regime republicano, reconhece, porém, a gravidade da situação portuguesa e do regime.

O jornalista termina a reportagem da última refeição de Machado Santos com estas palavras: «Eu segui para o redemoinho da vida. Ele pisava já o caminho da morte…»[800]

Machado Santos chegaria a casa por volta das 23 horas, para admiração da família, pois tinha avisado que dormiria fora, aconselhado por um amigo «receando qualquer exaltado».[801] Terá rido e replicado: «Mas que diabo me hão de fazer, a mim? Eu não tenho nada com eles e suponho ter dado algumas provas convincentes de republicanismo e fé patriótica».[802] Cerca da 1 hora da manhã do dia 20 de outubro, em frente da sua casa, na Rua José Estevão, 14-2.º, parou uma camioneta. d. Beatriz Estefânia tentou acordar o marido, mas só o conseguiu depois de ouvir gente a subir a escada em tropel. A cena complica-se quando a esposa tenta afastar o perigo que já antevia, dizendo a quem batia à porta que o marido não se encontrava em casa. De fora insistiram dizendo que iam buscar o almirante para o transportar para o Arsenal por ordem do capitão-tenente Procópio de Freitas, um dos conjurados outubristas; para demonstrarem convincentemente que o levariam a bem ou a mal, dispararam um tiro de carabina que se alojou no teto. Machado Santos «acordou de vez». A esposa abre a porta e entram de roldão vários marinheiros que são já atendidos por Machado Santos. Segundo reportagem do jornal relativa à sessão do julgamento do Tribunal Militar Misto Territorial e de Marinha, em que prestou depoimento, sem valor testemunhal[803], o filho Augusto de Oliveira Santos, ter-se-á desenrolado o seguinte diálogo entre o vice-almirante e o cabo da Armada Abel Olímpio, conhecido por *Dente de Ouro*:

> – V. ex.ª tem de nos acompanhar […].
> – Só vou acompanhado de um oficial com patente igual à minha […]
> – V. ex.ª tem que vir connosco, pois foram essas as ordens que recebi.
> – Deixem-me, ao menos, ir vestir.
> – Nós acompanhamos v. ex.ª[804]

Nem o deixaram vestir-se à vontade. O *Dente de Ouro* e outros acompanharam-no mesmo ao quarto onde se vestiu, acusando, entretanto, o «fundador da República» de, durante o sidonismo, ter sido responsável pela deportação de marinheiros para

---

[800] *Idem*, *ibidem*.

[801] Como principais fontes para apoio à narrativa, utilizámos os já citados artigos d'*O Século*: «Em casa de Machado Santos…» e «Da Rotunda à Morgue…», bem como reportagens do julgamento da Noite Sangrenta publicadas em diversos jornais de Lisboa, que iremos apontando caso a caso.

[802] «Da Rotunda à Morgue…», *op. cit.*

[803] Por ser familiar da vítima.

[804] *Século da Noite*, Lisboa, 8 de março de 1923.

Machado_Santos.indb 285 22/05/2013 12:14

África, o que este negava perentoriamente, afirmando que, quando tal acontecera não era ministro e que se tinha batido contra tal medida. E continua o depoimento do filho:

> Como minha mãe chorasse, agarrada a meu pai, um dos marinheiros que estava no quarto disse-lhe, com um sorriso irónico, idêntico ao que constantemente pairava nos lábios do *Dente de Ouro*: «Esteja descansada que ele vai ali abaixo e já vem.»[805]

Despediu-se da esposa e do filho «de uma forma em que mostrava que ele sabia bem o que o esperava, e foi». O filho saiu a correr, dirigindo-se ao quartel que ficava próximo: «O capitão Cabrita, indeciso e surpreso, nada pode fazer»… e a camioneta seguiu a sua marcha[806], acompanhada por um *sidecar*.

Convém aqui fazer um parêntesis para se perceber como surgiu, naquele local e àquela hora o *sidecar*, conduzido por um soldado, fardado e com o peito coberto de medalhas por «feitos heroicos», e transportando dois passageiros, todos ao serviço do jornal *Imprensa da Manhã*, periódico republicano e um dos que mais combatera o governo Granjo. Estariam em trabalho de reportagem quando, junto a um restaurante, encontraram um grupo de marinheiros conversando com civis, que terão dito: «Vamos a Machado Santos», entrando a seguir na camioneta. Os tripulantes da mota terão procurado chegar a casa de Machado Santos antes dos assassinos. Não o conseguiram, nem tampouco puderam avisar o quartel próximo, mas terão insistido junto do grupo para respeitarem Machado Santos.

O prisioneiro tomara lugar entre o condutor e o *Dente de Ouro*, que, no percurso, lhe perguntou se vinha armado. O vice-almirante terá respondido negativamente, pois «nada temia porque ia entre camaradas»: bem podia apalpar-lhe o pulso para verificar como ia sossegado[807]. Perto do largo do Intendente, a camioneta sofreu uma avaria, pelo que teve de parar. O condutor, Machado Santos e o *Dente de Ouro* saem da cabine e este último terá dito: «Rapazes façam justiça.» Segundo a reportagem da *Imprensa da Manhã*, ouviu-se um tiro, seguido de mais cinco disparos mortais. Passando um trem a cavalo, foi mandado parar e o corpo de Machado Santos lá colocado para ser transportado para a morgue, tendo sido abandonado junto de um tapume das obras que ali decorriam, e a seguir sido recolhido pelos funcionários da morgue, que o teriam encontrado despojado de tudo, inclusivamente, da aliança de casamento. Os assassinos dirigiram-se, então, para a redação da *Imprensa da Manhã*, relatando os factos que haviam praticado, pretendendo mesmo que os seus nomes fossem publicados e afirmando que se dirigiam para o Estoril para assassinar Fausto de Figueiredo.[808]

---

[805] *Século da Noite*, Lisboa, 8 de março de 1923.

[806] «Em casa de Machado Santos…» No essencial, seguiu-se o depoimento de Augusto de Oliveira Santos ao Tribunal, acrescentando-se alguns pormenores da imprensa, desde que não contraditórios com o referido depoimento. Alguns artigos ou reportagens dos jornais relatam a situação num estilo, de algum modo, romanceado.

[807] «A audiência do 2.º julgamento. As declarações mais importantes foram as do *chauffeur* Rogério e do marinheiro Palmela "Arrebenta"», *Diário de Notícias*, Lisboa, 4 de março de 1923.

[808] «Ecos do último movimento. A morte de Machado Santos. Camioneta misteriosa. Uma visita ao Estoril. A *Imprensa da Manhã* orgulha-se de ter contribuído para a salvação de algumas vidas», *Correio da Manhã*, Lisboa, 22 de outubro de 1921.

Machado_Santos.indb 286 22/05/2013 12:14

No decorrer do julgamento, foram levantadas algumas questões relativamente à participação do condutor e passageiros do *sidecar*, havendo mesmo quem propusesse a prisão preventiva dos três.[809] Aliás, logo a seguir aos acontecimentos, o próprio jornal refere o clima de «suspeição» que rodeava o seu papel na morte de Machado Santos.[810] De facto, segundo alguns testemunhos prestados no tribunal, teria sido o condutor da mota quem indicou, aos tripulantes da camioneta, o caminho certo para a casa de Machado Santos: «Naveguem nas nossas águas…», terá incitado.[811]

No julgamento há testemunhos contraditórios sobre as circunstâncias da morte, sobretudo em alguns pormenores: se foi morto ainda na cabine da camioneta ou fora; se, de facto, fora deixado fora da morgue ou se, pelo contrário, os marinheiros que para lá o transportaram bateram à porta e, sob ameaças, o empregado aceitou o corpo e com dificuldade o transportou para o interior[812]; se chegou à morgue já cadáver ou ainda com uma réstia de vida; se foi despojado de todos os seus bens ou não.

Mas, mais do que estes pormenores que não chegaram a ser aclarados em julgamento, surgem-nos algumas questões que, hoje – relendo as declarações prestadas à imprensa por intervenientes diretos no acontecimento ou por testemunhas, bem como as reportagens publicadas ao longo das sessões do julgamento – ainda se mantêm numa certa obscuridade.

Em primeiro lugar, sem dúvida, o papel que terão desempenhado a *Imprensa da Manhã* ou os seus trabalhadores em «reportagem» ordenada pelo chefe de redação, Alexandre Mimoso Ruiz.[813] Daí a prontidão com que o jornal procurou desmentir boatos que corriam a respeito do seu envolvimento no crime, sendo certo que fora um dos jornais que mais se destacaram no combate ao governo Granjo. Outra questão que também merece alguma atenção é o facto de perto da casa de Machado Santos se localizar o quartel de Santa Bárbara, da Guarda Nacional Republicana. O cabo Abel foi lá avisar que se ouvissem tiros não se preocupassem, pois nada de especial iria acontecer.

---

[809] *Diário de Notícias*, 21 de abril de 1923.

[810] *Imprensa da Manhã*, Lisboa, 21 de outubro de 1921.

[811] *Diário de Notícias*, Lisboa, 4 de março de 1923.

[812] *Correio da Manhã*, Lisboa, 30 de outubro de 1921.

[813] O *sidecar* era conduzido por Mário Correia Brito e como passageiros transportava Safera da Costa e Manuel Nunes Júnior. O editor e chefe de redação da *Imprensa da Manhã* que os mandou sair em reportagem, depois de ter conhecimento da morte de António Granjo, foi Alexandre Mimoso Ruiz (*Imprensa da Manhã*, Lisboa, 21 de novembro de 1921). Segundo informação de um descendente, ele e outro familiar estão convencidos de que o editor deste jornal esteve envolvido na complexa teia que conduziu ao assassinato de Machado Santos. Em reforço desta versão estará o facto de Abel Olímpio ter-se deslocado logo à sede da *Imprensa da Manhã*, para anunciar o crime, quando tinha à mão, e como testemunhas oculares, precisamente dois repórteres do citado jornal. Para tornar todo este mistério ainda mais intricado, importará aqui acrescentar que, de acordo com João Medina, o industrial da CUF, Alfredo da Silva, financiava então este jornal que tentara convulsionar a vida política portuguesa (*História Contemporânea de Portugal,* 1985, p. 241). E, como vimos atrás, este «capitão da indústria» teve, em 1919, uma acalorada discussão no Senado com Machado Santos, que o acusou de favorecer os interesses da Alemanha, depois de este país declarar guerra a Portugal: «Há pouco, sr. presidente, pessoa absolutamente idónea, afiançou-me, ali fora, nos corredores da Câmara, que em outubro do ano passado, o vapor *Lisboa*, da Companhia União Fabril, transportou para Vigo, consignado a alemães, um carregamento de 4000 caixas de gasolina, destinadas aos submarinos inimigos. Isto, se foi verdade, representa um crime de alta traição.» A resposta de

Machado_Santos.indb 287 22/05/2013 12:14

Dois sargentos dessa unidade da GNR que lá se encontravam assistiram ao reboliço da chegada da camioneta, viram os marinheiros fora e só se aproximaram deles para lhes pedir para respeitar o vice-almirante. Estando o comandante no quartel, o facto é que este hesitou um momento sobre as providências a tomar. Tinha, porém, poucas praças ao serviço e o tempo de que dispôs foi escasso; daí ter sido absolvido no julgamento.[814] Mas uma ronda de piquete, presenciando o fim trágico do vice-almirante, não esboçou qualquer intervenção para identificar e prender o grupo, afastando-se «com receio de qualquer ato de força».[815]

E, por fim, uma dúvida importante que também não ficou esclarecida em tribunal: quanto tempo teve o chefe da revolução, coronel Manuel Maria Coelho, para encetar diligências para a vigilância da casa de Machado Santos, depois de ter sido informado da morte de António Granjo e alertado para a possibilidade de o «herói da Rotunda» correr perigo de vida.

A certidão de óbito de Machado Santos declara que falecera de «fratura do crânio»[816]. O registo da autópsia realizada no Instituto de Medicina Legal de Lisboa, em 21 de outubro de 1921, com começo às 14 horas, parece bastante completo.

Segundo o relatório, Machado Santos foi atingido por quatro projéteis de pequeno calibre, mas disparados por armas de grande potência, pois nem um lhe ficou alojado no corpo ou na roupa. Os projéteis que o atingiram no tórax foram disparados pelas costas; dois no sentido ascendente e um no sentido descendente; um desses disparos atravessou-lhe o coração. Foi também atingido na cabeça por um disparo «atrás e à direita da vítima, supondo-a com a face voltada para diante». Dois dos tiros foram, portanto, fatais: o que o atingiu na cabeça e o que lhe trespassou o coração. O relatório da autópsia, realizado pelos drs. Miguel Ferreira Marques e Eduardo Augusto

---

Alfredo da Silva foi imediata: «Ao sr. Machado Santos direi que s. ex.ª fez-me pena, porque, depois do que acabava de passar-se, ninguém podia supor que da boca desse senador saíssem as afirmações que todos ouvimos. Efetivamente, o sr. Machado Santos saiu desta sala e chegando aí à escada encontrou logo pessoa categorizada que o autorizou a poder lançar sobre a minha honra uma acusação tremenda, mal eu tinha provado a inanidade de outras. Porquê semelhante perseguição? Incomodo aqui v. ex.ª? Nunca o incomodei e podia tê-lo incomodado se quisesse. O sr. Machado Santos sabe que isso não é muito difícil. Mas vamos ao que importa. O vapor *Lisboa* fez duas viagens a Santander, em datas que não posso precisar […]. Afirmo, porém, desde já, que da primeira viagem o *Lisboa* levou 60 toneladas de tabaco da Companhia Mercantil Internacional e trouxe soda cáustica; da segunda, levou areia, porque não havia frete, carregando também soda cáustica, de que eu necessitava por ter as fábricas paralisadas. Assim, sr. Machado Santos, a acusação que v. ex.ª fez aqui é uma infâmia, o ato que v. ex.ª praticou não se pratica no parlamento» (*Diário do Senado*, sessão n.º 19, 6 de fevereiro de 1919, p. 11-12). Estaria ou não Alfredo da Silva de algum modo envolvido nos acontecimentos de 19 de outubro? Certo é que na sequência da violenta onda revolucionária que assolou Lisboa, o industrial sentiu-se perseguido e tentou fugir de comboio para Espanha. A fuga acabaria, porém, na estação de Leiria, onde seria vítima de uma turba em fúria que quase o assassinou.

[814] «Sob a alçada da justiça. Ainda o 19 de outubro. Foi absolvido o capitão sr. António Cabrita, da Guarda Republicana», *A Época*, Lisboa, 15 de julho de 1923.

[815] «A tragédia de 19 de outubro. Responde o sargento Carlos Lucas. O réu, acusado de falta de energia, é condenado em 20 dias de prisão disciplinar», *República*, 1 de dezembro de 1922.

[816] APFMS, Certidão de óbito passada pela ajudante interino do conservador do Registo Civil da 3.ª Conservatória no Posto do Instituto de Medicina Legal de Lisboa, Maria Teresa da Costa Monteiro, Lisboa, 8 de novembro de 1921.

Machado_Santos.indb 288 22/05/2013 12:14

da Silva Neves, concluiu que «a agressão com arma de fogo, as regiões atingidas e a multiplicidade das lesões denotam a intenção de matar».[817]

Havendo testemunhos não coincidentes, ou mesmo contraditórios sobre as circunstâncias concretas da morte de Machado Santos – quer em declarações aos jornais, pouco depois do 19 de outubro, quer durante o julgamento, passado cerca de um ano e meio – torna-se difícil reconstituir a cena.

Com efeito, logo em 30 de outubro, um redator do *Correio da Manhã* recolheu declarações do cocheiro do trem de aluguer que transportou Machado Santos para a morgue:

> Viu que no lugar em frente do volante estava uma praça da Guarda Republicana, com aspeto abatido, parecendo que chorava. Ao lado, como que encolhido sob o banco, estava outro homem, trajando à paisana. A cabeça pendia-lhe sob o peito. Não tinha chapéu. Dentro do veículo havia vinte marinheiros, talvez.[818]

Outro depoimento, este prestado cerca de dois meses depois da Noite Sangrenta, foi obtido do próprio condutor da camioneta. Tendo parado por causa de uma avaria no veículo, viu o *Dente de Ouro* descer da cabine, ficando o almirante no seu lugar a fumar:

> Levantei o capô para ver o que era. Ouvi uma voz: «Algum de vocês quer alguma coisa de Machado Santos?» Ninguém respondeu. Soou um tiro. Vi o almirante de pé, a mão que tinha o cigarro levantada; falou, não ouvi o que disse. Depois outros tiros e o corpo caiu sobre a almofada. Eu gritei: «Vocês estão doidos!»[819]

Os repórteres do jornal *Imprensa da Manhã*, que acompanharam todo o percurso da camioneta no *sidecar*, deram também a sua versão ao jornal, publicada logo na edição do dia 22:

> Ao mesmo tempo que o *sidecar* onde seguiam os nossos redatores parava, outro tanto sucedia à camioneta onde seguia o sr. Machado Santos, ouvindo-se nesse momento um tiro e logo em seguida mais cinco […]. Passados os primeiros momentos de confusão, os nossos redatores aproximaram-se da camioneta, vendo o almirante Machado Santos deitado no leito do carro, entre o banco do *chauffeur* e o guiador, um pouco descaído sobre a esquerda e a perna do mesmo lado encurvada. Um dos passageiros da camioneta misteriosa assegurava que o primeiro tiro fora dado por ele, pela retaguarda.[820]

---

[817] *Ibidem*.

[818] «O assassinato de Machado Santos. Como foi transportado para a morgue o cadáver do "fundador da República"», *Correio da Manhã*, Lisboa, 30 de outubro de 1921.

[819] *A Época*, Lisboa, 15 de novembro de 1921.

[820] «Ecos do último movimento. A morte de Machado Santos. Camioneta misteriosa. Uma visita ao Estoril». A *Imprensa da Manhã* orgulha-se de ter contribuído para a salvação de algumas vidas», *Correio da Manhã*, Lisboa, 22 de outubro de 1921.

Machado_Santos.indb 289 22/05/2013 12:14

No tribunal, as declarações são diferentes, em especial quanto ao lugar onde se encontrava o corpo. Assim, segundo os relatos da imprensa sobre o decorrer das sessões de julgamento, o condutor do *sidecar* disse que viu Machado Santos «cair sobre o carro. Tinha a cabeça ensanguentada»,[821] quando logo a seguir ao crime tinha dito que estava deitado no leito do carro.[822] O cocheiro, em tribunal, disse que o cadáver de Machado Santos foi tirado da camioneta para o trem.[823] O *Dente de Ouro* contou, segundo a imprensa, que, quando chegaram ao Intendente, mandara parar a camioneta «e com intuito de o salvar manda apear-se o almirante», dizendo aos «rapazes» para fazerem justiça, pois Machado Santos queria falar-lhe:[824]

> Eu tinha posto Machado Santos ao meu lado esquerdo, no banco do *chauffeur*, para ter a certeza de que ninguém lhe faria mal. Mas, por causa da *panne*, a camioneta parou e os que estavam detrás do almirante dispararam sobre ele. Não fui eu que o matei! Como me teria sido isso possível se eu o tinha à minha esquerda e os ferimentos foram feitos pelas costas?[825]

Augusto Gomes[826], que era passageiro do trem que transportou o corpo para a morgue disse que «viu alguns dos bandidos atirarem ao chão o cadáver da vítima e ouviu a um deles dizer: O… não está morto ainda…» e então ter-lhe-iam desfechado dois tiros na cabeça.[827]

O depoimento que a imprensa apresentou com mais desenvolvimento foi o de José Nunes Mendes que, na Noite Sangrenta, era guarda cívico e se encontrava de serviço na zona do Intendente:

> Viu apear-se o *chauffeur* Rogério, que se dirigiu ao motor da camioneta para ver talvez se existia nele qualquer avaria; apeou-se pela esquerda o almirante Machado Santos, precedido de um marinheiro que não reconheceu. O almirante, que se vestia à paisana, veio colocar-se diante do motor, e então o marinheiro que havia descido da almofada antes dele pôs a carabina à cara e desfechou: o almirante caiu de bruços rolando sobre o radiador do carro. Foi então que se fez a descarga cerrada.[828]

O criminologista Francisco Moita Flores é de opinião que Machado Santos não podia ter sido assassinado dentro da camioneta, por o relatório da autópsia não referir quaisquer «rebordos de queimaduras de pólvora nem auréola de queimadura (nem na roupa nem no cadáver)». Assim, nenhum dos disparos terá sido feito à queima-

---

821 *Correio da Manhã*, Lisboa, 16 de março de 1923.
822 *Imprensa da Manhã*, Lisboa, 21 de novembro de 1921.
823 *Diário de Notícias*, Lisboa, 16 de março de 1923.
824 *Correio da Manhã*, Lisboa, 3 de março de 1923.
825 *O Século*, Lisboa, 3 de março de 1923.
826 Augusto Gomes era empresário de teatro e ficou tristemente famoso pelo assassinato da artista Maria Alves, em 1926.
827 «Sob a alçada da justiça. A Noite Sangrenta. As últimas testemunhas de acusação», *O Século*, Lisboa, 12 de janeiro de 1923.
828 *Diário de Notícias*, Lisboa, 6 de abril de 1923.

Machado_Santos.indb 290 22/05/2013 12:14

-roupa, mas a distância média. A acrescer a este elemento, há ainda que ter em conta a sujidade em que se encontravam as roupas, o que sustenta a hipótese de Machado Santos ter caído na via e não na cabine da camioneta. Ainda segundo a sua opinião, «um dos primeiros disparos deve ter sido o que lhe entrou no parietal direito e saído na temporal esquerda». Para o criminologista, a violência de que o assassinato se revestiu é comum em situações de linchamento, geralmente caracterizadas por «uma sequência emocional descontrolada, provocada pela cólera e/ou euforia, a que não é estranho, na maioria dos casos, o estado de embriaguez». Daí, portanto, a imprecisão e as divergências nos depoimentos e testemunhos: «Num ambiente de excitação, pavor e morte, os testemunhos nunca são objetivos.»[829]

Mas, além desta condicionante emotiva que embota o discernimento e a memória de participantes ou mesmo de transeuntes sem qualquer relação com os acontecimentos, não podemos também esquecer os testemunhos deliberadamente deturpadores da verdade dos factos na tentativa de alijar responsabilidades relativamente à situação em causa. Uma outra intenção poderá assentar em perspetivas político-ideológicas a que os jornais estavam mais ou menos vinculados. Os relatos do *Correio da Manhã* sobre o julgamento dos oficiais acusados de conivência ou medo destacavam muito mais os aspetos desfavoráveis aos acusados, do que, por exemplo, *O Mundo*. E há também que ter em atenção o espaço que cada jornal dedicava ao assunto e, portanto, os testemunhos não surgirem com o mesmo desenvolvimento nos diversos jornais. A própria competência dos jornalistas é fundamental, por exemplo, a capacidade de anotar corretamente o que se passava e dizia nas sessões do julgamento. Este será, porventura, o mais importante fator de que resulta a discrepância na publicação, neste caso concreto, do que as testemunhas disseram sobre a cena do crime.

Concluída a autópsia, cerca das 22 horas do dia 21 de outubro, o corpo de Machado Santos foi colocado na urna e transportado numa carreta puxada a muar para a casa onde residira. Acompanhavam o cortejo a irmã e o irmão de Machado Santos, bem como vereadores, vários amigos pessoais e políticos; o chapéu-armado e a espada eram levados por Virgílio da Silva Viegas. A carteira, com algum dinheiro, a aliança, a *chatelaine*, o relógio de prata e os botões de colarinho e de punho tinham desaparecido.[830] À saída da morgue foram prestadas honras fúnebres pela GNR e à porta de

---

[829] Agradecemos ao dr. Francisco Moita Flores o facto de, através da troca de *e-mails*, nos ter ajudado a compreender melhor a cena do crime.

[830] *Correio da Manhã*, Lisboa, 30 de outubro de 1921. Nas audiências de julgamento não foi provado o autor do roubo da carteira (não há referência aos outros objetos) ainda que várias testemunhas apontassem a autoria de Abel Olímpio, *A Época*, Lisboa, 6 de maio de 1923. O caso dos botões de colarinho e de punho levantou celeuma, pois foram arrematados na morgue por um servente que recebera o cadáver e depois adquiridos pelo respetivo diretor, Azevedo Neves, e entregues à família. Azevedo Neves declarou que ignorava que os botões estavam marcados para leilão, pois se o soubesse «tê-los-ia ele próprio adquirido por licitação», *Diário de Notícias*, Lisboa, 9 de dezembro de 1922. Baltazar Sinel de Cordes, por exemplo, afirmava: «Que se ponham em leilão objetos que pertenceram a pessoas entradas na morgue e cuja identidade se desconheça, passa; mas que se faça leilão de objetos de pessoas conhecidas, não os entregando à família, única legítima proprietária, é uma falta condenável que não deve ter a sanção pública. […] Em que país vivemos?... Que leis nos regem?...», *Diário de Notícias*, Lisboa, 14 de dezembro de 1922. A *Imprensa da Manhã* (Lisboa, 22 de outubro de 1921) também se refere à situação: «Sendo extraordinário que tendo ele saído de casa com o seu soldo e uma aliança de outro, nem o dinheiro nem a joia apareçam.»

Machado_Santos.indb 291 22/05/2013 12:14

casa mantidas sentinelas da mesma corporação. À chegada, «várias senhoras encheram a urna de flores, dando-se uma cena comovente com a viúva».[831] O corpo foi colocado em câmara ardente no escritório onde trabalhara Machado Santos e, bem informada, a *Imprensa da Manhã* publicava a notícia de que o governo mandara confecionar, na Camélia Branca, uma coroa de folhagem e rosas Príncipe Negro para ser entregue à família. O Partido Reformista abria subscrição para que «todos os sinceros amigos do seu malogrado chefe político» pudessem concorrer à «última homenagem» que os seus «dedicados companheiros» podiam prestar aos restos mortais do «heroico fundador e mártir da República».[832] A urna conservava-se coberta com a bandeira que estivera arvorada na Rotunda, no dia 5 de outubro de 1910; sobre ela, o chapéu-armado e a espada, cobertos de crepes e «à cabeça da urna, um busto da República coberto de crepes». Todas as salas se encontravam «apinhadas de amigos lastimando a perda do fundador da República».[833]

> Subimos. O patamar está cheio de gente de negro, onde se destaca a farda de dois ou três oficiais do Exército. A sala é a casa maior da habitação. Seguidamente uma salinha pequena, que a eça e o caixão quase por inteiro enchem. À cabeceira três senhoras têm os olhos pisados de chorar. O ataúde está coberto de flores e cobertos de crepes o chapéu e a espada do extinto. A bandeira portuguesa da República, que ele firmou, desce até ao chão. O lustre, lustre banal e pobre, poisa em cima das coroas. Que é pobre, pobre sem disfarces, o modesto terceiro andar [sic] onde Machado Santos tinha o seu lar.[834]

O funeral teria lugar no dia 23, ao meio-dia. O comando da GNR preparava um aparatoso cerimonial para a prestação das devidas homenagens militares ao morto. Uma companhia da Armada a 120 homens, com bandeira e banda de música; um batalhão da GNR a 600 homens, também com bandeira e banda; um esquadrão a cavalo, em grande uniforme; uma bateria de artilharia. As praças iriam municiadas com 30 cartuchos e a bateria de artilharia salvaria com 18 tiros na altura em que o féretro passasse do armão para a carreta do cemitério. As tropas apeadas levariam as baionetas armadas; dos corneteiros ou clarins partiria o toque à apresentação de armas na altura própria. Quando o féretro chegasse a 20 passos das bandas de música, estas executariam uma peça fúnebre até que o cortejo as ultrapassasse. Além de todo este aparato, determinava-se também a representação de todas as unidades no funeral, «por delegações compostas de modo a não ser prejudicado o serviço»[835].

---

[831] *Imprensa da Manhã*, Lisboa, 22 de outubro de 1921.

[832] *Ibidem*.

[833] *Diário de Notícias*, Lisboa, 23 de outubro de 1921.

[834] «Em casa de Machado Santos. A última noite do fundador da República – na câmara ardente», *O Século*, 23 de outubro de 1921.

[835] *Diário de Notícias*, Lisboa, 23 de outubro de 1921. Na véspera dos funerais de Machado Santos e António Granjo, o presidente do Ministério reuniu-se, no Ministério do Interior, com os comandantes da Polícia de Segurança do Estado e da Guarda Nacional Republicana, com o comissário geral da polícia e com outros altos funcionários, para definir as medidas de segurança convenientes durante os funerais. *Diário de Notícias*, Lisboa, 23 de outubro de 1921.

Machado_Santos.indb 292 22/05/2013 12:14

Às onze horas fazia um calor asfixiante, segundo o repórter do *Diário de Notícias*[836]. Já então, uma hora antes da prevista para o início da cerimónia, a multidão começava a aglomerar-se nas imediações da casa da família Machado Santos: amigos, correligionários, adversários políticos e muitas senhoras, gente de todas as classes sociais. Em casa, só os velhos amigos, companheiros de luta. O irmão e o filho recebiam os cumprimentos de condolência[837]. Depois, começaram a chegar as «pessoas de representação», Manuel Maria Coelho, presidente do Ministério, Bernardino Machado, Agatão Lança, ministros, vereadores, entre outros. Entretanto, formaram as forças em parada. A família recusa honras militares para o extinto no que, por fim, acedeu na pretensão Manuel Maria Coelho.[838]

Ao meio-dia e um quarto começa então a organizar-se o cortejo, que seria acompanhado por milhares de pessoas – seis mil, segundo o *Diário de Notícias*.[839] Encabeçava o cortejo um pelotão dos bombeiros do Corpo de Salvação Pública, de que Machado Santos era sócio honorário; a seguir, vários revolucionários que o haviam acompanhado «nas horas incertas da Rotunda»; o diretório do Partido Reformista; mais revolucionários; milhares de pessoas; uma força da polícia e a seguir o armão da GNR com o ataúde, «a cuja passagem o povo se descobria respeitosamente»:

> A urna ia coberta pela bandeira nacional, e o capitão sr. António José Rodrigues levava uma pequena almofada de veludo negro, o chapéu-armado e a espada do infortunado almirante. Atrás da urna seguiam a irmã, o filho e o irmão de Machado Santos. Uma longa fila de trens e automóveis fechava o cortejo, destacando-se o automóvel do sr. Jaime Atias, representante do sr. presidente da República.

Ao chegar ao cemitério oriental de Lisboa (hoje, Alto de São João), o féretro foi conduzido do armão até à cova – perto dos Mausoléus de Elias Garcia e de Cândido dos Reis – por oficiais do Exército e da Armada, revolucionários do 5 de Outubro e pelo representante do presidente da República. Seguiam-se o Ministério e «pessoas de representação» e, por fim, todos os que acompanharam o morto.[840] Os discursos fúnebres junto à sepultura foram proferidos por Jaime de Castro e António Lopes, em nome dos revolucionários do 5 de Outubro, Sá Cardoso, José Benedy e, em nome do diretório do Partido Reformista, João Viegas Paula Nogueira. Todos, naturalmente, exaltaram o «honrado cidadão», o «mártir», o «português sincero», o «austero republicano, modelo de abnegação das mais santas e puras virtudes», o «comandante vitorioso

---

836 *Ibidem*, Lisboa, 24 de outubro de 1921.

837 *Idem, ibidem*.

838 Por decreto-lei de 21 de outubro de 1921, o governo decidiu: «Artigo 1.º – Os funerais do ex-presidente do Ministério dr. António Joaquim Granjo, almirante António Maria de Azevedo Machado Santos e capitão-de-fragata José Carlos da Maia, serão considerados nacionais por a sua memória ter direito a semelhante glorificação de a pátria reconhecida. Artigo 2.º – Para satisfação das despesas a fazer com os funerais é aberto no Ministério das Finanças a favor do Ministério do Interior, um crédito especial da quantia de 10.000$00 a inscrever nas despesas extraordinárias […]», *Imprensa da Manhã*, Lisboa, 22 de outubro de 1921. Nenhuma das famílias das vítimas aceitou funerais nacionais para os seus mortos.

839 *A Pátria*, Lisboa, 25 de outubro de 1921.

840 *Diário de Notícias*, Lisboa, 24 de outubro de 1921.

Machado_Santos.indb 293 22/05/2013 12:14

da Rotunda». Sá Cardoso, penalizado por não ter podido beijar o cadáver de Machado Santos, terá mesmo afirmado: «Enquanto eu, e mais alguns camaradas, retiravam da Rotunda por ter a impressão de que o movimento estava perdido, ele ficava.»[841]

Entre um grupo de amigos, e na comoção do momento em que fora cumprimentar a viúva de António Granjo, Manuel Maria Coelho, chefe do governo, terá afirmado: «Ajudem-me a descobrir esses facínoras. Mando-os fuzilar.»[842] Em nota oficiosa, o governo dizia que continuava a trabalhar, «com toda a atividade e insistência, na descoberta dos autores e responsáveis pelos crimes cometidos na noite de 19 [de outubro]», não deixando, porém, de lembrar que tal acontecera «antes de o governo tomar posse».[843] Aliás, a opinião pública, pelo que se lê na imprensa da época, além de manifestar repulsa pelos crimes, exigia também o castigo exemplar para os criminosos e os seus mentores. É que, bem vistas as coisas, não se tratara de crimes cometidos contra cidadãos comuns ou inimigos do regime, mas sim contra republicanos de antes da implantação da República: dois heróis do 5 de Outubro; um combatente contra as incursões monárquicas e voluntário do CEP na Flandres. Ou seja, pelo menos estes três eram, sem dúvida, considerados republicanos impolutos com insofismável dedicação ao regime. Daí, uma espécie de «comoção nacional» que percorreu a sociedade portuguesa, bem patente nas manifestações de pesar e repúdio, quer a nível individual, quer institucional, que os jornais foram publicando nos dias seguintes ao nefasto acontecimento.

Temia-se, além disso, as repercussões internacionais da Noite Sangrenta. De facto, *O Século*, num seu editorial alertava: «Portugal não está em situação, nem política, nem geográfica, de poder oferecer aos olhos do mundo exemplos de anarquia que o ponham fora da civilização.» Em face dos acontecimentos, havia que proceder com mais tato do que nunca, mostrando «aquela impressão de força» que garantisse o respeito externo.[844]

As investigações irão atravessar algumas vicissitudes. Nos dias a seguir aos assassinatos, o governo procura encontrar uma personalidade de prestígio para assumir a direção das investigações. Uma portaria do ministro da Marinha, publicada no *Diário do Governo*, nomeava o juiz de Direito António José Alves Ferreira de Lemos, que não aceitaria a nomeação. Logo no dia a seguir à publicação, a presidência do Ministério desmentiria a nomeação: «Não é inteiramente exato que o juiz, dr. António José Alves Ferreira de Lemos tenha sido encarregado das averiguações acerca dos crimes praticados na noite de 19 do corrente […]. O governo nomeará uma alta individualidade para o desempenho dessa missão.»[845]

Um dos indigitados, que também recusou a assunção de tal responsabilidade, foi o general Gomes da Costa[846], que mostraria a sua discordância com a revolução ao pedir a demissão do comando da 4.ª Divisão Militar, por considerar que a revo-

---

[841] APFMS, Apontamento manuscrito.
[842] *Diário de Notícias*, 23 de outubro de 1921.
[843] *A Pátria*, Lisboa, 25 de outubro de 1921.
[844] *O Século*, Lisboa, 23 de outubro de 1921.
[845] *Diário de Notícias*, Lisboa, 30 de outubro de 1921.
[846] *Ibidem*.

Machado_Santos.indb 294 22/05/2013 12:14

lução de 19 de outubro significara «mais um encontrão dado à disciplina, não só militar, como social»[847]. Outras personalidades também recusaram a função, como o almirante Hipácio de Brion e o capitão-de-fragata Manuel dos Santos Fradique. Por fim, o governo nomeou o almirante Silveira Moreno para dirigir as investigações, no âmbito da Polícia Judiciária Militar e, portanto, sem possibilidades de recusa.[848] Para instrutor adjunto das investigações foi nomeado o chefe da Polícia de Segurança do Estado (nomeado já pelo governo outubrista), Barbosa Viana, que, entretanto, avançava na investigação, de que resultaram as primeiras prisões dos tripulantes da «camioneta fantasma».

De facto, os jornais reclamavam contra a demora com que o processo estava a decorrer: exigia-se celeridade. Do próprio seio dos revolucionários surgiam críticas, como aconteceu, por exemplo, com Virgílio Costa, tenente que comandara uma companhia da GNR na revolução e fora nomeado chefe de gabinete do ministro do Comércio. Pouco mais de uma semana após os acontecimentos, pediu a demissão dos dois cargos, por considerar que se estava «falhando aos objetivos morais da revolução […], fazendo recair sobre ela, por falta de uma ação de inflexível justiça, o sangue das vítimas inocentes.»[849]

Numa entrevista concedida ao *Diário de Notícias,* dois meses após a Noite Sangrenta, Barbosa Viana descartava já qualquer envolvimento dos oficiais revolucionários nos crimes e considerava que o essencial da investigação estava concluído e presos os principais responsáveis.[850] Poucos dias após a entrevista e sob pressões de familiares das vítimas, em especial dos irmãos de Machado Santos e de Carlos da Maia, Cunha Leal, que entretanto assumira a chefia do governo, substituía Barbosa Viana por Alexandrino de Albuquerque, personalidade sugerida por aqueles dois familiares dos mortos,[851] que desde o início acompanharam as investigações.[852] Este «acompanhamento» permitiu-lhes mesmo a participação nos interrogatórios (onde recolhiam

---

[847] *Correio da Manhã*, Lisboa, 28 de outubro de 1921.

[848] *Diário de Notícias*, Lisboa, 19 de janeiro de 1923.

[849] *A Pátria*, Lisboa, 28 de outubro de 1921. Mesmo assim, seria preso por implicado nos acontecimentos do 19 de outubro, sendo acusado de participação em «coligação militar» e de «cumplicidade de homicídio involuntário». Como era deputado, reclamou, solicitando o direito de «homenagem». Um grande debate ocorreu então na Câmara dos Deputados, com Cunha Leal como grande protagonista, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 109, 19 de julho de 1922. Após pareceres das comissões de guerra e legislação civil e criminal, a Câmara determinou a sua imediata libertação, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 114, de 25 de julho de 1922.

[850] *Diário de Notícias*, Lisboa, 19 de dezembro de 1921.

[851] *A Capital*, Lisboa, 24 de dezembro de 1921, *A Época*, 17 de novembro de 1922. O próprio Cunha Real reconhece, durante o julgamento dos oficiais, que nomeara Alexandrino de Albuquerque por indicação dos familiares, pois até nem o conhecia. Aceitara a indicação «como preito de homenagem à honradez dos oficiais inculpados», porque seria preferível «uma investigação apaixonada a uma investigação benévola», *O Século*, Lisboa, 28 de dezembro de 1922. Recorde-se que por proposta de Roque Blanco Freire, aprovada por unanimidade, Alexandrino de Albuquerque fora agregado ao Conselho Central da FNR. APFMS, Acta da Comissão Central, Lisboa, 11 de abril de 1919.

[852] Refira-se que, no Arquivo Machado Santos, se encontra uma folha intitulada «Subscrição para investigações sobre a morte de Machado Santos», aberta por Francisco da Assunção Carreiro, com 24 subscritores, importando em 510$00. Infelizmente não há qualquer outra informação no processo, APFMS.

Machado_Santos.indb 295 22/05/2013 12:14

informações que, por vezes, editavam nos jornais, através de entrevistas ou cartas), o que seria justificado por Barbosa Viana com o argumento de que teriam sido ambos nomeados «agentes informadores» da Polícia de Segurança do Estado. Os dois irmãos das vítimas negaram ter alguma vez desempenhado tal função.[853] De qualquer modo, assumem que prestaram «trabalho de informação […] às investigações».[854]

Poucos dias após António Maria da Silva ter assumido a chefia do governo, Lisboa acordou com uma notícia inesperada: em 12 de fevereiro de 1922, Manuel Maria Coelho – o líder da revolução de 19 de outubro e depois, durante menos de três semanas, presidente do Ministério –, bem como outros oficiais revolucionários haviam sido presos preventivamente no Forte de S. Julião da Barra e depois no Forte da Trafaria, aguardando julgamento, suspeitos de não terem tomado as providências necessárias com vista a evitar os assassinatos.[855]

O julgamento dos crimes, ou melhor, os julgamentos, só ficaram concluídos em 1 de junho de 1923. No primeiro, a partir de inícios de dezembro de 1922, foram julgados, no Tribunal Militar Misto Territorial e de Marinha, os oficiais que haviam assumido funções de responsabilidade na revolução, tendo recebido, em 22 de fevereiro de 1923, a sentença de absolvição[856]. O general Carmona, promotor de justiça, recorreu da sentença. Com efeito, nas suas alegações finais, Carmona aponta aos acusados, sobretudo a paralisia do comando, a descoordenação entre os diversos comandos, a falta de energia no cumprimento dos deveres militares, ou seja, o que esteve em causa na acusação foram as competências militares dos acusados e não propriamente a possível conivência ou instigação aos crimes, ou seja, segundo o promotor de justiça, ninguém se sacrificara «para salvar o prestígio dos seus galões».[857]

---

[853] Carlos da Maia, irmão do comandante José Carlos da Maia, nega perentoriamente ter sido nomeado agente da PSE, *O Século*, Lisboa, 23 de janeiro de 1923. Augusto Machado Santos afirma, a propósito: «Nunca pelo sr. dr. Barbosa Viana, ou qualquer outro, fui encarregado de qualquer missão policial, pois não a aceitava, e o que prestei foi, tanto ao referido senhor como a todos os que tiveram interferência no processo, informações do meu conhecimento para s. ex.as procederem às necessárias investigações, *O Século*, Lisboa, 23 de janeiro de 1923.

[854] APFMS, Reclamação dirigida ao Presidente do Tribunal Militar Misto Territorial e de Marinha. Lisboa, 15 de fevereiro de 1923.

[855] Além de Manuel Maria Coelho, foram ainda presos o capitão-tenente Procópio de Freitas, o major Cortez dos Santos (ambos eleitos deputados, mas ainda «não proclamados» e, portanto, não lhes foi concedida imunidade parlamentar), o capitão Camilo de Oliveira, o tenente da GNR Bento Matos Mergulhão, os capitães Alexandre Soares Loureiro e Armando Pires Falcão, o tenente-coronel Joaquim Marreiros, entre outros. Posteriormente foi preso, entre outros, o contra-almirante Luís da Câmara Leme, que foi condenado em dez dias de prisão disciplinar por não ter impedido os flagrantes delitos das mortes violentas de António Granjo e de Carlos da Maia, nem prendido os seus autores, *A Época*, Lisboa, 30 de junho de 1923. António Maria da Silva diria, na Câmara dos Deputados, que as prisões dos oficiais foram «herança» do governo de Cunha Leal e não, como este afirmara, uma decisão de caráter político. Cunha Leal seria também criticado, por exemplo, pelo irmão de Machado Santos, por nada ter feito sobre os crimes do 19 de outubro: «O sr. Cunha Leal quando ministro nada fez e sabe-se porquê. É um fraco», «Uma entrevista com o irmão de Machado Santos», *O Nacional*, Lisboa, 20 de setembro de 1922.

[856] Referimo-nos aos julgamentos coletivos, pois tiveram lugar outros (como o do almirante Câmara Leme, por exemplo) que prosseguiram além desta data, porquanto foram julgados por situações muito específicas.

[857] *O Século*, Lisboa, 3 de fevereiro de 1923.

Machado_Santos.indb 296 22/05/2013 12:14

O julgamento dos autores materiais dos assassinatos – os tripulantes da «camioneta fantasma» (que afinal eram duas) – teve início em 1 de março de 1923, portanto, cerca de uma semana após a absolvição dos oficiais. Dado o número elevado de réus e de testemunhas a ouvir, foi dividido em dois turnos. A sentença seria proferida em 1 de junho de 1923. Cinco dos réus, incluindo o tristemente famoso Abel Olímpio – o *Dente de Ouro* – foram condenados à pena máxima (dez anos de prisão maior celular, seguidos de 20 de degredo, com prisão no lugar do degredo por dois anos, ou, em alternativa, da pena fixa de 31 anos de degredo com prisão de dez anos no lugar de degredo); quatro foram condenados a pena maior (dois à pena de oito anos de prisão maior celular, seguidos de 20 de degredo, ou, em alternativa, 28 anos de degredo, e dois a oito anos de prisão maior celular, seguidos de 12 de degredo); quatro a pena correcional (dada como expiada com o tempo de prisão sofrida) e nove foram absolvidos.[858]

Não fora a sentença por que aspiravam a imprensa monárquica, conservadora e todo o espectro político antioutubrista, bem como os familiares das vítimas, em especial, dos irmãos de Carlos da Maia e de Machado Santos, que não acreditavam na inocência das principais chefias da revolução – se não como coniventes nos crimes, ao menos como imprevidentes na implementação de medidas preventivas que evitassem os assassinatos. O filho de Machado Santos, por exemplo, no seu depoimento perante o tribunal, respondendo à pergunta de um dos defensores dos réus da «camioneta fantasma», se o assassinato, na sua opinião, resultara somente de uma vingança de marinheiros ou «se entrara ele, porventura, no plano do movimento revolucionário», responde: «É minha convicção absoluta que houve alguém que mandou os marinheiros matar o meu pai. Estou mesmo convencido de que entre esses mandatários alguns eram elementos que faziam parte do comité dirigente do movimento de 19 de outubro.»[859]

Um dos principais visados nas críticas ao modo como havia sido conduzida a investigação era Barbosa Viana, que determinara as primeiras prisões dos tripulantes da «camioneta fantasma» e que foi depois uma das principais testemunhas de defesa dos oficiais. O chefe da Polícia de Segurança do Estado seria também defensor da tese do complô legitimista internacional, de que o *Dente de Ouro* constituiria o principal agente operacional em Portugal.

Mas o próprio presidente do tribunal era também fustigado com críticas, principalmente, por ter determinado a separação dos réus em dois julgamentos distintos. Com efeito, Augusto Machado Santos e Carlos da Maia (irmão) criticavam fortemente o modo como vinham sendo desenvolvidos os trabalhos do julgamento. Neste sentido, apresentaram uma exposição/reclamação dirigida ao presidente do Tribunal Militar Misto Territorial e de Marinha. Em primeiro lugar, criticavam o facto de os oficiais, em cujas notas de culpa constava a acusação de cumplicidade em certos crimes, estarem a ser julgados antes dos respetivos autores materiais, o que seria contrário ao Código do Processo Criminal Militar. Ora, isto assumia extrema gravidade, na medida em que a possível absolvição dos oficiais impediria novo julgamento pelo mesmo crime, no caso de haver, no julgamento dos assassinos, dados que pudessem vir a incriminar os oficiais de cumplicidade. A exposição/reclamação continuava com a apresentação

[858] *O Século*, Lisboa, 2 de junho de 1923.
[859] *O Século*, Lisboa, 9 de março de 1923.

Machado_Santos.indb 297 22/05/2013 12:14

de diversos testemunhos que, na opinião dos subscritores, constituíam indícios suficientes para considerar a hipótese de cumplicidade que, aliás, fora retirada aos réus logo nos primeiros dias do julgamento, mesmo antes da audição das testemunhas.[860]

Procurando, a traços largos, sumariar as principais hipóteses que então se levantaram sobre as motivações, os culpados diretos e os possíveis cúmplices dos crimes, encontramos as seguintes:

> 1 – A tese do complô radical, que defendia que, nos preparativos da revolução, se falara na necessidade da «eliminação» de diversas figuras políticas, de militares e de grandes empresários. Apontava-se mesmo a existência de várias listas de pessoas a abater.[861] As famílias e a imprensa antioutubrista são os grandes defensores desta tese, que recolhe argumentos na sempre falada «reunião da rua de Santa Marta», em que estiveram presentes diversos revolucionários do 19 de outubro. Ali se teria falado na existência de listas com personalidades a eliminar, incluindo António Maria da Silva.[862] Outro argumento sempre esgrimido pelos defensores da tese do complô assentava no facto de Manuel Maria Coelho, avisado com algumas horas (falava-se em perto de quatro) de antecedência de que se estava a preparar o assassinato de Machado Santos, só depois do desfecho fatal se ter verificado fez chegar a casa dele a possível ajuda. E lançavam-se outras questões como, por exemplo: por que teria sido cedida, por um oficial, a camioneta? E que significado teria a expressão «vai matar o bicho», proferida por um oficial a um marinheiro que seguiria na camioneta? Seria mesmo uma expressão para significar que ele devia ir curar a bebedeira? E por que razão Procópio de Freitas se manteve tranquilamente no seu navio, quando foi avisado por duas vezes do que se estava a passar no Arsenal? E mandara soltar os presos «políticos» do quartel de marinheiros (um deles, o também famoso Palmela Arrebenta, julgado e condenado a pena maior) somente porque «isso suced[ia] em todas as revoluções»?[863]
>
> 2 – A tese da responsabilidade exclusiva dos marinheiros e soldados da GNR, que, com a acumulação dos ódios, provindos sobretudo do tempo do sidonismo, se juntaram para cometer os morticínios. Segundo uma das testemunhas, gritara-se: «Vamos aos sidónios.» Seria, portanto, uma espécie de ajuste de contas com importantes colaboradores do dezembrismo. António Granjo teria sido assassinado em resultado da onda de ódio contra o seu governo liberal, instigado por jornais como a

---

[860] APFMS, Reclamação dirigida ao presidente do Tribunal Militar Misto Territorial e de Marinha, Lisboa, 15 de fevereiro de 1923.

[861] Na sua intervenção na Câmara dos Deputados, na sessão de homenagem aos parlamentares falecidos no interregno parlamentar, Sá Pereira dizia que os acontecimentos eram previsíveis, que toda a gente sabia e que até se falava na existência de uma lista com 100 pessoas a eliminar, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 4, 2 de março de 1922.

[862] Ver, por exemplo, as declarações de Carlos da Maia em *A Época*, Lisboa, 19, 20, 21, 22 e 23 de novembro de 1922. Carlos da Maia defendia, inclusive, a existência de duas listas de pessoas a eliminar: uma, imposta pela Coordenação Geral dos Trabalhadores (CGT) de que constavam industriais e capitalistas; a outra, da responsabilidade do comité revolucionário, incluindo políticos. O assunto foi, evidentemente, escalpelizado em várias sessões dos julgamentos. Ver, entre outros, *O Século*, Lisboa, 20 de janeiro de 1923.

[863] *A Época*, Lisboa, 15 de dezembro de 1922.

Machado_Santos.indb 298 22/05/2013 12:14

Imprensa da Manhã e *O Mundo* e o combate feroz que lhe era dirigido pelos democráticos. A própria deslocação dos assassinos à *Imprensa da Manhã*, a fim de contarem as suas façanhas, pretendendo ver os seus nomes publicados na edição do jornal da manhã seguinte, seria bem a prova de um ambiente de ódio político que o radicalismo republicano promovera.

3 – A hipótese da conspiração monárquica legitimista internacional, que surgiu na época dos acontecimentos e durante os julgamentos, para ressurgir, com o livro de Berta Maia *As minhas entrevistas com Abel Olímpio, o «Dente de Ouro». Páginas para a história da morte vil de Carlos da Maia, republicano – combatente de 5 de Outubro*, publicado já depois do 28 de Maio de 1926, com declarações de Abel Olímpio. Refira-se que esta hipótese foi levantada, no julgamento dos oficiais, por Barbosa Viana, que fora chefe da Polícia de Segurança do Estado, nomeado já durante o outubrismo e que, a instâncias de Manuel Maria Coelho, esteve envolvido na investigação e determinou as primeiras prisões dos principais autores materiais dos crimes. Mas também foi ele, que, por falta de indícios fortes, libertou o padre Maximiano Lima, que seria um dos alegados líderes da conspiração monárquica em Portugal. Note-se também que não obstante ter este chefe da polícia colaborado com o seu substituto nas investigações, não lhe terá passado documentação que apontasse esta hipótese como a mais forte.

Mas não será o decurso do julgamento – «todo político», como afirmaria o defensor de um dos réus[864] – que poderá revelar, em toda a profundidade, as motivações e o contexto político e social que permitiu, facilitou ou induziu à prática dos crimes da Noite Sangrenta. De facto, durante o próprio julgamento, foram inúmeras as acareações, na sua grande maioria sem resultados – as testemunhas e réus mantinham quase invariavelmente as suas versões.

Na sessão da Câmara dos Deputados destinada a homenagear parlamentares falecidos no interregno parlamentar é bem repisada a tese da culpa coletiva. O presidente é o primeiro a expor a tese:

> A injustiça que os feriu não é apenas a obra tenebrosa dos que com crueldade estupenda lhes arrancaram a vida. […] É também a resultante de longa e estonteadora luta em que portugueses se vêm debatendo; luta que tanta vez atinge o aspeto e as proporções duma infindável guerra de extermínio […]. É tempo de acabar. Meditemos na dura verdade de que todos temos culpas.[865]

Este tom da responsabilidade coletiva foi também, na mesma sessão, seguido, por exemplo, pelo reconstituinte Álvaro de Castro, que acentuava a degenerescência moral a que a sociedade portuguesa, na sua perspetiva, tinha chegado.[866] Na sua intervenção, Cunha Leal questionava: «O que é que tem havido na sociedade portuguesa há tantos anos?» E, de imediato, respondia:

---

[864] *Diário de Lisboa*, Lisboa, 27 de dezembro de 1922.
[865] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 4, 2 de março de 1922.
[866] *Ibidem*.

Machado_Santos.indb 299 22/05/2013 12:14

> O ódio, o ódio que gera o crime. Não tenhamos ilusões: os culpados duma situação que pôde gerar os crimes de 19 de outubro fomos nós, pelos nossos erros, pelas nossas desinteligências e pelas nossas irredutibilidades.[867]

O único deputado com participação direta na revolução, Virgílio Costa, manifesta simplesmente o seu pesar pelas mortes, cuidando, sobretudo, de defender os objetivos altruístas do movimento.

Sá Pereira, membro do diretório do Partido Democrático, tem uma visão diferente das razões profundas da Noite Sangrenta. De facto, não se refere à culpa coletiva, mas à famosa «leva da morte», já aludida neste livro, que teria desencadeado na sociedade portuguesa ódios profundos que perduraram, e daí a morte dos apoiantes do dezembrismo. Quanto a António Granjo, teria sido a campanha de calúnias e a errada política seguida pelo seu governo que tinham conduzido ao epílogo trágico. Reafirmando que o Partido Democrático foi contrário à revolução, acusava também os líderes revolucionários de nada terem feito para defender a ordem pública, conhecida como era a existência de listas de pessoas a eliminar[868].

Ora, estas intervenções na Câmara dos Deputados deixam bem claro o ambiente político e social que então se vivia, em certos meios urbanos, mas, sobretudo, na Capital. A criação, pelo Partido Democrático, da Formiga Branca, aliás fortemente criticada por Machado Santos n'*O Intransigente*[869], comités de vigilância, grupos de defesa da República, com os seus operacionais de rua, teria, certamente, contribuído para, ao longo daquela década, se criar, nas «alfurjas de Lisboa», um ambiente de intolerância e de ódio e, especialmente, um sentimento de impunidade que conduziria à prática da violência extrema, numa mistura de soldados, em especial da GNR, marinheiros, sargentos e oficiais de baixa patente, tudo isto condimentado com a presença de civis armados. Grupos de difícil controlo e em que, não raras vezes, o álcool ajudava a acentuar os instintos violentos.

O facto é que os oficiais revolucionários foram ilibados do crime de cumplicidade e mesmo de imprevidência. Se os homens da «rua democrática» ou do «radicalismo republicano de rua» – que, perante o olhar de tantos, protagonizaram o drama da Noite Sangrenta – contavam ser famosos, atingiram o objetivo. Viram, como ambicionavam, os seus nomes publicados em letra de forma. Não como heróis, como pretenderam. Mas como vis e inveterados assassinos de homens indefesos a dormir nos braços das suas esposas. E se alguma vez imaginaram que conseguiriam o apoio dos homens que lideraram o movimento, o certo é que não puderam contar com ele. Todos se afastaram, se é que alguma vez estiveram com o *Dente de Ouro* e companheiros. Os vivas à «República radical», que lançaram ao ouvir as sentenças, não colheram qualquer eco.

Cerca de um ano após a sua morte, um jornalista dizia: «Machado Santos caiu. Mas ficaram ainda de pé e com vida as dedicações suficientes para tornarem querida a sua memória […]. E quando um dia as gerações do futuro ajoelharem ante a pedra

---

867 *Ibidem*.

868 *Ibidem*.

869 «O Formigueiro», *O Intransigente*, Lisboa, 4 de dezembro de 1913.

Machado_Santos.indb 300 22/05/2013 12:14

que perpetua o Homem, que saibam ver nessa massa inerte, enegrecida pela *patine* que lhe pôs o tempo, as lágrimas e sofrimentos, as esperanças e desalentos, as alegrias e desesperos – que por tudo isso passou o fundador da República.»[870] O texto de onde se extraiu esta passagem reportava o que se pode considerar como o primeiro ato do que viria a ser a grande homenagem fúnebre ao «herói da Rotunda», já então, naturalmente, proclamado «mártir da República». De facto, em 25 de setembro de 1922, o caixão de chumbo com o corpo de Machado Santos foi trasladado da sepultura onde se encontrava para o jazigo de família, de modo a libertar o espaço da sepultura para ali se erguer um Mausoléu em sua memória.

Uma comissão constituída por amigos do extinto vice-almirante – militares, médicos, advogados, funcionários, proprietários, comerciantes e industriais – tomou o encargo de «promover a construção de um Mausoléu onde [pudesse] ser guardado o cadáver do grande patriota que em vida se chamou Machado Santos».[871] A carta-circular em que a comissão se apresentava e, simultaneamente, pedia apoios financeiros para levar a bom termo o projeto deixava claro o caráter apartidário da iniciativa. Tratava-se somente de cumprir o dever de «perpetuar a memória de um português ilustre, que à sua pátria tudo [dera]: dinheiro, inteligência e a própria vida», que sempre vivera «animado por um ideal de ressurgimento nacional, pondo acima da política mesquinha de partidos os problemas que pudessem conduzir Portugal àquele estado de grandeza» por que todos os «sinceros patriotas» almejavam.[872] A comissão, presidida pelo coronel Melo e Simas, integrava 15 elementos, entre os quais Magalhães Lima, Luz de Almeida, Jaime de Castro e João José Cerejo Júnior.

A cerimónia de lançamento da primeira pedra teve lugar em 5 de outubro de 1922, tendo sido presidida por António Maria da Silva, presidente do Ministério. Segundo a reportagem do periódico *República*, assistiram à cerimónia representantes de várias agremiações republicanas, Câmara Municipal de Lisboa, o ministro das Finanças, familiares e os membros da Comissão Promotora do Mausoléu.[873] Na ocasião discursaram o presidente da câmara, Magalhães Lima e Mário Monteiro, este como representante dos republicanos do Brasil. O presidente da Comissão, coronel Melo e Simas, exaltou os valores da República e a figura de Machado Santos, «alma simples, sincera, idealista». Morrera pela sua «fidelidade aos princípios de idealização de rejuvenescimento nacional […]. Profundamente tolerante, repugnavam-lhe sobremodo os excessos de intolerância fanática, e encarnado no princípio do bem-estar coletivo […] era profundamente odiado pela seita iconoclasta do personalismo oportunista no exercício das suas funções».[874] Melo e Simas terminava o seu discurso destacando a perenidade dos ideais de Machado Santos:

---

[870] «Efetuou-se ontem a transferência do corpo do malogrado almirante para o jazigo de família», *República*, Lisboa, 26 de setembro de 1922.

[871] APFMS, Carta-circular impressa, s.n.

[872] *Ibidem*.

[873] *República*, Lisboa, 7 de outubro de 1922.

[874] *Ibidem*.

Machado_Santos.indb 301 22/05/2013 12:14

> As cinzas deste homem, grande na tenacidade como puro no caráter, mereciam alguma coisa mais da sua visão de República do que o simples arremesso à vulgaridade anónima de modesta campa de cemitério.
>
> Mas espero, esperamos todos, quase com probabilidade de certeza, que o tempo lhe fará a devida justiça.
>
> Se o pó desaparece e se mistura nas forças desconhecidas da natureza, a ideia subsistirá enquanto houver homens capazes de uma reminiscência, e meios de a transmitir às gerações vindouras.
>
> E a reminiscência humana [...] tem-se mostrado bem mais duradoura do que o mais sólido granito.[875]

A seguir, António Maria da Silva encerrou a fase dos discursos, afirmando que desejava ver os criminosos castigados, não por vingança, mas somente por justiça.

A cerimónia terminou com a leitura do auto respetivo, assinado pelos presentes. O original, as condecorações e moedas da República foram colocados num cofre e este na base do Mausoléu a construir. Um batalhão da Armada prestou as honras militares.

A Comissão não teria vida fácil na angariação de fundos ou no recurso «à caridade pública»: a Câmara Municipal de Lisboa contribuiu com dois mil escudos[876]; 2864$62 resultaram do saldo da liquidação do Centro Reformista e 3766$27 da receita líquida do sarau realizado em 2 de julho de 1922, no Coliseu dos Recreios[877]; câmaras municipais de todas as regiões do país contribuíram também, de acordo com as suas possibilidades, entre os 500$00 da de Évora e os 25$00 da de Sobral do Monte Agraço. Bancos, empresas, militares, particulares contribuíram na medida das suas posses, verificando-se um número muito elevado de pessoas pobres que ofereceram parcos escudos ou mesmo centavos. Atingiu pouco mais de quatrocentos o número de instituições, empresas e pessoas singulares que contribuíram com a sua oferta em dinheiro para a construção do Mausoléu.[878]

A data escolhida para a cerimónia de trasladação dos restos mortais de Machado Santos do jazigo para o Mausoléu teve lugar em 10 de janeiro de 1924, dia em que completaria 49 anos de idade.

Perante uma «assistência razoável», que resistia à chuva, e com a participação do ministro do Interior, Sá Cardoso, o governador civil de Lisboa, «bastantes senhoras», oficiais da Marinha e do Exército, familiares, amigos e os membros da Comissão, teve início a cerimónia. Os discursos tiveram de ser abreviados em razão da chuva. O primeiro orador foi o presidente da Comissão, Melo e Simas, que centrou a sua alocução, principalmente, nos agradecimentos a todos os que haviam contribuído para

---

875 *Ibidem*.

876 *A Batalha*, Lisboa, 26 de agosto de 1922.

877 A Comissão agradeceu ao empresário do Coliseu dos Recreios, Ricardo Covões, «pela forma cativante com que auxiliou a Comissão, tanto material como financeiramente». «Relação dos subscritores para o Mausoléu do Almirante Machado Santos. Nota das pessoas que satisfizeram as importâncias com que subscreveram», *O Intransigente*, número extraordinário, Lisboa, 3 de outubro de 1923.

878 «Relação dos subscritores para o Mausoléu do Almirante Machado Santos. Nota das pessoas que satisfizeram as importâncias com que subscreveram», *O Intransigente*, número extraordinário, Lisboa, 3 de outubro de 1923.

Machado_Santos.indb 302 22/05/2013 12:14

aquela «modesta […], modestíssima realização». E acrescentava: «Sirvam essas boas vontades, ao menos, para encobrir, ou, mais que não seja, para dissimular outras, que se estava no direito de esperar, e que se disfarçaram ou perderam na onda de egoísmo que avassala a sociedade.»[879] Mas, no extremo oposto, Melo e Simas exalta o caso de um funcionário pobre que do seu modesto salário retirava sempre uma parte para entregar à Comissão, até que os encarregados da subscrição lhe disseram que não aceitariam mais qualquer contributo dele, pois conheciam bem a sua situação de pobreza.

A terminar a sua alocução, Melo e Simas destacava a importância dos preitos de homenagem pública, na sua função de pedagogia cívica, ao «apontar aos vivos o exemplo palpável do que findou».[880] Seguiu-se-lhe no uso da palavra o irmão do «fundador da República», num discurso muito crítico[881] para o modo como, em vida, a República tratara Machado Santos: «Os homens que se tornaram donos e senhores do regime, julgando-se ofuscados pelo gesto heroico de Machado Santos, desceram ao ponto de sobre o seu nome estabelecer a intriga para assim ofuscarem o seu valor.»[882] Além de tudo, ingratidão, pois Machado Santos tinha-se despojado de todos os seus bens e dos da esposa, no seu trabalho de preparação para o movimento do 5 de Outubro. Depois de percorrer diversas fases da vida política de Machado Santos, destacando sempre as traições de que fora alvo por parte de falsos amigos, retrocessos de última hora de muitos com quem estava a contar, faltas de coragem no campo da luta, Augusto Machado Santos não deixa de criticar fortemente os que, nem depois de morto, foram capazes de ter um gesto de generosidade para com a figura do «fundador da República», contribuindo para a construção do Mausoléu. Cita mesmo o facto de a Comissão se ter visto na necessidade de realizar um sarau para obter verbas:

> Ministros recusaram o bilhete que v. ex.as lhes haviam mandado, mas assistiram ao sarau do camarote presidencial.
>
> Altas individualidades devolveram os bilhetes por motivos fortuitos, mas assistiram com bilhete oferecido por V. Ex.as.
>
> Um camarada de armas de Machado Santos devolveu o bilhete acompanhado de um cartão em que dizia «se aceitasse teria que ir pedir esmola».[883]

Este último caso está documentado no Arquivo de Machado Santos. Trata-se de um cartão-de-visita tarjado de luto, enviado pelo democrático Mariano Martins, oficial de Marinha, governador colonial e ministro nos governos de Cunha Leal e de Álvaro de Castro. No cartão vem escrito: «Mariano Martins devolve o incluso bilhete porque estando de luto não pode frequentar espetáculos públicos. Não quer, porém, que esta desculpa seja considerada como uma evasiva, porque não estando de luto

---

879 *República*, Lisboa, 11 de janeiro de 1924.
880 *Ibidem*.
881 Ver discurso completo em anexo (doc. n.º 4, «Alocução de Augusto Machado Santos, na cerimónia de trasladação dos restos mortais de Machado Santos do jazigo para o Mausoléu, a 10 de janeiro de 1924»).
882 *Ibidem*.
883 *Ibidem*.

Machado_Santos.indb 303 22/05/2013 12:14

devolveria da mesma maneira o bilhete, porque se fosse aceitar todos os bilhetes que lhe enviam teria depois que ir pedir esmola».[884]

A terminar os discursos, o ministro do Interior, Sá Cardoso (que também participara no funeral, como se referenciou) –, seu companheiro do 5 de Outubro, tendo embora sido um dos oficiais descrentes na vitória republicana que, na manhã de 4 outubro, abandonou a Rotunda, e que, no 14 de Maio e no dezembrismo, lutara no campo oposto de Machado Santos – afirmou que a sua participação na cerimónia devia ser entendida como a homenagem que prestava «ao companheiro leal e sincero da conspiração republicana», sendo certo também que o governo se associava a todas as homenagens prestadas ao «fundador da República». A terminar frisava bem o simbolismo do Mausoléu: «a imagem da República que cobre o Mausoléu representa a perda do seu fundador e lá dentro ficam depositadas não os restos de Machado Santos, mas sim um pedaço da alma da pátria.»[885]

O monumento fúnebre – obra do escultor Maximiano Alves, que viria a ser um artista de sucesso – é composto por uma urna em pedra e, inclinada sobre ela, a figura [886]da República, «numa dolorosa posição, chorando a morte de Machado Santos».[887] A inscrição é simples: «À memória do fundador da República vilmente assassinado em 20 de outubro de 1921». Moita Flores apresenta uma síntese do simbolismo do Mausoléu:

> A República chora Machado Santos. Símbolo do Devir, da Felicidade e da Liberdade, da Imortalidade da Pátria, a estátua orgulhosa e altiva dobra-se sobre o seu Herói. É a Pátria que chora os seus melhores filhos, ou a obrigação de não esquecermos e, assim, garantirmos a Imortalidade dos defuntos.[888]

Se concordarmos com Moita Flores relativamente ao simbolismo do Mausoléu, teremos também que não esquecer o facto de que, mesmo depois de morto Machado Santos, houve quem, do próprio setor republicano, por questões pessoais ou divergências políticas e ideológicas, não fosse capaz de esconder a sua animadversão relativamente ao «herói da Rotunda». Citámos já o caso de Mariano Martins, que devolveu o bilhete para participar no sarau de angariação de fundos. Um outro exemplo significativo é a intervenção do velho inimigo de Machado Santos, Leote do Rego. Cerca de um mês antes de falecer, Leote do Rego afirmava: «Diz-se que foi o malogrado Machado Santos que fundou a República. Quem fundou a República foram os homens do 31 de Janeiro.»[889] Esta afirmação feita no decurso de um debate parlamentar e diga-se, sem ter despertado qualquer reação no seio das diversas bancadas,

---

[884] APFMS, Cartão de visita de Mariano Martins, 26 de junho de 1922. O cartão vem transcrito igualmente n'*O Intransigente*, número extraordinário, Lisboa, 3 de outubro de 1923.
[885] *República*, Lisboa, 11 de janeiro de 1924.
[886] FLORES, Francisco Moita, *Cemitérios de Lisboa: entre o real e o imaginário*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, p. 17.
[887] *A Tarde*, Lisboa, 10 de janeiro de 1924.
[888] FLORES, Francisco Moita, *Cemitérios de Lisboa: entre o real e o imaginário*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, p. 17.
[889] *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 82, 15 de maio de 1923.

Machado_Santos.indb 304 22/05/2013 12:14

revela bem até que ponto chegavam os ódios que Machado Santos ou a sua memória ainda despertavam. E isto, para mais, vindo da parte de um antigo deputado franquista, depois «adesivo», como tantos outros, que procurava, no fundo, menosprezar o papel de Machado Santos na implantação da República, passando esta «glória» para os homens do 31 de Janeiro de 1891. Nomeadamente para Manuel Coelho, chefe militar do fatídico movimento, mas também um dos principais responsáveis pelo golpe de 19 de outubro de 1921, na sequência do qual se deu a Noite Sangrenta e o fuzilamento de Machado Santos.

Muito mais graves e acintosas foram as declarações de Teófilo Braga a um jornalista brasileiro e transcritas no *Diário de Lisboa*. Cerca de meio ano antes de morrer, Teófilo Braga também pretendeu destruir a imagem de Machado Santos como «herói da Rotunda» e «fundador da República». Em resposta ao comentário do jornalista – «parece, ex.ª, que foi uma grande perda o assassinato de Machado Santos» – terá afirmado:

> Olhe, lamentamos o crime. Mas quanto ao heroísmo, não. O Machado Santos era um pobre diabo. Era um comissário da Armada, sem cultura, e foi herói na Rotunda à força. Ele quis fugir. Os sargentos que lá estavam, vendo que ele era o único graduado, obrigaram-no a assumir o comando. Se ele não assumisse o comando, seria morto. Assim, ficando, arriscava-se a ser herói…
>
> Porque tudo estava perdido naquele dia. O povo é que resistiu. Cada português era uma muralha contra a monarquia.[890]

Perante a gravidade das declarações ressentidas[891] proferidas por este republicano histórico[892] que, aliás, no próprio dia 5 de outubro de 1910, elogiara a intervenção heroica e salvadora do combatente da Rotunda, *O Intransigente* publicaria, em número extraordinário, um conjunto de cartas de companheiros e amigos de Machado Santos, vários deles diretamente envolvidos nas operações na Rotunda, que verberavam com vigor as acusações de Teófilo Braga. Algumas cartas utilizavam mesmo uma adjetivação extremamente negativa para com aquele que fora o primeiro chefe de Estado da República, como presidente do Governo Provisório, e depois presidente da República eleito. A violência verbal do editorial, da pena de Augusto Machado Santos, dá um pouco o tom a algumas das cartas:

> Sendo vilmente atacada a honra de meu irmão […] sou forçado [a] vir a público, não para chicotear a víbora que quis conspurcar a honra de Machado Santos, mas sim com provas de quem de direito, exautorar o velho que pretendeu lançar a sua baba

---

[890] «Coração ao pé da boca… O mestre Teófilo Braga entrevistado por um jornal brasileiro disse o bom e o bonito», *Diário de Lisboa*, Lisboa, 28 de agosto de 1923.

[891] Como anteriormente ficou demonstrado, Machado Santos refere-se, por diversas vezes, de um modo profundamente negativo à atuação de Teófilo Braga. Veja-se, por exemplo, a referência ao seu papel como presidente do Governo Provisório, na sua já citada obra *A ordem pública e o 14 de Maio*, p. 10-11.

[892] Recorde-se que, por várias vezes, Machado Santos tinha dirigido duras críticas a Teófilo Braga no seu jornal *O Intransigente*, mas também no seu livro *A ordem pública e o 14 de Maio*, *op. cit.*, 1916, p. 10-11.

Machado_Santos.indb 305 22/05/2013 12:14

> peçonhenta sobre o cadáver do homem que, em 5 de outubro de 1910, tornou possível a Teófilo Braga ser guindado aos altos poderes do Estado. […] A única resposta que posso dar a Teófilo Braga, atendendo à sua avançada idade e aos seus cabelos brancos, que pouco presa, é aquela que merecem todos os homens do quilate de Teófilo Braga – o desprezo.[893]

Os oito sargentos vivos[894] responderam ao apelo de Augusto Machado Santos para que dessem o seu testemunho sobre os acontecimentos da Rotunda. Um declarou não ter conhecimento do que se tinha efetivamente passado, ainda que tivesse ouvido falar em «uns momentos de desânimo». Todos os outros foram perentórios na afirmação da heroicidade de Machado Santos. Mas bem expressiva é a carta de Sá Cardoso, não deixando quaisquer dúvidas sobre o comportamento do seu camarada na Rotunda:

> Não sei o que se passou depois da minha saída, mas tendo o conselho de oficiais julgado o movimento perdido, resolveu aconselhar as forças a recolher a quartéis e os oficiais a que se retirassem, comuniquei esta resolução a Machado Santos, convidando-o a acompanhar-me.
>
> Respondeu que ficava e ficou. Não é crível que quem assim procedeu, tendo ficado na Rotunda no momento de maior desânimo, pensasse mais tarde em a abandonar, quando a luta se generalizara.[895]

Terminava, manifestando a sua convicção em que o «vulto glorioso de Machado Santos» sairia da polémica ainda «com mais realce e nobreza». O jornal *República* publicaria também algumas cartas de desagravo à memória de Machado Santos, incluindo uma de António Maria da Silva, em que o então presidente do Ministério não era parco nos elogios: «Posso testemunhar que à sua intrepidez e à sua inabalável confiança no triunfo da revolução se deve na sua maior parte o advento da República. Foram estas as suas grandes qualidades que hão de perpetuar o seu nome através dos tempos.»[896]

Logo após os assassinatos, o governo decretava a concessão de pensões mensais às viúvas das vítimas da Noite Sangrenta. No preâmbulo do decreto, justificava-se a concessão com o argumento de as famílias das vítimas terem ficado «na mais cruciante pobreza». Mas essa lei significava também, em última análise, o «protesto perante aqueles cruéis assassinatos» que haviam privado «a República de valiosos servidores e a pátria de úteis cidadãos» e fora ainda aprovada «para satisfação do sentimento nacional e afirmação de solidariedade com a opinião pública»[897]. Depois deste decreto, foi publicada nova legislação, ainda durante a I República[898], no período da Ditadura

---

[893] «Ao Público», *O Intransigente*, número extraordinário, Lisboa, 3 de outubro de 1923.

[894] José Soares da Encarnação, promovido a capitão, foi morto em combate em Angola, em 1914. Os sargentos passaram à classe de oficiais. Todos, exceto dois, foram combatentes, tendo sido louvados e condecorados. *O Intransigente*, número extraordinário, Lisboa, 3 de outubro de 1923.

[895] *Ibidem*.

[896] *República*, Lisboa, 7 de outubro de 1923.

[897] Decreto n.º 7782, de 1 de novembro de 1921, *Diário do Governo*, n.º 224, I série, de 7 de novembro de 1921.

[898] Lei n.º 1270, de 16 de maio de 1922, *Diário do Governo*, n.º 95, I série, de 16 de maio de 1922.

Machado_Santos.indb 306 22/05/2013 12:14

Militar[899], além de o assunto ter sido discutido, diversas vezes, na Câmara dos Deputados e no Senado[900].

Já no período do Estado Novo, em 1937, a pensão à família de Machado Santos foi novamente trazida a debate parlamentar. De facto, Schiappa de Azevedo alertava os seus pares da Assembleia Nacional para a situação em que então vivia a irmã do vice-almirante. Machado Santos sustentara a sua irmã, e depois da sua morte, a viúva, continuara a fazê-lo. Com a morte da viúva, a senhora ficara em situação de precaridade a que era preciso dar resposta. Schiappa de Azevedo apresentou uma moção no sentido de a situação ser resolvida, como ato de justiça e na necessidade que o governo tinha de «dignificar tudo a bem da nação».[901] A moção foi acolhida com toda a simpatia pelos deputados, tendo João Amaral, que se iniciara nas lides jornalísticas n'*O Intransigente*, aproveitado o ensejo para exaltar a figura de Machado Santos como «fundador da República», o herói que dissera, invocando Mac-Mahon, «je suis, je reste», quando o conselho de oficiais mandara recolher as tropas aos quartéis.

Mas Machado Santos é, sobretudo, apresentado, hagiograficamente, como «o fundador da primeira e pequena trincheira onde aqueles que queriam reagir contra a corrupção, que desde logo se instalou no alto poder, podiam encontrar um defensor e um abrigo»; e também como «um pai extremoso» e um «chefe de família exemplar».[902] Braga da Cruz falaria ainda da colaboração de Machado Santos no sidonismo, considerando-o um homem «bom, leal e dedicado», sonhando com o «ressurgimento dos bons princípios de administração pública». Aprovada por unanimidade, a moção, apresentada por Schiappa de Azevedo, exaltava as qualidades do vice-almirante, demonstradas nas operações para a implantação da República e nas investidas para afastar as tendências demagógicas que, desde o início, a dominavam.[903]

O «fundador da República» fora, enfim, uma das sombras da «balbúrdia sanguinolenta» por, entre «anarquia e pátria», não ter hesitado «em reagir portuguesmente pela pátria».[904] Tentara, sem êxito, lutar contra a tirania de um partido e contra a corrupção e a anarquia. Mas só «quando as engrenagens se desconjuntaram, quando o

---

[899] Decreto n.º 12519, de 19 de outubro de 1926, *Diário do Governo*, n.º 234, I série, de 20 de outubro de 1926.

[900] Ver, por exemplo, a proposta apresentada à Câmara dos Deputados pelo presidente do Ministério, António Maria da Silva, para o aumento das pensões. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 1, 2 de março de 1922, alterada pelo Senado. *Diário do Senado*, sessão n.º 26, de 24 de abril de 1922. Cunha Leal, considerando ser necessário atualizar o quantitativo das pensões, apresenta, para o efeito, uma proposta de lei à Câmara dos Deputados, em janeiro de 1926. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 26, 18 de janeiro de 1926. Esta proposta não foi aprovada pelo Senado. *Diário do Senado*, sessão n.º 38, 19 de março de 1926.

[901] *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, sessão n.º 116, 4 de fevereiro de 1937.

[902] *Ibidem*.

[903] *Ibidem*. Saliente-se que, logo na sessão seguinte, o presidente da Assembleia Nacional chamava a atenção para o facto de o governo ter já decretado uma pensão à irmã de Machado Santos, tendo-se registado uma imediata congratulação unânime dos deputados (*Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, sessão n.º 117, 11 de fevereiro de 1937).

[904] *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, sessão n.º 22, 4 de fevereiro de 1958.

Machado_Santos.indb 307 22/05/2013 12:14

ciclo democrático chega quase ao termo da sua obra deteriorante, é então que a pátria encontra o caminho redentor com o 28 de Maio».[905]

Esta «revisão» da figura de Machado Santos e sua apropriação pelos defensores acérrimos do Estado Novo é, de algum modo, paradigmática do modo de propagandear as «virtudes» da nova situação.

Machado Santos encarnava, no fundo, os predicados da «raça»: a «serena e forte» coragem física – na Rotunda demonstrada «com beleza e elegância excecionais»[906]; a luta por ideais de justiça contra os desmandos da «demagogia»; o afrontamento aos corruptos em defesa de uma boa administração pública; o «guia» a que se acolhiam os honestos e desiludidos; o chefe de família exemplar. Assim, para os deputados estadonovistas, a nação e o Estado Novo tinham uma «dívida de gratidão» para com o «grande soldado» e «grande cidadão» que fora Machado Santos, que morrera ao serviço da nação «por ter posto o seu esforço e o seu prestígio ao serviço da moralidade na administração pública», assassinado «por aqueles ou por mandato daqueles aos quais não convinha a ordem e para os quais constituía uma permanente ameaça a ânsia de justiça que animava o almirante».[907]

[905] *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, sessão n.º 79, 6 de fevereiro de 1963.
[906] *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, sessão n.º 116, 4 de fevereiro de 1937.
[907] *Ibidem*.

Machado_Santos.indb 308 22/05/2013 12:14

Conclusão

Sentido(s) de uma vida

1.

A morte cruel de Machado Santos, causada por tiro(s) desferido(s) com chocante frieza, manchou de sangue a I República nos seus 16 anos de vida conturbada. Não podemos, aliás, desligar este crime dos inúmeros atos de violência, das revoltas militares e da vertiginosa instabilidade governativa que ensombraram esse regime, instaurado em 5 de outubro de 1910, com os desideratos de regenerar, pacificar e colocar Portugal na senda de um progresso radioso.

Poderá dizer-se que, com impacto mais forte na opinião pública desse período histórico, ocorreram dois crimes verdadeiramente violentos: o assassínio de Sidónio Pais, a 14 de dezembro de 1918, e a Noite Sangrenta, de 19 para 20 de outubro de 1921, em que houve «seis fuzilados», entre os quais Machado Santos. Isto se não contabilizarmos o regicídio, sucedido ainda no estertor da Monarquia Constitucional, a 1 de fevereiro de 1908, nem a «leva da morte», ocorrida em pleno sidonismo, a 16 de outubro de 1918, e passível, aliás, de ser incluída noutra tipologia. Foram, porém, crimes mais do que suficientes para inscreverem fundo no imaginário português um dos mitos fundadores do Estado Novo: «Uma imagem de (má) marca da I República»; a de um tempo marcado pela «ditadura da rua», em que «iam de noite a casa das pessoas para as matar, para as abandonarem, depois, na rua, à vista de quem passasse». Imagem fortíssima que, anos a fio, a oposição antissalazarista tentou desacreditar, contrapondo à ferocidade da PIDE ou à frieza pragmática de Salazar (1889--1970), a natural bonomia e superior cultura de presidentes como António José de Almeida, Teixeira Gomes ou Bernardino Machado.[908]

Não surpreende, por isso, que a historiografia tenha dado alguma atenção a acontecimentos trágicos que tendem a ser vistos como exceções à alegada regra portuguesa dos «brandos costumes». Uma atenção, porém, muito mitigada e que até ao momento – não fosse o ímpeto realizador estimulado e financiado pela liturgia comemoracionista do centenário da República – tem negligenciado a necessidade, há muito sentida, de se estudarem em profundidade problemas e personagens mais ou menos «mediáticas» da conjuntura em que esse regime político-institucional se inseriu.

[908] MELO, António, «A Noite Sangrenta de há 75 anos», *Público*, 19 de outubro de 1996, p. 20.

Machado_Santos.indb 309 22/05/2013 12:14

O caso que abordamos é um flagrante exemplo: nos últimos 40 anos, ou seja, desde a década de 70 do século xx, surgiram algumas publicações sobre a Noite Sangrenta, mas apenas uma biografia mais longa sobre Machado Santos. Referimo-nos ao livro de Eurico Carlos Esteves Lage Cardoso, intitulado *Machado Santos. «O fundador da República». Os primeiros anos do regime.*[909] Ademais, esta última publicação foi sobretudo baseada em livros e artigos recentes ou na recolha (manifestamente exígua) de alguma imprensa de época. E mais do que um projeto de minuciosa e inovadora exploração científica que procurou representar o «homem e a sua circunstância», para empregar a expressão recorrente de Ortega y Gasset, tratou-se de uma edição de autor, somente com propósitos de divulgação histórica.

A. Cunha Raposo[910], José Brandão[911], Fernando Honrado[912] e Martins de Almeida[913] ocuparam-se da trágica morte do «fundador da República», sintetizando as várias interpretações coevas e posteriores sobre quem e porquê cometeu tão hediondo crime ou infletindo, mais ou menos ideologicamente, na defesa de uma perspetiva. Basta a leitura do prefácio de Raul Rego no livro de José Brandão, sem que esse texto amarre explicitamente o autor do livro à tese do prefaciador, para se perceber a preocupação dos republicanos opositores ferrenhos e corajosos ao salazarismo em insistirem na ideia, veiculada, aliás, pelo livro estranho e paradoxal de d. Berta Maia, de que foram os monárquicos, os católicos e os «reacionários» implicados no golpe de 28 de Maio de 1926 os mentores do crime através do cabo marinheiro, Abel Olímpio – a soldo do padre Maximiano Lima.[914] Por sua vez, os publicistas e autores conservadores e salazaristas não hesitaram, como é sabido, em acolher e acarinhar a «tese» conspirativa urdida pela Carbonária e/ou Maçonaria. O livro de Fernando Honrado consagra, também, uma «tese» que João Medina explorou para o caso do assassínio de Sidónio Pais, apontando José Júlio da Costa, como o assassino isolado, agindo por conta própria. Honrado posicionou-se deste modo:

> Uma coisa sem dúvida deve ser verdadeira: a força que acionou os assassinos, muito bem escondida por detrás daqueles, não era republicana, não era monárquica, não tinha qualquer adjetivo que permita interpretação unívoca. Não se pode acusar nenhum grupo, em boa verdade, de ser responsável pela Noite Sangrenta. Mais, nem sequer parece justo acusar as corporações policiais e militares dos acontecimentos.[915]

Trata-se de uma «leitura» aparentemente neutra, embora esse seja um desiderato difícil de atingir. Os historiadores não têm por função acusar ou julgar, cabendo-

---

[909] CARDOSO, Eurico Carlos Esteves Lage, *Machado Santos. O «fundador da República. Os primeiros anos do regime*, Lisboa, Edição de Autor, 2005.
[910] RAPOSO, A. Cunha, *Os grandes enigmas de entre duas guerras*, Lisboa, Amigos do Livro, [19--], Tomo II.
[911] BRANDÃO, José, *A Noite Sangrenta*, Lisboa, Publicações Alfa, 1991.
[912] HONRADO, Fernando, *Os fuzilados de outubro: Lisboa – 1921*, Colaboração de Maria Manuela de Moura, Lisboa, Acontecimento Estudos e Edições, 1995.
[913] ALMEIDA, J. A. Martins de, *Nos meandros do 19 de outubro*, Braga, Edição de Autor, 1998.
[914] REGO, Raul – Prefácio. BRANDÃO, José, *A Noite Sangrenta*, op. cit., p. 13.
[915] HONRADO, Fernando, *Os fuzilados de outubro*, op. cit., p. 171.

Machado_Santos.indb 310 22/05/2013 12:14

-lhes, sobretudo, recompilar informações, reconstituir e encaminhar criteriosamente evidências para, entre várias hipóteses possíveis, apresentarem a mais consistente, a que mereça ser trabalhada e fundamentada em posteriores pesquisas e aprofundamentos, mesmo que ela vá no sentido oposto às preferências ideológicas e afetivas do investigador. E esta ousadia de dar ênfase a uma explicação querida «à direita ou a monárquicos» e desconfortável para republicanos, laicos e socialistas, ainda hoje dedicados admiradores de figuras como Afonso Costa, não pode ser apressadamente rotulada de «antirrepublicana», conservadora, etc., mesmo que os seus autores possam, eventualmente, enquanto cidadãos e intervenientes políticos, situar-se em quadrantes ideo-políticos desse matiz. Devemos, até indício em contrário, dar crédito à capacidade desses historiadores para procurarem separar os dois planos.

Rui Ramos, que tem feito interpretações mais ousadas da I República e do Estado Novo com as quais nem sempre concordamos – sobretudo quando essas representações, por vezes redutoras, conduzem, de forma mais ou menos implícita, a uma justificação da repressão mais moderada do Estado Novo como forma de erradicar a desordem pública e a repressão mais violenta da I República[916] –, ousou contrariar as tendências interpretativas dominantes e formular uma hipótese incómoda:

> Na noite de 19 para 20 de outubro, a famosa Noite Sangrenta, foram assassinados, além de Granjo, José Carlos da Maia e Machado Santos. Como diz Bourbon e Meneses, não deve ter havido um plano geral, mas uma série de ajustes de contas (Meneses, *Os crimes,* p. 35). Tratou-se provavelmente de uma vingança da «rua democrática». Com exceção de Granjo, todas as outras vítimas tinham participado no golpe sidonista de 1917, e até o próprio Granjo se destacara no combate a Afonso Costa, ao lado de Machado Santos, em 1911-1912.[917]

No final do capítulo anterior, trabalhámos esta hipótese porque, graças a outras investigações, reunimos evidências que, de forma simples e despretensiosa, a colocam como a que vale a pena explorar e procurar validar até onde for possível. Ficarmos enredados numa mescla de explicações e hipóteses desiguais e contraditórias não é, a nosso ver, a postura mais adequada. Torna-se, aliás, urgente explorar minuciosamente uma fonte por nós muito referida, mas que não pudemos submeter a um exame hermenêutico sistemático: o processo judicial, que é preciso localizar e analisar a partir de vários ângulos de modo a obterem-se elementos que possam ser francamente enriquecedores.

A investigação mais completa e atualizada sobre a vida de Sidónio Pais e as circunstâncias da sua morte permitiu revelar, num dos arquivos de Paris, uma carta através da qual se comprova que Afonso Costa e Bernardino Machado, em 10 de dezembro de 1918, sabiam que algo iria acontecer em breve no sentido do derrube de Sidónio Pais e da sua situação político-institucional. Por sua vez, Francisco Moita Flores, no âmbito de uma tese de doutoramento há muito iniciada e ainda não

---

[916] Cf. RAMOS, Rui (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera do Livro, 2009, p. 627-665.

[917] RAMOS, Rui, «A segunda fundação (1890-1926)», in MATTOSO, José, *História de Portugal*, op. cit., p. 624.

Machado_Santos.indb 311 22/05/2013 12:14

finalizada[918], concluiu acerca da impossibilidade de José Júlio da Costa ter sido o assassino de Sidónio. A maioria dos fuzilados de 19 e 20 de outubro esteve envolvida com o dezembrismo/sidonismo e todos eram adversários dos democráticos e da «demagogia». E recorde-se que os assassinos de Machado Santos e mais de uma centena de civis foram, no dia 20 de outubro, libertar e homenagear José Júlio da Costa, o presumível homicida judicialmente dado como culpado pela morte de Sidónio Pais, que se encontrava então detido no Hospital Miguel Bombarda.

Dar ao alegado envolvimento do padre Maximiano Lima e às declarações inconsequentes de Abel Olímpio feitas a uma viúva dilacerada pela dor – d. Berta Maia – e que se lançara, de forma voluntarista e ingénua, na tarefa de investigadora das causas do crime, o mesmo valor historiográfico que as referidas evidências em abono da tese do «complô democrático» ou da responsabilidade direta da «rua democrática» na Noite Sangrenta só pode ser um erro feito por descuido ou por preconceito…

A investigação, depois do contributo que aqui damos, fica num ponto que merece ser mais explorado, na medida em que não podemos garantir se houve ou não um «plano geral», para usarmos a expressão de Bourbon e Meneses. Um «complô democrático» que pode ter-se verificado no caso do assassínio de Sidónio Pais, talvez não tenha existido nas mortes brutais de Machado Santos, de José Carlos da Maia, de António Granjo e das restantes vítimas da Noite Sangrenta. Mas é preciso frisar bem o que a expressão «rua democrática» significa: não são necessariamente populares simpatizantes de Afonso Costa que decidiram por sua conta e risco matar certos «figurões» que estavam ou estiveram contra a «boa» República, que era a do líder dos democráticos e a deles que o idolatravam. Significa, mais provavelmente, células de militares e de civis – oficiais, soldados, marinheiros e populares –, com vínculos mais ou menos remotos à Carbonária (a que, depois de 1911, ficou sobretudo sob controlo dos apoiantes de Afonso Costa) e ligações mais ou menos regulares à estrutura vertical do Partido Democrático, com capacidade de agirem de forma violenta em contextos de revoltas e de movimentos sediciosos ou em contextos de remoção urgente de um obstáculo preciso. Por «complô democrático» deverá, pois, entender-se a existência de um plano geral e detalhado pelas cúpulas decisórias de uma qualquer organização (no caso, seria algum grupo afeto ao partido de Afonso Costa) com a finalidade precisa de eliminação de determinado(s) adversário(s) político(s).

Não vemos, também, vantagem alguma em persistirmos no uso da metáfora do mistério insondável, porque as mortes em foco devem constituir um problema historiográfico que se analisa e tenta resolver através da concentração de esforços e da atenção analítica na hipótese mais provável, pondo de lado todas as outras, salvo

---

[918] FLORES, Francisco Moita, *Mataram o Sidónio!* Lisboa, Alfragide, Casa das Letras, 2010. Este romance fecha com um capítulo intitulado «Outro Fim», onde se lê a dado passo: «Não foi Júlio da Costa quem matou Sidónio Pais. Nem uma única das suas contraditórias confissões é compatível com os resultados dos exames forenses realizados por Asdrúbal d'Aguiar. Se foi ele, a verdade é forçosamente diferente das verdades que resultaram de depoimentos feitos perante a polícia e, mais tarde, perante jornalistas. O intrigante relatório forense conduziu-nos a outras pesquisas. Nos arquivos do Instituto de Medicina Legal e às diversas reconstituições feitas na época pelos jornais de Lisboa e que foram mobilizadas para a minha tese de doutoramento» (p. 293).

Machado_Santos.indb 312 22/05/2013 12:14

se no decurso da validação daquela surgir algo que permita retomar pistas abandonadas e evoluir para a validação de uma outra hipótese, afinal, bem mais pertinente.

Com o nosso contributo, procuramos, ainda, mostrar que não faz sentido, embora seja apelativo num plano de mera divulgação histórica e jornalística, tentar explicar as circunstâncias da morte de Machado Santos, sem se investir num trabalho histórico-biográfico. Teve, por isso, mérito Eurico Carlos Esteves Lage Cardoso ao escrever e editar, à sua custa, o livro de cariz biográfico sobre Machado Santos atrás citado, em que colocou o problema da morte na sequência direta de um percurso complexo de vida política. Avançou, assim, este autor relativamente ao proposto por João Medina, que, num artigo publicado em 1997, esboçou o retrato biográfico de Machado Santos, colocando-o numa «galeria» pessoal junto de Afonso Costa, de João Chagas e de Sidónio Pais.[919]

No entanto, o estudo biográfico do «fundador da República» não nos permitiria ir muito mais longe do que se foi se continuássemos a reproduzir e a reinterpretar as mesmas fontes secundárias impressas ou mesmo a imprensa coeva disponível nas hemerotecas. Eurico Cardoso abraçou de alguma maneira a interpretação algo simplista que Rui Ramos, na esteira de Vasco Pulido Valente, tem tecido sobre a I República e o republicanismo portugueses, dentro da qual se percebe o perfil ideológico e político que traçou do «herói da Rotunda»:

> O que os unia [Basílio Teles, Sampaio Bruno e António Claro] ao chefe carbonário [Machado Santos] era o ódio a Costa, com quem [Sampaio] Bruno andara uma vez ao bofetão nas ruas do Porto. Para eles a República devia ser, acima de tudo, moralização. Basílio Teles chegou a imaginá-la como uma feroz ação redentora do Estado. Em maio de 1911, com o aplauso de Machado Santos, propôs o programa de uma «ditadura revolucionária» que incluía a pena de morte, a suspensão das garantias por tempo indeterminado, a formação de comissões para «inquirir dos costumes da população sob o ponto de vista da criminalidade em matéria civil e de sentimentos sociais», e «o encerramento dos estabelecimentos de ensino até que totalmente reformados pela República» (Teles, *As ditaduras*, p. 45 e segs.). Não queria isto dizer que Machado Santos não tivesse um motivo próprio para agir: esse era e foi sempre o do ódio ao grupo de Afonso Costa. Parece que, certa vez, ele e Costa haviam chegado a vias de facto no Grémio Lusitano (*Relatórios,* p. 39). Esse desaguisado pessoal assumiu com o tempo proporções terríveis. […] A sua filosofia política reduziu-se à tese de que tudo estaria bem desde que Costa não estivesse no poder.[920]

Assumido cultor da História narrativa, Rui Ramos perfilhou uma linha interpretativa, que também nos parece válida e profícua, mas enreda-se facilmente na leveza literária de fontes memorialísticas e periodísticas. Informação de outro tipo, cuida-

[919] MEDINA, João, «Varões republicanos: quatro retratos de vultos políticos da I República: Machado Santos, Afonso Costa, João Chagas e Sidónio Pais», *Clio*, Lisboa, Nova série, 2 (1997), p.153-175.
[920] RAMOS, Rui, «A segunda fundação (1890-1926)», in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, sexto volume, *op. cit.*, p. 445-446.

Machado_Santos.indb 313 22/05/2013 12:14

dosamente procurada e analisada, permite mostrar que é redutor e distorcido basear o perfil ideológico e político de Machado Santos no ódio visceral a Afonso Costa.

Mostrámos ao longo dos vários capítulos deste nosso estudo histórico-biográfico, que essa inimizade existiu, mas não era centrada apenas em Afonso Costa. Brito Camacho foi igualmente alvo de forte animosidade política. E vimos que poucos escaparam a apreciações menos negativas. O narcisismo político de Machado Santos colocou-o, facilmente, contra quase todos aqueles com quem tivera de fazer a República. Uma «prancha» maçónica dirigida ao grão-mestre José de Castro, nas vésperas do 5 de Outubro, mostra que entre ele e os seus «homens», amigos dedicados naquela aventura e por muitos anos adiante (para os quais, instaurada a República, advogou benefícios através da minuciosa feitura de relatórios dos feitos na revolução), e o diretório do PRP fora cavado um «fosso» inultrapassável. As inimizades, mais do que derivadas de cenas de pancadaria nas ruas do Porto ou da troca de bofetões no Grémio Lusitano, radicam, muito provavelmente, na fase revolucionária e preparatória da instauração da República.

Na introdução deste livro expusemos a teoria geral que perfilhamos e em que fenómenos como o dezembrismo/sidonismo ou o reformismo machadista (a partir de 1914) se inserem e ganham inteligibilidade – um reformismo «democrático autoritário» que teve cultores diversos, desde Basílio Teles e Sampaio Bruno a Machado Santos (e seus amigos «reformistas») e a Sidónio Pais.

Resta-nos agora expor aqui umas notas breves que ajudem o leitor a refletir e a procurar entender alguns dilacerantes paradoxos da I República. Paradoxo significa, aqui, contradição, aparente falta de nexo ou de lógica.

2.

A vida pessoal e, sobretudo, política paradoxal de Machado Santos – até pela circunstância algo acidental de ter ficado umbilicalmente ligado à vitória, na Rotunda, dos revoltosos republicanos sobre as defensivas e desmotivadas forças monárquicas – constitui um interessante caso de estudo da paradoxal República (e, consequentemente, da República inviável[921]), em vigor de 1910 a 1926.

Foi marinheiro de guerra disciplinado e disciplinador, e revolucionário republicano (vindo da dissidência progressista de José de Alpoim, pai de um seu camarada e amigo, Egas de Alpoim) capaz de subverter o *status quo* monárquico ancestral.

Foi burocrata (especializado em Administração Naval e com queda para a elaboração de leis e de projetos constitucionais) e grande consumidor de romances, poeta discreto e exaltado jornalista político. Enquanto publicista, a sua atividade histriónica confunde-se com *O Intransigente*, jornal que fundou e manteve até ser preso e exilado pelos novos poderes republicanos saídos da revolução democrática de maio de 1915, contra a ditadura do general Pimenta de Castro.

---

[921] REGO, Raul, *História da República*, Vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986, p. 233. Ver, ainda, JACA, Carlos, *Manuel Monteiro: a sua República não era aquela...* Braga, Casa do Professor, 2011.

Machado_Santos.indb 314 22/05/2013 12:14

Foi herói e prisioneiro do regime a que declarou ter «dado mais do que a vida». Dramatizou, associando a tragédia da sua vida política ao facto de ter estado «sempre só», não obstante ter estado sempre rodeado de um punhado de amigos dedicados e leais, uns da sua idade, como Carlos da Maia, outros pupilos mais jovens, como Cunha Leal.

Foi radical na fase revolucionária, mais precisamente até à fragmentação do PRP em três «fações» ou novos partidos (democrático, evolucionista e unionista), acamaradando com soldados, cabos, sargentos, marujos, populares dos bairros típicos de Lisboa, mas também com o operariado enquadrado pelos movimentos anarcossindicalista ou conservador, demarcando-se, porém, cada vez mais da «demagogia» e alegado radicalismo «jacobino» dos sequazes de Afonso Costa.

Foi acérrimo defensor das liberdades individuais, da promulgação de leis de amnistia, encetando campanhas em prol da libertação de presos políticos (condição que não tardaria a viver por duas vezes – em 1915 e em 1916-17). Todavia foi, ao mesmo tempo, proponente de uma República moralizadora e reformista autoritária, capaz de recorrer, se necessário fosse, a uma espécie de «ditadura revolucionária», tal como a preconizara Basílio Teles, um dos seus aliados republicanos conservadores. E foi também protagonista de situações bizarras como aquela em que mandou prender o Conselho de Administração da CP, quando era secretário de Estado das Subsistências e Transportes, por este órgão se opor ao projeto que elaborara para o setor.

Foi guerrista e adepto inflamado da intervenção de Portugal na Grande Guerra de 1914-1918, logo que o conflito deflagrou. Mas, em outubro de 1915, tinha já mudado de posição e, em dezembro de 1916, liderou uma revolta que contou com as adesões de unidades militares descontentes com o iminente embarque para as planícies da Flandres.

Foi dezembrista/sidonista e ativo opositor do governo a que pertencera quando se demitiu, em 9 de julho de 1918, e tomou o seu lugar no Senado da República Nova.

Formou um Centro Reformista em 1914, que negou ser um partido político, tipo de instituição que ele tanto execrou e combateu, mas, em 1919, promoveu uma nova agremiação – a Federação Nacional Republicana – apresentada publicamente como Partido Reformista e concorrente às eleições de 1921, onde não conseguiu ser eleito. Data dessa altura uma espécie de manifesto anónimo redigido por alguns amigos em que se anuncia a liquidação inevitável dos partidos.

Foi um democrata e um persistente presidencialista desde 1914, apesar de nas Constituintes de 1911 ter apresentado um projeto constitucional que não contemplava a existência do mandato presidencial.

Combinou ativamente – como, de resto, se vê por esta sinopse feita a partir do que deixámos exposto ao longo de nove capítulos – múltiplas contradições e paradoxos. Porém, terá mantido, apesar de tudo, a coerência possível, porquanto a sua vida política paradoxal procedeu, afinal, das profundas contradições intrínsecas à República que ajudara a fundar.

A I República foi preparada e sonhada para ser mais do que uma mera mudança de fórmula ou de regime político-institucional. Contudo, na prática, nem isso conseguiu ser pacificamente. O debate constitucional sobre o modelo a seguir – parlamentarista ou presidencialista? –, ganho pelos partidários de um parlamentarismo perver-

Machado_Santos.indb 315 22/05/2013 12:14

tido em partidocracia ou «ditadura de um só partido», graças à falta do poder presidencial para dissolver o Congresso, deu lugar a tentativas, como a dezembrista/sidonista, de impor uma rutura com o parlamentarismo monárquico que parecia a muitos republicanos antiafonsistas estar vivo e nocivo no Congresso da República.

A República quis conciliar classes antagónicas, era burguesa, mas precisava de continuar a cativar para as suas fileiras o operariado diante da fragilidade dos socialistas portugueses e da incapacidade de anarcossindicalistas se constituírem como alternativa de poder. Em 1921, nasceria o Partido Comunista Português, e na Rússia a revolução bolchevique fazia o seu caminho desde 1917… A revolução republicana foi-se consumindo num dilema insanável: ou dava à luz, finalmente, uma República «democrática e autoritária», fundada no sufrágio universal (masculino e feminino) e em eleições justas, sem «chapeladas» nem caciquismos, observando um rotativismo estável entre um partido conservador e um partido «das esquerdas»[922]; ou, então, perdia-se na falta de rumo certo e da tão proclamada «pacificação e unificação da família portuguesa», tornando-se refém dos militares e das diversas direitas republicanas, capazes de dialogar com integralistas, católicos e monárquicos. A revolta militar de 28 de Maio de 1926 acabou por acontecer e saiu das entranhas republicanas do 5 de Outubro. Talvez este pareça ser o maior paradoxo, ou talvez não…

O estudo que deixamos para reflexão, debate e crítica pode – seria gratificante para os seus autores tal possibilidade – reforçar uma questão hipotética: se a República tivesse conseguido substituir o Estado liberal, parlamentar e censitário da Monarquia Constitucional por um Estado «democrático e autoritário» em tempos de fascismo(s) e de totalitarismo(s), ter-se-ia evitado o surgimento e a longa duração do Estado Novo? Os apreciadores e especialistas da historiografia contrafactual não acharão ridícula a pergunta e certamente verão nela um estimulante exercício de pesquisa. Para o leitor comum desejamos, apenas, que compreenda o nosso ponto de vista: a trajetória pessoal e política de Machado Santos tornara-se tão paradoxal quanto a República pela qual o antigo comissário naval dera a vida e sonhara fundar, num Portugal distante e perdido algures nos seus diletos romances de cavalaria…

---

[922] Figurino que alguns republicanos, democratas e socialistas opositores ao Estado Novo fascista, salazarista e marcelista, haveriam de postular programaticamente. Lembramos aqui, como exemplo, o pensamento político do general Norton de Matos (1867-1955), candidato presidencial às eleições de 1949, que se viu obrigado a desistir nas vésperas do ato eleitoral contra a sua vontade e por força de pressões internas da sua candidatura, nomeadamente do PCP que apostara numa estratégia de desistência diante da atuação fraudulenta e previsível do governo. Ver, entre outros, SILVA, Armando Malheiro da, «Norton de Matos e as diferentes maneiras de ser contra o 28 de Maio de 1926. As revoltas de 1931, o reviralhismo e/ou a "via ordeira"», in *Os Açores e a revolta de 1931: comunicações apresentadas no Colóquio Comemorativo do 75.º aniversário*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura-IAC, 2007, p. 19-53; *Idem*, «Norton de Matos e a autodefesa face à história coeva e futura», in *Estados autoritários e totalitários e suas representações: Actas do Seminário Internacional realizado em Coimbra no Arquivo da Universidade nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2008*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008, p. 355-376; e *Idem*, «A candidatura à presidência da República do General Norton de Matos e o Boletim «Eleições Livres» no Distrito de Braga (1949)», in *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949 60 anos depois*, coordenação de Heloísa Paulo e Helena Pinto Janeiro. Lisboa, Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010, p. 57-83.

Machado_Santos.indb 316 22/05/2013 12:14

Apêndice documental

Machado_Santos.indb 317 22/05/2013 12:14

Machado_Santos.indb 318 22/05/2013 12:14

1. **Poemas extraídos do livro *Atlânticas***

Ódio
Oh raiva! Oh fúria! Massador eterno,
Sinto o inferno mesmo dentro d'alma,
Enfuna as velas, enche-as de vento,
É um tormento vegetar em calma.

Que riste tempo aqui tenho passado!
Já estou massado de gritar em vão:
Corre veloz por esses mares em fora,
Já sem demora, grande mandrião.

Só muito vento teu bandulho farta,
Que um raio te parta, mas sem que eu o veja,
Isto que digo deves perceber,
Só venha a ser quando eu cá não esteja.
Se me respondes: culpado não sou,
Razão te dou mas só em parte, ouvi:
(Quando a justiça falha eu sempre escuto)
«Porque fui bruto em embarcar em ti»

Eu não pensei que quem tão esbelto era,
Armasse em fera qual outro sandeu,
Pois se o toutiço tal me advinhava,
Já cá não estava, isso te juro eu.

Aqui apenas se aplicam ideias:
A ver baleias com as suas crias,
Contar gaivotas quando na água saltam,
Ainda faltam 29 dias.

Machado_Santos.indb 319 22/05/2013 12:14

Embirrento
Queres oh Pero que te descomponha,
Se tens vergonha já te enfunarias,
Vê teus colegas como os mares calcam,
Ainda faltam 28 dias.

Gula
Para o almoço lá da galinheira
Um bom petisco e bacalhau assado,
Para o jantar o bacalhau guisado
E mais galinha de qualquer maneira.

Em qualquer dia de santinho ou feira
Ou nu o vemos ou encapotado,
Se nos viramos para o outro lado,
Vimos galinha n'uma petisqueira.

Já é costume em lusitanas naus
Gastar galinhas, como bacalhaus,
Em bons guisados, em belas fatias;

Como isto é bom, como isto sabe bem!
Quem escreve isto uma só pena tem:
De inda os trincar em mais 26 dias.

Pedido cortês
Oh Pero d'Alenquer fazes favor
De banda pôr as tuas teimosias,
Eu não sei como, a paciência finda,
Passar ainda 24 dias.

Fogo
Minha alma se consome lentamente
Em pira ardente, feita d'arrelias,
Não sei como acalmar este tormento,
Andando ao vento em mais 23 dias.

Machado_Santos.indb 320 22/05/2013 12:14

Padre Nosso
Padre Nosso do Céu, santificado,
Em terra e mar o vosso nome seja,
A vossa mão se estenda benfazeja
Sobre nós d'este Pero excomungado.

Rezando ferveroso, ajoelhado,
Como o faria em majestosa igreja,
Minha alma em contrição pede e deseja
Lisboa a bela, o seu torrão amado.

Perdoai-me Senhor a insistência
De já não suportar com paciência
N'este Calvário tão pesada Cruz;

E livrai-me do «Pero d'Alenquer»
Fazendo bem depressa decorrer
22 dias mais ... Amen Jesus.

Sentença
Certo réu ouvindo ler
Sua sentença mortal
Sem demora recorreu
P'ro Supremo Tribunal

Sendo revisto o processo
do crime horrendo sem par
Os juízes acordaram
Em a sentença agravar

Visto o autor d'este crime
Atenuantes não ter
Irá passar 20 dias
Para o Pero d'Alenquer.

Machado_Santos.indb 321 22/05/2013 12:14

Chegada à Madeira
Como és gentil Madeira encantadora
Com tão lindas encostas verdejantes,
Como agradas a quem te vê de fora
Ao fim de tantos dias navegantes.

Em ti desembarcar agora,
Desejam estes tristes viajantes,
A fim de já gozarem sem demora
Em terra firme, alguns doces instantes.

Esquecidos da passada amargura,
O tempo que estamos fundeados,
Eu só me lembro que é de pouca dura.

Que inda 19 dias contados
Nos faltam p'ra chegarmos à ventura
De ver os entes queridos tão amados.

Na Madeira
Passeio ao Monte
17 dias... ai!... Na Madeira,
Ao Monte me transporto com ardor,
Subindo íngreme e áspera ladeira,
Por não ter no momento o ascensor.

Bem empregada foi tanta canseira,
Que me fez assomar ao rosto a cor,
Pois gozei d'uma vista tão fagueira,
Que não pode como ela haver melhor.

Perde-se a vista num vasto horizonte
Do hotel ou da Senhora do Monte
Cercado de flores, sem outra igual.

Vê-se em abundância água a correr,
E como ela me tentei a descer
Num cestinho em que vim para o Funchal.

Machado_Santos.indb 322 22/05/2013 12:14

Um dito do Grande Marquês
Ainda 12 dias... não é necessário
Dizer que ando triste cumprindo o meu fadário
Às vezes tenho inveja ao guarda d'uma escada
Ao trolha e ao mineiro, ao cavador d'enxada,
Mourejam todo o dia, às vezes com quezília,
Mas recolhem à noite ao seio da família,
Enquanto eu recolho a um camarote estreito,
Repouso em beliche como em marmóreo leito
D'um jazigo de capela d'um cemitério,
Onde apenas reina um sossego funéreo;
E só a posso ver através de meus sonhos,
Dourados umas vezes e outras tristonhos,
Acordo mal disposto se o sonho for triste,
Ponho-me a pensar se fatalidade existe,
Amaldiçoo tudo, exceção feita aos Céus,
Porque para a ver de novo eu só creio em Deus

Bem dizia Pombal um dia a conversar:
«Há homens para tudo, até para andar no mar.»

Saudade
Saudade não se descreve,
Saudade não se traduz,
A saudade não é leve,
É pesada como a Cruz.

Saudade não se define,
A saudade não se imita,
A saudade nos oprime,
Saudade não se limita.

A saudade é fogo lento
Onde se consome a alma,
A saudade é um tormento
Que nada no mundo acalma.

A saudade não tem tamanho,
Da saudade não se ri,
Saudade é o mal que tenho,
O mal, que sinto por ti.

Machado_Santos.indb 323 22/05/2013 12:14

A saudade é de morrer,
Jamais em minha alma finda,
Saudades hei de sofrer
Por mais de 10 dias ainda.

Hino Triunfal
(Música do hino da restauração)
Argonautas é chegado
O dia da ressurreição
Digamos em alto brado
Acabou a comissão

(estribilho)

Rapazes vamos lá
Saltemos para o escaler,
Fica-te mui bem por cá
Adeus «Pero d'Alenquer»
Adeus «Pero» adeus, então
Cria-me aí mexilhão.

Entre as torres já não estamos,
Já passamos de Belém,
Já hoje p'ra terra vamos,
Lisboa eu vejo além.

(estribilho)

Já acabou a estopada
Já lá vai o tempo mau,
Adeus ó carne salgada,
Adeusinho ó bacalhau.

(estribilho)

Já não andamos à vela,
Os ventos já não são escassos,
Lisboa formosa e bela
Já a vejo abrindo os braços.

(estribilho)

Machado_Santos.indb 324 22/05/2013 12:14

Devaneio
Se agora pudesse ser
Um minúsculo rouxinol,
À tua porta ia ter
Mal visse romper o sol.

Se a encontrasse fechada
Não faria diabrura,
Sem me ralar mesmo nada,
Entrava p'la fechadura.

O teu sono eu contemplava,
Sentiria arfar teu seio,
E depois eu te acordava
Soltando um lindo gorgeio.

A cantar eu te veria
Saltando da cama ao chão,
E depois eu fugiria
Se no ar te visse a mão.

Batendo as asas, saltando,
Quando te visse zangada,
Eu iria esvoaçando
Em alegre chilreada.

E quando mais uma vez
Te visse ardendo em furor
Eu cairia a teus pés
Rendido, louco d'amor.

Piedade
Dai senhores uma esmolinha, dai
Que nada vos custa a fazer o bem,
Mesmo pequena aliviando vai
O convulsivo choro d'uma mãe.

Nunca lh'a recuseis, nunca, pensai
Nas pobres criancinhas que a chorar têm,
Corações de bronze, almas negras, dai,
Que não sois ricos com mais um vintém;

A morte paira sobre as cabecinhas
Das desditosas... pobres criancinhas!
Feia é a alma que responde – Não!

Ao nobre caráter custa a pedir,
Piedade... que não é para rir
Morrer de fome... tende compaixão.

Ao leitor
Se do livro, Senhora ou Senhor
Não gostaram por ser sensaborão,
Desculpai meu caríssimo leitor,
Que humildemente eu peço-vos perdão.

E rogo-vos a bem do editor,
Auxílio no esgotar da edição,
Fazendo um pequenino e bom favor:
Dizendo é bom a quem disser que não.

Exaltar-lhe as belezas que tiver,
Não as tendo, dizei o que aprouver
Com declamação entusiasmante;
Mas se não quiserdes, mafarrico,
Dizer bem d'ele, então calai o bico,
Fazei de conta que não leste nada.

Fim
Fecha-te livro sem ires contar
O nome de quem estas rimas fez,
Jamais o digas, pois nenhuma vez
Nas más-línguas o quero ver andar.

Destes versos que pude arquitetar
Em pouco tempo (pouco mais d'um mês)
Seu autor não queiras tu nomear
Basta que saibam que é um português

Que escrevendo-os apenas desejou
Terminar o tempo, que passou
No Pero d'Alenquer ao *catatiro*

E que deseja agora, mui pacato,
Transformar o cotão n'algum pataco
Sem dizer seu nome – Fecha-te livro.

Machado_Santos.indb 326 22/05/2013 12:14

2. Quatro editoriais d'*O Intransigente*, dois discursos na Câmara dos Deputados, dois discursos no Senado e uma carta enviada a António José de Almeida

Documento n.º 1
Machado Santos, «Aos eleitores»,
***O Intransigente*, n.º 174, 8 de maio de 1911**

Amigos:

O diretório do Partido Republicano houve por bem sancionar a candidatura do meu modesto nome. Ainda bem… ainda mal… vós o direis.

Sabendo que os jesuítas vos educaram pessimamente; sabendo que em vós, apesar de livres pensadores, impera um fundo de religiosidade atávica; sabendo que vós, destruindo os ídolos de pau os substituístes por ídolos de carne e osso, eu vou falar-vos com toda a sinceridade, com toda a clareza, para que, se me elegerdes, me não acuseis mais tarde de haver falseado o vosso mandato.

Vou dizer-vos qual a linha de conduta que hei de ter no parlamento se conseguir os vossos sufrágios, porque, mercê dos fracos dotes de dicção que possuo, ainda não consegui fazer-me comprender de vós. Lede-me com atenção! Tomai nota do que abaixo digo, porque, se não concordardes comigo, prefiro que o meu nome seja riscado das listas.

Não tenho ambição de espécie alguma; mas se vos dissesse que não gostava de ir como delegado popular à Assembleia Nacional, mentia-vos. Tenho o mais ardente desejo de concluir a obra que tenho dedicado toda a minha vida, mas se não for do vosso agrado a maneira por que entendo dever últimá-la, riscai o meu nome e elegei outro em meu lugar.

Não será por isso que nos havemos de zangar, o que não quer dizer que nas colunas desta gazeta eu deixe de exercer sobre vós a minha ação de crítica, para afungentar a nuvem que vos ofusca a vista.

Será mais um motivo para continuarem dizendo mal de mim os que, de entre vós, má-língua têm. Não me perturbam as injustiças dos pais porque tenho a reparação dos filhos.

Para começar dir-vos-ei que hei de entrar no palácio de São Bento (se do santo ainda for) sem coleira no pescoço. A coleira deprime o homem; os cães usam-na contrafeitos.

Não pertencerei nem à falange afonsista, nem à corte camachista, nem à decúria almeidista. (Como vedes, amigos, já vos vou profetizando a força dos diferentes grupos parlamentares encoleirados).

Não levarei tabuleta, o que não quer dizer que não deixe de dar apoio ao fraco quando o forte o pretender esmagar. Isto é, continuarei na linha da conduta seguida até hoje.

Hei de empregar o meu esforço para conseguir o mais rapidamente possível a separação dos poderes do Estado, votando uma Constituição que não seja moldada no figurino francês.

Compreendeis, amigos? Depois de termos corrido com um mocinho que tão garbosamente enfiava um capacete na cabeça oca e por quem se babavam todas as deliciosas canastronas lisboetas, para em seu lugar colocar um *manipanso* de chapéu alto, dispendioso, com pretensões decorativas, nessa não caio eu! Seria uma coisa inestética e tola! A irresponsabilidade nem aos irracionais se tolera, porque, quando asneiam, todos costumam corrigi-los.

Separados os poderes do Estado, tratarei de ver se consigo um *feriadozito*. Espero que esta parte do meu programa não desagrade aos meninos estudiosos; sempre é bom tê-los do nosso lado, porque influirão nos papás a votarem no ilustre cidadão Machado Santos. O tratamento de ilustre é o que estou habituado a receber dos pretendentes a empregos públicos, quando me dirigem epístolas solicitando o meu alto valimento.

O *feriadozito* deve ser-vos duplamente agradável, porque não só vos dará descanso, como também vos trará motivo para palmas e vivório. Trata-se do juramento da Constituição que se votar.

Eu não pretendo carregar muito a nota, mas… lá vai: É natural que esta minha lembrança traga mais um diazinho de descanso anual, o que não é demais, atendendo a que a nossa República tem sido uma terrível inimiga da mandrice inata que todos possuímos.

Talvez que este dia venha a coincidir com o da festa católica do S. João, e então, com isto, consigo três resultados: salvar a festa e o competente descanso; salvar os princípios dos que não possam resistir à tradicional pagodeira e – salvar os manjericos.

Tratarei de ver se consigo uma cuidadosa revisão da obra ditatorial do governo. Com esta revisão dignificar-se-á a assembleia e elever-se-á no conceito mundial a consideração que tenha esta nossa pátria que tão linda é.

Envidarei o melhor do meu esforço para conseguir dos que forem meus colegas um orçamento equilibrado. Os que forem funcionários do Estado devem riscar-me da lista; quanto maior for o ordenado que recebam, mais grosso deve ser o traço que invalide o meu nome.

Exigirei também que se faça cuidadosa revisão das nomeações, transferências e reformas efetuadas desde o 5 de Outubro. Exigirei também o castigo dos funcionários que prevaricarem e que se instaure o processo do ex-rei e dos seus cúmplices de traição à pátria.

Ah, meus correligionários e amigos! Quem tiver algum peso na sua consciência, risque, risque o nome.

Não vos prometo fazer grandes propostas que deem nas vistas. Não vos prometo isso, pelo menos este ano. Também vos não prometo pomposos discursos. Eu não sou orador. Já estive no Brasil, no tempo da revolta de Custódio de Melo; trouxe de lá um papagaio; era mudo – não me pude exercitar com ele. Se não é possível prender-vos com o encanto da minha voz, também já não é fácil embalar-vos com propostas espaventosas e impraticáveis. Enquanto não desanuviarmos o triste horizonte financeiro, não se pode passar do campo da teoria…

Declaro-vos que sou inimigo feroz das arcadas do Terreiro do Paço, sendo, portanto, partidário de uma ampla, rasgada descentralização administrativa. Entendo que a vigilância do cavalo de d. José não se pode exercer eficazmente sobre tão

Machado_Santos.indb 328 22/05/2013 12:14

múltiplos e variados serviços. O poder central só pode intervir nos assuntos que não possam ser tratados pelos municípios.

Sou partidário da desamortização dos bens da Companhia das Lezírias; do resgate dos Caminhos de Ferro; da reforma do contrato com o Banco de Portugal; do sacrifício do Banco Ultramarino. Um banco emissor é bastante para um país tão pequeno e a nota do Banco de Portugal quanto mais se movimentar, quanto mais alargar o seu giro mais se valoriza. Sou partidário da máxima proteção à Marinha Mercante; da reorganização da Marinha de Guerra e de um numeroso exército miliciano (apesar de ser antimilitarista). A regulamentação do descanso semanal e das horas de trabalho entendo que é assunto para ser decretado pelos municípios.

As relações entre o capital e o trabalho devem ser regularizadas o mais depressa possível, duma maneira geral, para evitar que feneçam as indústrias em embrião que possuímos, o que levaria à miséria dezenas de milhares de famílias.

A proteção à criança e a assistência às mães, antes, durante e depois do parto, também entendo que é assunto que urge ser tratado.

À instrução elementar, ler, escrever e contar dou a preferência sobre qualquer outro ensino. Todas as verbas que a mais se destinem a qualquer outro ramo da instrução púbica devem ser empregadas no ensino elementar. Enquanto existir a enorme percentagem de analfabetos todas as leis radicais que se decretam serão letra morta no país.

Tratarei de ver se consigo fazer passar uma lei que obrigue os professores dos liceus e escolas superiores a fazerem anualmente umas tantas conferências em vários pontos do país, em dias de descanso, fornecendo-lhes o Estado passagens gratuitas nos Caminhos de Ferro; essas conferências ou palestras (que devem ser despidas de retórica) servirão para explicar ao povo as leis da República, os direitos e os deveres dos cidadãos, e para lhes criarem exemplos históricos que bem poucos há, infelizmente, de solidariedade humana.

Aos médicos subsidiados pelo Estado ou, pelos municípios, também se deve exigir, na mesma lei que, na área onde exerçam a clínica façam algumas conferências sobre higiene, porque, meus amigos, como sabeis, o bom povo português padece de hidrofobia.

Desta forma, com pouco ou nenhum dispêndio, em poucos anos serão varridas as teias de aranha que possuam os cérebros.

Como já disse, eu não pretendo enganar-vos, portanto vou ferir a nota da minha imoralidade.

Eu sou partidário da regularização do jogo (!!!), caso se consiga a formação de uma ou mais companhias com capitais exclusivamente portugueses. Vou explicar-vos a razão que me leva a este partidarismo, não sendo eu jogador, a não ser de xadrez.

O nosso país está pobre, pobríssimo! Não vos fieis nos que vos pregam loas!

A situação financeira é terrível, segundo o modo de ver de toda a gente sensata.

Todos os jogadores portugueses jogam clandestinamente.

Todos os jogadores estrangeiros, homens endinheirados, reis do ouro, do ferro, do pretróleo, etc., buscam, uma e mais vezes do ano, as localidades onde o jogo é permitido. Todos têm o direito de gastar o seu dinheiro como lhes aprouver.

Sendo permitido o jogo nalguns pontos do território nacional, os iates de recreio afluirão aos nossos portos e os seus donos e as suas tripulações deixarão no nosso país

Machado_Santos.indb 329 22/05/2013 12:14

uma parte importante do que costumam largar por outros. Os catraeiros, os cocheiros, os *chauffeurs*, os hotéis, os cafés, os animatógrafos, os Caminhos de Ferro, os moços, os comerciantes, os industriais, os batoteiros, etc., em pouco tempo ganharão mais do que ganham presentemente numa existência inteira.

É imoral? Será, meus amigos, será, mas é uma fonte de riqueza que não devem desprezar os pelintras como nós.

É imoral? Sim, meus bons amigos, é tudo quanto quiserem que seja, mas lembrem-se que precisamos atrair à nossa casa os visitantes das casas dos outros. Só com o *fadinho* nacional nunca conseguiremos. O português é tão triste como o fado e este apenas consegue deliciar as tias.

É necessário que não sejamos hipócritas. Se não podemos debelar o vício, aproveitemo-lo para o bem comum. Arruinar um milionário é socializar-lhe a fortuna.

País de pelintras e pedinchões, carecendo de aliviar o Estado da sua doença crónica, a *empregomania*, não pode deixar de aproveitar todas as fontes de receita que apareçam.

Sou partidário do aumento do ordenado aos ministros, mas sou contrário à conservação de ordenados chorudos que existem.

Muitos meninos apenas com o dispêndio de alguma retórica balofa conseguiram, depois do 5 de Outubro, anichar-se melhor, monetariamente falando, que os ministros, sem terem como eles, enormes responsabilidades e trabalho.

Para eles é que fizemos, por enquanto, a República.

Como vedes, meus amigos, talvez vos não agrade a maneira como entendo desempenhar o meu papel. Reparem que sou homem incapaz de me afastar do caminho traçado; se às vezes parece que transijo é só para melhor conseguir o fim.

Se vos não agrado, num simples traço encontrareis remédio.

Dada na redação de *O Intransigente,* aos 7 dias do mês de maio do ano primeiro da era sem nome.

Saúde e fraternidade

Machado Santos

Machado_Santos.indb 330 22/05/2013 12:14

Documento n.º 2
Machado Santos, «O Intransigente»,
***O Intransigente*, n.º 704, 12 de novembro de 1912**

Entra hoje no seu terceiro ano de existência o nosso querido jornal. Dois anos são passados, dois anos em guerra aberta contra tudo e contra todos, dois anos de luta tenaz, persistente, em defesa da ordem, da razão e da justiça!

Festejando o segundo aniversário do nosso jornal, relevem-nos que recordemos alguns serviços por ele prestados à pátria e à sociedade portuguesa.

Filho de uma revolução e dirigido por um chefe revolucionário, necessariamente que *O Intransigente* se havia de ressentir, nos primeiros tempos da sua existência, dos seus aparentes defeitos de origem, agravados ainda pela pouca atenção que lhe podemos dispensar nos seus primeiros meses de vida e pela nenhuma prática que tínhamos do *métier*.

Mas, ainda assim, tendo sido criado para moderar os ímpetos de uma população agitada por um abalo revolucionário, não tardou muito a se começar a desempenhar da sua missão, dando força ao diretório para que o primeiro Governo da República se não deixasse arrastar pelos incitamentos de uma população verdadeiramente inconsciente e imoderada. Nenhum resultado prático colheu *O Intransigente* da sua primeira campanha. O Governo Provisório submeteu-se, mas… em poucos dias conseguiu pôr na sua dependência todos os membros do diretório e da junta consultiva.

Foi o revés que não o fez desanimar, apesar da luta não ser igual, pela inferioridade dos meios de que dispúnhamos – o cofre das graças não estava em nosso poder – embora! – era preciso a todo o custo que a ditadura não continuasse falseando os intuitos dos revolucionários que pegaram em armas para darem com a monarquia em terra. É, então, que *O Intransigente* começou a pugnar pela convocação dos colégios eleitorais e a reunião da Constituinte.

Desta vez venceu e não venceu. Venceu porque a Constituinte achava-se reunida oito meses depois do ato revolucionário. Não venceu porque homens como Sampaio (Bruno), Basílio Teles, Azevedo e Albuquerque, António Claro, Xavier Esteves e outros, capazes de orientar uma garraiada de sangue na guelra, não transpuseram os umbrais de São Bento. Não venceu porque aconselhou que as eleições se fizessem pela lei eleitoral da monarquia, para não acusarem os republicanos de haverem forjado uma lei para uso próprio, segunda edição correta e aumentada da *ignóbil porcaria*.

Como não pode evitar os ataques que os reacionários dirigiram à República, por isso o ter reunido, relativamente cedo, a Assembleia Nacional Constituinte, foi apenas um meio triunfo para ele.

E, enquanto pugnava por eleições, abatia a sua tabuleta radical, cortava violentamente as relações que podiam comprometer a sua missão e dava batalha à demagogia.

Era preciso que *O Intransigente* orientasse a rua e não que a rua orientasse *O Intransigente*.

Mostrou então o estado do Norte – desvendou a miséria que alastrava pelo país – e tentou levar os mandantes a uma política de tolerância e de paz, de trabalho e de fomento, que evitasse a guerra civil.

Machado_Santos.indb 331 22/05/2013 12:14

Venceu *O Intransigente*? Cremos que sim! Duas vezes se tentou sublevar o país, por duas vezes o país se recusou à aventura.

O Intransigente com a sua política de Ordem e Tolerância, de Paz e de Trabalho, mostrou que dentro da República alguma coisa havia mais do que ódio e ganância, vingança e podridão.

E, assim, à sua sombra, dois partidos se formaram, prontos a combater também a demagogia.

A grande massa que se tentava arrastar à rebelião, quedou-se; não respondeu ao clarim de guerra que soava além-fronteiras a chamá-la à luta contra a República, e aguardou o que se passasse.

Não se passou nada!

Representaram as duas tragicomédias e… disse.

Se Couceiro não tem realizado a sua segunda tentativa de incursão, a vitória d'*O Intransigente* era completa.

O caso das chinesas teria sido o canto do cisne da demagogia.

Nenhum revolucionário republicano perseguido deixou de ter guarida nas colunas d'O *Intransigente* e quando a República esteve a ponto de se desonrar com o aniquilamento dos operários, *O Intransigente* só, *absolutamente só*, pôs-se ao lado dos humildes que pediam pão e evitou as prepotências do poder.

Combatendo os empréstimos, mostrando as necessidades do país, despertando no povo português o sentimento da solidariedade humana, *O Intransigente* tem conseguido arrastar alguns dos seus colegas da imprensa à defesa das boas doutrinas e das causas nobres.

Sem o confessarem, sem dizerem que a *O Intransigente* devam uma parte da sua orientação, os outros jornais lá vão secundando as suas campanhas.

Assim tem sucedido com a obra da Assistência em que anda empenhado; assim está sucedendo com o problema da emigração.

E não há caso de interesse vital no país, não há ato algum de desgoverno e má administração que *O Intransigente* não critique, não ponha a nu, na intenção de salvaguardar os interesses nacionais.

Ainda não há muitos dias, uma simples pergunta sobre o paradeiro de umas centenas de contos motivou um tão grande número de entrevistas entre o sr. Malva do Vale, comissário do governo junto do Banco Ultramarino, com o sr. ministro das Colónias, que nós temos a certeza de ter *O Intransigente* prestado mais um relevante serviço.

Foram dois anos de luta, cruente por vezes até; mas dois anos de vida honrada, limpa, sem um nota de transigência, sem uma nota de fraqueza, sequer!

Machado Santos

Machado_Santos.indb 332 22/05/2013 12:14

Documento n.º 3
***Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 166,**
12 de novembro de 1912, p.7-8

Machado Santos apresenta e justifica, em rápidas considerações, quatro projetos de lei.

O sr. Machado Santos: – Cumprimento o sr. presidente do Ministério [Duarte Leite] por o ver ocupar ainda o seu lugar e pelas palavras com que começou o seu discurso. Disse s. ex.ª que toda a nação portuguesa se encontrava integrada na República. Folgo muito em ouvir essas palavras, porque provam que a campanha feita lá fora contra a República Portuguesa não passa duma exploração reacionária (*Apoiados*). Não podia a República, apenas em dois anos de existência, valer a todos os males de que enfermava a nacionalidade. Contudo, tenho esperança que nesta sessão legislativa alguma coisa de útil e de mais prático se faça do que se tem feito até hoje. Desejando concorrer, tanto quanto as minhas forças o permitam, para atenuar os males de que enferma a nacionalidade portuguesa, vou mandar para a mesa quatro projetos de lei, e peço à Câmara que permita que durante alguns minutos lhe exponha, resumidamente, os assuntos neles versados. O primeiro trata de emigração; tem cinco capítulos; no primeiro, define-se o mais lentamente possível o que seja o emigrante e fazem-se restrições à emigração; no segundo, trata-se da organização dos serviços de emigração; no terceiro, do engajamento e transportes; no quarto, dos fundos da emigração, e no último, das disposições gerais e transitórias. Busquei, sr. presidente, neste projeto de lei, não trazer encargo algum para o Estado, e não por espírito de classe, mas sim por espírito de economia, estabeleço o aproveitamento de funcionários que são perfeitamente inúteis, não por culpa deles, mas por o país não lhe[s] ter dado os meios de poderem desempenhar a sua missão. Busquei regulamentar os serviços de emigração o melhor possível, dando essas atribuições aos funcionários civis e militares do Ministério da Marinha. Cria-se no projeto o fundo de emigração; protegem-se os professores primários, nomeando-os agentes oficiais de emigração e acaba-se por essa forma com a nuvem de engajadores que está infestando o país inteiro; reprime-se a emigração clandestina; e por uma cláusula especial, mencionada em um dos seus artigos, algumas centenas de contos de réis deixarão de sair anualmente para fora do país, exigindo das companhias de navegação que não elevem o custo dos seus transportes além dum razoável limite.

A outro projeto de lei, chamei-lhe projeto de fomento. À primeira vista encontra-se nele as bases para quatro ou cinco leis, mas os assuntos de que trata conjugam-se por tal maneira, que entendi ser mais conveniente ligá-los num único projeto. No capítulo primeiro trata-se das expropriações por utilidade pública e pelo valor da matriz. A vida do pobre em Portugal é tão horrível, está numas condições de tal ordem precárias, que eu duvido que se possa sanear a cidade do Porto derrubando as suas ilhas, demolir Alfama, Madragoa, arejar o bairro de Alcântara, promover vários melhoramentos públicos em todo o país, com a legislação vigente. No segundo capítulo trata-se da planta cadastral, de maneira a conseguir-se rapidamente uma equitativa distribuição do imposto. No terceiro capítulo trata-[se] das penalidades a aplicar a quem não saiba aproveitar os terrenos que o destino lhe confiou. O quarto, da salubridade

pública. O quinto trata das disposições transitórias, e do aproveitamento dos condenados por crimes comuns. Poderá julgar-se, sr. presidente, que o capítulo que trata de expropriações por utilidade pública seja violento em demasia; mas não sucede assim, porque eu dou ao proprietário todas as garantias para que se possa defender de quaisquer exploradores que à sombra da lei o tentem prejudicar.

Um outro projeto, que envio para a mesa, trata da nossa dívida pública. Não é justo que amanhã, pela ordem natural das coisas, uma colónia se emancipe de nós, e a metrópole fique sobrecarregada com a dívida que contraiu para o seu desenvolvimento.

Finalmente, sr. presidente, vou referir-me ao quarto projeto de lei, que vou ter a honra de enviar para a mesa. A este considero-o eu dum largo alcance para o bom nome e consolidação da República. É necessário restabelecer a paz na família portuguesa, e por isso chamei a este projeto de lei de reconciliação. O sr. presidente do Ministério declarou que toda a nação estava integrada na República. Visto isso, torna-se urgente uma conciliação geral, sem exceções. Folgo muito de ver pelo silêncio da Câmara que estamos todos de acordo.

Tenho dito.

Machado_Santos.indb 334 22/05/2013 12:14

Documento n.º 4
***Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 82,**
28 de abril de 1913, p. 8-13

Debate travado entre Machado Santos e Afonso Costa sobre a tentativa revolucionária da madrugada de 27 de abril de 1913.

O sr. presidente do Ministério e ministro das Finanças (Afonso Costa) – Sr. presidente: acerca dos acontecimentos ocorridos na madrugada de ontem, resolveu o governo trazer à Câmara a seguinte declaração, que, para maior nitidez, vem escrita: Sabia todos os passos que davam os perturbadores profissionais da tranquilidade pública. Conhecia um a um os mais ativos organizadores deste movimento, as suas ambições, os seus desígnios, o seu próprio sistema de atuar, em que havia tanto de criminosa malevolência como de refalsada hipocrisia. Podia, por isso, o governo ter intervindo a tempo de evitar qualquer ato de execução, e, nos últimos dois dias, até alguns dos agitadores, alarmados com as previstas consequências da façanha que premeditavam, puseram em prática certos expedientes, destinados a provocar uma intempestiva ação policial, que lhes permitisse continuar sem risco no duplo jogo em que vinham manobrando desde pouco depois da proclamação da República. Não cometemos esse erro. Os mal-aventurados desordeiros, que queriam apresentar-se como senhores dos *bas fonds* de Lisboa, tinham de mostrar o que eram, o que queriam e o que valiam. Era preciso que ninguém mais pudesse por eles ser enganado na sua boa fé, ou arrastado na sua ignorância, ou impelido para o mal no seu doentio afeto pelos princípios. Era mister que todo o país tivesse ocasião de os ver por dentro, energúmenos sem patriotismo nem fé, ambiciosos sem escrúpulos nem pudor, que prostituíam nos lábios a palavra República, de que se diziam os melhores amigos, só para mais certeiramente a poderem ferir no coração. Era indispensável que toda a gente os examinasse nos seus verdadeiros quadros e nos seus elementos auxiliares, para que ficassem bem a claro as suas intenções criminosas, antipatrióticas e antirrepublicanas. Devo mesmo acrescentar que o governo, aguardando para se interpor que os amotinados houvessem definido por factos irremediáveis os seus tenebrosos propósitos, contava, apesar de conhecer-lhes a desorganização e a fraqueza, que eles se mantivessem em atitude combativa ao menos durante os minutos necessários para lhes ser demonstrada a disposição em que a República está, de se defender enérgica e rapidamente, e de conservar e fazer manter toda a gente dentro da Constituição, das leis e da ordem pública. Tal não sucedeu. Os amotinados não foram só hipócritas, pretendendo disfarçar as suas disposições antissociais sob a capa dum republicanismo exaltado, foram também duma infinita cobardia, que supôs não ter par na história dos tumultos e desordens. Assim o governo, com o qual colaboraram patrioticamente todos os elementos militares e de segurança pública, teve de aceitar como simples presos os revoltosos que se lhe entregaram com as armas na mão, e de ordenar singelamente as detenções dos que com eles tinham combinado o movimento e os crimes individuais e coletivos a que este se destinava, ao mesmo tempo que mandou fechar os focos de agitação e fez instaurar todos os processos judiciais que no caso cabem e espera que os tribunais darão rápida e eficaz sanção a semelhante tentativa, que só poderia ser perigosa para a República, se se admitisse a

Machado_Santos.indb 335 22/05/2013 12:14

vergonhosa hipótese de que ficaria impune ou mal provida, ou se encontrasse atenuação para ela nas polémicas desordenadas, e nesta hora antipatriótica, que a tal propósito se fizessem dentro dos arraiais republicanos. Pela sua parte, o governo procederá nestas circunstâncias por forma que toda a gente sinta – toda, sem exceção – que é cada vez mais difícil e perigoso exercer profissões criminosas em Portugal. Fez-se a República para estabelecer um regime de liberdade, de legalidade e de honradez, e por isso todos os criminosos, qualquer que seja o rótulo ou o disfarce, hão de sentir-se cada vez pior dentro dela. Mostre o parlamento, unanimemente, que está disposto a apoiar este governo, ou qualquer outro, para a execução deste programa de vida, e terá, dum golpe, arrancado pela raiz a árvore daninha da conspirata e da desordem ou azul e branca, ou verde e negra, ou multicolor. (…)

O sr. Machado Santos: – Sr. presidente: ouvi ler com toda a atenção a declaração ministerial, e a moção apresentada pelo sr. Germano Martins e não perdi uma palavra do discurso proferido pelo sr. deputado Brito Camacho. Pois bem: nem o governo nem a sua maioria parlamentar nos historiaram os acontecimentos, nem nos disseram quais as providências que se vão tomar para exercer a repressão! Se como militar pode o governo contar com a minha espada para a manutenção da ordem, como deputado da nação é que lamento não poder dar-lhe o meu apoio sem conhecer os meios de que o governo conta servir-se para manter na altura que lhe é devida, o prestígio da autoridade. A dar fé ao que na imprensa se lê, com caráter mais ou menos oficioso, parece que desta vez se intenta inverter a ordem natural das coisas: – que em vez da punição se seguir ao julgamento dos factos, se trata de começar pela deportação dos prisioneiros antes de se lhes instaurarem os processos. Não posso, sr. presidente, deixar de condenar uma tal arbitrariedade se isto se vier a confirmar, porque além de contender com as mais elementares noções de direito, vai contra todas as regras do mais comezinho bom senso. O governo nada nos diz e a moção da sua maioria parlamentar em nada nos elucida também! Não há papão algum que me force a abdicar dos meus direitos de representante do povo para conhecer toda a verdade, a fim de saber o que voto e para que o voto! Foi com profunda mágoa que ouvi classificar de bandidos os homens que hoje se encontram a contas com a justiça! Além da estranheza que isso causa, o ver homens inteligentes arvorarem-se em acusadores e julgadores ao mesmo tempo, é imensa a minha dor pela prova de ingratidão que a Câmara dá, aplaudindo tais palavras dirigidas contra homens que não foram julgados e alguns dos quais se podem orgulhar do título de fundadores da República.

Vozes: – Os autores do atentado não merecem outra classificação.

O orador [Machado Santos]: – Não podeis falar assim! Calais-vos! [sic] A muitos desses homens deveis as vossas carteiras parlamentares! Para esses homens, a nossa pena, a nossa comiseração; nunca o nosso ódio, nem o nosso insulto! Loucos, desvairados, quantos se não terão deixado arrastar, pela sua curta inteligência, atrás do choro de uma propaganda nefasta, julgando prestar um serviço ao seu país!

Uma voz: – É v. ex.ª o causador dessa ação nefasta!

O orador [Machado Santos]: – Está v. ex.ª enganado. Essa propaganda, essa ação nefasta partiu desse lado da Câmara! A enorme maioria dos prisioneiros pertence ao partido do sr. Afonso Costa, e todos tinham os olhos postos em s. ex.ª como sendo o único estadista da República que a podia fazer caminhar e progredir. Foi aos gritos

Machado_Santos.indb 336 22/05/2013 12:14

de viva a República radical que esses homens saíram para a rua – a vossa política! À Federação Republicana iam fazer inflamados discursos as figuras mais representativas do partido do sr. Afonso Costa; e à festa da Sociedade n.° 1 de Instrução Militar Preparatória assistiu quase todo o Ministério, que ouviu os elogios desses homens à obra legislativa do sr. Afonso Costa. Nunca o meu nome e os nomes dos meus ilustres colegas srs. Brito Camacho e António José de Almeida foram pronunciados por esses homens com o acatamento e respeito que lhes é devido. Conheço os antigos *dessous* dessa infantil conspirata que terminou por um ato de ópera cómica.

O sr. presidente do Ministério e ministro das Finanças (Afonso Costa): – Folgo com essa declaração para v. ex.ª ser uma das testemunhas do processo.

O orador [Machado Santos]: – Não preciso fazer depoimento algum porque de tudo quanto soube informei a tempo e horas o sr. comandante da polícia – assim como informei também o sr. Brito Camacho, apesar de me encontrar de relações cortadas com s. ex.ª, era a República que perigava, e ante tal perigo todas as dissensões ou ressentimentos entre os homens devem cessar para que se possa conjurá-lo com êxito. Não carece o Ministério, para exercer a sua ação, das minhas informações: dirija-se ao sr. tenente-coronel Silveira, ilustre comandante da polícia, e interrogue-o, que s. ex.ª o informará de tudo. A organização do movimento de ontem iniciou-se na rua da Procissão, poucos dias antes da queda do gabinete do sr. Duarte Leite. Venerava se lá o nome do sr. Afonso Costa; eis a razão por que s. ex.ª foi acusado ao tempo como eu próprio já o fora também, de intentar um golpe de Estado!

O sr. presidente do Ministério e ministro das Finanças (Afonso Costa): – Eu desmenti logo semelhante calúnia, que, de resto, em circunstância alguma me poderia atingir; e se ainda hoje houver quem ouse contradizer-me e pretenda fazer passar como verdadeiros tais boatos, procurarei castigar por todos os meios tal ousadia!

O orador [Machado Santos]: – De boatos todos nós temos sido vítimas; repeli-los e desprezá-los é o que nos cumpre fazer. Mas o sr. Afonso Costa que no parlamento tão energicamente os repeliu, durante muito tempo animou com o seu silêncio os perturbadores profissionais da ordem, que abusavam do seu nome para conseguir os seus ocultos fins. s. ex.ª devia ter, há mais tempo, repelido toda e qualquer solidariedade com esses arruaceiros que apenas insultavam os seus adversários políticos! Mas, adiante! Fala-se, sr. presidente, em cumplicidades sindicalistas no movimento de ontem! Repito: conhecedor como sou dos antigos *dessous* desse movimento, não acredito em tais cumplicidades. Não se deixe arrastar o governo por aqueles que o incitam à guerra contra o povo trabalhador, porque sendo a República feita pelo povo e para o povo, é no povo que ela tem os seus naturais defensores.

Vozes: – A República foi feita para todos.

O orador [Machado Santos]: – Primeiro que v. ex.as o dissessem o apregoei eu milhares de vezes. Povo somos todos nós; mas é nos humildes, nesses trabalhadores, que existe a mais ardente fé na República! Quando foi da greve de janeiro, os sindicalistas, convidados por gente dessa mesma Federação, recusaram-se a colaborar no golpe de Estado já então projetado! Hoje sucedeu o mesmo, à certa! É possível que tenha sido mal orientada a propaganda da organização operária; mas nós que com outra capacidade intelectual tantos erros cometemos na propaganda republicana, devemos desculpar e tratar de remediar esses erros, sem violências escusadas, que apenas

servem para irritar os ânimos e alienar-nos a simpatia da legião do trabalho. Nada de confundir alhos com bugalhos, nem de nos desorientarmos com os acontecimentos! Lamentemos o que se deu, mas não irritemos as paixões, porque a República carece de sossego e tranquilidade para que o país se desenvolva e progrida!

O sr. presidente do Ministério e ministro das Finanças (Afonso Costa): – Sr. presidente: fui chamado à questão pelo sr. deputado Machado Santos e cumpre-me naturalmente responder. Estranhou s. ex.ª que o governo não desse notícia pormenorizada dos factos ocorridos na madrugada de ontem, assim como na moção apresentada pelo sr. deputado Germano Martins se não indicassem os meios de que o governo se vai servir para impor o prestígio, defender as instituições e assegurar a manutenção da ordem pública. Em relação aos factos ocorridos, está s. ex.ª, bem como todos os membros do parlamento, informado pelo que consta dos jornais, visto que, sob o ponto de vista esterno, os acontecimentos não tiveram grande importância. De resto, declarou s. ex.ª que conhecia, os *dessous* da questão – e, por isso, melhor informado estará do que eu…

O sr. Machado Santos: – Só para uma retificação: os *dessous* antigos.

O orador [Afonso Costa]: – Aproveito a declaração de s. ex.ª não só para aceitar a sua disposição de estar inteiramente ao lado do governo como deputado e também como militar, para cumprir as ordens que lhe chegarem a esse respeito no sentido de defender a República, que ajudou a fundar, mas ainda para lhe pedir que seja testemunha do processo que se está organizando, a fim de que nada fique desconhecido sobre um problema no qual eu não me proponho, só, fazer intervir os tribunais, mas empregar os meios para que o caso não volte a repetir-se com este ou outro caráter.

O sr. Machado Santos: – O que eu sei sobre esses acontecimentos sabe-o, também, o sr. juiz de Investigação Criminal e sabe-o igualmente a comissão de sindicância que se fez aos acontecimentos de Artilharia n.º l, por ocasião do movimento de janeiro do ano passado.

O orador [Afonso Costa]: – Mas a sua presença será indispensável…

O sr. Machado Santos: – Vai repetir-se a mesma coisa!

O orador [Afonso Costa]: – Quanto às providências que o governo vai tomar, não precisa s. ex.ª de saber qual a extensão delas para as apoiar ou não, conforme forem ou não do seu agrado, porque, desde que o governo não pediu nenhuma lei extraordinária, nem propôs nenhuma medida nova, os seus atos estarão dentro da lei. Depois de os praticar o governo dará conta deles à Câmara. Preocupa-se, também s. ex.ª com o facto de se ter lançado à minha conta a responsabilidade de tentativas que pudessem ter coparticipação nos acontecimentos ocorridos. Ora a isso devo eu dizer que, se algum desses indivíduos usou do meu nome ou do dalgum [sic] dos meus correligionários para fazer semelhante afirmação, esse alguém só poderia ser acreditado por idiotas ou velhacos, porque o Partido Republicano Português e o Grupo Parlamentar Democrático nunca tiveram, é claro, a menor coparticipação, direta ou indireta, em atos dessa natureza. V. ex.ª tem feito previsões em que tem errado, felizmente. O seu pessimismo há de durar enquanto v. ex.ª imaginar que não seguem os seus conselhos, que podem ser excelentemente intencionados, mas que não têm muitas vezes nenhuma base segura. Eu, sr. presidente, deixo o assunto, que já está mais do que tratado, e que só aproveitei pela oportunidade que se me oferecia de dar deste lugar um amigá-

Machado_Santos.indb 338 22/05/2013 12:14

vel conselho a uma personalidade tão importante na República, na sua organização, como o sr. Machado Santos, e entro diretamente no ponto que interessa em resposta às suas considerações. O sr. Machado Santos observou que as reclamações, que as lutas, a ansiedade duma parte daqueles que têm agitado a sociedade portuguesa, se parecem ou podem ter sido calcadas sobre os atos que nós praticámos para estabelecer a República. Não aceito semelhante paralelo. Não são calcados, nem são imitação dos nossos atos (*Apoiados*). Do lado dos agitadores profissionais que o sr. Machado Santos diz que eram realmente bandidos, mas a que andavam ligados hoje simples ingénuos, que tinham apenas ardor de ver melhores dias para a sua República, pela ansiedade de a ver perfeita, não tenho que receber nenhuma espécie de indicação de ninguém; eu distingo claramente entre agitadores profissionais, ativos, de movimento, e aqueles que eles têm arrastado por mau caminho, contra as intenções que a estes poderiam efetivamente supor-se. Era preciso que mais ninguém pudesse ser enganado pela sua boa-fé. Eu sei muito bem como tudo se formou e, se fosse preciso testemunho novo, vinha o do sr. Machado Santos, que afirmou que para se fazer o atentado do golpe de Estado se citou a própria política minha. Felizmente que essa tentativa do golpe de Estado só veio para a rua quando eu estava no poder, porque assim ficaram desmentidos não só os que manejam a arma da calúnia, mas até aqueles que fazem a sua vida apenas de desvirtuar as intenções alheias, e que desejam destruir a coparticipação que tiveram na obra comum. Até esses foram desmentidos, saindo o golpe de Estado na ocasião em que era dirigido ao governo a que presido, e contra a minha vida. Felizmente que o fizeram nesta hora, como se fosse preciso coroar por uma obra fulgurante e irrespondível aquela resposta que eu já tinha dado, porque era o bastante, que em todo o tempo, uma vez proclamada a República, não só eu como o meu partido jamais nos associaríamos a atos ilegais, e não os consentiríamos a ninguém (*Apoiados*). Tomávamos a responsabilidade de os esmagar completamente e de estar ao lado de quem quer que fosse para manter o prestígio da Constituição e colaborar nas medidas constitucionais e nas leis que o parlamento entendesse necessárias. O governo interveio no momento em que não podia duvidar-se de qual era o propósito dos agitadores. Mais uma vez se mostrou que este país, que tem dado tantas provas de bom senso e mostrado o seu desejo de trabalhar e avançar na estrada do progresso, está ao lado das instituições republicanas. Essa tentativa de criminosos foi recebida com o maior sossego, como mostram as cotações cambiais. Este é o melhor argumento contra os inimigos da República. Só a lei será aplicada aos que saiam fora da lei; só a lei se aplicará contra os perturbadores da ordem pública, quer estejam ligados ou não aos reacionários. Perturbações de caráter monárquico, de caráter sindicalista ou de caráter anárquico, como o facto de ontem de Vila Real, onde foi arremessada uma bomba de dinamite contra o quartel, e os factos sucedidos em Pardelhas, onde se arrancaram fios telegráficos na extensão de 50 quilómetros, com tendências desordeiras, quaisquer que sejam essas perturbações, o governo há de proceder contra os díscolos dentro da lei, fazendo, é claro, a distinção entre os verdadeiros díscolos e os iludidos, as pessoas de boa-fé que entraram no movimento. Os acontecimentos ligam-se a outra espécie de perturbadores mais infames, ainda, a que há dias me referi na Câmara. Os que não estavam ligados aos monárquicos são da mesma forma perturbadores contra a República, e só podiam nesta ocasião servir a monarquia. Espero que a Câmara me dará o

seu apoio. Disse o sr. Machado Santos que se considerava tão republicano como eu. Como republicano, sou mais antigo do que o sr. Machado Santos. Agora, se s. ex.ª se referiu à importância dos serviços que tem prestado, então sim; pela natureza dos serviços, talvez sejam mais importantes os que o sr. Machado Santos prestou à República, com a sua espada. Mas, pela natureza das responsabilidades e dos sacrifícios que tenho feito em defesa da República, desafio quem quer que seja, a que me prove que o Sr. Machado Santos se pode colocar em plano superior ao meu, nesses sacrifícios e nessas responsabilidades. Tenho dito.

Vozes: – Muito bem.

S. ex.ª não reviu.

Documento n.º 5
Machado Santos, «Direitos e deveres», *O Intransigente*, n.º 1242, 25 de agosto de 1914

Os Estados, como os indivíduos, não podem fazer respeitar os seus direitos quando se eximem ao cumprimento dos seus deveres. Um Estado que neste momento, quando uma guerra monstruosa assola toda a Europa e já alastra pela Ásia e pela África, não faz ouvir a sua voz, partilhando das eventualidades que o conflito reservar, esse Estado é necessariamente um despojo a liquidar entre os vencedores. Não tem de que queixar-se, é ele mesmo que prescreve o seu suicídio.

E como, com referência aos pequenos países, se pode objetar que nada podem, que é nula a sua intervenção em decisão do pleito, nós vamos passar em revista a situação e pôr em evidência a importância de todos esses fatores, a sua influência no decorrer da contenda.

Assim, nós vemos que a Bélgica, a Sérvia e o Montenegro, o primeiro e o último tão pequenos que mal se apercebe nos mapas a sua existência como países autónomos, estão neste momento expostos a graves perigos, empenharam todo o ardor e sacrifício na defesa da sua integridade. O mundo admira os seus povos, e seja qual for a sorte das armas, ninguém tem o direito de os eliminar da História, nem a coragem de suprimi-los no mapa político. Conquistaram bem estes direitos. Outros pequenos países como a Suíça, a Holanda, a Dinamarca, a Grécia, a Roménia e a Bulgária, é certo que não exerceram até hoje o papel preponderante dos que atrás mencionámos. Mas estes países têm os seus exércitos mobilizados, estão suportando pesadíssimos encargos com a atual guerra e prontos a repelir qualquer tentativa de invasão. Não se pode, em boa justiça, chamar a isto «ver os touros de palanque». A Dinamarca, a Holanda e a Suíça podiam prestar à Alemanha ótimos serviços, serviços de natureza tal que muito podiam contribuir para o termo do formidável duelo que se está travando. Bastava que a primeira deixasse os *Belts* e o *Sund* livres à passagem dos navios alemães, que a segunda lhe emprestasse temporariamente os seus portos e vias de comunicação para o trânsito comercial, que a terceira lhe cedesse as estradas para a passagem dos exércitos que se destinam ao ataque da França. Isto já representava alguma coisa. Estes pequenos estados têm direitos adquiridos porque souberam cumprir deveres. E, Portugal? Portugal que é um valor muitíssimo superior a qualquer uma destas nações, pela magnífica situação geográfica que ocupa, se o soubesse fazer valer, Portugal colocou todos os seus recursos à disposição da Inglaterra. Mas, Portugal, diz-se, não tem esquadra, não tem exército. É verdade! Mas bastava que Portugal se tivesse deixado guiar pela Germânia, para, a esta hora, ter uma esquadra alemã a manobrar no seu triângulo estratégico, esquadra que forçaria a Inglaterra a desviar das suas bases de operações uma parcela importante da sua Armada, desafrontando, em parte, o Mar do Norte ao kaiser. Mas o serviço que Portugal presta à sua aliada, grande e enormíssimo, é de natureza passiva. Portugal devia representar neste conflito um papel mais ativo e podia-o já ter representado, ou estar representando se os 20 000 contos que consome por ano com a sua força armada, Exército, Marinha, Guardas republicana e fiscal e tropas coloniais, tivessem uma aplicação militar em vez de serem burocraticamente consumidos em serviços espaventosos de que apenas possuímos os rótulos.

Machado_Santos.indb 341 22/05/2013 12:14

A Bulgária, gastando oito mil contos, mobilizou 300 000 homens contra a Turquia; a Sérvia, gastando menos de 7000, mobilizou mais de 200 000, e até o Montenegro, o minúsculo Montenegro, gastando cerca de 500 contos, mobilizou 30 000 homens!

Desde que começou a propaganda da defesa nacional, que nós, opondo-nos aos empréstimos ruinosos de que para aí se apregoava e necessidade de se contraírem para a compra de armamentos, vimos dizendo que preparássemos quatro divisões para as lançarmos na Bélgica. Porque se não faz isto? Por que nos deixaram chegar a esta situação humilhante de colaboradores passivos quando a estas horas os nossos soldados bem podiam estar já impondo o respeito pelo nome português nos campos de batalha da Europa? Ah não se fez porque achámos preferível empregar oficiais em funções civis a rabiscar ofícios; porque em vez de termos escolas de recrutas nas sedes de concelho, preferimos gastar dinheiro em deslocar os mancebos de Norte para o Sul e de Leste para Oeste; porque lançámos para a reforma inúmeros indivíduos válidos que numa situação de reserva podiam prestar reais serviços na burocracia do Exército, nas suas fábricas e arsenais, nas forças de polícia e até nas tropas de segunda linha. Porque a nossa imbecilidade é tão grande, que nem as reservas de Marinha soubemos organizar – e não nos custavam dinheiro!

O que sucederá amanhã quando soar a hora da paz e os diplomatas se sentarem ao redor da mesa verde a jogarem os destinos das nações?

Afirmamos os nossos direitos? Por certo! Mas se alegarmos apenas os serviços de natureza passiva que estamos prestando, duvidamos que os representantes na Europa nos digam que soubemos cumprir com os nossos deveres.

Machado Santos

Machado_Santos.indb 342 22/05/2013 12:14

Documento n.º 6
***Mário Souza* [pseudónimo de Machado Santos],**
«O estado de sítio», *O Intransigente*, n.º 1460
(último número do jornal dirigido por Machado Santos),
13 de maio de 1915

A situação vai-se tornando muito grave. Como dizíamos aqui, em nossa opinião, a ditadura política e administrativa não devia ir além de oito dias, mas nesse curto prazo de tempo o governo devia ter tomado todas as medidas de defesa que fossem necessárias para garantir o bom êxito da sua missão.

Infelizmente o sr. general Pimenta de Castro, espírito eminentemente legalista, tem sido um ditador sim, mas um ditador à força; só compelido pelas circunstâncias é que s. ex.ª tem tomado, de vez em quando, uma ou outra medida mais enérgica semicoerciva dos usos e abusos dos processos demagógicos de fazer política.

Afrontosa ditadura? Qual ditadura? O general ainda não a fez! O velho republicano que preside ao governo do país em matéria de perseguição política, de que tão acusado tem sido, em face da atitude revolucionária que tomou o Partido Democrático, limitou-se a suspender o administrador geral dos Correios e Telégrafos, porque o sr. António Maria da Silva, com os seus formigas, que são telegrafistas, intercetava-lhe todas as comunicações com o país; demitiu o diretor da Imprensa Nacional, porque o sr. Derouet, abusando do cargo de confiança que tinha, foi comunicar o teor de um decreto ao seu chefe político, habilitando assim o sr. Afonso Costa a fazer aquela sua jesuítica manobra de apoio dos parlamentares democráticos à lei dos círculos eleitorais; demitiu o sr. Luís Filipe da Mata de provedor da Assistência Pública, porque os fundos da assistência, em vez de valerem à miséria, serviam mas era para fazerem a política da Formiga Branca; demitiu o srs. Manuel Monteiro e Augusto José Vieira, porque os s.os ex.os funcionários do Estado se permitiram à indisciplina de instaurar um processo contra o sr. presidente da República e contra o governo.

E, em assunto de transferências militares, limitou-se a fazer aquelas que o movimento de janeiro impunha que se fizessem, visto ser impossível forçar a acamaradarem, nos mesmos regimentos em que estavam, os oficiais e sargentos que se mostraram antagonistas.

Eis a perseguição desta afrontosa ditadura que tem concedido o máximo de liberdade e tolerância, a ponto de funcionários públicos se permitirem guerrear o governo em palavreado soez sem que por isso lhes tenha sido aplicado o regulamento disciplinar.

Só quando um facto de rebelião concreto se produz, só quando o palavreado se transforma em desobediência formal, é que o governo tem agido coercivamente, impondo o respeito pelo princípio da autoridade e dos poderes constituídos.

Por denúncia, provas morais, insultos públicos o governo não tem perseguido ninguém.

E é assim que esta afrontosa ditadura tem procedido, continuando a ter como empregados do Estado, em cargos de confiança, os seus mais ferrenhos adversários.

Mas…

Machado_Santos.indb 343 22/05/2013 12:14

Mas a liberdade transformou-se em licença e o palavreado em factos de rebelião. Mercê da excessiva benevolência e tolerância do general Pimenta de Castro, que quis contemporizar, solucionar o problema da ordem tanto quanto possível dentro da lei da desordem e dos princípios, a situação agravou-se e, hoje, encontramo-nos em frente de um ponto de interrogação, símbolo mudo mas eloquente da incerteza do dia de amanhã.

Estamos convencidos [de] que, se as providências governativas de caráter político e administrativo tivessem sido todas decretadas nos oito dias que se seguiram à organização do atual Ministério, tudo se encontraria normalizado já, não nos forçando a enveredar pelo caminho de maior violência, se não quisermos dar com a República em terra e provocar a intervenção de estranhos. Assim, não haverá agora outro remédio senão declarar o estado de sítio em todo o país, para evitar que sejamos surpreendidos, mais dia menos dia, com algum acontecimento desagradável.

Não há vida política nem vida económica que resista ao tumulto constante e ao estoirar contínuo das bombas, como tem sucedido em Lisboa e na província.

Venha, pois, o estado de sítio, mas venha depressa. O ilustre general Pimenta de Castro, que tantas provas deu já do seu espírito contemporizador e da sua tolerância, precisa revelar agora ao país a grande energia que possui.

A situação vai-se tornando muito grave! Muito grave!

Machado Santos

Machado_Santos.indb 344 22/05/2013 12:14

Documento n.º 7
Carta de Machado Santos a António José de Almeida

Bordo do *Vasco da Gama,* em 22 de dezembro de 1916
Exm.º Senhor
António José de Almeida

Quando o chamaram a constituir governo, ainda se não tinha perdido o eco da voz do seu colega da Justiça que, em nome do vosso Partido (o Evolucionista) dissera, a propósito da revisão constitucional, que destes dois factos um tinha fatalmente de se dar: ou dissolução ou revolução.

Cansado, como se encontrava o país, da arbitrariedade e fraudes do Partido Democrático, arbitrariedades e fraudes que eram citadas no vosso jornal, *A República*, e verberadas pelos vossos correligionários no parlamento, o dilema estava realmente bem posto e como se não transigiu em deferir a dissolução, surgiu o segundo facto, a revolução, da qual foram cúmplices quase todos os vossos correligionários.

Quem chefiou essa revolução? Aquele que vos acompanhou sempre na luta contra Afonso Costa, desde 1907, e contra o Partido Democrático até à data em que constituiu essa coisa ignóbil a que chamam União Sagrada.

Por vos haver acompanhado nessa luta, onde sucumbiríeis se não tivésseis tido a vosso lado o fundador da República, com todo o prestígio do seu nome e da sua espada, o chefe da revolução de 13 de Dezembro atraiu sobre si o ódio dos democráticos e quando ele tinha o direito a imaginar que o seu amigo de outrora, o homem pelo qual tanto se sacrificara, teria ao menos o honrado gesto de se demitir do governo para não acamaradar com aqueles que, julgando o momento propício, iam cevar sobre ele os seus ódios, eis que se agarra com afinco ao poder e apresenta uma lei que defende com calor, pela qual se vão arrancar os galões que esse amigo havia conquistado à custa do seu esforço, da sua bolsa, da sua tenacidade e do seu heroísmo.

Longe vão os tempos em que esse amigo vos sustentava o prestígio, no velho Partido Republicano, contra o trabalho de sapa dos que já eram ao tempo partidários de Afonso Costa; em que esse amigo se colocava à frente do povo, para vos repor no lugar de ministro do Interior; em que esse amigo era atacado à bomba e a tiro no Rossio por vossa causa e em que ia sendo morto à saída do parlamento; em que esse amigo vos desafrontava da desqualificação moral das testemunhas de Afonso Costa; em que esse amigo aconselhava os seus a que se filiassem no vosso partido e em que ele vos evitava a pedido vosso que se fizesse a fusão pela qual muitos marechais do evolucionismo andavam manobrando.

Longe vão os tempos em que tudo isso se deu! Mas não esqueceu por certo ainda, porque só em um do próximo mês terá decorrido um ano, aquela entrevista que o mesmo amigo teve convosco e na qual se firmou um pacto que lhe permitia associar-se com os vossos partidários e convosco próprio para derruir-se a obra do 14 de Maio numa ação violenta que daria o poder a um governo constituído na sua maioria por evolucionistas. Este trecho da história que se vê forçado a citar o chefe do movimento de 13 de Dezembro obrigaria qualquer outro homem, que não fosse o sr. António José de Almeida, a largar o poder, para não ter que degredar o amigo a quem tudo devia;

Machado_Santos.indb 345 22/05/2013 12:14

mas o sr. António José de Almeida não o entendeu assim e em vez de fazer um gesto patriótico para apagar a agitação política, apresenta e defende uma lei anticonstitucional, que lançando o seu amigo para a miséria com a sua família, lhe tira o direito de ser julgado pelos seus pares coronéis e generais e o põe à mercê dos ódios do Partido Democrático para que um júri de exceção o condene de harmonia com a vingança tão almejada pelos seus adversários de outrora.

E não satisfeito com isso, consente que um seu colega no Ministério acuse de ladrão o seu antigo amigo e faz coro com ele no labéu de traidor, de germanófilo, de vendido ao ouro da Alemanha, tendo o desplante de dizer até que se Machado Santos triunfasse, muitos que apresentavam repugnância em votar a lei perderiam o seu lugar! Em que se estribava para fazer uma tal afirmação, ignora-se, mas o que se vê é que ambos os amigos de outrora se haviam equivocado um com o outro, pois que se avaliavam mutuamente pelas qualidades próprias.

Não tem esta por fim fazer-lhe qualquer pedido ou mesmo recriminação, mas dizer-lhe somente, sr. António José de Almeida, que o papel que o destino distribuiu a cada um de nós satisfaz cabalmente ao seu amigo de outro tempo: antes Cristo do que Caifás; antes Gomes Freire do que o conde de Basto ou d. Miguel Forjaz.

O patíbulo, hoje, será para o chefe do movimento de 13 de Dezembro a glória de amanhã.

A sua triste glória de hoje, sr. António José de Almeida, será o patíbulo de amanhã.

Machado Santos

Machado_Santos.indb 346 22/05/2013 12:14

Documento n.º 8
***Diário do Senado*, sessão n.º 4, 26 de julho de 1918, p. 3-6**

Interpelação sobre a questão das subsistências anunciada pelo sr. Machado Santos ao sr. secretário de Estado da Agricultura (Fernandes de Oliveira).

O sr. Machado Santos: – Sr. presidente: permita-me v. ex.ª que, antes de entrar no assunto da minha interpelação, comece por estranhar a alteração das praxes seguidas nesta casa do parlamento. Antigamente, quando se anunciava uma interpelação, era costume a presidência avisar com uma certa antecipação o senador interpelante, para que viesse munido dos documentos indispensáveis.

O sr. presidente: – Como s. ex.ª tinha insistido na realização da sua interpelação...

O orador [Machado Santos]: – V. ex.ª por essa forma, foi prejudicar os oradores inscritos para antes da ordem do dia.

O sr. presidente: – Eu perguntei a s. ex.ª se queria realizar a sua interpelação, porque s. ex.ª havia declarado que se tratava dum negócio urgente, e em vista do sr. secretário de Estado da Agricultura já se ter declarado habilitado a responder.

O orador [Machado Santos]: – Por acaso, venho munido dos documentos precisos, mas podia não os trazer, e v. ex.ª compreende que, se assim não acontecesse, eu perdia a oportunidade de dizer aquilo que se me afigura ser de extrema necessidade e urgência. Podia v. ex.ª ter marcado ontem para ordem do dia da sessão de hoje a minha interpelação o assim todos ficavam satisfeitos. Sr. presidente, eu anunciei a minha interpelação ao sr. Fernandes de Oliveira e não lhe chamo secretário de Estado nem ministro, porque, nesta altura, ainda não sei que cargo s. ex.ª exerce.

O sr. Fernandes de Oliveira (secretário de Estado da Agricultura): – Sou ambas as coisas.

O orador [Machado Santos]: – S. ex.ª como é um pouco novo na política republicana, ignora que depois do 5 de Outubro acabou o cargo de ministro e secretário de Estado que havia na Monarquia. Com a República os membros do poder executivo passaram a ser simplesmente ministros. Ora s. ex.ª hoje nem ministro é, oficialmente. E eu carecia de fazer esta pergunta a s. ex.ª para saber a quem devia tomar as responsabilidades dos atos praticados na sua pasta; se é à pessoa de s. ex.ª, se a outra entidade, que se não encontra presente. Mas, em vista da resposta que obtive, tornarei s. ex.ª responsável como se fosse um ministro a valer. Sr. presidente, anunciei a minha interpelação a propósito do decreto n.° 4638, que altera o preço do pão em Lisboa, e pelo qual o consumidor é agravado em mais $10 por quilograma que consumir. Considero este assunto gravíssimo porque do preço do pão é que resulta, pode dizer-se, a carestia da vida. O preço do pão é o regulador do preço dos outros géneros, e isto não pode s. ex.ª ignorar, por já ter gerido a pasta das Subsistências. Mas o certo é que s. ex.ª, com uma grande leviandade, permitiu-se fazer umas alterações dos preços e dos diagramas, em virtude do que, embora eu não perceba bem como essas coisas são feitas, s. ex.ª chega à conclusão de que é necessário fixar o preço do pão a $50 o quilograma. Assim eu vejo que s. ex.ª marcou para o trigo exótico o preço de $23, para o milho $13, e para a sêmea $10. Escusado será dizer que para o consumo de Lisboa e Porto nos temos de valer dos cereais que importarmos, porque os do país

Machado_Santos.indb 347 22/05/2013 12:14

não chegam. Por conseguinte, partindo desses preços que s. ex.ª estabeleceu, temos, pelas contas que vou ter a honra de lho enviar, que o custo do pão podia descer e bastante, tanto o de 1.ª, como o de 2.ª qualidade, conforme os cereais que deste fossem empregados (*o orador leu uns cálculos de preços e combinações com os quais chegava ao resultado que dizia*). Pelas minhas contas, este é um assunto muito monótono, mas interessante ao mesmo tempo, porque dele depende não só a economia nacional, mas também a ordem pública, que tanto tem dado que fazer ao sr. secretário de Estado do Interior, não só o pão se barateava, mas também se deixava de dar à moagem uns lucros ilícitos, que podem chegar a atingir urna cifra estonteadora. S. ex.ª sabe que se consomem em Lisboa, diariamente, 130 000 quilogramas de farinha, que tem sido distribuída na razão do três sacas de 1.ª para uma de mistura. Ora nesta proporção, com aquele diagrama, s. ex.ª entrega à moagem 142 500 quilogramas de trigo e 17 775 quilogramas de milho. A moagem pelos preços que s. ex.ª estabeleceu no seu decreto, paga diariamente por este trigo e milho, 35 085$75, e pelo diagrama que ficou estabelecido, a mesma moagem vai receber da panificação e do Estado as seguintes quantias: (*o orador voltou a ler um extenso cálculo sobre as farinhas e sêmeas produzidas pelas quantidades de cereais citados e com os preços estabelecidos pelo decreto*). Como se vê, pelo diagrama estabelecido, a moagem vai receber de lucro ilícito, a mais dos $02(2) estabelecidos para a moenda, no fim do ano, nada menos de 658 contos! Mas s. ex.ª sabe que o consumo de pão em Lisboa, de 1.ª qualidade, não é apenas um quarto, como aparece teoricamente estabelecido. Pelo contrário, consome-se 3/4 partes de pão de primeira qualidade e uma quarta parte de pão de mistura. Porém, como s. ex.ª não tem abundância de trigo e não pode desperdiçar a farinha de 2.ª, ou em rama, a moagem o que faz? Junta a farinha de 1.ª qualidade com a de 2.ª e manda para a panificação essa mistura para o fabrico do pão de 1.ª. Ora isto dá o seguinte resultado: a moagem tirará um lucro diário de 28 640$, ilícito, caso, portanto este decreto se cumpra. No fim do ano, o lucro ilícito será de... 10 000 contos! Eu vou mandar estas notas ao sr. secretário de Estado da Agricultura, para as conferir, querendo. S. ex.ª alteou o preço do pão. Eu vou demonstrar como em vez de o encarecer o podia ter barateado. S. ex.ª sabe que 770 gramas de farinha de trigo dão para o fabrico de um quilograma de pão e que 660 gramas de farinha de milho dão para um quilograma de pão deste cereal. Ora, dando à panificação uma margem de lucro entre $04(3) e $04(4) por quilograma, o pão de trigo pode custar $27 e o pão de milho $15 por quilograma. Para o cálculo sirvo-me dos diagramas-preços dos cereais e da moenda fixados no decreto. Mas se s. ex.ª quisesse manter o pão de mistura, s. ex.ª poderia ordenar a fabricação de pão de 1.ª e de 2.ª em igual quantidade, o que tornava fácil a fiscalização, e, assim, agravando o custo do pão fabricado exclusivamente com trigo, para se manter o preço do pão de mistura estabelecido no decreto, o pão de 1.ª qualidade ainda teria um preço inferior ao que atualmente tem, sendo barateado em $05 em quilograma. Mas s. ex.ª ainda poderia ir mais longe, limitando-se a estabelecer unicamente dois tipos de pão, um só de trigo e outro só de milho, o que daria à economia nacional um lucro de cerca de 1 milhão de libras, porque não haveria necessidade de importar tão grande quantidade de trigo, como a que o decreto obriga. Vou mandar a s. ex.ª o cálculo para se poder inteirar e orientar, segundo o seu critério e patriotismo lhe indicar, pedindo a s. ex.ª que não perca de vista que o problema é, não só económico, mas

Machado_Santos.indb 348 22/05/2013 12:14

também de ordem pública. Tive a honra de ser substituído na pasta das Subsistências e Transportes pelo sr. Fernandes de Oliveira. Ouvi dizer a esse sr. senador que esta pasta havia sido criada exclusivamente para mim. Ora isto não é exato. Foi criada para o sr. Fernandes de Oliveira, pois s. ex.ª foi o primeiro escolhido para a gerir, pelo sr. presidente da República. E quando me convidaram, isto é, me forçaram, porque este é que é o termo, a entrar de novo para o governo, eu disse a s. ex.ª, o sr. presidente da República, que em vez da pasta da Agricultura desejaria a pasta mais difícil – a das Subsistências. Eis como fui o primeiro ministro da pasta das Subsistências e Transportes, que foi criada por um decreto cuja redação se deve ao sr. Tamagnini Barbosa, que está presente. Oito dias depois de tomar conta do Ministério, levava a Conselho de Ministros o decreto da sua organização. Houve, como se vê, um *tour de force*. O trabalho não podia ser completo. E, como não havia elementos de informação, nem de estatística, e como além disso, não havia ninguém treinado para aquele serviço – o que de resto sucedeu em todos os países em guerra – houve que fazer-se, por tentativas, a montagem de todos os serviços. Quando s. ex.ª tomou conta da pasta, encontrou serviços mal organizados. Eu não sei se s. ex.ª terá melhor montados os serviços do seu Ministério da Agricultura, que levou mais de um mês a organizar depois de ter tomado conta deles. E são serviços muito menos complexos que os das Subsistências e Transportes, que tinham de intervir em todos os ramos da atividade nacional. Ainda bem que se encontra presente o sr. ministro do Interior, pois desejava que s. ex.ª me dissesse o que havia sido feito, por exemplo, dos serviços de exportação, que parecem correr hoje pelo Ministério do Interior. Igualmente desejava que o sr. Fernandes de Oliveira me dissesse o que fez da repartição que tratava de arejar, a favor da economia nacional, as mercadorias alemãs que estão nos entrepostos da Alfândega e das quais temos de prestar contas ao terminar da guerra. Toda a gente se deu a acusar agora o Ministério das Subsistências e Transportes, não se lembrando que tem apenas três meses de existência, e quando outros ministérios, já seculares, levam largos tempos a solucionar casos de fácil solução e de importância mínima. Posso afirmar que, no Ministério das Subsistências, se resolveram, em vinte e quatro horas, a maior parte dos assuntos que lhe foram submetidos. Havia ali peias burocráticas? Havia. Mas as principais peias provinham doutros ministérios e de associações de classe que não estavam habilitadas a responder às perguntas e informes que se lhes faziam. A vida económica do país precisa ser organizada e era disso que o Ministério estava também tratando; mas isso parece que não convinha, pois que foi posto de parte. Quando o sr. Fernandes de Oliveira tomou conta do Ministério das Subsistências, encontrou regulados grande número de assuntos, e, entre eles, alguns que diziam respeito a géneros alimentícios. Muitos destes géneros tinham preços estabelecidos e uma fiscalização rigorosa a incidir sobre eles. Estavam nessas condições o azeite, o arroz, a batata e outros mais que não vale a pena enumerar. A primeira coisa que o sr. Fernandes de Oliveira fez ao pisar o Ministério das Subsistências foi alterar o preço desses géneros. Tenho aqui presente o decreto sobre o azeite, da autoria de s. ex.ª. Pelo diploma de s. ex.ª, o azeite «extra» ficou sem preço, e os outros azeites sobrecarregados com $20 e $10 em litro, desaparecendo as designações de «comum» e «fino». O preço marcado para o azeite de oliveira era, em Lisboa, de $70; $65 para o azeite fino que tivesse de 1 a 2 1/2 graus de acidez, e $55 para o azeite comum. S. ex.ª, pelo seu decreto, juntou

tudo e pôs um preço único! O que é a coerência! S. ex.ª, tempos antes, apenas desejava que o azeite «extra» não tivesse preço. A minha maior preocupação, enquanto ministro das Subsistências e Transportes, foi pôr um travão à carestia da vida, barateando-a até se possível fosse. A preocupação de s. ex.ª foi o contrário. Seguiu critério oposto. Eu sei que s. ex.ª por três vezes tentou alterar o preço do arroz, o que não conseguiu por ter encontrado pela sua frente o chefe da repartição por onde o assunto corria, e que se opôs. S. ex.ª também alterou o preço da batata, elevando esse preço, quando havia abundância desse tubérculo no país, pois se estava no começo da colheita, quando eu havia conseguido que se vendesse a batata em Lisboa a preço inferior até ao da tabela. O meu critério era fazer baixar o câmbio, barateando a vida. O critério de s. ex.ª foi também outro. Havia determinado que se fechasse a fronteira de Espanha para obrigar a baixar a peseta. S. ex.ª a primeira coisa que fez antes de averiguar do estado das colheitas, foi abrir a fronteira do país vizinho. Havia determinado que o vasilhame que se mobilizara se pagasse à razão de $10 por dia pelo seu aluguer, s. ex.ª determinou que ele fosse pago à razão de $40! Em quatro meses está pago o vasilhame. Ordenara também que fossem à província três brigadas pedir à lavoura que fornecesse o azeite para abastecer Lisboa e outros pontos do país não produtores. S. ex.ª a primeira medida que tomou foi sustar a minha ordem, ordenando que as brigadas retirassem para Lisboa. Hoje, em Lisboa, e em muitos pontos do país não há azeite. Tal foi o resultado colhido de hábil determinação do sr. Oliveira. Busquei e ia obtendo a colaboração das associações. Agora parece que a política está seguindo sob um ponto de vista diametralmente oposto. Eu não sei como é que se julga viável a substituição de mais de 3000 estabelecimentos do comércio de víveres em Lisboa, por três ou quatro postos de bombeiros. Enquanto eu, sr. presidente, estive à frente do Ministério das Subsistências, e esse facto deu-se durante a época mais dolorosa da situação depois da revolução de 5 de Dezembro, não houve necessidade da dar pancadaria, nem se produziram assaltos, nem tumultos; e agora o que tem havido é abundância de peixe-espada e desordens várias. Como disse ao sr. ministro da Agricultura, houve diferença de critérios. Agora direi que houve também diferença de procedimentos. S. ex.ª, que não teve materialmente tempo do se pôr ao par de todos os serviços do Ministério, permitiu-se fazer insinuações aos seus empregados. Em desagravo desses homens que tive a honra deter como subordinados e colaboradores, eu tenho a declarar a s. ex.ª, sr. presidente, e ao Senado, que não há em todo o funcionalismo público homens mais zelosos e tão cumpridores dos seus deveres como eles o foram enquanto os dirigi. Verdade seja que eu dava-lhes o exemplo, indo logo pela manhã para o Ministério e só saindo de lá altas horas da noite, depois de um fatigante trabalho. O sr. ministro da Agricultura, com um critério diferente, achou que o trabalho era demasiado e, assim, não hesitou em destruir uma Secretaria de Estado que tudo aconselhava manter e aperfeiçoar. Passaram de novo os transportes terrestres para o Comércio, os transportes marítimos foram para as Colónias e o serviço dos abastecimentos passou para o Interior. Quando eu entrei para o Ministério, sr. presidente, estava a libra-cheque a 8$40, quando o deixei, ficou a 7$60. Com relação à peseta, consegui também uma melhoria sensível, pois que tendo atingido o alto preço de $53 baixou a $45. Infelizmente, quando estas melhorias de câmbio se acentuavam, o sr. ministro da Agricultura houve por bem esfrangalhar primeiro e destruir depois o

Machado_Santos.indb 350 22/05/2013 12:14

organismo que o alcançara. Estou convencido, sr. presidente, que o sr. dr. Fernandes de Oliveira não teve intenção alguma de causar um grave prejuízo ao seu país com a suspensão do Ministério das Subsistências e Transportes, mas, quando chegar o inverno, s. ex.ª terá ocasião de se arrepender amargamente do seu feito, o mais anti-económico e impolítico que se tem praticado. Vou dar por findas as minhas considerações, porque terei muito prazer em ouvir o sr. Fernandes de Oliveira, a quem naturalmente depois terei de replicar, e não quero prejudicar outros meus colegas que pediram também a palavra, de mais a mais para tratar de um grave assunto de ordem pública que ontem já foi ventilado na outra Câmara.

Tenho dito, sr. presidente.

Machado_Santos.indb 351 22/05/2013 12:14

Documento n.º 9
***Diário do Senado*, sessão n.º 6,**
13 de dezembro de 1918, p. 7-10

Intervenção num debate sobre a manutenção do estado de sítio.

O sr. Machado Santos: – Ouvi com toda a atenção o que disse o ilustre titular da pasta da marinha; mas declaro que fiquei na mesma ignorância em que estava. S. ex.ª disse que o prolongamento do estado de sítio era preciso pelos acontecimentos que se haviam dado e eu não sei a que acontecimentos s. ex.ª se refere, porque enunciar simplesmente o 12 de outubro e a greve nada elucida, como não elucida também, o que foi esse atentado, e o parlamento nada sabe, porque a própria imprensa, que está amordaçada, pouco disse a tal respeito. Qual a origem desses factos? Que motivos houve para encarcerar dez mil homens?

O sr. Canto e Castro (secretário de Estado da Marinha): – O número não é exato.

O orador [Machado Santos]: – Pode v. ex.ª dizer-me quantos são os presos políticos?

O sr. Canto e Castro (secretário de Estado da Marinha): – Não chega a mil.

O orador [Machado Santos]: – Só mil estão em Elvas. V. ex.ª desconhece tudo; não está ao facto da que se passa no país. V. ex.ª não sabe quantas criaturas estão presas: são aos milhares. O sr. secretário de Estado da Guerra devia sabê-lo. Estará esse seu colega no gabinete melhor informado que v. ex.ª? Estou certo que também o não está! Afora alguns culpados, há milhares de inocentes nas prisões. E o grande mal é entregar-se a instrução dos processos a indivíduos que vão desempenhar essa missão mediante uma gratificação mensal. Quanto mais demorar o serviço, mais rende. Isto é tremendo porque nunca acabam os motivos de inquietação e de revolta. Por cada inocente preso, levantam-se, pelo menos, dez indivíduos contra o governo. O § 3.° do artigo 26.° da Constituição é muito expresso e diz o seguinte: «Reunido o Congresso no prazo de 30 dias, o que poderá ter lugar por direito próprio, o poder executivo lhe relatará, motivando-as, as medidas de exceção que houverem sido tomadas e por cujo abuso são responsáveis as autoridades respetivas». Ora o governo não relatou coisa alguma. O outro colega de v. ex.ª na outra Câmara também não relatou coisa alguma. E... caso estupendo, tratou apenas de declarar que era tanto o entusiasmo no país pela situação atual, que até a tropa saiu espontaneamente dos quartéis para reprimir a revolta de Coimbra e exibir-se mais tarde em parada militar nas ruas da capital. É esta a noção de ordem que tem o governo! É esta a noção de disciplina militar que tem o sr. secretário de Estado da Guerra! E não quer o governo que haja revoltas?! Passaram-se factos de extrema gravidade, que o governo ignora, mas eu vou apenas citar um, e pergunto se é para isto que o governo deseja a continuação do estado de sítio e que continuem suspensas as garantias. Vou ler à Câmara um documento que me foi enviado pelo sapientíssimo grão-mestre da Maçonaria Portuguesa, o grande homem de bem, que é conhecido em todo o mundo pela sua lealdade e honradez, o sr. dr. Magalhães Lima (*Leu*). Mando este documento para a Mesa, a fim de v. ex.ª, sr. presidente, o pôr à disposição dos srs. senadores que o queiram ler. Quer dizer: foi com o conhecimento da polícia que se assaltou o Grémio Lusitano! Eu gostaria muito que o governo me pudesse responder a este ponto; mas, como já disse, s. ex.ª o sr. secretário de Estado

Machado_Santos.indb 352 22/05/2013 12:14

da Marinha, que é uma criatura bem-intencionada e honestíssima – o nosso conhecimento data de há muitos anos – não está ao facto do que se passa no país. Depois do assalto ao Grémio Montanha e ao Grupo Pró-Pátria, instalados na calçada do Sacramento, os assaltantes foram levar os destroços ao Governo Civil! Era seguida ao 12 de outubro – já o declarei há pouco em aparte, ao ilustre colega, que me antecedeu no uso da palavra –, debaixo de forma e comandados pelo *Rocha Corticeiro* alguns indivíduos foram assaltar as redações dos jornais. Este facto foi presenciado por mim e pelo sr. Rocha Martins, deputado da nação. Mas s. ex.ª também ignora isto! Sr. presidente: o que se tem cometido neste país, em matéria de atropelo à lei, de desordem e arbítrio do poder é simplesmente extraordinário! Referiu-se também o meu ilustre colega às origens e causas dos últimos acontecimentos, e foi filiá-las nas perseguições políticas e ódios antigos. Tem s. ex.ª carradas de razão. Realmente não se pode ter neste país o rótulo de democrático, porque isso é o bastante para se ser enclausurado numa prisão. Sob minha honra declaro a v. ex.ª, sr. presidente, que sempre que eu quis, como ministro do Interior, arrancar alguns indivíduos das prisões que não dependiam do meu Ministério, não o conseguia. A culpa deles não era nenhuma; era simplesmente a de terem ficado vencidos por uma revolta em que nós ficámos vencedores. Efetivamente, é a estas origens que se deve ir buscar a intranquilidade em que se vive. Quando o sr. presidente da República teve esse gesto de pôr em liberdade todos os presos políticos, já esses desgraçados tinham estado enclausurados durante quatro meses! E em quatro meses de clausura que de ruínas no lar e na vida da família! [sic] Ora desta forma, como é que não há de haver revoltas?! No Porto não pode um republicano sair à rua que não tenha de ir ao hospital curar-se de qualquer ferimento (*Apoiados*). Isto não ignora, decerto, o chefe de Estado; como também o não ignora o governo; e, contudo, ainda se não demitiu o governador civil, nem as autoridades policiais, daquela cidade, nem se vislumbra a intenção de as substituírem. E o que se passa no Porto é pouco mais ou menos o reflexo do que tem ocorrido noutros pontos do país. Em Lisboa, a propósito dos acontecimentos que se deram em Coimbra e em Évora, mandavam-se prender oficiais que tinham acabado de regressar do *front*, que se tinham acabado de bater pela pátria, por civis cadastrados ao serviço da polícia preventiva. Isto é que é disciplina militar e social, srs. secretários de Estado? Não havia então na Secretaria de Estado da Guerra oficiais de patente igual ou superior à daqueles que deviam ser presos, para os ir buscar? Juntamente com todos esses indivíduos que foram presos, mas que podem ter ou não culpa nos acontecimentos, foi preso o presidente do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, que ombreia com os secretários de Estado e que em certos casos tem autoridade superior à destes; foi preso o comissário do governo junto do Banco Nacional Ultramarino; foi preso o dr. José de Castro, antigo presidente do Ministério, o visconde da Ribeira Brava, etc. E esses homens foram metidos em calabouços que eram para doze pessoas e que durante quatro dias estiveram pejados com sessenta! Isto é o cúmulo da infâmia! Não encontro outra classificação a dar; por isso, desculpe-me v. ex.ª esta palavra, mas eu não sei realmente como hei de traduzir este facto, com a indignação que ele me causa. Durante quatro dias estiveram esses homens no Governo Civil; e quando trataram de aliviar os calabouços mandaram-nos uma escolta com cornetas e tambores à frente, parece que de propósito, para provocar a indignação dos seus adversários políticos. Realmente, se o

sr. comandante da polícia e os respetivos oficiais não tivessem intervindo com energia, a tragédia teria sido muito maior do que foi. Sou justo. Não posso deixar de citar o facto. S. ex.as arriscavam a vida; mas menor seria que o governo tivesse impedido esse castigo. Ainda se não desvaneceu a memória do sr. visconde da Ribeira Brava. Também tem sido um lapso lamentável desta casa do parlamento não se ter ainda emitido um voto de sentimento pela morte desse antigo deputado da Monarquia e da República. Espero, sr. presidente, que v. ex.a se não esqueça de o propor a esta assembleia numa das próximas sessões. Um homem da categoria social do sr. visconde da Ribeira Brava não se devia ter metido numa escolta com outros presos, em cortejo, pelas ruas da cidade. Sucedeu o que era de esperar. O visconde desapareceu do número dos vivos, juntamente com outros presos e alguns agentes da autoridade. E o que se lhe seguiu de noite, nos pátios do Governo Civil foi verdadeiramente trágico. Sei que v. ex.a, sr. secretário de Estado da Marinha, desconhece os factos graves que se têm dado; quando obtiver a confirmação do que eu disse, v. ex.a, voluntariamente, abandonará o governo para se não solidarizar com eles. O que querem v. ex.as que suceda? Que não haja revoltas? Quando o poder salta por cima da lei, quando o governo publica decretos até sobre matéria financeira, que admira que as haja?! Até nos tempos do absolutismo monárquico se não lançavam impostos sem ouvir os três Estados. Fala-se em tragédias. Uma das maiores tragédias da história portuguesa registou-se há dez anos. Todos o sabem! Eu não quero atrair sobre o meu nome a responsabilidade de haver concorrido para que se escrevesse outra página lutuosa na história nacional. Apelo para o Senado para que se devolva ao governo a proposta em discussão. Sabe s. ex.a o sr. secretário de Estado da Marinha que corre o boato de que no Governo Civil se construiu há dois ou três meses, numa parede, um buraco a que se chama «segredo». Diz-se até, que esse *in pace* inquisitorial se encontra junto dos calabouços n.os 7 ou 8. Sabem s. ex.as dizer alguma coisa a esse respeito? É uma pergunta que eu lhe faço.

O sr. Canto e Castro (secretário de Estado da Marinha e interino dos Negócios Estrangeiros): – Não sei.

O orador [Machado Santos]: – Ah! Não sabe?! Bastava só o facto de se construir essa masmorra, bastava só isso, para fazer revoltar as pedras das calçadas. Um tal «segredo» para emparedar vivos só se construía nos tempos da Inquisição. É verdade que estamos em Portugal... onde tudo é possível. Sr. presidente: eu não voto o projeto em discussão, e gostaria muito que o governo, em vez de nos vir aqui pedir a continuação do estado de sítio, viesse antes declarar a esta Câmara que ia pôr em liberdade todos aqueles indivíduos presos que ainda não tiveram culpa formada. Nobre era isto! Nobre era isto, pois que não envolvia a ideia mesquinha da vingança. Revoluções hão de dar-se sempre em todos os países, enquanto o mundo for mundo. Quando se dá uma mudança de instituições, como no nosso país se deu, e quando se não têm em conta todas as correntes de opinião, hão de dar-se revoltas, porque as ideias não param e tentam impor-se por todas as formas possíveis nos momentos de anormalidade política. A acalmação só se consegue com a liberdade de pensamento e o direito de livre crítica. Quando o ideal é nobre, embora por vezes a luta seja sangrenta, a clemência sempre foi proveitosa. Apaga ressentimentos e evita que germinem os ódios. A República Velha apenas teve que se arrepender de só tardiamente ter usado por vezes da clemência. Oxalá que a República Nova se não venha a arrepender do mau caminho

Machado_Santos.indb 354 22/05/2013 12:14

que vai trilhando. Eu julgava, sr. presidente, que, pelo menos, os srs. ministros viessem declarar que o governo tencionava pôr em liberdade os presos que não têm culpa formada. Mas vejo que somente querem que se lhes dê autorização para prolongar a dúvida e avolumar a dor. E é possível que s. ex.as ainda nos venham pedir, depois de terminar o prazo que marcaram, que a anormalidade se prolongue ainda por mais um mês. Eu creio que s. ex.ª o sr. ministro da Marinha tem rendimentos próprios. Não sei se s. ex.ª já experimentou alguma vez a prisão. Eu já a experimentei. Ponha agora v. ex.ª na mente que tortura não passarão as famílias de milhares de prisioneiros que veem inativos os braços que lhes angariavam o pão. Eu tive ocasião de ler à Câmara uma carta dum preso político que se encontra na penitenciária de Coimbra. Essa carta é já do domínio público, exceto na parte em que esse preso se refere aos militares que ostentam cruzes de guerra e condecorações nacionais e estrangeiras, por terem cumprido o seu dever em França, porque nessa parte a censura cortou dos jornais tal informação. Faz dó tudo isto (*Leu*). A censura achou isto prejudicial e cortou. Tudo quanto seja informar o público do que se passa e criticar atos do governo a censura corta. Para manter o país na ignorância e tê-lo algemado ao poder pessoal é que se deseja o prolongamento do estado de sítio e da suspensão de garantias. Não contem com o meu voto. Não, não e não!

Tenho dito, sr. presidente.

Machado_Santos.indb 355 22/05/2013 12:14

3. Quadros relativos à composição dos governos dezembrista e sidonista, ao elenco dos governos civis e à legislação distribuída pelas diversas pastas ministeriais

Quadro n.º 1
15.º Governo da República
(Primeiro e único governo da Ditadura)

PASTAS	TITULARES
PRESIDÊNCIA DO MINISTÉRIO GUERRA NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais, major de Artilharia e professor da Faculdade de Ciências de Coimbra, nomeado em 11-12-1917, DG n.º 290, II série; exonerado das duas pastas em 9-5-1918, DG n.º 109, II série.
INTERIOR	António Maria de Azevedo Machado dos Santos, capitão-de-mar-e-guerra, nomeado a 11-12-1917, DG n.º 290, II série, e exonerado a 7-3-1918, DG n.º 56, II série. Henrique Forbes Bessa, alferes de Engenharia, nomeado a 7-3-1918, DG n.º 56, II série e exonerado a 15-5-1918, DG n.º 113, II Série.
JUSTIÇA JUSTIÇA E DOS CULTOS	Alberto de Moura Pinto, delegado do procurador da República, nomeado a 11-12-1917, D.G., n.º 290, II série, e exonerado a 7-3-1918, DG n.º 56, II série. Martinho Nobre de Melo, professor da Faculdade de Direito de Lisboa, nomeado a 7-3-1918, DG n.º 56, II série, e exonerado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série.
FINANÇAS	António dos Santos Viegas, major de Engenharia e professor da Faculdade de Ciências de Lisboa, nomeado em 11-12-1917, DG n.º 290, II série, e exonerado a 7-3-1918, DG n.º 56, II série. Francisco Xavier Esteves, engenheiro, nomeado a 7-3-1918, DG n.º 56, II Série, e exonerado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série.
MARINHA	António Aresta Branco, médico, nomeado em 11-12-1917, DG n.º 290, II série, e exonerado a 7-3-1918, DG n.º 56, II série. Interino: José Alfredo Mendes de Magalhães, professor da Faculdade de Medicina do Porto, nomeado a 7-3-1918, DG n.º 56, II série, e exonerado a 9-3-1918, DG n.º 58, II série. José Carlos da Maia, capitão-de-mar-e-guerra, nomeado a 9-3-1918, DG n.º 58, II série, e exonerado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série.
COMÉRCIO	Francisco Xavier Esteves, engenheiro, nomeado a 11-12-1917, DG n.º 290, II série, e exonerado a 7-3-1918, DG n.º 56, II série. Manuel José Pinto Osório, major de Engenharia, nomeado a 7-3-1918, DG n.º 56, II série, e exonerado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série. Interino: Francisco Xavier Esteves, nomeado a 3-5-1918, DG n.º 103, II série.

Machado_Santos.indb 356 22/05/2013 12:14

PASTAS	TITULARES
COLÓNIAS	João Tamagnini de Sousa Barbosa, capitão de Engenharia, nomeado a 11-12-1917, DG n.º 290, II série, e exonerado a 7-3-1918, DG n.º 56, II série; e, de novo, nomeado a 7-3-1918, DG n.º 56, II série, e exonerado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série.
INSTRUÇÃO PÚBLICA	José Alfredo Mendes de Magalhães, nomeado a 11-12-1917, DG n.º 290, II série, e exonerado a 7-3-1918, DG n.º 56, II série; e, de novo, nomeado a 7-3-1918, DG n.º 56, II série, e exonerado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série.
TRABALHO	José Feliciano da Costa Júnior, capitão de Cavalaria, nomeado a 11-12-1917, DG n.º 290, II série, e exonerado a 7-3-1918, DG n.º 56, II série; e, de novo, nomeado a 7-3-1918, DG n.º 56, II série, e exonerado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série.
AGRICULTURA (pasta nova, p.n.)	Eduardo Fernandes de Oliveira, grande proprietário agrícola, agrónomo e ligado ao associativismo agrário, nomeado a 9-3-1918, DG n.º 58, II série, e exonerado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série.
SUBSISTÊNCIAS E TRANSPORTES (p.n.)	António Maria de Azevedo Machado Santos, nomeado a 9-3-1918, DG n.º 58, II série, e exonerado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série.

FONTES: PEREIRA, António Manuel, *Governantes de Portugal desde 1820 até ao dr. Salazar*, Porto, Manuel Barreira, 1959, p. 54; GOUVEIA, Fernando Tomás Rosa, *Orgânica governamental, sua evolução, e elencos ministeriais constituídos desde 5 de outubro de 1910 a 31 de março de 1972*, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1972, p. 31.

Machado_Santos.indb 357 22/05/2013 12:14

Quadro n.º 2
Governadores Civis
nomeados entre 13-12-1917 e 28-4-1918

DISTRITOS	GOVERNADORES
AVEIRO	Dr. Vasco de Quevedo, até 13-8-1918.
BEJA	Dr. Francisco Manuel Pereira Coelho, até 19-3-1918. Coronel João de Sousa Tavares, de 19-3-1918 a 12-6-1918.
BRAGA	Miguel de Abreu, até 9-2-1918. José Dórdio Teotónio, de 9-2-1918 a 13-12-1918.
BRAGANÇA	António Amorim Carvalho, até 9-2-1918. 2.º Tenente Eduardo Alberto Ferreira de Almeida, de 9-2-1918 a 19-3-1918. Dr. Luís António Rodrigues Lobo, de 19-3-1918 a 20-2-1919.
CASTELO BRANCO	Dr. António Pires, até 2-2-1918. Capitão Alberto Sebes Sá e Melo, de 2-2-1918 a 26-10-1918.
COIMBRA	Capitão Francisco Maria C. Solano de Almeida, até 31-8-1918.
ÉVORA	Manuel de Sousa da Câmara, até 16-3-1918. Coronel António Paulino de Andrade, de 16-3-1918 a 10-7-1918.
FARO	Capitão-de-fragata José Mendes Cabeçadas Júnior, até 24-3-1918. Coronel Godofredo do Carmo Neves Barreira, de 24-3-1918 a 13-12-1918.
GUARDA	Dr. Cândido Pedro Viterbo, até 13-4-1918. Jorge Henrique de Almeida Costa Pereira, de 13-4-1918 a 7-9-1918.
LEIRIA	Dr. Francisco Fernandes Rosa Falcão, até 20-4-1918. Capitão José Augusto de Melo Vieira, de 26-4-1918 a 31-8-1918.
LISBOA	Alferes Henrique Forbes de Bessa, até 8-3-1918. António Miguel de Sousa Fernandes, de 8-3-1918 a 23-2-1919.
PORTALEGRE	Dr. José da Rocha de Pina Corte Real, até 18-2-1919.
PORTO	Dr. José Nunes da Ponte, até 26-1-1918. Major Guilherme Lopes de Azevedo, 26-1-1918 a 27-3-1918. Capitão Joaquim Eduardo Martins da C. Soares, de 27-3-1918 a 2-8-1918.
SANTARÉM	Joaquim da Silva Pereira, até 16-3-1918. Dr. Ramiro Guedes, de 16-3-1918 a 22-12-1918.
VIANA DO CASTELO	Casimiro Rodrigues de Sá, até 9-2-1918. Capitão Francisco Aires de Abreu, de 9-2-1918 a 25-2-1919.
VILA REAL	Dr. António Firmo de Azeredo Antas, até 16-3-1918. Dr. Ramiro Augusto de Figueiredo, de 16-3-1918 a 24-5-1918.

Machado_Santos.indb 358 22/05/2013 12:14

DISTRITOS	GOVERNADORES
VISEU	Dr. António Gomes Mota, até 12-4-1918. Dr. Eleutério da Cunha Santa Rita, de 12-4-1918 a 31-8-1918.
ANGRA DO HEROÍSMO	Francisco Vicente Ramos, até 18-2-1919.
HORTA	Dr. Manuel Francisco Neves Júnior, até 27-5-1918.
PONTA DELGADA	Coronel Virgílio Soares de Albergaria, até 2-2-1918. Tenente-Coronel Mário Augusto Teixeira, de 2-2-1918 a 26-11-1918.
FUNCHAL	Dr. Júlio Paulo de Freitas, até 18-12-1917. Dr. Carlos José Barata P. Feio, até 15-4-1918. Aníbal Vaz, de 15-04-1918 a 24-05-1918.

FONTE: BRANDÃO, José, *Sidónio. Contribuição para a história do presidencialismo*, Lisboa, Perspetivas & Realidades, Lisboa, 1983, p. 57-204.

Quadro n.º 3
Sinopse legislativa da Junta Revolucionária e do Ministério do Interior do 15.º Governo[923]

ÁREAS ORGÂNICO-FUNCIONAIS	DATA	NÚMERO E DESIGNAÇÃO TEMÁTICA DOS DIPLOMAS
INTERIOR	9-12-917	Dissolve o Congresso da República, *Diário do Governo* n.º 214. Revoga a lei n.º 642 e amnistia os implicados no movimento político de 13 de Dezembro, que são reintegrados nos seus cargos e postos, DG n.º 214. Revoga as medidas contra a livre publicação de jornais e a ordem de expulsão contra qualquer jornalista e anula os castigos decretados pelo governo transato contra prelados portugueses, a pretexto do cumprimento da Lei da Separação, DG n.º 214. Prorroga os prazos judiciais que terminassem entre 5 e 10 de dezembro e os prazos para depósitos de rendas e permite o protesto, até 15 de dezembro, das letras vencidas desde 5 a 10, DG n.º 214. Ordena que os funcionários públicos retomem imediatamente as suas funções; demite todos os subsecretários de Estado; determina que os assuntos dependentes de despacho ministerial somente podem ser resolvidos pela Junta Revolucionária, DG n.º 214. Suspende a execução dos decretos n.os 3091 e 3592 sobre ensino secundário, manda abrir os liceus, abonar todas as faltas dadas por motivo da greve liceal e trancar os processos instaurados em virtude dessa greve, DG n.º 214.
	10-12-917	Revoga o decreto n.º 3327 que mobilizou o pessoal dos correios e telégrafos, DG n.º 215. Extingue a Divisão Naval de Defesa e Instrução, ficando os respetivos serviços a cargo da Majoria-General da Armada, DG n.º 215.
	11-12-917	Destitui do cargo de presidente da República o cidadão Bernardino Luís Machado Guimarães, DG n.º 216. Restitui ao efetivo serviço todos os funcionários civis e militares que dele foram separados por virtude das leis n.os 319, 320 e 321, DG n.º 216. Dá outra constituição ao Conselho Superior da Magistratura Judicial.
	10-1-918	N.º 3738 – Dissolve todos os corpos administrativos e manda os governadores civis dos diferentes distritos nomearem comissões administrativas em substituição das juntas gerais, câmaras municipais e juntas de freguesia.
	11-1-918	N.º 3746 – Determina que a Comissão Administrativa a nomear para o Município de Lisboa, nos termos do decreto n.º 3738, seja composta de 15 membros.

[923] Não pretendemos aqui enumerar exaustivamente todos os diplomas (decretos, leis e portarias) produzidos, mas apenas os mais significativos.

Machado_Santos.indb 360 22/05/2013 12:14

ÁREAS ORGÂNICO-FUNCIONAIS	DATA	NÚMERO E DESIGNAÇÃO TEMÁTICA DOS DIPLOMAS
INTERIOR	2-2-918	N.º 3802 – Manda que os chefes de serviços públicos enviem, até 28 de fevereiro de 1918, ao respetivo secretário recenseador, uma relação de todos os cidadãos sob as suas ordens nas condições de serem recenseados, a fim de, sem outras formalidades, mas sob a cominação penal respetiva para os casos, quer de omissões, quer de falsas e indevidas informações, serem por eles indevidamente inscritos nos respetivos recenseamentos eleitorais.
	2-2-918	N.º 3803 – Restabelece uma direção única para a gerência técnica e administrativa dos Hospitais Civis de Lisboa, nos termos e com as faculdades que ao diretor do Hospital de S. José e Anexos cabiam anteriormente ao decreto de 27 de novembro de 1914.
	26-1-918	N.º 3805 – Abre um crédito de 45 000$ para pagamento à Guarda Nacional Republicana dos abonos em dívida por serviços de manutenção de ordem pública, a requisição das autoridades administrativas.
	6-2-918	N.º 3814 – Abre um crédito de 20 000$ para combate da epidemia de tifo exantemático.
	9-2-918	N.º 3840 – Determina que os cargos na Polícia Cívica de Lisboa, atribuídos na atual legislação a oficiais do Exército de determinadas patentes, possam ser desempenhados por oficiais de outras patentes, à escolha do Governo.
	9-2-918	N.º 3841- Estabelece que o provimento de todos os lugares do quadro dos empregados das juntas gerais seja por concurso aberto entre os empregados das secretarias dos governos civis e dos corpos administrativos, com bom e efetivo serviço.
	22-2-918	N.º 3855 – Abre um crédito de 30 000$ para continuação das despesas com o combate do tifo exantemático que grassa no norte do país.
	23-2-918	N.º 3861 – Investe o professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, Augusto de Almeida Monjardino, no exercício das funções de comissário do governo no distrito do Porto, com superintendência e direção imediatas sobre todos os serviços que direta ou indiretamente se relacionem com a debelação da epidemia do tifo exantemático e saneamento da cidade do Porto.
	27-2-918	N.º 3869 – Abre um crédito extraordinário de 50 000$ para continuação do combate do tifo exantemático.
	9-3-918	N.º 3904 – Aumenta as atuais subvenções dos chefes, cabos e guardas dos Corpos de Polícia Cívica de Lisboa e Porto.
	2-3-918	N.º 3906 – Abre um crédito para continuação do combate do tifo exantemático.

Machado_Santos.indb 361 22/05/2013 12:14

ÁREAS ORGÂNICO--FUNCIONAIS	DATA	NÚMERO E DESIGNAÇÃO TEMÁTICA DOS DIPLOMAS
INTERIOR	11-3-918	N.º 3907- Estabelece o sufrágio universal.
	2-3-918	N.º 3929 – Autoriza os estabelecimentos de assistência pública a aceitar doações, heranças e legados sujeitos a encargos pios e cultuais e a fazer cumprir esses encargos, nos limites e condições determinadas pelos respetivos instituidores.
	16-3-918	N.º 3940 – Separa a polícia de investigação da polícia preventiva.
	16-3-918	N.º 3946 – Dissolve a Comissão de Socorros às Vítimas da Revolução de 5 de Outubro, passando as respetivas funções a ser desempenhadas pela Comissão Central da Assistência de Lisboa.
	23-3-918	N.º 3976 – Autoriza a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto a contrair um empréstimo de 500 000$ para construção de habitações populares.
	30-3-918	N.º 3997 – Promulga a lei eleitoral.
	30-3-918	N.º 4032 – Fixa o vencimento anual do alto comissário da República no arquipélago dos Açores.
	2-4-918	N.º 4023 – Fixa o dia para a realização das eleições do Presidente da República, Deputados e Senadores.
	23-3-918	N.º 4048 – Remodela os quadros do pessoal efetivo e variável do Posto de Desinfeção Pública de Lisboa e altera a tabela dos preços das desinfeções.
	5-4-918	N.º 4058 – Determina que a polícia de investigação criminal e a polícia preventiva fiquem constituindo corpos de polícia autónomos e discrimina a competência de cada um.
	6-4-918	N.º 4072 – Determina que os governadores civis do continente e ilhas adjacentes possam, por alvará, alterar a atual divisão eleitoral nos concelhos do respetivo distrito e criar novas assembleias eleitorais ou secções de voto de harmonia com os requisitos para isso fixados no artigo 47.º da lei n.º 3, e estabelece o formato das eleições para a eleição que tem lugar no dia 28 de abril.

Machado_Santos.indb 362 22/05/2013 12:14

Quadro n.º 4
Sinopse legislativa do Ministério das Subsistências e Transportes do 15.º Governo

ÁREAS ORGÂNICO-FUNCIONAIS	DATA	NÚMERO E DESIGNAÇÃO TEMÁTICA DOS DIPLOMAS
SUBSISTÊNCIAS E TRANSPORTES	16-3-918	N.º 3936 – Promulga a organização do Ministério das Subsistências e Transportes.
	16-3-918	N.º 3937 – Determina que os depósitos existentes no Banco de Portugal e na Caixa Geral de Depósitos à ordem do Ministério do Trabalho, provenientes de receitas respeitantes às subsistências públicas, passem a estar à ordem do Ministério das Subsistências e Transportes, e que as despesas relativas à aquisição de máquinas, instrumentos e motores agrícolas e à extinção de acrídios passem a ser satisfeitas pela dotação que o orçamento do novo Ministério consignar a este fim.
	15-3-918	N.º 3964 – Concede melhoria de situação aos empregados dos Caminhos de Ferro do Estado.
	22-3-918	N.º 3965 – Determina várias providências sobre pesagem de pão e acerca da sua análise e da das farinhas.
	22-3-918	N.º 3966 – Fixa os preços dos cereais que o país produza.
	22-3-918	N.º 3967 – Abre um crédito para pagamento dos vencimentos do pessoal do Ministério das Subsistências e das restantes despesas do mesmo Ministério.
	24-3-918	N.º 3970 – Isenta de direitos de importação, até ao dia 31 de julho de 1918, o trigo, centeio e farinha de trigo exótico.
	27-3-918	N.º 3994 – Regula a venda do azeite.
	27-3-918	N.º 3995 – Estabelece que as licenças para exportação de produtos sejam passadas exclusivamente pelo ministro das Subsistências e Transportes, que as comunicará ao ministro das Finanças, para dar instruções às alfândegas.
	20-4-918	N.º 4125 – Cria os celeiros municipais.
	4-5-918	N.º 4205 – Aprova o regulamento dos Caminhos de Ferro do continente da República Portuguesa.
	4-5-918	N.º 4206 – Aprova a organização da Direção-Geral dos Transportes Terrestres.
	Portarias 14-4-918	N.º 1305 – Manda proceder imediatamente ao manifesto da existência de folhas de flandres e de estanho.
	14-4-918	N.º 1306 – Determina que se não satisfaça nenhum pedido de guias de trânsito para cereais, farinhas e géneros de primeira necessidade, sem ser por intermédio das autoridades administrativas ou das câmaras municipais.

Machado_Santos.indb 363 22/05/2013 12:14

ÁREAS ORGÂNICO--FUNCIONAIS	DATA	NÚMERO E DESIGNAÇÃO TEMÁTICA DOS DIPLOMAS
SUBSISTÊNCIAS E TRANSPORTES	15-4-918	N.º 1307 - Determina que nenhum açúcar se desloque dos centros onde foi ultimamente manifestado sem ser aquisição das câmaras municipais e com guia de trânsito passada pelo Ministério das Subsistências e Transportes, e fixa os preços de venda a retalho do açúcar nas diferentes localidades do país.
	17-4-918	N.º 1317 – Fixa os preços máximos à batata existente e à de futuras colheitas.
	19-4-918	N.º 1320 – Regula a distribuição, pelas indústrias, da folha de flandres e de estanho existentes no país.
	25-4-918	N.º 1334 – Fixa as atribuições do conselho de administração dos Transportes Marítimos, criado pelo decreto n.º 4936.
	24-4-918	N.º 1335 – Estabelece que as licenças de reexportação sejam passadas exclusivamente pelo ministro das Subsistências e Transportes, que as comunicará ao ministro das Finanças, a fim de serem dadas instruções às alfândegas.

Machado_Santos.indb 364 22/05/2013 12:14

Quadro n.º 5
16.º Governo da República
(1.º e único do IV mandato)

PASTAS	TITULARES
INTERIOR	João Tamagnini de Sousa Barbosa, nomeado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série, e exonerado a 8-10-1918, DG n.º 236, II série. António Bernardino de Sousa Ferreira, capitão de Artilharia, nomeado a 8-10-1918, DG n.º 236, II série, e exonerado a 23-12-1918, DG n.º 236, II série.
JUSTIÇA E DOS CULTOS	Alberto Osório de Castro, juiz da Relação de Lisboa, nomeado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série, e exonerado a 8-10-1918, DG n.º 236, II série. Jorge Couceiro da Costa, juiz da Relação de Lisboa, 8-10-1918, DG n.º 236, II série, e exonerado a 23-12-1918, DG n.º 236, II série.
FINANÇAS	Francisco Xavier Esteves, nomeado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série e exonerado a 1-6-1918, DG n.º 129, II série. Interino: Joaquim Mendes do Amaral, capitão de Artilharia, nomeado a 1-6-1918, DG n.º 129, II série. João Tamagnini de Sousa Barbosa, nomeado a 8-10-1918, DG n.º 236, II série, e exonerado a 23-12-1918, DG n.º 296, II série.
GUERRA	Interino: João Tamagnini de Sousa Barbosa, nomeado a 9-5-1918, DG n.º 109, II série, e exonerado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série. Amílcar de Castro Abreu e Mota, tenente-coronel do Estado Maior, nomeado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série e exonerado a 8-10-1918, DG n.º 236, II série. Álvaro César de Mendonça, tenente-coronel de Cavalaria, nomeado a 8-10-1918, DG n.º 236, II série, e exonerado a 23-12-1918, 296, II série.
MARINHA	José Carlos da Maia, capitão-de-mar-e-guerra, nomeado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série, e exonerado a 27-6-1918, DG n.º 151, II série. Interino: José Alfredo Mendes de Magalhães, nomeado a 27-6-1918, DG n.º 151, II série, e exonerado a 7-9-1918, DG n.º 212, II série. João do Canto e Castro Silva Antunes, almirante, nomeado a 7-9-1918, DG n.º 212, II série, e exonerado a 15-12-1918, DG n.º 272, I série. Interino: José Alfredo Mendes de Magalhães, nomeado a 17-12-1918, DG n.º 294, II série, e exonerado a 23-12-1918, DG n.º 296, II série.
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Interino: Francisco Xavier Esteves, nomeado a 9-5-1918, DG n.º 109, II série, e exonerado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série. Joaquim do Espírito Santo Lima, diplomata, nomeado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série, e exonerado a 8-10-1918, DG n.º 236, II série. António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz, professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, nomeado a 8-10-1918, DG n.º 236, II série, e exonerado a 23-12-1918, DG n.º 296, II série. Interino: João do Canto e Castro Silva Antunes, nomeado a 4-12-1918, DG n.º 282, II série, e exonerado a 15-12-1918, DG n.º 272, I série.

Machado_Santos.indb 365 22/05/2013 12:14

PASTAS	TITULARES
COMÉRCIO	Joaquim Mendes do Amaral, capitão de Artilharia e professor da Escola de Guerra, nomeado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série e exonerado a 8-10-1918, DG n.º 236, II série. João Alberto Pereira de Azevedo Neves, professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, nomeado a 8-10-1918, DG n.º 236, II série, e exonerado a 23-12-1918, DG n.º 296, II série.
COLÓNIAS	Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá, capitão-de-mar-e-guerra, nomeado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série, e exonerado a 23-12-1918, DG n.º 296, II série.
INSTRUÇÃO PÚBLICA	José Alfredo Mendes de Magalhães, nomeado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série e exonerado a 23-12-1918, DG n.º 296, II série.
TRABALHO	Henrique Forbes de Bessa, nomeado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série, e exonerado a 23-12-1918, DG n.º 296, II série.
AGRICULTURA	Eduardo Fernandes de Oliveira, nomeado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série, e exonerado a 23-12-1918, DG n.º 296, II série.
SUBSISTÊNCIAS E TRANSPORTES	António Maria de Azevedo Machado Santos, nomeado a 15-5-1918, DG n.º 113, II série, e exonerado a 9-6-1918, DG n.º 136, II série. Interino: Eduardo Fernandes de Oliveira, nomeado a 9-6-1918, DG n.º 136, II série, e exonerado a 15-7-1918, DG n.º 166, II série.
ABASTECIMENTOS (PASTA NOVA)	José João Pinto da Cruz Azevedo, capitão de Artilharia, nomeado a 9-10-1918, DG n.º 237, II série, e exonerado a 23-12-1918, 296, II série.

FONTES: PEREIRA, António Manuel, *Governantes de Portugal desde 1820 até ao dr. Salazar*, op. cit., p. 55; GOUVEIA, Fernando Tomás Rosa, *Orgânica governamental, sua evolução, e elencos ministeriais*, *op. cit.*, p. 32.

Machado_Santos.indb 366 22/05/2013 12:14

Quadro n.º 6
Governos Civis
após 28-4-1918

DISTRITOS	GOVERNADORES
AVEIRO	Coronel Custódio Alberto de Oliveira, de 13-8-1918 a 26-10-1918. Bacharel José da Costa Pinheiro, de 31-10-1918 a 7-3-1919.
BEJA	Capitão António Carlos Cortês, de 12-6-1918 a 18-2-1919.
BRAGA	Capitão Francisco Pádua, de 13-12-1918 a 28-2-1919.
CASTELO BRANCO	Dr. José Aureliano de Paiva Pinheiro, de 26-10-1918 a 27-3-1919.
COIMBRA	Capitão Luís Alberto de Oliveira, de 31-8-1918 a 26-11-1918.
ÉVORA	Major José Marcelino Carrilho, de 10-7-1918 a 20-2-1919.
GUARDA	Capitão José de Ascensão Valdez, de 7-9-1918 a 18-2-1919.
LEIRIA	Capitão Agostinho Lourenço da Conceição Pereira, de 31-8-1918 a 19-2-1919.
PORTO	Major Alberto Cardoso Martins de Meneses Macedo, de 2-8-1918 a 3-1-1919.
VILA REAL	Tenente-Coronel António Álvares Guedes Vaz, de 24-5-1918 a 31-8-1918. Bacharel Carlos Correia P. Figueiredo Pimentel, de 31-8-1918 a 19-2-1919.
VISEU	Bacharel José Marques Loureiro, de 31-8-1918 a 18-2-1919.
HORTA	Manuel Câmara Velho Melo Cabral, de 27-5-1918 a 18-2-1919.
PONTA DELGADA	Bacharel João Correia da Silva Júnior, de 26-11-1918 a 18-2-1919.
FUNCHAL	Bacharel Américo Ciríaco C. Silva, de 24-5-1918 a 18-2-1919.

FONTE: BRANDÃO, José, *Sidónio. Contribuição para a história do presidencialismo*, op. cit., final p. não numerada; *Governos Civis. Mais de um século de história*, op. cit, p. 57-204.

Machado_Santos.indb 367 22/05/2013 12:14

Quadro n.º 7
Sinopse legislativa do 16.º Governo[924]

ÁREAS ORGÂNICO--FUNCIONAIS	DATA	NÚMERO E DESIGNAÇÃO TEMÁTICA DOS DIPLOMAS
SUBSISTÊNCIAS E TRANSPORTES	13-7-918	N.º 4635 – Autoriza o governo a alterar as sobretaxas de exportação vigentes e a estabelecer todas as demais que julgar necessárias.
	13-7-918	N.º 4636 – Obriga os detentores, negociantes, lavradores, produtores ou possuidores de azeite a manifestar as existências em seu poder perante o regedor da paróquia onde tiverem o azeite armazenado.
	13-7-918	N.º 4637 – Modifica a organização dos celeiros municipais e regulamenta o seu funcionamento.
	13-7-918	N.º 4638 – Estabelece o regime comercial dos cereais, da moagem e da panificação e regula o abastecimento de pão no país.
	13-7-918	N.º 4656 – Regula a exportação de madeiras.
	16-10-918	N.º 4899 – Determina que, a partir de 19 de outubro de 1918, todas as fábricas de moagem de Lisboa deverão subordinar-se aos diagramas expressos neste decreto, e fixa os novos preços de pão na cidade de Lisboa.
	26-11-918	N.º 5043 – Abre um crédito de 100 505$98, para reforço de algumas verbas do orçamento do Ministério da Agricultura, a fim de facultar ao referido Ministério os recursos indispensáveis para dar execução aos decretos números 4685 e 4686, que aprovaram, respetivamente, a reorganização do Instituto Superior de Agronomia e da Escola de Medicina Veterinária.
	Portarias 3-7-918	N.º 1433 – Manda proceder ao manifesto da gasolina existente no país.
	1-7-918	N.º 1434 – Fixa os preços da batata em todo o país e proíbe a sua exportação.

[924] Como já referimos anteriormente, não pretendemos enumerar exaustivamente todos os diplomas (decretos, leis e portarias) produzidos, mas apenas os mais significativos.

Machado_Santos.indb 368 22/05/2013 12:14

4. *Post mortem…*
Poesias em memória do fundador, discurso e ata da Comissão do Mausoléu

Documento n.º 1

Ao indomável fundador da República, sr. almirante Machado Santos, oferece o seu humilde correligionário, como prova de grande apreço.

Herói!...

Palavra singela, doce e gentil,
Que jamais esquece ao mundo inteiro,
Na História está mais um guerreiro,
P'lo amor próspero, numa ânsia febril.

Tantos corações alegres e bondosos,
Recordam sempre o antepassado
Que tu herói! P'la Pátria empenhado,
Mostraste teu valor aos vil rancorosos.

Herói! Como é belo e deslumbrante!...
Da querida República és o Fundador:
Esbelta manhã!?... Linda e deslumbrante!...

Herói!... Mais uma vez em prol da gratidão,
Nós orgulhosos de tão belo valor
Mostramos sincera «Confraternização.»

8-05-1921
Armando G. d'Almeida
Secretário da C. M. de S. Nicolau[925]

[925] AFPMS, Folha manuscrita com bordadura figurativa e caligrafia artística. Laço verde e rubro preso à folha no canto inferior esquerdo.

Machado_Santos.indb 369 22/05/2013 12:14

Documento n.º 2

Homenagem a Machado Santos e Carlos da Maia
Versos da distinta escritora d. Maria O'Neill, proferidos na sessão fúnebre de 26 de dezembro de 1921, no Salão Nobre do Teatro Nacional Almeida Garrett.

Sempre vivos

Nunca a morte existiu! Funda utopia
De quem ignora o transcendente arcano,
Matar! Que prova de juízo insano!
É dar mais vida ao ser que se temia.

Libertá-lo do estreito corpo humano
Que largos movimentos lhe tolhia,
Torná-lo potencial do que sentia,
Dar-lhe às ações a vastidão do oceano.

O prémio de vis feitos não se atinge.
A glória que aos heróis as frontes cinge.

Nada a pode na terra aniquilar:
São mártires, são grandes duas vezes
E na história dos factos portugueses
Os seus nomes de luz hão de ficar.
26-12-1921

Maria O'Neill[926]

[926] AFPMS, Folha de papel amarelado de fraca gramagem sem indicação de tipografia, com bordadura figurativa na margem esquerda.

Machado_Santos.indb 370 22/05/2013 12:14

Documento n.º 3

O fundador
Poesia recitada pelo académico Victor Jaime Marques e Castro, na *matinée* de homenagem ao malogrado fundador da República Portuguesa, o vice-almirante Machado Santos, realizada no Coliseu dos Recreios, em 2 de julho de 1922.

Ele era um lutador ativo, impaciente,
Mas de alma pura e sã, que não temia a lida,
Tivera um belo sonho, épico, altivo, ingente,
Ao qual sacrificou quanto o prendia à vida.

Isento de ambições, o seu olhar fulgente
Seguia pelo azul a ideia estremecida
Enquanto amparava ao peito toda a gente
Que se lhe aproximava a suplicar guarida.

Ao terminar a luta, a sua maior glória
Era estender a mão, esquecer e perdoar,
Evitar ao vencido os pés do vencedor…

Erguido há de ficar na nossa erguida história,
Pois tinha n'alma a força indómita do mar,
Votada a Portugal num infinito amor.
2-07-1922

Maria O'Neill[927]

[927] APFMS, Folha de papel lustroso, Abrantes, Tip, A Rápida, 1922.

Machado_Santos.indb 371 22/05/2013 12:14

Documento n.º 4

Alocução de Augusto Machado Santos, na cerimónia de trasladação dos restos mortais de Machado Santos do jazigo para o Mausoléu, a 10 de janeiro de 1924[928]

Meus senhores, não me encontro neste lugar como irmão de Machado Santos, mas sim como amigo leal e sincero que dele fui; é pois como amigo que em primeiro lugar presto a minha homenagem ao iniciador deste derradeiro jazigo à sua memória, o sr. Manuel Rodrigues Júnior. Foi s. ex.ª que, 24 horas depois de o seu corpo ter baixado à terra, se lembrou de perpetuar a sua memória, tentando levar a bom termo, com a colaboração de mais alguns amigos, o Mausoléu que neste dia, de saudosa recordação para os seus, por ser o do seu aniversário natalício, é inaugurado na presença de amigos que espontaneamente compareceram neste ato sem coação de qualquer espécie.

A v. ex.ª sr. presidente da Comissão peço patenteie a todos os seus colegas o meu reconhecimento, pela forma altiva como toda a Comissão soube responder a todos os partidos da República e não só a estes, como a alguns homens do regímen, que não só afrontaram Machado Santos em vida, como depois de morto a sua memória e o seu valor têm afrontado.

A forma singela como v. ex.as fizeram revestir este ato ficará para sempre gravado na minha memória, pois é a resposta condigna àqueles que tudo devendo a Machado Santos, dele se têm esquecido, desde o dia em que o mandaram matar.

Desculpem-me v. ex.as o desabafo que acabo de ter, mas permitam-me que siga nas considerações que vou fazer, pois elas representam a maior homenagem que posso prestar àquele de quem fui, além de irmão, um grande amigo, não daqueles que o bajulavam, mas sim dos poucos ou mesmo dos raros que lhe eram sinceros.

Meus senhores, logo nos primeiros dias do advento da República, Machado Santos teve o prémio de consolação do seu gesto. Nove dias depois de proclamada a República, facto que não seria possível, se não fosse a sua tenacidade, o Governo Provisório da República, por intermédio de um camarada de armas, mandava entregar-lhe uma ordem de prisão, para cumprir a bordo dum vaso de guerra. E porquê? Por Machado Santos não querer que os seus nove companheiros da Rotunda e não só estes, como as praças que os tinham acompanhado e os poucos civis que lá estiveram lançados às feras. O seu captor, porém, a tempo refletiu a ordem que havia recebido, dando a liberdade àquele, que havia tornado possível o assento nas cadeiras ministeriais aos sete mandarins que delas se haviam apossado, enquanto ainda fumegavam os canhões da Rotunda e de bordo. Mas Machado Santos, que via mais que todos eles juntos, soube a tempo arrancar da mão do captor o documento com que o presenteava o Governo Provisório e guardá-lo como relíquia, relíquia que os seus conservam, como primeiro e única venera da República ao seu fundador.

[928] Acervo de João Machado Santos, Alocução por Augusto Machado Santos na cerimónia de trasladação dos restos mortais do jazigo para o Mausoléu, 10 de janeiro de 1924, 7 fls. dactiloscritas.

Machado_Santos.indb 372 22/05/2013 12:14

Os homens que se tornaram donos e senhores do regímen, julgando-se ofuscados pelo gesto heroico de Machado Santos, desceram ao ponto de, sobre o seu nome, estabelecer a intriga para assim ofuscarem o seu valor. Para eles, Machado Santos tudo pretendia; Comando da Guarda Republicana, Comando de Artilharia 1, pastas ministeriais e embaixadas, e assim tentaram e conseguiram, em parte, divorciar Machado Santos da família republicana.

Mas Machado Santos fez o que os outros não fizeram. Nada quis da República, senão pela voz dos representantes da nação, e enquanto uns assentavam vistosos galões nas fardas e outros se amersendavam à mesa da República, Machado Santos e os seus passavam toda a casta de privações, porque, meus senhores, é preciso que isto se saiba – Machado Santos no seu trabalho de preparação para o movimento de 5 de Outubro de 1910 despojou-se das suas economias e das de sua mulher.

A Assembleia Nacional das Constituintes galardoa o feito de Machado Santos. Mas enquanto os outros mostravam a sua ostentação e deliravam com o prémio da sorte grande que lhes havia saído, Machado Santos repartia, sem reclamos de qualquer espécie, a pensão que lhe havia sido concedida por aqueles que haviam sido esquecidos pelos republicanos guindados aos altos poderes do Estado.

Amigos do diabo empurraram Machado Santos para o campo da imprensa. A certa altura desertam. Machado Santos, que enfrentou sempre o perigo de frente, prosseguiu na sua marcha jornalística, lutou, fez de nomes obscuros homens notáveis e, por fim, todos lhe pagaram bem. Ocasiões houve, meus senhores, em que Machado Santos para valer aos seus colaboradores n'*O Intransigente* se despojou dos seus haveres, para lhes acudir nas horas de desdita, e alguns o podem atestar, por se contarem no número dos vivos. Vem o 14 de Maio, destroem e roubam *O Intransigente*, chegando até a fúria dos sicários a espezinhar a bandeira gloriosa que flutuou na Rotunda e que tinha guardada no seu gabinete. Destroem fotografias de verdadeiros combatentes das horas trágicas e incertas do 5 de Outubro de 1910, que Machado Santos guardava com desvelado carinho e, por fim, numa madrugada, sendo presidente do Ministério um homem das suas relações pessoais, fazem sair a barra a bordo do aviso *5 de Outubro*, antigo iate real – o fundador da República, que outras responsabilidades não tinha, se não as de ajudar duma forma bastante restrita o governo do general Pimenta de Castro. Mas, meus senhores, era só Machado Santos que apoiava o governo do general Pimenta de Castro? Não. Eram outros partidos. Uns traíram o general no próprio dia da revolução, outros ajudaram o canto celestial do partido vencedor, chamando germanófilo e traidor a Machado Santos; mas Machado Santos em toda a sua vida o único crime que cometeu foi amar a pátria onde nasceu e a República que fundou à custa de seu denodado esforço, tanto físico como material. Os outros, meus senhores, ficaram no seio dos seus, fazendo o ato de contrição do que ontem achavam bom e naquela altura era mau. Chega Machado Santos do desterro, aborrecido com aqueles que ontem não tiveram a coragem de afirmar publicamente as benesses que receberam do governo do general Pimenta de Castro, observa com os seus próprios olhos o que se passa, sente a República caminhar para um abismo e Machado Santos, que acima de tudo ainda amava a pátria e a República, e vendo esta afundar-se num mar de vergonha, entra no movimento cognominado o «13 de Dezembro» e, meus senhores, o que se observa?

Machado_Santos.indb 373 22/05/2013 12:14

Elementos classificados de valor abandonam-no. É detido em Abrantes por um homem que partilhava do movimento, conduzido para bordo e encerrado num camarote bastante exíguo, tendo por carcereiro um homem que tempos antes de implantada a República, cognominava de canalhas os republicanos. Esse homem que já não existe e a quem neste momento só desejo paz à sua alma, esse homem não teve pejo, com conhecimento desde o chefe de Estado ao mais humilde dos republicanos, em conservar Machado Santos em rigorosa incomunicabilidade a bordo do couraçado *Vasco da Gama*, chegando o rigor da incomunicabilidade a os próprios dejetos serem efetuados no mesmo camarote onde comia e dormia. E, meus senhores, qual o crime de que era acusado o fundador da República? De ser nobre, de querer salvar a República duma vergonha, e enquanto os seus colaboradores no movimento alijavam a sua responsabilidade duma forma pouco airosa, Machado Santos assumia a responsabilidade do ato que ele e outros haviam praticado. E como respondeu a esse gesto o parlamento da República? Votando uma lei asquerosa, como asqueroso era o seu proponente, o sr. Norton de Matos, que não teve pejo em dizer que os lábios lhe escaldavam ao pronunciar o nome do chefe do movimento, cognominando-o de ladrão e desterrando, sem qualquer forma de julgamento, o homem que lhes havia tornado possível assentarem-se nas cadeiras do parlamento português.

Machado Santos é conduzido de bordo a S. Julião da Barra e mais tarde a Fontelo.

Alguns amigos, em especial os humildes, com a consciência nítida que se a República em Portugal era um facto a deviam a Machado Santos, colaboram no movimento que teve eclosão em 5 de dezembro de 1917. Machado Santos, coadjuvado pelos seus companheiros de cárcere por sua vez sabedor do que se planeava em Lisboa, enceta os seus trabalhos para auxiliar a ação do dr. Sidónio Pais. Inicia-se a revolução em Lisboa, e horas depois Machado Santos inicia-a em Viseu e à frente das tropas marcha sobre Lisboa. O governo de então, ao ter conhecimento da atitude do prisioneiro do Fontelo, baqueia, e ao encontro de Machado Santos, a pedido do dr. Sidónio Pais, marcham três amigos, que depois de mil peripécias chegam à fala ao comandante das forças revolucionárias do norte e este detém a marcha triunfal sobre Lisboa.

A junta revolucionária toma conta dos destinos da nação, constitui-se o governo. E que vimos? Em 11 de dezembro de 1917, é nomeado ministro do Interior; o seu primeiro trabalho é congraçar a família republicana de todas as cores políticas, e quando já tinha quase ultimados os seus trabalhos, começa a fervilhar a intriga daqueles que se diziam amigos, mas não daqueles que se haviam batido. Em 6 de março de 1918, é exonerado de ministro do Interior e a 9 do mesmo mês nomeado ministro das Subsistências e Transportes. Toma conta da pasta numa altura bastante angustiosa para a cidade de Lisboa e província. Recebe por herança a falta de trigo para o dia seguinte. Lutando com as más vontades, e com o auxílio de alguns colaboradores, consegue que Lisboa não sinta a falta do seu primeiro alimento, facto que passou despercebido de quase todos. Não fez reclames do seu esforço e em sinal de reconhecimento continuam fazendo fervilhar a intriga até que se arranja uma greve ferroviária para derrubar o ministro.

Machado Santos cai, mas cai de pé, e com a consciência tranquila de ter de lá saído mais pobre do que para lá entrou.

Machado_Santos.indb 374 22/05/2013 12:14

Pelos seus amigos é urdida a campanha surda à qual Machado Santos reage. A intriga entre Machado Santos e o dr. Sidónio Pais chega ao auge. Dá-se o assassinato do dr. Sidónio Pais e Machado Santos é desfeiteado por alguns cujas situações a ele eram devidas e à vista dum homem que tudo lhe devia e até por fim, apesar de todos os desgostos que por ele havia sofrido, da morte o salvou.

Mas, meus senhores, na situação chamada dezembrista pela qual tanto foi combatido Machado Santos, pela calada da noite, três homens devidamente fardados tentam contra a sua vida, pretendendo-o arrancar ao seio da família. Não conseguiram nesta altura os seus fins, porque Machado Santos não estava só. Dá-se o Monsanto, Machado Santos anima aqueles que já se tinham batido pela implantação da República a mais uma vez se sacrificarem pela República. É ele que ajuda seu filho a fardar-se para entrar nas escaladas de Monsanto e para mais tarde ir salvar a bandeira verde-rubra ao Norte, ameaçada pela restauração monárquica do Porto.

E como lhe pagam os homens da República? Consentindo que, na madrugada de 20 de outubro de 1921, Machado Santos seja arrancado da cama e assassinado no Largo do Intendente à ordem do comando das forças navais e com pleno conhecimento do comando das forças de terra.

Daí para cá o que se tem observado? A impunidade dos criminosos mais responsáveis, a indiferença dos grandes vultos republicanos ao homem que lhes tornou possível serem alguém neste país. Senhor presidente, a Comissão a que v. ex.ª preside pode testemunhar as desilusões por que passou.

Folheando as listas de subscrição, v. ex.as não encontram senão os nomes de pessoas desconhecidas e alguns amigos íntimos; para alcançarem o seu objetivo viram-se v. ex.as na necessidade de recorrer a um sarau, e aí o que observaram? A completa ausência daqueles que tinham o dever de lá estar. Mas v. ex.as viram mais e melhor. Ministros recusarem o bilhete que v. ex.as lhes haviam mandado, mas assistiram ao sarau do camarote presidencial. Altas individualidades devolverem os bilhetes por motivos fortuitos, mas assistiram com um bilhete oferecido gratuitamente por v. ex.as.

Um camarada de armas de Machado Santos devolveu o bilhete acompanhado dum cartão em que dizia «se aceitasse, teria de ir pedir esmola» – e meus senhores, a Comissão observou mais, os altos poderes do Estado abandonarem a sala para irem assistir a uma tourada no Campo Pequeno. Mais podia dizer sobre as comédias que se têm representado nestes últimos tempos, mas abstenho-me para que se não diga que procuro esta ocasião para mendigar honrarias para aquele que se fosse possível voltar à terra enojado voltaria para a eternidade com o procedimento dos homens.

Meus senhores, vou terminar a minha missão de representante da família. Terminou ao chegar o seu cadáver junto da sua derradeira jazida. A seu filho compete agora essa missão e espero que trilhando sempre o caminho honrado de seu pai, único património que lhe pôde legar, saberá sempre em todos os campos castigar aqueles que ao de leve sequer tentem mais uma vez macular de qualquer forma o nome honrado de Machado Santos.

Machado_Santos.indb 375 22/05/2013 12:14

Documento n.º 5

Ata de encerramento dos trabalhos da Comissão do Mausoléu ao vice-almirante António Maria de Azevedo Machado Santos, ereto no 1.º cemitério (Alto de S. João)[929]

Aos sete dias do mês de janeiro, do ano de mil novecentos e vinte e seis, nesta cidade de Lisboa e na rua das Flores, número cento e treze sobreloja, reuniu a Comissão do Mausoléu ao vice-almirante António Maria de Azevedo Machado Santos, tendo comparecido os seguintes cidadãos: coronel Melo e Simas, presidente, coronel Mendes do Passo, major José Rodrigues, dr. Macedo de Bragança, Manuel Rodrigues Júnior por si e como representante do sr. Adelino Pereira de Almeida, dr. Luz de Almeida, Manuel António Ferreira, Augusto Machado Santos, por si e como representante dos srs. Franklin Lamas e Francisco Lamas e eu, major Armando Barata, como secretário. Não comparecendo, nem tendo justificado a sua falta os srs. coronel Sá Cardoso, Jaime de Castro, vice-almirante João José Lúcio Serejo, dr. Chester Lopes Vieira, dr. Magalhães Lima, dr. Alexandrino de Albuquerque, dr. Manuel Gonçalves de Carvalho.

Aberta a sessão pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, o sr. presidente saúda os membros presentes da Comissão, e declarando conceder a palavra a qualquer que dela deseje usar antes de se tratar da ordem da noite.

Pede a palavra o sr. Manuel Rodrigues Júnior, que começa por perguntar, quando deve ser o dia e como devem ser colocadas as chapas, com as legendas no Mausoléu.

O sr. presidente diz ser sua opinião que as chapas devem ser colocadas, quando estejam prontas, e quando o sr. tesoureiro julgar oportuno, convidando-se nessa ocasião a comissão para junto ao Mausoléu fazer a sua despedida, dissolvendo-se em seguida.

O sr. Augusto Machado Santos diz estar de acordo com o sr. Melo Simas, na parte que se refere à colocação das chapas, sendo de opinião, que a Comissão se deve já dissolver e não fazer mais manifestações, para não ter que sofrer novas dissoluções.

O sr. coronel Melo Simas diz que não está de acordo, pois entende que não se deve dissolver a Comissão já, mas sim junto ao Mausoléu, depois das chapas colocadas no seu lugar.

O sr. major José Rodrigues concorda com a opinião do sr. coronel Melo Simas.

O sr. dr. Macedo de Bragança é de opinião que a Comissão deve terminar já o seu mandato visto o insucesso que a mesma tem presenciado, perante a figura que foi Machado Santos.

Trocam-se nesta altura algumas impressões sobre o assunto, entre os srs. coronel Melo Simas, dr. Macedo de Bragança, Augusto Machado Santos e Manuel Rodrigues Júnior, ficando resolvido que sejam colocadas as chapas e no domingo e logo a seguir à sua colocação seja toda a Comissão convidada a comparecer no cemitério, a fim então de ser dissolvida.

---

[929] Acervo de João Machado Santos, Comissão do Mausoléu ao Almirante Machado Santos, capa de papel envolvendo 4 flls. dactiloscritas e presas com peças metálicas.

Machado_Santos.indb 376 22/05/2013 12:14

O sr. dr. Luz de Almeida diz não concordar com o que tem ouvido a alguns membros da Comissão, dizendo que tem havido concorrência às manifestações que se têm feito a Machado Santos, pois algumas tem presenciado e se mais não são é devido à descrença do nosso povo e ainda devido à péssima administração republicana, que tem levado o país a divorciar-se dos homens da República, dizendo mais que contribuiu com pouco para o Mausoléu por mais não poder dar devido à sua vida financeira, e concorda com o sr. coronel Melo Simas sobre a colocação das chapas.

O sr. Augusto Machado Santos diz que o sr. Luz de Almeida, um dos companheiros de seu irmão na propaganda revolucionária, tem sido o único que tem comparecido a todas as manifestações que se lhe têm feito, o que não tem acontecido com outros, que tinham obrigação de lhe prestar todas as homenagens, por sempre lhes ter acudido, em situações políticas bastante críticas, a inimigos de política adversa à sua.

O sr. Manuel Rodrigues Júnior diz que enviou o relatório a todos os membros da Comissão, mandando-o também ao sr. Gomes de Carvalho, acompanhado duma carta, em virtude dos trabalhos prestados por este senhor à Comissão.

Faz várias considerações sobre o relatório e censura a atitude do vice-almirante Ladislau Parreira e de outros oficiais revolucionários do 5 de Outubro, tanto de mar como de terra, por não terem contribuído para o Mausoléu, esquecendo assim tão depressa o seu companheiro de ontem, terminando por pedir que a Comissão reveja todas as contas, confrontando-as com os documentos.

O sr. coronel Melo Simas diz que é melhor que o sr. tesoureiro exponha tudo o que conste no relatório, para depois a Comissão o apreciar.

O sr. coronel Mendes do Passo diz que não julga necessário que a Comissão reveja as contas, pois toda a Comissão tem pelo sr. tesoureiro a maior consideração e sabe muito bem quanto este tem trabalhado para o Mausoléu, propondo que o sr. Manuel Rodrigues Júnior seja louvado por toda a Comissão, devido ao seu grande trabalho, à sua grande honestidade e até ao grande dispêndio que teve com o referido Mausoléu.

O sr. Manuel Rodrigues Júnior não concorda com o sr. coronel Mendes do Passo, pois deseja que as contas sejam todas examinadas para não se dar, como se deu com a liquidação do Centro Reformista, pois houve criaturas que duvidaram como essa liquidação foi feita, porém, como tem todos os documentos em seu poder, está sempre pronto a provar como ela se fez, que foi, conforme determinado na Assembleia Geral do mesmo Centro, terminando por explicar os motivos que levaram o sr. Gomes de Carvalho a abandonar os trabalhos da Comissão.

O sr. Augusto Machado Santos, alegando várias razões, propõe que os senhores Luz de Almeida, major Armando Barata e major José Rodrigues examinem todas as contas e depois digam nesse relatório tudo o que se lhe ofereça sobre o relatório e contas do sr. tesoureiro.

O sr. dr. Luz de Almeida requere que seja dispensada essa Comissão e que seja louvado o sr. tesoureiro e que a Comissão aprove já as contas e o relatório apresentado pelo sr. Manuel Rodrigues Júnior, exceto na parte que se refere ao dr. António José de Almeida.

O sr. Manuel Rodrigues Júnior continua expondo o relatório e lê duas cartas, uma do sr. Gomes de Carvalho e outra do sr. Adelino Pereira de Almeida.

Machado_Santos.indb 377 22/05/2013 12:14

O sr. coronel Melo Simas pede ao sr. tesoureiro explicações sobre a carta do sr. Gomes de Carvalho, sendo por este senhor prestado todos os esclarecimentos.

O sr. Manuel Rodrigues Júnior continua expondo o relatório e diz que o sr. dr. António José de Almeida não podia deixar de figurar no seu relatório como figura, pois s. ex.ª tinha obrigação de não se ter esquecido do almirante Machado Santos, assim como também os membros do Congresso da República e quase todos os seus camaradas, quer de terra quer de mar, o não deviam ter feito.

O sr. dr. Luz de Almeida está convencido que o sr. dr. António José de Almeida se esqueceu de Machado Santos, não foi por o desconsiderar, mas sim talvez, devido à sua doença e também à sua vida agitada como presidente da República, pois muitas vezes o sr. dr. António José de Almeida lhe fez grandes ausências de Machado Santos e sabe muito bem que era um grande amigo dele.

O sr. coronel Melo Simas diz que vai pôr à votação o relatório.

O sr. Augusto Machado Santos pede para que o relatório seja dividido em três partes: 1.ª A que se refere a António José de Almeida; 2.ª A que se refere ao sr. Gomes de Carvalho; 3.ª A que se refere ao sr. Ricardo Covões. Posta à votação é aprovada.

O sr. coronel Mendes do Passo manifesta a sua mágoa por ver que certas figuras da República se tenham esquecido tão depressa do almirante Machado Santos, portanto concorda com o relatório, tal como está redigido, pois toda a verdade se deve dizer.

O sr. Augusto Machado Santos diz que várias vezes falou com o sr. António José de Almeida e sempre o informou particularmente das manifestações que se faziam a seu irmão e s. ex.ª nunca foi, nem se fez representar, por qualquer dos seus secretários. Outrotanto não fez o sr. Bernardino Machado que algumas vezes foi visitar o túmulo de Machado Santos.

Conta em seguida o que se passou com o sr. coronel Águas e a atitude do sr. Mariano Martins, que quando lhe enviaram um bilhete de dez escudos para a récita do Coliseu, o devolveu acompanhado de um outro bilhete, dizendo que se fosse a aceitar todos os bilhetes de benefício que lhe mandavam, estava dentro em pouco a pedir esmola.

O sr. Manuel Rodrigues Júnior declara que o sr. Adelino Pereira de Almeida também concorda como o relatório está redigido.

O sr. Augusto Machado Santos, depois de várias considerações, propõe que seja substituída a parte do relatório que se refere ao dr. António José de Almeida por altas individualidades da República.

O sr. dr. Luz de Almeida concorda com a emenda e retira a sua proposta.

Posta à votação a proposta do sr. Augusto Machado Santos, é aprovada por maioria.

O sr. Augusto Machado Santos propõe que seja dado conhecimento por escrito aos senhores Gomes de Carvalho e Ricardo Covões, o voto de louvor proposto, aprovado por unanimidade.

O sr. Augusto Machado Santos propõe um voto de louvor ao senhor presidente coronel Melo Simas e ao sr. tesoureiro, sr. Manuel Rodrigues Júnior.

Posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Machado_Santos.indb 378 22/05/2013 12:14

O sr. coronel Melo Simas propõe um voto de profundo reconhecimento ao sr. tesoureiro, por ter sido a alma da Comissão, pois além do trabalho que teve, subscreveu diversas vezes com grandes quantias para o Mausoléu e ainda, no fim das contas, faltando dinheiro, foi o sr. tesoureiro quem pôs toda a importância que faltava, e termina declarando que toda a Comissão fica solidária com o sr. tesoureiro em tudo de que consta o relatório.

O sr. Manuel Rodrigues Júnior agradece a toda a Comissão as palavras de louvor que lhe dirigiram, mas confessa que não fez mais do que o seu dever, pois todos sabem que foi um grande amigo do saudoso almirante, e propõe um voto de louvor ao sr. presidente da Comissão e a todos os membros da mesma, que foram para com ele de uma extrema amabilidade.

Diz mais que o sr. Adelino Pereira de Almeida pede na sua carta que também seja louvado o sr. Augusto Machado Santos. Não concorda que se queimem os documentos e atas desta Comissão, mas sim que sejam entregues ao filho do saudoso almirante, para este ter em seu poder o trabalho da Comissão[930].

O sr. coronel Melo Simas propõe um voto de louvor ao sr. Adelino Pereira de Almeida, como secretário, que prestou, enquanto pôde, grandes serviços à Comissão.

Postos à votação todos estes louvores, foram todos aprovados por aclamação, bem como, que todos os documentos e relatório da Comissão sejam entregues ao filho do almirante Machado Santos.

O sr. Augusto Machado Santos diz que o sr. presidente deve pôr à votação o voto de louvor que propôs a s. ex.ª pela maneira como sempre conduziu os trabalhos desta Comissão.

O sr. coronel Melo Simas diz que nada fez e manifesta a sua gratidão para com todos, por o terem escolhido para presidente da Comissão; nesta altura toda a Comissão louva s. ex.ª encerrando-se assim os trabalhos da ordem da noite.

O sr. coronel Mendes do Passo, que tinha pedido a palavra para antes de se encerrar a sessão, diz que lamenta que tanto o parlamento como as altas individualidades da República não tenham ainda prestado a justiça devida a Machado Santos, pois vê que se tem dado a medalha de Torre Espada a toda a gente e ainda ninguém se lembrou do saudoso almirante, pois se este ato ainda não tiveram, duvida que lhe seja feita uma estátua como tem ouvido dizer.

O sr. Manuel Rodrigues Júnior diz que não quer que esta Comissão finde os seus trabalhos sem que ele proteste mais uma vez contra aqueles que tinham o dever de nunca esquecerem Machado Santos, pois há pouco tempo, falando com o capitão Laurindo Vieira, companheiro do 5 de Outubro do malogrado almirante, este lhe disse que não tinha contribuído para o Mausoléu porque de todo se tinha esquecido, o que estranha bastante que tal acontecesse, pois o capitão Laurindo Vieira e todos os seus camaradas da Rotunda tinham obrigação de nunca esquecerem Machado Santos.

Diz mais que o capitão Lobo Pimentel, que devia imensos favores ao saudoso almirante, também não tinha contribuído para o Mausoléu, pois este senhor nunca devia

---

[930] E assim foi feito mantendo no AFPMS uma pasta/arquivador com toda a documentação administrativa e contabilística da Comissão, mais dois livros de contas e documentos avulsos. Só não conseguimos encontrar neste conjunto o relatório lido e discutido na sessão de encerramento da Comissão.

Machado_Santos.indb 379 22/05/2013 12:14

esquecer que lhe salvou a vida uma vez em circunstâncias bem difíceis, recolhendo-o em sua casa, pondo-o por fim em lugar seguro isto independente da situação de destaque que lhe alcançou.

E não havendo mais ninguém que pedisse a palavra, nem mais assuntos a tratar, foi esta sessão encerrada aos quinze minutos, e esta vai ser assinada por todos os membros presentes à sessão e por mim, Armando Barata, que a escrevi.

Lisboa, 7 de janeiro de 1926.

O presidente
M. S. Mello Simas (assinatura)
O secretário
Armando Barata (assinatura)
O tesoureiro
Manuel Rodrigues Júnior (assinatura)
Os vogais
João Francisco Mendes do Passo
Manuel António Ferreira
Artur Luz de Almeida
Macedo de Bragança
Augusto Machado Santos
José Rodrigues

Machado_Santos.indb 380 22/05/2013 12:14

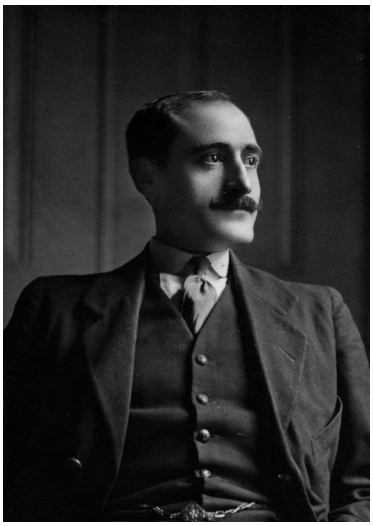
Apêndice iconográfico

Machado_Santos.indb 381 22/05/2013 12:14

Maurício Paulo Victória dos Santos, pai de Machado Santos.
Acervo de João Machado Santos.

Maria da Assunção Azevedo Machado Santos e Maurício Paulo Victória dos Santos, pais de Machado Santos. Acervo de João Machado Santos.

Isabel Machado Santos, irmã de Machado Santos, 1908. Acervo de João Machado Santos.



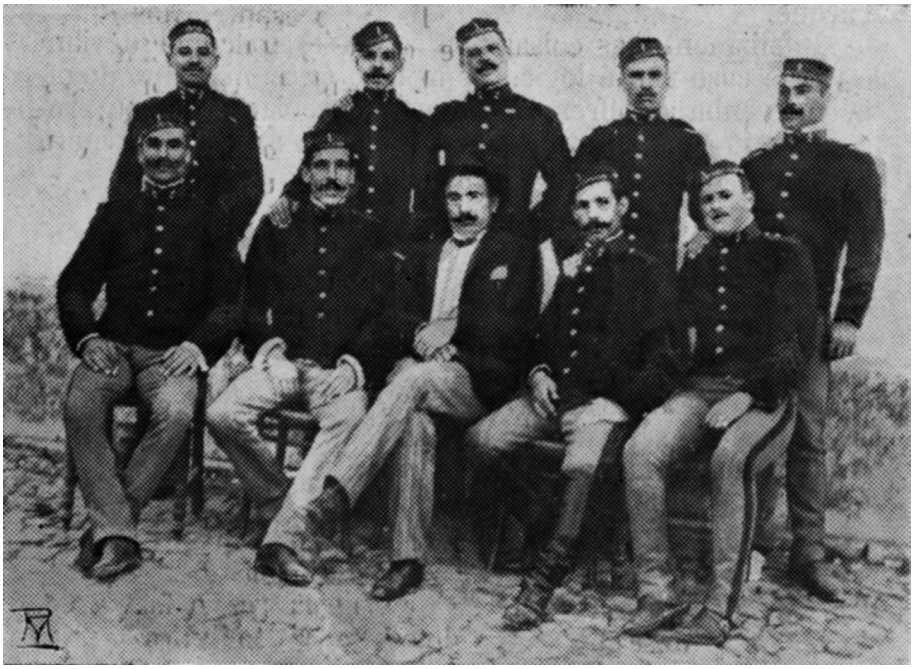
Augusto Zeferino Machado Santos, irmão de Machado Santos. Acervo de João Machado Santos.

Machado_Santos.indb 384 22/05/2013 12:14

Beatriz Estefânia de Oliveira e Augusto de Oliveira Santos,
mulher e filho de Machado Santos. Acervo de João Machado Santos.

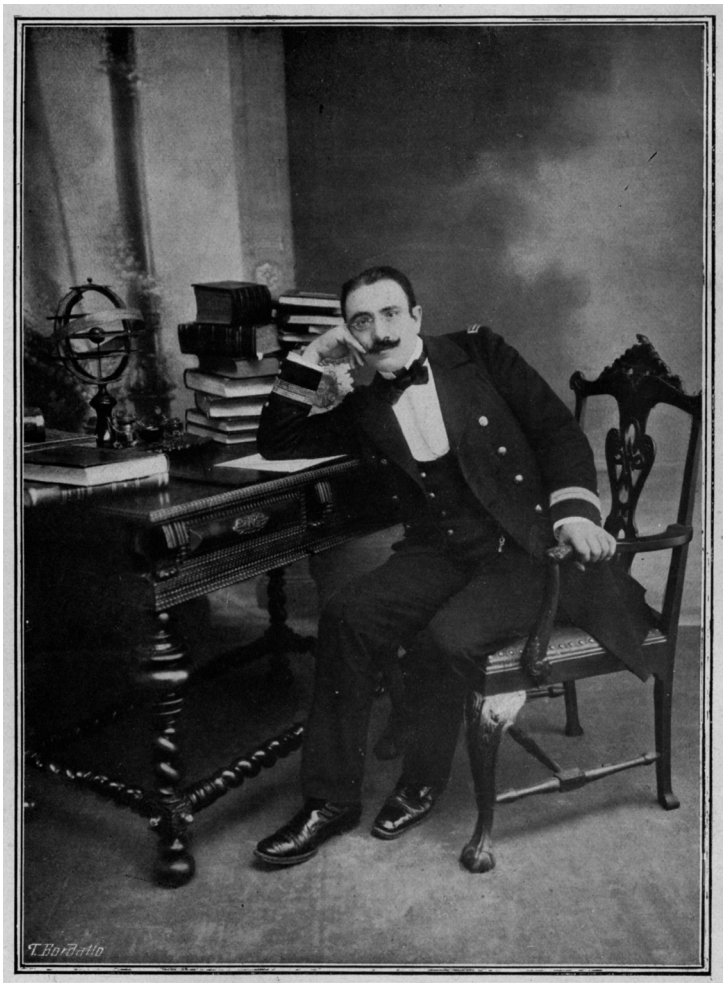
Vista geral da casa e da porta de entrada do segundo andar do apartamento onde viveu Machado Santos com a sua mulher e o seu filho, na rua José Estevão, n.º 14-2.º, bairro da Estefânia, Lisboa. Fotos cedidas pelo arquiteto Alexandre Braz Mimoso.

O triunvirato de chefes da Carbonária: da esquerda para a direita, António Maria da Silva, Luz de Almeida e Machado Santos, in SANTOS, Machado, *A Revolução Portuguesa, 1907-1910*, Papelaria Tipografia Liberty, 1911, p. 28.



Machado Santos rodeado pelos nove sargentos de artilharia que permaneceram firmes na Rotunda depois da retirada dos oficiais. No primeiro plano, da esquerda para a direita: Firmino Rego, Ernesto José dos Santos, Machado Santos, José Soares da Encarnação e Francisco Alexandre Lobo Pimentel. No segundo plano: Laurino Vieira, Ernesto Joaquim Feio, Francisco Garcia Terenas, Manuel da Conceição Silva e Matias dos Santos.
SANTOS, Machado, *A Revolução Portuguesa, 1907-1910*, Papelaria Tipografia Liberty, 1911, p. 76.

Machado_Santos.indb 387 22/05/2013 12:14



O comissário naval Machado Santos trajado com a farda de gala que usou na Rotunda, in SANTOS, Machado, *A Revolução Portuguesa, 1907-1910*, Papelaria Tipografia Liberty, 1911, página anterior à página de rosto.

Almoço de homenagem a Machado Santos pela sua promoção a capitão-de-mar-e-guerra, no Hotel das Duas Nações, à rua da Vitória, em Lisboa. O homenageado surge sentado junto de uma lauta mesa e rodeado pelos homenageantes: redatores, alguns colaboradores, amigos, empregados de administração e o chefe de oficinas d'*O Intransigente*.
O Intransigente, 16 de julho de 1911. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Machado Santos representado como um dos fantoches que governa o Terreiro do Paço, ainda que manietado pelos três políticos da situação: Brito Camacho, António José de Almeida e Afonso Costa. *O Zé*, 25 de novembro de 1911. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Machado_Santos.indb 390 22/05/2013 12:14

Machado Santos com Fernão Botto Machado. Acervo de João Machado Santos.

Machado Santos conversando com António Ladislau Parreira. Acervo de João Machado Santos.

"Os grandes tocadores… encravados". Ilustração representando os políticos mais influentes da República: Afonso Costa, António José de Almeida, Brito Camacho, Machado Santos e Bernardino Machado. *O Zé*, 5 de fevereiro de 1914. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Paródia ao projeto de lei de amnistia proposto por Machado Santos.
O Século Cómico, 5 de março de 1914.
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

ANO—I — DOMINGO 20 DE NOVEMBRO DE 1921 — N.º 5

O INTRANSIGENTE

Semanario do Partido Reformista

Redação e Administração RUA MACHADO SANTOS Ponta Delgada S. Miguel—Açores | DIRECTOR E EDITOR *Francisco Soares Silva* | Propriedade da Empreza O INTRANSIGENTE Composto e impresso na tip. Correio dos Açores

5 de Outubro de 1910 ≈≈≈ 19 de Outubro de 1921

O heroe maximo da revolução de 1910, depois de onze annos de lutas e sacrificios, d'um trabalho honesto e proficuo para uma Republica melhor e para um Portugal maior, estando sempre em evidencia a sua honorabilidade, emquanto os traficantes e vendedores da Patria se afogam em oiro, é barbara e selvaticamente assassinado nas ruas de Lisbôa.

O quanto uma data tem de glorioso e mostra a vontade de ferro dum Homem ao serviço d'um grande Ideal, a outra tem de vileza e suja as paginas brilhantes da nossa Historia.

Machado Santos

Ainda me não refiz do abalo profundo que me causou a morte horrorosa d'esse lidimo caracter, d'esse grande amigo, mas já me sinto com forças de ocupar o meu lugar para ver de frente os apologistas do desaparecimento do numero dos vivos, do Almirante Machado Santos.

Não pensem que venho chorar nas colunas d'este jornal, a morte do fundador da Republica. Já a chorei muito intimamente do fundo de toda a minha alma. Só, concentrando o meu espirito junto de Deus, eu pedi vingança, justiça implacavel, para os causadores de tão monstruosos assassinatos.

Criaturas de baixos sentimentos tambem por aqui as temos, tão assassinos e canalhas como aqueles que vagueiam lá pela cidade de lama, digo, de marmore e granito. Conheço-os! Hipocritas e refalsados, que dizem sentir a morte de Machado Santos, mas lá no seu foro intimo, regosijados estão com o seu desaparecimento. Ele teve amigos na mais larga accepção do termo, mas tambem os teve traidores como Judas. Conheço alguns, ele conhecia-os todos. Individuos que lhe deviam as suas desafogadas situações eram os que mais o anavalhavam pelas costas. Não ha coisa mais difícil de sofrer n'este mundo do que a ingratidão, quasi sempre acompanhada da infamia e da calunia. Machado Santos foi a alma mais calumiada que eu tenho conhecido em toda a minha vida!

Eu queria dizer tudo porque sou homem para o dizer, sem receio de coisa alguma, mas a prudencia manda que eu seja comedido n'esta ocasião. Basta dizer que um amigo nosso recebeu um cartão anonimo dando-lhe pesames! Quando foi de Monsanto, que aqui chegou um radio noticiando que ele tinha sido morto, homens que vestem bem e que ocupam logares de destaque na sociedade Micaelense esclamaram!... Não digo, fica para outra ocasião, para quando eu publicar as suas cartas em volume. Então serei claro.

Aqui n'esta terra havia quem lhe tivesse odio e o que é ainda mais doloroso para todos nós, é que o odio que esses imbecis lhe votavam, provinha da amisade que Machado Santos dedicava aos seus amigos de Ponta Delgada.

O Fundador da Republica era na politica portuguêsa, a sua unica figura moral, que se impunha pela sua nobresa de caracter, honradês e valentia.

Machado Santos
Quando exilado nesta cidade em 1915

Foi morto o heroe maximo de 5 de Outubro no campo revolucionario onde ele costumava de fronte erguida e com lealdade, bater os seus adversarios, os causadores de todas as desgraças nacionaes? Não! Um punhado de vis assassinos, foi prendel-o a sua casa, traiçoeiramente, a soldo dos chefes das alfurjas que infestam Lisboa e uma vês na rua assassinaram-no.

Isto está peor do que no Mexico. Portugal ocupa o primeiro lugar na lista das Nações criminosas.

São uns covardes, só atacam traiçoeiramente, pelo escuro, quando os cidadãos indefesos dormem junto de suas esposas e de seus filhos.

Essa ralé dirigida por uma escumalha de *intelectuaes* que ja de si deixaram triste memoria entre os seus colegas dos cursos secundarios, só assassina quando tem a certesa de ter a pele no seguro.

Quando cá esteve Paiva Couceiro a quem eles dizem votar odio de morte não lhe tocaram com um só dedo, porque bem sabiam que eram catrafiados.

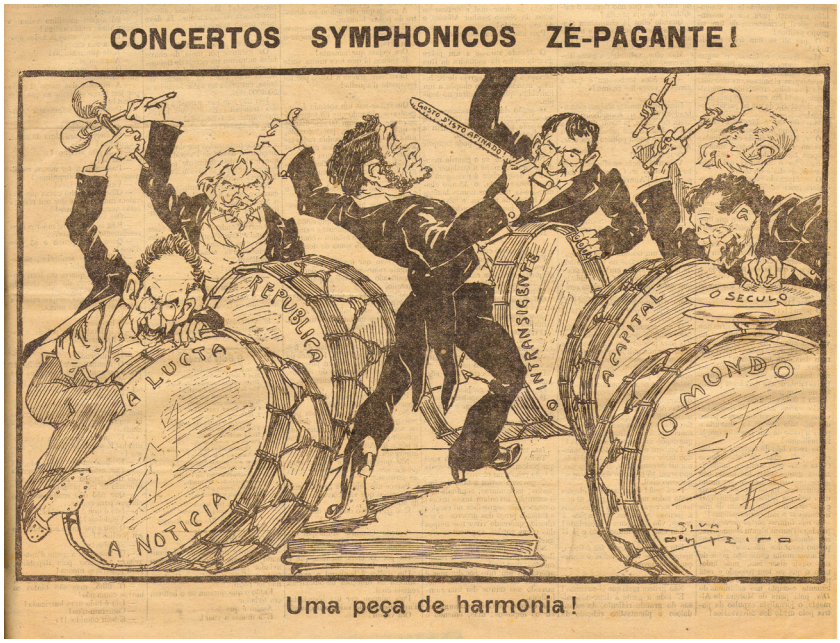
Não! que a vida de vadios pela Brasileira e casas de tavolagem é bem melhor do que dar o corpo ao manifesto nos carceres da Penitenciaria ou n'alguma Provincia Ultramarina. Matar, assassinar, mas quando se tem a certêsa absoluta de se ficar impune e ainda por cima receber a recompensa do bonito serviço de magaréfes.

O Dr. Paulo Nogueira, intimo amigo e correligionario de Machado Santos, falando no cemiterio ao lado do seu cadaver pediu pela memoria saudosissima do morto, perdão para os seus assassinos. Isso nunca! Os nossos corações sangram de dôr e só castigando sem dó nem piedade seja de que modo fôr, poderemos sentir algum alivio pela perda irreparavel do nosso querido amigo.

Que fizeram Machado Santos, Carlos da Maia, Antonio Granjo, Freitas da Silva e coronel Vascon-

Machado Santos exilado em Ponta Delgada, Açores, 1915.
O Intransigente, semanário do Partido Reformista, S. Miguel,
20 de novembro de 1921. Biblioteca Nacional de Portugal.

Hotel Açoriano, sito no largo da matriz, em Ponta Delgada, Açores, onde Machado Santos ficou hospedado durante o seu exílio de 1915. Serviços de Documentação da Universidade dos Açores.



O *Zé Povinho* e a (des)harmonia dos concertos sinfónicos tocados pelos jornais da República. *Os Ridículos*, 13 de janeiro de 1915.
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Os apóstolos da República. *Os Ridículos*, 12 de junho de 1915.
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

O sidonismo e a Formiga Branca. *Os Ridículos*, 10 de janeiro de 1918.
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Machado Santos no primeiro dia da *quaresma sidónica*.
Os Ridículos, 13 fevereiro de 1918.
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Escultura em mármore e bronze oferecida, em 1918, a Machado Santos, quando era secretário de Estado das Subsistências do consulado sidonista. Representa o próprio Machado Santos a amassar o pão.

Machado Santos e as suas duas filhas tão diferentes: a República Velha e a República Nova ou sidonismo. *Os Ridículos*, 4 de maio de 1918. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

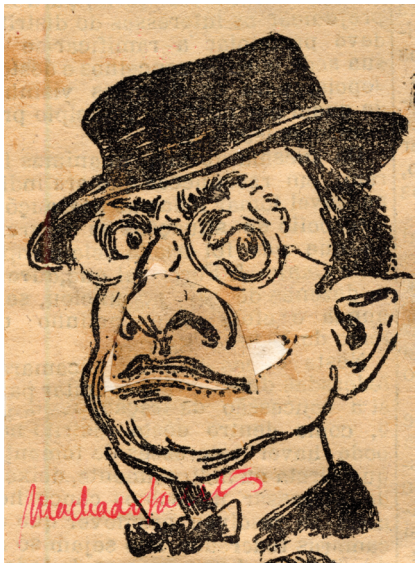
Machado Santos… «sempre só». *Os Ridículos*, 24 de agosto de 1918.
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Machado Santos e o sidonismo. *Os Ridículos*, 28 de setembro de 1918.
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Machado Santos… «sempre só» II. *Os Ridículos*, 13 de novembro de 1918.
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

«Concerto de concentração e acalmação». *Os Ridículos,* 8 de fevereiro de 1919.
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

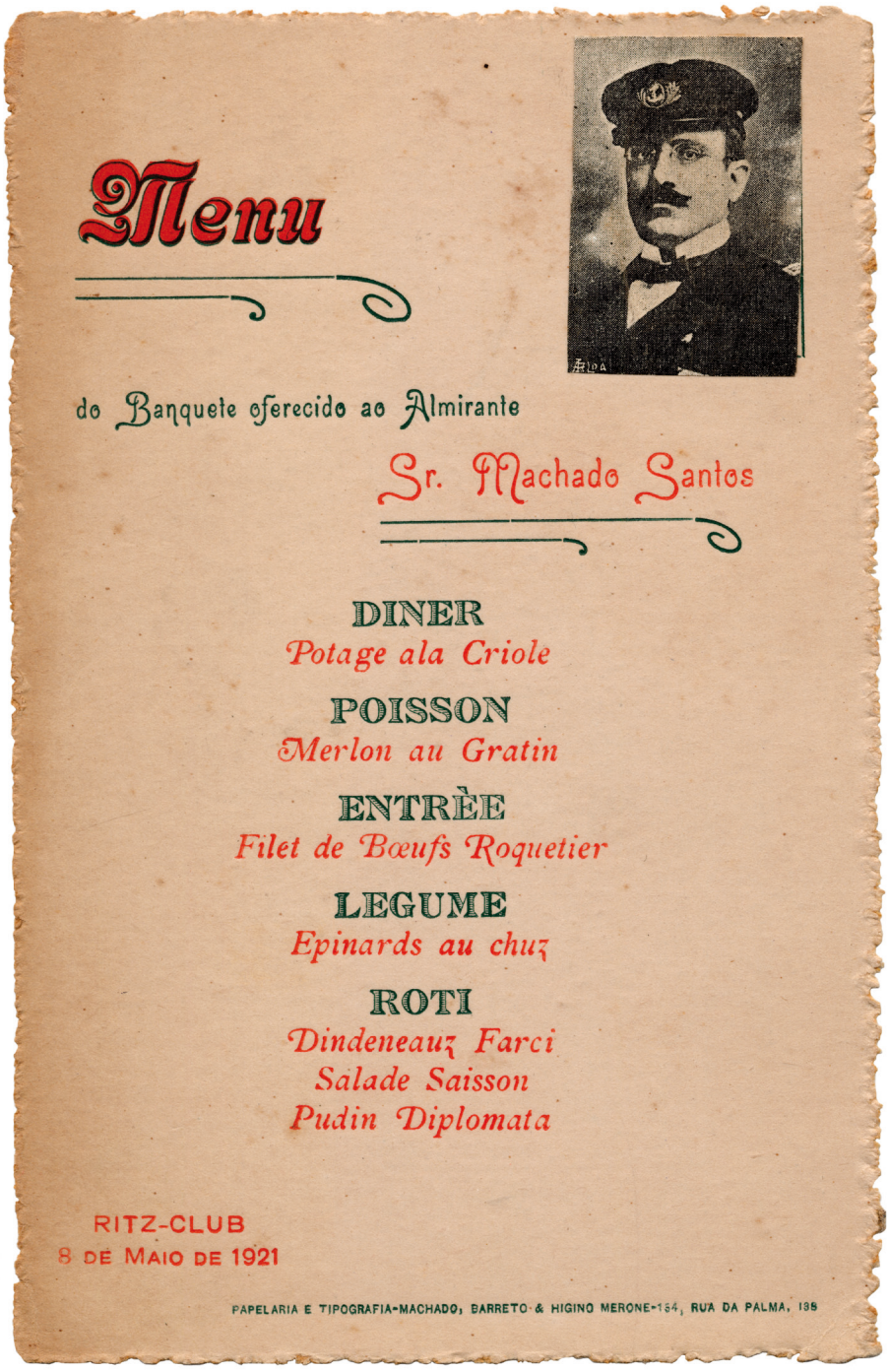
Horóscopo de Machado Santos feito pelo astrólogo J. Rabestana,
in RABESTANA, J. *O homem misterioso: horóscopo cabalístico-astrológico da República Portuguesa: uma comunicação curiosa: a morte de Machado Santos foi profetizada em 1920 pelo astrólogo J. Rabestana*.
Lisboa, Tipografia Travessa da Espera, s.d.



Caricatura de Machado Santos, concurso «Confusão de narizes», *O Mundo*. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Machado Santos trajando à civil e já sem bigode. *Ilustração Portuguesa*, n.º 819, 29 de outubro de 1921. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Diretório do Partido Reformista chefiado por Machado Santos.
Arquivo Pessoal Machado Santos.



Menu de um banquete oferecido ao almirante Machado Santos, 8 de maio de 1921.
Arquivo Pessoal Machado Santos.

Da Rotunda à morgue. António Machado Santos representado como o paladino da República entre duas expressivas representações ilustradas: à direita, como foi arrancado à família, na sua própria casa, pelos marinheiros; à esquerda, o seu assassinato. *O Século*, 25 de novembro de 1921. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

A camionette-fantasma!

A *camionette-fantasma!* Foi o nome rocambolesco, filmesco, com que o povo, os jornais, atonitos ante o mais rocambolesco, filmesco capitulo das nossas revoluções, baptisaram o estranho veiculo de tragedias, em que se tornou uma simples *camionette* da Administração Militar.

Pregunta-se, pregunta o povo, ainda horrorisado, pregunta a Justiça, já burocratisada, quem foram os autores da criminosa vindima de 19 de outubro.

Não se sabe. Todos os apontam, roçam por nós, mas tão envoltos em sangue que só se lhes distingue o vulto, não se lhes reconhecem as feições.

Não se sabe, não se vê .. Ha uma *camionette* envolta, pingando sangue.

Criminoso ? Apurado, definitivamente assente, está ali — é a *camionette*. E' provavel que ela expie a vindima de Morte de 19 de outubro.

Em Portugal não ha pena de morte. A *camionette* não poderá ser decapitada...

Mas a criminosa é ela, não tenham duvidas. Individualmente nenhum dos criminosos teria a coragem da sua cobardia. Quem sabe se, cada um deles, isolado, já repudiou o crime que cometeu. Foi necessario o ambiente negro da *camionette*, o *estupido* do motor, a vertigem de velocidade, a loucura... Foi a *camionette*, não tenham duvidas. Foi ela que cometeu os crimes, numa faina sinistra, mondadeira de vidas, maquina infernal, Moloch de gasolina.

Se ninguem mais aparecer como empreiteiro das tragedias, se sobre mais ninguem puder recair a colera ensanguentada do povo, do futuro, da Historia—que fique a *camionette*, no seu frete de cadaveres, no seu atropelamento de homens e de consciencias, nas suas *pannes* tragicas de vidas...

357

A «camioneta fantasma» da Noite Sangrenta.
Ilustração Portuguesa, n.º 821, 12 de novembro de 1921.
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

O corpo de Machado Santos na morgue.
O Intransigente, número único de homenagem
a Machado Santos, 2 de julho de 1922, p. 3.
Hemeroteca Municipal de Lisboa

A viúva de Machado Santos na câmara ardente. *Ilustração Portuguesa*, II série,
n.º 819, 29 de outubro de 1921. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Machado_Santos.indb 410 22/05/2013 12:15

O cortejo fúnebre de Machado Santos, 1921. Acervo de João Machado Santos.

No cemitério oriental de Lisboa (hoje, Alto de São João), a última jornada do fundador da República. *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 819, 29 de outubro de 1921. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Miniatura de navio em madeira feito por Machado Santos; encontra-se na posse de Isabel Machado Santos Cisneiros.

Mausoléu de Machado Santos, para onde foram trasladados os seus restos mortais, em 10 de janeiro de 1924, dia em que completaria 49 anos. Cemitério do Alto de São João, em Lisboa. Fotografia cedida pelo arquiteto Alexandre Braz Mimoso.

Fontes e bibliografia

1. Arquivos

Archives Ministère des Affaires Étrangères (AMAE).
Arquivo Bernardino Machado, *in* Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão (ABM/AMVNF).
Arquivo Central e Arquivo Histórico de Marinha (ACAHM).
Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiro (AHMNE).
Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República (AHPAR).
Arquivo Histórico-Militar (AHM).
Arquivo Jaime de Morais, *in* Fundação Mário Soares (AJM/FMS).
Arquivo Pessoal e Familiar de Machado Santos (APFMS).
Arquivo Pessoal e Familiar Norton de Matos (APFNM).
Arquivo Pessoal e Familiar Sidónio Pais (APFSP).

2. Obras e outros textos de Machado Santos

«Relatório de Recompensas do comandante Machado Santos aos membros do Governo Provisório da República», in *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro,* Lisboa, Publicações Culturais da CML, 1978, p. 47-53.

A Revolução Portuguesa, 1907-1910, Lisboa, Papelaria e Typografia Liberty, 1911. Reeditado pela Sextante Editora, Lisboa, 2007.

A ordem pública e o 14 de Maio, Lisboa, Papelaria e Tipografia Liberty, 1916.

Vasconcellos, D. Sebastião, Bispo de Beja, Par do Reino e Comendador da Nobilíssima Ordem de S. S. da Conceição de Vila Viçosa, *Os Barbadões. Resumo Histórico*, [s.l.], Empresa Editora do Jornal «Portugal», Limitada (propriedade), [s.d.], *História Contemporânea de Portugal* (dir. João Medina), Primeira República, Vol. I. Lisboa, Amigos do Livro, 1985, p. 21-24.

3. Periódico fundado e dirigido por Machado Santos

O Intransigente, Diário Republicano Radical (12 de novembro de 1910 a 13 de maio de 1915; número de edições: 1460) (Machado Santos assinou neste jornal centenas de editoriais). Saíram ainda mais dois números dispersos depois da morte do seu fundador e diretor: 2 de julho de 1922 (de homenagem ao almirante Machado Santos) e 3 de outubro de 1923 (dedicado a refutar afirmações de Teófilo Braga sobre Machado Santos feitas a um jornal brasileiro).

4. Outros periódicos

O Açoriano Oriental, Ponta Delgada, 1915.
A Batalha, 1912, 1922.
A Capital, 1921.
5 de Outubro, Número único, Lisboa, 5 de outubro de 1918.
Correio da Manhã, 1921, 1923.
O Debate, Ponta Delgada, 1915.
O Dia, 1918.
Diário de Lisboa, 1923.
Diário de Notícias, 1921, 1923.
Diário do Governo, 1918.
Diário dos Açores, Ponta Delgada, 1915.
Diário Nacional, 1918.
A Época, 1921, 1922, 1923.
A Folha de Lisboa, 1921.
Ilustração Portuguesa, 1910, 1911, 1921.
Imprensa da Manhã, 1921.
O Intransigente, 1910-1915 (foram ainda editados dois números especiais: 2 de julho de 1922 e 3 de outubro de 1923).
O Intransigente, semanário da Federação Nacional Republicana (órgão do Centro de Ponta Delgada), 1921.
A Manhã, 1921.
O Movimento, 1912.
O Mundo, 1910.
O Nacional, 1922.
O País, 1915, 1921.
A Pátria, 1921.
Público, 1996.
O Radical, 1908.
República, 1915, 1917, 1918, 1922, 1923, 1924.
A República, Ponta Delgada, 1915.
O Século, 1921, 1922, 1923.
A Tarde, 1924.

5. Intervenções e debates parlamentares

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 1908.
Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1911.
Diário da Câmara dos Deputados, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1922, 1923.
Diário do Senado da República, 1918, 1919.
Diário do Congresso da República, 1918.
Diário das Sessões da Assembleia Nacional, 1937, 1958, 1963.

Machado_Santos.indb 414 22/05/2013 12:15

6. Obras e textos memorialistas sobre a Revolução de 5 de Outubro e a I República

ABREU, Jorge de, *A Revolução Portuguesa. O 5 de Outubro,* Lisboa, Edição da Casa Alfredo David, 1912.

ARRIAGA, Manuel de, *Na Primeira Presidência da República Portuguesa: um rápido relatório*, Lisboa, Tipografia «A Editora Lda», 1916.

ANTÓNIO, António José de, *Quarenta anos de vida literária e política*, Lisboa, J. Rodrigues & C.ª, 1933-1934.

ALMEIDA, Luz de, «As sociedades secretas na revolução», in *História do regime republicano em Portugal,* II, Lisboa, Edição de Luís de Montalvor, 1932.

CAMACHO, Brito, *Um golpe de Estado: a revolução de 8 dezembro*, Lisboa, Tip. O Recreio, 1917.

[CAMEIRA, Eurico], *O espírito das ditaduras: cartas políticas*, Porto, Edição de Álvaro Cameira, 1930.

CASTRO, Joaquim Pimenta de, *O ditador e a affrontosa dictadura,* Weimar, 1915.

CHAGAS, João, *A última crise: comentários à situação da República Portuguesa*, Porto, Tipografia a Vapor da Empresa Guedes, 1915.

«Como se proclamou a República», *Ilustração Portuguesa*, 23 de janeiro de 1911.

As Constituintes de 1911 e os seus deputados. Obra compilada e dirigida por um antigo official da Secretaria do Parlamento, Lisboa, Livraria Ferreira, 1911.

[COSTA, Afonso], *Discursos Parlamentares de Afonso Costa, 1914-1926*, (compil., pref., notas) A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Europa América, 1976.

COSTA, Gomes da, *Portugal na Guerra. A Guerra nas colónias*, Lisboa, Editorial A. Brandão, 1925.

COSTA, Sousa, *Páginas de sangue, Vol. 2 - Buíças, Costas & C.ª*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães & C.ª, [192-].

FONSECA, Tomás, *Memórias dum chefe de gabinete,* (com prefácio de Lopes de Oliveira), Lisboa, Livros do Brasil, Limitada, 1949.

GARÇÃO, Mayer, *A ditadura e a revolução: história de um crime punido pelo povo,* Lisboa, Empresa Nacional de Lisboa, 1915.

GONÇALVES, Caetano, *Grandes nomes pequenos factos: (cinquenta anos de vida pública) (memórias),* Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s.d.

LEAL, Cunha, *As minhas memórias: coisas de tempos idos,* Vols. I e II, Lisboa, Cunha Leal, 1966.

LEÃO, Eusébio, «Como se proclamou a República», *Ilustração Portuguesa,* 23 de janeiro de 1911.

LIMA, Magalhães, *Episódios da minha vida. Memórias documentadas,* Lisboa, Livraria Universal de Armando Tavares, 1927.

LORAINE, A. G., *Portugal and the allies: a message to Great Britain with a foreword by E. M. Tenison*, London, Hazell Watson & Viney, 1918.

MADUREIRA, Joaquim (*Braz Burity*), *A forja da lei: A Assembleia Constituinte em notas a lápis*, Coimbra, F. França Amado, Editor, 1915. [Edição facsimilada: Assembleia da República, 2011].

MACHADO, Bernardino, *No exílio*, Famalicão, Tipografia Minerva, 1922.

MARTINS, Mariano, «A minha missão no dia 5. Depoimentos d'um revolucionário», *Ilustração Portuguesa,* 5 de junho de 1911.
MARTINS, Francisco da Rocha, *A República (memórias para a história do novo regímen)*, Lisboa, s.d.
MARTINS, Rocha, *Memórias sobre Sidónio Paes*, Lisboa: Sociedade Editorial ABC, 1921.
MARTINS, Rocha, *A Monarquia do Norte,* Lisboa, Editorial ABC, 1922.
MARTINS, Rocha, *Pimenta de Castro*, Lisboa, Edição do Autor, s.d. [1930].
MELO, J. A. Fontes Pereira de**,** *A Revolução de 4 de Outubro (subsídios para a História),* Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1912.
NEVES, Hermano, *Como triunfou a República,* Lisboa, Empresa Editorial «Liberdade», 1910.
NUNES, José Maria, *A bomba explosiva. Depoimentos de diversos revolucionários (28 de Janeiro de 1908 a 5 de outubro de 1910) compilados pelo autor e editor,* Lisboa, Editor José Maria Nunes, 1912. Com reedição fac-similada e introdução de António Ventura, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.
PATRÍCIO, Arthur, *Na barricada da Rotunda,* Lisboa, Centro Typographico Colonial, 1912.
Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro, Lisboa, com prefácio e notas introdutórias de Carlos Ferrão, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1978.
RELVAS, José, *Memórias políticas,* Lisboa, Terra Livre, 1977.
RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, «Documento inédito. Implantação da República em Portugal. Relatório do tenente Fernando Mauro d'Assunção Carmo», in *Revista de História das Ideias, Revoltas e Revoluçõe*s, Vol. VII, Coimbra, 1985, p. 463-497.
SANTOS, Júlio Victorino dos, *Apontamentos para a história da revolução,* Lisboa, Typographia Commercio e Industria, 1910.
SANTOS, J. A. Correia dos, *A Revolução de 14 de Maio: subsídios para a história política e militar*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1915.
SILVA, António Maria da, *O meu depoimento,* 1.º volume, Lisboa, Edição Gráfica Portuguesa, 1974.
SILVA, César da, *A Revolução de 14 de Maio*, Lisboa, João Romano Torres & C.ª Editores, [1915].
SOUSA, António Teixeira de, *História da Revolução que depôs a Monarquia,* Livraria Moura Marques & Paraísos, 1912.
STEFFANINA, Celestino, *Subsídios para a história da Revolução de 5 de Outubro de 1910,* Lisboa, Edição de autor, 1918.
Um grupo de republicanos que combateram em Monsanto – Os partidos políticos perante a nação, Lisboa, Editor Joaquim de Almeida, s.d.
A vitória da República Portuguesa. Ecos da revolução, Lisboa, Livraria Portuguesa, s.d.

Machado_Santos.indb 416 22/05/2013 12:15

7. Esboços biográficos sobre Machado Santos

Homenagem ao fundador da República vice-almirante Machado Santos. Chefe da «Federação Nacional Republicana», Ponta Delgada, Typ.ª Ruy Moraes (comp. e imp.), 1919.

CARDOSO, Eurico Esteves Lage, *Machado Santos, «o fundador da República»*, Lisboa, Edição de Autor, 2005.

COSTA, Gomes da, *Portugal na Guerra. A Guerra nas colónias*, Lisboa, Editorial A. Brandão, 1925.

MADUREIRA, Joaquim, *Caras Lavadas. Machado Santos (depoimento de um cúmplice),* Lisboa, Lamas e Franklin Editores, 1911.

MADUREIRA, Joaquim [*et al.*], *Machado Santos, a Carbonária e a Revolução de Outubro*, Lisboa, S.C.R.L. Cooperativa Editora História Crítica, 1980; coleção Textos Universitários, Opúsculos 1.

MEDINA, João, «Machado Santos, o republicano recalcitrante», in *História de Portugal,* Vol. XII. Monarquia Constitucional (II). A República (I), dir. de João Medina, Amadora, Ediclube, Edição e Promoção do Livro, Lda, 2004, p. 437-452.

RABESTANA, J., *O Homem misterioso: horóscopo cabalístico-astrológico da República Portugueza: uma comunicação curiosa: a morte de Machado Santos foi profetizada em 1920 pelo astrólogo J. Rabestana*, Lisboa, Tipografia Travessa da Espera, s.d.

«Santos, António Maria de Azevedo Machado», in MARQUES, A. H. Oliveira (coord.), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926),* Lisboa/Porto, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2000, p. 388-389.

«António Maria de Azevedo Machado Santos», in *As Constituintes de 1911 e os seus deputados. Obra compilada e dirigida por um antigo official da Secretaria do Parlamento*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1911, p. 225-229.

8. Histórias de Portugal

AMEAL, João, *História de Portugal,* Porto, Livraria Tavares Martins, 1940.

MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal,* 2 vol., 2.ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1976.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, 8 vol., Lisboa Círculo de Leitores, 1992-1993.

MEDINA, João (dir.), *História Contemporânea de Portugal*, Amigos do Livro Editores, 1985.

MEDINA, João (dir.), *História de Portugal*, Amadora, Ediclube, Edição e Promoção do Livro, Lda, 2004.

PERES, Damião, *História de Portugal: edição monumental comemorativa do 8.º centenário da fundação da nacionalidade: suplemento,* Porto, Portucalense Editora, SARL, 1954.

RAMOS, Rui (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

SARAIVA, José Hermano (coord.), *História de Portugal,* Lisboa, Publicações Alfa, 1983.
SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal,* Lisboa, Verbo, 1990-2000.
SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal,* Lisboa, Editorial Presença, 1991-2004.

9. Dicionários, enciclopédias e cronologias

BRANDÃO, Fernando de Castro, *A I República Portuguesa. Uma cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.
Dicionário Enciclopédico da História de Portugal, 2 vol., Lisboa, Publicações Alfa, 1990.
Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Ld.ª, s.d.
LEMOS, Mário Matos e, *Jornais diários portugueses do século XX. Um dicionário,* Coimbra, Ariadne Editora/CEIS 20, 2006.
MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria,* Lisboa, Editorial Delta, 1986.
MARQUES, A. H. de Oliveira [*et al.*] (coord.), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926),* Lisboa/Porto, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2000.
RODRIGUES, António Augusto Simões (dir.), *História comparada: Portugal, Europa e o Mundo: uma visão cronológica*, Vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal,* Porto, Livraria Figueirinhas, 1990.

10. Obras de enquadramento histórico

AFONSO, Aniceto; Guerreiro, Marília, «A revolta de Tomar (13 de Dezembro de 1916)», *Boletim do Arquivo Histórico Militar,* 51.º volume, Lisboa, 1982.
ALMEIDA, J. A. Martins, *Nos meandros do 19 de outubro,* Braga, Edição de autor, 1998.
AMARAL, Luciano, *Outubro: a revolução republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, Lda, 2011.
BATISTA, Jacinto, *Um jornal na revolução. «O Mundo» de 5 de Outubro de 1910.* Seara Nova, 1966.
BRANDÃO, José, *Sidónio. Contribuição para a história do presidencialismo*, Lisboa, Perspetivas & Realidades, Lisboa, 1983.
BRANDÃO, José, *A Noite Sangrenta,* Lisboa, Publicações Alfa, 1991.
CAETANO, Marcelo, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional,* 6.ª edição revista e ampliada por Miguel Galvão Teles, Tomo 1, Lisboa, s.n., 1972.
CATROGA, Fernando, *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2.ª edição, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

Machado_Santos.indb 418 22/05/2013 12:15

CEREZALES, Diego Palacios, *Portugal à coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX,* Lisboa, Tinta da China, 2011.

Comunicação e Cultura, n.º 8, Outono-inverno de 2009, «Imagens da República», Universidade Católica Portuguesa, CECC, Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Faculdade de Ciências Humanas.

CORDEIRO, Carlos, *Nacionalismo e Cultura Política nos Açores de finais de oitocentos à I Guerra Mundial*, sep. de «O Tempo de Manuel de Arriaga. Actas do Colóquio», Lisboa, 2004.

CORDEIRO, Carlos, *Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República,* Lisboa, Edições Salamandra, Lda., 1999.

COSTA, Afonso, *Discursos parlamentares*, Lisboa, Compilação, prefácio e notas de A. H. de Oliveira Martins, Europa-América, 1973.

COSTA, Hélder, *O Mistério da Camioneta Fantasma*, Lisboa, Edições Colibri, 2001.

Crises em Portugal nos séculos XIX e XX. Actas do Seminário organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa, 6 e 7 de dezembro de 2003, Coordenação de Sérgio Campos Matos, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

CRUZ, Manuel Braga da, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo,* Lisboa, Editorial Presença, 1980.

DEROU, Jean, *Les relations franco-portugaises à l'époque de la première république parlamentaire libérale (octobre 1910-28 mai 1926),* Paris, Sorbonne, 1986.

DIAS, Manuel, *Do 31 de Janeiro ao 25 de Abril. A História e o testemunho da imprensa,* Porto, Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1999.

DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu consulado*, Lisboa, Portugália, [1941].

FERRAZ, Jorge, *Correspondência para o dr. Eduardo de Abreu. Do Ultimato à Assembleia Nacional Constituinte (1890-1911),* Braga, Academia Portuguesa de História, 2000.

FARINHA, Luís, *Estudo sobre a acção política parlamentar de Francisco Pinto Cunha Leal como deputado ao Congresso da República (1918-1928),* Vol. 1, Lisboa/Porto, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2002.

FERRÃO, Carlos, *História da 1.ª República*, Lisboa, Terra Livre, 1976.

FERRÃO, Carlos, *Em defesa da República*, Lisboa, Edições Inquérito, 1964.

FERREIRA, David, *História política da Primeira República Portuguesa,* Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

FERREIRA, José Medeiros, *O Comportamento político dos militares: forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.

FLORES, Francisco Moita, *Cemitérios de Lisboa: entre o real e o imaginário*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

FLORES, Francisco Moita, *Mataram o Sidónio!* Lisboa, Alfragide, Casa das Letras, 2010.

FRAGA, Luís Alves de, *Do intervencionismo ao sidonismo: os dois segmentos da política de guerra na 1.ª República, 1916-1918,* Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

FRANÇA, José-Augusto, *Os anos 20 em Portugal. Estudos de factos sócio-culturais,* Lisboa, Editorial Presença, 1992.

GIL, Adriano Beça, «Fragata D. Fernando II e Glória», in *A Cultura na Marinha*, Lisboa, Academia da Marinha, 2006, 197-127.

História («A Noite Sangrenta: 19 de outubro de 1921»), outubro de 2001, Ano XXIII (III série).

GOUVEIA, Fernando Tomás Rosa, *Orgânica governamental, sua evolução, e elencos ministeriais constituídos desde 5 de outubro de 1910 a 31 de março de 1972*, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1972.

História de República, edição comemorativa do cinquentenário da República, Lisboa, Editorial Século, 1959.

HOBSBAWM, Eric, *A era do império: 1875-1914,* Lisboa, Editorial Presença, 1990.

HOBSBAWM, Eric, *A era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991,* Lisboa, Editorial Presença, 2002.

HOMEM, Amadeu Carvalho, «Uma interpretação do significado da Primeira República Portuguesa», in *Portugal-Brasil: uma visão interdisciplinar do século XX: actas do Colóquio 2 a 5 de abril de 2003.* Coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS 20, Quarteto Editora, 2003, p. 79-108.

HOMEM, Amadeu Carvalho, *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga,* Coimbra, Livraria Minerva, 1989.

HOMEM, Amadeu Carvalho, *Da Monarquia à República,* Viseu, Palimage Editores, 2001.

HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAIA, Artur César, *Progresso e religião. A República no Brasil e em Portugal, 1889-1910,* Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

HONRADO, Fernando, *Os fuzilados de outubro: Lisboa, 1921,* Lisboa, Acontecimento, Estudo e Edições, 1995.

JACA, Carlos, *Manuel Monteiro: a sua República não era aquela...*, Braga, Casa do Professor, 2011.

LEAL, Ernesto Castro, «Partidos e grupos políticos na I República», in *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, dir. João Medina, Vol. 10 – A República – I, Amadora, Ediclube, Edição e Promoção do Livro, Lda, 1993.

LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e Programas: o campo partidário republicano português 1910-1926*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

LEAL, Ernesto Castro, «O campo político dos partidos republicanos portugueses (1910-1926)», in *República, Republicanismo e Republicanos. Brasil, Portugal, Itália* (coord. Armando Malheiro da Silva, Maria Luiza Tucci Carneiro e Stefano Salmi), Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011, p. 245-272.

LEAL, Ernesto Castro, *Nação e Nacionalismo – a Cruzada Nacional D. Nun'Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo,* Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

LEMOS, Mário Matos e; RAMIRES, Alexandre, *José Henriques de Mello. Guiné: campanhas de 1907-1908,* Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

LORAINE, A. G., *Portugal and the allies: a message to Great Britain with a foreword by E. M. Tenison*, London, Hazell Watson & Viney, 1918.

Machado_Santos.indb 420 22/05/2013 12:15

MAIA, Berta, *As minhas entrevistas com Abel Olímpio, o «Dente de Ouro». Páginas para a história da morte vil de Carlos da Maia, republicano – combatente de 5 de Outubro*. 2.ª edição aumentada, Lisboa, 1929.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Vem aí a República! 1906-1910,* Coimbra, Edições Almedina, Lda., 2009.

MALTEZ, José Adelino, *Tradição e revolução. Uma biografia do Portugal político do século XIX ao XXI,* 2 vol., Lisboa, Tribuna da História – Edição de Livros e Revistas, Lda., 2004.

MARQUES, A. H. de Oliveira**,** *Ensaios de História da I República,* Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História da 1.ª República Portuguesa: as estruturas de base,* Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d. [1978].

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Guia de História da 1.ª República,* Lisboa, Editorial Estampa, 1981.

MARTINS, Pedro Miguel, *O republicanismo autoritário de Basílio Teles (1856-1923),* Casal de Cambra/Amadora, Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA, 2011.

MARTINS, Rocha, *Portugal dos nossos dias: Vermelhos, Brancos e Azuis,* Vol. II, Lisboa, Organizações Crisális, 1950.

MATOS, Jorge Semedo de, «A cultura que faz o homem: cultura e universidade: o caso da Escola Naval», in *A Cultura na Marinha,* Lisboa, Academia da Marinha, 2006.

MATOS, Sérgio Campos, «Da crise da Monarquia Constitucional à Primeira República em Portugal (1890-1910)», in *España – Portugal. Estúdios de Historiografia Contemporânea*. Dir. Hipólito de la Torre Gómez e António Pedro Vicente, Madrid, Ed. Complutense, 1998.

MATOS, Sérgio Campos; TRAVESSA, Elisa Neves; FREITAS, Joana Gaspar de, *Manuel de Arriaga: documentos políticos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

MEDINA, João, «Manuel Teixeira Gomes e Sidónio Pais», *Clio*, Lisboa, 2 (1980).

MEDINA, João, «Um semanário anarquista durante o primeiro governo de Afonso Costa: *Terra Livre*», in *Análise Social,* Vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º, p. 735-765.

MEDINA, João, *«Oh a República!...! Estudos sobre o republicanismo e a Primeira República Portuguesa,* Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

MEDINA, João, «Varões republicanos: quatro retratos de vultos políticos da I República: Machado Santos, Afonso Costa, João Chagas e Sidónio Pais», *Clio*, Lisboa, Nova série, 2 (1997), p. 153-175.

1907 No advento da República. Mostra bibliográfica 15 de março a 9 de junho. Apresentação Jorge Couto. Coord. Manuela Rego, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2007.

MONTALVOR, Luís de (dir.), *História do regímen republicano em Portugal,* 2 vol., Lisboa, Ática, 1930-1932.

OLIVEIRA, César, *O operariado e a República democrática (1910-1914),* 2.ª edição, Lisboa, Seara Nova, 1974.

ORTIGÃO, Ramalho, *Últimas farpas: cartas portuguesas: homens e factos dos derradeiros tempos, 1910-1915*, Lisboa, Aillaud e Bertrand, [1916].

PASSOS, José Manuel da Silva, *O bilhete postal ilustrado e a história urbana de Lisboa. The Illustrated postcard and the urban history of Lisbon,* Lisboa, Caminho, 1993.
PABÓN, Jesús, *La revolución portuguesa*, Madrid, Espasa-Calpe, 1941.
PEREIRA, António Manuel, *Governantes de Portugal desde 1820 até ao dr. Salazar*, Porto, Manuel Barreira, 1959.
PEREIRA, Miriam Halpern, *Das revoluções liberais ao Estado Novo,* Lisboa, Editorial Presença, 1993.
PESSOA, Fernando, *Lisboa: o que o turista deve ver; what the tourist should see*, 6.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2011.
A Primeira República Portuguesa. Entre o liberalismo e o autoritarismo, coordenação de Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto, Lisboa, Edições Colibri, 2000.
RAMOS, Rui, «Foi a Primeira República um regime liberal? Para uma caracterização política do regime republicano português entre 1910 e 1920», in BAIÔA, Manuel (ed.), *Elites e Poder: a crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918--1931); Elites y Poder: la crisis del sistema liberal en Portugal y España (1918-1931)*, Lisboa, Colibri, Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora, 2004.
A República ontem e hoje, III Curso de História Contemporânea, Lisboa, 20 a 25 de novembro de 2000, organizado por Fundação Mário Soares, Edições Colibri, 2002.
REGO, Raul, *História da República,* 5 vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1986.
RÉMOND, René, *Introdução à História do nosso tempo. Do Antigo Regime aos nossos dias,* Lisboa, Gradiva, 1994.
RODRIGUES, Ernesto, *5 de Outubro: uma reconstituição,* Lisboa, Gradiva, 2010.
ROSAS, Fernando, *Portugal século XX (1890-1976). Pensamento e acção política*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.
ROSAS, Fernando, e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa,* Lisboa, Tinta da China, 2009.
SAMARA, Maria Alice, «Um fantasma que encheu a noite de pavor», *História*, 3.ª série, outubro de 2001, p. 24-31
SANTOS, Miguel Dias, *A Contrarrevolução na I República, 1910-1919*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
SERRÃO, Joel, *Liberalismo, socialismo, republicanismo: antologia de pensamento político português,* 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1979.
SILVA, Armando Malheiro da, «Os Católicos e a "República Nova" (1917-1918): da "questão religiosa" à mitologia nacional», *Lusitânia Sacra*, Lisboa, 2.ª série, 8/9 (1996-1997), p. 488-489.
SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e sidonismo:* Vol. 1 – *História de uma vida;* Vol. 2 – *História de um caso político*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006.
SILVA, Armando Malheiro, «Uma experiência presidencialista em Portugal (1917--1918)», in *Portugal-Brasil no século XX, Sociedade, cultura e ideologia,* Bauru/ /Brasil, Edusc, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2003, p. 49-86.

Machado_Santos.indb 422 22/05/2013 12:15

SILVA, Armando Malheiro da, «Variações ideológicas da historiografia em torno da 1.ª República», in *Progresso e Religião. A República no Brasil e em Portugal, 1889--1910*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p. 411-428.

SILVA, Armando Malheiro da, «Egas Moniz e a política: notas avulsas para uma biografia indiscreta», in PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (org.), *Egas Moniz em livre exame*, Coimbra, Minerva Coimbra, 2000, p. 237-311.

SILVA, Armando Malheiro da, «A escrita (vária) da História da I República Portuguesa», in *Ler História,* n.º 38/2000, p. 197-254.

SILVA, Armando Malheiro da, «A República e o reformismo democrático autoritário (1890-1926): uma proposta interpretativa», in *Portugal-Brasil: uma visão interdisciplinar do século XX: actas do Colóquio 2 a 5 de abril de 2003,* Coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS 20, Quarteto Editora, 2003, p. 19-62.

SILVA, Armando Malheiro da; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; SALMI, Stefano, *República, republicanismo e republicanos, Brasil, Portugal e Itália,* Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

SILVA, Armando Malheiro da, «Norton de Matos e as diferentes maneiras de ser contra o 28 de Maio de 1926. As revoltas de 1931, o reviralhismo e/ou a "via ordeira"», in *Os Açores e a revolta de 1931: comunicações apresentadas no Colóquio Comemorativo do 75.º aniversário*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura-IAC, 2007, p. 19-53.

SILVA, Armando Malheiro da, «Norton de Matos e a autodefesa face à história coeva e futura», in *Estados autoritários e totalitários e suas representações: actas do Seminário Internacional realizado em Coimbra no Arquivo da Universidade nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2008,* Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008, p. 355-376.

SILVA, Armando Malheiro da, «A Candidatura à Presidência da República do General Norton de Matos e o Boletim "Eleições Livres" no Distrito de Braga (1949)», in *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949 60 anos depois,* Coord. Heloisa Paulo e Helena Pinto Janeiro, Lisboa, Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010, p. 57-83.

SILVA, Armando Malheiro da; CORDEIRO, Carlos; TORGAL, Luís Filipe, «A República de António Maria de Azevedo Machado Santos (1875-1921)», in *República, republicanismo e republicanos, Brasil, Portugal, Itália,* Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 425-457.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O poder e a guerra, 1914-1918. Objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra,* Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

TELO, António José, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, 2 vol., Lisboa, A Regra do Jogo, Edições, 1980.

TELO, António José, *Primeira República*, 1.º volume («Do sonho à realidade»), 2.º volume («Como cai um regime»), Lisboa, Editorial Presença, 2010 e 2011.

Machado_Santos.indb 423 22/05/2013 12:15

TORGAL, Luís Filipe, «Portugal/Brasil, 1889-1910: uma visão cronológica», in *Progresso e religião. A República no Brasil e em Portugal, 1889-1910,* Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 309-387.
TORGAL, Luís Filipe, *O sol bailou ao meio-dia. A criação de Fátima,* Lisboa, Tinta da China, 2011.
TORGAL, Luís Filipe (coord.), Revista *Ipsis Verbis*, n.º 5, maio de 2010, «Repúblicas», número comemorativo do centenário da República, Escola Secundária de Oliveira do Hospital.
TORGAL, Luís Filipe (org. e pref.), *Religião, República, Educação. Uma antologia de Tomás da Fonseca*, Lisboa, Antígona, 2012.
TORGAL, Luís Reis, *António José de Almeida e a República*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.
TORRES, Flausino, *A origens da República: leituras históricas*, Lisboa, Prelo Editora, 1965.
VALENTE, Vasco Pulido, *O poder e o povo: a revolução de 1910*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1976.
VALENTE, Vasco Pulido, «Estudos sobre Sidónio Pais: comércio e distribuição em 1918», *in* idem, *Estudos sobre a crise nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.
VALENTE, Vasco Pulido, «Revoluções: a "República Velha" (ensaio de interpretação política)», in *Análise Social*, Lisboa, 27: 115 (1992).
VALENTE, Vasco Pulido, *A República Velha (1910-1917),* Lisboa, Gradiva, 1997.
VALENTIM, Carlos Manuel, «O Clube Militar Naval e os seus anais na cultura da Marinha: a ciência e a técnica divulgadas por uma revista naval», in *A Cultura na Marinha,* Lisboa, Academia da Marinha, 2006.
VENTURA, António, *A Carbonária em Portugal*, 1897-1910, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
VENTURA, António, *Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria,* Lisboa, Círculo de Leitores, 2011.
VIEIRA, Alexandre, *Para a história do sindicalismo em Portugal*, Lisboa, Seara Nova, 1970.
VIEIRA, Joaquim, *Portugal século XX. Crónica em Imagens,* 1900-2000, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999-2001.
WHEELER, Douglas L., *História política de Portugal, 1910-1926*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1985 [reedição atualizada, em 2010, com novo prefácio e bibliografia aumentada].

Machado_Santos.indb 424 22/05/2013 12:15

Webgrafia

Almanaque da República
http://www.republica2010.com/figuras/figuras_machado%20santos.php
Assembleia da República – Intervenções e debates
http://www.parlamento.pt/Intervencoes/Paginas/default.aspx
Centenário da República, 1910-2010
http://centenariorepublica.pt/escolas/personalidaderepublica/ant%C3%B3nio mariaazevedomachadosantos
Escola Naval – História
http://escolanaval.marinha.pt/PT/escola/Pages/Historia.aspx (dezembro de 2011).
Infopédia
http://www.infopedia.pt/$antonio-maria-de-azevedo-machado-santos (janeiro de 2012).
Centenário da República – Portal Oficial da Comissão Nacional
http://centenariorepublica.pt/
Wikipédia
http://en.wikipedia.org/wiki/Jean_Étienne_Championnet (dezembro de 2011)
http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Maria_de_Azevedo_Machado_Santos (janeiro de 2012).
http://pt.metapedia.org/wiki/Aura_Abranches (dezembro de 2011).
http://www.vidaslusofonas.pt/machado_santos.htm (janeiro de 2012).

Machado_Santos.indb 426 22/05/2013 12:15

Índice remissivo

As designações que integram o índice remissivo referem-se aos principais organismos, instituições, pessoas, locais, acontecimentos e temas que se encontram referenciados ao longo do texto.

I Guerra Mundial – ver Grande Guerra
I República – 13, 14, 15, 16, 19, 22, 69, 80, 137, 192, 249, 306, 309, 311, 313, 314, 315
III República Francesa – 16, 23, 199
5 de Dezembro de 1917 – 20-21, 155, 161, 179, 215, 220, 223, 226, 228, 230, 235, 240, 255, 266, 350, 374
5 de Outubro (jornal) – 215
5 de Outubro de 1910 – 13, 14, 17, 19, 20, 28, 29, 31, 37, 38, 41, 52, 55, 57, 59, 60, 61, 64, 68, 70, 77, 79, 80, 91, 107, 108, 120, 124, 129, 143, 149, 150, 153, 155, 179, 199, 215, 216, 240, 248, 255, 256, 258, 259, 267, 277, 278, 281, 292, 293, 294, 303, 304, 305, 306, 309, 316, 328, 330, 347, 362, 373, 377, 379
13 de Dezembro de 1916 – 20, 21, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 168, 185, 189, 255, 345, 346, 360, 373
14 de Maio de 1915 – 20, 108, 109, 118, 119, 123, 124, 126, 127, 131, 133, 136, 139, 140, 143, 145, 151, 157, 167, 168, 177, 304, 345, 373
19 de Outubro de 1921 – 129, 232, 281, 282, 283, 288, 295, 296, 297, 298, 300, 305
28 de Janeiro de 1908 – 33, 41, 42, 43
28 de Maio de 1926 – 299, 308, 310, 316
31 de Janeiro de 1891 – 26, 49, 129, 282, 304, 305

A

Abrantes – 143, 146, 148, 157, 374
Abreu, Eduardo de – 70, 71, 72, 73, 80, 81, 92
Abreu, Francisco Aires de – 358
Abreu, Manuel Pedro de – 263
Abreu, Miguel de – 358
Açores – 19, 20, 30, 99, 120, 121, 130, 136, 198, 202, 283, 362, 394, 395
Açoriano Oriental, O – 130
Açúcar – 194, 197, 198, 202, 364
Adamastor (cruzador) – 31, 50, 53, 121, 122, 123
Afonso de Albuquerque (cruzador) – 28
África – 27, 31, 45, 109, 136, 141, 150, 184, 196, 218, 264, 286, 341
Agricultura – 174, 192, 196, 201, 213, 219, 221, 222, 223, 224, 227, 229, 231, 239, 258, 259, 274, 276, 281, 347, 348, 349, 350, 357, 366, 368
Albergaria, Virgílio Soares de – 134, 359
Albuquerque, Alexandrino de – 265, 267, 269, 295, 376
Albuquerque, Joaquim de Azevedo e – 78, 331
Alcântara (Lisboa) – 41, 51, 53, 57, 181, 182, 183, 333
Alemanha – 24, 54, 110, 140, 141, 142, 149, 251, 287, 341, 346
Alentejo – 88, 196, 203
Alfama (Lisboa) – 41, 160, 333
Algarve – 32, 196, 203
Allegro, Solari – 245

Almeida, Adelino Pereira de – 376, 377, 378, 379
Almeida, António José de – 9, 17, 19, 21, 45, 65, 67, 68, 77, 81, 85, 86, 87, 96, 100, 101, 115, 116, 118, 124, 140, 143, 144, 147, 149, 151, 152, 170, 187, 250, 265, 278, 282, 283, 309, 327, 337, 345, 346, 377, 378, 390, 392
Almeida, Artur Augusto Duarte da Luz de – 26, 28, 32, 42, 43, 45, 46, 54, 59, 79, 175, 176, 258, 259, 301, 376, 377, 378, 380, 386
Almeida, Francisco Maria Solano de – 157, 172, 237, 358
Almeida, João de – 245, 280
Almeida, José Tavares – 363
Almirante Reis (cruzador) – 124, 148, 160, 168
Alpoim, Egas de – 32, 314
Alpoim, José Maria de – 32, 41, 259, 314
Alta Venda (Carbonária) – 32, 43, 45, 46
Amaral, Joaquim Mendes do – 365, 366
Amaral, José Maria Raposo de – 134, 135
Amaral, Manuel Ribeiro do – 236, 242, 269
América – 24, 198, 225, 250, 268
Amnistia – 57, 68, 76, 82, 88, 100, 102, 103, 104, 107, 108, 117, 118, 119, 137, 180, 228, 235, 264, 265, 315, 360, 393
Andrade, Gomes Freire de – 282, 346
Angola – 27, 36, 45, 90, 91, 109, 119, 129, 134, 140, 141, 172, 196, 203, 306
Angra do Heroísmo – 77, 99, 117, 128, 359
Antunes, João do Canto e Castro Silva – 21, 239, 240, 242, 352, 354, 365
Aranha, Isidro – 167
Armada – ver Marinha
Armistício – 54, 120, 123, 129, 166, 231, 234, 236
Arriaga, Manuel de – ver Silveira, Manuel José de Arriaga Brum da
Arroz – 194, 197, 203, 222, 349, 350
Arsenal da Marinha – ver Marinha
Arsenal do Exército – ver Exército
Assembleia Constituinte – ver Assembleia Nacional Constituinte
Assembleia Nacional Constituinte – 20, 22, 36, 52, 66, 67, 70, 71, 74, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 94, 138, 153, 199, 220, 230, 250, 270, 315, 331, 373
Associação Central da Agricultura Portuguesa – ver Associação de Agricultura
Associação de Agricultura – 196, 223, 224
Associação do Registo Civil – 60
Atlânticas – 36, 319
Augusto de Castilho (caça-minas) – 234
Áustria – 109
Autoritarismo – 18, 199
Aveiro – 172, 204, 358, 367
Avenida Almirante Reis – 25
Avenida da Liberdade – 25, 50, 53, 54, 158, 162, 163
Azeite – 204, 349, 350, 363, 368
Azevedo, Alfredo Djalme Martins de – 71, 81
Azevedo, Cruz – 163, 239, 245
Azevedo, Guilherme Lopes de – 358
Azevedo, José João Pinto da Cruz – 366
Azevedo, Schiappa de – 307

B

Banco de Portugal – 77, 329, 363
Banco Ultramarino – 78, 329, 332, 353
Barata, Armando – 78, 376, 377, 380
Barbosa, João Tamagnini de Sousa – 21, 171, 172, 214, 221, 222, 224, 225, 226, 242, 243, 244, 245, 249, 271, 280, 349, 357,365
Barreiro – 51, 195, 196, 203, 210
Bastos, João Pereira – 9, 19
Batalha, A – 51, 258
Batista, Luís Maria – 232, 239
Beira Alta – 196, 202, 204
Beja – 39, 196, 201, 203, 204, 358, 367
Belém (Lisboa) – 113, 145, 165, 166, 167, 168, 169, 180, 206, 236, 241, 255, 261, 324
Bélgica – 142, 341, 342
Benedy, José – 293
Berlim – 146, 153, 172, 244
Bermudes, Adães – 239
Bessa, Henrique Forbes – 156, 179, 192, 356, 358, 366

Machado_Santos.indb 428 22/05/2013 12:15

Bessa, Manuel Jorge Forbes de – 218, 219, 229
Bispo, José Lopes – 108
Bombarda, Miguel – 46, 48
Bourbon, Pedro Barbosa Falcão de Azevedo – 227
Braga – 22, 70, 188, 198, 204, 209, 210, 358, 367
Braga, Alexandre – 33, 167
Braga, Teófilo – 47, 56, 65, 68, 78, 120, 136, 305, 306, 413
Bragança – 204, 209, 358
Bragança, João Paulo Macedo de – 108-109, 376, 380
Branco, António Aresta – 171, 172, 356
Branco, Luciano Aresta – 173
Brasil – 28, 44, 48, 90, 104, 194, 226, 227, 250, 260, 268, 301, 328
Bravo Júnior, Manuel Pires – 231
Braz Burity – ver Madureira, Joaquim
Brito, António de – 269
Brito, Manuel da Silva – 109
Brito, Nogueira de – 236
Brito, Xavier de – 121, 124, 130, 132
Brochado, Duarte Magalhães – 264
Bruno, José Pereira de Sampaio – 78, 80, 90, 313, 314, 331
Bulgária – 341, 342

C

Cabeçadas Júnior, José Mendes – 50, 78, 358
Cabo Verde – 34, 35, 36, 172, 181, 198
Cabral, Filomeno da Câmara Melo – 172
Cabral, Manuel Câmara Velho Melo – 367
Café Martinho – 131, 188
Caixa Geral de Depósitos – 30, 363
Camacho, Inocêncio – 49, 55, 73
Camacho, Manuel de Brito – 9, 17, 19, 56, 65, 68, 75, 81, 85, 86, 87, 88, 93, 96, 98, 101, 102, 115, 116, 118, 132, 141, 147, 151, 153, 155, 166, 167, 176, 181, 186, 188, 233, 279, 314, 336, 337, 390, 392
Câmara dos Deputados – 16, 21, 22, 44, 60, 77, 79, 82, 89, 95, 100, 101, 105, 108, 112, 113, 116, 147, 148, 166, 178, 179, 201, 214, 215, 218, 219, 225, 226, 229, 230, 231, 233, 250, 268, 295, 296, 298, 299, 300, 307, 327, 333, 335
Câmara Municipal de Lisboa – 42, 54, 55, 158, 301, 302
Cameira, Eurico – ver Sousa, Eurico Máximo Cameira Coelho e
Caminhos de ferro – 77, 195, 196, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 213, 227, 236, 263, 266, 329, 330, 363
«Camioneta fantasma» – 295, 297, 409
Campo de Ourique (Lisboa) – 50
Campo de Santana (Lisboa) – 25, 161
Campolide (Lisboa) – 50, 53, 161, 163
Campos, Ezequiel de – 173, 258, 259, 261, 262
Campos, Marinha de – 29, 33
Carbonária – 15, 28, 32, 33, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 51, 52, 58, 59, 60, 75, 79, 310, 312, 386
Cardoso, Alfredo Ernesto de Sá – 48, 50, 115, 121, 163, 250, 263, 265, 293, 294, 302, 304, 306, 376
Carlos, D. – 33, 42, 99
Carmona, Óscar Fragoso – 271, 296
Caroço, Velez – 163
Carreiro, José Bruno – 125
Carvalho, António Amorim – 358
Carvalho, Gomes de – 377, 378
Carvalho, Joaquim Ribeiro de – 67, 143, 144
Carvalho, Manuel Gonçalves de – 108, 376
Castelo Branco – 146, 204, 209, 358, 367
Castelo Branco, Camilo – 233
Castelo Branco, José Holbeche – 109, 268
Castelo de S. Jorge – 163, 183, 245
Castro, Alberto Osório de – 229, 265, 269, 365, 406
Castro, Álvaro de – 9, 19, 115, 119, 299, 303
Castro, Canto e – ver Antunes, João do Canto e Castro Silva
Castro, Gonçalo Pimenta de – 153, 181
Castro, Jaime de – 293, 301, 376
Castro, Jerónimo Osório de – 262, 265, 267, 269, 270
Castro, João de – 231, 283, 284

Castro, Joaquim Pereira Pimenta de – 20, 86, 87, 90, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 128, 130, 131, 132, 138, 140, 151, 182, 314, 343, 344, 373
Castro, José de – 46, 90, 119, 120, 121, 124, 129, 133, 182, 314, 353
Cemitério do Alto de São João – ver Cemitério Oriental de Lisboa
Cemitério Oriental de Lisboa – 25, 59, 293, 376, 411, 412
Censura – 63, 101, 117, 190, 235, 237, 355
Centeio – ver Cereais
Centro Católico – 200
Centro Eleitoral Democrático – 167
Centro Reformista – 108, 109, 135, 151, 262, 302, 315, 377
Centro Republicano – 172
CEP – ver Corpo Expedicionário Português
Cereais – 103, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 221, 224, 347, 348, 363, 368, 374
Cerejo Júnior, João José – 301
César, José Júlio – 228, 254
Chagas, João – 33, 46, 55, 80, 86, 87, 115, 119, 120, 139, 148, 313
Championnet – 33, 46, 57
Chaves (cidade) – 93
Civil Rights Act – 24
Claro, António – 78, 313, 331
Clemenceau, Georges – 257
Código Administrativo – 228
Código da Contribuição Predial – 97
Código das Execuções Fiscais – 97
Coelho, Domingos Pinto – 234, 236, 241
Coelho, Manuel Maria – 129, 282, 283, 288, 293, 294, 296, 298, 299, 305
Coimbra – 104, 146, 157, 162, 165, 171, 172, 185, 188, 189, 194, 197, 202, 204, 209, 237, 241, 244, 352, 353, 355, 356, 358, 367
Coliseu de Lisboa – ver Coliseu dos Recreios de Lisboa
Coliseu dos Recreios de Lisboa – 86, 302, 371, 378
Comissão da Administração Pública – 220, 254
Comissão das Colónias – 221, 231
Companhia das Lezírias – 77, 329
Companhia de Jesus – 24, 81
Companhia de Minas do Ministério das Obras Públicas – 43
Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro – ver Caminhos de Ferro
Companhia União Fabril – 229, 251, 287
Confederação Geral dos Trabalhadores Intelectuais Portugueses – 265
Conferência de Paz – 235, 242
Conferências Democráticas do Casino Lisbonense – 23
Congresso da República – 9, 21, 22, 77, 82, 85, 92, 94, 96, 100, 102, 106, 110, 112, 116, 119, 168, 170, 176, 177, 178, 179, 201, 213, 217, 225, 229, 231, 232, 240, 242, 243, 256, 275, 316, 352, 360, 378
Conselho Central da Federação Nacional Republicana – 262
Conselho de Estado da República – 177, 178, 274, 275
Conselho de Governo – 81
Conselho de Guerra – 33, 34, 45, 47, 52
Conselho Superior da Administração Financeira do Estado – 353
Constituição de 1911 – 17, 69, 70, 72, 74, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 100, 101, 104, 105, 120, 130, 153, 165, 166, 169, 170, 177, 179, 218, 219, 220, 225, 229, 230, 231, 235, 240, 250, 255, 268, 272, 273, 282, 327, 328, 335, 339, 352
Constituintes – ver Assembleia Nacional Constituinte
Contreiras, Manuel José Martins – 30
Contreiras, Wladimiro – 109
Corpo de Marinheiros – 36, 184
Corpo Expedicionário Português – 141, 143, 231, 249, 294
Correia, José de Almeida – 231
Correio da Manhã – 289, 291
Correios e Telégrafos – 168, 343, 360
Costa, Afonso – 14, 15, 17, 20, 46, 59, 64, 65, 66, 68, 69, 76, 78, 80-81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 104, 106, 107, 108, 112, 115, 116, 117, 127, 128,

Machado_Santos.indb 430 22/05/2013 12:15

137, 139, 140, 141, 149, 150, 151, 153, 155, 156, 162, 166, 167, 168, 169, 188, 250, 260, 268, 274, 279, 311, 312, 313, 314, 315, 335, 336, 337, 338, 343, 345, 390, 392
Costa, Carlos Fidelino da – 283
Costa, Cunha e – 70
Costa, Fernandes – 121
Costa, João José da – 242, 254
Costa, José Júlio da – 310, 312
Costa, Manuel de Oliveira Gomes da – 264, 265, 268, 269, 294
Costa, Martins – 63
Costa, Virgílio – 295, 300
Costa Júnior, José Feliciano da – 145, 147, 156, 163, 168, 171, 173, 357
Couceiro, Henrique Mitchell de Paiva – 53, 87, 93, 245, 249
Coutinho, Albano – 72
Coutinho, Vítor Hugo de Azevedo – 112, 114
Covões, Ricardo – 302, 378
Crédito Predial – 47
Cruz Vermelha – 121, 166
CUF – ver Companhia União Fabril
Curto, Amílcar da Silva Ramada – 19

D

D. Fernando e Glória (fragata) – 28
D. Carlos (cruzador) – 53
Daeschner, Émile – 211, 215, 239
Dantas, Júlio – 99, 256
Declaração de guerra – 141, 142, 251
Democracia – 14, 15, 89, 101, 216, 268, 273, 277, 281
Dente de Ouro – ver Olímpio, Abel
Dezembrismo – ver Sidonismo
Dia, O – 101, 193, 243
Diário de Lisboa – 305
Diário de Notícias – 197, 293, 295
Diário dos Açores – 130, 133
Dias, Luís Fausto de Castro Guedes – 98, 269
Dinamarca – 341
Direito à greve – 65
Direito de associação e de reunião – 103
Direito de voto – 81, 116
Diretório do Partido Democrático – 281, 300
Diretório do Partido Reformista – 293, 406
Diretório do Partido Republicano Português – 67, 314, 327
Ditadura Militar – 13, 249
Diu (cruzador) – 28
Dívida pública – 86, 94, 95, 334
Douro – 198, 203, 205, 210
Douro (cruzador) – 28
Duarte, Teófilo – 156, 158, 161, 163, 165, 168, 172, 265
Duque, José de Oliveira – 191
Duque da Terceira (cruzador) – 28

E

Eleições – 66, 77, 78, 82, 94, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 115, 116, 119, 130, 131, 132, 172, 175, 176, 177, 179, 181, 190, 192, 193, 200, 201, 217, 218, 250, 258, 260, 261, 264, 268, 273, 281, 315, 316, 331, 362
Elvas – 117, 147, 154, 156, 239, 352
Encarnação, José Soares da – 78, 306, 387
Ensino primário – 81, 179
Ensino secundário – 168, 360
Ensino superior – 81
Entroncamento – 157, 158, 197, 204, 206
Época, A – 262
Escola de Guerra – 156, 158, 159, 161
Espanha – 24, 45, 75, 195, 208, 266, 283, 288, 350
Espregueira, Manuel Afonso de – 227
Estação do Entroncamento – ver Entroncamento
Estado de sítio – 42, 118, 119, 161, 178, 190, 232, 235, 238, 249, 343, 344, 352, 354, 355
Estado Novo – 13, 14, 19, 307, 308, 309, 311, 316
Estados Unidos da América – ver América
Estatuto Nacional – 79, 82, 138, 176, 177, 178, 179, 187, 264, 271
Esteves, Francisco Xavier – 90, 145, 171, 172, 173, 207, 211, 231, 331, 356, 365
Estoril – 30, 283, 286
Évora – 89, 190, 196, 201, 302, 353, 358, 367

Exército – 20, 26, 27, 31, 43, 53, 64, 75, 80, 86, 90, 103, 108, 113, 114, 115, 119, 121, 131, 145, 155, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 166, 176, 189, 191, 200, 218, 228, 249, 253, 266, 271, 275, 292, 293, 302, 341, 342, 361
Exílio – 19, 20, 42, 47, 99, 108, 124, 125, 126, 130, 132, 136, 142, 168, 184, 213, 216, 395

F

Faculdade de Ciências de Coimbra – 356
Faculdade de Ciências de Lisboa – 356
Faculdade de Ciências do Porto – 93
Faculdade de Direito de Lisboa – 356
Faculdade de Matemática de Coimbra – 146
Faculdade de Medicina de Lisboa – 87, 361, 365, 366
Faculdade de Medicina do Porto – 356
Falcão, Zeferino – ver Pacheco, Zeferino Cândido Falcão
Faria, Eduardo Ernesto de – 235, 238
Faro – 39, 159, 196, 203, 358
Federação Nacional Republicana – 21, 28, 99, 108, 134, 135, 245, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 277, 280, 283, 292, 293, 295, 315, 394, 406
Feio, Ernesto Joaquim – 387
Ferreira, Álvaro – 145
Ferreira, António Bernardino de Sousa – 214, 365
Figueira da Foz – 146, 196, 204
Figueiredo, Abranches de – 406
Figueiredo, Fausto de – 286
Figueiredo, Fidelino de – 173
Flandres – 140, 143, 189, 192, 294, 315
FNR – ver Federação Nacional Republicana
Fontelo – 152, 155, 156, 157, 185, 189, 261, 374
Formiga Branca – 97, 101, 108, 117, 119, 136, 300, 343, 397
Forte da Trafaria – 296
Forte de S. Julião da Barra – 150, 152, 296, 374
França – 23, 24, 74, 141, 148, 149, 159, 170, 171, 189, 196, 205, 208, 211, 230, 257, 264, 269, 272, 341, 355
França, José Correia Nobre – 109
Franco, João – 32, 33, 41, 42, 47, 199
Freire, Anselmo Braamcamp – 71, 74
Freire, Gomes – ver Andrade, Gomes Freire de
Freitas, Júlio Paulo de – 359
Freitas, Procópio de – 278, 285, 296, 298
Funchal – 197, 204, 283, 322, 359, 367
Furtado, Germano Arnaud – 220, 221, 227, 242, 254, 257

G

Gama, Luís – 224, 239, 251
Garção, Mayer – 108, 151
Garcia, José Elias – 293
Gentil, Manuel Paulo de Sousa – 31, 133
George, David Lloyd – 150
Geração de 70 – 23
GNR – ver Guarda Nacional Republicana
Gil, António Caetano Celorico – 145, 147, 231
Gil Eanes (cruzador) – 163
Gomes, António de Paiva – 71, 81
Gomes, Manuel Teixeira – 170, 309
Gonçalves, João Ricardo – 281
Gonzaga, Guilherme de Campos – 270
Governo Civil de Coimbra – 197
Governo Civil de Lisboa – 55, 120, 175, 192, 210, 353, 354
Governo Civil do Porto – 187, 197
Governo Provisório – 17, 22, 48, 55, 56, 57, 58, 60, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 79, 80, 83, 86, 87, 88, 89, 103, 178, 229, 274, 331, 372
Grand Palais Hotel – 153
Grande Guerra – 18, 109, 137, 140, 153, 192, 231, 315
Grande Oriente Lusitano Unido – 46, 80, 158
Granjo, António – 9, 17, 19, 66, 134, 282, 284, 286, 287, 288, 292, 293, 294, 296, 298, 300, 311, 312
Grécia – 341
Grémio Lusitano – 313, 314, 352
Greve dos ferroviários – 204, 206
Grupo de Defesa da República «Pátria e Liberdade» – 262

Grupo Parlamentar Democrático – 338
Grupo Pró-Pátria – 353
Guarda (cidade) – 196, 197, 204, 209, 358, 367
Guarda Fiscal – 129, 159, 160, 190, 191, 341
Guarda Nacional Republicana – 116, 128, 159, 160, 161, 162, 163, 181, 189, 190, 191, 253, 278, 287, 288, 289, 291, 292, 293, 295, 296, 298, 300, 341, 361, 373
Guarda Republicana – ver Guarda Nacional Republicana
Guedes, Ramiro – 358
Guerreiro, Afonso – 72
Guimarães, Bernardino Luís Machado – 9, 19, 67, 74, 75, 76, 83, 85, 104, 106, 107, 108, 112, 117, 122, 140, 141, 145, 149, 166, 168, 169, 170, 171, 188, 260, 261, 274, 278, 279, 281, 293, 309, 311, 360, 378, 392
Guiné – 34, 42, 172

H

Habeas Corpus – 103
Hino Nacional – 219, 248
Hipólito, Abel – 143, 147, 157, 178
Holanda – 341
Horóscopo – 37, 38, 404
Horta (Açores) – 77, 203, 359, 367
Horta, Aniceto Xavier – 269
Hospital da Estrela – 51
Hospital de Jesus – 30
Hospital de São José – 361
Hospital Miguel Bombarda – 312
Hotel Açoriano – 124, 395
Hotel Borges – 156
Hotel das Duas Nações – 389
Hugo, Victor – 112

I

«Ignóbil porcaria» – 77, 119, 331
Igreja Católica – 17, 43, 88, 104, 115, 266
Império Alemão – ver Alemanha
Império Britânico – ver Inglaterra
Imprensa da Manhã – 286, 287, 289, 291, 292, 299
Inglaterra – 44, 109, 110, 140, 141, 165, 171, 194, 230, 260, 341
Intransigente, O – 15, 20, 21, 22, 26, 31, 59, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 78, 79, 81, 83, 89, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 101, 102, 107, 113, 120, 122, 126, 135, 136, 141, 247, 300, 305, 307, 314, 327, 330, 331, 332, 341, 343, 373, 389, 394, 410

J

Jardim da Rocha do Conde de Óbidos – 183, 186
Jesus, Quirino de – 173
Jovem Turquia – 42, 119
Junqueiro, Abílio Manuel Guerra – 90
Junta Liberal – 60
Junta Militar do Norte – 243, 244
Junta Revolucionária – 21, 119, 120, 129, 155, 167, 168, 169, 170, 179, 190, 282, 360, 374

L

La Lys – 231
Lagos (cidade) – 266
Lamas, Franklin – 78, 109, 156, 376
Lança, Agatão – 293
Largo de S. Carlos – 67
Largo do Intendente – 38, 286, 375
Largo do Rato – 162
Leal, Francisco Pinto da Cunha – 9, 17, 19, 63, 134, 205, 206, 207, 211, 214, 215, 218, 219, 225, 226, 231, 232, 233, 295, 296, 297, 299, 303, 307, 315
Leão, Eusébio – 48, 55
Lei da Separação do Estado das Igrejas – 15, 17, 65, 88, 98, 102, 107, 112, 168, 197, 360
Lei do divórcio – 65, 66
«Lei travão» – 97
Leiria – 39, 196, 203, 204, 209, 288, 358, 367
Leite, Domingos Pereira – 250
Leite, Duarte – ver Silva, Duarte Leite Pereira da
Lemos, Afonso – 74
Lemos, António Magalhães – 78
Lemos, José Alves Ferreira de – 294

Liberdade de consciência – 103
Liberdade de imprensa – 103, 225
Liberdade de pensamento e de culto – 81
Liberdade de reunião e de petição – 223
Liga das Oposições – 102
Liga Monárquica – 45
Lima, Joaquim do Espírito Santo – 365
Lima, Maximiano – 299, 310, 312
Lima, Sebastião de Magalhães – 9, 19, 70, 71, 80, 85, 139, 175, 301, 352, 376
Lisboa – 18, 25, 28, 34, 35, 36, 42, 43, 44, 54, 55, 61, 69, 77, 79, 85, 88, 89, 101, 103, 104, 119, 120, 126, 131, 132, 133, 134, 135, 143, 146, 147, 148, 152, 154, 156, 157, 158, 161, 162, 165, 182, 185, 189, 194, 196, 197, 198, 201, 202, 203, 204, 211, 214, 221, 244, 249, 261, 283, 296, 315, 321, 324, 335, 344, 347, 348, 349, 350, 353, 356, 358, 374, 386, 389
Loja Montanha – 33, 46, 57
Lopes, Carlos – 225, 234, 236, 254
Lopes, Castro – 236, 238, 239, 241
Loureiro, José Marques – 367
Luís Filipe, D. – 33, 42, 99
Luta, A – 61, 75, 147, 152, 156, 167

M

Macau – 28, 133, 134, 172, 228, 284
Machado, Álvaro Silva – 109
Machado, Bernardino – ver Guimarães, Bernardino Luís Machado
Machado, Fernão Botto – 391
Macieira, António – 243
Maçonaria – 32, 33, 42, 46, 48, 49, 55, 60, 85, 119, 282, 310, 352
Madeira (ilha) – 30, 198, 202, 204, 283, 322
Madrid – 75, 149, 195, 283
Madureira, Joaquim – 44, 63, 64, 69, 70, 72, 77, 91, 173
Magalhães, José Alfredo Mendes de – 145, 147, 171, 172, 173, 206, 356, 357, 365, 366
Maia – 202
Maia, José Carlos da – 17, 72, 78, 108, 133, 155, 168, 182, 206, 211, 214, 215, 218, 231, 282, 293, 295, 296, 297, 298, 311, 312, 315, 356, 365, 370
Majoria-General da Armada – ver Marinha
Manhã, A – 108, 283
Manuel II, D. – 42, 200, 253
Marinha – 27, 28, 31, 33, 34, 44, 46, 48, 64, 80, 82, 94, 95, 98, 103, 110, 111, 113, 119, 122, 123, 124, 128, 131, 133, 145, 147, 152, 153, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 172, 173, 179, 182, 183, 184, 186, 192, 202, 206, 214, 215, 228, 231, 236, 238, 239, 240, 266, 270, 275, 285, 292, 293, 296, 297, 302, 303, 305, 329, 333, 341, 342, 352, 353, 354, 355, 356, 360, 365
Marinha Mercante – 78, 103, 179, 183, 266
Martins, Francisco José da Rocha – 29, 32, 36, 155, 156, 163, 187, 206, 207, 231, 282, 353
Martins, Germano – 336, 338
Martins, Júlio – 62, 278
Martins, Mariano – 78, 121, 303, 304, 378
Mata, Luís Filipe da – 343
Matos, José Maria Mendes Ribeiro Norton de – 115, 119, 147, 148, 155, 159, 160, 165, 167, 168, 316, 374
Matos, Júlio de – 78, 90
Mausoléu – 21, 59, 301, 302, 303, 304, 372, 376, 377, 369, 379, 412
Medeiros, Manuel Goulart de – 121, 122, 124, 130, 132
Melo, António Maria Fontes Pereira de – 23, 27, 46, 98
Melo, Aragão e – 48
Melo, Martinho Nobre de – 178, 356
Menezes, João de – 160, 166
Milho – ver Cereais
Mindelo (cruzador) – 28
Minho – 205, 210
Ministério da Guerra – 56, 115, 121, 143, 161
Ministério da Instrução – 97
Ministério da Justiça – 89, 107
Ministério da Marinha – 95, 202, 333
Ministério das Colónias – 357, 366
Ministério das Finanças – 97, 293

Ministério das Subsistências e Transportes – 197, 349, 351, 363, 364
Ministério do Interior – 107, 145, 172, 187, 190, 192, 253, 349, 360
Ministério dos Negócios Estrangeiros – 139, 153, 283, 365
Moçambique – 27, 29, 109, 129, 140, 141, 145, 150, 172, 196, 197, 270
Moita, José Luís dos Santos – 231, 233
Moniz, António Egas – 147, 176, 186, 187, 200, 214, 230, 231, 233, 234, 242, 243, 365
Moniz, Jorge Botelho – 163, 214, 230
Monsanto – 21, 43, 44, 161, 217, 232, 247, 248, 249, 250, 260, 262, 277, 375
Montanha, A – 225
Monteiro, Mário – 98, 219, 225, 227, 228, 234, 236, 238, 241, 243, 301
Montenegro – 341, 342
Montijo – 39, 266
Morais, Jaime Alberto de Castro de – 57
Morais Júnior, Serafim Joaquim de – 231
Moreno, Alpoim Torresano – 231
Morro do Sidónio – ver Parque Eduardo VII
Moura – 195, 204
Moura, Carneiro de – 221, 234, 237, 241, 254
Movimento das Espadas – 108, 113, 282
Mundo, O – 129, 156, 167, 291, 299
Mussolini, Benito – 271
Muzanty, Oliveira – 121

N

Nação, A – 101
Neuparth, Augusto Eduardo – 110, 111, 187
Noite Sangrenta – 17, 22, 60, 129, 232, 233, 281, 282, 284, 285, 289, 290, 294, 295, 299, 300, 305, 306, 309, 310, 311, 312, 409
Norte, O – 225
Nova República Velha – 248
Núcleo Reformista – 109

O

O'Neill, Maria – 127, 152, 247, 370, 371
Ochôa, Armando Humberto da Gama – 173
Ochoa, Francisco António – 71, 81
Olavo, Américo – 121
Olavo, Carlos – 121
Olímpio, Abel – 285, 286, 287, 289, 290, 291, 297, 299, 300, 310, 312
Oliveira, António Joaquim – 109
Oliveira, Beatriz Estefânia de – 29, 385, 410
Oliveira, Eduardo Fernandes de – 213, 221, 222, 223, 347, 349, 351, 357, 366
Oliveira, Weiss de – 78
Operariado – 115, 258, 260, 315, 316
Opinião, A – 261
Orçamento do Estado – 88, 97, 102, 216
Ornelas e Vasconcelos, Aires de – ver Vasconcelos, Aires de Ornelas e
Osório, Manuel José Pinto – 201, 205, 356
Outubrismo – 281, 299

P

Pacheco, Zeferino Cândido Falcão – 218, 226, 236, 240, 243, 256
País, O – 133, 136, 139, 142
Pais, Alberto da Silva – 146, 147, 154, 156
Pais, Sidónio Bernardino Cardoso da Silva – 21, 28, 134, 146-147, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 199, 200, 201, 206, 207, 209, 211, 215, 216, 217, 218, 231, 232, 240, 241, 242, 244, 245, 249, 256, 271, 273, 277, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 356, 374, 375
Palácio da Mitra – 116, 117
Palácio das Necessidades – 50, 53
Palácio de Belém – ver Belém (Lisboa)
Palácio de São Bento – 327
Pão – 140, 146, 193, 194, 196, 202, 204, 216, 219, 221, 222, 224, 253, 266, 332, 347, 348, 355, 363, 368, 398
Parque Eduardo VII – 155, 158, 159, 164, 167
Parreira, António Ladislau – 78, 377, 391
Partido Centrista Republicano – 176
Partido Comunista Português – 316
Partido Conservador – 280

Partido Democrático – 14, 17, 20, 63, 86, 87, 101, 116, 118, 119, 127, 128, 137, 138, 144, 152, 166, 181, 187, 232, 260, 265, 280, 281, 300, 312, 343, 345, 346
Partido Evolucionista – 27, 87, 96, 106, 119, 176, 187, 315, 345
Partido Liberal – 261, 262, 280, 281, 282
Partido Nacional Republicano – 199, 200, 201, 211, 233, 234, 262
Partido Nacionalista – 144, 281
Partido Progressista – 32
Partido Reformista – ver Federação Nacional Republicana
Partido Republicano Nacionalista – 281
Partido Republicano Português – 14, 16, 17, 20, 32, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 58, 60, 63, 64, 65, 67, 77, 82, 85, 86, 90, 94, 101, 119, 180, 315, 327, 338
Partido Socialista – 23, 258
Partido Unionista – ver União Republicana
Pátria, A – 244
Pero de Alenquer (cruzador) – 31, 36, 45
Pena, José António – 109
Pereira, José Jorge – 121
Pessoa, Fernando – 18, 185, 199
PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) – 309
Pimenta, Alfredo – 230
Pimentel, Francisco Alexandre Lobo – 78, 98, 156, 157, 189, 191, 206, 379, 387
Pinheiro, João Henriques – 231
Pinto, Alberto de Moura – 147, 171, 172, 356
PNR – ver Partido Nacional Republicano
Poder executivo – 18, 81, 82, 89, 91, 96, 97, 99, 102, 104, 106, 112, 115, 116, 118, 170, 172, 219, 250, 268, 277, 347, 352
Poder judicial – 81, 177, 179, 272, 275
Poder legislativo – 24, 81, 97, 100, 116, 177, 178, 238, 243, 276
Polícia Cívica – 181, 189, 190, 361
Polícia de Investigação – 168, 191, 192, 362
Polícia de Segurança do Estado – 292, 295, 296, 297, 299
Polícia Preventiva – 191, 192, 353, 362
Ponta Delgada – 20, 22, 31, 39, 108, 120, 124, 125, 128, 130, 133, 134, 135, 136, 142, 203, 213, 359, 367, 394, 395
Ponte, José Nunes da – 358
Pope, Álvaro – 71, 81, 155, 163
Portalegre – 157, 158, 196, 201, 358
Porto (cidade) – 26, 31, 77, 106, 109, 129, 135, 162, 166, 172, 181, 187, 188, 191, 194, 196, 197, 202, 203, 204, 209, 210, 211, 221, 225, 226, 244, 245, 249, 253, 255, 260, 274, 280, 313, 314, 333, 347, 353, 356, 358, 361, 362, 367, 375
Portugal, O – 167
Portuguesa, A – ver Hino Nacional
Presidencialismo – 18, 82, 176, 177, 187, 199, 200, 225, 232
Primo de Rivera, Miguel – 271
Projeto de Estatuto Nacional – ver Estatuto Nacional
PRP – ver Partido Republicano Português

Q

Quartel de Alcântara – 53, 181, 182
Quartel de Artilharia 1 – 52, 53, 56-57, 162
Quartel de Artilharia 7 – 156
Quartel de Campolide – 161, 163
Quartel de Infantaria 16 – 50, 72
Quartel de Infantaria 5 – 98
Quartel de Santa Bárbara – 287
Quartel do Carmo – 120, 121
Quartel-general de S. Domingos – 54
Queirós, José Maria de Eça de – 13, 24
Queirós, Francisco Teixeira de – 90
Queirós, Tomás de Barros – 166
Queluz – 53, 163
Questão das subsistências – 141, 173, 190, 192, 199, 202, 204, 210, 214, 220, 221, 227, 252, 347, 363

R

Radical, O – 33, 44, 45, 243
Ramos, Mário – 406
Raposo, Bettencourt – 78, 90
Regicídio – 34, 309
Registo Civil – 60, 65
Rego, Firmino – 387

Rego, Jaime Daniel Leote do – 119, 122, 128, 130, 149, 155, 163, 167, 168, 279, 394
Reis, Carlos Cândido dos – 13, 33, 41, 45, 46, 48, 49, 55, 293
Relvas, José – 21, 49, 55, 249, 250, 255, 256, 260, 261
República – 87, 306
República, A – 130, 170, 345
República Nova – 21, 175, 180, 185, 193, 199, 200, 211, 217, 248, 257, 315, 354, 399
República Velha – 137, 248, 354, 399
Revisão constitucional – 79, 103, 104, 105, 170, 178, 229, 255, 268, 272, 345
Revisão da Constituição – ver Revisão constitucional
Revolta de 28 de Janeiro – ver 28 de Janeiro de 1908
Revolta de 31 de Janeiro – ver 31 de Janeiro de 1891
Revolta de Coimbra – 352
Revolta de Custódio de Melo – 328
Revolução da Batata – 160
Revolução de 5 de Dezembro – ver 5 de Dezembro de 1917
Revolução de 5 de Outubro – ver 5 de Outubro de 1910
Revolução de 13 de Dezembro – ver 13 de Dezembro de 1916
Revolução de 14 de Maio – ver 14 de Maio de 1915
Revolução de 19 de Outubro – ver 19 de Outubro de 1921
Revolução de 28 de Maio – ver 28 de Maio de 1926
Ribeiro, Ernesto Hintze – 77, 131, 228
Ribeiro, José de Freitas – 115, 119, 269, 270
Ribeiro, Hélder – 48
Rio de Janeiro – 44, 57, 104
Rio Lima (cruzador) – 28
Rio Maior – 203
Roçadas, Alves – 153
Rodrigues Júnior, Manuel – 372, 376, 377, 378, 379, 380
Rodrigues, Bettencourt – 90, 187
Roménia – 341
Rossio (Lisboa) – 25, 44, 50, 53, 54, 55, 88, 163, 240, 345
Rotunda – ver Rotunda do Marquês de Pombal
Rotunda do Marquês de Pombal – 11, 13, 15, 18, 20, 25, 38, 41, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 61, 68, 70, 72, 73, 98, 114, 119, 124, 153, 155, 161, 217, 292, 293, 294, 304, 305, 306, 308, 314, 372, 373, 379, 387, 388
«Rua democrática» – 21, 63, 281, 300, 311, 312
Rua José Estêvão (Lisboa) – 30, 44, 285, 386
Rússia – 24, 231, 316

S

Salazar, António de Oliveira – 309
Sales, Tiago – 70, 239
Santa Casa da Misericórdia – 228
Santa Sé – 173, 218
Santarém – 98, 185, 198, 202, 204, 243, 263, 358
Santos, Augusto de Oliveira – 21, 29, 247, 285, 286, 385
Santos, Augusto Machado – 31, 58, 63, 109, 126, 296, 297, 303, 305, 306, 372, 376, 377, 378, 379, 380
Santos, João Batista dos – 109
Santos, José Domingues dos – 9, 19
Santos, Maria da Assunção Azevedo Machado – 25, 27, 79, 384
Santos, Matias dos – 78, 387
Santos, Maurício Paulo Victória dos – 25, 27, 79, 383, 384
São Miguel (ilha) – 20, 120, 125, 128, 130, 131, 133, 135, 136
São Miguel (paquete) – 234
São Rafael (cruzador) – 31, 34, 53
Sarmento, Júlio de Faria Morais – 228
Schwalbach, Eduardo – 69
Século, O – 164, 282, 294
Senado – 21, 22, 82, 83, 101, 102, 105, 106, 139, 166, 178, 192, 201, 211, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 236, 237, 238, 240,

243, 245, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 261, 268, 275, 287, 307, 315, 327, 350, 354
Serejo Júnior, João – 33, 98
Sérvia – 341, 342
Sidonismo – 21, 64, 147, 172, 176, 191, 200, 211, 214, 217, 234, 239, 262, 263, 266, 285, 298, 300, 304, 307, 309, 312, 314, 397, 399, 401
Silva, Alfredo da – 229, 242, 251, 287, 288
Silva, António Maria da – 9, 19, 32, 43, 45, 46, 48, 54, 119, 139, 250, 258, 259, 281, 296, 298, 301, 302, 306, 307, 343, 386
Silva, Carvalho da – 233
Silva, Duarte Leite Pereira da – 80, 85, 90, 93, 96, 333, 337
Silva, Francisco Soares – 134, 135, 136
Silva, Manuel da Conceição – 78, 387
Silva, Severiano José da – 78, 237, 238
Silveira, Manuel José de Arriaga Brum da – 66, 77, 85, 90, 93, 96, 102, 103, 112, 113, 114, 115, 120, 180
Silveira Júnior, Joaquim Crisóstomo da – 186
Soares, Artur – 153
Soares, Augusto – 148, 155, 168
Soberania nacional – 169, 170, 273, 275
Sociedade Açúcar Colonial – 197
Sousa, Eurico Máximo Cameira Coelho e – 163, 168, 188, 209, 245, 271, 273, 275, 276, 277
Sufrágio – ver Eleições
Suíça – 341
Supremo Tribunal Administrativo – 160
Supremo Tribunal de Justiça – 81, 106, 178, 274, 275

T

Tancos – 141, 153, 154
Tarde, A – 176
Tavares, Francisco Luís – 131, 132
Teatro Apolo – 57, 163
Teatro D. Maria II – 76, 370
Tejo – 28, 29, 31, 32, 35, 36, 48, 49, 51, 73, 96, 121, 161, 168, 181, 182, 185, 249
Teles, Basílio – 80, 90, 91, 92, 93, 262, 313, 314, 315, 331
Tempo, O – 59
Terceira (ilha) – 70, 99, 128, 129
Terenas, Feio – 72
Terenas, Francisco Garcia – 78, 387
Terreiro do Paço – 23, 27, 33, 42, 53, 56, 98, 163, 165, 232, 328, 390
Tomar – 143, 146, 148, 157
Tribunal Militar – 99, 152, 285, 296, 297
Trigo – ver Cereais
Turismo – 266
Turquia – 342

U

Ultimato – 27
União Nacional Republicana – 87
União Operária Nacional – 159
União Postal Universal – 24
União Republicana – 17, 87, 96, 119, 131, 132, 171, 172, 176, 188, 189, 194, 315
União Sagrada – 140, 141, 145, 150, 151, 176, 345
Universal, O – 101
Universidade de Coimbra – 104, 146
Universidade de Lisboa – 178
Universidade do Porto – 93

V

Valongo – 39, 202
Vasco da Gama (cruzador) – 122, 147, 148, 151, 155, 168, 181, 182, 183, 186, 187, 253, 278, 345, 374
Vasconcelos, Aires de Ornelas e – 229, 230, 249, 280
Vasconcelos, Augusto de – 87, 88, 89, 92, 194
Vasconcelos, Estêvão de – 71
Vaz, Aníbal – 359
Vaz, António Álvares Guedes – 367
Veiga, Augusto Manuel Alves da – 90
Veloso, Pinto – 239
Veloso, Queiroz – 242
Viana, Barbosa – 295, 296, 297, 299
Viana do Castelo – 198, 201, 204, 210, 227, 358

Machado_Santos.indb 438 22/05/2013 12:15

Viegas, António dos Santos – 171, 172, 173, 356
Vieira, Laurindo – 379
Vila Nova da Rainha – 162
Vila Nova de Gaia – 39, 202
Vila Real – 197, 204, 209, 339, 358, 367
Vila Viçosa – 42
Viseu – 152, 154, 156, 172, 185, 190, 197, 202, 204, 209, 228, 359, 367, 374

W
Woodnut (navio) – 168

Z
Zé Povinho, O – 24, 396

Machado_Santos.indb 440 22/05/2013 12:15